

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

PAULO EDUARDO PANASSOL

**A ONTOLOGIA DE THORSTEIN VEBLÉN:
FUNDAMENTOS PARA A EXPLICAÇÃO DA REALIDADE SOCIOECONÔMICA**

Porto Alegre

2024

PAULO EDUARDO PANASSOL

**A ONTOLOGIA DE THORSTEIN VEBLEN:
FUNDAMENTOS PARA A EXPLICAÇÃO DA REALIDADE SOCIOECONÔMICA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia, área de concentração: Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Octavio Augusto Camargo Conceição

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Panassol, Paulo Eduardo

A ontologia de Thorstein Veblen: fundamentos para a explicação da realidade socioeconômica / Paulo Eduardo Panassol. -- 2024.

430 f.

Orientador: Octavio Augusto Camargo Conceição.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Thorstein Veblen. 2. Economia Institucional Original. 3. Ontologia. 4. Realismo Evolucionário Crítico. I. Conceição, Octavio Augusto Camargo, orient. II. Título.

PAULO EDUARDO PANASSOL

**A ONTOLOGIA DE THORSTEIN VEBLEN:
FUNDAMENTOS PARA A EXPLICAÇÃO DA REALIDADE SOCIOECONÔMICA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia, área de concentração: Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 30 de julho de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Octavio Augusto Camargo Conceição – Orientador
UFRGS/PPGE

Prof. Dr. Henrique Morroni
UFRGS/PPGE

Prof. Dr. Herton Castiglioni Lopes
UFFS

Prof. Dr. Huáscar Fialho Pessali
UFPR/ PPUB

Para Joceane, Felipe e Ana Clara, sempre!

AGRADECIMENTOS

Esta Tese como muitos trabalhos acadêmicos desta natureza, somente foi possível pois ainda existe investimento público em ensino e pesquisa no Brasil. Espero que, de alguma forma, esta pesquisa faça justiça ao trabalho e esforço dispendidos pela sociedade brasileira.

Aos colegas e amigos que passaram ao longo desse tempo todo, na universidade, no trabalho, na vida. Douglas Firmino Borges (*in memoriam*), Sandro Correia de Borba, pelas oportunidades profissionais que me confiou, Márcia Naiar Cerdote Pedroso, pela caminhada conjunta no doutorado, e ao incentivo incondicional de Liselena Schifino Robles Ribeiro, Josiane Andreghetto, Juliana Brandelli e Vinicius Miranda Rocha, sem dúvida ansiosos pelo sucesso desta empreitada e pelos momentos que, pacientemente, me ouviram discorrer sobre os propósitos deste trabalho. Em especial, aos meus irmãos de coração Gustavo, Rodrigo e Livia Grün e, sobretudo, a avó deles, D. Maria José Guazzelli Costa (*in memoriam*), um registro de que se não fosse a acolhida deles, em Porto Alegre, minha caminhada teria sido outra. Obrigado!

Gostaria de agradecer a gentileza pelo envio de material de pesquisa e/ou resposta a contatos: Dave Elder-Vass, Geoffrey Hodgson, Jamie Morgan e Nuno Ornelas Martins.

Aos Professores Doutores Ronaldo Herrlein Júnior e Sérgio Marley Monteiro, pelo desafio e entusiasmo constantes. Ao Professor Doutor Stefano Florissi, por me fazer acreditar que uma outra ciência econômica é possível. Ao Professor Doutor Carlos Henrique Horn que, como meu professor da graduação e do mestrado, ressignificou o rigor técnico e a ética profissional tão necessários em qualquer tempo.

Em especial, ao meu orientador, Professor Doutor Octávio Augusto Camargo Conceição por ter dado sentido a esta jornada longa e, muitas vezes, obscura. Seu exemplo como mestre, pesquisador e seu vasto conhecimento, desde a graduação, há 30 anos, inspirou uma jornada filosófica, da qual este trabalho é apenas um relato.

Aos Professores da banca de qualificação, Doutores Eliane Cristina de Araújo Sbardellati e Marcelo Mallet Siqueira Campos, agradeço pela leitura crítica, as quais foram essenciais para o aprimoramento da pesquisa.

Aos Professores Doutores Henrique Morroni, Herton Castiglioni Lopes e, em especial, Huáscar Fialho Pessali por aceitarem fazer parte da banca examinadora desta Tese, bem como pelos desafios, apoio e oportunidades de melhoria. Nenhum desses estudiosos deve ser responsabilizado por validar todo o meu argumento, embora eu esteja fortemente em dívida com cada um deles por me ajudar a aprender a formulá-lo.

A todos os funcionários da Biblioteca da Faculdade de Economia, na pessoa de Vívian Cristiane Eisenhut Carravetta, pela atenção, profissionalismo e celeridade sempre dispensada.

Estendo meu agradecimento aos demais professores, colegas da Turma de 2019 e servidores do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bem como aos alunos das disciplinas de prática letiva de Introdução à Economia, Economia do Setor Público e Economia Política, de 2019 e 2021, que contribuíram com minha formação.

Grande parte da motivação para a conclusão desta jornada se deveu a não desmerecer a expectativa e confiança depositadas por familiares – em especial, Maurício Fernando, meu irmão (*in memoriam*), que sempre procurava em mim respostas aos seus questionamentos. Aos meus pais, Deoclecio Antonio (*in memoriam*), pelo exemplo, à sua maneira, e Maria Delaír, pela dedicação, pelo amor e por ter colocado minha educação sempre em primeiro lugar. Às minhas tias, ou segundas mães, Ana Maria e Clara Elisabete, pelo apoio, incentivo e carinho incondicionais. Aos meus avós maternos (*in memoriam*), Dante e Nair Franceschini, inspiração e exemplo de retidão e trabalho. Aos meus sogros, Geraldo (*in memoriam*) e Jucéa, pelos cuidados como se eu fosse um filho e pelo exemplo do que é ser uma família.

Minha maior dívida, não apenas pela consecução desta Tese, mas por tudo o que realizei na vida, é profunda demais para ser circunscrita por quaisquer palavras. Nesse sentido, Joceane, minha companheira, parceira, amiga e amor verdadeiro. Eu te amo! Da mesma forma, Felipe e Ana Clara, meus filhos, mesmo tão novos, pelo companheirismo, paciência, pelos momentos que vivemos e que, a cada dia, fizeram parecer sempre como se fossem únicos, especiais, e, sobretudo, pelo recorrente senso de realidade à medida que esse trabalho avançava. Amo vocês!

Por fim, aqueles que farão um esforço para percorrer cada linha, às vezes, áspera, desta Tese. A obra avançou além do que o autor perseguia.

“Quando a gente acha que tem todas as respostas,
vem a vida e muda todas as perguntas.”

Luís Fernando Veríssimo

*“Tempora mutantur sed nos non mutamur in illis.”*¹

Thorstein Veblen (1925a, p. 51)

¹ “Os tempos estão mudando, mas nós não mudamos neles.” (Veblen, 1925a, p. 51, tradução própria)

RESUMO

Como qualquer ciência, a economia tem o papel de compreender e explicar os fenômenos de uma determinada instância ou nível da realidade e, nesse sentido, precisa estabelecer os fundamentos ontológicos imprescindíveis à construção de uma teoria que elucide o caráter dinâmico desse domínio, nem que seja para afirmar a adequação dos métodos utilizados perante aspectos da realidade aos quais estão sendo aplicados. Certamente ninguém tratou tão extensivamente da ontologia da realidade socioeconômica como Thorstein Veblen, no entanto, a literatura especializada centra-se nos princípios metodológicos ou epistemológicos do autor. Assim, o objetivo da presente Tese é, a partir da obra intelectual de Veblen, sistematizar os pressupostos ontológicos da teoria vebleniana e, em particular, do seu componente central, que denomino de Realismo Evolucionário Crítico. Como será visto, a complexa relação indivíduo-estrutura, o papel, as possibilidades, os condicionantes e a inter-relação entre esses elementos constitutivos da realidade socioeconômica, permitem entender tanto mudanças estruturais e comportamentais em termos de processos cumulativos quanto projetos de transformação social mediante políticas adequadas que promovam o desenvolvimento e, em especial, a superação do atraso. Assim, o trabalho centra seus esforços, num primeiro momento, numa aproximação filosófica para a compreensão da realidade, abordando a evolução da filosofia como área de conhecimento, o papel da ontologia como fundamento crítico do que existe no mundo, bem como a imbricação da filosofia e da economia enquanto domínios complementares. A seguir, passando pela concepção evolucionária de Charles Darwin, verificou-se a influência sobre Veblen dos sistemas filosóficos de Immanuel Kant e Charles Peirce, em especial, as concepções de realismo, respectivamente, crítico e evolucionário, e a influência que tais tradições exercem sobre as abordagens contemporâneas do realismo de Uskali Mäki, Tony Lawson e Geoffrey Hodgson. Num terceiro momento, introduziu-se a contribuição de Clarence Ayres acerca da evolução social e econômica e o papel da tecnologia e das instituições, especialmente, o que se convencionou denominar de "dicotomia vebleniana". Por fim, a partir da obra de alguns intérpretes do Brasil (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Raimundo Faoro, Celso Furtado e Darcy Ribeiro), identificar dimensões econômicas, sociais e culturais relevantes para a compreensão da formação socioeconômica brasileira tendo como base os elementos da ontologia vebleniana e abrir agenda de pesquisa e de debate dentro dos diversos domínios de conhecimento.

Palavras-chave: Thorstein Veblen. Economia Institucional Original. Ontologia. Realismo Evolucionário Crítico.

ABSTRACT

Like any science, economics has the role of understanding and explaining the phenomena of a given instance or level of reality and, in this sense, it needs to establish the ontological foundations that are essential to the construction of a theory that elucidates the dynamic nature of this domain, even if only to affirm the adequacy of the methods used in relation to the aspects of reality to which they are being applied. Certainly no one has dealt with the ontology of socioeconomic reality as extensively as Thorstein Veblen, however, the specialized literature focuses on the author's methodological or epistemological principles. Thus, the objective of this Thesis is, based on Veblen's intellectual work, to systematize the ontological assumptions of Veblen's theory and, in particular, its central component, which I call Critical Evolutionary Realism. As will be seen, the complex individual-structure relationship, the role, possibilities, conditions and interrelationship between these constituent elements of socioeconomic reality, allow us to understand both structural and behavioral changes in terms of cumulative processes and projects of social transformation through appropriate policies that promote development and, in particular, the overcoming of backwardness. Thus, the work focuses its efforts, in the first instance, on a philosophical approach to understanding reality, addressing the evolution of philosophy as an area of knowledge, the role of ontology as a critical foundation of what exists in the world, as well as the intertwining of philosophy and economics as complementary domains. Then, moving on to Charles Darwin's evolutionary conception, we verified the influence on Veblen of the philosophical systems of Immanuel Kant and Charles Peirce, in particular the conceptions of realism, respectively critical and evolutionary, and the influence that such traditions exert on the contemporary approaches to realism of Uskali Mäki, Tony Lawson and Geoffrey Hodgson. In a third moment, Clarence Ayres' contribution was introduced regarding social and economic evolution and the role of technology and institutions, especially what has been conventionally called the "Veblenian dichotomy". Finally, based on the work of some interpreters of Brazil (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Raimundo Faoro, Celso Furtado and Darcy Ribeiro), to identify economic, social and cultural dimensions relevant to the understanding of the Brazilian socioeconomic formation based on the elements of Veblenian ontology and to open an agenda of research and debate within the various domains of knowledge.

Keywords: Thorstein Veblen. Original Institutional Economics. Ontology. Critical Evolutionary Realism.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2 | ONTOLOGIA E ECONOMIA: FUNDAMENTOS PARA A REFLEXÃO CRÍTICA DA REALIDADE | 20 |
| 2.1 | UMA APROXIMAÇÃO FILOSÓFICA PARA A COMPREENSÃO DA REALIDADE | 23 |
| 2.1.1 | Excertos do pensamento filosófico ocidental: uma introdução | 26 |
| 2.1.2 | Ontologia e realidade: fundamento da ciência e objeto de análise | 37 |
| 2.1.3 | Filosofia e economia como domínios complementares | 42 |
| 2.2 | REALISMO ONTOLÓGICO CRÍTICO DE KANT | 48 |
| 2.2.1 | A estrutura tripartite da crítica kantiana | 49 |
| 2.2.2 | Comentadores de Kant que podem ter exercido influência em Veblen..... | 63 |
| 2.2.3 | Sistema crítico de Kant: criticismo transcendental | 67 |
| 2.3 | O REALISMO ONTOLÓGICO EVOLUCIONÁRIO DE PEIRCE..... | 78 |
| 2.3.1 | A tradição filosófica pragmatista: conhecimento, verdade e realidade..... | 81 |
| 2.3.2 | O pragmatismo de Peirce como processo dinâmico e coletivo: verdade e realidade | 83 |
| 2.3.2.1 | A realidade como pressuposto do método científico | 84 |
| 2.3.2.2 | O pragmatismo de Peirce: da dúvida à crença como hábito de ação adaptativo | 95 |
| 2.3.2.3 | O método científico de Peirce como processo evolucionário da comunidade de investigadores | 100 |
| 2.3.2.4 | Uma proposta de síntese: o realismo ontológico evolucionário de Peirce | 111 |
| 2.3.3 | O pragmatismo de William James como forma de ação prática esperada | 115 |
| 2.3.4 | O pragmatismo de Dewey como processo instrumental..... | 120 |
| 2.3.5 | Peirce, James e Dewey: a tradição inicial do pragmatismo | 137 |
| 2.4 | REALISMO E A ECONOMIA CONTEMPORÂNEA | 141 |
| 2.4.1 | O conceito geral e algumas tipologias do realismo contemporâneo em economia | 144 |
| 2.4.2 | O realismo científico de Uskali Mäki | 150 |
| 2.4.3 | O realismo crítico de Tony Lawson | 160 |
| 2.4.3.1 | A virada ontológica do realismo crítico..... | 160 |
| 2.4.3.2 | Realismo transcendental de Roy Bhaskar..... | 167 |
| 2.4.3.3 | O programa de ontologia social de Tony Lawson | 187 |
| 2.4.4 | O realismo evolucionário de Geoffrey Hodgson | 215 |
| 2.4.4.1 | Economia evolucionária: campo de estudo das mudanças evolutivas na economia | 216 |
| 2.4.4.2 | Pensamento evolutivo: uma aproximação histórica | 219 |

| | | |
|--------------|--|------------|
| 2.4.4.3 | O darwinismo generalizado de Hodgson | 226 |
| 2.5 | DA FILOSOFIA À ECONOMIA, PASSANDO PELA ONTOLOGIA: UMA SÍNTESE | 239 |
| 3 | ONTOLOGIA VEBLENIANA COMO FUNDAMENTO PARA A EXPLICAÇÃO DA REALIDADE SOCIOECONÔMICA | 242 |
| 3.1 | VEBLEN: A COMPREENSÃO DA REALIDADE COMO REFLEXÃO CRÍTICA KANTIANA | 246 |
| 3.2 | VEBLEN: A COMPREENSÃO DA REALIDADE COMO UM PROCESSO DARWINIANO | 253 |
| 3.3 | VEBLEN: A COMPREENSÃO DA REALIDADE A PARTIR DO MÉTODO EVOLUCIONÁRIO PEIRCEANO | 260 |
| 3.4 | VEBLEN: REALISMO EVOLUCIONÁRIO CRÍTICO – PROPOSTA DE SÍNTESE | 265 |
| 3.4.1 | A compreensão da realidade socioeconômica como um processo evolucionário crítico de Veblen | 266 |
| 3.5 | O APORTE TEÓRICO DE AYRES: UMA DERIVAÇÃO DE VEBLEN? | 301 |
| 3.6 | DUALISMO OU DICOTOMIA EM VEBLEN? | 315 |
| 3.6.1 | A análise dual vebleniana..... | 317 |
| 3.6.2 | A dicotomia tecnológico-cerimonial segundo Ayres | 320 |
| 3.6.2.1 | A evolução cultural como decorrência da análise dual de Veblen | 330 |
| 3.6.2.2 | Há razão de ser da dicotomia tecnológico-cerimonial? | 334 |
| 4 | ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO COM BASE NA ONTOLOGIA VEBLENIANA..... | 340 |
| 4.1 | A REALIDADE SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA A PARTIR DE ELEMENTOS DA ONTOLOGIA VEBLENIANA – INTÉRPRETES SELECIONADOS | 341 |
| 4.1.1 | Gilberto Freyre | 344 |
| 4.1.2 | Sérgio Buarque de Holanda | 346 |
| 4.1.3 | Caio Prado Júnior..... | 349 |
| 4.1.4 | Raymundo Faoro | 354 |
| 4.1.5 | Celso Furtado | 359 |
| 4.1.6 | Darcy Ribeiro | 362 |
| 4.2 | O ATRASO INSTITUCIONAL BRASILEIRO | 365 |
| 4.2.1 | Elementos institucionais da (des)industrialização? | 367 |
| 4.2.2 | O papel do Estado no atraso institucional..... | 373 |
| 4.2.3 | Uma proposta de agenda..... | 375 |
| 5 | CONCLUSÃO | 380 |
| | REFERÊNCIAS | 387 |

1 INTRODUÇÃO

O termo “economia institucional”, segundo Rutherford (2001, p. 8, grifo do autor, tradução própria), foi “[...] deliberadamente projetado tanto para desafiar a teoria mais ‘ortodoxa’ quanto para estabelecer uma abordagem alternativa e institucional [...]”,¹ tendo sido proferido numa sessão de conferência da *American Economics Association*, realizada em 1918, e introduzido na literatura por Walton Hamilton no artigo *The institutional approach to economic theory*, publicado em 1919.

A abordagem deveria ser focada nas instituições e em seu papel de afetar o comportamento e os resultados econômicos, utilizando fundamentos da psicologia e da sociologia, ser relevante para questões de controle social e utilizar o método científico adequado, incluindo pesquisas quantitativas e estatísticas (Hamilton, 1919). Conforme Stewart (1919, p. 320, tradução própria), que presidia a referida conferência, “[...] a teoria institucional considera como dados fundamentais para análise instituições subjacentes como propriedade, herança, padrões de consumo e desenvolvimento da tecnologia.”²

De acordo com Hodgson (2000), o institucionalismo descrito por Hamilton parte do estudo das instituições e dos processos de conservação institucional, inovação e mudança como elementos-chave de qualquer economia. Como a economia é um sistema aberto e em evolução, situado num ambiente natural, afetado por mudanças tecnológicas e inserido num conjunto mais amplo de relações sociais, culturais, políticas e de poder, faz uso de *insights* de outras disciplinas, como psicologia e antropologia, para uma análise mais rica das instituições e do comportamento humano, além de não considerar o indivíduo como dado, pois são moldados, assim como moldam as instituições. Por fim, o institucionalismo de Hamilton não era definido por quaisquer prescrições ou propostas de políticas, segundo Hodgson.

Conforme Samuels (1995), o institucionalismo possui três dimensões com ênfase no empirismo, e não em proposições apriorísticas, no pragmatismo e na multidisciplinariedade analítica. A primeira dimensão baseia-se na crítica da organização e do desempenho das economias de mercado, tomando o conceito de mercado puro como uma abstração. A segunda perspectiva é dizente com a construção de um corpo relevante de conhecimento.

¹ No original: “[...] was deliberately designed both to challenge more ‘orthodox’ theory and to lay out an alternative, institutional, approach [...]”. Rutherford (2010) aponta uma versão diferente em relação ao surgimento do termo economia institucional. Dependendo de qual história se escolhe acreditar, teria surgido em 1916, sob influência de Veblen, a partir de Robert Hoxie ou Max Handman.

² No original: “[...] institutional theory regards as the fundamental data for analysis such underlying institutions as ownership, inheritance, the standards of consumption, and the development of technology.”

Por último, desenvolveram uma abordagem multidisciplinar para a solução de problemas. Nesse sentido, para Tilman (1992, p. 151-152, tradução própria), o “[...] próprio institucionalismo é um amálgama de diferentes fontes e tendências teóricas.”³

Segundo Conceição (2020b), institucionalismo não significa usar o termo instituições, mas compreendê-las a partir da interação entre indivíduos e a estrutura social, que os formam e que é deles oriunda. Para os institucionalistas, em geral, conforme Rutherford (2010, 2022), a ciência foi definida como empírica, experimental e instrumental.

De acordo com Hamilton (1919), os “líderes” dessa abordagem institucional incluíam Thorstein Bunde Veblen (1857-1929) e Wesley Clair Mitchell (1874-1948). Além deles, John Rogers Commons (1862-1945) forma a tríade dos fundadores da tradição institucionalista americana do pensamento econômico, a *Original Institutional Economics*⁴ (Rutherford, 1994; Hodgson, 2004c). Há diferença entre os seus escritos, no entanto a ênfase comum está na teorização historicamente situada e evolutiva (Hausman, D., 2008).

A obra intelectual de Veblen é extremamente original, produto de uma mente independente, preocupada em compreender o comportamento socioeconômico. O autor explora criticamente fatos e teorias postos pelo pensamento econômico dominante, formulando problemas, oferecendo interpretações, encontrando soluções, estabelecendo as bases para uma ciência econômica assentada em termos evolucionários darwinianos. Tal ciência deve se propor a investigar a sequência de processos econômicos que ocorrem em causação cumulativa, constituindo um corpo de conhecimento consistente e que rompe com as limitações estáticas, teleológicas e individualistas da doutrina que a precedia (Foster, 2021; Hodgson, 1998a, 1998b, 2004c, 2008; Mitchell, 1929; Veblen, 1898b).⁵

Veblen, entre 1882 e 1925, publicou em vida cerca de 140 trabalhos, entre livros, artigos e resenhas de obras, que se constituem em textos críticos à economia dos clássicos, dos neoclássicos, diga-se, termo que cunhou em 1900 no artigo *The preconceptions of economic*

³ No original: “[...] that institutionalism itself is an amalgam of different theoretical sources and tendencies”.

⁴ A presente Tese, sem a pretensão de travar uma disputa inútil e verbal sobre nomenclatura e definições, utiliza a terminologia *Original Institutional Economics*, ou Economia Institucional Original, em português, para referir-se à tradição de Veblen, Mitchell e Commons, ou seja, o pensamento institucionalista dos fundadores dessa tradição da ciência econômica ao invés de *Old Institutional Economics* ou *American Institutionalism*. Hodiernamente, Tony Lawson (2003, p. 217) denomina os seguidores do legado de Veblen de “modern (old) institutionalism”.

⁵ As obras do autor envolvem a publicação de mais de cem artigos e de onze livros abarcando teoria e aplicação de seu método aos mais variados assuntos. Temas da sua realidade que abarcava, por exemplo, a condição da mulher na evolução histórica das sociedades, os padrões de comportamento e de consumo dos indivíduos, o ensino superior, a estrutura social, a atividade industrial, as estruturas de mercado, os sistemas de preços e de crédito e, até mesmo, ciclos econômicos.

science: III,⁶ das Escolas Histórica Alemã e Austríaca e, também, em relação à economia marxista.⁷ Outrossim, seus trabalhos versaram sobre a natureza competitiva e predatória do capitalismo industrial e, sobretudo, propuseram a refundação da ciência econômica com base numa abordagem evolutiva e dinâmica da realidade socioeconômica (Camic, 2020; Camic; Hodgson, 2011; Dorfman, 1934; Edgell, 2001; Hodgson, 2004c; Tilman, 1992).

Geralmente, o pensamento evolutivo de Charles Darwin (1809-1882), o pragmatismo de Charles Sanders Peirce (1839-1914), e a psicologia instintos-hábitos de William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952), são relacionados como as principais fontes do pensamento de Veblen (Camic, 2020; Edgell; Tilman, 1989; Hodgson, 1992, 1998b, 2004c; Tilman, 2007).

Como Clarence Ayres argumentou, segundo Tilman (2007), Veblen foi um pensador meticuloso, mas nem sempre um escritor sistemático: “um escritor desconcertantemente elíptico” para Ayres (1961, p. 28, tradução própria)⁸ ou, ainda, um “escritor desorganizado”, segundo Camic (2020, p. 338, tradução própria),⁹ sendo que tal característica é vista por alguns como sua maior fraqueza (Lerner, 2017).

Uma das críticas iniciais ao trabalho de Veblen, que tem interesse aqui por ser a única que mereceu uma réplica, é a de John Cummings.¹⁰ Esse comentador publicou, em setembro de 1899, uma longa análise do livro *The theory of the leisure class: an economic study in the evolution of institutions*, que havia sido editado em fevereiro de 1899. Trata-se de uma longa resenha sob a ótica marginalista que qualifica o trabalho de Veblen como um levantamento incompleto dos fatos e por conter uma interpretação influenciada por questões pessoais (Camic, 2020; Cummings, 1899; Tilman, 1992). Mais tarde, como mencionado por Jorgensen e Jorgensen (1999), em carta a Joseph Dorfman, em fevereiro de 1931, Cummings reconheceu que não foi capaz de apreciar Veblen.¹¹

⁶ Veblen refere em suas análises os trabalhos de Alfred Marshall, Arthur Hadley, Edwin Cannan, John Bates Clark, John Neville Keynes e William Stanley Jevons.

⁷ Camic e Hodgson (2011, p. 269, tradução própria) referem que a crítica de Veblen ao marxismo “[...] é uma das mais poderosas e bem informadas de todos os tempos.” [No original: “[...] as one of the most powerful and well-informed of all time.”] Veblen, a partir de *insights* darwinianos, critica a concepção materialista da história marxista por possuir uma tendência imanente em direção aos fins de forma autocondicionada e autoconduzida, uma posição essencialmente hegeliana.

⁸ No original: “a disconcertingly elliptical writer”.

⁹ No original: “disorganized writer”.

¹⁰ A primeira crítica ao trabalho de Veblen que se tem registro, segundo Tilman (1992), foi de George Gunton, em novembro de 1891. Trata-se de uma resenha de apenas 936 palavras sobre o terceiro artigo de Veblen, *Some neglected points in the theory of socialism*, publicado na revista *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, no mesmo mês.

¹¹ A título histórico, em 2024, completa-se 100 anos da primeira Tese sobre o pensamento social e econômico de Veblen, intitulada *Les theories économiques et sociales de Thorstein Veblen* escrito por William Jaffé enquanto

Por outro lado, Almeida e De Paula (2023) referem o enorme impacto dos escritos de Veblen, considerado pedra angular na economia do final do século XIX e início do século XX, sendo possível encontrar artigos científicos associados ao *mainstream* econômico, e não somente em periódicos heterodoxos, que mencionam a sua contribuição para a compreensão da realidade socioeconômica.

Considerando somente os trabalhos publicados no presente século, percebe-se uma retomada do interesse no trabalho do institucionalista original, que figura entre os autores mais pesquisados, debatidos e contestados da ciência econômica. Conquanto existam muitas avaliações da obra de Veblen, contudo não se encontram trabalhos que objetivem compreender a ontologia do autor e um de seus aspectos mais controversos na literatura, a “dicotomia vebleniana”, como ficou conhecida, aplicada na análise do desenvolvimento brasileiro.

Trata-se de um empreendimento de como um autor, filósofo de formação, mas economista profissional, desenvolveu ideias e argumentos socioeconômicos sob bases ou pressupostos da filosofia desde seus trabalhos iniciais, ressignificando, com isso, a economia como uma ciência do processo de mudança cumulativa e consecutiva (Veblen, 1884, 1898a, 1899b, 1906a, 1908a, 1914, 1925a, 1925b).

O presente ensaio chega a algumas conclusões novas sob uma perspectiva filosófica, ainda que algumas avaliações presentes na literatura tenham sido amplamente metodológicas em conteúdo, por exemplo, Dugger (1988), Edgell (1975, 1999, 2001), Hodgson (1992, 1993a, 2001b, 2003a, 2004c, 2005a, 2008, 2009a, 2023, 2024a), Hodgson e Knudsen (2006, 2010), Tony Lawson (1997, 2003, 2012, 2015b), Nuno Martins (2015, 2020), Rutherford (1994, 1998b) e Tilman (1992, 2007).

A presente Tese, também, tendo como base os ensinamentos de Hodgson (2006b) e Samuels (1995) de que a ciência econômica consiste no estudo dos problemas econômicos, das estruturas sociais e das instituições, aborda alguns temas que não foram desenvolvidos da mesma maneira em outros lugares na literatura econômica nacional, especialmente, uma análise dos encontros dinâmicos e evolutivos dos aspectos tecnológicos e cerimoniais que caracterizam o processo de vida em sociedade e condicionam o desenvolvimento humano aplicando tal *insight* numa releitura de intérpretes selecionados da formação socioeconômica brasileira, tendo em vista as lacunas existentes na abordagem institucionalista do Brasil, a partir da percepção dos processos de fluxo e mudança na ordem sociopolítica do país.

realizava seus estudos para doutoramento em Direito, Economia e Ciências Políticas na Universidade de Paris (Jaffé, 1924; Tilman, 1992). Trata-se de uma apresentação descritivo-narrativa das ideias econômicas e sociais de Veblen.

A ontologia vebleniana de instintos, hábitos e padrões de pensamento e de conduta, a partir de conceitos evolucionários darwinianos de variação, seleção e herança, e da interação cumulativa contínua, entrelaçada e reforçada, entre indivíduos e instituições, é entendida nesta Tese como central para a compreensão do processo da evolução de uma realidade socioeconômica tal como a brasileira. Nesse sentido, Veblen (1898b) afirma que o agente humano muda, portanto o desenvolvimento deve ser estudado a partir de tais “forças motoras do processo”.

Com isso, incorporando o papel dos indivíduos na mudança institucional, objetiva-se avançar no sentido de utilizar o referencial teórico de Thorstein Veblen, e de uma de suas derivações, a dicotomia vebleniana, que aqui nesta Tese será tratada como um dualismo. Tal referencial será aplicado para a análise da evolução dinâmica do Brasil tendo como hipótese de trabalho que o desenvolvimento brasileiro, marcado por disputas, antagonismos, conflitos e incertezas, é decorrente do atraso institucional e não apenas do retardo tecnológico, sendo essa a lacuna teórica que se pretende completar.

Dessa forma, a presente Tese objetiva, com base numa atitude e ética hermenêutica, procurar entender, realçar e reconhecer o que Veblen apontou sobre a realidade socioeconômica e sobre uma ciência que tem por escopo o seu estudo, do que apontar e denunciar o que, eventualmente, não abarcou ou o que deveria ter alcançado sob as perspectivas e ideologias dos seus intérpretes de ontem e de hoje. Tendo em vista a complexidade de tal intento, será adotada uma postura metodológica interdisciplinar a partir de múltiplas áreas de conhecimento, como a sociologia, a antropologia e, em particular, a filosofia, não se atendo apenas ao saber econômico (Conceição, 2002; Dequech, 2017; Edgell, 2001; Samuels, 1995).¹²

Para atingir o objetivo mencionado, torna-se necessário o cumprimento de metas específicas, capazes de auxiliar no alcance do objetivo final. O primeiro objetivo parcial consiste numa aproximação filosófica para a compreensão da realidade, examinando a evolução da filosofia como área de conhecimento, bem como discutindo a ontologia como fundamento crítico do que existe no mundo e a imbricação da filosofia e da economia enquanto domínios complementares.

Ainda dentro dessa proposta de trabalho, serão analisados os sistemas filosóficos de Immanuel Kant e Charles Sander Peirce, em especial, o desenvolvimento das concepções de realismo, respectivamente, crítico e evolucionário, e a influência que tais tradições exercem

¹² Edgell (2001) refere que o modelo conceitual de Veblen pretendia compreender as interconexões entre biologia (instintos), antropologia (condições de vida), psicologia (hábitos) e sociologia (instituições).

sobre as concepções contemporâneas do “realismo científico” de Uskali Mäki e do “realismo crítico” de Tony Lawson. Será investigado se o projeto da ontologia social de Lawson, seja sob a perspectiva da ontologia filosófica, seja do ponto de vista da ontologia científica, possibilita compreender a realidade social como estruturada em sistemas abertos de causalidade e processos cumulativos emergentes e, assim, reorientar a economia como uma ciência que pode explicar os fenômenos sociais em contextos histórico-cultural específicos. Por oportuno, será trazida à discussão o “darwinismo generalizado” de Geoffrey Hodgson dada a significativa influência contemporânea dessa análise e por conta do seu principal autor ser considerado herdeiro do institucionalismo original.

A partir disso, como segundo objetivo parcial, por meio da obra de Thorstein Veblen, considerando a conexão e a interação entre indivíduos e instituições como unidades de seleção evolutiva no desenvolvimento cultural de uma sociedade, compreender os fundamentos ontológicos da sua teorização econômica e, apoiado nisso, apreender sua ampla visão crítica ao saber convencional, que está muito além do seu tempo e que acomoda um quadro mais rico das complexidades e especificidades da realidade socioeconômica.

Dentro desse complexo analítico, partindo dos trabalhos seminais de Veblen e de Clarence Ayres serão buscadas as principais contribuições acerca da evolução social e econômica e o papel da tecnologia e das instituições nesse processo, em especial, a partir da discussão sobre a “dicotomia vebleniana”, uma das ferramentas de análise entre institucionalistas americanos (Powell, 2023), também conhecida como “dicotomia tecnológica-cerimonial” em termos ayresianos, isso porque tecnologia e instituições são camadas ou estratos da realidade socioeconômica, assim, por integrarem a estrutura ôntica da realidade, pertencem ao nível ontológico de análise. O produto de uma sociedade é um processo social e tecnológico, exigindo estruturas organizacionais e incentivos institucionais, por conseguinte, a tecnologia está inextricavelmente entrelaçada com a estrutura institucional de uma nação.

Como último objetivo parcial, a partir da obra de alguns intérpretes do Brasil, a saber, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro, Celso Furtado e Darcy Ribeiro, lançar luzes sobre as dimensões econômicas, sociais e culturais relevantes para a compreensão da relação entre indivíduos, instituições e a evolução da formação socioeconômica brasileira tendo como base os elementos da ontologia vebleniana, abrindo agenda de pesquisa e de debate dentro dos diversos domínios de conhecimento.¹³

¹³ São cada vez mais frequentes os estudos interpretativos ou de resgate do pensamento de Veblen no Brasil, contudo não se encontrou, na base de teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, trabalho com o objetivo ou enfoque da presente Tese. Tal base de dados retornou, em março de 2024,

Para a consecução dos objetivos propostos, por intermédio de uma discussão teórico-argumentativa, o trabalho consiste na construção de interpretação autêntica de obras selecionadas de Veblen, isto é, interpretando sua escrita por meio de exegese textual, que permite a compreensão da relação entre indivíduo e estrutura institucional como um todo e das peculiaridades no tocante à evolução da formação socioeconômica de uma realidade, a partir do que se convencionou denominar na literatura econômica como dicotomia vebleniana, sem o objetivo principal de fomentar discussões a respeito das perspectivas de outros autores, a não ser quando estritamente necessário.

Igualmente, utilizou-se a mesma heurística, isto é, uma interpretação autêntica de obras selecionadas, dentro do tempo disponível, em relação às fontes do estatuto ontológico vebleniano – Kant, Darwin e Peirce; de outros pragmatistas, como James e Dewey –; e dos programas de pesquisa em realismo filosófico em economia – Roy Bhaskar, Uskali Mäki, Tony Lawson e Geoffrey Hodgson.

Com base nisso, e como hipótese deste trabalho, buscou-se uma compreensão dos elementos teóricos de Thorstein Veblen, em especial, a dicotomia vebleniana, a partir do entendimento da ontologia do autor que tem como fundamento genuíno uma base filosófica. Com fundamento nisso, aplicou-se à releitura de intérpretes do desenvolvimento brasileiro, dessa forma, estabelecendo um diálogo entre o Institucionalismo Original e as causas do atraso

20 dissertações e cinco teses a partir do termo de busca “Thorstein Veblen”. Com o objetivo de ampliar o espectro de buscas, modificou-se a pesquisa usando a expressão “Veblen”: retornaram 41 dissertações e 11 teses. Via de regra, os trabalhos de mestrado abordam a influência darwiniana na economia evolucionária institucionalista ou tangenciam a influência do pragmatismo sobre o autor estadunidense, contudo não fazem a conexão aqui proposta de análise da ontologia de Veblen sob a perspectiva da genealogia filosófica da formação do seu pensamento conectando Kant, Darwin e Peirce. A hipótese formulada na presente pesquisa consiste na importância de perscrutar Kant e Peirce, passando por Darwin, para compreender Veblen. Por outro lado, as teses não abordam a temática exposta no presente trabalho.

Alternativamente, pesquisou-se pelo vocábulo “Realismo Ontológico” nas áreas de concentração “Economia” e “Filosofia” retornando apenas as teses de Fucidji (2012) e Madi (2021) que dialogam, em alguma medida, com o presente trabalho. A primeira, uma tese em Teoria Econômica, avalia e aplica a abordagem metodológica do realismo crítico para a ciência econômica em quatro ensaios. A segunda, uma tese em filosofia, investiga os desdobramentos das perspectivas ontológica e epistemológica de Charles Peirce para a economia. Contudo, ambas não abordam as mencionadas conexões da presente Tese.

Por fim, nessa mesma base de dados, nenhum resultado retornou para “dicotomia vebleniana” ou “dicotomia tecnológica-cerimonial” como termos de busca.

Avançando, até a presente data (março/2024), nas bases de dados da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (<https://www.anpec.org.br/novosite/br>) e do Scielo (<https://www.scielo.br/>), foram localizados somente os trabalhos de Almeida e Cavalieri (2017) e de Böck e Almeida (2026, 2018) que abordaram a dicotomia vebleniana, contudo não a utilizaram como fundamento da análise do desenvolvimento brasileiro. Ausentes, da mesma forma, pesquisas que tenham abordado a ontologia de Veblen sob a perspectiva da genealogia filosófica da formação do seu pensamento conectando Kant, Darwin e Peirce.

De outro lado, cabe registrar, o artigo de Cavalieri e Lima (2013) que explora algumas condições ontológicas e epistemológicas do sistema vebleniano de economia política a partir de *insights* de Foucault. Da mesma forma, tal trabalho não dialoga com o exposto na presente Tese.

brasileiro a partir das singularidades do processo formativo socioeconômico do país, segundo as perspectivas dos autores selecionados.¹⁴

Por fim, embora muito já tenha sido escrito sobre Veblen, desde visões favoráveis de seus contemporâneos e dos *modern (old) institutionalism*, na acepção de Tony Lawson (2003), até visões extremamente críticas de seus opositores e dos seguidores destes, não há unanimidade sobre o significado central do seu trabalho.

Pode-se dizer que, desde Gunton (1891), são seis gerações de estudiosos que se debruçam sobre as ideias de Veblen, desde conservadores, radicais, liberais, heterodoxos ou não, sejam do campo da economia ou de outras ciências como a antropologia, a sociologia e a filosofia. De um modo geral, partiram da devassa do ambiente social (desajuste cultural) ou de idiossincrasias pessoais (casamentos, carreira profissional ou vicissitudes econômicas), muitas vezes, baseadas em leituras seletivas de suas obras (Dorfman, 1934; Jorgensen; Jorgensen, 1999; Tilman, 1992, 2007). Nesse sentido, pode-se concordar com o afirmado por Tilman (1992) que uma (re)avaliação definitiva de todo o sistema de pensamento de Veblen talvez nunca venha a ser feita num “futuro calculável”.

Com isto posto, ainda que esta não seja a primeira tentativa de relacionar sua ontologia com sua visão mais ampla a partir de termos filosóficos e da imbricação com a ciência econômica (Daugert, 1950; Hodgson, 2001b; Lawson, T., 2002, 2003, 2015c; Martins, N., 2015, 2020), é nova na seleção dos aspectos de seu pensamento que tratam da compreensão da realidade do ser e do mundo e, também, a partir da aplicação à análise do desenvolvimento brasileiro.

Com efeito, a partir de pressupostos ontológicos em essência, como causalidade e mudança cumulativa e das relações mútuo-dependentes entre as partes e o todo e entre o todo e as partes constitutivas de um processo em que indivíduos e instituições são moldados, formados e conformados continuamente, e tendo por premissa que o escopo do projeto precisa ser reduzido a proporções gerenciáveis, dada a ampla obra intelectual de Thorstein Veblen, buscar-se-á, ao final, um tratamento sistemático da relação entre teoria e ação ao usar a ontologia evolucionária crítica vebleniana, de forma explícita e sustentada, para alcançar uma visão explicativa condizente e coerente com o objeto de análise, qual seja, a realidade socioeconômica em permanente transformação cultural e técnica.

¹⁴ Perspectivas de como o processo evolutivo socioeconômico tomou forma no Brasil nos diversos enfoques e etapas.

2 ONTOLOGIA E ECONOMIA: FUNDAMENTOS PARA A REFLEXÃO CRÍTICA DA REALIDADE

Mitchell (2017) afirma que Veblen criticava os economistas por fazerem perguntas erradas sobre a natureza da realidade e por terem uma concepção antiquada – pré-darwiniana – da ciência e dos problemas econômicos. Por outro lado, C. Wright Mills refere que havia duas escolas na sociologia americana desde Veblen: a do “método” como fetiche – os “estatísticos superiores” – e a da “teoria” – os “grandes teóricos” (Mills, 2017). Em tom crítico, Mills menciona que, na prática, consistia num método elaborado para que ninguém aprendesse muito sobre o homem e a sociedade ao manter um obscurantismo formal e nebuloso.

Tais questionamentos de Veblen têm a ver com o pensamento ou com o ato de pensar; são, portanto, questionamentos filosóficos. Veblen era filósofo de formação tendo obtido seu *Doctor of Philosophy* (Ph.D) na área, em 1884, na Yale University, com uma tese intitulada *Ethical grounds of a doctrine of retribution*.¹ Antes, em 1880, havia se formado no Carleton College, onde cursou o curso preparatório e concluiu seu *Bachelor of the Arts* (B.A.), tendo feito um discurso de formatura que tinha por título *Mill’s examination of Hamilton’s philosophy of the conditioned*, um ataque contra os chamados filósofos do “senso comum” (Camic, 2020; Jorgensen; Jorgensen, 1999).

Veblen estudou filosofia num tempo que era a ciência mestra que unificava todos os outros domínios do conhecimento, incluindo línguas antigas e modernas, matemática e ciências naturais. A filosofia era dividida em “filosofia mental”, que abarcava epistemologia, lógica, metafísica e psicologia, e a “filosofia moral” que tratava da ética pessoal e da conduta no mundo social. A teoria da lei natural e dos direitos naturais era a espinha dorsal da filosofia, na qual os princípios basilares eram os da vida, liberdade e propriedade. Nas universidades estadunidenses, dominava a perspectiva do senso comum escocês, assim a indução era o principal instrumento do progresso científico e de todo avanço no conhecimento humano – uma sequência de causas e efeitos que explicam o modo de sua ocorrência (Camic, 2020; Murphey, 2018).

¹ Camic (2020) pondera que esse é o registro que vem sendo transmitido por estudiosos de Veblen, pois não há cópia na Biblioteca de Yale. O comentador especula que o assunto estava muito longe de ser de interesse de Veblen, mas que o artigo *Kant’s critique of judgment*, de 1884, pode ter se originado da sua tese. Na mesma linha, Camic e Hodgson (2011) e Murphey (2018). Anteriormente, Hodgson (2004c), embasado em Dorfman (1934), referia que a tese de doutoramento de Veblen teria comparado Spencer e Kant. Por outro lado, também há divergência em relação sobre quem teria sido seu orientador: Camic (2020) menciona Noah Porter; Arnesen (2006) menciona William Graham Sumner.

A teoria da propriedade, considerada o fundamento da liberdade individual, era de Locke que entendia que os homens têm direito natural ao produto de seu próprio trabalho. Assim, o direito de propriedade veio com a troca da propriedade pelos bens indispensáveis para satisfazer as necessidades dos homens (Murphey, 2018).

Nas suas passagens por Carleton, Johns Hopkins, Yale e Cornell, além da filosofia, Veblen entrou em contato com o campo da economia tendo orientação e apoio de professores que eram economistas políticos. Assim, a economia política foi a sua segunda ênfase na escolha das disciplinas cursadas, tendo iniciado um segundo doutorado na área em Cornell, que não foi concluído por ter se transferido para a Universidade de Chicago, em 1892, seguindo os passos de seu orientador fortuito, Laurence Laughlin (Camic, 2020; Jorgensen; Jorgensen, 1999).

Nessas universidades estudou ou teve relação direta com economistas, historiadores, cientistas políticos, antropólogos e filósofos como John Bates Clark, em Carleton; Herbert Baxter Adams, Richard T. Ely, George S. Morris e Charles Sanders Peirce, na John Hopkins; em Yale, Noah Porter, George T. Ladd e William Graham Sumner; e, por fim, Laurence Laughlin, Herbert Tuttle e Moses Coit Tyler, em Cornell. Tais professores buscavam questionar seus predecessores atacando suas premissas, suas conclusões e duvidando de tudo o que havia entre eles (Camic, 2020; Edgell, 2001; Jorgensen; Jorgensen, 1999; Tilman, 2007).

Veblen teve contato com doutrinas evolucionistas, até mesmo as variedades darwinianas do evolucionismo, tendo em vista que, na época, a tradição lamarekiana ainda era preponderante, com Herbert Spencer como seguidor expoente. A ciência não se destinava apenas ao estudo da natureza, porém também do mundo social e das humanidades. Formou-se em Veblen a prática de analisar o mundo social como uma unidade orgânica em constante mudança e a prática de valorizar a ciência e outras atividades produtivas (Camic, 2020).

No campo da filosofia, na John Hopkins University, com Peirce, que também foi atraído pela teoria evolucionista darwiniana, Veblen fez um curso elementar sobre lógica, entendida como método da pesquisa científica moderna que precisava ser formalizado e generalizado. Peirce enfatizava que a função do pensamento é produzir hábitos de ação, que os princípios orientadores da investigação são os hábitos da mente e que o pensamento é uma ação. Ficou em Veblen que os seres humanos são agentes ativos em relação às condições ao seu redor, ao invés de unidades passivas e atomizadas.

Ainda na Universidade John Hopkins, fez um curso sobre a primeira das críticas de Kant com George Morris, que acabou dando origem ao livro *Kant's critique of pure reason: a critical exposition* (1882), segundo Camic (2020).

Quando se transferiu para Yale, foi estudar com Noah Porter, filósofo da escola escocesa e administrador da Universidade, fazendo três dos cursos oferecidos. Posteriormente, Noah publicou *Kant's ethics: a critical exposition* (1886).

Veblen analisava a realidade socioeconômica a partir do estudo dos seguintes elementos: uma estrutura em contínua mudança cumulativa, evolucionária, portanto; apreensão da realidade de forma holística – natureza e homem, não de unidades atomizadas; instintos, hábitos e instituições, valorização de características relacionadas ao trabalho produtivo, como instintos e hábitos decorrentes; proposição de uma ciência que, para ser moderna, teria que se dar em linhas darwinianas e, também, assentada na busca incessante do conhecimento (Veblen, 1898b, 1898c, 1899a, 1899b, 1899c, 1900, 1906a, 1909).

Isso posto, argumenta Tilman (2007, p 12, tradução própria), “[...] Veblen deve ser rotulado como um naturalista evolucionário e humanista secular filosoficamente, um liberal de esquerda na política, um institucionalista na economia e um funcionalista kantiano-darwiniano na estética.”² Assim, tendo em vista a sua profunda visão da realidade socioeconômica, este capítulo pretende entender como a filosofia deu fundamentos para que Veblen, partindo da sua ontologia, analisasse a realidade socioeconômica como ela é. Contudo, adverte Tilman (2007, p. 140, tradução própria):

Muito do que é dito aqui sobre a filosofia de Veblen é baseado na extrapolação do que ele realmente escreveu. Como ele não é autor de tratados filosóficos formais sobre o naturalismo ou a evolução darwiniana, nenhuma conclusão quanto ao seu significado pode ser invocada de forma definitiva ou autorizada para seu pensamento. A avaliação dela como parcial e incompleta é, portanto, essencialmente correta e isso inclui sua ética e estética.³

Mas qual a genealogia da filosofia que permitiu que Veblen avançasse propugnando uma reinvenção da ciência econômica? Como se pode fundamentar a sua compreensão da realidade socioeconômica em termos ontológicos?

² No original: “Veblen should be labeled as an evolutionary naturalist and secular humanist philosophically, a left-liberal in politics, an institutionalist in economics, and a Kantian-Darwinian functionalist in aesthetics.”

³ No original: “Much of what is said here about Veblen’s philosophy is based on extrapolation from what he actually wrote. Since he authored no formal philosophical treatises on either naturalism or Darwinian evolution, no closure as to its meaning can be definitively or authoritatively invoked for his thought. Assessment of it as partial and incomplete is thus essentially correct and this includes his ethics and aesthetics.”

2.1 UMA APROXIMAÇÃO FILOSÓFICA PARA A COMPREENSÃO DA REALIDADE

Estruturas conceituais são necessárias para orientar qualquer investigação científica, e a análise sobre fundamentos teóricos deve fortalecer essa missão. Tal abordagem deve perpassar pela compreensão do objeto de análise, sejam aspectos dizentes aos indivíduos ou ao âmbito socioeconômico.

Dessa forma, é fundamental para a compreensão da realidade socioeconômica a apreensão da estrutura social como dependente da ação humana (prática e objetos sociais), inerentemente processual, intrinsecamente dinâmica, sujeita a mudanças, caracterizada pela abertura, por poderes e processos emergentes e contexto histórico-cultural específico, isto é, em seu tempo e lugar, e que conformam uma visão de mundo. Nesse sentido, a ciência, então, como prática social, procura elucidar a estrutura da realidade e, à medida que camadas mais profundas são compreendidas, o conhecimento adquirido em tal processo permite revisar concepções anteriores.

Por conseguinte, para que se possa entender determinada época ou nação, tempo e espaço ou o pensamento de um autor, deve-se compreender sua forma de assimilar a realidade, a partir da concepção filosófica subjacente, ou seja, uma avaliação consistente, da natureza humana e da sociedade, a partir do contexto cultural,⁴ intelectual, social e institucional.

Nesse sentido, conforme Russel (2015), as circunstâncias da vida humana ajudam a determinar sua filosofia, da mesma forma que esse aspecto ajuda a definir aquelas. Para esse autor, filósofos são produtos de suas circunstâncias sociais, assim como da política e das instituições da sua época, porém também são causas na medida em que influenciam, com seu pensamento, a forma de apreender a realidade, a política e as instituições do seu tempo.

A filosofia busca o conhecimento da verdade enquanto tal, tendo por objeto a totalidade das coisas e do ser, a realidade do todo sem exclusão de partes, tendo por método o racional, o argumento da razão. Se aos deuses a posse da verdade era total e certa, aos homens restava uma aproximação contínua do verdadeiro. Às outras ciências caberia a explicação das partes da realidade, dos entes, das coisas ou fenômenos.

⁴ Tomado em sentido antropológico, isto é, modo de vida de uma comunidade. Inclui modos de pensar e de agir, bem como produtos dessas atividades, materiais ou abstratos.

Conhecer a realidade depende de que a verdade, que está nas coisas ou no ser, se manifeste (em termos de correspondência) e seja evidente para a razão. Filosoficamente, a verdade depende que se liberte da aparência e se busque a essência da realidade.

Essa consiste na existência do mundo material, natural, ideal, cultural e a vivência nele. A realidade é o campo formado por seres ou entes diferenciados e relacionados entre si, que possuem sentido em si, entretanto recebem novos significados das relações com outros entes (Chauí, 2000).

A filosofia é, por meio da análise, da reflexão e da crítica, a busca da essência, do fundamento e do sentido da realidade e dos seres humanos em suas múltiplas formas, como individuais, coletivas, ciência, artes, política, sociais, econômicas etc. (Chauí, 2000). Quão habilitada a ciência econômica está em compreender a realidade em sua essência ou de se aproximar da verdade dos fenômenos?

Para Kant (2012), a filosofia é a ciência da relação de todo o conhecimento filosófico para a promoção dos fins essenciais da razão humana e que tem por objetivos a natureza (lei natural) – tudo que é – e a liberdade (lei moral) – tudo que deve ser. Na *Crítica da razão pura*, de 1781, Kant refere que é função da filosofia analisar conceitos que já estão dados, mas, apesar disso, permanecem confusos ou incompletos.

Em Kant (1992), a filosofia é a ciência da relação de todo o conhecimento e de todo uso da razão com o fim último do discernimento humano. Para tanto deve o filósofo determinar, fazendo uso livre da sua razão, as fontes do saber humano, a extensão do uso possível e útil de todo saber e os limites do julgamento. É um domínio, portanto, essencialmente antropológico.

Kant (2022) subdivide a filosofia em “pura”, denominada de metafísica, que depende de princípios *a priori*, e “aplicada”, chamada de física, que depende dos princípios da experiência. A primeira é necessária, fundamental, ultrapassa os limites da natureza, entendida como o somatório de todos os objetos da experiência, e tem por fundamento a razão e não conceitos empíricos. A ciência que trata dos conhecimentos *a priori* é a filosofia transcendental “normalmente” denominada de “ontologia”. A distinção das partes é divisão metafísica, já a separação das partes é divisão física. Espaço e tempo, embora distintos metafisicamente, não se separam fisicamente. Para Kant, “[a] distinção das partes não é uma separação [...]” (Kant, 2022, p. 145).

A filosofia é, portanto, baseada na razão e fundamento da ciência, eis que a sua estrutura categórica permite o nascimento e o desenvolvimento de ideias e concepções que alicerçam o conhecimento científico ao buscar a causa ou as causas que estão além do fato ou evento.

Consiste num agregado de subcampos como lógica, epistemologia, ética, metafísica e ontologia (Chauí, 2000; Kant, 2012, 2022; Murphey, 1979; Reale; Antiseri, 2003a).

São três os campos da investigação filosófica: (i) a ontologia que consiste no conhecimento de toda a realidade; (ii) as ciências práticas e produtivas que consistem no conhecimento das ações e finalidades humanas; e, (iii) a epistemologia, que se resume no conhecimento da capacidade humana de conhecer (Chauí, 2000).

Por outro lado, a filosofia da ciência, também chamada de teoria do conhecimento, investiga a natureza, as fontes e a validade do conhecimento, não obstante acabou se reduzindo à epistemologia do conhecimento científico. Em termos históricos, remonta a Platão, mas a partir dos trabalhos de Descartes e Locke, na era moderna, passou a ocupar posição central na filosofia.

Ao longo do tempo, marcou a filosofia da ciência o debate, de um lado, os racionalistas, para quem a razão, fundada na intuição e na inferência racional, é o meio mais importante para conhecer a realidade e que tem na lógica e na matemática o paradigma epistemológico, e, de outro, os empiristas, para quem a experiência e o uso dos sentidos (e extensões como instrumentos) é o meio para conhecer, substantiva e genuinamente, o mundo e que tem nas ciências naturais seu paradigma epistemológico (Bhaskar, 2008a, 2011; Cupani, 2009; Lawson, T., 2004, 2015b).

A história de ideias entendidas como de mérito filosófico consiste nas teorias, conceitos e posições que são filosoficamente relevantes para o objeto de estudo, pois formam o assunto da investigação e se consideram como criações individuais de homens como Platão, Aristóteles, Descartes, Locke ou Kant. Não obstante, a filosofia avança pelo diálogo entre os filósofos. Por exemplo, para entender Kant, olha-se para Hume (Murphey, 1979).⁵

Segundo Kant (2012), em relação à origem dos conhecimentos puros da razão – se decorrentes da experiência ou, independente desta, da razão –, Aristóteles era o líder dos empiristas, tendo Locke como seu seguidor, enquanto Platão foi o prócer do racionalismo. Para Kant, em Hume o conhecimento é obtido a partir do ceticismo como procedimento enquanto método sistemático. Seguindo Kant, somente a crítica é o caminho para o conhecimento.

Um problema central na filosofia tem sido, desde Platão, o tratamento e a reconciliação do mundo ideal e do mundo material. Assim, o presente capítulo objetiva uma aproximação

⁵ Entende-se como fundamental, para os objetivos da presente Tese, perscrutar Kant para compreender Veblen, indo além do que a literatura faz usualmente: partir de Darwin e, eventualmente, de Peirce e de James-Dewey. Como filósofo de formação, o quadro filosófico-teórico de Veblen se alicerça sobre “ombros de gigantes” da filosofia, especialmente, Kant e Peirce, além de Darwin.

filosófica para a compreensão da realidade tal como ela é. Para tanto, uma digressão sobre os pensadores que exerceram influência no quadro filosófico-teórico de Thorstein Veblen, em especial, sob a perspectiva da sua ontologia. A obra desse institucionalista original é, em essência, filosófica, dada sua atitude e pensamento críticos sobre a realidade ôntica socioeconômica, seja em relação aos fatos e ideias estabelecidas pela economia recebida ou como deveria se constituir numa ciência econômica evolucionária em mudança constante ou incessante e em causação cumulativa.

Ver-se-á que, ao contrário do que alguns intérpretes afirmam que não há uma teoria sistêmica estabelecida (Hodgson, 1992, 1998a; Rutherford, 1998b), o pensamento vebleniano, além de crítico (essência e significação da realidade e das coisas) e reflexivo (razões, causas, sentido para conhecer e agir), também é sistemático (relações coerentes entre ideias e significações).⁶

Um último ponto é importante registrar. Comunicação e compreensão são vitais para a ciência como processo social (Hodgson, 2018). Assim, a presente seção é passo preliminar necessário para esta Tese no sentido de garantir que os mais diversos analistas (autor, banca, academia e, quem sabe, interessados em geral) compartilhem sobre o tema do debate falando e compreendo a mesma coisa – o necessário estabelecimento da ontologia para a análise da realidade socioeconômica. A ideia é comunicar o significado de estruturas, categorias e entidades que não fazem parte do debate usual em economia, ainda mais na literatura nacional, a partir da discussão de elementos que sirvam para compreensão do realismo vebleniano, base para a subsequente análise teórica e investigação empírica de elementos da realidade.

2.1.1 Excertos do pensamento filosófico ocidental: uma introdução

“Ideia” é uma transliteração dos termos gregos “*ιδέα*” (“idéa”) ou “*εἶδος*” (“eídos”) que indicam figura ou aspecto do que se vê e, particularmente, a partir de Platão (428/427 a.C. – 347 a. C), forma ontológica, significando o fundamento das coisas ou a essência substancial ou, ainda, a realidade paradigmática da estrutura e do caráter do mundo. Constitui o verdadeiro ser, real e perfeito, a partir do pensamento inteligível – a “ideia”, e não simples representações ou conceitos mentais. Ideia, no sentido platônico, é o ente metafísico que encerra o verdadeiro ser das coisas e que tem o pressuposto do conhecimento e da visão das coisas como tais. Como método filosófico faz uso da dialética, que parte da razão,

⁶ Nessa linha, Tilman (2011) afirma que Veblen foi um pensador sistemático e um teórico original.

para descobrir que as ideias são as causas verdadeiras da realidade, além das causas físicas (Marías, 2004; Reale; Antiseri, 2003a, 2004, 2005a; Russel, 2015).

Com Aristóteles (384/383 a.C. – 322 a.C.), que fora discípulo de Platão, tem-se a noção de “primeira filosofia” como a ciência do ente enquanto tal, uma ciência da substância da totalidade em si. As demais ciências estudam apenas uma parte do todo, portanto constituem a segunda filosofia. (Aristóteles, 2002; Marías, 2004; Reale; Antiseri, 2003a; Russel, 2015).⁷

No Livro I da *Metafísica*, Aristóteles (2002, p. 3) afirma que “[t]odos os homens, por natureza, tendem ao saber.” O objeto da investigação aristotélica são as causas, os princípios e os elementos da substância que consiste na causa do ser, no primeiro princípio que une os múltiplos significados e categorias do ente enquanto ser – a totalidade da realidade e do ser. Na ontologia de Aristóteles a multiplicidade de significados do ser a partir da substância (essência e substrato), que é sujeito de todas as coisas e da qual todas as coisas se predicam.

Para o filósofo, aqueles que experimentam a sensação de dúvida reconhecem que não sabem; a busca do conhecimento em vista do saber e não por causa de alguma utilidade prática. Essa busca é a do homem livre pelo saber e pela reflexão cujo fim é o próprio conhecer, assim, mediante a ciência encontra-se o conhecimento. A natureza e o fim da investigação, portanto, consiste na ciência das causas primeiras (Aristóteles, 2002).

No Livro I da *Metafísica*, afirma que a causa é o princípio primeiro da mudança ou do repouso, possuindo quatro significados (tipos): formal, material, eficiente e final. O primeiro sentido é o que informa um ente e faz com que seja o que é, conferindo forma, portanto a essência e a natureza de cada realidade singular. A segunda acepção consiste em toda realidade sensível – matéria e substrato. Por sua vez, causa eficiente é o princípio primeiro do movimento ou da mudança, é quem faz a coisa causada, portanto aquilo que produz geração, movimento ou transformação. Por último, causa final é o fim, o para quê, aquilo a que toda coisa tende. Buscar a causa primeira é buscar o conhecimento da verdade e isso constitui o objeto da filosofia (Aristóteles, 2002).

Se a realidade fosse estática, bastariam as causas material e formal, porém o tornar-se é dinâmico sendo necessárias outras razões ou causas, isto é, a causa eficiente ou motriz e a causa final, o fim ou objetivo para qual tende o devir do homem.

⁷ Cupani (2009) refere que Aristóteles foi o precursor da filosofia da ciência ao se ocupar da epistême ou conhecimento [“ἐπιστήμη” (“epistim”) em grego], saber seguro obtido metodicamente, à diferença da simples opinião ou doxa [“δόξα” (“dóxa”) em grego]. O conhecimento científico como verdade necessária.

Mais, Aristóteles aduzia que é preciso adaptar o método ao objeto que é próprio de cada ciência e a boa solução consiste na resolução das dificuldades com que se defronta o indivíduo, examinando-as para saber aonde se precisa ir ou o quê alcançar (Aristóteles, 2002).

A pergunta fundamental da metafísica de Aristóteles é o que é o ser, isto é, o que é a substância, sendo composta por dois elementos inseparáveis: matéria e forma. Na ontologia do filósofo, a matéria é aquilo de que é feita uma coisa; a forma é o que faz com que algo seja o que é, isto é, potência e ato, respectivamente. A mudança entre o vir a ser e o deixar de ser, sempre de um modo para outro do ser, um ser uno e múltiplo ao mesmo tempo. A metafísica procura explicar as causas primeiras do ser enquanto ser, as causas da realidade em sua totalidade, do “todo e [d]a parte” (Aristóteles, 2002, p. 141).⁸

Na filosofia moderna, Rene Descartes (1596-1650) dá ao termo ideia a acepção atual de pensamento e conteúdo da mente humana, revolucionando a filosofia por ter centrado o saber no homem e na racionalidade humana e não mais como uma concessão divina, passando a preocupar-se com os limites do que se pode conhecer, já que toda a complexidade do real não é cognoscível. John Locke (1632-1704) consagra tal acepção, com as ideias, único objeto do pensamento humano, derivando sempre e somente da experiência, enquanto que, para Descartes, as ideias eram essencialmente inatas, isto é, conteúdos presentes na mente anteriores à experiência (Descartes, 2001, 2005; Locke, 1999; Reale; Antiseri, 2004, 2005a).

Com Descartes, a dúvida é o método da filosofia que se funda no indivíduo, como consciência, como razão. A filosofia não é mais a ciência do ser, mas a doutrina do conhecimento. O sistema é idealista e o método é o racionalismo (Descartes, 2001; Reale; Antiseri, 2004; Russel, 2015).

Em Descartes, a metafísica deixa de ser uma teoria sobre o fundamento da realidade para uma concepção sobre o fundamento do conhecimento humano da realidade, um entendimento propriamente científico. Com ele, alcança-se a certeza metafísica (Levy, 2010).

Em termos da história da filosofia, o Iluminismo era hegemônico na Europa, a partir de meados do século XVIII assentado na confiança plena da razão humana como condição de alcançar a verdade, a liberdade e a felicidade social e política, e o seu desenvolvimento é entendido como a evolução e o progresso da humanidade. O problema do conhecimento torna-se central para a filosofia, e o ponto de partida é a razão do sujeito do conhecimento.

⁸ No sentido aristotélico o todo pode assumir dois sentidos: ou a unidade como cada uma das partes ou a unidade resultante do conjunto delas. Por outro lado, as partes são aquelas nas quais o todo se divide ou, ainda, são medida do todo (Aristóteles, 2002).

Em tal filosofia o uso crítico e construtivo da razão em defesa do progresso científico e técnico e de libertação de dogmas metafísicos de então. A razão fundamenta uma religiosidade racional e os sistemas jurídico, político e econômico, que derivam da natureza das coisas, são os direitos naturais e invioláveis do homem como a propriedade privada, a liberdade e a igualdade (Reale; Antiseri, 2005a).

Nesse período, passou a ser objeto de interesse do homem o entendimento quanto às bases econômicas da vida social e política, bem como o processo de produção, circulação e distribuição da riqueza, com a economia começando a tomar sua forma como campo científico. Tal movimento deu-se, fundamentalmente, a partir da publicação da obra *A riqueza das nações*, em 1776, por Adam Smith, um filósofo escocês do senso comum, que continha um modelo de análise da natureza, da estrutura e do funcionamento dos processos econômicos do modo de produção capitalista. No século seguinte, a biologia passou a ter destaque como campo de conhecimento por estar relacionada com a ideia da evolução, em especial, após Charles Darwin ter publicado *A origem das espécies*, em 1859.

Tal movimento intelectual consistiu na filosofia da burguesia em ascensão e tem na razão do empirista John Locke sua concepção referencial. Tal filósofo, por sua vez, teve como paradigma a física newtoniana assentada no conhecimento da natureza e do seu funcionamento a partir de uma ciência orientada experimentalmente, na qual as proposições obtidas por indução devem ser entendidas como exatas ou próximas da verdade (Chauí, 2000; Reale; Antiseri, 2005a; Smith, 2008).

Esse filósofo defendia que não há verdades eternas ou as ideias inatas dos racionalistas, com a razão sendo condicionada e limitada pela experiência. Tinha por objetivo estabelecer a gênese, a natureza, o valor e os limites do conhecimento humano. Sustentou que o conhecimento ocorre com a observação de objetos e eventos externos ao conhecedor possibilitando a formação de ideias e padrões causais que são estabelecidos nas leis científicas naturais. O método apropriado para o conhecimento daquilo que diz respeito à conduta humana seria, portanto, o empirismo (Locke, 1999; Reale; Antiseri, 2005a).

Em Locke (2001) há uma crença na causalidade, com os objetos possuindo “poderes internos” que proporcionam ou admitem mudança relacionando-os uns aos outros, e sendo passíveis de prova racional. Para o filósofo, tudo que existe tem uma causa.

O conhecimento das coisas materiais é probabilístico, consistindo em opinião ou conhecimento sensível dos objetos externos, portanto é inferior ao conhecimento que se tem de si mesmo. Deve-se usar a razão e os cânones da probabilidade para julgar (Locke, 1999; Reale; Antiseri, 2005a).

Por outro lado, no *Tratado da natureza humana*, publicado entre 1739 e 1740, uma obra dividida em três partes – uma sobre o entendimento, outra sobre as paixões e a terceira sobre a moral, David Hume (1711-1776) pretende aplicar à natureza humana o método de raciocínio experimental como meio para obter êxito nas investigações filosóficas. Em contraponto ao racionalismo, que dava primazia ao pensamento como responsável pelo conhecimento, propugna o empirismo como fundamento da ciência do homem (Hume, 2016).

Para Russel (2015), Hume contestou a indução e o princípio da causalidade – a relação simples entre antecedente e conseqüente conforme a filosofia recebida. Para Sugden (2021), a teoria de Hume é sobre como a mente processa sensações, ideias e ponderações para criar novas percepções, concepções e reflexões, portanto, todo raciocínio científico é uma operação da mente humana e seu método está assentado nas ciências naturais. Com Hume, portanto, a ciência do homem com base numa psicologia experimental a partir de percepções (impressões e ideias) de objetos e processos para obter conhecimento e compreensão de novas concepções (impressões e ideias) de objetos e processos, uma teoria, portanto, dinâmica.

Para Hume (2016), a filosofia recebida era baseada em conceitos metafísicos, envolta em disputas sem fim, em princípios sem demonstração, em conseqüências deduzidas incorretamente. Além disso, havia incoerência entre as partes e o todo e era dominada pela eloqüência como se tudo fosse ou estivesse certo, portanto, uma filosofia alheia à realidade experimentada pelos homens. Tal filosofia pretendia o conhecimento da realidade, porém não levava em conta a natureza humana, portanto era inacessível ao entendimento preciso e certo.

Para o filósofo, a ciência da natureza dos homens é o único fundamento sólido para as outras ciências e é obtida por meio da observação e da experiência, não a de experimentos controlados, mas a da experimentação do comportamento dos homens em sociedade que reúne elementos que possibilitam uma melhor compreensão do âmbito e dos limites da compreensão humana. Hume reformularia, assim, a filosofia de antes avançando “[...] sobre a própria natureza humana [...]” (Hume, 2016, p. 21).

Em Hume (2016), a mente humana funciona por meio da associação entre ideias a partir de três princípios: semelhança; contigüidade no tempo ou no espaço; e, relação de causa e efeito ou, em outras palavras, causação. Essa última relação é obtida pela experiência e não mediante a reflexão ou o raciocínio abstrato, sendo a única que, ao levar os homens além dos sentidos, possibilita a compreensão da existência real ou das relações entre os objetos ou processos.

Por outro lado, contigüidade espacial e antecedência temporal são essenciais às causas e efeitos, contudo há que se ter uma conexão necessária – ou seja, toda ideia corresponder a alguma impressão – que parte da conjunção constante, sendo essa a relação mais importante,

devendo-se originar da observação e da experiência não apenas de uma instância, mas de várias sequências repetidas de eventos, o que propicia a formação de um hábito mental.

Assim, a associação entre ideias por causa e efeito permite estabelecer uma impressão presente para um futuro existente – um efeito – e, também, uma impressão presente para um existente anterior – uma causa. Tem-se o hábito ou o costume, uma crença vista como uma ideia viva relacionada a uma impressão presente, com Hume dando, assim, ênfase ao sensível e não à razão. A explicação causal é dada pela repetição de impressões que formam hábitos – ou crenças – e não por intermédio de um processo de raciocínio. Há em Hume uma explicação psicológica do processo causal pelo exercício de um hábito mental (Broadie, 2009).

Para Hume (2003) todos os objetos da razão ou da investigação humana são relações de ideias ou questões de fato. As primeiras são intuitivas, dependem apenas da operação do pensamento, independentemente do que possa existir em qualquer parte da realidade, valendo o princípio de não contradição (um juízo não pode afirmar ou negar algo ao mesmo tempo), portanto submetidas ao raciocínio do tipo *a priori* (dedutivo). As segundas admitem o seu contrário, dependem do que existe na realidade e parecem ser fundadas sobre relações de causa e efeito entre objetos ou processos, estando submetidas ao raciocínio do tipo indutivo.

De acordo com Hume, argumentos que envolvem demonstrações *a priori* decorrem da razão, assim essa não pode ser a faculdade responsável por justificar a indução. Todos os raciocínios em questões de fato estão baseados na relação de causa e efeito, dependentes de observações dos eventos, portanto de experiência passada, ainda assim não há garantia de que venham a ocorrer no futuro.

Nas palavras do autor, “[a] ‘razão jamais pode mostrar-nos a conexão de um objeto com outro’, ainda mesmo com a ajuda da experiência e da observação da sua conjunção constante em todos os casos passados.” (Hume, 2016, p. 128, grifo nosso)

Assim, tem-se um problema da indução que é dizente com a verificação de regularidades ante ao futuro e ao desconhecido, a partir do que fora observado pela experiência, devendo-se confiar, portanto, no hábito e não na razão. Em Hume, os raciocínios indutivos e argumentos não decorrem de processos racionais, isto é, “[t]odas as inferências da experiência são, pois, efeitos do hábito, não do raciocínio.” (Hume, 2003, p. 75) Seguindo Hume, a indução de Locke consistiria, na verdade, numa associação de ideias por força do hábito, um comportamento, por conseguinte.

Para Hume, a experiência proporciona conjunções constantes, entretanto não necessárias entre objetos ou processos. A natureza humana leva às inferências causais quando presencia repetição na experiência, portanto forma-se um hábito ou costume.

Esse é o fundamento das conclusões sobre relações de causa e efeito. O hábito como elemento da natureza humana fundamenta a verdade em relação aos objetos a nossa volta independentemente da vontade e da própria razão. Do hábito gera-se uma crença de conexão necessária, subjetiva, irracional, uma espécie de instinto, uma tendência para a associação de ideias (Hume, 2003, 2016).

O hábito, então, transfere o passado para o futuro e em todas as vezes que houve regularidade e uniformidade se espera um acontecimento com segurança. Contudo, se efeitos diferentes seguem de causas aparentemente semelhantes, tais resultados transferem-se do passado para o futuro por meio de um “princípio de igual peso e autoridade” (Hume, 2003, p. 73) e esse princípio é o hábito ou costume. Nas palavras do filósofo:

“O hábito é, assim, o grande guia da vida humana”. É só esse princípio que torna nossa experiência útil para nós, e faz-nos esperar, no futuro, uma cadeia de acontecimentos semelhante às que ocorreram no passado. Sem a influência do hábito, seríamos inteiramente ignorantes de toda questão de fato que extrapole o que está imediatamente presente à memória e aos sentidos. Jamais saberíamos como adequar meios a fins, nem como empregar nossos poderes naturais para produzir um efeito qualquer. Pôr-se-ia de imediato um fim a toda ação, bem como à parte principal da especulação. (Hume, 2003, p. 77, grifo nosso)

Hume, em lugar de fundamentar de forma inabalável o conhecimento humano como Descartes e Locke preconizavam, oferece uma explicação razoável do que ocorre ao conhecimento humano ao inserir um senso de probabilidade no entendimento, uma crença mais firme e segura de eventos prováveis, além de reduzir a amplitude do conhecimento, pois não há possibilidade de o homem dar um passo além de si mesmo.

Assim, tem-se o ceticismo, com Hume rejeitando a indução e o princípio da causalidade como resultado de um processo racional,⁹ até então, uma crença inabalável na história da filosofia, e demonstrando, a partir de uma raiz experimental do conhecimento, as limitações do entendimento humano. Só se pode conhecer a causa e o efeito à luz da experiência, não do raciocínio ou da reflexão.¹⁰

Nesse sentido, com Hume o conhecimento é apenas provável, um conhecimento incerto tanto do futuro quanto daquilo que não foi observado do passado e do presente. Podem-se aceitar explicações razoáveis e plausíveis, não verdades, convicções ou certezas incontestáveis,

⁹ Mitchell (1947) coloca o ceticismo como uma influência de Hume em Veblen. Edgell e Tilman (1989) mencionam o empirismo do britânico como tendo influenciado Veblen.

¹⁰ O ceticismo, seja a variante de Descartes ou a mais radical de Hume, é considerado o maior argumento contra a ideia de que existe uma realidade independente da mente. O mundo das coisas em si está sempre além do conhecimento. O que se percebe é a própria experiência consciente (Searle, 2000).

opondo-se, assim sendo, às postulações dogmáticas ou que não podem ser revistas, tal como ocorrem na metafísica.

Nas palavras de Hume (2003, p. 221):

É só a experiência que nos revela a natureza e os limites da relação de causa e efeito, e nos permite inferir a existência de um objeto a partir da existência de outro. Tal é o fundamento do raciocínio moral que compõe boa parte do conhecimento humano e é a fonte de toda ação e comportamento humanos.

Concluindo, Hume não visa a investigar a essência do ser, mas desvendar a origem, a força e os limites do conhecimento humano com base na observação e na experiência, assentado num ceticismo que chamou de “mitigado” por conta do conhecimento incerto dos objetos ou processos.¹¹

Dessa forma, para James (2010) está posta a controvérsia entre o empirismo e o racionalismo, o primeiro significando o modo de explicar o todo pelas partes e segundo indicando a forma de explicar as partes pelo todo.

Seguiram-se duas respostas à proposição de Hume. A primeira, dos filósofos escoceses, entre eles, Thomas Reid (1710-1796) e Dugald Stewart (1753-1828), que rejeitaram o ceticismo humeano e consideraram uma teoria do conhecimento de tipo realista por meio do senso comum, isto é, a partir das coisas como elas se apresentam não à razão (ideia), mas aos sentidos por meio da observação e experiência. Para tanto, seguiam o método indutivo de tipo newtoniano, porém não se podem conhecer as causas essenciais dos fatos, apenas os fatos e as leis que os ligam.

A outra resposta foi dada por Immanuel Kant (1724-1804) e seu idealismo transcendental que, mediado pela sensibilidade e organizado por estruturas *a priori* do conhecimento, possibilita o entendimento por meio da faculdade crítica de fazer juízos, expressa em proposições (Abbagnano, 2007; Camic, 2020; Marías, 2004; Murphey, 2018; Reale; Antiseri, 2005a; Russel, 2015).

Os filósofos escoceses propuseram uma filosofia livre de especulações e categorias metafísicas sustentando que as sensações não são meras ideias ou impressões subjetivas, mas

¹¹ Hume possui contribuições na economia com desenvolvimentos teóricos em direitos de propriedade, comércio exterior, teoria quantitativa da moeda, uma teoria da taxa de juros e da tributação, e por ter influenciado Adam Smith (Reiss, 2013). Sugden (2021) refere que o *Tratado da natureza humana* antecipa muitas descobertas da moderna economia comportamental.

crenças, entendidas como princípios constitutivos, comuns a todos os membros da comunidade em objetos da realidade material.¹²

Assim, partem da experiência como origem e condição do conhecimento e se recusam a estabelecer limitações semelhantes às de Kant na capacidade da mente de conhecer. Mais, rejeitaram as associações mentais e as realidades incognoscíveis de Kant, construindo uma rejeição ao ceticismo de David Hume, segundo Broadie (2009).

Conforme Thomas Reid, a regra para a verdade seria encontrar causas verdadeiras e suficientes, enquanto Hume apela às experiências sensoriais da conexão constante que advém do hábito. A regularidade no comportamento a partir de causas eficientes entendidas como algo que tem poder de produzir um efeito, no entanto, não só isso, também de exercer tal poder. Assim, poder e esforço são a base da causalidade eficiente de Reid, consistindo, assim, numa questão metafísica (Broadie, 2009; Pich, 2010; Pimentel, 2017).

Já Dugald Stewart acreditava que nos eventos naturais e nos fatos humanos existe uma ordem conhecida apenas pela observação e experiência, não sendo possível entender as conexões necessárias das relações de causa e efeito a partir da razão *a priori*.

O senso comum anunciaria a realidade do mundo externo material e a verdade da teoria, contudo sem conhecer as causas essenciais dos fatos, apenas as leis e os fatos que os ligam. Não há espaço para deduções *a priori*, portanto, o conhecimento não se estende além dos fatos. Assim, só há um caminho para o conhecimento humano: o da observação e da experiência conduzindo fatos e observações particulares às regras gerais e as aplicando para explicar outros fatos e efeitos. O senso comum distingue causas eficientes – uma força oculta que, necessariamente, produz seu efeito e que não é passível de ser descoberta – e causas físicas – conjunção constante e expectativa de que, se um evento ocorrer, outro se seguirá e que é objeto das ciências naturais (Camic, 2020; Friday, 2005; Murphey, 2018; Reale; Antiseri, 2005a; Russel, 2015).

Um último comentário sobre a Escola Escocesa de filosofia se faz necessário. William Hamilton (1788-1856) que, como foi referido antes, foi tema do discurso final de Veblen, em Carleton, se via como descendente de Reid e de Kant. Do primeiro, adotou a concepção contra a doutrina das ideias como representações ou percepções características, apesar disso aproximou-se de Kant e da tese de que o conhecimento é sempre sobre fenômenos, e não sobre coisas em si. Em Hamilton, há um dualismo entre o espírito e o mundo externo.

¹² Dorfman (1934) e Camic (2020) referem que a filosofia do senso comum escocês dominou o ensino da filosofia no século XIX nos Estados Unidos, não tendo sido diferente nas instituições de ensino pelas quais Veblen passou. A influência da escola escocesa no pragmatismo americano é destacada por Fleischacker (2019).

Dada a sua influência sobre Herbert Spencer, ele é por vezes considerado um precursor do evolucionismo, tendo sido criticado por John Stuart Mill na obra *An examination of Sir William Hamilton's philosophy*, de 1865. Foi um autor altamente considerado por Noah Porter, professor de Veblen em Yale (Broadie, 2009; Camic, 2020; Dorfman, 1934; Mill, 1865).

Kant, tal qual os filósofos do senso comum, iniciou sua investigação por uma tentativa de responder às dúvidas de Hume quanto à racionalidade do princípio causal, isto é, o discernimento das verdades fundamentais. Tal análise humeana presente na obra *Investigação sobre o entendimento humano* teria acordado Kant do “sono dogmático” e o influenciando na crítica ao conhecimento como modo de alcançar conclusões demonstráveis por raciocínio (Hume, 2003; Kant, 1988; Reale; Antiseri, 2005a; Russel, 2015).¹³

Kant (1988), na introdução dos *Prolegómenos a toda a metafísica futura que queira apresentar-se como ciência*, tece uma crítica a Reid e outros filósofos do senso comum, por não terem compreendido Hume. Para Kant, o problema não consistia no conceito de causa ser correto ou exato e, até mesmo, indispensável ao conhecimento da natureza, mas se poderia ser concebido pela razão *a priori*, isto é, se possuía uma verdade interna independente da experiência.¹⁴

Hegel, por sua vez, estabeleceu uma dialética de antinomias, dando desenvolvimento relevante à filosofia kantiana, apesar disso, mesmo influenciado, divergiu de Kant por estabelecer, de um lado, o domínio do ser e, de outro, o domínio do pensar. A originalidade de Hegel está na dinâmica do ser, que se produz, evolui e se realiza pelo próprio movimento, um conhecimento ilimitado, não mais estável e transcendente como em Kant (Araújo, 2018; Reale; Antiseri, 2005b).

Conforme Russel (2015), de todos os grandes filósofos, Hegel é o de compreensão mais severa, uma filosofia segundo a qual a doutrina ética tem seu valor residindo antes no todo do que nas partes. Wohlfart (2019) refere que em Hegel a lógica da contradição é a estrutura fundamental do pensamento e da realidade e articula o movimento que tem o homem como principal veículo deste movimento.

Para Hegel, o progresso da razão na humanidade acompanha o desenvolvimento da própria humanidade. A razão como “lei do mundo”, um “desejo” pela compreensão racional, pelo conhecimento, e não simplesmente por uma acumulação de fatos diversos. A razão é

¹³ Reali e Antiseri (2005a) chamam a atenção para traços de Kant como o interesse sem preconceitos pelo saber e a investigação e não na carreira em si, sendo estranho a todo tipo de manobras acadêmicas, como adulação de superiores, fama ou riqueza. Tais aspectos se assemelham, em muito, aos de Veblen.

¹⁴ A crítica kantiana será discutida em maiores detalhes na seção 2.2, a seguir.

substância, poder, conteúdo e forma infinita. Nesse sentido, os homens exercem a responsabilidade de uma caminhada em busca da moral e da razão para que a sociedade atinja a liberdade e, com isso, o progresso. É com o Estado que a liberdade obtém objetividade, onde encontra condições para sua realização, e quando a vontade subjetiva dos indivíduos se subordina às leis, a contradição entre a liberdade e a necessidade desaparece. Estado e nação são o avanço da consciência, da cultura de liberdade (Hartman, 2001; Hegel, 2001).

Com Hegel se dá o saber absoluto, uma compreensão do todo dentro do qual o mundo natural e as ações humanas eram partes, que evolui progressivamente na direção da tentativa humana do conhecimento de si mesmo (Audi, 1999). Para Hegel, o saber absoluto é liberdade e o vir a ser da liberdade constitui a história (Hegel, 2001). Nada obstante, a noção de que a história é o avanço da liberdade tem fundamento em Kant (Hartman, 2001).

A filosofia hegeliana é estruturada na lógica da dialética que abarca o pensamento, a realidade e encadeia o movimento ilimitado do ser por meio de tríades ou trilógicas que são verificáveis em toda a sua obra, tais como família, sociedade civil e Estado (Hegel, 1997, 2003, 2008).

A lógica dialética é um método dinâmico no qual um pensamento leva ao próximo a partir de um entendimento (tese) que é contestado num momento dialético ou negativamente racional (antítese) e, dessa discussão, origina-se um movimento especulativo ou positivamente racional (síntese). Desse processo obtém-se a compreensão de modo científico, o conhecimento do absoluto (o todo) ou de alguma situação da realidade (de determinada parte).

Constitui-se, assim, num processo evolutivo no qual as contradições entre tese e antítese culminam na síntese e tal momento se consubstancia num processo dialético de um novo movimento evolutivo, circular, histórico – em outras palavras, um desenvolvimento que se dá por meio de continuidade e de ruptura (Konder, 1991; Hartman, 2001).

Concretos (realidade) e pensamentos (ideias) estão inter-relacionados logicamente, constituindo a ontologia hegeliana, ao contrário de Kant que examina a faculdade de compreensão antes de examinar a natureza das coisas – o *a priori* kantiano (Kant, 2012). Para Hegel, realidade e razão sempre estão interligados, nada existindo que não possua racionalidade ou razão que de algum modo não se realize, ou nas palavras hegelianas, “o que é racional é real e o que é real é racional” (Hegel, 1997, p. xxxvi). Um filósofo que equiparava o que é ao que devia ser (Hartman, 2001), em que sujeito e objeto estão inter-relacionados, superando a dicotomia de Kant (Araújo, 2018).

Há em Hegel, portanto, um esforço para unir opostos separados por Kant, fenômeno e coisas em si, sujeito e objeto. Enquanto o conhecimento kantiano da realidade seria apenas

parcial, a filosofia de Hegel levaria ao conhecimento da realidade em sua totalidade, incluindo formas histórica e socialmente determinadas da existência humana.

Em linhas conclusivas desta subseção, se, como visto, Aristóteles diferiu de Platão e Locke de Descartes, e se Hume divergiu desses dois ao entender que só se pode conhecer a causa e o efeito à luz da experiência, não do raciocínio ou da reflexão, então o conhecimento seria apenas provável, um conhecimento incerto em relação ao futuro.

Se com Kant, ao contrário, o entendimento ocorre por meio da faculdade crítica de fazer juízos, de outro lado, com os filósofos escoceses Reid, Stewart e Hamilton a realidade é alcançada pelos sentidos, e se Hegel divergiu desses por entender a razão como lei do mundo e de Kant pela dualidade dos domínios do ser e do pensar, constata-se que, independentemente da orientação, a preocupação primordial relacionada à solução desses problemas filosóficos, em especial, o acesso à realidade e à verdade, sobre como é o mundo, está intimamente ligada a questões ontológicas. A próxima subseção se dedicará a esse ponto.

2.1.2 Ontologia e realidade: fundamento da ciência e objeto de análise

Segundo Hodgson (2010a) o raciocínio científico compreende diversos níveis de análise. Enquanto o nível ontológico trata das suposições da natureza da realidade, o epistemológico se preocupa em como o conhecimento é adquirido e justificado. Da mesma forma, o nível heurístico aborda a forma como os problemas são enfrentados, enquanto o metodológico discute as explicações teóricas e a sua construção.

O raciocínio econômico que se pretende científico deve dar conta de uma ampla e complexa variedade de assuntos e fenômenos, nos mais diversos ambientes históricos, sociais e culturais, bem como em múltiplos contextos de expectativas, incertezas e tendências, incluindo a interação multinível entre indivíduo e a sociedade, assim como de suas relações causais.

São questões-chave dizentes com a natureza da realidade socioeconômica – o que existe, suas características e relações mais gerais, assim como tudo que está envolvido na resolução de questões do que existe, fazendo parte de um projeto filosófico geral de ontologia. A realidade socioeconômica, estruturada em diferentes níveis, em permanente mudança, resultantes de interações complexas e de propriedades emergentes entre suas entidades, torna a análise ontológica muito mais intrincada.

Segundo Hebeche (2012), ontologia consiste na pergunta pelo ente e pelo que é essencial a ele.¹⁵ Nesse sentido, é uma investigação filosófica formal-conceitual “[...] usada para ‘pensar’ e ‘dizer’ o ser real, o que é e o que é possível, o existente, o inexistente e o impossível.” (Braidá; Krause, 2008, p. 21, grifos dos autores)¹⁶ Pratten (2007), em outros termos, explica que ontologia significa algo que existe ou é (uma entidade, uma coisa) e o que todo esse algo, que é, tem em comum.

A ontologia se preocupa com entidades universais (em sentido aristotélico) e particularidades que emergem historicamente, sejam objetos, indivíduos, fatos, ideias, modos de escolha e de ser (Hacking, 2009).

Para Blanc (2011), o indivíduo enquanto ser, um ser que existe e age, que inclui todas as diferenças e determinações, portanto um universal concreto, transcendental, não passível de redução a generalidades, é o ponto de partida ontológico.

Bunge (2002) divide a ontologia em geral, que estuda os seres existentes, e especial, que estuda um gênero de objeto ou processo, como o biológico ou o social. Assim, ao passo que a ontologia geral estuda os conceitos de espaço, tempo e evento, a ontologia social investiga conceitos sociológicos gerais, tais como estrutura e mudança social.

Segundo Chauí (2000), na acepção do filósofo Martin Heidegger (1889-1976), há diferença entre os termos ontológico e ôntico. Esse, diz respeito aos entes em sua existência, sua estrutura, sua essência própria, enfim, aquilo que é em si mesmo; também, sua identidade, distinção e conexão com outros entes. Já ontológico, é relacionado aos entes tomados como objetos de conhecimento, ao estudo filosófico dos entes, a análise dos conceitos que permitem conhecer e determinar pelo pensamento em que consistem as estruturas ônticas, quais os métodos adequados para o estudo de cada uma delas e quais as categorias que se aplicam a cada uma delas.

Tony Lawson (2004, 2009a, 2015b) diferencia a ontologia entre as formas filosófica e científica. Essa diz respeito ao estudo do que é, ou do que existe, incluindo a investigação da

¹⁵ Onde: onto (do grego “ὄντο”) = ente; e logia (do grego “λογία”) = estudo ou investigação (Hebeche, 2012).

¹⁶ É necessário fazer uma diferenciação, nesse ponto. Não será abordado o uso contemporâneo do vocábulo “ontologia” como um dicionário de termos formulados e partilhados de entidades de domínios específicos, tais como os da medicina ou das ciências da informação e da computação. Por exemplo, em sistemas da informação as ontologias são utilizadas em sistemas de busca e recuperação de informações, principalmente no contexto da internet, como a ontologia de alto nível *Yet Another Great Ontology* (YAGO), desenvolvida em parceria pelo Instituto Max Planck de Ciência da Computação, da Alemanha, e pela Universidade Telecom ParisTech, da França (<https://yago-knowledge.org/>), que é uma base de conhecimento semântica extraída automaticamente da Wikipédia, do WordNet e do GeoNames, e a *Suggested Upper Merged Ontology* (SUMO), desenvolvida pelo IEEE – Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE), que é considerada a maior ontologia pública formal existente (<http://www.ontologyportal.org>). Sob esse enfoque a ontologia refere-se simplesmente a modelos conceituais (Bhaskar, 2007).

natureza de existências específicas, portanto altamente restrita em foco e por vezes entendida como realizada dentro da própria ciência. Aquela consiste na investigação de como existem tais entidades, se concentrando em todos os outros aspectos do ser, ou nos existentes em seu contexto mais amplo, incluindo conexões, propriedades comuns, se houver, seu modo de ser, e assim por diante.

Quanto à ontologia filosófica, Lawson não concorda com a maioria dos estudiosos que afirma que é necessariamente *a priori*, dogmática e transcendente. Antes pelo contrário, pode ser condicional e imanente para buscar *insights* generalizados e confiáveis sobre propriedades do mundo real, incluindo práticas humanas, como estruturadas, dinâmicas e relações de causalidade.

No domínio social, a ontologia filosófica concerne às características comuns a todos os fenômenos sociais, ou generalidades desse domínio, enquanto a ontologia científica é o estudo da natureza de existências específicas, mais básicas ou significativas, como empresas, dinheiro, gênero, tecnologia. Em tal domínio, portanto, o estudo do que existe a partir das suas propriedades e condições de existência (Lawson, T., 2004, 2009a, 2015b, 2019b; Lawson; Morgan, 2021b).

Por outro lado, Lawson (2004, 2015b) expõe que não se deve confundir o estudo das teorias *per se* ou como tais teorias postulam ou tratam certas entidades com a investigação dos tipos de entidades que são assumidas ou pressupostas em teorias científicas, o que constitui o objeto da ontologia científica. Para Lawson (2003), todos os métodos possuem pressupostos ou precondições ontológicas, ou seja, condições sob as quais seu uso é apropriado.

Bhaskar (2007) refere que ontologia é a ciência ou estudo do ser, sendo que esse deve ser entendido como entidades ou coisas que existem e também o que é existir. Conforme o filósofo, a ontologia tende a ser distinguida em termos de uma preocupação com as reivindicações de existência, em contraste com outros domínios da investigação filosófica, como a epistemologia (o estudo do conhecimento) e a metodologia (o estudo do método).

Na mesma linha, Tony Lawson (2004, 2015b) distingue a ontologia, que é a ciência ou estudo do ser, da epistemologia, que é uma preocupação com o conhecimento, e da metodologia, uma inspeção sobre o método e a suposição de que o estudo do ser possa ser reduzido à investigação das teorias e dos seus pressupostos. Conforme o autor, ao reduzir a ontologia à epistemologia comete-se uma falácia epistêmica.

Poli (1999) refere que se deve evitar a confusão, até certo ponto comum, entre ontologia e epistemologia. Se a ontologia é a teoria das estruturas dos objetos, a epistemologia é a teoria dos diferentes tipos de conhecimento e das formas como ele é utilizado.

Em Searle (2000), a ontologia (aquilo que existe) difere da epistemologia (o modo como se conhece por demonstração e verificação), enquanto que a verdade é uma questão de correspondência aos fatos e esses dependem daquilo que existe, portanto, da ontologia.

Poli (1999) adverte que não se deve interpretar a ontologia como a ciência de tudo sob todos os pontos de vista, pois há questões que pertencem à lógica, à análise linguística e à outras esferas da filosofia. Afirmar que se pode distinguir pelo menos três estratos ontológicos do mundo real: o material, o psicológico e o social que se conectam e se relacionam complexamente. Os indivíduos participam desses três estratos e das suas camadas formadoras. A “*universal glue*” de qualquer ontologia é fornecida pelas relações de dependência e influência entre seus objetos, entre as camadas e os estratos da realidade.

Poli leciona que se deve assumir a tese ontológica de que todos os objetos são complexos e entender o mundo em termos de fluxo universal de eventos e processos que possuem propriedades intrínsecas e relacionais. Por ente ou ser complexo deve-se entender um todo com partes componentes e funcionais, conectadas de acordo com vários graus de dependência e substância com determinações, além de ser estruturado em várias camadas e estratos.

Para Poli (1999), o processo é a principal categoria da realidade e tem estado e substância como dois complementos constitutivos. Estado é a contrapartida do processo num dado momento e os estados sucessivos que se relacionam entre si consistem nas estruturas dinâmicas da realidade. Por outro lado, substância é o que permanece constante no processo, o que subsiste na série de mudanças inter-relacionadas que constituem esse curso de eventos.

Além disso, Poli adverte que a organização estratificada da realidade não deve ser confundida com o problema das partes de um todo e se tais partes são da mesma natureza que o todo. Deve-se ter presente que um todo compreende diferentes tipos de partes e diferentes tipos de relação entre as partes.

Nesse sentido, para que dê conta da realidade como ela é, uma ontologia é composta por fenômenos pertencentes a diversos níveis ontológicos, por exemplo, a medicina, a biologia ou a economia. Trata-se de uma ontologia que parte de um contexto de análise em relação aos subdomínios que o compõem, de grupos complexos de categorias que se conectam entre si e não de uma única categoria superior. Na acepção de Poli (1999), as ontologias de domínio, na verdade, são frequentemente o resultado de uma combinação multifacetada de domínios locais pertencentes a diferentes camadas e estratos ontológicos.

Por outro lado, um problema filosófico surge das incoerências entre o estado anterior e o posterior de uma realidade. A ontologia lida com problemas filosóficos tais como a forma que um universal se relaciona com um particular que o possui. Para tal análise é preciso dizer o que existe (realidade) e, em segundo lugar, dizer quais são as características mais gerais e como são as relações desses objetos.

Em Kant (2012) a ontologia alcança a realidade por meio da relação todo e parte, de uma realidade emergente a partir da multiplicidade de estruturas num processo evolutivo dada pela irreversibilidade temporal.

Se com Descartes deu-se uma mudança no foco das investigações metafísicas passando a ser o conhecer e os modos pelos quais se pode apreender e, apenas secundariamente, das coisas mesmas ou do ser enquanto ser, com Locke, no *Ensaio do entendimento humano* a metafísica deixou de figurar entre as ciências que são formadas por três tipos de saberes: a filosofia natural (física), a ética (prática) e a semiótica (lógica).

Na sequência, no século XVIII, com Hume e Kant a metafísica geral será posta como problemática e questionável quanto à sua necessidade e validade, recusando a investigação a partir das proposições daquilo que levava o “[...] pomposo nome de uma ontologia, que se arroga a fornecer conhecimentos sintéticos *a priori* das coisas em geral (o princípio da causalidade, por exemplo) [...]” (Kant, 2012, p. 248).

Se até Kant a investigação filosófica começava pelo ser enquanto ser para daí passar ao ser pensante, com ele há inversão no método passando da análise das aparências e do entendimento humano (Braidá; Krause, 2008), eis que “[e]m nós, ‘entendimento’ e a ‘sensibilidade’ só podem determinar objetos quando em ‘ligação’.” (Kant, 2012, p. 255, grifos do autor)

Com Hume e Kant, portanto, um procedimento filosófico crítico do conhecimento humano e das suas capacidades. Somente no século XX, com as obras de Edmund Husserl (1859-1938) e de Willard Quine (1908-2000), a ontologia foi reintroduzida como disciplina filosófica.

Portanto, tradicionalmente, a ontologia foi marcada pelo dilema entre o realismo e o idealismo. O realismo afirma que, se eliminarmos o sujeito e a consciência, resta a realidade verdadeira, o ser em si, enquanto o idealismo, ao contrário, declara que se eliminarmos as coisas, resta a consciência ou o sujeito que, por meio do conhecimento, significa a realidade, o objeto. Por outro lado, para a ontologia contemporânea a realidade é o espaço formado por seres ou entes distintos e relacionados entre si (Braidá; Krause, 2008; Bunge, 2002; Chauí, 2000; Poli, 1999).

Além disso, as análises filosóficas atuais procuram a investigação rigorosa e metodologicamente correta a partir de dois pressupostos: o erro epistemológico pelo qual problemas ontológicos e indagações são convertidos em problemas e questões da teoria do conhecimento; e, por tomar a filosofia como análise da linguagem.

Nesse sentido, adverte Poli (1999, p. 19-20, tradução própria), “[...] temos um longo caminho a percorrer, porque, entre outras coisas, ainda não existe um consenso geral, mesmo sobre as características gerais de uma ontologia e sobre as características de tudo o que deve acompanhar a análise ontológica.”¹⁷ Há, então, que se reconciliar filosofia e ciência, ontologia e epistemologia, para que os problemas ontológicos não se reduzam aos da teoria do conhecimento. Na próxima subseção, será feita uma digressão sobre a complementariedade dos domínios da filosofia e da economia.

2.1.3 Filosofia e economia como domínios complementares

A reflexão filosófica sobre economia é antiga remontando a Aristóteles, mas somente no século XVIII foi concebida como objeto distinto de estudo com o trabalho dos fisiocratas, de Hume e, especialmente, de Adam Smith.

Até esse ponto, por exemplo, Aristóteles via os problemas econômicos da pólis, entendida como estágio final e completo da vida social, com uma grande autonomia humana. Por outro lado, o comportamento econômico era abordado como uma questão ética pelos filósofos escolásticos, que também condenavam a usura. Com a crescente importância do comércio e dos Estados-nação, no início do período moderno, os filósofos começaram a se preocupar com fenômenos tais como agricultura, trabalho e manufatura, balança comercial, moeda e outras regulamentações estatais. Esses fenômenos começaram a virar regularidades, assim, passíveis de investigação.

Por outro lado, no início do século XIX, a filosofia havia assumido um significado mais moderno. As linhas entre filosofia, teologia e ciência eram mais claras, embora houvesse sobreposição e interpenetração. A função era fornecer uma explicação do conhecimento, da avaliação, da natureza humana, da sociedade e do mundo natural com base na razão. A preocupação era mostrar como as descobertas das ciências naturais e físicas se encaixavam na visão de mundo da época. A natureza e garantia do conhecimento – tanto religioso quanto

¹⁷ No original: “[...] we have a long way to go because, amongst other things, there is still no general consensus even on the general features of an ontology and on the features of whatever should accompany ontological analysis.”

secular – era a principal inquietação, daí sua preocupação com o processo de percepção (Backhouse, 2002; Hausman, D., 2008, 2021a; Reale; Antiseri, 2005b, 2006a).

Da mesma forma, pode-se distinguir o domínio da economia da esfera de outras investigações científicas sociais, quer especificando algum conjunto de fatores causais, quer discriminando algum grupo de fenômenos ou efeitos decorrentes. Por exemplo, para John Stuart Mill a economia política tinha por objeto o estudo dos fenômenos que ocorrem em consequência da riqueza, abstraindo paixões ou motivos humanos, exceto aqueles contrários a ela, como a aversão ao trabalho e o desejo por indulgências dispendiosas (Mill, 1983). Os indivíduos agem racionalmente, no entanto na obra de Mill não há uma teoria explícita da escolha racional.¹⁸

Tal lacuna teria sido preenchida durante a chamada revolução neoclássica ou marginalista, que ligava a escolha de algum objeto de consumo (e o seu preço) não a sua utilidade total, porém a sua utilidade marginal. Os primeiros economistas “neoclássicos”, como William Stanley Jevons, sustentavam que os agentes fazem escolhas de consumo de modo a maximizar a sua própria felicidade (Jevons, 1996). No século XX, o hedonismo da centúria anterior foi abandonado, e as escolhas passaram a ser classificadas não mais em termos de felicidade, mas com base em preferências completas e transitivas entre usos alternativos (Hausman, D., 2012a).

Por outro lado, Lionel Robbins (2013) definiu a economia como a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos, ou seja, uma tentativa de abarcar toda a ação humana. Tal definição é controversa, pois assentada num aspecto particular do comportamento humano, enfatizando o individualismo e a subjetividade da economia, uma conceituação como ciência da escolha racional, fundamento da teoria neoclássica (Hausman, D., 2008).

Sem embargo, Veblen demonstrou de forma inequívoca que a natureza humana não é racional, atomizada, tampouco, calcada na relação de meios escassos e fins ilimitados. A partir da obra vebleniana, os economistas institucionalistas passaram a questionar o valor da teorização geral abstrata e enfatizar os conceitos evolucionários (Dugger, 1979a; Hodgson, 2000, 2013; Hodgson; Knudsen, 2010).

¹⁸ Mill possui contribuições relevantes tanto no campo da economia, como os desenvolvimentos das noções de custos de oportunidade e de economia de escala, quanto na filosofia, como as concepções sobre utilitarismo e liberalismo. Outro aporte importante foi a noção de que as afirmações causais na economia raramente expressam regularidades universais tal como pensava Hume, que, sustentava que uma afirmação causal implicaria uma regularidade, mas sim o que ele chamou de tendências (Reiss, 2013) Conforme Daniel Hausman (2008), as premissas básicas da economia na visão de Mill são reinvidicações psicológicas estabelecidas pela introspecção ou reinvidicações técnicas estabelecidas pela experimentação, contudo a física newtoniana era o único método adequado para a economia (Fullbrook, 2009).

Além disso, as teorias econômicas raramente postulam a existência de entidades inobserváveis ou propriedades, como crenças e desejos, deixando de observar a realidade como um todo (Dicken, 2016; Psillos, 1999).

A economia, portanto, como domínio científico se deu num contexto do aumento da complexidade das interações dos fenômenos econômicos de produção, distribuição e consumo de bens de consumo e de serviços, assim como dos recursos, equipamentos e ferramentas necessárias para produzi-los, e das ações e das consequências – intencionais ou não – dos indivíduos. Nesse sentido, a complexidade dessa realidade deve ser objeto de análise econômica a partir de uma ontologia que permita conceber e orientar a investigação científica (Hausman, D., 2008, 2021a; Lawson, T., 1997, 2015b).

Isso posto, a filosofia da economia objetiva investigar a ontologia dos fenômenos econômicos e as possibilidades de adquirir conhecimento sobre os mesmos, bem como a avaliação da escolha, dos resultados, das instituições e dos processos econômicos, contudo não é um empreendimento único e unificado (Hausman, D., 2021a). Perguntas como objetivos e métodos empregados pela economia e a estrutura conceitual da abordagem teórica são questões filosóficas relativas à economia (Hausman, D., 2008).

Para Reiss (2013), com a crescente especialização e profissionalização das disciplinas acadêmicas ocorridas no século XIX, a economia foi separada da filosofia e desenvolveu, especialmente, após a Segunda Guerra Mundial, um paradigma dominante que era hostil à reflexão filosófica. Conforme o entendimento dominante, a ciência econômica, enquanto prática científica, deve se ater à investigação dos fatos por meio de observações e experiências abstraindo de formular julgamentos de valor, que devem ser deixados para análise de especialistas em filosofia.

Todavia, os últimos cinquenta anos experimentaram um interesse, uma intersecção e um intercâmbio mútuos entre os campos da economia e da filosofia, como o trabalho de Amartya Sen (2004), no campo da ética, e de Geoffrey Hodgson (2002b, 2010a), que assume o darwinismo como compromisso ontológico básico para explicações causais detalhadas e cumulativas e como perspectiva filosófica à economia evolucionária contemporânea.

Assim, enquanto a filosofia tem feito uso de evidências empíricas e, até mesmo, modelização matemática, os economistas têm participado de discussões, outrora, consideradas metafísicas, como a noção de causa, indo além daquilo que é somente observável do mundo e acessível aos sentidos. A partir dessa convergência e intersecção, a filosofia da economia, que se concentra nos fundamentos teóricos, metodológicos e éticos da economia, é uma área de

pesquisa de importância potencialmente muito alta, tanto acadêmica quanto prática (Hoover, 2001, 2009; Illari; Russo, 2014; Reiss, 2013).

Reiss (2013) refere que há três ramos da filosofia da economia. O primeiro, preocupado com os fundamentos da teoria econômica, examina como interpretar os modelos e leis econômicas e questiona os fundamentos metafísicos da economia. O segundo ramo da filosofia da economia é a metodologia que estuda os métodos empregados para testar as teorias e estabelecer fatos, leis e relações causais. Por fim, o terceiro compreende a investigação de aspectos éticos da economia como justiça distributiva, as causas e efeitos do bem-estar subjetivos e outros julgamentos de valor decorrentes de objetivos de política econômica, combinando análise econômica com trabalhos de outros campos, como psicologia, sociologia e filosofia.

Daniel Hausman (2008, 2017, 2021b) refere que a filosofia da economia passou por uma grande transformação, desde os anos 1970, quando era restrita ao interesse de filósofos, historiadores do pensamento econômico e economistas heterodoxos, passando a ser uma parte importante do pensamento reflexivo.

O autor divide a evolução da filosofia da economia em quatro períodos: (i) inicial (1975-1985) definido pelo empirismo lógico, um positivismo atenuado, em grande parte, humeano, sob influência de Popper, Kuhn e Lakatos, e marcado por questões relacionadas à indução, à explicação, às leis, às teorias, à importância da causalidade, sendo que o problema central da indução diz respeito a como justificar as leis; (ii) a filosofia da economia toma forma (1985-1995) com o surgimento de programas de mestrado e doutorado em metodologia e programas de pesquisa de economistas como D. Wade Hands, Uskali Mäki e Tony Lawson, além de publicações especializadas como as revistas *Economics and Philosophy*, *Journal of Economic Methodology*, e a constituição da *International Network for Economic Methodology*, assim como escolas de metodologia institucionalistas, evolucionistas, austríacas e realistas são distinguíveis; (iii) maturação e transformação (1995-2007) com o desenvolvimento de temas como sociologia da ciência, modelagem formal recorrendo a conceitos bayesianos e outras ferramentas estatísticas como variáveis instrumentais; e, (iv) alteração de cenário (2008-2017) unindo preceitos metodológicos e prática empírica em economia, advindo da Grande Recessão, que impulsionou a disciplina econômica tanto substantiva quanto metodologicamente, tendo em vista as análises e prescrição de políticas contraditórias dos economistas por ocasião do maior distúrbio na ordem liberal pós-Segunda Guerra Mundial. Nesse cenário, a colaboração interdisciplinar se tornou mais fácil e urgente (Hausman, D., 2021b).

Diante desse panorama, existem dois programas de pesquisa em economia que procura dar conta da apreensão da realidade. O primeiro, desenvolvido principalmente por Uskali Mäki (1951 –), dedica-se a explorar as variedades de realismo implícitas nas declarações metodológicas e nos empreendimentos teóricos dos economistas (Mäki, 1988a, 1988b, 2008b).

O segundo, defendido por Tony Lawson (1950 –), derivado do trabalho de Roy Bhaskar (2008a), entende que os fenômenos econômicos são influenciados por um grande número de fatores causais diferentes e que só se pode obter conhecimento científico dos mecanismos e tendências subjacentes, cujo funcionamento pode ser vislumbrado de forma intermitente e obscura em relações observáveis.¹⁹ Para Lawson (1997, 2003, 2015b), muitas das inadequações da economia *mainstream* se devem a uma preocupação insuficiente com a ontologia. Os pressupostos ontológicos dos métodos de modelagem matemática quase nunca são questionados ou reconhecidos, ao menos não de forma sustentada ou sistemática, assim há um descompasso ante a natureza da realidade investigada.

Nesse sentido, o realismo científico recomenda a crença em aspectos observáveis e não observáveis do mundo descrito pelas ciências. Esta atitude epistêmica tem importantes dimensões metafísicas e semânticas.

Além desses, será discutida uma abordagem teórica que tem por base o pensamento evolucionário de Darwin, uma perspectiva filosófica distinta em termos ontológicos para a explicação causal do processo evolutivo em sistemas abertos e inerentemente dinâmicos, como ocorre com o domínio socioeconômico. Esse desenvolvimento teórico consiste numa estrutura metateórica da realidade a partir da extensão dos princípios darwinianos de variação, herança e seleção ao âmbito socioeconômico, embora, por si só não dê uma explicação completa e detalhada dos processos ou resultados evolutivos.

Tal concepção é o darwinismo generalizado de Geoffrey Martin Hodgson (1946 –), teórico econômico crítico da economia dominante cada vez mais interessada na técnica em vez da relevância do mundo real, cuja ênfase excessiva e duradoura tem sido a construção de modelos preditivos (WEA, 2012). Suas análises críticas abarcam também grande parte do pensamento não convencional, como a economia marxista e a nova economia institucional.

As contribuições de Hodgson em relação às condições subjacentes à crescente diversidade socioeconômica, à complexidade no desenvolvimento capitalista e à explicação causal da agência (como os indivíduos se desenvolveram em determinados contextos culturais

¹⁹ Lawson, em entrevista, refere que sua crítica à economia, a partir de uma perspectiva explicitamente realista, foi realizada muitos anos antes de conhecer a obra de Bhaskar (EJPE, 2009).

e institucionais) têm fomentado a discussão dos fundamentos teóricos e metodológicos da economia evolucionária e, em especial, o resgate da economia institucional original vebleniana.

Isso posto, cabe repisar, que a ontologia, um dos campos da filosofia, trata da compreensão da realidade explorada. É, portanto, uma disciplina filosófica que investiga as características gerais do que existe, assim como tudo que está envolvido na resolução de questões sobre o que há. Nesse sentido, teorias, métodos e políticas pressupõem concepções ontológicas, sejam ou não explícitas e sistemáticas.

A maneira como se responde a essas perguntas determina o modo como se focaliza o problema da compreensão da vida socioeconômica, portanto, forma a base sobre a qual repousa todo trabalho científico. Nesse contexto, a ontologia econômica é uma análise de parte (ou aspecto) da estrutura ôntica da realidade, que deve ser apropriada pelos economistas, ou seja, uma noção que designa a apreensão e as suposições sobre o domínio socioeconômico.

Por outro lado, de acordo com a ontologia vebleniana, quais são os processos que ocorrem na realidade econômica em mudança cumulativa e como eles se relacionam com os indivíduos e as instituições são temas que pressupõem uma análise ontológica. Tais questões sobre problemas ontológicos da economia são fundantes em qualquer época. Não obstante, atualmente, há uma forte necessidade de analisá-los devido à circunstância problemática da própria ciência econômica moderna que enfatiza os processos de modelagem desconectados da realidade (Lawson, T., 2008). Tais modelos *mainstream* carregam uma ontologia implícita de mundos atomizados, individualizados, evidentemente inconsistentes com a natureza real da realidade social (Hodgson, 2004c; Lawson, T., 2003, 2012).

O estudo das questões ontológicas da economia ajuda a compreender diferentes aspectos da realidade socioeconômica. É importante entender que essa sistematização pode ser feita com o apoio de outras ciências, de forma interdisciplinar. A explicação do domínio socioeconômico e seus problemas pressupõe compreender quão diversa e complexa é a realidade, inclusive a econômica. Na quadra atual, as possibilidades de atuação humana estão maiores, com novos campos de pesquisa como a economia digital, a bioeconomia, a neuroeconomia e a inteligência artificial, assim uma concepção adequada da realidade deve ser buscada e, para isso, a ontologia é o meio apropriado para tal desiderato.

Desta maneira, a filosofia e a ontologia podem auxiliar na compreensão dessa realidade social em constante mudança cumulativa, em múltiplos níveis, e a perspectiva ontológica vebleniana apresenta melhores condições para tal intento. Na verdade, a ontologia deve constituir “a caixa de ferramentas” da ciência econômica e Veblen alicerçou sua obra com base nela de maneira inequívoca como será visto nas seções seguintes desta Tese.

2.2 REALISMO ONTOLÓGICO CRÍTICO DE KANT

Kant influenciou vários cientistas sociais como Alfred Marshall, Max Weber, Frank Knight e Thorstein Veblen (Hodgson, 2001a, 2004c; Jensen, 1987). Sobre esse institucionalista original, Daugert (1950, p. 2, tradução própria) observou: “[p]arece que Veblen tentou fundamentar sua análise econômica e especulação na filosofia [...]”.²⁰ Dessa forma, para entender a sua contribuição para a compreensão dos fenômenos econômicos é preciso entender a filosofia subjacente do autor. Conforme Daugert, entre as principais influências no pensamento de Veblen estão o evolucionismo spenceriano e o transcendentalismo kantiano sendo que o “viés kantiano” foi mantido ao longo da sua obra teórica por meio do princípio do juízo reflexivo.

Hodgson (2004c) também refere que a influência de Kant permaneceu nos escritos de Veblen, não obstante seria um kantismo modificado com ênfase na ontologia causal. Conforme Hodgson, uma das principais críticas de Veblen ao positivismo dizia respeito à necessidade da ciência de imputar relações causais e que a mesma não seria possível pela experiência. Assim, era necessária uma premissa metafísica para o conhecimento, dessa forma fez uso da concepção de Kant de que tais conexões causais eram essencialmente construções mentais, contingentes e arbitrárias do observador, ou seja, tratava-se de um problema de discricionariedade na escolha da explicação causal. Tal concepção evidencia a falta de compromisso de Kant com os pressupostos ontológicos decorrentes de uma compreensão do mundo real, afirma Hodgson.

Nas seções seguintes, serão discutidos os principais aspectos que fundamentam a crítica kantiana à filosofia recebida e que consistem uma revolução copernicana no modo de pensar filosófico, pois a hipótese da presente Tese é que, junto com o darwinismo evolucionário, tão longamente discutido e aceito pela literatura que direciona o debate sobre os fundamentos do pensamento vebleniano, Kant tem influência central na obra de Thorstein Veblen, especialmente da ciência econômica como possibilidade de conhecimento da realidade socioeconômica a partir do julgamento reflexivo.

É o que será discutido nos tópicos seguintes e no próximo capítulo desta Tese que depende de uma interpretação exegética de textos selecionados de Kant, que se entendem centrais para tal desiderato.

²⁰ No original: “[i]t would seem from this that Veblen attempted to ground his economic analysis and speculation in philosophy [...]”.

A uma, a grande produção intelectual do autor exige um esforço para além dos recursos e limites aqui disponíveis. A duas, dada a complexidade e significado que colocaram Kant no centro de um debate entre seguidores e revisionistas, que perdura mais de dois séculos, há um acúmulo de material acadêmico (teses, livros, artigos, anais de conferências, sites etc.), muitas vezes, com interpretações díspares, como a diferença no entendimento do conceito kantiano do idealismo transcendental. A três, dados os dois pontos anteriores, há um impulso para a especialização, pois a maioria dos trabalhos sobre Kant continua a se concentrar em alguma obra, por exemplo, apenas numa das três Críticas de cada vez ou, muitas vezes, apenas uma parte relativamente pequena dos textos. A quatro, dado os três pontos anteriores, em que pese os amplos interesses sistemáticos de Kant, há poucas tentativas de apresentar em um volume pesquisável e da perspectiva de um autor um tratamento unificado das Críticas kantianas. E, por fim, a inexistência, pelo menos até aonde foi possível levar a presente pesquisa bibliográfica, de uma análise da obra vebleniana sob o viés da filosofia de Kant em língua portuguesa.

Tendo em vista essas limitações, serão analisadas apenas as três obras críticas do autor – *Crítica da razão pura*, *Crítica da razão prática* e *Crítica da faculdade de julgar* – que se entende fundantes do pensamento de Thorstein Veblen, juntamente com o darwinismo evolucionário, esse o único aspecto filosófico que é amplamente debatido e que possui vasta literatura, pelo menos em âmbito internacional. Como suporte interpretativo, também foram utilizadas as obras *Prolegómenos a qualquer metafísica futura que possa apresentar-se como ciência*, publicada em 1783, dois anos após a *Crítica da razão pura* com o intuito de corrigir mal entendidos que julgaram a primeira *Crítica* como um tipo elevado de idealismo e para clarear as ideias centrais da obra maior; *Lógica*, editada em 1800; e, *Lições de metafísica*, a partir de anotações de ex-alunos de Kant.

2.2.1 A estrutura tripartite da crítica kantiana

A obra de Kant é central na filosofia moderna por ter sintetizado o racionalismo e o empirismo, o dogmatismo e o ceticismo, por meio do idealismo transcendental, e erigido um sistema que pudesse dar conta do mundo e das questões dizentes à humanidade. Assim, o conhecimento efetivo advém da razão e da experiência, ou, em outros termos, do conhecimento *a priori* e do *a posteriori*, ou ainda dos conceitos e da intuição, fazendo uma

“revolução copernicana” na filosofia, tendo a liberdade como fim último da natureza humana.²¹ Para Kant, nada poderia ser mais temeroso do que as ações de um homem se encontrarem sujeitas às de outro.

A filosofia de Kant concentra-se nos limites e nas possibilidades do conhecimento humano. Em sua filosofia teórica, Kant questiona se a razão pode propiciar o conhecimento metafísico, como afirmavam os filósofos racionalistas como Descartes. Contra tal metafísica, Kant afirma que a razão enfrenta limites estritos, pois não pode propiciar conhecimento além dos sentidos.

Na sua filosofia prática, Kant pergunta se a razão pode guiar a ação e justificar princípios morais, eis que os filósofos empiristas afirmavam que apenas os sentimentos poderiam motivar a ação. Contra tal abordagem, Kant argumenta que a razão tem uma característica distintiva que é a possibilidade de agir de acordo com princípios que podem ser compartilhados com outros seres racionais e isso revela a liberdade humana.

O impasse entre racionalistas e empiristas é resolvido por Kant por meio da síntese entre a razão, uma estrutura *a priori*, isto é, anterior à experiência e independente dela e que dá forma necessária ao conhecimento, e a experiência, que fornece os conteúdos *a posteriori* e que podem variar no tempo e no espaço, concepções essas que constituem modos com os quais o sujeito capta sensivelmente as coisas.

Nos *Prolegómenos* (1988), Kant afirma que a metafísica tem a ver com os conceitos da natureza, que encontram sua aplicação na experiência, e com os conceitos puros da razão, que nunca são dados numa experiência qualquer.

O sistema filosófico kantiano, apesar de constituir uma crítica ao dogmatismo da filosofia anterior, aborda problemas metafísicos, tais como a imortalidade da alma e a existência de Deus, como passíveis de pensamento, portanto no domínio da razão, e impossíveis de serem conhecidas por meio da experiência, portanto não passíveis de ciência objetiva.

O autor possui duas fases em seus escritos: (i) as obras pré-críticas, publicadas entre 1746 e 1770, nas quais oscila entre o empirismo e o racionalismo, que culminaram com a revolução copernicana que possibilitou uma nova filosofia; e, (ii) os escritos críticos publicados entre 1781 e 1803.

No último dos escritos pré-críticos *De mundi sensibilis atque intelligibilis forma et principiis*, de 1770, estabeleceu a diferença entre conhecimento sensível e inteligível.

²¹ Assim como Copérnico, que demonstrou que a Terra girava em torno do Sol e não o contrário, Kant propugna que as estruturas de conhecimento, ou condições de cognoscibilidade (sensibilidade e razão) é que permitem formar juízo sobre os objetos, não o inverso (Kant, 2012; Reale; Antiseri, 2005a).

O primeiro trata do conhecimento que representa como os objetos aparecem e não como são em si para o sujeito. São, portanto, “fenômenos” objetos de intuição no espaço e tempo, isto é, condições estruturais da sensibilidade que permitem que o objeto se adeque ao sujeito e não ao contrário como vigorava na filosofia anterior a Kant.²² Por outro lado, o conhecimento inteligível é a faculdade de representar como as coisas são a partir do intelecto e não pelos sentidos. São, na nomenclatura kantiana, “númenos” e os conceitos do intelecto como possibilidade e necessidade fundamentam a metafísica. A realidade kantiana é fenômeno ou númeno (Braidia; Krause, 2008; Kant, 2022; Mariás, 2004; Reale; Antiseri, 2003b, 2005a; Russel, 2015; Williams, G., 2023).

A *Crítica da razão pura* (Kant, 2012), a *Crítica da razão prática* (Kant, 2003) e a *Crítica da faculdade de julgar* (Kant, 2016) são as obras que constituem a essência da filosofia crítica kantiana. Tendo sido publicadas entre 1781-1790, foram objeto de estudo e apreciação por parte de professores de Veblen, em seus tempos de John Hopkins e Yale, George Morris e Noah Porter, respectivamente, além da última obra ter sido objeto de análise do primeiro artigo escrito pelo jovem Thorstein, em 1884.

A primeira, de 1781, forneceu uma base filosófica para a ciência natural, que Kant concebeu a partir da matemática e da física newtoniana, além de rejeitar a metafísica tradicional por considerá-la impossível e, fundamentalmente, por determinar as possibilidades de conhecimento. A obra, também, forneceria fundamento para o idealismo alemão, movimento interpretativo de autores como Fichte e Hegel que transformaram o idealismo transcendental de Kant no idealismo absoluto.

Na obra ataca os esforços filosóficos (metafísicos) para obter conhecimento de um mundo “transcendente”. Argumenta que o conhecimento substantivo do mundo – julgamento empírico – ocorre por meio da sensibilidade e do entendimento.

Acresce que a razão desempenha um papel construtivo por meio da verdade empírica, pois se formam julgamentos sobre o mundo ao nosso redor o tempo todo, um único mundo no espaço e no tempo. Tais juízos são feitos por meio de categorias e estruturas que permitem experienciar o mundo, como os mecanismos de causa e efeito.

Kant estabelece uma tábua de categorias, isto é, conceitos fundamentais, ou funções que unificam, ordenam, sintetizam o que é dado a partir das intuições puras (Kant, 1988, 2012). Tratam-se de categorias materiais e formais, lógicas e semânticas de inspiração aristotélica,

²² Hegel (2008) aponta que o dualismo sujeito-objeto e fenômeno e coisa em si de Kant permite um conhecimento apenas parcial da realidade. Esse ponto é relevante para o entendimento da dicotomia vebleniana, tal como proposto por Ayres. Tal discussão fará parte do Capítulo 3 da presente Tese.

conforme Kant, que consistem em condições elementares de possibilidade de julgar algo como objeto da experiência, sendo que o fundamento dos objetos está no sujeito.

São 12 as categorias transcendentais propostas por Kant que estão associadas, intrinsecamente conectadas, ao raciocínio, e que permitem que uma coisa possa ser pensada e avaliada. São, pois, modos de funcionamento ou formas sintetizadoras do pensamento correspondentes a conceitos *a priori*, expressos no quadro, a seguir:

Quadro 1 – Categorias kantianas – formas sintetizadoras do entendimento

| Formas lógicas dos juízos | Categorias | | |
|----------------------------------|---------------------------------|--|---|
| Quantidade | Unidade (medida) | Pluralidade (grandeza) | Totalidade (o todo) |
| Qualidade | Realidade | Negação | Limitação |
| Relação | Substância | Causalidade e Dependência (causa e efeito) | Comunidade (ação recíproca entre agente e paciente) |
| Modalidade | Possibilidade – Impossibilidade | Existência – Não existência | Necessidade – Contingência |

Fonte: Kant (1988, p. 77; 1992; 2012, p. 114).

Kant considerava que as categorias substância, causalidade e comunidade, da forma lógica “relação”, são necessárias para organizar os objetos do conhecimento empírico, pois toda mudança na aparência de um objeto é inerente a ele, além de possuir uma conexão de causa e efeito e de reciprocidade no espaço e tempo.

Quantidade é uma categoria matemática e as demais Kant chama de dinâmicas. Cada classe ou forma lógica possui três categorias, sendo que a terceira serve como ligação entre as duas primeiras categorias dicotômicas. Por exemplo, totalidade é a pluralidade considerada como unidade. Essa terceira categoria não é uma noção derivada, mas um ato de entendimento particular que não é idêntico aos exercidos no primeiro e no segundo conceitos.

Kant (1988) refere que nas categorias quantidade e qualidade há um progresso da unidade para a totalidade ou de alguma coisa para o nada – nessa categoria da qualidade, o sentido deve ser realidade, limitação e negação. Por outro lado, a categoria substância constitui o fundamento de todos os conceitos das coisas reais.

Em sua dedução transcendental das categorias, Kant apresentou um argumento contra o ceticismo de Hume, afirmando que, se não empregasse as categorias de entendimento, como substância e causa, a experiência não seria possível. Trata-se de uma crítica imanente de Kant a Hume, pois usou como premissa a existência da experiência (Viskovatoff, 2002).

Segundo Kant, a causalidade é um princípio constitutivo, necessário e universal, objetivamente válido da experiência, ao contrário de Hume que considerava ilegítima a ideia

de causalidade como conexão necessária – na verdade, um princípio psicológico decorrente do hábito. Mas Kant também pensava que um princípio regulador da atividade era necessário para que o projeto da ciência fizesse sentido.

O problema de Hume, para Kant, nesse sentido, foi não ter percebido a questão “geral da razão pura” ao ter parado na conexão sintética entre causa e efeito (Kant, 2012). A solução depende da distinção entre julgamentos da experiência e da percepção. Os primeiros por serem empíricos têm validade objetiva, enquanto que os segundos têm validade subjetiva (Kant, 1988).

A razão também tem relevância na investigação científica, pois consiste na origem de certos conceitos e princípios independentes daqueles da sensibilidade e da compreensão. Kant refere-se a elas como “ideias transcendentais” ou “ideias da razão pura”. A investigação científica pressupõe que o mundo forma uma unidade, assim, as leis universais fundamentam todas as relações particulares de causa e efeito. Contudo, a experiência é finita, pois não se pode vivenciar todos os eventos – tais leis universais podem não serem válidas no futuro ou não serem realmente universais. Dessa forma, a ciência busca a maior completude e sistematicidade possível e o interesse da razão teórica consiste, então, em ampliar o conhecimento e evitar o erro e a ilusão.

O conhecimento científico – o verdadeiro conhecimento – consiste numa síntese de juízos universais e necessários *a priori*, entendidos como conceitos que cumprem a função de sujeito e de predicado e que possibilitam o conhecer contínuo. Tais condições transcendentais representam as condições de cognoscibilidade dos objetos.

Kant diferencia as conexões entre sujeito e predicado como “juízos analíticos *a priori*”, formulados sem recurso à experiência, porém baseados na razão. São juízos necessários e universais, servindo para esclarecer e explicar, mas não para ampliar o conhecimento. Proporciona conhecimento seguro, com o predicado não interferindo no sujeito. Por exemplo: o círculo é redondo. A noção de círculo, por si só, é de uma figura redonda, logo o predicado “redondo” não amplia o conhecimento sobre o sujeito, apenas reforça o sentido. Kant também chama esses juízos de juízos elucidativos.

Por outro lado, o “juízo sintético *a posteriori*” é baseado na experiência, no entanto é contingente e particular, ou em outras palavras, não é universal e necessário. Consiste numa forma insegura de conhecimento, pois o predicado interfere no sujeito. Por exemplo: aquela bola é branca. Aqui, o predicado informa algo novo no sujeito “bola”, mas não quer dizer que todas as bolas que existem no mundo sejam brancas.

Por fim, o terceiro tipo de juízo é o “sintético *a priori*” que é, a um só tempo, universal, necessário e *a priori*, sendo esse o tipo de julgamento que constitui a possibilidade do conhecimento, da ciência. Kant funde a noção “sintético”, do “juízo sintético *a posteriori*”, e o “*a priori*” do “juízo analítico *a priori*”. Não só razão e nem só experiência, porém ambas num processo dialético se complementam.

O problema do conhecimento *a priori* – entendido por Kant como “absolutamente independente de toda a experiência” – foi formulado em três questões: como são possíveis os juízos sintéticos *a priori* na matemática?; como são possíveis os juízos sintéticos *a priori* na física?; e, como são possíveis os juízos sintéticos *a priori* na metafísica? Kant dedicou a “estética transcendental” – ciência de todos os princípios da sensibilidade *a priori*, a “analítica transcendental” – que consiste na faculdade do entendimento como possibilidade dos conceitos *a priori*, e a “dialética transcendental” – ou razão, para tratar, respectivamente, cada uma das questões que formulou.

Kant afirma que certos conhecimentos teóricos como a matemática pura e a geometria pura são sintéticos puros *a priori*, pois contêm proposições reconhecidas como verdadeiras independentemente da experiência. São conhecimentos possíveis e reais sobre objetos da maneira como aparecem aos indivíduos, com base na intuição *a priori*.

O conhecimento filosófico é o entendimento racional a partir de conceitos e considera o particular somente no universal. Por outro lado, o conhecimento matemático é o conhecimento a partir da construção de conceitos, uma instrução não empírica, ao passo que considera o universal no particular. Matemática se aprende; já em filosofia, o máximo que se consegue é filosofar, menciona Kant.

Já a física, enquanto ciência da natureza pura, contém princípios que são juízos sintéticos *a priori*, dado que proporcionam conhecimento da natureza cuja realidade pode ser confirmada pela experiência. Esses princípios, que constituem leis universais da natureza, são o da substância, que permanece e persiste, e o da causalidade, no qual tudo o que acontece é sempre previamente determinado por uma causa. Porém, a física possui outros princípios que não são puros e independentes das fontes da experiência, como os do movimento e da inércia.

Quanto à metafísica, ciência especulativa da razão pura, Kant afirma que não visa aos objetos particulares, mas a um fim que ultrapassa o uso empírico do entendimento – atos de compreensão geral. É subjetiva, isto é, tem validade apenas para o sujeito – constitui uma experiência particular de uma parte da esfera inteira do seu domínio, e não para o sujeito e igualmente para todos (nesse caso, objetivo).

A acepção transcendental para Kant não é dizente tanto aos objetos, como para os escolásticos,²³ mas em relação ao modo de conhecê-los na medida em que deve ser possível *a priori*. A distinção entre transcendental e empírico pertence apenas à crítica dos conhecimentos e não diz respeito, portanto, à relação dos mesmos com seu objeto. Empírico, se limitado aos objetos dos sentidos; transcendental, se se trata das condições da faculdade de conhecer os objetos em geral.

A questão fundamental da razão pura para Kant, portanto, era qual a natureza e qual o fundamento que torna possível os juízos sintéticos *a priori*? A solução desse questionamento permite que se resolva os limites e as possibilidades do conhecimento humano, se as ciências são plausíveis e se é admissível ou não uma metafísica como ciência.

Os juízos sintéticos *a priori* estão contidos como princípios em todas as ciências teóricas da razão, portanto, matemática e a física, cujas proposições nunca são empíricas, ampliam o conhecimento *a priori*. Já a metafísica, nesse sentido, consiste num conhecimento da razão inteiramente isolado e especulativo por meio de conceitos que vão além da experiência, como imortalidade da alma e a existência divina, não levando aonde se quer chegar em termos de unanimidade do entendimento. A metafísica seria ciência se os objetos se regulassem pelo conhecimento, pela natureza da faculdade da intuição, e não ao contrário como ocorria na metafísica anterior – uma promessa não cumprida.

O conhecimento substantivo para Kant só é possível pela conjunção de duas fontes, que não têm preferência uma sobre a outra: a sensibilidade; e, o entendimento, que tem nos conceitos a sua função peculiar – a possibilidade de julgar.

Kant entende que na filosofia escolástica, marca do pensamento entre os séculos IX ao XV, a regra de começar diretamente da análise da realidade, aplicando propriedades transcendentais do entendimento aos entes, isto é, que todo ser é uno (não contraditoriedade), verdadeiro (racionalidade) e bom (o grau de perfeição), acaba por se converter em critério das coisas em si, quando o correto seria começar a investigação pela faculdade de conhecer (a razão humana).

²³ Na filosofia escolástica os problemas eram teológicos e religiosos, tendo São Tomás de Aquino, que adapta e sistematiza Aristóteles aos dogmas cristãos, como o principal representante do tal pensamento filosófico. Para Tomás de Aquino toda realidade é ente que se distingue de essência (o que é de uma coisa), assim sua filosofia é considerada uma metafísica do ser. Somente Deus é ser e essência ao mesmo tempo, enquanto que nas demais criaturas potência e existência não coincidem. Deus precede os demais entes como causa primeira (não-causada), sendo, portanto, o primeiro na ordem ontológica, contudo só é alcançável a partir dos efeitos que exercem sobre tais criaturas (Reale; Antiseri, 2003b; Russel, 2015).

Tal procedimento seria um equívoco para Kant, pois os conceitos puros nada mais são do que exigências lógicas, formais, relativas apenas à categoria da quantidade aplicáveis às coisas em sua aparência (fenômenos), que são dadas empiricamente, e não propriedades das coisas em si (númenos ou essência), que são anteriores a qualquer intuição.

Tal erro consiste em supor que o conhecimento é regulado pelos objetos e não esses serem estabelecidos pelo conhecimento. Assim, ao invés de pensar que é o sujeito que descobre as leis do objeto, ou ainda, que o conhecimento é regulado pelos objetos, é, antes, o objeto conhecido que se adapta às leis do sujeito via inteligibilidade, ou em outras palavras, que os objetos é que devem se regular pelo conhecimento, pela faculdade intuitiva, pelos conceitos do intelecto. Portanto, o fundamento dos juízos sintéticos *a priori* é o próprio sujeito que sente e pensa de forma transcendental.²⁴

Assim, a consciência (o próprio intelecto) como estrutura do pensar comum a todo sujeito (o “eu penso”), ou ainda, unidade unificadora ou guia das categorias, é o segundo dos pontos necessários para a solução do problema fundamental da filosofia transcendental, isto é, como os juízos sintéticos *a priori* são possíveis.

Nada obstante, é preciso um esquema que medeie intuições e conceitos, fenômenos e categorias. Em tal esquema transcendental, o tempo é forma de intuição possível e as categorias encontram nele o seu domínio de aplicabilidade.

Nesse ponto, é importante demarcar o conceito transcendental como exposto por Kant. Afirma o filósofo que é “[...] todo conhecimento que se ocupe não tanto com os objetos, mas com o nosso modo de conhecer os objetos, na medida em que estes devam ser possíveis *a priori*.” (Kant, 2012, p. 60) Difere do termo transcendente que consiste na utilização dos conceitos puros do entendimento para além dos fenômenos, tal como na metafísica tradicional anterior a Kant, como antes exposto. Com esse filósofo, os conceitos puros do entendimento são aplicados somente aos fenômenos e não às coisas em si.

Tal sistema de conceitos da razão pura, segundo Kant, constitui a filosofia transcendental, não como ciência, mas para o julgamento completo dos conhecimentos sintéticos *a priori*. Envolvem a cognoscibilidade especulativa e não os princípios da moralidade que, na medida em que contém motivos, referem-se a sentimentos, pertencem às fontes empíricas de conhecimento, mesmo que sejam conhecimentos *a priori*.

É, portanto, o modo do sujeito conhecer os objetos enquanto possibilidade *a priori* que se dá pelas estruturas transcendentais da sensibilidade e do intelecto, que são inerentes ao

²⁴ É essa mudança da centralidade do objeto para o indivíduo que consiste na revolução copernicana de Kant.

sujeito e não ao objeto. Tais estruturas ou formas de conhecimento representam condições de possibilidade para a cognoscibilidade (proposições para que se possa organizar e compreender nossas experiências), contudo Kant não argumenta nada sobre o método próprio da filosofia transcendental, apenas que está tratando de uma crítica das condições da faculdade de conceitos puros *a priori*.

Assim, com a revolução kantiana as condições do objeto deslocam-se desse para o sujeito, que é quem possui as estruturas que permitem que aqueles sejam dados pelos sentidos e pensados pelo intelecto. Espaço e tempo são modos e funções, ou formas de intuição puras, inerentes ao sujeito e não mais determinações ontológicas ou estruturas dos objetos.

Para Peirce (1992) a revolução copernicana de Kant significou a passagem de uma visão nominalista, na qual as palavras gerais descrevem apenas ideias convencionais que não têm qualquer realidade objetiva, para uma visão realista da realidade. Na leitura de Peirce, a filosofia de Kant consistia em considerar o objeto real como determinado pela mente, como produto da ação mental.

Se Hume critica a filosofia recebida, Kant critica a metafísica dogmática por conta das suas incertezas e contradições, pela confiança cega no poder da razão de estender-se sem crítica e por se basear em meros conceitos *a priori* que transcendem a experiência possível.

Para o Kant, o conhecimento científico limita-se ao horizonte da experiência, mesmo que possua por tendência natural, uma necessidade estrutural do homem, de ir além. Quando o faz, o intelecto é razão, é faculdade da metafísica que versa sobre os númenos (coisas em si). Tal aventura, inevitavelmente, leva à ilusões e erros que são objeto de análise da dialética transcendental.

Nesse contexto, as ideias passam a ordenar a experiência a partir de regras: os fenômenos relativos ao homem como se dependessem da alma; os dizentes à natureza como se decorressem de princípios inteligíveis; e, a totalidade das coisas, como oriundos da inteligência suprema (Kant, 1988, 1992, 2012).

Para tal ciência, além dos elementos necessários para formar juízos sintéticos *a priori*, Kant refere que é necessário um sistema que sustente e promova os fins essenciais da razão. Por sistema, entende a unidade dos conhecimentos múltiplos sob uma ideia que, como visto, é o conceito racional na forma de um todo articulado e das partes componentes, que se relacionam esquematicamente umas às outras e que são determinadas *a priori* por tal conceito. Um todo que pode crescer internamente, mas não externamente, ou seja, não altera a proporção das partes que ficam mais fortes e eficientes.

O sistema kantiano é fundado nas faculdades da sensibilidade, do entendimento, da razão e do juízo. Por meio da intuição, dos conceitos ou categorias, de regras e de juízos, respectivamente, o sujeito possui condições de alcançar o conhecimento. Se a filosofia anterior tinha em Wolff o sistema dogmático de verdades absolutas e indiscutíveis e em Hume o ceticismo, com Kant um caminho estava em aberto em termos de método científico sistemático: a investigação crítica, uma nova forma de pensar e investigar a realidade.

É contra tal marco filosófico que, para Kant, na *Crítica da razão pura*, a metafísica como ciência com formulações verificáveis não é possível, porque a síntese metafísica exigiria um intelecto intuitivo, que é diferente do intelecto humano. Com a metafísica é possível apenas pensar, mas não conhecer.

O conhecimento científico é somente fenomênico, ou seja, como a coisa aparece para o indivíduo, sendo seguro, universal e necessário. A unificação, a sistematização e a ordenação do conhecimento ocorrem por meio das categorias e das ideias como orientação à experiência e à possibilidade de julgar e, assim, permitindo a passagem do teórico para o prático.

Para Kant, a filosofia como ciência da referência de todo o conhecimento aos fins essenciais da razão humana tem dois objetos: a natureza e a liberdade. A filosofia da primeira refere-se a tudo que é; a filosofia dos costumes é dizente ao que deve ser. A filosofia da razão pura enquanto investiga todos os conhecimentos puros *a priori* denomina-se “crítica” e enquanto constitui todo o sistema de conhecimentos filosóficos da razão chama-se “metafísica”. Se nessa acepção considerar apenas o entendimento e a razão num sistema de todos os conceitos e princípios que se referem a objetos em geral sem admiti-los como dados é “ontologia”.

A primeira *Crítica* de Kant, assim, constitui uma obra de filosofia transcendental que pretende a efetivação da filosofia como ciência. Analisa, portanto, as faculdades da sensibilidade, do entendimento e da razão, a partir das condições da possibilidade da apreciação dos objetos, propondo um método que permita a certeza objetiva por meio da crítica sistemática da razão.

Essa leva à indispensabilidade da metafísica, pois, mesmo que não amplie os conhecimentos, serve para evitar erros e ilusões, a partir de elementos e princípios da razão que dão sustentação ao conhecimento científico, sendo, assim, possível atingir os fins humanos necessários e essenciais, mesmo que contingentes. Trata-se de uma crítica transcendental da razão que é o fundamento tanto da possibilidade de algumas ciências quanto do uso de todas.

Na *Crítica da razão prática*, de 1788, a segunda das três críticas, a razão prática aparece como imperativo categórico que orienta e determina a vontade e as ações do homem numa realidade objetiva apenas sob a perspectiva da razão pura, independentemente de circunstâncias

sensíveis. Kant tinha por objetivo provar que os seres humanos eram livres, autônomos, além de fornecer uma base para a moralidade, que trata do uso prático e livre da razão.

Kant reconhece a conexão do homem com o mundo, aprofundando a crítica à metafísica sob influência do dogmatismo já presente na obra *Crítica da razão pura*. Se nessa obra a razão aparece como limitada à experiência e ao mundo fenomênico, na *Crítica da razão prática* a esfera numênica, que se mostrava inacessível, torna-se alcançável pela via prática.

Na crítica anterior, o uso teórico da razão, como visto, ocupava-se dos objetos da simples faculdade de conhecer, sendo que tal faculdade era passível de crítica, quando se perdia além dos seus limites, em objetos inacessíveis ou em conceitos contraditórios. Agora, com a segunda crítica, a razão ocupa-se com os princípios da determinação da vontade de produzir objetos ou de determinar a si mesma a produção de tais objetos, ou seja, dispor a causalidade a partir da liberdade como princípio prático.

Se somos limitados na razão teórica, na razão prática somos livres por sermos racionais, argumenta Kant. A liberdade do ser humano é em relação a si mesmo e em relação às outras pessoas, um ser do mundo no qual o dever moral impede que o ponto de vista individual se sobreponha aos demais; liberdade, nesse sentido, é o que permite a vida em sociedade.

A vontade é determinada *a priori* objetivamente por meio da razão pura prática e explicável apenas se se admitir a liberdade, entendida como ter condições de se autodeterminar livremente das leis naturais dos fenômenos, ou seja, do mecanismo causal. A liberdade é, então, fundamento e condição da lei moral – o homem que age por puro dever de ser virtuoso é, assim fazendo, digno de felicidade.

A felicidade consiste na satisfação de todas as inclinações humanas e a lei prática que se baseia nela é pragmática (uma regra de prudência) e fundada em princípios empíricos. Já a lei que se baseia na dignidade de ser feliz é lei moral que, por sua vez, se fundamenta em ideias da razão pura *a priori* de um ser racional livre.

A liberdade, para Kant, é uma espécie de causalidade enquanto atributo de um ser inteligível, que não está submetido a princípios de determinação empíricos. Tais categorias tendem ao livre-arbítrio e têm por fundamento a sensibilidade, uma vontade pura que reside na razão, na própria vontade de pensar. Os princípios morais da razão podem produzir ações livres, mas não leis da natureza.

No quadro a seguir, a exposição das categorias kantianas da liberdade que constituem requisitos essenciais e universais exigíveis em qualquer questão filosófica:

Quadro 2 – Categorias kantianas da liberdade

| Aspectos | Categorias | | |
|------------|---|--|--|
| Quantidade | Subjetiva, segundo máximas (opiniões da vontade do indivíduo) | Objetivo, segundo princípios (preceitos) | Princípios <i>a priori</i> da liberdade, tanto objetivos quanto subjetivos da liberdade (leis) |
| Qualidade | Regras práticas de ação | Regras práticas de omissão | Regras práticas de exceção |
| Relação | À personalidade | Ao estado da pessoa | Reciprocamente, de uma pessoa ao estado das outras |
| Modalidade | O que é lícito e o ilícito | O dever e o que é contrário ao dever | O dever perfeito e o dever imperfeito |

Fonte: Kant (2003, p. 81).

Segundo Kant, tais categorias mostram por onde se deve começar nas considerações práticas, a ordem a ser seguida em cada questão filosófica. Por exemplo, no primeiro quadro se começa pelas máximas que cada indivíduo fundamenta suas inclinações e necessidades, que motivam, mas não obrigam; pelos preceitos que são válidos para os da mesma espécie racional; e pela lei que vale, igualmente, para todos independentemente das suas inclinações e necessidades.

A causa numênica é o ser humano, pois dotado de vontade. A conduta humana é o objeto de análise de Kant para quem somente um ser racional tem vontade agindo na natureza, na qual tudo funciona como as leis universais que definem os deveres do indivíduo. A lei moral não depende do conteúdo, mas da forma como se faz aquilo que se faz, prescindindo de qualquer conceito de finalidade. A racionalidade existe como um fim em si.

A lei natural concerne apenas aos fenômenos e não às coisas em si, e por meio dela torna a experiência possível. Por outro lado, a propriedade de fazer cumprir a lei moral diz respeito às coisas em si das quais se afirma o poder causador. É por meio da razão prática que se alcança a realidade.

Assim sendo, constata-se que Kant desloca as questões metafísicas do domínio da especulação para a prática, não mais como objetos do conhecimento humano, entretanto como reguladores éticos universais e objetivos. A razão prática começa com o fazer e não com o saber, ou seja, com uma vontade que é uma causalidade, portanto, assume princípios práticos *a priori* e, a partir deles, constrói seus conceitos.

Em síntese, a ciência prática, ou razão prática, na filosofia de Kant preocupa-se com a liberdade como fundamento da vontade e das ações humanas e não com o bem natural ou com o fim humano. A razão prática é, portanto, a capacidade humana de determinar sozinha a vontade sem impulsos sensíveis e de resolver, por meio da reflexão crítica, a questão de como se deve fazer e, assim sendo, alcançar a felicidade.

Liberdade e autonomia são cruciais para a compreensão da filosofia moral kantiana, pois são a base para a determinação da vontade de agir do sujeito e, também, para responsabilização pelas suas ações.

Por fim, a terceira crítica kantiana, a *Crítica da faculdade de julgar*, de 1790, foi projetada para mediar os argumentos trazidos nas duas críticas anteriores – a dos mundos fenomênicos (mundo da razão especulativa) e numênico (domínio da razão prática) – passando do mundo da natureza ao domínio da liberdade tendo por fundamento um sentimento puro.

A faculdade de pensar é dada pela faculdade do entendimento, de conhecer o universal (as regras), bem como a faculdade julgar, de subsumir o particular sob o universal e, por fim, a faculdade da razão, de determinar o particular por meio do universal. A faculdade do juízo intermedeia a faculdade cognoscível e a faculdade prática, entendimento e razão, respectivamente. É o juízo reflexivo que parte do particular para buscar o universal das ideias da razão por meio de uma hipótese-guia: a finalidade da natureza.

Trata, assim, da passagem entre os domínios teórico e prático da razão usando por argumento o sentimento de prazer ou de desprazer decorrente da forma de um objeto de intuição. Como Kant defende, os atos se escolhidos com liberdade são determinados como causas eficientes, porém para que sejam racionais e prevejam efeitos, requer-se um raciocínio indutivo em seu uso reflexivo, ascendendo do particular em natureza ao universal, e tal relação não pode ser emprestada da experiência.

Segundo Kant (1992, 2016), o poder de julgar é duplo, distinguindo-se em juízos reflexivos e juízos determinantes. Aqueles, ao contrário desses, partem do particular para o universal. Os juízos determinantes explicam a possibilidade de uma natureza como objeto dos sentidos. Os juízos reflexivos buscam compreender as leis empíricas particulares da natureza. Assim, tais juízos só têm validade subjetiva por serem empíricos, pois progridem a partir de um particular.

A passagem de conceitos particulares para conceitos universais se dá de duas formas nos juízos reflexivos: por indução e por analogia. Ambas não determinam o objeto, apenas a maneira de refletir sobre os mesmos para poder alcançar o conhecimento, contudo são úteis e indispensáveis para a ampliação do conhecimento a partir da experiência.

Assim, por meio de juízos universais da experiência, logo não *a priori*, ainda assim empiricamente, o poder de julgar passa em suas inferências de muitas a todas as coisas de uma espécie ou de muitas determinações e propriedades nas quais as coisas, que uma mesma espécie concorda, para as demais. No primeiro caso, é uma inferência por indução, no segundo, por analogia.

Quando a inferência é por indução, opera o princípio da generalização, ampliando o que é dado empiricamente do particular para muitos objetos. Quando a analogia infere da semelhança particular de duas coisas para a semelhança total, opera o princípio da especificação, isto é, estende as propriedades dadas de uma coisa a várias outras da mesma coisa.

Nas palavras de Kant (1992, p. 151, grafia e grifos do autor), “[u]m em muitos’, logo em todos: ‘indução; muitos em UM’ (que também está em outros), logo também o restante no mesmo: ‘analogia’.” Indução e analogia não são inferências da razão, apenas presunções lógicas ou conclusões empíricas. Pela indução se alcança proposições gerais, mas não universais.

Para Kant (2016), o mundo é um todo completo e perfeitamente ordenado, um sistema teleológico harmonioso e consistente. As hipóteses se adaptam às necessidades e às exigências da mente. Esse mundo pode requerer causas finais, todavia suas conexões são dadas por causas eficientes que é o que realmente interessa e não a teleologia geral do sistema. Assim, tal contradição para Kant é a antinomia do juízo reflexivo.

Kant considera a capacidade inata de julgar como a faculdade cognitiva central da mente humana racional. É o produto conjunto de todas as outras faculdades cognitivas operando coerente e sistematicamente juntas formando uma unidade de autoconsciência superior. A razão é suficiente por si só para mover a vontade sob princípios práticos, ou regras gerais (subjetivas e objetivas). A racionalidade é valor fundamental, acompanhada da autonomia e da agência moral humana.

Cabe destacar que na obra, Kant analisa a capacidade do julgamento estético e da capacidade do julgamento teleológico como predicados dos seres humanos de serem os únicos capazes de se colocar fins em termos de prazer, bondade e beleza. Tal análise kantiana fundada na natureza humana é essencialmente antropológica, uma teoria de reflexão ao invés de determinação do juízo.

Na primeira parte do livro, a “Crítica da faculdade de julgar estética”, refere que os julgamentos e práticas estéticas, como juízos de gosto e a possibilidade de crítica estética, têm um fundamento racional, mesmo que não possam ser fundamentados em princípios determinados.

Na segunda parte, “Crítica da faculdade de julgar teleológica”, aborda problemas filosóficos mais amplos, como a possibilidade de compreender os organismos em geral e o significado moral da natureza como um todo, bem como temas biológicos como características

hereditárias, reprodução e diversidade de espécies pela evolução – textualmente, “teoria da evolução” (Kant, 2016, p. 320), além da “teoria epigênese” (Kant, 2016, p. 321).²⁵

Kant refere que todas as proposições que derivam do arbítrio, como causa, pertencem à filosofia teórica, mesmo ciências que contenham proposições práticas como a política, a economia política e as regras do comportamento e de prescrição de saúde, pois nada mais são do que teorias sobre aquilo que pertence à natureza das coisas. Nesse contexto, as proposições práticas se distinguem das teóricas quanto à forma (modo de representar), porém não quanto ao conteúdo. Por outro lado, somente as proposições consideradas sob a liberdade de leis e não do arbítrio pertencem à filosofia prática, assim diferenciam-se da teórica pelo conteúdo.

Na *Crítica da faculdade de julgar*, Kant assenta a pedra fundamental para sua concepção dualista de conhecimento fundado no entendimento, com base na natureza, e no conhecimento racional, amparado na moral. A natureza é entendida a partir de leis válidas, sem com isso suprimir a liberdade de seres racionais. Tal relação se dá pelo idealismo transcendental que diferencia o fenômeno da coisa em si dos objetos, isto é, mundos fenomênicos e numênico, respectivamente, capturando sua unidade e fundamento.

Por fim, a terceira crítica kantiana discorre sobre a contradição entre a concepção da natureza como um sistema mecânico governado por causas eficientes e a concepção da natureza como um sistema teleológico governado por causas finais.

2.2.2 Comentadores de Kant que podem ter exercido influência em Veblen

Hegel (2003, 2008) entende que Kant não completou seu projeto crítico, por ter ficado preso nas diversas formas de dicotomias presentes em sua obra, como sujeito e objeto, fenômenos e númenos, sensibilidade e compreensão, dentre outras, que se enfrentam e se restringem. Assim, teria sucumbido a um dualismo decorrente da cisão entre a ciência do mundo

²⁵ Epigenética é uma área de pesquisa emergente e contemporânea de pesquisadores, como geneticistas e melhoristas, que trata da influência ambiental nos genes de animais ou crianças, por exemplo. Contrariando as leis genéticas mendelianas, que fundamentam a transmissão fenotípica entre gerações como dependentes apenas da sequência de bases do DNA, a epigenética é uma área de grande importância no processo evolutivo dos organismos, a partir de mudanças na expressão gênica que podem ser herdadas e que não alteram a sequência do DNA. Enquanto a informação genômica de uma célula é bastante estável, o epigenoma é altamente dinâmico ao longo da vida a partir de uma complexa rede de interação de fatores genéticos e ambientais. Por exemplo, as fêmeas de abelha desenvolvem-se geneticamente idênticas, mas a dieta com geleia real transforma uma operária infértil numa rainha fértil, dada a capacidade que a alimentação tem de bloquear determinado gene-chave (Harvard, 2020; Paiva, 2019). Para os limites da presente Tese, é importante destacar que o tema epigenética foi abordado por Kant em 1790, mais de 230 anos atrás, demonstrando o quão à frente o filósofo estava de seu tempo. Os temas biológicos discutidos pelo autor nessa obra, junto com a influência reconhecida de Darwin, podem, sim, ter despertado em Veblen a temática evolucionista.

como fenômeno, obra do conhecimento, e o conhecimento da coisa em si que permanece como objeto da razão, portanto fora do campo da ciência.²⁶ O sujeito e o fenômeno kantianos são abstratos, sem história, um processo impessoal. Segundo Hegel, ao contrário de Kant, a ação humana só pode ser entendida para além da aparência, na realidade objetiva histórico-cultural.

A filosofia hegeliana é estruturada segundo uma lógica dialética que abarca o pensamento, a realidade e encadeia o movimento ilimitado do ser por meio de tríades ou trilogias que são verificáveis em toda a sua obra. Seu sistema especulativo descreve o movimento, dialético e histórico, da consciência do conhecimento comum ao saber absoluto. Concretos (realidade) e pensamentos (ideias) estão inter-relacionados logicamente, constituindo a ontologia da totalidade hegeliana, ao contrário de Kant que examina a faculdade da compreensão antes de examinar a natureza das coisas – o *a priori* kantiano (Hegel, 1997, 2003, 2008).

Para Hegel, a filosofia kantiana é a de um idealismo subjetivo, na medida em que o sujeito cognoscente fornece não somente a forma, mas também a matéria do conhecimento – a forma enquanto sujeito que pensa e a matéria enquanto sujeito que sente.²⁷ O sujeito kantiano constrói seu próprio mundo subjetivamente. Todavia, Kant não se preocupa com a crítica ao conteúdo, em conhecer o fato que se quer conhecer, mas apenas com a faculdade de conhecer (Hegel, 2003, 2008).

O conhecimento para Hegel é resultado da relação sujeito e objeto, já em Kant o conhecimento é resultado do dualismo entre tais entidades, não tendo o sujeito acesso direto ao objeto.²⁸ Hegel afirma que o racional é real e o real é racional, isto é, a racionalidade é a mesma para sujeito e objeto, denotando uma preocupação com o todo real, a essência, e não de forma parcial como em Kant que só poderia conhecer as aparências dos objetos (Hegel, 1997).

Hegel rejeita a filosofia de Kant de examinar a faculdade da compreensão antes de investigar a natureza das coisas, pois essas e os pensamentos estão inter-relacionados dialeticamente. Em Hegel não há coisa em si – não há só possibilidade, mas o dever de conhecê-la. Assim, se lógica e realidade fazem parte do mesmo processo, a lógica é uma

²⁶ Conforme Allison (2012), Hegel referia que formalismos, subjetivismos e dualismos (forma-matéria, sensibilidade-compreensão, *a priori-a posteriori*, analítico-sintético, aparência-coisa em si, dentre outros), constituíam a trindade profana da filosofia kantiana.

²⁷ Araújo (2018) defende que em Hegel o idealismo é objetivo; a racionalidade do real é conhecida por meio de manifestações objetivas na história.

²⁸ As traduções para o português dos textos consultados de Hegel fazem uso do termo “dualidades” ou “dualismo” de Kant para opostos, contrários, como na seguinte passagem: “[...] a multiplicidade dos momentos éticos se torna a dualidade de uma lei da singularidade e de uma lei da universalidade. [...] essas determinações exprimem apenas a oposição superficial recíproca dos dois lados.” (Hegel, 2003, p. 308) Como será debatido na seção 3.6, a seguir, em tais sentidos, a acepção apropriada seria “dicotomia”.

doutrina da realidade ou ontologia. A realização no mundo por meio do processo dialético é, ao mesmo tempo, lógica e ontológica (Araújo, 2018; Hartman, 2001).

Para Veblen (1901b, 1906b), no esquema hegeliano das coisas, a única realidade substancial é o desenvolvimento da vida do espírito, um avanço gradual, autocondicionado e autorrealizado, em direção a um termo final. O ponto de vista hegeliano era totalmente pessoal, uma continuidade da razão e da consistência lógica, portanto de caráter teleológico. Tal visão contrasta com o hábito de pensamento darwiniano que é totalmente impessoal e não teleológico, uma continuidade cumulativa de causa e efeito.²⁹

Entre os comentadores de Kant que podem ter exercido influência em Veblen está George Morris, que foi seu professor na Universidade de John Hopkins, no início da década de 1880. Segundo Camic (2020), Veblen estudou com Morris disciplinas como história da filosofia e fez um curso especial de palestras baseadas no livro que seria lançado por seu professor em 1882, *Kant's critique of pure reason: a critical exposition*, tendo exercido, assim, certa influência em Veblen.

Trata-se de uma exposição crítica de Morris (1882) que considera a obra de Kant uma transição na história do pensamento moderno, muito mais história de um processo de investigação e demonstração do que uma exposição didática dos resultados, dada a confusa atitude intelectual do autor. Segundo Morris, as três Críticas kantianas constituem um todo orgânico e devem ser consideradas juntas, a fim de estimar corretamente a realização histórica de Kant e sua relação, como trampolim e profecia, com a obra mais completa de seus sucessores. Contudo, defende que muito do que foi defendido por Kant já havia sido resolvido por Platão e Aristóteles. Por outro lado, Morris afirma que o método universal para o pensamento filosófico foi alcançado por Hegel.

Morris declara que Kant ignorou que a conexão entre a mente humana e os objetos de conhecimento é mutável ao longo da história humana, assim acabou postulando que o conhecedor do mundo externo é resultado, apenas, da estrutura interna da mente (por intermédio das “categorias”). A relação entre o conhecedor e o cognoscível se transforma a ponto de que a não cognoscibilidade das coisas em si é uma limitação a ser transcendida.

Outro comentador de Kant foi Noah Porter, professor de Veblen em Yale, entre 1882 e 1884, que segundo Plotkin e Tilman (2011) e Camic (2020), teria supervisionado a tese de doutorado do institucionalista original, em 1884.

²⁹ Na seção 3.2 da presente Tese, será discutida a compreensão por Veblen da realidade como um processo darwiniano. Como ficará claro, não há influência hegeliana na obra de Veblen, embora Camic (2020) refira que houve uma atração temporária por Hegel.

Porter foi autor de um livro – *Kant's ethics, a critical exposition*, de 1886, sobre a segunda crítica kantiana. Porter (1886) avaliou que a filosofia prática de Kant procurou libertar os preceitos morais de uma referência indireta ao interesse pessoal do agente. De maneira expositiva e crítica, Porter condensou as posições de Kant em comparação com as de outros escritores, principalmente ingleses, referindo que a terminologia de Kant é sempre técnica ao extremo, de uma “dicção artificial e inovadora”, “às vezes absolutamente bárbara”, um “estranho dialeto filosófico que tem sido difícil de dominar para muitos de seus intérpretes”. Da mesma forma que Morris, Porter também critica Kant por ter discutido temas que filósofos anteriores já tinham realizado, como se fosse um desprezo se colocar em sintonia com eles.³⁰

Segundo Camic (2020), Porter, que não concordava com a análise de Hegel, pretendia superar Kant afirmando que as coisas em si seriam cognoscíveis e que mediante o poder das faculdades cognitivas humanas se poderia alcançar o conhecimento real da natureza e da sociedade. O conhecimento científico tinha que ser construído com base na indução.

Contra Kant, Porter (1886) sustentou que a diferença entre as operações da razão pura e da razão prática reside na distinção de material nos dois casos, e não, como afirmava o filósofo alemão, na discriminação do método ou da lógica apropriada a cada um. Enquanto a razão especulativa se preocupa com os atributos do fato ou da verdade e implica conhecimento, a prática limita-se aos atributos da ação e do dever, implicando obrigação. Para Porter, a doutrina da vontade e da liberdade de Kant é obscura e insatisfatória.

Por fim, John Dewey, que foi orientado por George Morris e que obteve seu doutoramento no mesmo ano que Veblen (Camic, 2020), também tem entre seus primeiros escritos, um artigo crítico ao trabalho de Kant, *Kant and philosophic method*, de 1884. No artigo, Dewey refere que o método kantiano é do autoconhecimento da razão a partir da síntese da percepção e do pensamento analítico que, se aplicado a um objeto por meio de categorias constituintes da experiência possível, é sintético.³¹

Tal método, segundo Dewey (1884), consistirá em não estabelecer um objeto transcendente como fizeram os empiristas ou um princípio abstrato como os racionalistas, mas a partir das categorias conceituais que constituem a experiência e com isso expressar a realidade

³⁰ As citações no vernáculo original constam em Porter (1886), respectivamente, “artificial and novel diction” (p. 4), “sometimes absolutely barbarous” (p. 3), “strange philosophical dialect which it has been difficult for many of his interpreters to master” (p. 5).

³¹ Em *From absolutism to experimentalism*, de 1930, Dewey (1998b) refere que Morris foi uma influência duradoura do seu hegelianismo. Tal autor, segundo Dewey, chegou a Kant através de Hegel, de modo que sua atitude em relação a Kant foi a crítica expressa pelo próprio Hegel.

determinada. Tal realidade é a que há e não a real das coisas, a verdade absoluta.³² Se as teorias anteriores falharam por conta de o pensamento ser puramente analítico, a de Kant falhou por ser puramente sintético, pois aplicado a material estranho: objetos separados do sujeito. Para Dewey, faltou a Kant uma psicologia adequada da experiência.

Dewey refere que o método de Kant é ponto de inflexão entre o velho pensamento abstrato e a experiência sem sentido e o novo pensamento concreto de uma experiência rica. Tal teoria das concepções da razão em um sistema orgânico, sendo integrada e diferenciada, e, ao mesmo tempo, analítica e sintética, foi dada por Hegel, conforme Dewey. Tal método filosófico seria completo por alcançar a ideia absoluta mediante a dialética obtida pela razão, em sucessivas realizações e retomadas de diferenças em unidades superiores. A razão, em suas formas sucessivas, julga sua própria inadequação até atingir o que é: “[...] absoluta ou adequada à verdade total da experiência [...]” (Dewey, 1884, p. 173, tradução própria).³³

2.2.3 Sistema crítico de Kant: criticismo transcendental

Nos últimos 20 anos, tem havido um crescente interesse no tipo de realismo que Kant defende dada uma aparente contradição entre idealismo transcendental e realismo empírico, pois o filósofo se declarava um idealista e um realista. Nesse sentido, ver Allais (2015), Allison (2012), Gurofsky (2018), Heidemann (2021), Pereira Jr. (2018), Westphal (2005).

Heidemann (2021), por exemplo, afirma que a primeira Crítica é o documento fundador do realismo e que contém a topografia teórica sobre as formas de realismo. Enquanto o idealismo transcendental expõe a forma como se representa a realidade, o realismo empírico expõe os objetos que existem no espaço e tempo independentemente de nós, e juntos formam uma unidade que demonstra que os objetos da percepção externa são reais.

Segundo Heidemann, Kant distingue duas formas básicas de realismo. A primeira delas, o realismo empírico, que na acepção moderna é forma de realismo não metafísico, refere-se às aparências dos objetos no espaço e tempo como coisas ontologicamente independentes e que possuem uma realidade (como visto, uma das categorias kantianas de qualidade). Em tal realismo, a verdade objetiva está ligada ao idealismo transcendental que restringe o significado objetivo aos objetos da intuição sensível no espaço e no tempo.

³² Tal terminologia tem matriz hegeliana. Para Hegel, realidade e razão sempre estão interligados, nada existindo que não possua racionalidade ou razão que de algum modo não se realize, ou nas palavras de Hegel, “o que é racional é real e o que é real é racional” (Hegel, 1997, p. xxxvi). Tudo é desenvolvimento do absoluto (ideia), entendido como processo dialético e como resultado desse processo.

³³ No original: “[...] absolute or adequate to the entire truth of experience [...]”.

A segunda forma básica é o realismo transcendental, equivalente ao realismo metafísico hodierno, que se preocupa sobre as coisas em si que existem independentemente de nós e da nossa sensibilidade. Não há conexão entre o que se pode conhecer (representação mental da realidade externa) e o que é real. Os objetos da percepção externa são ontológica e epistemologicamente independentes de nós. Em tal forma de realismo, podem haver objetos que nunca se saberá se são ou não reais e qual o escopo da realidade, pois se rejeitam as condições transcendentais da possibilidade da experiência. Nesse sentido, são aliadas naturais do idealismo empírico, com a realidade podendo ir além daquilo que se é capaz de conhecer.

Heidemann afirma que o debate atual sobre as formas de realismo deve em muito à metodologia e critérios utilizados por Kant na distinção dessas duas formas básicas. A partir da leitura da *Crítica da razão pura*, o autor moderno propõe três critérios para sistematizar as principais diferenças entre as formas de realismo: (i) ontológico – o mundo é independente ou dependente da mente; (ii) epistêmico – as afirmações sobre o mundo dependem ou não do que se pode saber em geral, assim o que se concebe como real pode ou não ir além do que se pode saber; e, (iii) critério verídico – se as condições de verdade decorrem do mundo ou a partir da teoria subjacente.

A partir desses critérios, Heidemann refere que o realismo metafísico/transcendental mantém independência ontológica e epistêmica e está comprometido com a correspondência verídica entre as proposições da mente e os fatos do mundo. Já o realismo não metafísico/empírico subscreve a independência ontológica, a dependência epistêmica e a coerência verídica. Esse último seria o tipo do realismo de Kant (Heidemann, 2021).

Da leitura das obras selecionadas, constata-se que o grande objetivo de Kant é o desenvolvimento da autonomia humana, por meio da crítica rigorosa e contínua, separando os elementos em observação para melhor compreensão. Trata-se de um compromisso iluminista do sujeito pensar por si mesmo com liberdade, ao invés de terceiros o fazerem, visando dar sentido às ações humanas.

Dois questões estruturam a obra do filósofo. A primeira diz respeito ao conhecimento, suas possibilidades e limites, bem como às esferas de aplicação. A segunda questão kantiana é a ação prática humana, ou moral nos termos do filósofo – como agir, como proceder ante os demais sujeitos para obter a felicidade, dando efetividade à liberdade por meio do dever ético. Em suma, o projeto de crítica era compreender e explicar a razão e a liberdade.

No seu tempo, a matemática havia tido enorme desenvolvimento, assim como a física newtoniana – conhecimentos certos, indiscutíveis e modelos de conhecimento científico.

De outro lado, a metafísica anterior, que pretendia dar respostas aos problemas da realidade, era questionada.

Nesse contexto, Kant foi acordado por Hume do sono dogmático ao receber orientações diversas para investigações no campo da filosofia especulativa, como referido na obra kantiana *Prolegómenos a qualquer metafísica futura que possa apresentar-se como ciência*.

Tal filosofia especulativa, ou razão pura especulativa, como declara Kant, é um tratado do método, todavia não um sistema da própria ciência. O sistema kantiano fornece uma moldura ao estabelecer princípios, limites e estrutura interna, revolucionando a metafísica anterior de verdades eternas – a imortalidade da alma ou a divindade de um Deus onipotente.

Somente com a crítica kantiana é possível fazer cessar os erros e cortar as raízes do materialismo, da descrença, da superstição, do idealismo e do ceticismo que são prejudiciais às ciências. Kant defende que a natureza da razão especulativa contém a estrutura de que o todo ocorre em função de cada particular e de cada particular em função do todo.

O projeto crítico kantiano se opõe ao dogmatismo da metafísica anterior que não fazia uma crítica prévia da razão pura, da cognoscibilidade humana. Kant não é contra o procedimento dogmático em ciência, que parte da prova rigorosa de princípios *a priori*, mas, como se disse, do dogmatismo que não questiona o modo como se chegou a tais princípios. Assim, propõe que o método de Wolff, “o maior entre os filósofos dogmáticos” (Kant, 2012, p. 40), que deu o exemplo de que, para trilhar o caminho da ciência, é necessário estabelecer rigorosamente princípios, conceitos, inferências e evidências, e que só não foi bem sucedido, porque a sua metafísica não fez um preparo prévio do terreno por meio da crítica da razão pura. Só por tal método sistemático seria possível transformar opinião em certeza.

O objetivo principal de Kant é mostrar os limites da razão, bem como o papel que exerce na investigação científica e na busca do conhecimento a partir conceitos fundamentais – as categorias – como causa e efeito, que estruturam os julgamentos.

Na *Crítica da razão pura* o tema principal é o domínio da razão que está associado ao conhecimento *a priori*, ao conhecimento cuja justificação não depende da experiência. Pode-se ter conhecimento *a priori* apenas sobre aspectos do mundo sensível que refletem as formas *a priori* fornecidas pelas faculdades cognitivas, ou seja, do modo como a mente humana estrutura sua experiência. O projeto de Kant é examinar se, como e em que medida a razão humana é capaz desse conhecimento *a priori*. Trata-se de uma crítica da razão pela própria razão.

Os julgamentos empíricos dependem tanto da experiência sensorial no espaço e tempo, única e unificada do mundo, quanto da formação de conceitos por meio de categorias. A experiência, então, é condicionada pelas capacidades e pontos de vista do observador.

Contudo, a experiência é finita, pois não se pode vivenciar todos os eventos, bem como não pode revelar entidades metafísicas. Eis a limitação do empirismo.

A investigação científica pressupõe que o mundo forma uma unidade sistemática e bem ordenada, na qual todos os eventos podem ser incluídos em leis causais universais que fundamentam todas as relações particulares de causa e efeito. Apesar disso, leis universais não podem ser justificadas por que, como exposto anteriormente, a experiência é finita, não obstante se pode afirmar que todo evento tem uma causa, assim, permitindo experienciar o mundo. O mesmo raciocínio vale para as demais categorias kantianas.

A causa contém o fundamento da realidade. As circunstâncias modificam o objeto, sendo necessário investigar a conexão causal, em especial a associação efetiva que se distingue da conexão de finalidade. “Discernir a conexão efetiva é a verdadeira filosofia [...]” argumenta Kant (2022, p. 155), e apelar unicamente para a conexão da finalidade, como fez Platão, é invocar “[...] ‘uma almofada da filosofia preguiçosa’.” (Kant, 2022, p. 156, grifo do autor). Assim, em filosofia deve-se buscar o conhecimento perseguindo a causa eficiente e, mesmo que falhe, o método e o caminho estão em conformidade com o entendimento humano. Assim, Kant inverte a concepção humeana e assenta que o princípio da causalidade antecede e determina a experiência.

Também há limites para o racionalismo, eis que não se pode ter conhecimento do mundo como um todo, bem como entidades que o transcendem, exemplificativamente, a alma imortal ou um ser divino. O conhecimento humano tem uma estrutura própria e tem seus limites. O conhecimento não é o fim da razão, como propugnava a filosofia escolástica. A razão é fundamento para agir moralmente a partir dos seus próprios limites e poderes.

A razão constitui um sistema de conhecimentos diversos que contém fim e forma do todo que lhe é congruente, um todo articulado, coordenado, que cresce internamente, e não altera a proporção das partes que ficam mais fortes e eficientes de forma apropriada a seus fins. A filosofia alcança a realidade por meio da relação todo e partes, de uma realidade emergente a partir da multiplicidade de estruturas num processo evolutivo dada pela irreversibilidade temporal.

Tal acepção kantiana remete ao conceito de emergência, isto é, um todo que tem propriedades ou poderes que não são possuídos por suas partes, como característica de sistemas e estruturas e entidades que é invocado na teoria realista crítica e por Veblen.

Pelo idealismo transcendental, os sujeitos experimentam apenas as aparências, sendo que os conceitos de espaço e tempo são formas subjetivas de intuição humana, de cognição *a posteriori*, portanto, empírica.

Não há interpretação padrão do idealismo transcendental. Segundo Heidemann (2021) e Rohlf (2023), há duas interpretações típicas. A primeira, como interpretação de dois mundos: as “aparências”, que dependem dos sujeitos humanos, das representações mentais dos observadores (fenomenalismo), e as “coisas em si”, que independem dos seres humanos. São dois mundos distintos, o sensível e o inteligível.

A segunda consiste numa interpretação de um mundo único, no qual aparência e coisa em si (essência) são dois aspectos que se referem ao mesmo objeto. As aparências são aspectos dos mesmos objetos que também existem em si mesmos, embora não sejam representações mentais.

Essa interpretação de dois aspectos possui duas versões, uma epistêmica (metodológica) e outra ontológica (metafísica). Na primeira, o objeto como coisa em si é considerado independentemente das condições transcendentais de cognição, sem reivindicar a sua existência, ou seja, interpreta o idealismo transcendental como uma teoria fundamentalmente epistemológica, isto é, as condições epistêmicas que são peculiares à cognição humana.

Na interpretação ontológica os objetos têm aspectos fenomênicos cognoscíveis e aspectos numerais ou em si incognoscíveis, porém têm sua existência presumida pela razão. Os objetos têm, portanto, uma só realidade (Allais, 2015; Heidemann, 2021).

Há passagens na *Crítica da razão pura* que permitem uma leitura do idealismo transcendental tanto como uma teoria metafísica quanto como uma epistêmica. Por exemplo, no primeiro caso, quando Kant afirma que o objeto é considerado em si mesmo, desconsiderando-se da forma de intuí-lo e a forma de intuição desse mesmo objeto que deve ser procurada não no próprio objeto, mas no sujeito. Essa é uma passagem tipicamente metafísica (Kant, 2012, p. 84).

Por outro lado, encontra-se o idealismo transcendental em sentido epistêmico, isto é, condições que as representações devem satisfazer se quiserem representar objetos, ou melhor, estruturas requeridas pelo sujeito para que a cognição ocorra, como na parte que Kant discorre sobre espaço, tempo e as categorias (Kant, 2012, p. 137-138).

Contudo, como argumenta Kant nas *Lições de metafísica*, se tudo que se apresenta aos sentidos se chama realidade fenomênica e se tudo que se apresenta ao entendimento puro é realidade numênica, tem-se que toda a coisa é realidade, fenômeno ou númeno, havendo elementos textuais para fundamentar uma interpretação ontológica da realidade.

Por outro lado, o transcendental kantiano, como visto, é o conhecimento que se ocupa não dos objetos propriamente, mas das condições e da possibilidade de conhecê-los *a priori*, isto é, absolutamente independente de toda a experiência.

O conhecimento dos objetos como substância é transcendental, quando se diz que sua alteração teve uma causa e, nesse caso, por conceitos puros de entendimento, eis que empiricamente não é possível retroceder ou restabelecer conjuntos completos de causas de fenômenos. Assim, do ponto de vista metafísico, a posição kantiana é realista. Por outro lado, do ponto de vista epistemológico, a posição de Kant é idealista, pois se é afetado pelas formas que as representações das coisas, que estão fora da mente, provocam (Dutra, 2008; Pereira Jr., 2018).

Collier (1994) afirma que Kant é um realista empírico, isto é, um realista sobre os conteúdos concretos da experiência, embora a forma espaço-temporal dessa não seja real. Por outro lado, o autor entende que um realista transcendental é um realista sobre forma e conteúdo.

Na mesma linha, Niiniluoto (2002) entende que Kant combina o idealismo transcendental com o realismo empírico, no sentido especial de que não se pode perceber nenhum objeto sem colocá-lo no espaço e no tempo, e não se pode pensar em objetos sem impor relações causais entre eles, porém, não se podem conhecer as coisas em si, conquanto se possa pensar sobre elas.³⁴ Na mesma linha, Allison (2012).

Refuta, assim, o tipo de idealismo que concebe os conteúdos do conhecimento humano como inescapavelmente determinados apenas pela estrutura da mente humana (Allison, 2012; Williams, G., 2023) – um idealismo ontológico. Nesse ponto, é importante ater-se ao que o próprio filósofo argumenta sobre seu trabalho. “Pelo fato de eu próprio ter dado à minha teoria o nome de idealismo transcendental, ninguém se pode arrogar a autoridade de confundir com o idealismo empírico de Descartes [...] ou com o idealismo místico e fantasista de Berkeley [...]” (Kant, 1988, p. 63-64).

A conclusão kantiana na primeira crítica é que o conhecimento científico restringe a ciência ao reino das aparências (aos fenômenos) e implica que o conhecimento *a priori* das coisas em si que transcendem a experiência humana é impossível. O conhecimento é um processo de síntese, no qual o intelecto proporciona a forma e a experiência oferece o conteúdo.

Para Kant, deve-se distinguir conhecimento objetivo da crença do que deve ser. Nesse sentido, o filósofo demonstrou que o método dedutivo utilizado pela matemática e pela física só é aplicável a fenômenos sensíveis, não sendo adequado para a filosofia pura. Para tal filosofia o método é a dialética transcendental que busca respostas às questões que transcendem a realidade empírica.

³⁴ Conforme Niiniluoto (2002), a concepção kantiana de que a causalidade se limita à experiência possível leva a questionar como as coisas em si nos afetam.

Em Kant conceitos como causalidade e substância fornecem maneiras de ordenar a experiência e tais elementos *a priori* do conhecimento têm origem nos sujeitos, portanto a realidade depende dos indivíduos. O fundamental é que sem um sujeito de experiência não há experiência (Walker, 2006). Tal mundo objetivo deve ser contrastado com as coisas como elas são em si mesmas, totalmente independentes dos indivíduos, sobre as quais não se têm qualquer conhecimento sintético *a priori*. Contudo, Walker (2006, p. 249, tradução própria) afirma que há muitas evidências em Kant, embora tenha sido “desnecessariamente obscuro”,³⁵ do seu compromisso com as coisas em si, já que seu idealismo transcendental depende delas.

Na *Crítica da razão prática* o problema fundamental é encontrar princípios que orientem o agir e o pensar de todos. Kant afirma que o imperativo categórico, ou lei moral, orienta o agir do sujeito, que tem necessidades e inclinações e que não é perfeitamente racional, empregando os meios indispensavelmente necessários. O imperativo categórico também fornece um fim que o sujeito deve adotar em qualquer situação: o respeito a todos os seres racionais como uma exigência incondicional e único fato da razão prática.

Esse é, pois, o princípio moral supremo de Kant, ou ainda, o preceito superior da razão que tem por exigência que os indivíduos devem ser soberanos, isto é, independentes de condições contingentes e subjetivas de outros sujeitos racionais; livres para fazer uso público da razão em todos os assuntos, de raciocinar por si mesmo. Então, em resumo, a liberdade implica o imperativo categórico e a obrigação moral implica liberdade. Agindo sob tal lei moral o fim natural e necessário de todo o ser humano será a felicidade. Moralidade e felicidade combinadas permitem o bem supremo.

Em Kant a liberdade da sociedade é resultado gradual do antagonismo entre as inclinações individuais e sociais, um produto da natureza e da história (Hartman, 2001).

A razão prática tem primazia sobre a razão especulativa, eis que essa não tem acesso a qualquer ente transcendente, que só pode adquirir conhecimento por meio da sensibilidade e da compreensão, e por ser apenas um instrumento da realização de desejos e inclinações, que são empíricos para Kant. O interesse da razão prática é ampliar o conhecimento e, assim, evitar erros e ilusões, além de ter primazia sobre a razão especulativa por estar fundada na moralidade como vontade (poder de escolha). Para Kant. O bem (a moral) era mais importante para a humanidade do que para a racionalidade.

³⁵ No original: “unnecessarily obscure”.

Tal móvel, a partir da determinação geral da vontade – como se deve fazer ao invés do que aquilo que se deve fazer, encontra consonância com o conceito de ação econômica não teleológica e de causa eficiente como abordado por Veblen.

Com a terceira crítica, Kant pretende uma unidade de toda a faculdade racional reafirmando o imperativo categórico que se aplica a todas as atividades, teóricas ou práticas. Nessa crítica, a faculdade de julgar supera a dicotomia entre a razão teórica e o entendimento, mediando a relação entre o mundo empírico e o transcendental.

Assim, o autor desenvolve a noção da intencionalidade sem propósito como o princípio transcendental de julgamento *a priori* que é fundamento da crítica. Não constitui um conhecimento *a priori*, mas é necessário para a faculdade de julgar.

Kant estabelece três máximas da compreensão humana comum num contexto teórico: pensar por si mesmo sem preconceitos – o oposto leva à discriminação, à intolerância e à superstição; pensar no lugar do outro é pensamento ampliado (mente aberta); e pensar de forma consistente consigo mesmo. Tais máximas são preceitos para julgar de acordo com a razão como um todo assumindo responsabilidade pelos julgamentos.

A razão é a única autoridade incondicional para pensar e agir com autonomia, consistência e julgamento crítico contínuo. Se o raciocínio teórico pretende o conhecimento do mundo possível, o raciocínio prático visa a fazer diferença nessa realidade. A investigação teórica visa ao conhecimento do mundo e aos limites do próprio conhecimento, procurando julgamentos universais. Na investigação prática se objetiva a ação que, se for justificada, levará à cooperação, aos modos habituais de argumentação e à autoridade aceita pela crítica contínua. Com a terceira crítica, Kant não intenta conhecer objetos ou agir sob leis morais, mas procurar regras de liberdade sem se importar com a finalidade da ação humana.

A diferença básica entre a primeira e a terceira críticas, defende Allison (2012), é a mudança de foco do uso hipotético da razão para a capacidade reflexiva do poder de julgamento.

Da análise das obras selecionadas, tendo em conta a complexidade e o intenso debate entre seguidores e opositores, se depreende que o método kantiano consistia nos condicionantes do processo do entendimento como um movimento analítico, e, em seguida, articular os elementos encontrados como conhecimento sintético dos objetos da realidade, tendo por móvel a crítica contínua da razão.

A partir de conceitos puros *a priori* (ou categorias) e das formas puras da sensibilidade (espaço e tempo), a experiência torna-se possível, porém só se tem acesso aos fenômenos, às aparências e não as coisas em si. O entendimento opera fazendo juízos sobre esses objetos dados pela sensibilidade, procurando leis particulares (subjetivas) aplicáveis à natureza,

portanto universais e necessárias (objetivas). O entendimento dá unidade às aparências por meio de regras e a unidade do conhecimento é dado pelos princípios mais elevados da razão.

A metafísica é conhecimento puro *a priori* para Kant. Na metafísica tradicional, a tentativa do conhecimento real *a priori* de objetos está além da experiência possível. Com Kant, o conhecimento real só é possível com princípios *a priori* (espaço e tempo como formas da intuição sensível, além de noções como substância e causalidade como categorias de compreensão) e com elementos *a posteriori* advindos da sensibilidade ou da experiência. Para Kant, a argumentação transcendental é capaz de justificar proposições sintéticas *a priori*, uma vez que pode estabelecer as condições necessárias da experiência.

Conforme Kant, metafísica escolástica não proporcionava o conhecimento verdadeiro, o científico, pois partia de conceitos puros de entendimento aplicados aos objetos dados empiricamente e também aqueles dados pela intuição sensível. Kant afirmava que havia limites ao conhecimento das coisas como aparecem para o sujeito, simples representações cognoscíveis.

Kant, nos *Prolegómenos* (1988), afirma que sua posição deveria ser chamada de idealismo "formal" ou "crítico" em vez de idealismo "material", porque ele apenas identifica o espaço e o tempo com as formas de intuição, entretanto não nega a realidade dos objetos no espaço e no tempo.

O autor sustenta que os objetos da cognição humana são transcendentalmente ideais e empiricamente reais, porque as condições de entendimento que os seres humanos têm dos objetos podem ser encontradas na mente humana e isto não significa que a existência desses objetos dependa somente das faculdades cognitivas como para os idealistas. Dependem também da experiência.

Kant combina, portanto, realismo empírico sobre o espaço, o tempo, a causalidade e as outras categorias com o idealismo transcendental sobre espaço e tempo, que culmina com o realismo dos objetos em suas aparências (fenômenos), que podem ser pensadas e conhecidas, e com o realismo dos objetos como coisas em si (númenos) que só podem ser pensadas, mas não conhecidas.

O princípio kantiano da intencionalidade sem propósito como necessário para a faculdade de julgar, como fundamento da crítica contínua na busca do conhecimento da realidade possível, bem como a centralidade do sujeito como detentor da capacidade de conhecimento e como parte dessa realidade, podem ter influenciado o pensamento vebleniano.

O projeto crítico de Kant permitiu descortinar os pressupostos restritivos do empirismo e do racionalismo, demonstrando as condições de possibilidade do conhecimento. Possibilitou,

também, conceber que somente por meio da liberdade do conhecimento consegue-se o bem supremo humano. O conhecimento é possível se for uma atividade voluntária e interessada que visa a realizar os fins essenciais da razão humana. Para tanto, o método de filosofar criticamente, investigando o procedimento da própria razão, em analisar o poder e a possibilidade de conhecimento humano e até que ponto se pode estender os limites do mesmo, enfim, uma investigação radical dos fundamentos de todas as questões humanas.

A ênfase de Kant está, portanto, na possibilidade de investigação da estrutura básica do mundo por meio da reflexão das capacidades cognitivas, uma investigação que só é possível por meio das formas puras *a priori* de intuição e compreensão. Assim, os resultados da reflexão sobre a percepção e a experiência dizem como é o mundo real, um mundo que é cognoscível e isso constitui, essencialmente, a ontologia nos termos discutidos na seção 2.1.2. da presente Tese. Tal ontologia não tem a experiência como objeto, tampouco se preocupa diretamente com objetos particulares da experiência, mas com as características que tais objetos devem ter para que o conhecimento seja possível, limpando o terreno de ilusões para que a ciência seja possível.

Portanto, para superar os obstáculos da metafísica anterior, que discutia objetos que não estão sujeitos à experiência humana, e que era composta pelos mais variados princípios e métodos que não proporcionavam o caminho seguro para uma ciência, o sistema kantiano do conhecimento de princípios *a priori* é formado pelo entendimento, como debatido na primeira *Crítica* (faculdade teórica de conhecer), pela razão, abordada na segunda *Crítica* (faculdade prática de desejar), e pelo julgamento, discutido na terceira e última *Crítica* (faculdade crítica de julgar).

Como refere Kant, “[...] o sistema de todos os conhecimentos filosóficos é então a ‘filosofia’.” (Kant, 2012, p. 603, grifo do autor)³⁶ Conhecimento e filosofia como ciência a partir de um argumento transcendental – o mundo é subordinado à capacidade cognitiva. Só assim, a crítica reflexiva contínua da realidade pelo sujeito é possível.

Em Kant, a ontologia alcança a realidade por meio da relação todo e parte, de uma realidade emergente a partir da multiplicidade de estruturas num processo evolutivo dada pela

³⁶ Azevedo (2019, p. 22) refere que, posteriormente, à publicação da terceira crítica, houve uma flexão na direção de Kant “de um projeto de filosofia transcendental estrita em favor de uma ciência antropológica como finalidade do sistema”. Tal flexão veio com a publicação de *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, em 1798. A análise de tal inflexão kantiana ultrapassa o âmbito do projeto desta Tese, contudo há pontos de interseção com a temática vebleniana, como a investigação sobre a natureza humana, as linhas fundamentais da descrição do caráter da espécie humana ou quando aborda o caráter inato de alguns povos como o britânico, o francês e o espanhol.

irreversibilidade temporal. O autor propõe o fim da ontologia, mas de uma ontologia escolástica, não da que proporcionaria o conhecimento verdadeiro, ou seja, o científico.

A leitura seguida foi a de uma interpretação sistemática e conforme dos textos críticos kantianos e não da análise das filosofias teórica, prática e da faculdade de julgar independentemente umas das outras.

Assim, avançando sobre a interpretação de Allison (2012), Heidemann (2021), Niiniluoto (2002) e outros, que defendem um realismo empírico condizente com o idealismo transcendental kantiano, entendo que o sistema kantiano é consentâneo com um realismo ontológico de um tipo crítico mais amplo. Isso porque aceita a existência independente da mente dos objetos como aparecem e sobre o que pode estar subjacente às aparências e das coisas tal como elas são, senão empiricamente, eis que se pode pensá-las mediante a faculdade da razão – entendida como autonomia racional, e, assim, fazer juízos relacionais e, essencialmente, compreender as suas propriedades (categorias, na terminologia kantiana), por exemplo, de substância e causalidade.³⁷ Tal realismo está apoiado no criticismo transcendental, na crítica da própria faculdade racional não só do conteúdo do conhecimento humano, mas do método de fazê-lo e, também, no caráter provisório e finito do ser humano.

Tal crítica é uma preparação às condições de possibilidade do conhecimento, justificação ou juízos de fatos não só da natureza, mas de outros domínios da cultura humana (artes, ética, religião etc.). Além disso, em linha com Garrath Williams (2023), o sistema kantiano fornece o princípio do homem como fim em si, uma base ética para a democracia e do papel do indivíduo no mundo.

Da filosofia kantiana o realismo crítico contemporâneo toma emprestado o método transcendental da investigação, um tipo de raciocínio que, como visto, elucida as condições de possibilidade de conhecimento da realidade. Como abordado por Lawson (1999b), tal método kantiano é uma subespécie de argumento retrodutivo: a passagem de uma descrição de algum fenômeno imanente para um relato de algo pelo qual ele é produzido ou de outra forma condicionado transcendentalmente. Com tal abordagem transcendental é possível conhecer

³⁷ Allison (2012) refere que do texto kantiano são extraídas definições diferentes a depender da versão da obra e que isso pode levar a interpretações dispares. Por exemplo, a cognição transcendental é definida de forma diferente entre a primeira e a segunda versão da *Crítica da razão pura*. Se na primeira, estaria preocupada com conceitos *a priori* de objetos em geral, logo consistiria numa abordagem ontológica, na segunda versão, cognição transcendental estaria preocupada com o modo de cognição *a priori* de objetos. Embora o autor faça tal consideração, entendo possível uma leitura ontológica da segunda versão da *Crítica da razão pura*, contudo à luz da crítica kantiana que o leva à rejeição do quadro tradicional da metafísica anterior. Mais, mesmo trechos de uma mesma versão permitem leituras ontológicas ou epistemológicas. Assim, limitou-se, dentro das condições disponíveis referidas no início da presente seção, a leitura de Kant que pode ter dado azo ao trabalho de Veblen.

mecanismos, estruturas, poderes e tendências subjacentes não observáveis que governam ou facilitam eventos reais.

Os resultados dessa investigação filosófica, portanto, são realistas e ocorrem com base em conceituações *a priori* da realidade. Assim, se o campo de análise for o domínio social, parte-se das condições específicas prévias da prática social num mundo real estruturado, aberto e diferenciado. Procede com base na razão a partir de concepções prévias e produz conhecimento, falível e passível de mudança, das condições necessárias à produção de conhecimento e, ao final, de orientação dentro da experiência (Lawson, 1997, 2003, 2004, 2015b).

2.3 O REALISMO ONTOLÓGICO EVOLUCIONÁRIO DE PEIRCE

O pragmatismo é uma tradição filosófica essencialmente americana iniciada por Charles Peirce, William James, John Dewey e George Mead e desenvolvido, no século XX, por Clarence Irving Lewis (1883-1964), Ludwig Wittgenstein (1889-1951), Willard Quine (1908-2000), Hilary Putnam (1926-2016), dentre outros. Uma filosofia com identidade própria, uma forma de fazer filosofia concentrada no futuro (De Waal, 2022; Pihlström, 2004; Shook, 2023).

Peirce e James estão entre os poucos autores mencionados por Veblen nas suas obras (Edgell, 2001). Por exemplo, em *The instinct of workmanship, and the state of the industrial arts*, de 1914, Veblen observa que James, em *Principles of psychology*, de 1890, no capítulo XXIV, trata da busca instintiva pelo conhecimento (Veblen, 2017).³⁸

Hodgson (2004c) menciona que a filosofia pragmática de Peirce e James teria influenciado Veblen, embora Fontana, Tilman e Roe (1992) afirmem que a posição vebleniana sobre o pragmatismo é ambígua.

Segundo Camic (2020) e Daugert (1950), Veblen desenvolveu e aplicou efetivamente aos fenômenos econômicos uma nuance da filosofia e da psicologia de James e Dewey, uma variante que formulava teorias evolutivas da mente e do comportamento humano.

Mitchell (1947), que fora aluno e amigo de Veblen, enfatizava que a noção de psicologia do instinto-hábito vebleniana tem origem em Darwin e James. Edgell (2001) também ressalta o papel de Dewey nessa noção de instinto-hábito de Veblen. Por outro lado, Tilman (1998)

³⁸ Para bem delimitar o que se pretende nesta seção da Tese, buscam-se elementos do pragmatismo como formulados por Peirce, James e Dewey na ontologia vebleniana. Não serão abordadas as influências da psicologia funcionalista dos dois últimos autores sobre Veblen, a não ser quando for estritamente necessário. Segundo tal psicologia, a ênfase está na compreensão do processo adaptativo do comportamento em relação ao meio ambiente a partir das consequências práticas no mundo real.

refere que é difícil saber o que Veblen pensava sobre Dewey em termos das suas ideias econômicas dada à falta de correspondência entre eles e à brevidade dos comentários e citações do institucionalista original, não obstante ambos foram opositores ao *status quo*.

Fontana, Tilman e Roe (1992) afirmam que Mead e Veblen foram fortemente influenciados pela filosofia de Kant, por noções como o *a priori* e a formação de conceitos em geral, pelo universalismo kantiano, o racionalismo, a preocupação com a paz e com ideais humanistas. Além disso, os comentadores referidos aduzem que Veblen, Mead e Dewey aceitaram o fato de Darwin ter estabelecido a perspectiva da dinâmica de adaptação individual e social como um processo instrumental propício à sobrevivência da espécie, uma condição humana fundamental.

Veblen conhecia pessoalmente Peirce, Dewey e Mead: foi aluno do primeiro; contemporâneo do segundo nos tempos da pós-graduação na John Hopkins University e como professores na University of Chicago; e, com Mead, tinha relação pessoal e intelectual, além de ter sido colega nessa mesma universidade, na época em que foi professor na instituição (Camic, 2020, Edgell, 2001; Fontana; Tilman; Roe, 1992; Hodgson, 2004c; Tilman, 2007).

Segundo Camic (2020), na John Hopkins, Veblen foi aluno de Peirce, em 1881, em lógica elementar, dedutiva e indutiva, incluindo probabilidades, considerado por muitos como um curso extremamente difícil, um estudo sobre métodos da pesquisa científica moderna.

Charles Sanders Peirce (1839-1914) graduou-se (B.A.) em Harvard, em 1859, e em química com *summa cum laude* (Sc.B.) na Lawrence Scientific School, em 1863. Peirce foi um polímata que estudou filosofia, matemática e ciências naturais, tendo adotado a teoria evolucionista darwiniana (Camic, 2020).³⁹ Possui uma obra extensa – estimada em cerca de cem mil páginas de manuscritos e recortes, e publicada de forma fragmentada (Houser, 1992). Dada tal dispersão em sua obra, muitos das suas contribuições para uma enorme gama de temas estão vindo à tona somente no século atual (Misak, 2004; Talisse; Aikin, 2011).

A partir de 1859, e por 31 anos seguidos, trabalhou realizando investigações geodésicas, incluindo experimentos com gravidade e movimentos pendulares, sobre metrologia e medidores de espectro para a US Coast and Geodetic Survey, uma agência federal norte americana que realizava pesquisa científica em diversos campos como cartografia, astronomia e geologia.

³⁹ Por exemplo, em *The fixation of belief*, de 1877, Peirce refere que a controvérsia darwiniana é uma questão de lógica e que Darwin se propôs a aplicar o método estatístico à biologia. Assim, embora incapaz de afirmar qual seria, em cada caso individual, a operação de variação e seleção natural, demonstra que a longo prazo estas adaptarão os animais às suas circunstâncias.

Em 1872, junto com pensadores de diversas áreas, entre eles William James, fundou o The Metaphysical Club, de Cambridge, Massachusetts, local onde apresentou pela primeira vez o termo pragmatismo sob a máxima da lógica de que o significado de uma ideia remete à experiência futura. De 1879 a 1884, Peirce lecionou lógica no Departamento de Matemática da John Hopkins University (Brent, 1993; Burch, 2022; De Waal, 2022; Houser, 1989, 1992, 1998).⁴⁰

Já William James (1842-1910), médico de formação (1869), professor de filosofia em Harvard, a partir de 1872, e de psicologia, desde 1874, se declarava um empirista radical para quem as particularidades reais do mundo devem ser centrais em qualquer discussão filosófica da verdade. James, por outro lado, também é um idealista pragmático, pois a verdade é uma ideia que se torna verdadeira pelos acontecimentos. As teorias devem funcionar, ou seja, as consequências de uma proposição devem ser julgadas pela experiência (Audi, 1999; De Waal, 2022; Goodman, 2022).⁴¹

Seguindo Camic (2020), John Dewey (1859-1952) obteve um Ph.D. em filosofia na Johns Hopkins University, um dos cinco nos Estados Unidos, em 1884. Conforme Hildebrand (2023) e Jackson (2006), a tese foi uma crítica à Kant do ponto de vista idealista, contudo o documento foi perdido. Dewey produziu um impressionante corpo de trabalho com 40 livros, embora nenhum dedicado exclusivamente a teoria econômica, e aproximadamente 700 artigos em mais de 140 revistas. Como professor, lecionou nas Universidades de Michigan, de Minnesota, por 10 anos na University of Chicago e por 26 anos na Columbia University (Hildebrand, 2023).

Por outro lado, Aboulafia e Taylor (2023) afirmam que a obra do filósofo George Herbert Mead (1863-1931) é uma tentativa de sintetizar Darwin, Hegel, a virada funcionalista de Dewey na psicologia e os *insights* obtidos de James. Mead, depois que se formou em Harvard, residiu na casa de verão de William James e deu aulas particulares para seu filho. Mead lecionou com Dewey na Universidade de Michigan, entre 1891 e 1894,

⁴⁰ Brent (1993) refere que Peirce e James foram amigos íntimos, sendo que esse o considerava um gênio estranho e indisciplinado. No final da vida de Peirce, velho e doente, passou a viver de contribuições de um fundo organizado por James. A partir de maio de 1909, Peirce passou a se intitular como “Charles ‘Santiago’ Sanders Peirce” em homenagem ao amigo benemerente – *Saint James* (Brent, 1993, p. 315). Chama a atenção, também, certos aspectos pessoais de Peirce que encontram semelhança aos de Veblen, como o desprezo pelas convenções, seu caráter difícil, questionamentos sobre sua moral e equilíbrio moral, além de relatos de infidelidade conjugal.

⁴¹ Entre abril e dezembro de 1865, James participou de uma expedição ao Brasil organizada pelo naturalista Louis Agassiz para coletar espécimes para seu museu zoológico (atual Museu de Zoologia Comparada de Harvard), tendo passado pelo Rio de Janeiro, Rios Amazonas e Tapajós, dentre outros locais (James, 1987). Forster (1997a) refere que Agassiz foi o principal crítico científico de Darwin no sentido da não incidência da variação natural, pois somente por intervenção divina novas espécies são criadas.

e em Chicago, a partir desse ano até o final da sua carreira por indicação do amigo. Não obstante, Aboulafia e Taylor (2023) afirmam que Mead permanece praticamente desconhecido, mesmo pela maioria dos estudiosos do pragmatismo.

Camic (2020) refere que Dewey e Mead desenvolveram uma concepção dualista da ação humana, com base em hábitos adquiridos que permitem às pessoas atingirem seus objetivos em situações rotineiras e em parte por um processo produtivo de resolução de problemas, no qual hábitos antigos não funcionam com sucesso. Tal concepção seria uma resposta às teorias convencionais do conhecimento e da mente humana e, também, em oposição à visão unidimensional da conduta humana da economia clássica.

O pragmatismo e a economia institucional emergiram do mesmo meio cultural estadunidense do último quartel do século XIX, marcado pela predominância do pensamento evolucionista inspirado no darwinismo.⁴²

Isso posto, na presente seção, será abordada a influência do pragmatismo e do método de Peirce em Veblen, em que pese a possibilidade de referências cruzadas com os demais autores mencionados. Ambos tiveram influência mútua de Kant e Darwin e, na acepção de Fontana, Tilman e Roe (1992), o pragmatismo americano foi uma síntese de tais autores. Um segundo motivo é por Peirce ter sido professor de Veblen e, isso por si só, pode ter deixado influências no desenvolvimento intelectual do autor.

Em que pese tal recorte, serão considerados alguns aspectos do pragmatismo de James e de Dewey e se os mesmos dialogam com a ontologia de Veblen. O primeiro, com seu empirismo radical que tem a concepção pragmatista da obtenção da verdade como fundamento a partir dos efeitos práticos. O segundo, com a visão instrumentalista na qual a experiência passa a ser vista como história, com o pensamento sendo um processo evolutivo que produz conhecimento, uma forma de adaptação ao ambiente.

2.3.1 A tradição filosófica pragmatista: conhecimento, verdade e realidade

Enquanto o empirismo tradicional de Locke e Hume, dentre outros, via na experiência a acumulação e a sistematização de dados sensíveis e de observações passadas e presentes, no pragmatismo a experiência está aberta ao futuro como regra de ação. São vários os tipos de

⁴² Hodgson (2005a) comenta que Peirce usou o darwinismo para apoio de uma ontologia de aleatoriedade e novidade, enquanto James e Dewey teorizaram sobre a vontade humana dentro de uma estrutura evolutiva, bem como enfatizaram a importância do darwinismo para a psicologia. Conforme Hodgson e Knudsen (2010), James e Dewey reconheceram a importância do darwinismo para ajudar a superar os dualismos entre ideias e matéria, mente e corpo.

pragmatismo, podendo ser uma teoria do conhecimento, uma teoria da verdade, uma teoria do significado ou uma teoria de valores (Reale; Antiseri, 2006a).

Conforme Andrade (2000), o termo pragmatismo tem origem no substantivo grego “*pragma*”, que significa o resultado de uma ação útil, necessária, daí derivando “*pragmatikós*” que concerne ao agir eficiente, resultante no ato útil, na ação esperada a partir de uma situação anterior de embaraço e da busca de solução para tal problema.

Segundo De Waal (2022), Peirce credits a Kant o uso do vocábulo “*pragmatisch*”, em alemão, para o empiricamente condicionado, como a fonte do seu próprio uso do termo pragmatismo. Conforme o comentador, Peirce e James retornam ao grego “*πραΐγμα*” (“*praĩgma*”), ou “*pragma*” no alfabeto latino, para explicar do que se trata o pragmatismo. Para Peirce, era comportamento geral, por outro lado, para James, ação com consequência particular na experiência prática futura.

Em linhas gerais, o pragmatismo defende que o conhecimento e a verdade têm relação direta com o mundo real, com a vida, repudiando qualquer dualismo entre teoria e prática, fato e valor, e julgando o valor das ideias e crenças de acordo com sua capacidade de atender às necessidades e interesses de forma prática.

Desde seu início, a tradição pragmatista propugna defender a razoabilidade humana engajada e historicamente situada em todas as áreas de investigação, incluindo interdisciplinaridade filosófica (Hartwig, 2015; Pihlström, 2024). Um tema comum nas filosofias pragmatistas dos diversos autores, está a consideração de conceitos e ideias em conexão com os propósitos práticos humanos (Gava, 2014; Pihlström, 2024). O pragmatismo é fundamentalmente social, assim como a ciência (Hands, 2001).

O pragmatismo se preocupa com o problema do conhecimento, pois sempre esteve voltada para a questão do verdadeiro. A verdade é condicionada pela cultura e pela civilização a que o homem pertence, pela natureza e pelos problemas da própria vida. Para o pragmatismo, o critério de verdade não é a adequação do sujeito ao objeto, mas a medida de sua conveniência sociocultural, como a utilidade menor ou maior para o indivíduo.

Contudo, rejeita a dicotomia ontológica e epistemológica. Os investigadores não precisam primeiro verificar a realidade externa ou predeterminar o conhecimento. Esse é alcançável por conhecedores dentro da realidade circundante. Com o pragmatismo o primado tradicional das relações sujeito-objeto é substituído por relações estrutura-função. O pragmatismo, ao contrário, constata que as partes emergem do todo tanto quanto o todo emerge das partes, dependendo dos contextos em desenvolvimento (Shook, 2023).

Tal tradição filosófica, diversa e complexa, ainda está evoluindo. Os filósofos pertencentes a essa tradição têm mantido posições diferentes, como a diferença entre Peirce e James. A complexidade em relação a unidade do pragmatismo torna mais difícil determinar se tal tradição opera em linhas kantianas ou não. Peirce reconhece sua dívida com Kant. Por outro lado, James afirmava que Kant não levava a nenhuma concepção indispensável à filosofia. Pragmatistas contemporâneos, como Richard J. Bernstein e Joseph Margolis, desenvolveram seus trabalhos em linhas hegelianas (Gava; Stern, 2016).

Pihlström (2010) compreende o debate pragmatista sobre o realismo – objetividade, a verdade e a realidade – em linha com a abordagem kantiana. Da mesma forma, a centralidade da investigação da vida humana, uma tentativa de compreender tanto a racionalidade científica como a não científica como partes da existência humana, a partir da perspectiva dos agentes – experiência, pensamento, uso da razão, unem essas tradições filosóficas.

Gava e Stern (2016) sustentam que boa parte dos pragmatistas reconhece em Kant o entendimento que se deve considerar os conceitos e representações de objetos como dependentes do ponto de vista humano. Assim, os conceitos e cognições dependem das práticas humanas para os quais são desenvolvidos.

Destaca-se, também, outras influências kantianas no pragmatismo como a priorização da filosofia prática sobre a teórica, o relato cósmico da filosofia, entendida como a relação de toda a cognição com os fins essenciais da razão humana e os interesses práticos humanos como guia da filosofia. Além disso, a filosofia não é formada por um conjunto de princípios estáticos que não podem ser submetidos a julgamento, bem como a justificação racional da filosofia é, essencialmente, pública e social (Gava; Stern, 2016). Nesse sentido, a influência de Kant sobre Peirce tem sido enfatizada, entre outros, por Haack (2007), Macarthur (2016), Pihlström (1998, 2004, 2006, 2009, 2024) e Willaschek (2016).

Nas subseções seguintes, a exposição do pragmatismo original das versões de Peirce, bem como do seu método de investigação, de William James e John Dewey, e se tais abordagens dialogam com a ontologia da realidade vebleniana.

2.3.2 O pragmatismo de Peirce como processo dinâmico e coletivo: verdade e realidade

Hoover (1994) refere que Peirce, além de ser o fundador do pragmatismo, é considerado por muitos como o maior filósofo americano de todos os tempos, enquanto outros o rejeitam, como Richard Rorty (1982), por ser mais um kantiano, dado que a filosofia fundamenta o pensamento ou a cultura como a-histórica.

Houser (1992) defende que a obra filosófica de Peirce consiste num conjunto de escritos sistemáticos de diversos temas como o pragmatismo, falibilismo, semiótica – ou, teoria de informação, representação, comunicação e crescimento do conhecimento. Contempla, também, textos sobre idealismo objetivo – uma tese na qual a relação entre o sujeito e o objeto de pensamento é de identidade absoluta em que a matéria é mente acabada, na qual hábitos inveterados se comportam como leis físicas – e, cosmologia evolutiva.

2.3.2.1 A realidade como pressuposto do método científico

Houser (1992, 1998) refere que, no geral, a obra de Peirce é um amplo programa de filosofia pragmática, pois combina o empirismo do autor com o método científico e com a orientação de processo evolutivo de Darwin. Segundo Niiniluoto (2002), Peirce defendia o idealismo objetivo em seus escritos metafísicos, embora fosse defensor do realismo científico.

Conforme Burch (2022), Peirce tinha simpatia tanto pelo idealismo transcendental de Kant quanto pelo idealismo de Hegel, embora seja mais difícil de compreender em relação a esse. Aceitava que as coisas em si não tinham um papel na filosofia ou na ciência, no mesmo sentido que fora desenvolvido por Kant. Para Peirce, a ciência só lida com fenômenos que se dão via experiência. Ainda conforme Burch, Peirce se autodenominava um realista lógico,⁴³ o que deve ser entendido como do tipo empírico kantiano e não de um realista transcendental.

Em relação a influência de Hegel, Burch refere que se deu nas obras mais tardias de Peirce, especialmente, quando trata da semiótica⁴⁴ e do evolucionismo. Seriam quatro os componentes principais do idealismo hegeliano em Peirce: (i) o mundo das aparências, chamada por ele de “*phaneron*” – conteúdo total de qualquer consciência e não um estado instantâneo ou momentâneo; é constituído por signos com significados ou interpretações, como qualidades, relações, eventos, estados e hábitos; (ii) cada signo possui uma relação triádica entre o próprio signo, o objeto significado e o interpretante – aquele estado mental (uma mente ou um ato mental) para o qual o signo representa o objeto; (iii) o próprio interpretante é um signo, numa sequência infinita; e, (iv) todo o universo e tudo o que existe nele é um produto evolutivo. Desse modo, tudo é passível de investigação filosófica e científica.

⁴³ No original: “[a] logical realism of the most pronounced type” (Peirce, 1992, p. 333).

⁴⁴ Semiose é uma ação ou influência que envolve três elementos como um signo, seu objeto e seu intérprete. Semiótica é a doutrina da natureza essencial e das variedades fundamentais da possível semiose (Peirce, 1994).

Por outro lado, de forma diferente, Burks (1996) entende que o idealismo pragmático evolutivo de Peirce foi derivado de Kant e não de Hegel, além das lógicas medievais e modernas, da psicologia, da matemática e da estatística, bem como de ciências empíricas, incluindo a evolução darwiniana.

Na mesma linha, Dewey (1923) esclarece que a ideia de Peirce sobre o pragmatismo teve inspiração a partir de uma leitura da *Crítica da razão pura* e o termo, da *Crítica da razão prática*, ambos de Kant.

Dewey trata a filosofia de Peirce como realista, pois lida com a concepção da realidade, termo que tem significado racional e que deve ser determinado em termos de consequências práticas. Tal realidade é objeto das crenças e se torna estável após uma investigação persistente e cooperativa de longo prazo pela comunidade. A consequência lógica desse processo é a obtenção da verdade (qualidade dessas crenças). As coisas têm efeitos ou consequências reais. Na mesma linha Haack (2002).

Para Pihlström (1998, 2004, 2006, 2010, 2024), a versão de realismo de Peirce é uma combinação kantiana de realismo empírico sobre coisas reais e de idealismo transcendental sobre a constituição dessas coisas. Segundo o comentador, pode-se, ainda, perguntar se Peirce possuía um conceito não epistêmico ou epistêmico de verdade. Esse no sentido de estar necessariamente ligado às indagações e aos questionamentos, e não epistêmica no sentido de ser sobre uma realidade que não foi construída. Para os pragmáticos não há ambiguidade, mas complexidades que não podem ser evitadas para alcançar uma concepção adequada de da verdade e da realidade. Desse modo, há um nítido contraste entre a epistemologia e a ontologia, ou entre o mundo "para nós" e a estrutura intrínseca do mundo independente "em si".

Para Pihlström, Peirce estrutura ontologicamente o mundo a partir de um realismo empírico sobre coisas reais, que são objeto da investigação científica final, e de um idealismo transcendental sobre a constituição dessas coisas. Em outros termos, a forma como o mundo é para nós não é independente das práticas humanas, dos valores, interesses e propósitos inerentes a essas práticas.

Peirce postula um realismo de “gerais”, isto é, leis, hábitos, disposições universais ou, em outras palavras, generalidades, mas não no sentido de regularidades humeanas, que orientam o comportamento das coisas particulares e que se constituem de forma inseparável do pensamento. Dessa forma, abandona-se a ideia realista metafísica (ou realista transcendental) de uma estrutura independente do mundo das atividades conceituais e práticas, característica de uma filosofia pré-crítica.

A estrutura do mundo para Peirce é dinâmica, processual, evolutiva, não havendo um mundo noumenal das coisas em si em qualquer sentido kantiano padrão. Assim, com Peirce, o pragmatismo reinterpreta e transforma criticamente ideias kantianas, avançando, por exemplo, para uma ênfase na natureza coletiva da ciência e da racionalidade habitualmente evolutiva que a ação humana manifesta.

Por outro lado, conforme Gava (2014), enquanto o realismo das fases iniciais de Peirce era a de um tipo idealista, pois existiriam somente objetos relacionados ao pensamento, sendo mais hegeliano do que kantiano, nos escritos posteriores concebe uma realidade de objetos existentes que não dependem totalmente de serem pensados, portanto, um realismo ampliado de objetos dados pela existência real.

De Kant, segundo Forster (1997a), Peirce buscou influência sobre a visão de que as questões dos fundamentos da ciência determinam a forma da realidade cognoscível independentemente da ciência empírica, isto é, são anteriores e livres de quaisquer resultados científicos experimentais. Assim, antes da pergunta de Kant sobre a possibilidade de julgamentos necessários, isto é, sintéticos *a priori*, está a questão mais geral da possibilidade de julgamentos sintéticos *per se* – para Peirce, juízos probabilísticos. Segundo Forster, além disso, Peirce utiliza a lógica da inferência estatística como base de sua teoria da investigação.

Na mesma linha, Gava (2014) argumenta que a explicação de Peirce sobre processos de pensamento, como um guia em direção a um ideal de racionalidade, e processos semióticos parece condizente com um desenvolvimento kantiano, embora existam muitas diferenças entre os filósofos. Tais processos possuem a intencionalidade de interpretar a realidade.

A intencionalidade, como propósito, é um princípio essencial na vida e prática humana regendo a busca de novos conhecimentos na investigação, o que permite desenvolver conceitos para compreender o mundo. Constitui, segundo Gava, um princípio regulador transcendental da investigação e do desenvolvimento do conhecimento, sendo, nesse sentido, fortemente kantiano. Chevalier (2016) argumenta na mesma linha.

Quanto a influência de Hegel em Peirce, a seguinte passagem em *Pragmatism*, de 1907, uma obra tardia, é esclarecedora (Peirce, 1998, p. 428, grifos do autor, tradução própria):

Posso dizer que meu estudo muito insuficiente de Hegel (insuficiente, porque o achei inútil) me deixou com a impressão de que ele era um homem desqualificado para a tarefa extremamente difícil de dar um relato inteiramente sincero de suas reflexões sobre a filosofia, e que as duas obras dele que eu havia examinado, sua “*Phanomenologie*” e sua “*Logik*”, embora cobertos de espinheiros de autoengano, ainda que abaixo deles estavam repletos das análises mais profundas, que era ainda quase impossível chegar para compreendê-las, muito mais para julgá-las, até que se

tivesse realizado substancialmente as mesmas análises. Com esta observação, encerro o capítulo introdutório do meu relato de como fui levado à fé pragmática.⁴⁵

Outro trecho – o que trata das etapas de pensamento formuladas por Hegel como tese, antítese e síntese – Peirce argumenta que a sua doutrina poderia ser tomada como uma variedade do hegelianismo, contudo foi determinada por considerações completamente estranhas a Hegel, numa época em que sua atitude em relação ao hegelianismo era de “desprezo”. Peirce (1998, p. 144, tradução própria) afirma que não recebeu nenhuma influência de Hegel, “[...] a menos que fosse de um tipo tão oculto que escapasse completamente ao meu conhecimento [...]”, acrescentando que só por coincidência chegariam substancialmente ao mesmo resultado.⁴⁶

Quanto a Kant, Peirce (1998, p. 400, tradução própria) assevera que “Eu, sozinho do nosso número [no Clube Metafísico], tinha chegado ao chão da filosofia pela porta de Kant, e até minhas ideias foram adquirindo o sotaque inglês [uma variedade da Filosofia do Bom Senso - os lógicos ingleses].”^{47 48}

Portanto, tais passagens evidenciam que, ainda que haja pontos de convergência com Hegel, ainda que por “coincidência”, Peirce é claro quanto a ter partido da filosofia de Kant, mesmo que tenha caminhado em direção ao desenvolvimento do pragmatismo.

Para Hands (2001), o realismo de Peirce é de um tipo incomum de realismo científico, pois associa a realidade a partir da verdade acreditada pela comunidade de investigadores, portanto, em termos do conhecimento possível.

Carl Hausman (1993, 2002) entende o pragmatismo de Peirce como uma forma de determinar o significado dos termos gerais, pressupondo uma epistemologia e uma ontologia sobre a verdade e o que é real para as comunidades racionais. O real consiste num fluxo de eventos ou realidades em processo de mudança contínua. Dessa forma, o comentador entende

⁴⁵ “I may say that my much too insufficient study of Hegel (insufficient because I found it unprofitable) left me with the impression that he was a man unqualified for the supremely difficult task of giving an entirely candid account of his reflections upon philosophy, and that the two works of his that I had examined, his ‘Phanomenologie’ and his ‘Logik’, while overgrown with brambles of self-deception, yet beneath these were replete with the most profound analyses, which it was yet next to impossible to get at so as to understand them, much more to judge of them, until one had by oneself substantially accomplished the same analyses. With this remark, I close the introductory chapter of my account of how I was led to the pragmatistic faith.”

⁴⁶ No original, respectivamente: “contempt”; “[...] unless it was of so occult a kind as to entirely escape my ken [...]”.

⁴⁷ No original: “I, alone of our number [at The Metaphysical Club], had come upon the threshing-floor of philosophy through the doorway of Kant, and even my ideas were acquiring the English accent [a variety of the Philosophy of Common Sense – the English logicians].”

⁴⁸ Os editores da coletânea de textos de Peirce (1998), Nathan Houser e Christian Kloesel, explicam que a referência de Peirce à filosofia escocesa é aquela que foi desenvolvida por Thomas Reid, Dugald Stewart, James Beattie e James Oswald. Todavia, no texto de Peirce constam referências apenas a William Hamilton e a Reid, considerado um intelecto sutil e equilibrado.

que Peirce concebe um realismo pragmático, um tipo único de filosofia processual em mudança evolutiva. Tal concepção foi denominada por Hausman como realismo evolutivo, no qual a realidade é dinâmica como um fluxo de eventos e de relações entre os acontecimentos.

Nesse sentido, Burch (2022) refere que todo o pensamento de Peirce está permeado pela ideia evolucionista, além da inspiração hegeliana da concepção evolutiva das ideias, em Charles Lyell e a evolução gradual das estruturas geológicas, e de Charles Darwin e Alfred Russel Wallace referentemente à evolução de espécies e de variedades biológicas.⁴⁹

Seguindo Camic (2020), Peirce extraiu de Darwin dois princípios fundamentais do conhecimento científico. O primeiro, pelo princípio social-evolutivo Peirce assumiu um caráter de produto de adaptação à compreensão do mundo por meio das categorias da mente de Kant como resultados da seleção natural. O segundo, uma percepção de que as leis científicas são apenas declarações probabilísticas a partir da observação dos fatos e da indução, que servem para descobrir a ordem da natureza, contudo leis gerais que mapeiam instâncias particulares dos fenômenos apenas probabilisticamente.

Hodgson (1998b) refere que, no geral, Peirce concorda com os princípios darwinianos de variação e seleção natural como apoio à noção da indeterminação do universo e da realidade da iniciativa humana, pois era uma questão de ontologia e lógica. Assim, propugnou uma concepção ativista e reconstrutiva da agência humana, baseada em hábitos e instintos.

Forster (1997b), pelo contrário, refere que a noção de indeterminismo, entendida como o espaço deixado pelas leis da natureza para a diversidade, deve ser buscada na síntese da filosofia crítica de Kant e não em Darwin. Forster (1997b, p. 46, tradução própria) coleciona citações de Peirce em relação à sua admiração por Kant, por exemplo, “o maior filósofo dos tempos modernos” ou o “mestre em filosofia”, além de entender a *Crítica da razão pura* como “a maior obra do intelecto humano”.⁵⁰ Peirce entendia que o relato de Kant sobre espaço, tempo e as categorias, que delimitam os elementos necessários e universais do real, alicerçaram a filosofia do século XIX.

Para Forster, o sistema de Peirce tem tanto a forma quanto a função da estrutura filosófica, bem como a abordagem de Kant, pois também estudou pressupostos formais da

⁴⁹ Lyell e Wallace publicaram trabalhos sobre a evolução humana no mesmo período que Darwin, contudo enfatizaram a descontinuidade moral e mental entre humanos e animais. O primeiro, publicou *The geological evidences of the antiquity of man*, em 1863, e o segundo, *The origin of human races and the antiquity of man deduced from the theory of 'natural selection'*, em 1864, e *Contributions to the theory of natural selection: a series of essays*, em 1870 (Sloan, 2022).

⁵⁰ No original, respectivamente: “the greatest philosopher of modern times”; “master of philosophy”; “the greatestwork of the human intellect”.

possibilidade do conhecimento, além disso seus princípios não se baseiam em verdades empíricas da física ou da psicologia. A autoridade dos princípios é dada por pressupostos de conhecimento universais e necessários e fornecem uma caracterização formal do que significa um objeto em geral.

Seguindo Forster, Peirce foi movido por Kant a buscar um fundamento para o raciocínio científico, insistindo que a lógica é anterior à metafísica, pois determina a realidade cognoscível independentemente da ciência empírica. Para tanto, as proposições têm como elementos essenciais significar algum objeto, que tem forma, fundamento, enfim, algum conteúdo informacional e a falta de qualquer dessas condições constitui uma restrição à possibilidade de conhecimento.

Para Peirce (1992) as coisas reais existem ou, em outras palavras, que toda pergunta inteligível é suscetível de receber uma resposta definitiva e satisfatória se for suficientemente investigada pela observação e pelo raciocínio.

Sobre *A origem das espécies* de Darwin, Peirce refere que a hipótese da seleção natural é uma das mais engenhosas e elegantes já concebidas, sustentada pelo conhecimento, pela força da lógica e uso da retórica. Além disso, teve uma recepção extremamente propícia devido ao fato de que suas ideias eram aquelas para as quais a época estava favoravelmente disposta (Peirce, 1992).

Em Peirce (1992), a evolução é um postulado da lógica e o acaso é um elemento que deve ser considerado no processo evolucionário, porém as teorias evolucionistas (Spencer e Darwin) não consideravam tal agência, mas sim apenas fatos e leis determinadas. Com o acaso – uma tendência de provocar eventos improváveis por meios variados em circunstâncias distintas, escreve Peirce em *Design and chance*, de 1883-1884, tudo está sujeito à mudanças e o efeito dessas circunstâncias tem probabilidade de ocasionar novas alterações. O acaso é um cenário de ocorrências casuais; é aleatoriedade, indeterminação; é continuidade; é liberdade, argumentou Peirce.

Para Houser (1989), Peirce generalizou o darwinismo – a aplicação da teoria da probabilidade à explicação da variação das espécies – à explicação de todas as regularidades, incluindo as leis da natureza que eram consideradas absolutas e imutáveis.

Em Peirce, o principal elemento do hábito é a tendência a repetir qualquer ação que tenha sido realizada antes. Contudo, o acaso é a única agência essencial da qual todo o processo evolucionário depende: uma tendência definida de provocar eventos improváveis e assim desestabilizar crenças. Nas palavras do autor:

[a] visão de Darwin é mais próxima da minha. Na verdade, minha opinião é apenas o darwinismo analisado, generalizado e trazido para o âmbito da Ontologia. Mas Darwin sustenta que o desenvolvimento de Animais e Plantas se deve a certos caracteres especiais, Reprodução, Variação Espontânea, Hereditariedade etc. (Peirce, 1998, p. 222, grifos do autor, tradução própria)⁵¹

A evolução darwiniana é provocada pela hereditariedade, que deixa espaço para variações acidentais, e pela destruição das espécies que não conseguem manter a taxa de natalidade em consonância com a taxa de mortalidade. Tal princípio é passível de grande generalização argumenta Peirce, em *The architecture of theories*, de 1891, uma evolução que ocorre pela operação do acaso e pela destruição dos menos aptos (Peirce, 1992).

Como refere Peirce, a explicação evolucionista de Spencer é ilógica devido a quatro razões: (i) o princípio da evolução não requer causa externa, pois o acaso opera no universo; (ii) porque a lei deveria, mais do que qualquer outra coisa, ser considerada um resultado da evolução; (iii) porque uma lei da natureza não pode produzir heterogeneidade a partir da homogeneidade, sendo que a heterogeneidade é a característica mais clara do universo; e, (iv) as leis mecânicas são reversíveis, assim a evolução não é explicável por esse tipo de lei. Segundo Peirce (1992, p. 289), Spencer no máximo é meio evolucionista, “*semi-Spencerian*”.

Sobre a concepção lamarckiana, Peirce (1992) afirma que a evolução em termos de mudanças é devida a esforço e exercício, com a reprodução não desempenhando nenhum papel no processo, exceto o de preservar as modificações que surgem ao longo do tempo. A evolução lamarckiana ocorre como resultado do hábito e do esforço, enquanto a darwiniana pelo acaso.

Cabe aqui um parêntese para referir um terceiro tipo de mecanismo evolutivo mencionado por Peirce, nesse texto: o de Clarence King, um geólogo estadunidense.⁵² Trata-se da evolução de espécies que são modificados após cataclismos ou rápidas mudanças geológicas que provocam ruptura dos modos de vida habituais.

Conforme King (1877), a indução científica, a partir da experiência da observação geológica da ocorrência de catástrofes (em escala, intensidade e rapidez) que modificaram tudo que havia na Terra, permitiu o acúmulo de uma gama de fatos relacionados ao funcionamento das leis naturais, do desenvolvimento da vida, possibilitando colocar em suspensão a hipótese da evolução ao estilo darwiniano que nega o catastrofismo para salvar o mecanismo evolutivo. King alega que a influência das catástrofes na evolução da vida por meio do extermínio e da

⁵¹ No original: “Darwin’s view is nearer to mine. Indeed, my opinion is only Darwinism analyzed, generalized, and brought into the realm of Ontology. But Darwin holds the development of Animals and Plants to be due to certain special characters, Reproduction, Spontaneous Variation, Heredity, etc.”

⁵² Clarence King (1843-1901) foi um geólogo estadunidense, conforme o Catálogo da Biblioteca da Universidade de Chicago disponível em: <https://catalog.lib.uchicago.edu/vufind/Record/657819> Acesso em: 11 jan. 2024.

destruição do equilíbrio biológico viola a seleção natural (hereditariedade e adaptação), além da rápida mudança morfológica por parte das espécies que conseguem se adaptar às novas condições circundantes. Assim, não seria a luta malthusiana do mais apto que sobreviveu e ascendeu.

Peirce parece anuir com tal modo de evolução, por forças externas e pela alteração de hábitos, a ponto de referir que “[...] tem sido o principal fator na evolução histórica das instituições como na das ideias; e não pode ser recusado um lugar muito proeminente no processo de evolução do universo em geral.” (Peirce, 1992, p. 290, tradução própria)⁵³

A teoria darwiniana indica, para Peirce, uma causa real que, junto com variações fortuitas nos indivíduos e desgraças súbitas, por meio da hereditariedade, resultam num progresso constante e indefinido de uma melhor adaptação dos meios aos fins.

Burks (1996) destaca quatro etapas no pensamento de Peirce que evidenciam uma progressão evolutiva na filosofia do autor na qual cada estágio abrange os anteriores. Na primeira fase, com artigos publicados entre 1867 a 1871, tratou do processo semiótico social contínuo e infinito e do desenvolvimento das categorias do que aparece no mundo de modo geral, abstrato e ordenado.

Tais categorias são estruturadas a partir de uma lógica ternária, inicialmente, designadas qualidade (fundamento ou sensação), relação (reação, contraste ou concordância com outro fundamento) e representação (mediador de uma relação ou hábito); posteriormente nominadas, respectivamente, como primeiridade, secundidade e terceiridade.⁵⁴ A tais categorias correspondem signos – ícone, índice e símbolo – e argumentos de inferência – hipótese (mais tarde, nominada como abdução), indução e dedução.

Em apertada síntese, primeiridade pode ser entendida como aquilo que é como é independente de qualquer outra entidade; secundidade consiste naquilo que é como é em relação a outro elemento; e, terceiridade é dizente àquilo que é como é em relação a uma primeira e segundas entidades, portanto mediando a relação e é nessa categoria que estão as propriedades causais para Peirce. Em outros termos, primeiridade é potência, possibilidade; secundidade é reação, resistência; e terceiridade é mediação, síntese.

Tais categorias, que Houser (1992) denomina de ontológicas, constituem características essenciais da estrutura arquitetônica da realidade para Peirce. Em *Pragmatism*, de 1907, Peirce

⁵³ No original: “[...] has been the chief factor in the historical evolution of institutions as in that of ideas; and cannot possibly be refused a very prominent place in the process of evolution of the universe in general.”

⁵⁴ Peirce (1992) refere que em biologia, a variabilidade equivale à concepção da primeiridade; a hereditariedade, a da secundidade; e, os caracteres adquiridos, à terceiridade.

(1998) refere que sua tricotomia é claramente da linhagem familiar dos três estágios de pensamento de Hegel, contudo é uma ideia que remonta a Kant.

Em *On a new list of categories*, de 1867, Peirce (1992) refere que suas categorias lógicas, mesmo que não sejam inteiramente satisfatórias, são necessárias para a unificação das impressões sensíveis na mente e se basearam na teoria já estabelecida, embora não faça remição se as de Aristóteles ou as de Kant, por exemplo. O entendimento reduz tais impressões na unidade de uma proposição que conecta sujeito e objeto no conceito de ser e substância.

Na segunda fase, conforme Burks (1996), Peirce tratou da sua concepção sobre investigação científica e da formulação original do pragmatismo presente em seis artigos publicados no *Popular Science Monthly*, entre 1877 e 1878. O aprendizado, o conhecimento, a realidade e a verdade, sob a perspectiva da comunidade de investigadores científicos, são temas abordados nesse período.

As publicações ocorridas entre 1891 e 1893, no *The Monist*, sobre evolução cósmica e aprendizado constituem uma terceira fase estendendo as categorias lógicas do primeiro estágio da sua filosofia para outros domínios (Burks, 1996). Assim, na categoria primeiridade acrescentou psicologia, sentimentos e experiências sensoriais; sentimentos de resistência e interação e atos de vontade foram incluídos na categoria secundidade; e, na terceiridade, hábitos, raciocínio e intencionalidade humana.

Gava (2014) menciona que a série de artigos publicados no *The Monist*, que afirmam sua abordagem evolutiva e teleológica da realidade, foram resultado da especulação que Peirce empreendera 10 anos antes, por ocasião da sua nomeação na John Hopkins University.

Burks (1996) e Houser (1992) destacam, nesse período, uma abordagem metafísica complexa e imbricada de Peirce na qual o universo em evolução opera de forma imprevisível. Tal abordagem foi denominada por Peirce de tiquismo, sinequismo e agapismo, tríade ou tricotomia que forma a cosmologia evolutiva peirceana que se assemelha ao processo dialético histórico de Hegel, conforme referido pelo próprio Peirce.⁵⁵

Tal teoria foi chamada por Peirce de idealismo objetivo, em que tiquismo consiste na teoria que o acaso opera no universo, no qual as leis probabilísticas são básicas. Sinequismo, por sua vez, representa a ideia de que a realidade é um processo prevalecente de desenvolvimento contínuo e que tem importância metodológica para a filosofia levantando hipóteses sobre a verdadeira continuidade. E, o agapismo traduz-se na tese que o amor ou a

⁵⁵ Como visto nas seções 2.1 e 2.2, tanto Kant quanto Hegel utilizaram tríades nos seus sistemas filosóficos. O primeiro, na estrutura das tabelas de juízos e categorias na *Crítica da razão pura* e o segundo, na dinâmica lógica de tese, antítese e síntese.

simpatia exercem influência real no mundo; é o grande agente evolutivo nele, sendo governado por causas finais, que partindo do acaso na natureza, busca-se uma forma perfeita, racional e simétrica.

Peirce (1992) refere em *The law of mind*, de 1892, que sua filosofia sinequista ou de continuidade aplicada à evolução da mente, e que serve de modelo para a evolução cósmica, é concebida a partir de um realismo lógico mais pronunciado, de um idealismo objetivo e de um evolucionismo sistemático dado pelo acaso no universo. Para o filósofo, a mente funciona pela causa final, uma busca intencional por objetivos, entretanto é um erro pensá-la sem a causalidade eficiente.

A mente, para Peirce, funciona como se houvesse uma lei na qual as ideias tendem a estender-se continuamente afetando outras, ganhando generalidade e se fundindo. As ideias apresentam propriedades como individualidade, continuidade evolutiva e interdependência mútua (ideias afetam-se umas às outras). Em relação ao tempo, a lei da mente funciona diferentemente do que a lei do tempo físico, no qual o presente só é afetado pelo passado; as ideias do presente podem ser afetadas por ideias do passado e podem afetar o que se espera que possa vir a ocorrer no futuro, por exemplo, em termos de efeitos ou de outras relações.

São três os elementos que constituem as ideias para Peirce. A sensação intrínseca, a energia que afeta sua relação com outras ideias e a tendência de as ideias trazerem outras consigo. Quando uma ideia geral tem o poder de suscitar certas relações, tem-se um hábito. Esse, consciente ou não consciente, baseia-se em uma regularidade espaço-temporal, na resistência, na continuidade, nas generalidades formando uma crença, que é julgada em referência ao contexto, individual e social e, também, cultural.

Para o autor, hábitos não são rotinas; são aperfeiçoados dentro e a partir do uso; portanto, há um elemento dinâmico no mesmo. A seleção natural darwiniana age sobre a evolução e o desenvolvimento dos hábitos, eliminando, alterando ou substituindo aquele que não se adequa mais às circunstâncias, aos eventos fortuitos. A evolução é, portanto, um processo guiado pela aquisição de hábitos, que determina novas regularidades entre os eventos provocados por mudanças aleatórias, produzindo, assim, a fixação de uma nova crença, uma nova lei do hábito.

A mente age por três modos principais de inferência lógica: dedução, indução e hipótese. Quando uma sensação implica uma ideia, uma reação, se age dedutivamente. Por outro lado, pela indução é que se estabelece um hábito, pois certas sensações que implicam uma ideia geral, segue a mesma reação e se estabelece uma associação entre elas. Por outro lado, a inferência hipotética consiste numa indução a partir das qualidades de algo e se infere que possui as demais

características do mesmo tipo de coisa, ou em outras palavras, as reações provocadas por uma situação se unem em uma ideia geral que a mesma ocorrência provoca.

Houser (1998) refere que, nessa fase, a publicação, em 1897, do livro de William James, *The will to believe and other essays in popular philosophy*, com a ideia de que a natureza não intelectual também influi nas convicções humanas e, assim, junto com o intelecto lógico, consubstanciam a vontade de crer, deu à Peirce elementos para defender uma vontade de aprender que está assentada nos instintos. Somente desse ponto em diante, segundo Houser, Peirce considerou o papel dos instintos como coparticipante com a razão na aquisição de conhecimento.

Por instinto, Peirce (1998) entende uma maneira de atuar voluntariamente que prevalece quase universalmente entre indivíduos e que não é satisfatoriamente explicável como resultado da ação mental. O poder de raciocínio, como poder de fazer inferências que tendem à verdade quando suas premissas são em parte verdadeiras, é o principal dos instintos humanos. Está, portanto, relacionado à natureza humana que, às vezes, sofre modificações sob novas experiências.⁵⁶

Por fim, a quarta fase de escritos peirceanos, seguindo Burks (1996) evidencia a formulação final do pragmatismo a partir dos anos 1900, quando Peirce diferencia a sua versão como pragmaticismo.

Dessa etapa, por exemplo, em *The basis of pragmaticism in phaneroscopy*, de 1905, Peirce refere que se vive em dois mundos: o da imaginação, ou mundo interior, e o dos fatos, ou mundo exterior. Para Peirce (1998) é esse que, pela experiência, modifica de forma contundente os modos de pensar.

Seguindo Burks (1996), nas duas primeiras etapas a inferência é resultado do processo humano evolutivo de aprendizado e evidência. A terceira constitui o idealismo pragmático evolutivo, quando Peirce dá um salto da evolução humana para a cósmica – o conhecedor como modelo do conhecido. Por fim, na quarta fase, a perspectiva de uma doutrina realista em que a categoria terceiridade passa a ser concebida em termos de potencialidades reais e causas finais. Nessa fase, dos seus escritos tardios, passou a designar o pragmatismo de pragmaticismo para distingui-lo do desenvolvimento que fizera na segunda etapa.

Em comum em todas as fases está a ideia de processo evolutivo contínuo. Todo o universo e tudo o que nele existe é um produto evolutivo, inclusive os hábitos mais

⁵⁶ Definição presente no artigo *An essay toward improving our reasoning in security and in uberty*, de 1913, pouco antes do falecimento de Peirce.

arraigados como as leis da natureza, que para Peirce são estatísticas ou probabilísticas, não por erro ou incerteza experimental, mas porque a incerteza é inerente na natureza (Burch, 2022, Burks, 1996, Peirce, 1992).

Isso posto, o sistema filosófico peirceano é complexo e amplo, mas duas concepções são relevantes para a presente Tese – o pragmatismo como desenvolvido por Charles Peirce, além do método científico do autor. O primeiro ponto será tratado no próximo item e o segundo, na parte 2.3.3.3, abaixo. Posteriormente, as abordagens de William James e de John Dewey serão trazidas à discussão e um item final apresentará uma proposta de síntese do realismo de Peirce que é condizente com a ontologia vebleniana.

2.3.2.2 O pragmatismo de Peirce: da dúvida à crença como hábito de ação adaptativo

Burch (2022) refere que dois artigos de Peirce introduziram o pragmatismo e o significado correlato. Tratam-se dos artigos publicados na *Popular Science Monthly*, *The fixation of belief* e *How to make our ideas clear*, de novembro de 1877 e janeiro de 1878, respectivamente, contudo o termo “pragmatismo” em si não aparece nos textos.

No primeiro destes artigos, Peirce refere que o objetivo da investigação é dirimir uma dúvida real, que ocorre quando a regularidade ou o hábito é interrompido por alguma experiência, e substituí-la pela crença. A produção da crença é a única função do pensamento que faz uso do método científico, enquanto outros métodos – tenacidade (continuar acreditando no que já se acredita), autoridade (arbitrariedade de um Estado ou religião, por exemplo, na imposição de opiniões à comunidade) e o *a priori* (raciocinar inclinado por moda, gosto ou por ser agradável à razão) – embora tenham certas vantagens, não são superiores aquele e falham por falta de força social.

No segundo destes artigos, Peirce arguiu que o significado de uma declaração consiste em suas consequências práticas. A lógica tradicional ensinava a tornar as ideias claras e distintas, todavia não considerava os efeitos práticos das coisas. Para Peirce, a concepção sobre qualquer coisa é a ideia dos seus efeitos sensíveis e o pragmatismo é o método que permite alcançar, além da clareza e distinção, os efeitos sobre as coisas e, assim, formar crenças. Tal método filosófico é superior à lógica tradicional, para o filósofo.

Para o autor, o início de qualquer questão, não importa a natureza ou tamanho do problema e da solução, começa com a crença em algo estabelecido e a dúvida que traz hesitação sob determinada circunstância, mas que estimula a mente a agir até alcançar novo estado de descanso do pensamento, momento em que alcança uma nova crença. Essa crença possui três

propriedades: a primeira é algo que se dá conta; a segunda, que acaba com a irritação do pensamento causado pela dúvida; e, por fim, é uma regra de ação, ou numa palavra, um hábito.

Em relação à realidade, para Peirce, ela é representada pelo consenso de opinião alcançada por todos aqueles que a investigam, portanto, quando se atinge a verdade sobre a mesma. Em outras palavras, a realidade é o objeto representado pela opinião consensual daqueles que fazem investigação, quando chegam ao final desse processo. Depreende-se que, em Peirce, conhecimento e experiência são, essencialmente, sinônimos (Peirce, 1992, 1998).⁵⁷

Nas palavras de Peirce (1992, p. 140, tradução própria):

Parece-me, no entanto, que chegamos, pela aplicação de nossa regra, a uma apreensão tão clara do que entendemos por realidade, e do fato em que a ideia se apoia, que talvez não estejamos fazendo uma pretensão tão presunçosa quanto seria singular, se oferecêssemos uma teoria metafísica da existência para aceitação universal entre aqueles que empregam o método científico de fixação da crença. No entanto, como a metafísica é um assunto muito mais curioso do que útil, cujo conhecimento, como o de um recife afundado, serve principalmente para nos mantermos longe dele, não vou incomodar o leitor com mais nenhuma Ontologia neste momento.⁵⁸

Nesse sentido, a investigação deve ser levada suficientemente longe para a formação de uma crença, de uma regra de ação, de um hábito, portanto. Tal método de inferência leva à fixação de crenças verdadeiras sobre a realidade e, com isso, o hábito que, por sua vez, tem o fim de realizar ações efetivas de ordem prática. A realidade é independente, não do pensamento em geral, mas daquilo que individualmente ou de um número finito de pessoas pode pensar, o que pode ser entendido como um pressuposto ontológico.

Há uma diferença suficientemente grande entre o que há e o que sabemos, como a flor do deserto que nasce sem ser vista, na analogia de Peirce, mas se uma investigação for levada suficientemente longe, ao limite, por aqueles que se propõem a investigar, se alcançará uma solução consensual que não seja alheia aos fatos. Esse parece ser o sentido que Peirce dá quando refere seu realismo como lógico pronunciado, algo como se fosse um realismo especulativo que atinge a verdade sobre a realidade a partir do consenso da comunidade de investigadores

⁵⁷ Peirce (1992) enfatiza, em *A guess at the riddle*, que está longe de sustentar que a experiência é a única luz do pensamento, porém as crenças instintivas originais só são corrigíveis mediante experimentação.

⁵⁸ No original: “It seems to me, however, that we have, by the application of our rule, reached so clear an apprehension of what we mean by reality, and of the fact which the idea rests on, that we should not, perhaps, be making a pretension so presumptuous as it would be singular, if we were to offer a metaphysical theory of existence for universal acceptance among those who employ the scientific method of fixing belief. However, as metaphysics is a subject much more curious than useful, the knowledge of which, like that of a sunken reef, serves chiefly to enable us to keep clear of it, I will not trouble the reader with any more Ontology at this moment.”

dispostos a desafiar, questionar, refutar criticamente, num processo de desenvolvimento dinâmico, uns aos outros.

Por outro lado, Burks (1996), como mencionado acima, designa a filosofia de Peirce como um idealismo pragmático evolutivo, assentado na cognição como processo semiótico social contínuo e infinito, na teoria da indução probabilística, no evolucionismo cósmico como história que segue indefinidamente (acaso, continuidade e causa final) e no pragmatismo como doutrina das potencialidades reais.

Seu realismo é concebido em termos de história infinita de eventos da natureza e de propriedades relacionais reais que são cognoscíveis a partir da inferência, um produto da comunidade, rejeitando a visão individualista de Kant de que a realidade externa à mente é base causal da experiência humana. A realidade é um processo evolutivo em Peirce (Burch, 2022; Burks, 1996).

Peirce insistia que todo o significado de uma concepção consistia na totalidade de tais especificações de observações possíveis, acreditando também na realidade de abstrações (Burch, 2022), o que é condizente com uma espécie de realismo ontológico.

A evolução do mundo é “hiperbólica”, isto é, de um estado de coisas no passado infinito para um estado de coisas no futuro infinito. Entre esses períodos, o tempo evoluiu pela ação de hábitos ou tendências de generalizar: propensão para obedecer à regras que haviam sido seguidas e essas inclinações eram cada vez mais seguidas por suas próprias ações, embora existissem tendências opostas ou pequenas diferenças entre elas. Ainda que todo processo físico possa ser revertido à luz das leis mecânicas, a lei do hábito proíbe tal reversão, segundo Peirce (Burks, 1996).

A evidência científica obtida com experimentos, para Peirce, demonstra que o universo funciona sobre influência do hábito, isto é, de regularidades parciais,⁵⁹ variáveis ou aproximadas e não na forma de leis deterministas. Mesmos os hábitos mais arraigados da natureza evoluem e podem ser objeto de investigação científica e de processos contínuos de interpretação. Na verdade, as uniformidades e as leis da natureza precisam de explicação, dado que o acaso é o fundamento da evolução, da continuidade.

⁵⁹ Parece haver convergência com o conceito “demi-regs” desenvolvido por Lawson (1997), no entanto, em *Economics and reality*, Peirce é mencionado em apenas três notas de rodapé por conta da sua contribuição para o desenvolvimento do modo de inferência retrodutivo e sobre o seu modo de entender o objetivo de uma investigação – da dúvida até atingir o estado de crença, o que Lawson chama de método contrastivo. Lawson vai referir, em 2009, após um artigo crítico de Bruce R. McFarling, presente no livro *Ontology and economics - Tony Lawson and his critics*, editado por Edward Fullbrook (2009), que sua obra converge com a do pragmatismo, em especial com a de Peirce. Na Seção 2.4.3 o realismo crítico de Tony Lawson será abordado.

O realismo de Peirce é de um tipo extremo que define verdade e realidade como intrinsecamente relacionadas em termos de uma história infinita de investigação, sendo que a intencionalidade humana é apenas um caso especial de causalidade final ou intencionalidade cósmica. É um erro pensar que uma causa final é um propósito. Por outro lado, o curso evolucionário não é uma mera evolução do universo existente, mas um processo do qual as formas platônicas (mundo das ideias e mundo sensível) se tornaram ou estão se desenvolvendo (Burks, 1996).

Na fase posterior de seus escritos, Peirce alterou a designação de seu sistema filosófico de pragmatismo para pragmaticismo dada a diferença entre o que havia concebido e o uso que outros autores como William James fizeram dele. Para Peirce, o que distingue o seu pragmatismo é o reconhecimento de uma conexão inseparável entre cognição racional e propósito racional (Peirce, 1998).

No artigo de 1905, *Issues of pragmaticism*, Peirce (1998) refere que, antes de desenvolver o pragmaticismo, havia trabalhado numa teoria que chamou *Critical Commonsensism* ou Sensismo Comum Crítico, em português, que consiste numa doutrina que aborda os hábitos de crença do senso comum, com inspiração na filosofia escocesa, submetidos à crítica rigorosa baseada no kantismo.⁶⁰ Se um kantiano retratar que as coisas em si podem ser concebidas, mesmo que indiretamente, corrigindo detalhes da teoria de Kant, ele será um defensor do Sensismo Comum Crítico, argumenta Peirce.

Gava (2014) leciona que, enquanto o senso comum tradicional admite crenças não criticáveis, opondo-se ao método cartesiano e a sua pretensão de partir de uma dúvida universal, o sensismo comum crítico de Peirce admite que também haja inferências incriticáveis. Mais, tais crenças e inferências mudam historicamente e lembram instintos. Por fim, na versão de Peirce, além de dar importância maior à dúvida, admite a possibilidade de submeter as crenças não criticáveis a um julgamento, a um escrutínio forte, rigoroso, aproximando-se do projeto crítico de Kant.

Novamente, Peirce reivindica ter sido um kantiano que foi levado por sucessivos passos ao pragmaticismo, cuja máxima considera os efeitos que concebivelmente podem ter consequências práticas, para, então, formular a concepção desses efeitos e, assim, constituir a

⁶⁰ Numa carta de 1905 a Mario Calderoni, Peirce [1994, *Collect Papers* (CP), § 8.207, tradução própria] escreveu: “Embora o pragmatismo não seja uma filosofia, ainda, como você diz com razão, ele é o que melhor se compatibiliza com a filosofia inglesa e, mais particularmente, com a doutrina escocesa do senso comum.” [No original: “Although pragmaticism is not a philosophy, yet, as you rightly say, it best comports with the English philosophy, and more particularly with the Scotch doctrine of common sense.”]

totalidade da compreensão do objeto. Em outros termos, o pragmatismo sustenta que o significado de qualquer conceito é o seu impacto no comportamento humano (Peirce, 1998).

Num artigo de 1906, *Pragmatism in retrospect: a last formulation*, Peirce (1955) alega que o pragmatismo não é uma doutrina da metafísica ou uma tentativa de determinar qualquer verdade das coisas. É apenas um método de averiguar os significados de palavras e de conceitos abstratos e não de todas as ideias, enquanto o de James, segundo Peirce, era a doutrina de que todo o significado de um conceito se expressa ou na forma de conduta a ser recomendada ou de experiência a ser esperada.

A versão de James não restringe o significado a um hábito, mas inclui percepções que são sentimentos complexos dotados de compulsividade, em que considerações não pragmáticas têm peso. Na versão do pragmatismo, Peirce está interessado no cumprimento racional de propósitos não só com consequências práticas imediatas, mas também com os efeitos de longo prazo via força do hábito.

Para o autor, o hábito consiste na ação de determinada maneira em certas circunstâncias, e quando acionada por um motivo qualquer, isto é, quando múltiplos comportamentos reiterados da mesma espécie, sob combinações somente de percepções, produzem uma tendência de realmente se comportar de maneira equivalente em circunstâncias semelhantes no futuro.

Para Peirce uma modificação das tendências de uma pessoa para a ação resultante de experiências anteriores ou de esforços progressos de sua vontade ou atos, ou de um complexo de ambos os tipos de causas, consiste numa mudança de hábito. Mudanças incluem associações, dissociações, alterações de conexões, bem como aumento ou diminuição de força ou resistência dos hábitos. Os efeitos da mudança de hábito perduram até que alguma causa produza novas alterações e "[...] as repetições das ações que produzem as mudanças aumentam as mudanças." (Peirce, 1994, p. 278, tradução própria)⁶¹

Pelo exposto, em síntese, para Peirce, pragmatismo é o princípio de que todo juízo teórico expresso em uma sentença indicativa, cujo significado reside na tendência a impor uma máxima prática, é declarada como uma sentença condicional imperativa (Houser, 1998). Em outros termos, as possíveis consequências práticas de um conceito constituem a soma total do conceito.

⁶¹ No original: "[...] repetitions of the actions that produce the changes increase the changes."

Por outro lado, pragmaticismo,⁶² uma palavra “feito o suficiente para estar a salvo de sequestradores” (Peirce, 1998, p. 335, tradução própria),⁶³ envolve, essencialmente, o estabelecimento da verdade pelo sinequismo, um processo prevaiente de desenvolvimento contínuo e que tem importância metodológica para a filosofia levantando hipóteses sobre a verdadeira continuidade. Partindo-se de uma massa de cognição já formada, uma dúvida (uma privação do hábito) surge sobre uma circunstância alterada e essa é investigada até formar uma nova crença como regra de conduta. Uma crença “[...] é um hábito da mente essencialmente duradouro por algum tempo, e principalmente (pelo menos) inconsciente; e como outros hábitos, é (até encontrar alguma surpresa que inicie sua dissolução) perfeitamente autossatisfeito.” (Peirce, 1998, p. 336-337, tradução própria)⁶⁴

Carl Hausman (1993) resume a versão pragmaticismo de Peirce em três conceitos relacionados: o realismo de objetos gerais; o futuro como fundamento do que pode ser conhecido e como regra de conduta; e, ação pretendida ou proposital em termos de conduta como sequência de um plano de evolução que fundamenta o sentido e a verdade, inclusive de rever o pensamento quando se encontram resistências e constrangimentos que desafiam os hábitos das crenças.

Em linhas conclusivas, para Peirce, o pragmatismo é uma máxima da lógica, um caminho para a solução de uma imensa variedade de questões, em vez de um princípio da filosofia especulativa. Trata-se, pois, de uma máxima para a condução da vida a partir de crenças verdadeiras que servem como guia para a ação, para a conduta. A verdade peirceana constitui o agir eficientemente, de forma consistente, com intenção definida. A ação mental como generalização do processo evolutivo de sentimentos, reações e concepções, a partir de conexões governadas por hábitos de ação.

2.3.2.3 O método científico de Peirce como processo evolucionário da comunidade de investigadores

Colapietro (2006) refere que Peirce não distingue ou separa a filosofia da ciência no sentido moderno, mas discrimina a investigação teórica da prática. A investigação filosófica é

⁶² Houser (1998) expõe que, mesmo após ter renomeado sua versão para pragmaticismo, Peirce usou com frequência o termo original. Isso posto, optou-se por referir o vocábulo pragmatismo, independentemente da terminologia utilizada pelo autor nos seus textos.

⁶³ No original: “ugly enough to be safe from kidnappers”.

⁶⁴ No original: “[...] it is a habit of mind essentially enduring for some time, and mostly (at least) unconscious; and like other habits, it is (until it meets with some surprise that begins its dissolution) perfectly self-satisfied.”

uma ciência teórica para Peirce. Ela classificou a filosofia entre a matemática e outras ciências menos teóricas como a física. A filosofia se baseava na matemática para princípios e concepções importantes, enquanto as demais ciências também se baseavam em princípios e concepções da filosofia, além dos da matemática.

Gava (2014), por outro lado, distingue três tipos de ciências em Peirce: da descoberta; da revisão; e, práticas. As ciências da descoberta buscam descobrir a verdade, independentemente do que será feito com o conhecimento, isto é, não estão preocupadas com algum propósito específico.⁶⁵ As ciências de revisão consistem num resumo sistematizado de todo ou de parte do conhecimento humano, usando tudo o que a ciência da descoberta trouxe à tona. Por fim, as ciências práticas são um guia para a ação prática de uma área de conhecimento, portanto, têm um propósito particular e determinado.

A filosofia como uma ciência da descoberta visa a investigar, por meio da experiência comum e geral, o que é logicamente possível e também o que é verdadeiro. A filosofia peirceana é subdividida em fenomenologia (mais tarde, faneroscopia), ciências normativas (estética, ética, e lógica, que é subdividida em gramática especulativa, crítica e metodêutica) e metafísica (geral ou ontologia, metafísica psíquica ou religiosa e metafísica física), segundo Gava (2014).

A fenomenologia é o estudo daquilo que realmente aparece à mente, independentemente se é verdade ou não, ou seja, se é lógico e se é decorrente de uma experiência real. As ciências normativas estudam de forma puramente teórica as relações do sentimento, da ação e do pensamento humanos com os fins. Por fim, a metafísica investiga o que é real em seus caracteres essenciais e como verdades do ser (Gava, 2014).

Colapietro (2010) argumenta que a principal preocupação de Peirce era com a lógica da descoberta, pelos métodos do pensamento, não com a lógica da exposição, por isso sua classificação das ciências como instrumento de investigação. Para Misak (2004), a investigação ocupa lugar central no pensamento de Peirce, uma luta para livrar da dúvida e alcançar um estado de crença.

Em *The architecture of theories*, de 1891, recomenda que uma opinião sobre problemas fundamentais deve começar por uma revisão completa do conhecimento humano, em todos os ramos da ciência, em que cada uma falhou ou teve sucesso, a natureza e a força de cada uma, para, então, a partir desses materiais disponíveis, alcançar uma maneira adequada de enfrentar uma questão, uma dúvida que passou a atormentar a crença estabelecida.

⁶⁵ Tal concepção dialoga com o conceito de curiosidade ociosa de Veblen.

Em *Guess at the riddle*, de 1887-1888, e em *The first rule of logic*, de 1898, Peirce assevera que não se deve bloquear “o caminho da investigação” (Peirce, 1998, p. 48, tradução própria),⁶⁶ isto é, na natureza tudo precisa ser explicado e a lógica proíbe que algo seja inexplicável. Tal princípio regulador é uma esperança intelectual de Kant (Peirce, 1998). Para Peirce é injustificável colocar uma barreira no caminho da ciência na tentativa de explicar um fenômeno.

Burks (1996) afirma que, no início, a teoria da cognição de Peirce era inteiramente em termos do conhecedor individual, tal qual Kant, não obstante, ao longo do tempo, mudou sua perspectiva para uma concepção abrangente de comunidade humana cognitiva.

Assim, Peirce passou a enfatizar que a investigação científica é essencialmente um esforço comunitário, uma busca apaixonada do indivíduo pelo conhecimento de si mesmo, com origem nos instintos humanos como o da alimentação (forças mecânicas, do espaço etc.) e o da reprodução (motivos psíquicos, do tempo etc.), que evoluem em conjunto com a natureza. Como Kant, ele insistiu que as balizas da experiência definem os limites do conhecimento a partir de um processo contínuo de interrogação complexa submetida à autocrítica. Contudo, não separa aparência da realidade, descartando as coisas em si kantianas por serem sem sentido (Colapietro, 2006; De Waal, 2022).

Forster (1997b) refere que a lógica de Peirce segue Kant, pois adota relações de regra, subsunção e resultado como as concepções primárias, além de dividir as inferências em dedução, indução e hipótese. Na terminologia de Kant, dedução era uma inferência da razão, ou silogismo, e a indução e a analogia, equivalente à hipótese peirceana, são inferências de julgamento. Essas envolvem o raciocínio das partes para o todo e a inferência da razão envolve o raciocínio do geral para o particular. Porém, Peirce acrescenta uma caracterização formal das lógicas da indução e da hipótese como se fossem uma permutação do silogismo dedutivo padrão. Assim, a indução corresponde a concepção de uma lei, a hipótese a de um caso e a dedução, um resultado. São, portanto, modelos de explicação para Peirce.

Para Burch (2022), Peirce entendia a ciência como uma realização humana e social que opera sempre num determinado contexto histórico, social e econômico. Nesse sentido, a investigação científica deve priorizar problemas cruciais e primordiais, dada a concorrência com os recursos disponíveis do cientista em termos de tempo, esforço, dinheiro, por exemplo.

Assim, Peirce manifesta que os processos de investigação também estavam sujeitos a considerações econômicas. Tal ideia de comportamento racional da investigação científica é

⁶⁶ No original: “way of inquiry”.

central para Peirce em relação ao método científico e está ligada ao que denominou retórica especulativa ou metodêutica. Essa consiste no estudo dos métodos que os pesquisadores devem usar para investigar, fazer exposições e criar aplicações da verdade, portanto, uma teoria do método de descoberta (Burch, 2022; Peirce, 1998; Wible, 1994, 1998, 2023).

Tal concepção de Peirce pela economia da pesquisa foi manifestada em seu artigo de 1879, *Note on the theory of the economy of research* (Peirce, 1967). Nesse pequeno artigo, incorporando a matemática da teoria da utilidade marginal, que havia surgido na década de 1870, apresenta um modelo econômico de seleção de projetos de pesquisa e a respectiva razão das utilidades marginais.

Para Peirce, as leis são meras tendências nas quais as exceções são frequentes. Assim, há pouca vantagem em definições muito precisas em termos de quantidade de conhecimento.⁶⁷ Na economia da pesquisa do autor, relaciona-se a utilidade e o custo de diminuir o provável erro do conhecimento, tornando os fatores econômicos uma parte central de uma teoria de inferência científica [Peirce, 1994, *Collect Papers* (CP), § 7.139].

Embora essa abordagem tenha surgido pouco tempo antes do contato que Veblen teve com Peirce, por ocasião da pós-graduação na John Hopkins, em 1881, não há evidência de alguma influência na obra do autor institucionalista desse aspecto em específico, tampouco, por ocasião do texto seminal *Why is economics not an evolutionary science?*, de 1899.

Quanto ao conteúdo das palestras de Peirce na John Hopkins University, entre 1880 e 1881, Davis (1914) traz alguns elementos esclarecedores. Segundo o autor, as conferências de Peirce foram inteiramente dedicadas a um exame dos fundamentos lógicos das principais teorias científicas da época e baseadas na sua teoria da indução. Davis refere que Peirce considerava a teoria do raciocínio indutivo seu trabalho mais importante, um modo de inferência entendido como um processo autocorretivo por meio de experiência constante, por tentativa e erro e revisão. Sobre os temas abordados por Peirce, a seguinte passagem refere elementos e conceitos da biologia como fenômenos de crescimento, reprodução, variabilidade e sobrevivência do mais apto:

Uma de suas palestras mais marcantes dizia respeito à aplicação da [...] concepção [que os elementos se combinam em proporções simples] aos fenômenos de crescimento e reprodução. Sobre se os fenômenos biológicos podem ser explicados mecanicamente, ele observou que os processos aos quais a conservação de energia é aplicável são reversíveis, mas a vida é um processo irreversível. Ele sustentava, ainda, que sem catástrofes de tempos em tempos, o acúmulo de minúsculas variações de

⁶⁷ Tal concepção dialoga com a crítica contundente de Veblen à taxonomia da economia recebida.

chance pela sobrevivência do mais apto era insuficiente para o desenvolvimento de uma nova espécie.⁶⁸ (Davis, 1914, p. 55, tradução própria)

Ainda sobre as palestras na John Hopkins, em *Introductory lecture on the study of logic* (Peirce, 1992), consta o esboço das observações feitas por Peirce no início do Curso de Lógica, em setembro de 1882, refletindo as realizações de Darwin e do método darwiniano, dando destaque aqueles que adaptavam métodos de uma ciência aos usos de outra. O foco de Peirce é a lógica e a aplicação dos métodos, em especial a indução e a abdução, à filosofia e à ciência.

É a lógica, entendida como o método de conceber os métodos de investigação, que pode conduzir a uma interpretação e compreensão da natureza verdadeira da realidade. Experimento, observação, comparação e escrutínio dos fatos é necessário no método científico e o mero pensamento não realiza nada, nem em matemática, defende Peirce (1992). A hipótese fundamental é que haja uma realidade que sirve para o prosseguimento da investigação que independe do que pensa qualquer indivíduo ou grupo de investigadores.

Peirce afirma que se vivia a “era dos métodos” e a universidade, como expoente da mente humana, deve ser “a universidade dos métodos” (Peirce, 1992, p. 211, tradução própria).⁶⁹ Tal era do desenvolvimento dos novos métodos de investigação passava pela adaptação dos procedimentos de umas ciências às pesquisas de outras como fizera Darwin que, segundo Peirce, adaptou métodos de Malthus e dos economistas à biologia, ou como Cournot que adaptara o cálculo das variações à economia política. Nesse caso, não se precisa de uma teoria do método para aplicá-lo pois já foi empregado, mas adaptá-lo a sua própria ciência e o modo de fazer isso se dá pela lógica.

Como preliminares para o tema principal – método da ciência, Peirce menciona que abordaria a teoria da cognição (em que consiste o conhecimento e as operações da mente), a concepção do silogismo, a mais rudimentar de todas as formas de raciocínio, a álgebra booleana, alguns métodos estatísticos e de solução de problemas de probabilidade, além da doutrina das possibilidades do acaso. Após essa parte introdutória, Peirce mencionou que abordaria a indução como método distintivo tendo como fundamento a obra *De motibus stellae martis*, de

⁶⁸ No original: “One of his most striking lectures had to do with the application of [...] conception [that elements combine in simple proportions] to the phenomena of growth and reproduction. As to whether biologic phenomena can be explained mechanically, he remarked that the processes to which the conservation of energy is applicable are reversible, but life is an irreversible process. He held, further, that without catastrophes from time to time the accumulation of minute chance variations by the survival of the fittest was insufficient for the development of a new species.”

⁶⁹ No original, respectivamente: “age of methods”; “the university of methods”.

Kepler. Por fim, a aplicação do procedimento científico em questões filosóficas como causalidade e afins.⁷⁰

É possível presumir que tal curso ministrado em 1882 tenha sido o mesmo, ou muito próximo do que Veblen fizera um ano antes, em 1881.⁷¹ Assim, tais elementos presentes no Curso de Lógica parecem ter exercido influência em Veblen, pois são temas recorrentes desse institucionalista original, sobretudo, o modo de inferência indutivo de Peirce que pode ter sido utilizado como fundamento para a análise de Veblen sobre a terceira crítica de Kant, como será detalhado na seção 3.1, abaixo.

Como referido anteriormente, em *The fixation of belief*, de 1877, Peirce afirmou que o conhecimento é pesquisa que se inicia com a dúvida, um estado de desconforto e insatisfação, chamado de “inquérito”, e que procura obter como resultado uma crença verdadeira, que “[...] guia nossos desejos e molda nossas ações.” (Peirce, 1992, p. 114, tradução própria)⁷² A procura da verdade implica uma regra de ação, um hábito.

Logo, da crença estabelecida surge uma dúvida, a partir de alguma mudança no ambiente. Tal dúvida é investigada e quando encontrada uma solução consensual gera uma nova crença, um novo hábito de ação. Crença e dúvida são estados psicológicos, entretanto não fundamentam o conhecimento. É o processo lógico que fundamenta a investigação que tem como caminho uma crença – a surpresa – a dúvida – a indagação – e, uma nova crença.

Segundo o autor, são quatro os métodos de se obter a crença verdadeira: o da tenacidade; o da autoridade; o do *a priori*; e o científico, que consiste em formular hipóteses e submetê-las à verificação, com base em suas consequências. Conforme o autor, apenas o último método possibilita alcançar crenças verdadeiras (Peirce, 1992).⁷³

⁷⁰ Camic (2020) refere que muitos alunos acharam o curso incompreensível, tal qual Dewey que o sintetizou como um relato dos métodos das ciências físicas. Camic relata ainda uma observação de Andrew Veblen, irmão de Thorstein, que também fizera o curso de Peirce, como exigindo um amplo conhecimento de matemática formal e que, por isso, seu irmão provavelmente, não teria gostado.

⁷¹ Houser (1989) menciona que o curso de lógica do outono de 1881 teve um número baixo de matrículas: o avançado, apenas dois alunos – Benjamin Ives Gilman e Oscar Howard Mitchell, e o elementar, unicamente Thorstein Veblen. Conforme os prospectos dos cursos, o elementar tinha por objetivo ensinar os princípios sobre os quais o raciocínio deve prosseguir, a discussão do significado e da validade dessas concepções e máximas lógicas, além da discussão sobre métodos da ciência, lógica dedutiva, teoria do acaso, doutrina geral da indução e da abdução e os métodos de raciocínio de várias ciências físicas e morais. Na primavera de 1882, os cursos de lógica elementar e avançado contaram com cinco alunos cada e, no outono de 1882, 14 alunos ao todo. No outono de 1883, somente quatro alunos fizeram o curso de lógica avançada, entre eles Dewey que desistiu do curso por ser muito matemático. Dewey acabou fazendo um curso de terminologia filosófica de Peirce, no mesmo período.

⁷² No original, respectivamente: “inquiry”; “[...] guide our desires and shape our actions.”

⁷³ Hands (2001) refere que o método *a priori* é o método da filosofia racional e idealista de Platão, Kant e Hegel, por exemplo. Por outro lado, Dewey (1923) afirma que o apelo de James à vontade de crer era condizente com o método da tenacidade.

Tal método científico é direcionado para os objetivos do impulso social de uma comunidade indeterminada de investigadores na busca de uma realidade que será o objeto da verdade. Dessa maneira, a partir da percepção, pode-se descobrir, por meio do raciocínio, como as coisas realmente são. O caminho para descobrir algo sobre a verdade é por meio da crença, da investigação e da deliberação: a verdade é um estado da crença que é inatacável pela dúvida. Para Peirce, a realidade é o pressuposto fundamental sobre o objeto da investigação científica, o móvel da ação do pensamento que se inicia com a irritação da dúvida (Peirce, 1992, 1998).

A experiência é que faz o curso da vida. Para tanto, segundo Peirce, é necessário um indivíduo que a realize, uma hipótese verificável e uma dúvida relacionada a tal proposição. Ato, reação e conclusão sobre o resultado em termos de aplicação prática são as etapas identificáveis no processo de investigação peirceana. Contudo, não se trata de experiências particulares, mas de fenômenos experienciais recorrentes pela comunidade de investigação indeterminada e que ocorrerão sob certas condições num futuro geral.

Em *Some consequences of four incapacities*, de 1868, e depois em *Deduction, induction, and hypothesis*, de 1878, referiu que a inferência ou é analítica ou é sintética. Peirce refere que todo raciocínio válido é dedutivo, indutivo ou hipotético, posteriormente nominado abduativo ou ainda retrodutivo, ou uma combinação de dois ou mais deles. Conforme o autor, os textos de lógica tratavam da inferência do tipo dedutivo, em especial, a tradição cartesiana que Peirce manifesta expressamente que tem por objetivo se opor. Assim, trata dos métodos indutivo e hipotético (Peirce, 1992).

Enquanto a dedução parte da regra para chegar a resultados ou prováveis efeitos, a indução consiste na inferência da regra a partir do caso e do resultado, ou nas palavras de Peirce “[...] é uma espécie de ‘redução do múltiplo à unidade’.” (Peirce, 1992, p. 33, grifo do autor, tradução própria)⁷⁴ A hipótese, abdução ou retrodução, prossegue como se todos os caracteres necessários para a determinação de certo objeto ou classe fossem conhecidos, em outras palavras, consiste “[...] [na] inferência de um ‘caso’ a partir de uma ‘regra’ e de um ‘resultado’.” (Peirce, 1992, p. 188, grifos do autor, tradução própria)⁷⁵

Para Peirce, a indução ocorre quando, a partir de um número de casos dos quais algo é verdadeiro, se conclui que a mesma coisa ocorre para uma classe inteira de casos. O mesmo acontece também se determinada coisa é verdadeira para dada proporção de casos e se infere

⁷⁴ No original: “[...] it is a species of ‘reduction of the manifold to unity’.”

⁷⁵ No original: “[...] [in] the inference of a ‘case’ from a ‘rule’ and a ‘result’.”

que é verdade para a mesma proporção de toda a classe. Nas palavras do autor, “[...] essa indução é a inferência da ‘regra’ a partir do ‘caso’ e do ‘resultado’.” (Peirce, 1992, p. 188, grifos do autor, tradução própria)⁷⁶ A indução é o hábito da aprendizagem por ser inerentemente autocorretiva e baseada na experiência constante.

Por outro lado, uma hipótese é dada quando se encontra alguma dúvida que seria explicada supondo que seja um caso de certa regra geral, e, por conseguinte, se adota essa suposição. Também acontece quando se entende que dois objetos se assemelham muito em certos aspectos, e se infere que se assemelham em outros aspectos.⁷⁷ Trata-se de raciocínio de consequente para antecedente (Peirce, 1992, 1998). Nos termos de Peirce (1998, p. 94-95, grifo do autor, tradução própria):

Aceitando a conclusão de que uma explicação é necessária quando surgem fatos contrários ao que deveríamos esperar, segue-se que a explicação deve ser uma proposição que leve à previsão dos fatos observados, seja como consequências necessárias ou, pelo menos, como muito prováveis sob as circunstâncias. Uma hipótese, então, deve ser adotada, o que é provável em si mesmo, e torna os fatos prováveis. Esse passo de adotar uma hipótese, como sugerem os fatos, é o que eu chamo de “abdução”.⁷⁸

Cabe registrar o antecedente intelectual dessa terminologia utilizada por Peirce, que os lógicos do século XVIII já conheciam, mas que não tinham reconhecido o caráter inferencial de um deles: o modo de inferência abduativo (Peirce, 1998). Em *The three normative sciences*, de 1903, supõe que os três modos de raciocínio tenham sido concebidos por Aristóteles no livro *Primeiros analíticos*. Contudo, uma única palavra ilegível no manuscrito de Aristóteles foi alterada e o texto teve o sentido modificado completamente: abdução. Peirce conjectura que o modo de inferência que Aristóteles procurava era o que ele chama de abdução. “A abdução consiste em estudar os fatos e elaborar uma teoria para explicá-los.

⁷⁶ No original: “[...] that induction is the inference of the ‘rule’ from the ‘case’ and ‘result’.”

⁷⁷ Tal forma de raciocínio pode ser dado, por exemplo, por percepções e julgamentos, sensações e emoções, reconhecimento de padrões ou ideias relacionadas, inferência da causa a partir do seu efeito, *insight*, instinto ou “musement” (Peirce, 1994, CP § 6.461). Essa reflexão consiste num pensamento analítico vigoroso e “desleixado”, livre de propósito, aberto à novidade como forma de raciocínio criativo. Tal conceito está em linha com o instinto da curiosidade ociosa de Veblen.

⁷⁸ No original: “Accepting the conclusion that an explanation is needed when facts contrary to what we should expect emerge, it follows that the explanation must be such a proposition as would lead to the prediction of the observed facts, either as necessary consequences or at least as very probable under the circumstances. A hypothesis, then, has to be adopted, which is likely in itself, and renders the facts likely. This step of adopting a hypothesis as being suggested by the facts, is what I call ‘abduction’.”

A sua única justificação é que, se quisermos compreender as coisas, terá de ser dessa forma.” (Peirce, 1998, p. 205, tradução própria)⁷⁹

Ainda sobre os tipos de raciocínio, uma passagem de Peirce deixa ainda mais clara a genealogia terminológica:

Dedução ([...] de Aristóteles [...]), Indução (de Aristóteles e Platão [...]) e Retrodução (de Aristóteles [...], mas mal compreendida por causa do texto corrompido, e como mal compreendida geralmente traduzida como “abdução”). [...] Além desses três, a Analogia (de Aristóteles [...]) combina os personagens da Indução e da Retrodução. (Peirce, 1994, CP 1.65, grifos do autor, tradução própria)⁸⁰

Portanto, Peirce considera que, além da dedução e da indução, a razão discursiva ou raciocínio também se realiza nessa terceira modalidade de inferência, embora esta não seja propriamente demonstrativa. Introduziu o termo abdução para indicar o primeiro momento do processo indutivo, o da escolha de uma hipótese que possa servir para explicar determinados fatos empíricos. Constitui a forma que a razão possui quando inicia o estudo de um novo campo científico que ainda não havia sido abordado. Portanto, é a busca de uma conclusão pela interpretação racional de sinais, de indícios, de signos, nos quais as crenças científicas são sempre falíveis, fazendo a passagem do consequente ao antecedente. Em outros termos, um raciocínio de causa e efeito numa investigação científica.⁸¹

Em *The law of mind*, de 1892, leciona que as formas de inferência indutiva e hipotéticas são prováveis, não necessárias, enquanto que a dedução pode ser provável ou necessária. A incerteza da lei mental fornece espaço para a mudança dos hábitos. Para o autor, o hábito é a especialização da lei da mente pela qual uma ideia geral provoca reações – “[p]or indução, um hábito se estabelece” (Peirce, 1992, p. 327, tradução própria),⁸² e sensações, essa por meio da inferência hipotética, ou na terminologia de Peirce, uma indução de qualidades ou características das coisas objeto da investigação. O fluxo contínuo da experiência é o que caracteriza as conexões entre as ideias para que a experiência seja compreendida sem subjetivismo.

⁷⁹ No original: “Abduction consists in studying facts and devising a theory to explain them. Its only justification is that if we are ever to understand things at all, it must be in that way.”

⁸⁰ No original: “Deduction ([...] by Aristotle [...]), Induction (Aristotle's and Plato's [...]) and Retroduction (Aristotle's [...], but misunderstood because of corrupt text, and as misunderstood usually translated ‘abduction’). [...] Besides these three, Analogy (Aristotle's [...]) combines the characters of Induction and Retroduction.”

⁸¹ Para saber mais sobre o modo de inferência abdução, Magnani (2023) é um guia de referência desse tipo de inferência, tanto prática quanto teórica, em diversas áreas como a economia, biologia e computação.

⁸² No original: “[b]y induction, a habit becomes established”.

A relação entre o hábito e os três modos de inferência é assim sintetizada por Peirce (1992, p. 329, tradução própria):

[...] por indução, um número de sensações seguidas por uma reação se une sob uma ideia geral seguida pela mesma reação; enquanto pelo processo hipotético, uma série de reações exigidas por uma ocasião se unem em uma ideia geral que é chamada pela mesma ocasião. Por dedução, o hábito cumpre sua função de chamar certas reações em determinadas ocasiões.⁸³

Isso posto, o raciocínio dedutivo não pode levar de premissas verdadeiras a conclusões falsas, ou em outras palavras, chegar a conclusões sobre fenômenos esperados se a hipótese não estiver correta. Já o raciocínio indutivo permite extrapolar o conhecimento de certos membros de uma classe para todo o conjunto de elementos, o que, para Peirce, consiste, apenas, numa classificação e não numa explicação. Por outro lado, o raciocínio abduutivo permite encontrar alguma explicação, não necessariamente a melhor, para um problema a partir de uma hipótese da qual se deduzem consequências, que podem ser verificadas indutivamente, isto é, experimentalmente. Com tal raciocínio, é possível a inferência de efeitos para causas, partindo de observações para sua melhor explicação (Burch, 2022; Niiniluoto, 2002; Reale; Antiseri, 2006a).

Em Peirce, a investigação científica é marcada por um momento inicial – a ocorrência da dúvida, um método para desenvolver a cognição – um dos três modos de inferência, e um resultado do método – a fixação da crença. De modo geral, a indução e a abdução são procedimentos racionais que se emprega para a aquisição de conhecimentos, enquanto a dedução é o procedimento racional utilizado para verificar ou comprovar a verdade de um conhecimento já adquirido.⁸⁴

Chevalier (2016) defende que tais modos de inferência em Peirce são formas que o pensamento deve assumir para desenvolver o conhecimento em geral e a indução é a chave para o problema dos juízos sintéticos ou experienciais, entretanto os conceitos resultam também de um processo evolutivo da racionalidade e das propriedades do mundo.

⁸³ No original: “[...] by induction, a number of sensations followed by one reaction become united under one general idea followed by the same reaction; while by the hypothetic process, a number of reactions called for by one occasion get united in a general idea which is called out by the same occasion. By deduction, the habit fulfils its function of calling out certain reactions on certain occasions.”

⁸⁴ De forma diferente à posição externada, Gava (2014) entende que, embora a indução e a abdução sejam julgamentos sintéticos, somente a segunda proporciona uma nova ideia ou uma ideia passada aplicada a um novo contexto.

Misak (2004) esclarece que há diferença entre a indução de Hume e a de Peirce. Enquanto a do primeiro é uma indução do tipo em que todos *As* são *Bs* ou que o próximo *A* será um *B* a partir do fato de que todos os *As* observados foram *Bs*, a de Peirce não precisa mostrar que se tem certeza sobre a correção ou que se pode fazer generalizações a partir daquele tipo de inferência indutiva, mas que seja um procedimento confiável de investigação, de experimento sujeito às razões estatísticas. O papel desempenhado pela indução é testar hipóteses, partindo de dados obtidos por observação ou de testes com base nos quais as respostas conjecturadas à pergunta dada são descartadas.

O trabalho da inferência abdução é fornecer hipóteses para testes, é conjecturar criticamente sobre uma resposta potencial e se a mesma é relevante para a questão em estudo. Esse processo fundamental de formação de hipóteses explicativas para regularidades inesperadas é o princípio pragmático proposto por Peirce. Com tal princípio o conhecimento se amplia, evolui, muda segundo as circunstâncias da vida.

Por fim, cabe referir que a oposição de Peirce a Descartes, mencionada em *Some consequences of four incapacities*, de 1868, consiste em quatro críticas sobre os limites do pensamento: (i) não se tem conhecimento introspectivo – todo o conhecimento do mundo interior (mente, ideia no sentido cartesiano) é obtido pelo raciocínio hipotético a partir do conhecimento do mundo externo; (ii) o homem não tem poder de intuição, assim toda cognição é logicamente determinada por cognições anteriores; (iii) não se pode pensar sem signos (sensação, imagem, concepção ou outra representação); e, (iv) com base nos princípios cartesianos, as próprias realidades das coisas não podem ser conhecidas, porém não se tem nenhuma concepção do absolutamente incognoscível, já que nada disso ocorre na experiência (Peirce, 1992).

É, pois, uma reivindicação contra o método subjetivo de Descartes. Se esse filósofo duvida de tudo, Peirce propugna que se deve começar a partir daquilo que traz prejuízos, quando uma dúvida abala uma crença estabelecida. Por outro lado, a quarta crítica também se dirige a Kant, que afirmava que só se pode dizer que realmente se conhece alguma coisa se ele estiver fundamentado em algo que não se pode conhecer – as coisas em si kantianas. Peirce rejeita, assim, a distinção entre fenômeno e noumena de Kant.⁸⁵

A partir dessas linhas, Peirce concebe o pragmatismo assentado na distinção de que se não é uma questão de experiência possível, não é uma questão de fato. Contrasta a dúvida com a crença, aquela devendo ser dirimida até alcançar o estado da última. A primeira,

⁸⁵ Em linha com o aqui exposto, por exemplo, De Waal (2022) e Macarthur (2016).

leva ao agir imediatamente; a segunda, a um hábito que determina como agir quando se é devidamente estimulado. Dúvida e crença levam à disposição para agir, portanto.

Com Peirce, o pragmatismo como método de pensamento e de investigação plural, executada por uma comunidade coletiva de pesquisadores que objetiva a obtenção de uma crença verdadeira (mesmo que apenas se acredite que seja verdadeira) como opinião conclusiva da realidade – o objeto final da análise. A ênfase nas consequências práticas objetivas, um comportamento deliberado e autocontrolado, a partir da investigação que é inerentemente social (comunitária).

Tal racionalidade é habitualmente evolutiva, isto é, o raciocínio acaba se corrigindo, se for dado tempo suficiente e deixado em seu próprio curso, revendo premissas, métodos e conclusões. Pelo método científico de Peirce, as crenças é que devem se acomodar à natureza e não ao contrário. A realidade, então, é base para a razão em Peirce e o pragmatismo é uma forma de fazer filosofia concentrada no futuro.

Na concepção da realidade e da investigação científica de Peirce não há certeza que não possa ser refutada, questionada ou substituída por algo melhor. Todas as crenças são passíveis de revisão e todas as interpretações e métodos de investigação têm apenas uma autoridade provisória. O conhecimento é, portanto, falível e transitório (Aikin; Talisse, 2023; De Waal, 2022; Shook, 2023).

Concluindo, a investigação peirceana é aberta, não dogmática, falibilista, dinâmica e crítica. A investigação científica é um processo contínuo e autocorretivo de avaliação crítica. Deve-se proceder sistematicamente, investigar empiricamente, estar aberto ao julgamento e comprometido com o falibilismo do processo investigativo para que o aprimoramento da vida humana seja possível.

2.3.2.4 Uma proposta de síntese: o realismo ontológico evolucionário de Peirce

Em que pese afirmações como a de Talisse e Aikin (2011) de que a importância total do pensamento de Peirce não pôde ser estimada adequadamente devido à indisponibilidade de uma edição sistemática de seus escritos, e porque muitos dos manuscritos se perderam (Houser, 1992, 1998), pelo exposto, constata-se que filosofia do autor é marcada por um longo desenvolvimento, que passou por alterações, reformulações e correções, incluindo ajustes e evolução nos conceitos utilizados.

A concepção de verdade – como opinião final – e de realidade – como objeto desse parecer final – marcam a filosofia pragmatista de Peirce. Sua abordagem dá ênfase à natureza coletiva da ciência e da racionalidade habitualmente evolutiva que a ação humana manifesta.

Pode-se depreender que o empenho de Peirce é condizente com o esforço de síntese entre o racionalismo e o empirismo que Kant havia empreendido antes, não obstante avançando com sua concepção de signos e, fundamentalmente, na possibilidade de conhecer toda a realidade.

A distinção parece ser que em Kant só se tem acesso cognoscível ao mundo das aparências e não das coisas em si, enquanto em Peirce tudo é cognoscível. Em outros termos, o absolutamente incognoscível é absolutamente inconcebível por não ser uma experiência possível para o pragmatista.

A ontologia realista de Peirce é dinâmica, processual e evolutiva sobre as coisas reais, que são objeto de investigação científica e que não são independentes das práticas humanas, como valores, interesses e propósitos.

Tal concepção peirceana é a de um realismo extremo consentâneo com uma análise da realidade socioeconômica por Veblen, cujo fundamento está assentado numa ontologia evolucionária crítica. A concepção da realidade de Peirce também parece condizente com a do realismo crítico desenvolvido por Bhaskar e congruente com a aplicação à ciência econômica feita por Tony Lawson.⁸⁶

Segundo Burks (1996), Peirce afirmava que, embora o seu pragmaticismo estivesse ligado ao idealismo de Hegel e a sua evolução racional dialética, que seguia uma lógica calcada na dedução, se separou dele justamente por não ter equivalentes aos métodos da indução e da abdução. A dedução ou o mero pensamento seria suficiente para Hegel para fazer o mundo racional, não havendo nenhum princípio de ação no universo senão a razão ou, em outras palavras, o filósofo alemão nega o caráter fundamental de dois elementos da experiência: a indução e a abdução. Para Peirce, tais lógicas também podem operar no processo da evolução e da vida.

Peirce defendia que a razão humana era usada para promover a evolução do universo em direção a um sistema perfeitamente ordenado e racional, mesmo que em qualquer momento haja aleatoriedade, imperfeição e espaço para melhorias (Burks, 1996).

⁸⁶ Nas próximas seções esses pontos serão conectados. Mas por ora, basta referir que, tardiamente, Lawson (2009d) admite que sua posição é muito semelhante às de Peirce, em especial, e Dewey.

A teoria da dúvida-crença se encaixa na teoria de Darwin de adaptação às mudanças concretas no ambiente. Para uma crença ser fixada não é necessário que seja verdadeira – basta que se acredite que seja factual.

O método evolutivo de Peirce se aplica à lógica humana abductiva (evolução em termos de leis probabilísticas básicas de um caos inicial a uma regularidade), indutiva (realidade como um processo estritamente contínuo de desenvolvimento evolutivo) e dedutivo (evolução dirigida por um objetivo ou causas finais). Na analogia peirceana da evolução cósmica, o tiquismo é a generalização da abdução ou busca aleatória, o sinequismo, da indução, e o agapismo, da dedução ou causação final, seguindo Burks (1996). A realidade peirceana é, portanto, tricotômica.

Tais noções evidenciam que o método de investigação de Peirce é autocorretivo por aproximações sucessivas, realizadas pela comunidade científica indeterminada, convergindo para a verdade e, assim, compreender a realidade. Em Peirce, qualquer investigação, científica ou outra, é um assunto inerentemente social – deve envolver pessoas com diferentes origens, inclinações e talentos, para que uma maior variedade de ângulos seja explorada. A interação da comunidade científica de inquiridores é essencial para filtrar as várias idiosincrasias, vieses e predisposições que os investigadores individuais possuem.

A investigação busca aliviar o erro e a ignorância e o raciocínio acabará convergindo se houver tempo suficiente e se for deixado em seu próprio curso. “Não bloqueie o caminho da investigação”, ensinou Peirce, com o raciocínio corrigindo conclusões, premissas e métodos de investigação. Tal tendência de consenso para o real, portanto, deve ser considerada em conexão com a ação humana e constitui um realismo ontológico do tipo evolucionário.

Além disso, a capacidade de aprender com a experiência está relacionada à capacidade de submeter as concepções, afirmações, inferências e conclusões à crítica. Nesse contexto, a investigação científica se inicia com uma dúvida que, por meio de um processo contínuo e interminável, formula hipóteses plausíveis – passo nominado de abdução – e testadas – por indução, por intermédio da experimentação, e por dedução, por meio da verificação das consequências se a hipótese for verdadeira.

A investigação científica é levada ao limite até alcançar a tendência ao consenso da comunidade que investiga a questão original, a situação de embaraço que os acontecimentos da vida trazem, num processo impessoal de discussão crítica. Assim, observação, experiência e experimentação têm papel proeminente na busca de respostas e perspectivas alternativas, num esforço cooperativo, às questões que surgem com as circunstâncias cambiantes.

Peirce baseou seu projeto de representação da verdade a partir da busca das condições de possibilidade de conhecimento por meio dos vários tipos de inferência. Tal abordagem tem clara inspiração em Kant que descobriu essas condições da representação da realidade na unidade da apercepção e das regras para os procedimentos da mente (Chevalier, 2016).

Em Kant, um esforço sobre as condições de possibilidade do pensamento em geral; em Peirce, uma orientação para a ciência enquanto tal. Se em Kant a busca pelo conhecimento pode chegar ao fim, a uma resposta, em Peirce os resultados são sempre provisórios. A defesa do caráter intencional do pensamento é mais enfática em Peirce do que em Kant (Chevalier, 2016; Gava, 2014).

Tal lógica de investigação em três estágios de Peirce, um amplo sistema como produto da cognição mediada, dando destaque à indução e a abdução, forneceu a Veblen uma ferramenta para a sua visão de ciência, em especial, o aspecto criativo da investigação científica.

Como sintetizado em *The fixation of belief*, para Peirce, o método da ciência deve ser tal que a conclusão final de cada homem seja igual, ou seja, utilizando método e hipóteses científicas chegar-se-á sempre à única conclusão verdadeira sobre a realidade. Como visto, o pressuposto fundamental para o método científico de Peirce é a existência da realidade, coisas cujas características são inteiramente independentes das opiniões sobre elas. Tal realidade, ou realidades, como o uso que Peirce faz do termo, afeta os sentidos de acordo com leis regulares – a lei mental do hábito, e, embora as sensações sejam tão diferentes em relação aos objetos, aproveitando-se da percepção, pode-se raciocinar como as coisas realmente são (Peirce, 1992).

Dessa concepção sobre a realidade se destaca que as coisas existem externamente aos indivíduos e a formação social do consenso por meio da investigação deve ser levada ao limite até a formação de uma crença, de um hábito, de uma regra prática de ação. Em outras palavras, um realismo extremo no qual o conhecimento também é parte integrante da realidade. Fica evidente em tal filosofia um esforço de conciliação de questões e abordagens ontológicas e epistemológicas, com a refutação de qualquer forma incognoscível da realidade.⁸⁷

Isso posto, a realidade ou as realidades são acessíveis pelo método científico autocorretivo e pelos modos de inferência dedutivo, e especialmente, indutivo e abdução, isto é, como Kant, reiterou que os limites da experiência definem a possibilidade do conhecimento, não obstante vai além ao definir os limites do próprio sentido. Peirce rejeita, portanto, a hipótese

⁸⁷ Colapietro (2010) afirma que Peirce desconstrói a dicotomia entre a teoria e prática existente na filosofia, protegendo a integridade da teoria por meio da análise de conceitos com exatidão, embora dê primazia à prática, num esforço de precisão científica.

de que possa haver realidades, ou na terminologia filosófica usual, realidade, fora do alcance da cognição humana, não aceitando a separação da aparência e da realidade.

Na estrutura da realidade de Peirce, as categorias, ou elementos característicos (os traços de generalidade), partem de objetos com qualidades próprias que não possuem relações entre si, passando por relações de alteridade entre si até chegar a conexões interdependentes e irreduzíveis entre os objetos iniciais e um terceiro ente.

Claramente, Peirce elaborou uma ontologia que inclui as noções de emergência e de relações mútuas entre as partes e o todo e entre o todo e as partes que estão presentes no seu sistema filosófico, que sistematiza e compreende a realidade. Uma ontologia dos elementos da realidade que envolve experiência e processos mentais ou pensamento. Para Peirce, todo o conhecimento é baseado em tipos gerais de fenômenos experimentais, não sobre experimentos isolados, como parece ser o caso do pragmatismo de James (uma teoria geral para avaliar a verdade das ideias e uma teoria do significado).

Concluindo, Peirce concebeu uma estrutura filosófica que, por meio do método científico apropriado, implica num realismo ontológico sobre a realidade, no qual os elementos estão sob processos evolucionários (em mudança evolutiva), que são essenciais para a compreensão do homem, do cosmos, da vida prática. Tais realidades desempenham um papel na evolução da ciência e do pensamento em geral, estando em linha com os elementos fundantes da formulação teórica de Thorstein Veblen.

2.3.3 O pragmatismo de William James como forma de ação prática esperada

Lançado por Peirce como um método de filosofar no qual se identificava o significado exato das coisas na realidade ao final da investigação científica, no desenvolvimento de William James era uma proposta sobre a verdade ser definida em termos de utilidade (Hartwig, 2015; Hoover, 1994). Para essa abordagem, um conhecimento é verdadeiro por seus resultados e suas aplicações práticas, ou seja, se dá pela experimentação e pela experiência.

Com o livro, que é considerado sua obra-prima (Goodman, 2022), *The principles of psychology*, de 1890, sob uma perspectiva empírica e naturalista, James estabelece as bases de uma filosofia da ação que antecipa sua versão do pragmatismo, que irá ser plenamente desenvolvida na primeira década do século XX.

Para o autor, a psicologia é uma ciência natural das mentes individuais que tem como dados sentimentos e pensamentos e um mundo físico com o qual coexiste e conhece. O hábito é uma sequência de ação mental que tende a se perpetuar, argumentando que as leis

da natureza são hábitos e que na sociedade é um agente conservador. Tem origem nos instintos, um impulso que a razão não pode inibir, a não ser por outro instinto em sentido contrário ou pela força do hábito adquirido, uma tendência de agir sob determinadas circunstâncias.

A noção de hábito em James tem fundamento antes na física do que na fisiologia do cérebro e na psicologia, e tem como principal elemento a plasticidade diante da atuação de forças externas e de tensões internas, isto é, de causas modificadoras. Tal característica do hábito significa uma estrutura fraca o suficiente para ceder a uma influência, mas forte o necessário para não ceder de uma vez, com a fase de relativo equilíbrio equivalendo a um novo conjunto de hábitos. O efeito prático do hábito é simplificar e automatizar o movimento necessário numa ação e diminuir a atenção consciente com a qual os atos são realizados.⁸⁸

Para James, a crença é a compreensão da realidade e seu oposto é a dúvida e a investigação. O homem precisa da realidade prática, na qual os objetos devem apresentar efeitos na experiência sensível por meio da experimentação (James, 1989).

Conforme esclarece James (2000), na obra *Pragmatism*, de 1907,⁸⁹ o termo pragmatismo procede do grego “*δράση*” (“drási”), que significa ação prática, tendo sido introduzido por Peirce, em 1878, no artigo *How to make our ideas clear*, apontando que as crenças são realmente regras de ação. Segundo James, para esclarecer o significado de um pensamento, conforme Peirce, basta apenas determinar qual conduta é a apropriada para produzi-lo. Então, quando se pensa sobre um objeto, bastaria considerar quais os efeitos práticos concebíveis de natureza prática, portanto, com significado real, que esse objeto pode ter, que sensações e reações se devem esperar, sentir ou ter.

James alega que foi ele que reintroduziu o termo aplicado à religião, no ano de 1898, numa palestra feita na Universidade da Califórnia, tendo se disseminado a partir daí. O autor expressa que o método pragmático não tem nada de novo, pois homens como Sócrates, Aristóteles, Locke e Hume o utilizaram e fizeram importantes acréscimos, embora tenham feito uso de forma parcial. Para James, pragmatismo é método e uma “teoria genética” do que se entende por verdade (James, 2000, p. 92).

⁸⁸ Tal análise jamesiana consta no capítulo IV, intitulado “El Hábito”, da obra *Principios de psicología* (James, 1989). Embora Veblen tenha citado essa obra de James em *The instinct of workmanship and the state of the industrial arts*, de 1914, o institucionalista original não referiu tal conteúdo a exemplo do que fizera com o capítulo XXIV, que trata da busca instintiva pelo conhecimento. Além disso, fica evidente que a conceituação de hábito de James é diferente da de Veblen, em que pese autores como Hodgson (2004c), Camic e Hodgson (2011) e Freitas (2019) referirem que a psicologia instinto-hábito de William James, além da psicologia de William McDougall, exerceu forte influência no pensamento vebleniano.

⁸⁹ James dedica o livro a John Stuart Mill de quem teria aprendido a ideia pragmática e que seria o líder da tradição filosófica do pragmatismo se estivesse vivo. Esse livro de James é posterior ao artigo onde Peirce renomeia a sua versão do pragmatismo, como visto acima. A homenagem de James a Mill parece ser sintomática.

O método consiste numa atitude empirista mais radical do que a usual em filosofia. É o abandono do racionalismo ao se separar da abstração e insuficiência de soluções verbais, de razões *a priori*, de princípios imutáveis, de sistemas fechados, de dogmas, do absoluto e da falsa pretensão de possuir a verdade de forma conclusiva. “O pragmático volta-se para a concretude e a determinação, para os fatos, para a ação e para o poder.” (James, 2000, p. 83, tradução própria)⁹⁰

O método pragmático consiste em olhar para longe dos princípios e categorias e focar para as consequências e fatos. Nas palavras de James (2000, p. 177, tradução própria), “[n]ossas ideias devem ser adaptadas às realidades, sejam concretas ou abstratas, fatos ou princípios, sob pena de contínua incongruência e frustração.”⁹¹

As realidades – no plural, como destacado por James – significam processos de orientação e verificação, dados concretos ou tipos abstratos de coisas e relações percebidas intuitivamente entre elas. Nenhuma teoria é uma transcrição da realidade, senão o que cada uma pode resultar em termos de utilidade sob algum ponto de vista.

Para Dewey e Schiller,⁹² segundo James (2000),⁹³ a verdade nas ideias e crenças significa o mesmo que ciência, na medida em que ajuda a estabelecer relações com outras partes da experiência – fatos e coisas concretas. Fazendo uso da lógica indutiva observa como funcionam casos particulares e os generalizam como valores funcionais. Tal visão instrumental da verdade foi retirada por esses autores de ciências como a geologia, a biologia ou a filologia, afirma James.

Conforme esse autor, “opiniões” são formadas a partir de processos observáveis simples de algum aspecto da realidade, que depois é generalizado a partir de novas experiências do observador formando, assim, novas “opiniões”. Contudo as crenças, por serem conservadoras, operam na tentativa de salvar velhas opiniões, as mudando “pouco a pouco” (James, 2000, p. 88, tradução própria),⁹⁴ as sustentando com um mínimo de modificação,

⁹⁰ No original: “El pragmatista se vuelve hacia la concreción y la determinación, se dirige hacia los hechos, hacia la acción y hacia el poder.”

⁹¹ No original: “[n]uestras ideas deben adecuarse a las realidades, sean éstas concretas o abstractas, hechos o principios, so pena de incongruência y frustración continuas.”

⁹² O pragmatismo de Ferdinand Canning Scott Schiller (1864-1937) postulava que todo conhecimento tinha um aspecto emocional e uma argumentação com urgência prática – toda a razão pura sem ação deve ser eliminada. Portanto, o procedimento efetivo da ciência tem por critério a utilidade (Reale; Antiseri, 2006a).

⁹³ Conforme Russel (2015), a diferença do pragmatismo de James e Dewey é de ênfase. A visão desse é científica, enquanto método da ciência, enquanto James está interessado pela religião e pela moral como fenômenos humanos.

⁹⁴ No original: “poco a poco”.

ampliando somente o suficiente para acomodar a nova experiência, até que surja alguma ideia nova que medeie, que acomode a transição entre as opiniões antigas e as novas.

Assim, essa nova ideia é adotada como verdadeira, enquanto que, para os racionalistas, a verdade é pura abstração – uma correspondência absoluta entre os pensamentos e a realidade igualmente absoluta (entendida como aquela que não se pode alterar por qualquer experiência). Para tais filósofos, não há lugar para a dúvida, uma correspondência vazia entre pensamento e realidade.

De modo diferente de Peirce, James via a verdade como um processo de verificação, como capacidade de operar, como utilidade em termos de melhoria da condição vital dos indivíduos. Na definição de James (2000, p. 170, tradução própria), “[...] ideias verdadeiras são aquelas que podemos assimilar, validar, corroborar e verificar [...]”,⁹⁵ enquanto que as falsas não. A ideia se faz verdadeira a partir dos dados num processo de validação.

Portanto, pragmatismo como método, como atitude de pesquisa, voltando a atenção aos resultados, às consequências práticas da ideia verificada e validada, aos fatos. Para o filósofo, teorias são instrumentos de investigação, uma atitude para orientação, e não resposta a enigmas (James, 2000). A verdade se faz na prática para James. Para o autor, as realidades não são verdadeiras, apenas são, enquanto que as crenças é que são verdadeiras (James, 1992).

Para James, então, o método pragmático é “[a] atitude de partir das primeiras realidades, dos princípios, das 'categorias' e das supostas necessidades, e de voltar os olhos para o que acontece depois, os frutos, as consequências, os fatos.” (James, 2000, p. 85, grifo do autor, tradução própria)⁹⁶ Nesse sentido, em relação à filosofia crítica de Kant, James a classifica como estéril por não lançar luz aos pormenores da natureza, aos aspectos da realidade sensível.

Em *Philosophical conceptions and practical results*, publicado em 1898, James refere que foram os filósofos de língua inglesa, Hume e, em particular, Mill, dentre outros, que introduziram, pela primeira vez, o costume de interpretar o significado das concepções, perguntando que diferença elas fazem para a vida, e que caube a Peirce o uso explícito dessa máxima de conduta – a produção de hábitos de ação. Conforme James, esses filósofos ingleses introduziram o método crítico adequado para fazer filosofia e não Kant com seu transcendentalismo e com suas artificialidades tortuosas que não levam à nenhuma concepção utilizável em filosofia. Pelo contrário, “[a] verdadeira linha do progresso filosófico reside, em

⁹⁵ No original: “[...] las ideas verdaderas son aquellas que podemos asimilar, validar, corroborar y verificar.”

⁹⁶ No original: “[l]a actitud de apartarse de las realidades primeras, los principios, las ‘categorias’ y las supuestas necesidades, y de dirigir las miras a lo que sucede más adelante, los frutos, las consecuencias, los hechos.”

suma, parece-me, não tanto ‘através’ de Kant, mas ‘em volta’ dele [...]. A filosofia pode perfeitamente flanqueá-lo e construir-se em plenitude adequada, prolongando mais diretamente as linhas inglesas mais antigas.” (James, 2011, p. 78, grifos do autor, tradução própria)⁹⁷

Isso posto, depreende-se que a noção da realidade de James converge com o empirismo britânico: coisas presentes de forma sensível ou relações de sentido comum, como lugares, distâncias, gêneros ou atividades. Sobre o empirismo de James deve-se destacar um aspecto – a autodefinição do autor como um empírico radical, ressaltando-se que a elaboração dos textos e a publicação respectiva não seguiram sua ordem cronológica, por isso há muitas referências cruzadas.

No prefácio de *Pragmatism*, publicado em 1907, James (2000) diferencia pragmatismo do empirismo radical afirmando que não há conexão lógica entre eles, embora não forneça maiores explicações sobre o que isso significa, talvez pressupondo que os conceitos já estivessem colocados suficientemente em outros trabalhos.

Segundo Goodman (2022), esse conceito havia sido desenvolvido numa série de artigos escritos originalmente em 1904-1905 e publicados postumamente, em 1912, sob o título *Essays in radical empiricism*.

Sem embargo, compulsando outros trabalhos de James, encontrou-se, no prefácio do *The will to believe and other essays in popular philosophy*,⁹⁸ publicado em 1896, menção ao conceito do empirismo radical, da seguinte maneira (James, 1992, p. 447, grifos do autor, tradução própria):

Digo “empiricismo”, porque se contenta em considerar suas conclusões mais seguras sobre questões de fato como hipóteses passíveis de modificação no curso da experiência futura, e digo “radical”, porque trata a própria doutrina do monismo como uma hipótese, e, ao contrário de grande parte do empirismo intermediário que é corrente sob o nome de positivismo ou agnosticismo ou naturalismo científico, não afirma dogmaticamente o monismo como algo com o qual toda a experiência tem que se encaixar.⁹⁹

⁹⁷ No original: “The true line of philosophic progress lies, in short, it seems to me, not so much ‘through’ Kant as ‘round’ him [...]. Philosophy can perfectly well outflank him, and build herself up into adequate fulness by prolonging more directly the older English lines.”

⁹⁸ James (1992, p. 446) dedica a obra a Peirce: “A cuja camaradagem filosófica nos velhos tempos e a cujos escritos nos anos mais recentes devo mais incitamento e ajuda do que posso expressar ou retribuir.” [No original: “To whose philosophic comradeship in old times and to whose writings in more recent years I owe more incitement and help than I can express or repay.” Tal dedicatória contrasta com a mencionada na nota de rodapé 89, acima.

⁹⁹ No original: “I say ‘empiricism,’ because it is contented to regard its most assured conclusions concerning matters of fact as hypotheses liable to modification in the course of future experience; and I say ‘radical,’ because it treats the doctrine of monism itself as an hypothesis, and, unlike so much of the halfway empiricism that is current under the name of positivism or agnosticism or scientific naturalism, it does not dogmatically affirm monism as something with which all experience has got to square.”

Para o autor, a forma permanente do mundo é a do empirismo radical que tem na experiência um elemento necessário: possibilidades, indeterminações, fins, males, crises, enfim, tudo é real (James, 1992). Mais do que tal visão, mais do que argumentos para sua validade, demonstra a atitude radicalmente empirista que se deve empreender.

Posteriormente, uma explicação mais elucidativa sobre empirismo radical é encontrada em *The meaning of truth*, publicado em 1909 (James, 1987). Para o autor, o empirismo radical consiste em um postulado – as coisas são definíveis a partir da experiência, uma declaração de fato – as relações, tanto conjuntivas quanto disjuntivas, também são experimentadas, tais como as coisas, e uma conclusão generalizada – as partes da experiência são mantidas unidas por relações que também são partes da mesma.

Para James (2000), o escopo do pragmatismo é, primeiro, um método, e, depois, uma teoria da verdade. Trata-se de uma teoria sobre a estrutura da realidade que tem a concepção da verdade como fundamento e o método de interpretação assentado nas consequências práticas, sem dogmas ou doutrinas. A ideia é que mente e matéria são aspectos ou estruturas formadas a partir de uma matéria mais fundamental – a experiência pura, portanto, uma visão não mais dualista mente-matéria que perpassou toda a história da filosofia Ocidental.

Assim, tal formulação do pragmatismo de James está assentada no fazer como principal propósito da vida por ações particulares, de indivíduos, enquanto a de Peirce está assentada no método de reflexão em como tornar as ideias claras a partir do universal, da generalização que tende à convergência de regularidades.

Em Peirce, a ênfase está em padrões e hábitos universais e gerais alcançados pela comunidade de investigadores. Em James, a ênfase está nas consequências particulares experimentadas, uma orientação psicológica emergindo da ação intencional humana. Ambos empiristas, dado que o conhecimento é baseado na experiência, rejeitavam o atomismo e a passividade das sensações individuais (Pihlström, 2004).

2.3.4 O pragmatismo de Dewey como processo instrumental

John Dewey teve uma longa trajetória intelectual, entre 1882 e 1953, que pode ser dividida em três fases: (i) a pragmatista, dos primeiros escritos até 1903, com a publicação de *Studies in logical theory*; (ii) a fase do desenvolvimento da sua filosofia da educação e do pragmatismo instrumentalista, da etapa anterior até 1925, com a publicação de *Experience and nature*; e, (iii) por fim, uma fase de reexame da sua obra em vista das críticas recebidas, de meados dos anos 1920 até o final da sua vida (Gomes, T., 2018).

No pragmatismo de Dewey os significados de objetos, de proposições e de teorias podem ter consequências diretas e existenciais na investigação e na ação cujo foco está nas consequências futuras dentro de um fluxo de experiências. Ideias são intenções, planos e métodos que visam a mudanças em coisas e eventos preexistentes pela influência da ciência experimental estendida a todas as áreas da investigação.

O autor argumentava que as discussões filosóficas tradicionais surgiram das condições sociais e intelectuais de uma era pré-darwiniana, assim deveriam ser simplesmente abandonadas, substituídas por novos problemas decorrentes da ciência pós-Darwin. Entendia a filosofia como uma tentativa sistemática de aplicar a inteligência a todos os assuntos da prática humana, um esforço perpétuo para reconstruir o mundo de acordo com objetivos e interesses da sociedade. Assentado na lição darwiniana de que não há discontinuidades na natureza, descartava filosofias como as de Descartes e Kant por serem obsoletas, pois operavam assentadas em dicotomias (Talissee; Aikin, 2011).

A versão do pragmatismo clássico de Dewey está longe de ser kantiana, segundo Pihlström (2010), apesar do próprio filósofo ter afirmado que sua posição inicial tenha sido a de um neokantiano (Dewey, 1998a).

Hildebrand (2023) refere que entre as influências iniciais de Dewey estão a biologia darwiniana e o idealismo hegeliano, além da psicologia experimental de William James. De Darwin absorveu uma visão da realidade como um complexo natural de processos transacionais mutáveis da experiência humana, uma função de ajustes e reajustes de atividades, funções e hábitos. O comentador argumenta que Dewey procurava criticar e reconstruir a filosofia para torná-la consistente com uma visão de mundo darwiniana, comprometida com a vida contemporânea e seus problemas.

Para Dewey (1910), *A origem das espécies*, de Darwin, introduziu um modo de pensar que transformou as concepções tradicionais da filosofia da natureza e do conhecimento e, conseqüentemente, da ciência que eram assentadas no pressuposto da superioridade da forma fixa, do completo e perfeito termo (causa) final. Segundo essa visão de mundo, a mudança na realidade era um mero fluxo na ideia de propósito ulterior da natureza e do homem.

Segundo Dewey (1922a), a doutrina da evolução foi interpretada como uma completa subordinação da mudança presente a um objetivo futuro. Tal noção concebia a evolução ou o progresso como uma soma de realizações que permaneceria para sempre, diminuindo a quantidade do que precisaria ser feito, avançando sem perplexidades ou dificuldades diante de um objetivo final, estável e imutável.

Com efeito, a evolução significa continuidade da e na mudança e tal transformação pode tomar a forma de crescimento do escopo, da complexidade e da interação dos problemas, bem como apresentar instabilidade crescente. Contudo, a mudança significativa ocorre quando hábitos fixados dão lugar a capacidades que se reajustam e se redirecionam para reagir às dificuldades, aos obstáculos e aos problemas que surgem na experiência da vida.

Nesse sentido, a natureza se realiza por meio de mudanças e interações permanentes e a ciência, assim como a filosofia, deveriam mudar para compreender essa realidade. O método científico de Darwin nas ciências orgânicas e a consequente aplicação à vida à mente e à moral só foram possíveis por conta do desenvolvimento anterior da astronomia, da física e da química feita por homens como Copérnico, Kepler, Galileu (Dewey, 1910).

Portanto, o método experimental das ciências naturais, especialmente, o material biológico, é modelo para as disciplinas que envolvem as práticas humanas, sociais e morais (Dewey, 1998c).

Para Dewey (1993), a abertura é uma propriedade intrínseca da realidade, assim como os atributos mudança e movimento permanentes, antes referidos. Nesse mundo, importam as causas eficientes e não as causas finais e formais que são relevantes para um mundo fechado, constituído por formas, classes e gêneros limitados, fixos e hierarquizados. O autor critica a noção de que as condições causais tenham uma realidade superior à das consequências ou dos efeitos (Dewey, 1998c).

A aplicação das ideias evolucionárias no estudo da vida e do desenvolvimento cultural da humanidade não exige uma força causal proposital ou um procedimento para localizar e interpretar os conflitos que ocorrem na vida, mas um método de diagnóstico e prognóstico das diversas maneiras de lidar com eles.

Com a lógica genética e experimental darwiniana, assevera Dewey (1910), hábitos, predisposições, atitudes profundamente arraigadas de aversão e preferência não são resolvidas, porém superados pela filosofia por meio de novos métodos, intenções e soluções.

O presente é um curso de ação complexo – necessidades, forças, instrumentos, possibilidades –, contendo em si uma infinidade de hábitos e impulsos. É um processo que inclui memória, observação, um olhar para trás e para frente. Toda ação é uma atuação sobre o futuro em relação ao desconhecido. Conflito e incerteza são traços fundamentais da existência, são estímulos à reflexão, portanto a conduta é ação ou escolha reflexiva, uma decisão sobre qual curso de vida é o melhor. Toda deliberação ou escolha perante os problemas e possibilidades presentes é experimental e sujeita à revisão. Variabilidade, iniciativa, inovação,

afastamento da rotina, experimentação são possibilidades abertas no mundo e têm como pressuposto a liberdade (Dewey, 1922a).

O autor diferencia progresso e mudança, pois a doutrina da evolução foi utilizada como uma espécie de sanção da automaticidade do primeiro. Para o filósofo, o progresso não depende da existência de mudança social, mas da direção que os homens dão intencionalmente a essa mudança. Por outro lado, a disponibilidade para a mudança é condição para o progresso. Desse modo, a mudança social é condição indispensável do progresso, não obstante não representa uma garantia do mesmo. O progresso não é automático, portanto, já que depende das intenções e dos objetivos humanos, bem como da sua aceitação (Dewey, 1916).

O domínio da ciência possibilita um rápido progresso da cultura humana (posses materiais, intelectuais e artísticas) – um produto intencional e socialmente construtivo, por outro lado, a ascendência do homem sobre o trabalho de outros é uma base instável para a civilização. Altruísmo, bondade e impulsos pacíficos, assim como medo, raiva, ressentimento, agressividade e emulação são sentimentos que o indivíduo possui desde o nascimento. São as mudanças nas ocasiões e canais sociais que potencializam a direção de um tipo ou outro desses sentimentos nos homens. Assim, devem-se construir instituições e arranjos sociais adequados que favoreçam as tendências amistosas e pacíficas da natureza humana e isso também é tarefa da filosofia pragmatista (Dewey, 1916).

De Hegel, outra das fontes de Dewey, absorveu o tratamento dado à cultura humana, às instituições e às artes, abarcando a dissolução de qualquer tipo de dicotomia, uma tentativa de integrar as várias dimensões da experiência humana, como a síntese entre a psique e o corpo, a teoria e a prática em vez de mantê-las separadas (Hildebrand, 2023).

Nesse sentido, em *From absolutism to experimentalism*, de 1930, Dewey (1998b) refere que a síntese de Hegel entre sujeito e objeto, matéria e espírito e a dissolução de muros entre instituições e cultura humana funcionou para o seu sustento e sua libertação intelectual. Tal influência se deu a partir dos tempos de estudos na John Hopkins University e durou cerca de 15 anos, segundo o autor.¹⁰⁰

Dewey critica dicotomias históricas como mente e corpo, mundo físico e mundo psíquico, já que a investigação reflexiva ocorre na experiência contínua (Dewey, 1974).

¹⁰⁰ Como referido acima, Dewey havia afirmado em 1925, em *The development of american pragmatism*, que começou sua versão do instrumentalismo como um neokantiano. Já no artigo de 1930, *From absolutism to experimentalism*, afirmou que sua influência como filósofo teve origem em Hegel (Dewey, 1998a, 1998b). Não há incoerência alguma nesse relato, pois enquanto o segundo o livrou das dicotomias clássicas da filosofia recebida, o primeiro deu substrato inicial para o seu pragmatismo, que se desenvolveu plenamente a partir dos *insights* de Peirce e James, como será visto.

Para Dewey (1905, 1922b, 1922c), os dualismos são apenas dualidades ou distinções com valor instrumental e prático e não de indicação de clivagem drástica na natureza das coisas ou de uma separação de duas ordens radicalmente diversas do ser. Defende que sua posição é a de um pluralismo empírico, pois ela é concebida pelo respeito à multiplicidade de fatos observáveis.¹⁰¹

Nesse sentido, Dewey (1922a) refere que meios e fins são nomes da mesma realidade. O primeiro, é um ato tomado distributivamente; o segundo, é uma série de atos tomados coletivamente. Ter o fim em mente é pensar no próximo ato até se ter uma ideia clara do curso de ação. Com o autor, não há linearidade entre os diferentes elementos e fases e o resultado final, mas uma relação lógica coordenada e interdependente de hipóteses iniciais, meios provisórios, fins intermediários, reavaliações parciais e, assim, sucessivamente. A distinção entre meios e fins é essencialmente contextual e temporal.

A partir do afastamento do idealismo alemão, segundo o próprio Dewey, sua filosofia se caracterizou como em permanente estado de mudança, instável, que assimilava muitas influências diversas, e até incompatíveis, de pessoas e situações, ao invés de escritos filosóficos consagrados. Uma exceção foi a obra *The principles of psychology*, de William James. Para Dewey, essa obra abordava a vida em termos de existência em ação, além de conectar uma nova psicologia com a filosofia, o que teria lhe dado uma outra direção e qualidade ao seu pensamento (Dewey, 1998a, 1998b).¹⁰²

Nesse livro de James, mente e comportamento conectados são direcionados a propósitos. Rejeita, também, o antigo relato da mente como estados elementares e discretos para um novo, que tem como base um fluxo de consciência com fundamento biológico. Para o filósofo os modos de percepção e de concepção da realidade não são produtos cumulativos de experiências particulares, porém atividades biológicas originais e variações adaptativas decorrentes da aplicabilidade em experiências concretas (Dewey, 1998a).

Dewey concorda com James que o método do pragmatismo deve ser aplicado o mais amplamente possível, como em crenças, verdades, ideias e objetos. Como James, repudiava a filosofia excessivamente técnica, direcionando explicitamente sua filosofia para um trabalho socialmente crítico, inclusive ajudando a conectar diferentes áreas teóricas entre si (De Waal, 2022; Hildebrand, 2023).

¹⁰¹ Cabe um registro nesse ponto. Exceto no artigo *Nature in experience*, de 1940, não se encontrou o termo “*dichotomy*” nas obras consultadas de Dewey. O uso sempre foi do termo “*dualism*” com o significado exposto acima.

¹⁰² Há uma influência cruzada entre os autores, pois no prefácio de *The Principles of Psychology*, James cita o livro *Psychology* de Dewey, publicado em 1887, como uma fonte importante no assunto.

Para Dewey, a psicologia que imperou na filosofia dos séculos XVIII e XIX estava assentada na vida mental a partir de sensações recebidas passivamente pelos indivíduos por meio dos sentidos, formando imagens, percepções e conceitos atomizados e isolados, com isso, dando origem a vontades, ações e emoções, dores e prazeres. Tal psicologia tinha bases fisiológicas, portanto.

Por outro lado, Dewey desenvolveu sua lógica experimental assentada na psicologia cujo fundamento era de natureza biológica. Os sentidos deixaram de ser a porta de entrada do conhecimento para serem estímulos para a ação, para a investigação empírica que acabará em conhecimento. A partir do autor, a experiência faz parte do processo de viver, consistindo nas diversas maneiras de agir, nos hábitos, nas múltiplas formas de organizar e conectar os indivíduos e o meio. Com a ciência experimental, o homem se capacitou a controlar o meio que o rodeia, não mais formando costumes, mas utilizando a experiência anterior para desenvolver uma experiência nova e melhor, um processo de melhoramento contínuo. Tal avanço na ciência também enriquece os inventos, portanto é em grande medida tecnológica ou instrumental.

Para Dewey, a psicologia é a ciência última da realidade, um método filosófico da experiência em sua totalidade. Tal psicologia fixa sua atenção nas condições objetivas em que os hábitos são formados e operam, bem como nos instintos que se tornam elementos dos hábitos assim que são postos em prática. Dessa forma, o pragmatismo de Dewey, ou como foi chamado por ele, seu instrumentalismo ou ainda, como preferia, sua teoria da investigação, está assentado numa nova psicologia (Dewey, 1922a, 1993, 1998a; De Waal, 2022; Hildebrand, 2023).

No trabalho *The development of american pragmatism*, de 1925, Dewey (1998a) aduz que essa tendência psicológica de natureza biológica e seu uso pelo instrumentalismo também foi influenciada, posteriormente, pelo behaviorismo desenvolvido por John Watson, um movimento que concebe os comportamentos como consequência da experiência e dos condicionamentos como resultado das condições do ambiente sobre o cérebro e dos estímulos sensoriais, aos quais se adicionam as modificações causadas pelos hábitos, das memórias inconscientes e dos reflexos condicionados, para efetivar respostas adequadas.¹⁰³

Por outro lado, seguindo De Waal (2022), embora tenha sido aluno de Peirce nos tempos do doutorado na John Hopkins, só meio século depois, ao ler os *Collected papers*, Dewey começou apreciar a obra de seu professor. Dewey anui com Peirce quanto ao

¹⁰³ Segundo literatura consultada (Cabral, 2016; Hodgson, 2004c), o behaviorismo seguido por Dewey não é extremo como o de John Watson. Esse autor entendia a psicologia uma ciência empírica, um ramo experimental da ciência natural, que dispensava a consciência por não ter valor científico e que tinha por interesse o estudo do comportamento (Watson, 2008). Dewey, por outro lado, faz uso da consciência, bem como dos instintos e hábitos, em situações-problema produzindo comportamentos apropriados (adaptados).

pragmatismo representar os hábitos mentais presentes nos laboratórios de pesquisa, trazendo o método das ciências experimentais para a filosofia.¹⁰⁴

O pragmatismo de Peirce, seguindo Dewey (1923) identifica o significado racional com a formação de um hábito, ou modo de agir com a maior generalidade possível, ou o mais amplo campo de aplicação aos particulares. Realidade e verdade são estabelecidas com base no significado racional dos efeitos que podem ter implicações práticas que as coisas reais têm, causando crenças universalmente aceitas. A ênfase de Peirce é o hábito, uma atitude genérica de resposta estabelecida em consequência da experiência e muito menos do que um resultado sensível particular.

Para Dewey (1910), instinto e hábito são modos de resposta inadequados numa realidade marcada pela constante mudança ou de adaptação a um ambiente que apresenta características novas e não dominadas. Ideias são substitutos para instintos e hábitos e sua origem é um modo de resposta a alguma situação empírica. A validade das ideias está na capacidade de efetuar a transformação pretendida, no melhor ajuste do homem ao ambiente por meio da formação e aplicação de novas ideias.

Ideias e pensamentos não têm geração espontânea. Dependem da experiência e também das sensações e ambos são afetados por hábitos, uma espécie de filtro do material que chega à percepção e ao pensamento, agregando novas qualidades e reorganizando o que é recebido. Separar hábito e pensamento consiste numa dicotomia tal qual a clivagem entre a prática e a teoria ou entre realidades e ideais da filosofia tradicional.

O instinto é necessário para despertar o pensamento e incitar a reflexão, entretanto só o entendimento concebe objetivos, dirige a técnica e inventa modos de adaptação às condições que mudam continuamente.

Segundo Dewey (1922a), os instintos têm a possibilidade de reajuste e reorganização constante a partir dos hábitos que mudam para atender a novos elementos em situações modificadas. Afirmar que não é científico restringir as atividades humanas a um número definido de instintos nitidamente demarcados. Assevera que a economia, por exemplo, é marcada pela simplificação artificial entre dois instintos: amor e aversão – ganho e trabalho, respectivamente.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Em *Logic: the theory of inquiry*, de 1938, Dewey reconhece sua dívida para com Peirce. Trata-se, portanto, de um reconhecimento na fase madura do autor.

¹⁰⁵ Cabe registrar que Dewey parece tecer uma crítica à análise dos instintos de Veblen, embora não refira o autor institucionalista.

Para Dewey, hábitos consistem numa atividade humana que é influenciada pela ação anterior e, nesse sentido, adquirido. É dinâmico, operativo, contendo sistematização de elementos menores de ação – tem começo, meio e fim.

Sua essência não é a repetição, todavia uma predisposição adquirida para modos de resposta. A natureza do hábito é ser assertivo, insistente, autoperpetuante, entretanto, um mundo em permanente mudança exige que os hábitos se modifiquem, se aperfeiçoem dentro e a partir do uso. O filósofo afirma que a tendência é pensar que hábitos são conservadores, mas somente aqueles que ficam presos a velhas rotinas é que são ruins à experiência humana.

Podem ser comparados às funções fisiológicas como respiração ou digestão, pois exigem a cooperação do organismo humano e do mundo exterior. Também, podem ser cotejados às artes como habilidade dos órgãos sensoriais e motores, disciplina e técnica manifesta, em que cada estágio marca o manuseio de materiais e ferramentas, e o avanço na conversão de um material para um uso ativo.

Nesse sentido, hábito é biológico, uma maneira ou modo de ação, não um ato ou uma atuação concreta. À medida que é aceito vira uma regra ou lei de ação (Dewey, 2022).

Materiais, ferramentas e métodos são meios adequados, embora apenas potenciais. São reais apenas quando colocados em conjunto com desejos e capacidades humanas numa operação ativa específica. Estas também são apenas meios potenciais se não contam com o apoio daquelas condições físicas. A ação conjunta e coordenada entre materiais externos e indivíduos é dada pelo hábito, que é o meio que está mais próximo.

Os fins ou consequências, portanto, são determinados pelo hábito e pela força das circunstâncias. A interpenetração dos hábitos forma a unidade de caráter e a conduta do indivíduo – motivo e ato, vontade e ação.

Dewey assevera, todavia, que é um erro supor que a consolidação de hábitos individuais forma o hábito coletivo, o costume social e as instituições. Costumes são uniformidades generalizadas de hábitos que existem, porque os indivíduos enfrentam as mesmas situações e reagem da mesma forma.

Conforme Dewey, a formação de hábitos de crenças, vontades e julgamentos acontece a cada instante sob a influência das condições estabelecidas pelas relações, interações e associações dos homens uns com os outros. Este é o fato fundamental na vida social e no caráter pessoal dos indivíduos.

Alguma atividade procede de um homem e compreende o suporte das condições ambientais, de um grupo de indivíduos ou da sociedade. Abarca reação, aprovação, desaprovação, protesto, incentivo, resistência ou compartilhamento. Não há neutralidade:

inveja, admiração e imitação estão presentes. A conduta é sempre compartilhada e a vontade é a causa de uma consequência, ou seja, produz efeitos sobre aquela.

Instituições, por outro lado, trazem consigo demandas de desenvolvimento, expectativas, regras, padrões. Instituições operam, não para perpetuar as forças que as produziram, mas para modificá-las e as redirecionar, abrindo novos caminhos de empreendimento, servindo às condições mutáveis. São as instituições e as expectativas sociais que moldam e cristalizam instintos em hábitos dominantes.

Toda conduta é, portanto, interação entre os elementos da natureza humana e o meio ambiente, natural e social. Não há distinção fixa entre o humano e o físico, bem como entre a moral, o econômico e o político. Os fatos contínuos dos homens com os da natureza aliam ética à física e à biologia. Só o reconhecimento da continuidade da natureza, do homem e da sociedade assegurará que as ações sejam direcionadas à solução de problemas, de perplexidades, de dificuldades, de necessidades e de possibilidades alternativas contidas em uma situação única e localizada.

Assim, a grande diferença entre as sociedades está nos costumes e na cultura e não no estoque original de instintos que é praticamente o mesmo em todos os lugares. Para Dewey (1922a), a diferença deve ser explicada em termos de hábitos adquiridos e não de costumes definidos, sólidos e rígidos.¹⁰⁶

As circunstâncias podem mudar, todavia a natureza humana permanece a mesma. Assim, se os planos de mudança social do reformador radical envolvem a psicologia dos hábitos e das instituições na formação da natureza humana, o conservador fundamenta sua afirmação na psicologia dos instintos como inalteráveis, eis que a hereditariedade seria mais potente que o meio ambiente (Dewey, 1922a).

Contudo, seguindo Dewey (1922a), o conservador não compreende que instintos são modificáveis pelo uso e pela educação, enquanto o costume é o que tem maior inércia. Da mesma forma, o revolucionário não percebe a força que as instituições têm como hábitos incorporados. Os hábitos de pensamento e sentimento não são tão facilmente modificáveis, pois foram moldados por condições objetivas. Se uma revolução alterar profunda e abruptamente os costumes externos e as instituições políticas e jurídicas, os hábitos que estão por trás dessas instituições persistem e assimilam as inovações.

¹⁰⁶ Para Dewey (1922a), costumes são modos de comportamento organizado dos indivíduos como integrantes de um agrupamento – ações como demanda por comida ou por um companheiro. Para o autor, a explicação dos costumes deve ser buscada na física, na química e na fisiologia e não na psicologia (causas, elementos ou forças psíquicas), o que contrasta com a análise vebleniana dos instintos.

Há um círculo vicioso, pois a direção dos instintos depende dos hábitos adquiridos e esses podem ser modificados apenas pelo redirecionamento daqueles. Por outro lado, as instituições existentes impõem sua marca, incorporando as modificações que os instintos sofrem.

É a educação verdadeiramente humana que torna possível direcionar as atividades de exploração, descoberta, criação e pensamento de acordo com as possibilidades e as necessidades da situação social. A educação, para Dewey, é o principal meio de melhoria contínua, gradual, econômica e de retificação social.

A mudança social real nunca é tão grande quanto a transformação aparente. As formas de crença, de expectativa, de julgamento não são facilmente modificadas depois de tomarem forma. Hábitos de pensamento sobrevivem a modificações em hábitos de ação evidentes. “A força do atraso na vida humana é enorme.” (Dewey, 1922a, p. 67, tradução própria)¹⁰⁷

Sem hábitos não se pode fazer nada, porém, quando se tornam tão fixos que não podem ser adaptados às novas situações, são barreiras à conduta e à vida. O hábito deve manter-se como um meio flexível e eficiente de ação com o fim ou ideal. Nesse mesmo sentido, as instituições devem servir às condições mutáveis. Nas palavras do filósofo, “[d]esistir das instituições é caos e anarquia; manter as instituições inalteradas é morte e fossilização.” (Dewey, 1998d, p. 232, tradução própria)¹⁰⁸

O peso do costume trabalha para acomodar, assimilar, reproduzir, reter e fortalecer as tendências dos hábitos adquiridos. No entanto, a sociedade humana está sempre em processo de mudança e continua sua experiência por causa da renovação que ocorre a partir da operação dos hábitos, mesmo que de forma inconsciente e não intencional.

Defender a prioridade da sociedade sobre o indivíduo é uma metafísica sem sentido, assim como dizer que alguma associação preexistente de indivíduos é anterior a cada ser humano é um lugar comum para Dewey. Tais associações são modos de interação entre as pessoas por meio de costumes (modos de comportamento) e instituições.

Para o autor, o fato primordial é que o homem é um ser que responde em ação aos estímulos presentes do meio ambiente, assim, instintos e hábitos são os principais determinantes da conduta e não o pensamento, o raciocínio e a deliberação como um cálculo de curso de ação com base em lucros e perdas, prazeres ou dores futuros, como teorizado pela teoria utilitarista. Tal teoria concebe a deliberação como um cálculo intrincado de resultados futuros remotos,

¹⁰⁷ No original: “The force of lag in human life is enormous”.

¹⁰⁸ No original: “[t]o give up the institutions is chaos and anarchy; to maintain the institutions unchanged is death and fossilization.”

inacessíveis, indeterminados e subjetivos, enquanto deveria ser entendida em termos de consequências objetivas de ações propostas presentes. O resultado futuro não é certo, não obstante a sua tendência ser cognoscível (Dewey, 1922a).¹⁰⁹

Depreende-se que a análise econômica está assentada em fundamentos psicológicos realistas e, para tanto, deve ser baseada numa psicologia dos hábitos de natureza biológica e não dos instintos inatos ou somente por motivos culturais. Para o filósofo, os julgamentos práticos resultantes da investigação são respostas a situações problemáticas, tornando a conduta humana mais assertiva e não como decorrente de maximização da utilidade.

Dado que a mudança e a transformação são características do mundo real, o conhecimento e a lógica são reformulados como formas de adaptação e sobrevivência a partir do uso das ideias na experiência (Hildebrand, 2023).

Para Dewey (1993, 1998b, 2022), a ciência e a tecnologia são intrinsecamente contributivas a fins a que são postas. Toda investigação é sempre uma análise de algo existente, uma atividade humana social contínua de resolução de problemas, uma concepção claramente instrumental de Dewey.

Dewey reagia ao modo da epistemologia tradicional da filosofia que, pelo menos desde Descartes, pensava os problemas em termos da representação de alguma realidade última, distinguindo o saber como um objetivo elevado e superior e o fazer como assunto da ação instrumental e mundana. Para Dewey, o progresso científico deveria alcançar todos os domínios humanos, incluindo a cultura e a moral (Hands, 2001). O pragmatismo deweyano faria essa reconciliação, enfatizando a importância das continuidades e das relações.

O que move o agir é a dúvida real. A investigação está sempre situada, emerge das necessidades e dos objetivos de inquiridores reais, em certos momentos e lugares. Contextualizados por situações, incluindo investigações anteriores, eventos etc., testes pragmáticos de significado tornam-se relevantes para a apuração. Uma investigação bem-sucedida, por outro lado, é aquela que funciona, isto é, que apresenta soluções, conclusões

¹⁰⁹ Dewey credits Wesley Mitchell this mode of interpreting the hedonistic calculation of utilitarianism, especially, from the vision present in two articles published in volume 18 of *Journal of Political Economy*, in 1910 (Mitchell, 1910a, 1910b), and one in volume 33 of *Political Science Quarterly*, in 1918 (Mitchell, 1918). In the two first articles, Mitchell refers to Veblen's work from an evolutionary perspective, among others, as Schmolter and Sombart, treating the human nature as the subject of economic investigation and that gives importance to institutions as standardizers of individual behaviors, finding in it the usual notion of human nature in the economy – as guaranteed, uniform and rational. In the 1918 text, Mitchell cites Veblen's articles *The limitations of marginal utility* and *Fisher's rate of interest*, both from 1909. In essence, Mitchell's vision on the marginal theory is consistent with Veblen's, but no direct mention to the original institutionalist is made in Dewey's consulted works.

e julgamentos para transformar a situação problemática inicial em satisfatória, mesmo que provisoriamente.

Uma teoria é verdadeira quando funciona, esclarece dificuldades, remove obscuridades a partir de necessidades humanas, selecionando aqueles elementos de uma realidade que são úteis para localizar a fonte e a natureza da dificuldade em questão, estabelecendo também o método por meio do qual o conflito, problema ou deficiência pode ser tratado com mais eficácia. Tal critério ou medida do valor da ideia é, portanto, sob o pragmatismo de Dewey, prático.

Dewey (1923) esclarece que a diferença entre Peirce e James era a maior ênfase do primeiro nos procedimentos da investigação e na confiabilidade dos mesmos, na rejeição ao apelo à vontade de acreditar de James (método da tenacidade), e no recurso mais explícito ao fator coletivo, ao consenso, ao acordo social daqueles que investigam. Por outro lado, James estava mais preocupado que qualquer proposição filosófica pudesse sempre ser reduzida a alguma consequência particular, enquanto Peirce estava interessado no significado racional como estabelecimento de hábitos, de condutas ou de métodos generalizados.

Segundo Dewey (1998a), Peirce não era um autor sistemático e nunca expôs suas ideias por meio de um sistema único. A partir do método científico, estava interessado em clarear conceitos ou definições para que fossem adequados e efetivos à conduta de vida, à experiência, tornando-se um corpo de hábitos generalizados tanto quanto possível.

Peirce era um lógico, enquanto James, um educador e humanista preocupado com problemas e debates filosóficos que tivessem interesse para a humanidade. O primeiro tentou dar uma interpretação experimental a Kant, enquanto James tentou desenvolver o empirismo de pensadores britânicos como Locke e Hume, por exemplo. James era um empirista antes de ser um pragmatista, concebendo o pragmatismo como um empirismo levado à suas conclusões, consequências e fatos.

Se os filósofos britânicos estavam interessados nos antecedentes, nas concepções e ideias gerais como meros registros de um mundo já construído e determinado, o pragmatismo estava interessado nos consequentes e nas possibilidades de ação. Tal extensão dá lugar para à possibilidade e à liberdade para a organização das observações e das experiências futuras construtivas, ao invés de sínteses de casos particulares. A realidade, portanto, sob o pragmatismo de James é um processo de tornar-se (Dewey, 1998a).

Por outro lado, Peirce e James são realistas no sentido de que as coisas factuais têm efeitos e consequências reais. A concepção de realidade de Peirce não é dada antes da investigação reflexiva, mas surge como significado racional a partir dessa, quando a crença da

comunidade é fixada (Dewey, 1923). Contudo tal racionalidade não é aquela do idealismo ou do tipo transcendental, todavia é assentada na lógica da ciência e da experiência.

Para Pihlström (2004), a versão do realismo de Dewey era mais estreita a James, além de rejeitar a interpretação lógica e não psicológica do pragmatismo de Peirce, não obstante estava mais próximo desse na orientação social do pragmatismo e no avanço do conhecimento científico.

Dewey (1910), da mesma forma que Peirce, rejeita a incognoscibilidade das “coisas em si” kantianas, pois a experiência é uma questão de funções e hábitos, de ajustes e reajustes, de coordenações e atividades, e não de estados de consciência. Para Dewey (1905), os pressupostos e tendências do pragmatismo são nitidamente realistas, pois se apoiam em fatos e coisas reais, e mesmo os elementos psíquicos, como ideias, conceitos ou hábitos, são identificados em termos biológicos e fisiológicos.

Tiercelin (2023) alega que o pragmatismo de Dewey não é um fim, mas um meio para erigir uma metafísica realista científica. Implica, portanto, uma versão de realismo, estudando as características mais gerais da realidade, dos objetos e das suas propriedades reais.

Em *Does reality possess practical character?*, de 1908, Dewey afirma que a teoria do conhecimento foi construída a partir da noção de um universo estático, portanto fora de harmonia que as lições da física, sobre a energia em movimento, e da biologia, em relação à evolução e à constante transformação dos assuntos do homem, concebem. Tais concepções idealistas da teoria do conhecimento de como as realidades devem ser têm matriz teórica e intelectual e não prática para o autor. Por outro lado, é com o pragmatismo que a realidade possui caráter prático e o conhecimento é o saber considerado como uma mudança em uma realidade (Dewey, 1998b).¹¹⁰

Em *Experiência e natureza* (Dewey, 1974), concebe a relação entre esses dois elementos – experiência e natureza – como interligados, como coisas interagindo de determinadas maneiras. Não há experiência e coisa experimentada, mas uma totalidade a partir da experiência. Dewey se baseia na noção de experiência de James, para quem “coisa” e “pensamento”, ato e matéria, sujeito e objeto possuem sentido único.

A experiência é o centro da investigação humana, o “único método” para “atingir a natureza”. Tal modo é o método empírico que é utilizado nas ciências naturais, pois é nessas que a união entre experiência e natureza é aceita sem questionamento, e que é genuinamente

¹¹⁰ Dewey (1998c) afirmava que a mais perigosa de todas as palavras filosóficas era "realidade".

científica. Para Dewey, o valor do método empírico consiste em que as coisas sejam examinadas por seu valor intrínseco quando são experienciadas.

Contudo, esse método não é utilizado na filosofia que, embora seja um modo de reflexão agudo e penetrante, não verifica, testa, confere objetos, não os enriquece de significado por meio de resultados refinados, permanecendo no domínio do abstrato, da mera aparência ou impressão, sem contato com as coisas da experiência ordinária, não resolvendo perplexidades à medida que elas surgem.

Vida e história são indivisíveis. Só o método empírico toma essa unidade como ponto de partida para o pensamento filosófico, assevera Dewey. Já os métodos não empíricos começam com os resultados de uma reflexão que separou objeto e sujeito, mente e matéria, entre o que é experienciado e como é vivenciado, por isso precisam enfrentar o problema de como é possível o conhecimento onipresente. Para Dewey é fato empírico que a natureza não é toda ela explícita e evidente, mas envolve possibilidades ocultas, novidades e obscuridades, por isso não se pode separá-la da experiência. É com o método empírico que proporciona à reflexão filosófica a tendência cooperativa em direção ao consenso.¹¹¹

O processo de investigação de Dewey começa com um problema que deve ser cuidadosamente elaborado e essa formulação permanece aberta a revisões posteriores. Após, uma hipótese preliminar é construída para organizar percepções e ideias relevantes e integrá-las a eventuais experimentos. Na sequência, possíveis implicações e consequências são engendradas, identificando erros, contradições e possíveis obstáculos. Por fim, a hipótese é testada e avaliada em termos de quão bem ela enfrenta o problema inicial. Resultados inadequados podem exigir o retorno e a revisão de fases anteriores da investigação.

Para Dewey, a ciência estuda os fenômenos naturais, entretanto os objetos científicos são construídos por meio da investigação em vez de existirem como "prontos" antes da inquirição. Assim, a ciência é um modo de ação, de julgamentos práticos e está no centro da vida democrática. A ciência é social para Dewey, um processo aberto, crítico, cooperativo e consensual (Dewey, 2022; De Waal, 2022; Hands, 2001; Hildebrand, 2023; Pihlström, 2010).

Pelo exposto, em linha com Hartman (2001), a filosofia de Dewey é uma adaptação, em base científica moderna, do método hegeliano em termos experimentais. Temas como conexão do pensamento e do seu objetivo, do raciocínio lógico dinâmico e da necessidade do pensamento para a vida humana são assuntos hegelianos em Dewey.

¹¹¹ Empírico no sentido de investigações acessíveis publicamente e abertas a observação (Dewey, 2022).

Por outro lado, tal como Peirce, Dewey entendia o pragmatismo, principalmente, como um método crítico de obtenção de conhecimento. A aquisição do conhecimento é sempre função de uma situação concreta – um problema objetivo exige uma resposta efetiva. Todo conhecimento é experimental e contextual, não havendo espaço para o conhecimento puro *a priori*. Também, da mesma forma que Peirce, Dewey rejeita a ideia de que se pode duvidar de tudo ao mesmo tempo, como Descartes havia assumido (De Waal, 2022; Hildebrand, 2023).

No pragmatismo deweyano a avaliação das consequências é necessária como teste de validade de proposições no sentido que resolvam problemas ou questões específicas e o resultado cumulativo e convergente constitui conhecimento. Investigação é um processo contínuo em qualquer campo em que seja empreendido, não havendo crença estável que não possa ser exposta a uma verificação posterior. É um processo social com consequências culturais (Dewey, 2022).

Tal versão do pragmatismo coloca em proeminência a importância do indivíduo, posto que seja o detentor do pensamento criativo, o autor da ação e de sua aplicação. Nas palavras do autor, “[a] mente individual é importante, porque somente a mente individual é o órgão de modificações nas tradições e instituições, o veículo da criação experimental.” (Dewey, 1998a, p. 12, tradução própria)¹¹²

Em linhas conclusivas, o método científico do pragmatismo de Dewey procura dar sentido à experiência humana e orientar a ação social, uma ferramenta poderosa de pensamento reflexivo para a solução de problemas concretos e para a melhoria da vida. Essa é, pois, a sua noção instrumental de verdade, com o conhecimento moldando fins e meios com liberdade em direções tão distintas da cultura humana, como as dimensões política e ética (Hands, 2001).

Nos textos deweyanos consultados, encontram-se argumentos e observações que fornecem elementos críticos ao pensamento econômico dominante, como a visão falha da natureza humana que não leva em consideração os hábitos adquiridos na formação do comportamento. Igualmente, fornece refutações à conceituação inadequada de racionalidade econômica como se fosse assentada num cálculo de preferências entre dores e prazeres, bem como a análise dual entre indivíduo e sociedade (contexto natural e social) e não culturalmente específica levada a cabo nas investigações. Por fim, também, destaca-se sua análise de que as mudanças econômicas sob o capitalismo eram parasitas dos

¹¹² No original: “[t]he individual mind is important because only the individual mind is the organ of modifications in traditions and institutions, the vehicle of experimental creation.”

avanços ocorridos na ciência natural, fruto da inteligência coletiva organizada, sem a qual não teriam ocorrido.

Ainda em relação a Dewey, cabe mencionar que, segundo alguns comentadores, como Camic (2020), Dugger (1979b), Edgell (2001) e Hodgson e Knudsen (2010), Veblen utilizou *insights* pragmatistas deweyanos em seu trabalho. De fato, parece haver conexão com a ênfase vebleniana nas causas eficientes e não nas causas finais e formais que são relevantes para um mundo fechado, entretanto a eficácia causal está no grupo para Veblen, enquanto para Dewey ela se encontra na ação individual.

Outro ponto de aproximação é o conceito deweyano de hábito que se assemelha ao de Veblen como uma tendência ou predisposição de ação adquirida e não de comportamento explícito,¹¹³ bem como a concepção de que as instituições mudam servindo às condições mutáveis das circunstâncias.

Sem embargo, procedeu-se a leitura de trabalhos da fase inicial de Dewey (Gomes, T., 2018), que se estende dos primeiros textos até a publicação de *Studies in logical theory* (1903), em especial, do artigo *The reflex arc concept in psychology* (1896), visando constatar alguma possível influência significativa na formulação teórica vebleniana. Todavia, não foram encontradas referências textuais a Dewey nas obras consultadas de Veblen, a não ser uma discussão em linha com os argumentos deweyanos sobre a teoria do "arco-reflexo" presente em *The preconceptions of economic science III*, de 1900.¹¹⁴

No artigo de 1896, Dewey (1896) defende que o estímulo fisiológico não desencadeia a ação; antes, é o estímulo que é explicado pela ação, numa interação com o ambiente. Trata-se de uma crítica à concepção dualista estímulo e resposta ou sensação e movimento, uma teoria psicológica de partes desconectadas – antecedentes e consequentes – do comportamento como resposta a um estímulo. Arguiu que sensações e respostas devem ser entendidas como tarefas ou funções dentro de um processo, de todo concreto a partir da experiência orgânica. Há, portanto, um círculo coordenado de fases funcionais correlatas e simultâneas e não um arco de existências separadas, de etapas discretas e apartadas, argumenta Dewey.

¹¹³ Na literatura especializada, Hodgson (2004d, 2006b, 2006c, 2010b) interpreta a compreensão de Veblen sobre hábito como próxima a de Dewey, enquanto Araz e Aydın (2021) e Lawson (2015c), por exemplo, divergem de tal posicionamento por entenderem a posição do institucionalista original de hábitos como formas estabelecidas de comportamento desencadeadas por condições relevantes. Por fim, Rutherford (2022) refere que Veblen compartilha algumas características com Dewey, mas sua visão básica da ciência não era instrumental, o que o levou a não ter interesse em reforma prática que viria de processos evolutivos que superassem a disciplina da vida.

¹¹⁴ O conceito "arco-reflexo" tem origem na fisiologia e foi introduzido, por volta de 1830, pelo médico e neurologista Marshall Hall (Dewey, 2022).

Veblen (1900) refere que a teoria "arco-reflexo" é uma sequência causal contínua em termos da atividade de vida do organismo. A conduta humana como uma reação (resposta) do organismo sob estímulo (resposta) é um tropismo, sem embargo também um hábito e um processo de vida autodirecionado e seletivo do agente dentro do complexo de forças que compõem o ambiente circundante, diferente da resposta da doutrina psicológica hedonista que a formulava em termos dos determinantes causais da ação. Para Veblen, em consonância com Dewey, a ação explica a motivação, em vez dos motivos explicarem a ação. Ou na forma vebleniana, a concepção psicológica anterior da natureza humana era formulada em termos das causas para a ação, já na concepção psicológica de base biológica é formulada segundo a personalidade humana.

Por outro lado, como visto, no trabalho *Studies in logical theory*, Dewey (1903) expôs conclusões instrumentalistas da sua versão do darwinismo, ao interpretar o progresso da ciência como um processo de reajustamento da experiência, de substituição da lógica formal pela psicologia, entendido como uma história natural do pensamento humano. O autor retratou os atos individuais como integrados e contínuos que se ajustam e se reconstituem dinamicamente em resposta a estímulos presentes e experiências passadas. Tal comportamento também se aplica à investigação, pois o pesquisador se depara com um estímulo ou problema repleto de compromissos presentes e de experiências passadas. Argumentou, também, que o julgamento é o problema central da lógica que não pode ser separada da psicologia. Os julgamentos são experienciais e é nesse sentido que a realidade é definida.

Embora autores como Tilman (1998) refiram que nenhuma conclusão da relação intelectual possa ser tirada, a análise cronológica das obras dos autores indica que, ao contrário do exposto por Camic (2020), Dugger (1979b), Edgell (2001) e Hodgson e Knudsen (2010), a influência principal é inversa, de Veblen para Dewey.¹¹⁵ Por exemplo, a crítica de Dewey sobre a natureza humana falha da teoria utilitarista só foi plenamente desenvolvida, em 1922, com *Human nature and conduct: introduction to social psychology*, enquanto a de Veblen já tinha sido totalmente estabelecida no artigo *Why is economics not an evolutionary science?*, de 1898.

Dewey também fez uso da terminologia “capitães da indústria” como grandes executivos em todos os ramos de negócio, um traço pessoal a partir de funções sociais,

¹¹⁵ Comentário de Dewey a Dorfman (1934) afiança esse ponto, ou seja, de que não deve ter contribuído para com Veblen em qualquer coisa, a despeito de que algumas das distinções desse autor foram “bastante fundamentais” no seu próprio trabalho.

que dominam além da técnica, os meios de luxo e de exibição que são admirados por uma camada social menos afortunada (Dewey, 1922a). A distinção vebleniana entre economia pecuniária e industrial, bem como o conceito de "sabotagem da produção" (Dewey, 1963) ou "lazer vicário" (Dewey; Tufts, 1909) também foram utilizados por Dewey.¹¹⁶

Isto posto, Veblen, além de considerar aspectos psicológicos nitidamente de natureza biológica, como sua discussão dos instintos,¹¹⁷ adotou uma abordagem antropológica ampla para compreender os aspectos muitos diferentes da experiência humana. A análise de grupos humanos do passado para entender os de hoje e a evolução dos diversos contextos sociais ao longo do tempo, que avança até a sociedade industrial moderna, são aspectos considerados em sua ontologia da realidade socioeconômica.

2.3.5 Peirce, James e Dewey: a tradição inicial do pragmatismo

Como visto acima, o pragmatismo é uma tradição filosófica com identidade própria, concentrada no futuro e não no passado, com os grandes temas e argumentos como questões em aberto, em construção. Se no final do século XIX, foi desenvolvido como um movimento filosófico sobre o significado de termos e conceitos que faziam sentido ante a realidade, expandiu suas análises para problemas como verdade, conhecimento e experiência. No século seguinte, as reivindicações distintas sobre ciência, lógica, natureza, mente, método filosófico e os limites da própria filosofia fizeram parte do trabalho de diversas correntes pragmatistas.

No presente século, a grande variedade de pesquisas filosóficas explora o conteúdo, a natureza e as perspectivas mais importantes da filosofia contemporânea. São exemplos as discussões presentes no pragmatismo ambiental, que vai além da ética e dos problemas do meio ambiente, tendo como foco a ação de políticas e práticas para a área, no pragmatismo feminista, cuja atenção está centrada no debate das questões, por exemplo, de gênero e desigualdade,

¹¹⁶ Nesse livro de 1909, Dewey e Tufts utilizaram como referências bibliográficas os livros *The theory of the leisure class*, de 1899, e *The theory of business enterprise*, 1904, de Veblen. Os autores oferecem uma leitura a partir das diversas teorias e metodologias contrastantes para identificar, descrever e resolver problemas, afirmando que o conflito entre essas abordagens se resolve na prática e em contextos específicos e não teoricamente. Importa mencionar, também, que Dewey e Tufts distinguem três estágios da conduta humana que permitem o desenvolvimento moral, racional e social dos indivíduos como um processo que se repete continuamente: (i) a atividade instintiva, um reflexo hereditário; (ii) o controle consciente que permite deliberação, escolha e desejo; e, (iii) o hábito, uma atividade inconsciente ao longo das linhas estabelecidas pela ação anterior. O ponto de partida para cada repetição posterior não é o instinto hereditário, mas os hábitos que foram formados anteriormente.

¹¹⁷ Veblen não reduz a ação humana à base instintiva do comportamento humano, tão pouco, tenta reduzir ela à vida social (Kilpinen, 2004). Veblen entendia instinto e hábito como fundamentos necessários da razão (Hodgson, 2006c).

e no pragmatismo político, como análises sobre justiça social e valores democráticos (Aikin; Talisse, 2023; De Waal, 2022; Pihlström, 2024; Shook, 2023).

Pelo exposto, constata-se que os pragmatistas fundadores não conceberam uma essência única do pragmatismo. Em Peirce, a filosofia desenvolve uma concepção abrangente do mundo e da relação do homem com ele, uma atividade deliberada e direcionada a propósitos, enquanto para Dewey é um método para lidar com os problemas humanos, tendo dedicado mais tempo ao estudo das questões sociais que partem da ação do indivíduo, como educação democrática e ética pragmática. Mas foi com James que o pragmatismo ganhou destaque, mesmo que nem sempre favorável, um relato da verdade assentado num empirismo radical na medida em que não toma nada como garantido, aceitando os fatos finitos e experimentados como dados.

Dessa maneira, o pragmatismo foi marcado por tensões existentes a partir das diferentes abordagens que foram desenvolvidas, por exemplo, por Peirce e James. Peirce fazia uso do termo *pragma* como comportamento geral e deliberado que implica a determinação de crenças, enquanto que, para James, a ação possui uma consequência futura particular.

Peirce preocupava-se em garantir que os conceitos fizessem sentido, para tanto elaborou uma teoria do significado relacionando o sentido de uma ideia como algo objetivo que existe independentemente das crenças de qualquer indivíduo em particular. A essência da crença é o estabelecimento de um hábito e as diferentes crenças distinguem-se pelos múltiplos modos de ação a que dão origem. Com o filósofo uma perspectiva sobre a ciência e a investigação, mas também com as formas de estar no mundo, de conhecer a realidade que habitamos.

James, por outro lado, relaciona o significado de uma ideia estritamente a sensações e reações particulares. Para o filósofo, o pragmático está interessado nos efeitos que podem ser concebidos para fazer uma diferença prática, em vez daqueles que são de mero valor teórico. Defendia que as concepções da razão têm relevância secundária em comparação com a realidade dos fatos, dado que devem ser contabilizadas pelas consequências específicas de fatos concretos. Outro tema foi a mente como instrumento dinâmico e funcional de adaptação ao ambiente. Para o autor, o pragmatismo é, primeiro, um método, e, depois, uma teoria da verdade.

Dewey, por sua vez, estava interessado na ação prática humana com consequências futuras dentre de um fluxo complexo e mutável de experiências. Nessa realidade, os hábitos antes fixados dão lugar a capacidades que se reajustam e redirecionam diante dos problemas e questões que se colocam pelas circunstâncias cambiantes. A ciência, assim como a filosofia, deveria mudar para compreender tal realidade. Contudo, as circunstâncias podem mudar, ainda assim a natureza humana permanece a mesma.

Para o autor, a diferença entre as sociedades deve ser explicada em termos de hábitos adquiridos e não dos costumes ou de uma base original de instintos. Os fins ou as consequências são determinados pelos hábitos, que se modificam e se aperfeiçoam, e pela força das circunstâncias. Instintos e hábitos são os principais determinantes da ação prática humana. O que move o agir é a dúvida real, assim a investigação surge das necessidades visando a soluções, conclusões e julgamentos para transformar a situação problemática inicial. Na filosofia de Dewey, portanto, a investigação é o conceito fundamental da lógica e da teoria do conhecimento.

É necessário um método de diagnóstico e prognóstico das diversas maneiras de lidar com tal mundo aberto. O conhecimento é o saber considerado como uma mudança em uma realidade, tendo como centro da investigação a experiência e como método empírico aquele das ciências naturais, que por unir experiência e realidade, é genuinamente científico.

Tal método é o pragmatismo assentado na psicologia cuja natureza tem bases biológicas, um método da experiência em sua totalidade – crenças, verdades, ideias e objetos. A ciência é social, um processo aberto, crítico, cooperativo e consensual com consequências culturais. Além disso, o behaviorismo foi uma grande influência no instrumentalismo deweyano do início do século XX, pois apenas fenômenos observáveis e mensuráveis são passíveis de investigação verdadeiramente científica, rejeitando a análise de processos mentais não observáveis (Hodgson, 2004c).

Em comum entre os três filósofos pragmatistas, o entendimento que não há espaço para a dicotomia entre teoria e prática. Mesmo as questões científicas ou filosóficas essencialmente teóricas são examinadas à luz de suas conexões potenciais com a ação prática humana (Hands, 2001; Pihlström, 2024). Também, a evolução como continuidade da e na mudança.

Por outro lado, se Peirce era essencialmente um lógico, tendo inclusive desenvolvido novos sistemas de sintaxe e conceitos lógicos, e estava interessado em clarear noções e significados em prol do estabelecimento de hábitos generalizados e universais, James e Dewey eram humanistas e defensores de uma filosofia em bases psicológicas de natureza biológica.

Se Peirce é devedor da tradição transcendental de Kant, James e Dewey são herdeiros do empirismo britânico de Locke e Hume, dentre outros, no sentido de que as crenças devem ser fundamentadas, verificadas ou responsivas à experiência. Além disso, Dewey seguiu Hegel quanto à dissolução de qualquer tipo de dicotomia.

Em relação a Kant, James entendia que se devia abandonar as abstrações do sistema kantiano. Dewey foi ainda mais hostil, pois a filosofia devia seguir os métodos

experimentalistas da ciência natural moderna, rejeitando a antiga busca por verdades eternas (Pihlström, 2006).

Não obstante, o pragmatismo é uma forma reinterpretada do kantismo, em vez de ser um quadro filosófico inteiramente antikantiano, pois, partilha vários problemas e pressupostos cruciais com a filosofia crítica de Kant, em especial, a tensão entre realismo e idealismo e a primazia da prática no sentido ético do filósofo alemão (como visto em 2.2.1, acima). Partilham, também, uma forma de fazer filosofia preocupada em compreender a existência humana nas suas diversas dimensões a partir da perspectiva do agente (Pihlström, 2006, 2010).

O kantismo e o pragmatismo se constituem num meio termo crítico entre extremos unilaterais como racionalismo e empirismo, determinismo e liberdade ou idealismo e realismo. Nesse sentido, não existe uma realidade absoluta que pode ser conceituada ou conhecida, mas um mero limite entre pensamento e existência. Se o kantismo representa uma síntese entre racionalismo e empirismo, da mesma forma, a tradição pragmatista rejeita tais dicotomias filosóficas padrão. Como observa Shook (2023), o estático e separável é substituído pela atividade e pela relacionalidade.

Com o pragmatismo a investigação do mundo humano que emerge de práticas dos indivíduos e da sociedade, não como uma mera metodologia de pesquisa, mas um método de investigar as características de um mundo em constante mudança a partir dos resultados práticos concebíveis. A análise ontológica da estrutura da realidade em geral com base nas condições da experiência possível, aprofundando a compreensão da vida humana. Com o pragmatismo, não apenas uma perspectiva teórica sobre a ciência e a investigação, mas também das formas de estar no mundo e de conhecer a realidade em que se encontra e que ajuda a construir e a transformar indefinidamente.

No pragmatismo a realidade, a ação humana, a ciência e a investigação são empreendimentos que emergem a partir de uma perspectiva histórica, social e economicamente contextualizada. O pragmatismo é, portanto, fundamentalmente social (Hands, 2001).

A partir do exposto, pode-se afirmar que Peirce, James e Dewey são realistas no sentido de que as coisas concretas têm efeitos e consequências reais na conduta do indivíduo e na ação social. Em Peirce, a concepção de realidade não é dada antes da investigação reflexiva; surge como significado racional a partir dessa, quando a crença da comunidade é fixada. Entretanto, tal racionalidade não é aquela do idealismo ou do tipo transcendental, mas assentada

na lógica da ciência e da experiência. A ênfase está em padrões e hábitos universais e gerais alcançados pela comunidade de investigadores.

Já a noção da realidade de James converge com a do empirismo britânico, dado que as coisas presentes de forma sensível ou relações de sentido comum, como lugares, distâncias, gêneros ou atividades são compreendidas a partir da experiência pura. Com o pragmatismo jamesiano, tem-se uma teoria que tem a verdade como fundamento da realidade e as consequências práticas como método de interpretação, sem a necessidade de dogmas ou de doutrinas. A ênfase está nas consequências particulares experimentadas, uma orientação psicológica emergindo da ação intencional humana, por conseguinte uma abordagem mais individualista do que a de Dewey.

Para Pihlström (2004), a versão do realismo de Dewey era mais próxima a de James, além de ter rejeitado a interpretação lógica e não psicológica do pragmatismo de Peirce, por outro lado, defendia uma posição similar a desse autor em relação à orientação social do pragmatismo e ao avanço do conhecimento científico. Embora os pressupostos do pragmatismo deweyano fossem realistas, pois se apoiavam em fatos e coisas reais, mesmo que fossem elementos psíquicos, contudo deveriam possuir caráter prático, além de estar interessado nos consequentes e nas possibilidades de ação.

Em síntese, não parece haver diálogo com a ontologia da realidade e com o método de Veblen a partir do pragmatismo de James e de Dewey. Por outro lado, há evidências de que a ciência como atividade coletiva e de racionalidade evolutiva de Peirce, e seu pragmatismo como método de pensamento e investigação, fundamentam a ontologia vebleniana.

Na próxima seção, serão discutidas três tipologias de realismo contemporâneas que vêm dando suporte à resignificação da ciência econômica ou, pelo menos, trazendo para o debate a adequação dos métodos empregados ante o objeto de estudo socioeconômico: o realismo científico de Uskali Mäki; o realismo crítico de Tony Lawson; e o realismo evolucionário de Geoffrey Hodgson.

2.4 REALISMO E A ECONOMIA CONTEMPORÂNEA

Niiniluoto (2002) menciona que o termo “real” deriva do latim “*res*” e se aplica tanto no sentido concreto quanto no abstrato, enquanto que o vocábulo “realidade” se aplica à totalidade das coisas reais. Seguindo o autor, a palavra “realismo” consiste numa doutrina filosófica sobre a realidade em algum dos seus aspectos que sustentam uma variedade de tipos de realismo.

Niiniluoto divide a filosofia e, portanto, os problemas do realismo em seis áreas: (i) ontológica que estuda a natureza da realidade, especialmente os problemas relativos à existência; (ii) semântica que analisa a relação entre linguagem e realidade; (iii) epistemológica que investiga a possibilidade, as fontes, a natureza e o alcance do conhecimento humano; (iv) axiológica que trata dos objetivos da investigação; (v) metodológica que examina os meios de obtenção do conhecimento; e, (vi) ética que se preocupa com os padrões das ações humanas e dos estados alternativos possíveis.

As relações entre tais disciplinas são o ponto de partida fundamental da divisão das escolas filosóficas e fonte de debate entre realistas e antirrealistas, isto é, entre aqueles que entendem que existe ou não um mundo independentemente da mente humana, respectivamente.

Conforme Daniel Hausman (2008), os realistas científicos defendem que a ciência deve descobrir novas verdades sobre o mundo e explicar os fenômenos, além de fazer previsões precisas, estando sujeitas à revisão e correção com o crescimento e aprimoramento da ciência. Já os antirrealistas consideram os objetivos da ciência como exclusivamente práticos, antecipando e controlando os fenômenos (conhecidos como instrumentalistas) e discordam dos realistas, principalmente, sobre se os inobserváveis postulados existem, se as afirmações são verdadeiras ou falsas, e se as evidências observáveis podem estabelecer afirmações sobre os inobserváveis.

A existência de objetos e fatos independentemente do que alguém diga sobre eles caracteriza o realismo (Miller, 2021). Seguindo Daniel Hausman (1998a), o realismo sustenta que entidades ou propriedades de algum tipo existem ou são reais, ou que alguma classe de proposições é verdadeira. Se, como visto na subseção 2.1.1., a formulação de Aristóteles toma a ontologia como “primeira filosofia”, portanto, antecedente à epistemologia, Kant rejeita tal abordagem ao propugnar que a tarefa primária da filosofia é analisar a possibilidade e as condições do conhecimento que são inatas à mente humana (seção 2.2). Por outro lado, a tradição pragmatista de Peirce definiu a realidade e a verdade pelo consenso da comunidade científica, colocando a epistemologia antes da semântica e essa antes da ontologia (seção 2.3 da presente Tese).

Existem diversos tipos de realismo e, dessa forma, numerosas correntes realistas, ainda assim um ponto comum a todas é a proposição de que existe uma realidade objetiva exterior ao cientista (Fucidji, 2013 Mäki, 1996). Enquanto Devitt (1991) propõe que a questão ontológica do realismo deve ser resolvida antes de qualquer questão epistêmica ou semântica devendo-se manter, tanto quanto possível, tais problemas conceitualmente separados, Niiniluoto (2002)

refere que isso não implica que se possa ou deva resolver a questão ontológica antes de qualquer questão epistêmica ou semântica ou que se deva eventualmente evitar doutrinas híbridas.

Como ciência social, a economia estuda as motivações, razões e causas da ação e do comportamento humano na esfera socioeconômica, nesse sentido a prática científica se destina a diversos fins.

Para Carl Menger, por exemplo, à economia cabiam os objetivos de explicação de eventos e de regularidades passadas, a previsão de eventos futuros e ajudar na tomada de decisão de políticas (Menger, 1985).

Veblen (1898b, 1898c, 1899a, 1899b, 1899c, 1900, 1906a, 1909), por sua vez, entendia que a ciência econômica deveria analisar a realidade socioeconômica como em contínua mudança cumulativa, evolucionária, de forma holística – natureza e homem, investigando instintos, hábitos e instituições.

Friedman (1953), a seu turno, referia que tudo que precisava ser feito em economia era o desenvolvimento de uma teoria ou uma hipótese que produzisse previsões válidas e significativas, mesmo que não fossem verdadeiras, sobre fenômenos ainda não observados, ou seja, uma ciência exclusivamente preditiva.

Já Lawson (1997) entende a explicação como único objetivo da economia visando descobrir ou identificar as condições que impedem uma sociedade baseada no florescimento humano generalizado (*Erasmus Journal for Philosophy and Economics – EJPE*, 2009).¹¹⁸

Sob qualquer dessas visões, a adequação a tais fins deve ser avaliada, o que pressupõe análise dos pressupostos e a forma como é a realidade.¹¹⁹

Nesse sentido, a economia dominante, por conta dos pressupostos e axiomas idealizados, abstratos e falhos, como o individualismo, o agente maximizador, o bem-estar medido pela satisfação de preferências, o equilíbrio competitivo do mercado, a defesa implícita de princípios morais contestáveis, a preocupação com resultados e não com processos, culturas ou instituições sociais (Hausman, D., 2001, 2021b; Hausman; McPherson, 2006; Hodge, 2007; Hodgson, 2001a, 2004c; Lawson, 1997, 2003, 2004; Samuels, 1995; Veblen, 1898b, 1899a, 1899b, 1900, 1909), não tem servido para mitigar a miséria dos países subdesenvolvidos e,

¹¹⁸ Em entrevista para o *Erasmus Journal for Philosophy and Economics*, em 2009, Lawson refere que a ênfase dos economistas no sucesso preditivo de teorias e modelos, bem como nos resultados de testes econométricos para analisar a realidade aberta pela teoria dominante constitui, “[...] em última análise, uma forma aberrante de comportamento que por si só requer uma explicação, provavelmente psicológica.” [No original: “[...] ultimately an aberrant form of behaviour that itself requires an explanation, probably a psychological one.” (*EJPE*, 2009, p. 107)]

¹¹⁹ Daniel Hausman (2001) defende que, independentemente da busca desinteressada do conhecimento puro ou da busca prática de previsões que sejam úteis, os economistas precisam procurar as causas das coisas.

dentro desses, dado o enorme aumento das desigualdades na riqueza e no rendimento, como é o caso no Brasil, conseguido propor políticas que diminuam a distância entre faixas de renda e os diferenciais de acesso à cidadania.

Ao querer mais da ciência econômica, os realistas pretendem compreender a realidade dos problemas econômicos mais importantes, inclusive dar conta de mecanismos, processos e sistemas, e estabelecer o método científico que corresponda à natureza dessa realidade, estando em conformidade com a estrutura de um mundo imensamente complexo, além disso visando a reorientar a economia e mostrar as possibilidades de provocar mudanças substantivas na sociedade. É o que será discutido nas próximas subseções.

2.4.1 O conceito geral e algumas tipologias do realismo contemporâneo em economia

A realidade socioeconômica é um domínio com processos específicos de emergência, múltiplos níveis, caracterizado pela abertura, mutabilidade, dinamismo e aleatoriedade, no qual operam diversos mecanismos causais, além de contextos imprevistos, incertos e circunstanciais. O acesso às propriedades constitutivas dessa realidade envolve um esforço de compreensão que contempla ideias, concepções, expectativas e teorias.

Para Bhaskar (2009a) qualquer posição filosófica que afirme a existência de algum tipo de entidade, como universais, objetos materiais, leis causais, números, probabilidades, proposições, constitui uma abordagem realista.

Suposições ontológicas sobre se a realidade existe, e quais são as características mais gerais e como são as relações entre esses objetos, plasmam, norteiam e delimitam o esforço dos pesquisadores em explicar ou tentar compreender, pelo menos, o mundo que os rodeia por meio da elaboração de ideias, teorias, conceitos, ferramentas, métodos e arcabouços epistemológicos resultantes de um conjunto de preocupações. Tais suposições são possibilitadas pela existência de ferramentas ou de métodos específicos e multifacetados, contudo nem sempre são fáceis de identificar, distinguir e diferenciar.

Todas as formas de realismo dão ênfase à ontologia. Enquanto a ontologia das ciências naturais preocupa-se mais com a teoria e com os testes teóricos, portanto com a descrição e a explicação da realidade desde que seja possível verificá-la empiricamente, a ontologia das ciências sociais, também, enfatiza as teorias, porém é mais vaga sobre como as teorias podem ser testadas – as teorias são aceitas, rejeitadas ou modificadas com base em algum julgamento estatístico (Williams, M., 2016).

Em economia, o realismo é uma tentativa de explicar a realidade socioeconômica e a verdade sobre entidades independentemente de teorias científicas e é uma reação à tradição popperiana, que vigorou na ciência do século XX,¹²⁰ uma doutrina filosófica que pretendia oferecer uma base epistemológica-metodológica sólida para as ciências dispostas e capazes de aderir aos rigores do método científico, por meio da ênfase na confirmação, no dedutivismo e no falsificacionismo que levam a um conhecimento apenas conjuntural (Caldwell, 1994; Hausman, D., 2008, 2021a; Mäki, 2002a, 2021; Peter, 2001).¹²¹

Mäki (1996, 1998, 2008a) refere que os economistas utilizam o termo realismo para se referir a uma suposta propriedade das teorias e representações, como modelos e seus pressupostos, não usando o vocábulo em sentido filosófico padrão. Por outro lado, os filósofos usam o termo para denotar certas teses e teorias filosóficas preocupando-se com uma variedade de questões, tais como a existência (conexões causais, possibilidades e estruturas sociais, por exemplo), com as noções de referência e verdade, com as reivindicações epistêmicas de conhecimento e com os objetivos da ciência (em fornecer explicações causais, por exemplo).

Para o realismo existe um mundo externo, incluindo o mundo social, independente do observador e do conhecimento, da percepção ou da concepção humana, todavia é possível apreender suas estruturas e propriedades, diferindo do antirrealismo que nega a existência de um mundo exterior independente da mente.

O realismo contempla formulações ontológicas, semânticas ou epistêmicas. Na primeira, o realismo é do tipo “X existe” ou “X é real”, podendo ser em relação a universais (platônico ou aristotélico) ou particulares (nominalista), sobre objetos de percepção sensorial (senso comum), coisas concretas (materialista) ou ideias (idealista), quanto a teorias científicas (científico), relativamente a ente como ficção (ficcionalista) ou acerca de ferramentas úteis para a ação (instrumentalista) (Bunge, 2002; Mäki, 2008a).

De acordo com o realismo, na sua dimensão semântica, as afirmações sobre objetos, fatos, processos, propriedades e relações científicas, de entidades observáveis ou não observáveis, são interpretadas literalmente como tendo valores de verdade, sejam verdadeiros ou falsos (Chakravartty, 2017).

¹²⁰ Para Daniel Hausman (2008), Carl Hempel representa o melhor desenvolvimento sistemático da explicação científica no século passado a partir de dois modelos: o modelo dedutivo-nomológico e o modelo indutivo-estatístico. O primeiro consiste numa afirmação que é deduzida de um conjunto de afirmações verdadeiras que incluem essencialmente pelo menos uma lei. O segundo, preocupa-se com explicações probabilísticas e tenta estender a intuição básica do modelo dedutivo-nomológico.

¹²¹ Para Caldwell (1994), a economia como uma ciência positivista é uma ilusão. Para Mäki (2021), os quadros falsificacionista de Popper e do progresso (revisão constante da ciência) de Lakatos foram deixados para trás.

Nesse tipo de formulação, o realismo parte do questionamento quanto ao significado do “existe” e do “é real”. Se tal existência é independente da mente humana tem-se uma formulação que restringe o escopo do realismo ao mundo material, portanto não acomoda qualquer forma de realismo das ciências sociais, inclusive o da ciência econômica, e das coisas que são tratadas como expectativas, funções e instituições (Mäki, 2008a).

Por fim, o realismo como doutrina epistêmica é dizente à ideia de que “X” é conhecido ou pode ser conhecido, incluindo como se analisa a própria ideia de conhecimento e como os meios de aquisição de entendimento são desenvolvidos (Mäki, 2008a). Portanto, nessa dimensão o realismo está comprometido com a ideia de que as afirmações teóricas constituem conhecimento do mundo (Chakravartty, 2017).

Para Peter (2001), os defensores do realismo na economia partilham da noção de que o conhecimento é socialmente construído, falível e historicamente situado e que a economia dominante negligencia o impacto nas explicações a partir de considerações ontológicas. Segundo Mäki (2021), a economia é um campo com uma estrutura institucional e cultural que molda o seu funcionamento, portanto requer-se entendê-la como uma atividade social, para daí compreendê-la em suas práticas, estilos, sucessos e fracassos em termos de formulação de políticas.

Mäki (2008a) comenta que economistas, como John Stuart Mill, Karl Marx, Nichols Kaldor, Ronald Coase e Milton Friedman, utilizaram uma ou outra dessas formas de realismo, eis que para eles a realidade econômica tem uma estrutura objetiva existente e suas teorias econômicas representam alguns dos aspectos importantes dessa realidade.¹²² Hodgson (2001a) vai ao ponto de dizer que alguma versão do realismo filosófico é inevitável em todo discurso científico, em especial, para o desenvolvimento de uma economia crítica e historicamente fundamentada, contudo não se deve aceitar a versão do realismo empírico, por exemplo, o da Escola Histórica Alemã.

¹²² Bunge (2002) defende que o realismo de Milton Friedman era do tipo ficcionista, pois as premissas de um argumento na teoria econômica não precisam ser verdadeiras, sendo que apenas suas consequências importam, visão compartilhada por Caldwell (1994). Mäki (1998, 2012b) refere que tal argumento tem sido interpretado como sendo típico do instrumentalismo irrealista por abstrair características essenciais da realidade complexa e que tal interpretação é devida ao modo confuso e ambíguo do texto. Na verdade, Mäki propõe uma leitura realista do argumento de Friedman em *The methodology of positive economics* (1953) que serviria para modelar fenômenos reais isoladamente. Para Lawson (EJPE, 2009), Friedman era realista sobre eventos e modelos, e até mesmo sobre mecanismos causais, mesmo que algumas formulações sejam irrealistas para o sucesso preditivo. Para uma interpretação instrumentalista de Friedman (1953) ver Daniel Hausman (2008), que considera esse trabalho como o mais influente sobre metodologia econômica do século XX, ou Cavalcante (2015), que classifica a proposta de Friedman como fundamentada numa ontologia empiricista, embora não constitua uma alternativa filosófica em si, mas concebida, apenas, como metodologia a ser seguida, uma síntese de ideias lógico-positivistas.

Entre os projetos de realismo em economia desenvolvidos recentemente estão as pesquisas de Uskali Mäki (por exemplo, Mäki, 1996, 1998, 2001a, 2002b, 2008a, 2008b, 2011a), que se baseia em diversas fontes filosóficas como Rom Harré, Mario Bunge, Hilary Putnam e Roy Bhaskar (EJPE, 2008),¹²³ e a de Tony Lawson, que tem inspiração no sistema filosófico de Roy Bhaskar e forte implicação crítica à economia ortodoxa (por exemplo, Lawson, 1997, 2003, 2004, 2009a, 2012, 2015a, 2016a).

Como contraponto a Mäki e Lawson, Daniel Hausman (1998a) refere que os programas “realistas” de ambos os autores sugerem que as investigações concorrentes não são realistas ou não são o suficiente, muito menos que não há uma escola antirrealista de metodologia econômica. Conforme o crítico, as questões epistemológicas que dividem realistas de antirrealistas são muito menos prementes na economia do que na física, por exemplo. Tratam-se de programas ambíguos que insistem na importância de mecanismos e relações não observáveis, contrafactuais ou subjacentes em vez da realidade de entidades ou propriedades não observáveis. A questão não é se deve ser realista ou não, entretanto o que se deve fazer a partir das peculiaridades da economia.¹²⁴

Para o crítico a formulação particular de Lawson corresponde a uma falsa dicotomia na ciência econômica: ou se busca exclusivamente regularidades excepcionais (correlações) entre eventos observáveis ou se aceita o realismo crítico. Tal metafísica controversa fundada nos três domínios ou categorias – experiências, eventos e estruturas (ou mecanismos) subjacentes – distrai o cientista, segundo Daniel Hausman, pois não são distintos nem exaustivos. Para esse autor, o realismo crítico de Lawson é uma variante insustentável da filosofia da ciência de Bhaskar e de seu realismo transcendental ao desviar de questões reais por visar a identificar estruturas e mecanismos que podem não ser detectáveis na observação passiva, mesmo que em combinação gerem os dados que os humanos observam.

Por outro lado, o realismo científico, conforme Hausman, concilia proposições sobre os objetivos da ciência com teses ontológicas sobre a existência de não observáveis, como entidades e propriedades, argumentos semânticos sobre o significado e as condições de verdade das afirmações sobre inobserváveis, além de reflexões epistemológicas sobre a possibilidade de reunir evidências sobre inobserváveis. O realismo de Mäki, continua o crítico,

¹²³ Em entrevista (EJPE, 2008), Mäki refere que foi influenciado pelo vocabulário presente nos dois primeiros livros de Bhaskar *A realist theory of science* (1975) e *The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences* (1979). Posteriormente, o abandonou por ser simplista para o seu projeto de filosofia realista da economia. Acresce que, anos mais tarde, Lawson passou a utilizá-lo em argumentos que distorceriam os fatos sobre a economia.

¹²⁴ Para respostas a Hausman veja Mäki (2000, 2008a) e Lawson (2008).

pode ser mais bem entendido como uma exploração de detalhes das teorias econômicas à luz de uma variedade de visões realistas no sentido de perguntar se as entidades postuladas por teorias científicas existem e se as afirmações sobre elas são verdadeiras. Contudo, seguindo Hausman, cabe à ciência e não ao realismo científico determinar quais teorias são verdadeiras e quais entidades existem.

Kuorikoski e Ylikoski (2012) referem que as diferenças cruciais entre Lawson e Mäki dizem respeito à metodologia filosófica e à estratégia retórica e não a alguma posição ontológica ou epistemológica. Para os autores, há uma diferença filosófica mais profunda. Em Lawson, o realismo se refere a um sistema abrangente de pensamento que possibilita uma teoria sistemática da ciência. Por outro lado, em Mäki, o realismo se relaciona a um conjunto mais limitado de teses filosóficas sobre a existência de objetos independentemente da mente, em relação ao conceito de verdade e a possibilidade de alcançar veracidades sobre o mundo e que tal visão realista precisa ser reconhecida em sua argumentação, mas, apesar disso, comporta muitas maneiras de ser realista a depender dos detalhes da argumentação filosófica. Comparativamente, a posição de Mäki é muito mais aceita por filósofos profissionais do que o corpo teórico de Lawson, entretanto as nuances e distinções, que podem levar à perda da mensagem por conta dos detalhes, tornam a sua aceitação mais difícil entre não filósofos, complementam os autores.

Dentro do quadro conceitual de Pratten (2007) o realismo mínimo de Mäki é um projeto de metafísica interna, pois não envolve o compromisso com alguma ontologia social em particular; compreende o relato preciso dos pressupostos ontológicos de teorias econômicas particulares e dos compromissos ontológicos de economistas específicos, assim oferece espaço limitado à crítica substantiva. Lawson, por sua vez, vai além da metafísica interna, ao argumentar por uma ontologia social particular, aberta, processual e interconectada, preocupando-se em descobrir métodos explicativos adequados a tais condições.

Nas duas próximas subseções as posições de Mäki e Lawson serão detalhadas.¹²⁵ Em comum, o entendimento de que o principal problema na explicação econômica tradicional é a negligência quanto às considerações ontológicas em relação ao papel e à interpretação da realidade e da verdade. A articulação e a avaliação desses programas de pesquisa moldam e remodelam cada vez mais a atividade teórica-explicativa em economia e servirão para a análise

¹²⁵ Para outras avaliações comparativas dos programas realistas de Lawson e Mäki, além do texto seminal de Daniel Hausman (1998a), ver Boylan e O'Gorman (1995), Deichsel (2011), Hands (2001) e Hodge (2007), por exemplo.

da ontologia evolucionária crítica vebleniana, cujo desenvolvimento se constituiu no fundamento da ressignificação da ciência econômica.

Cabe referir que, dadas as extensas publicações de e sobre Mäki e Lawson, nesta área, foi dada atenção ao trabalho dos próprios autores, e não ao de seus críticos, portanto, a abordagem será necessariamente seletiva na descrição das principais ideias e argumentos em cada caso e, eventualmente, das diferenças básicas entre eles.

O trabalho de Mäki, um filósofo com forte interesse em economia em vez de um economista com interesse em filosofia, tem servido para alargar e refinar o conceito de realismo nas mãos dos filósofos, além da sua aplicação em economia, acostumada à filosofia da ciência e à metodologia de “segunda mão” das ciências naturais. Mäki e seu projeto de realismo científico metacientífico pretende fazer a diferença nas práticas de investigação em economia, em especial a explicação econômica, um dos temas pouco aprofundados pela corrente econômica estabelecida, contudo parecer estar mais inclinado a aceitar as contribuições convencionais ou, pelo menos, ser amplamente neutro em relação ao conteúdo e às práticas da economia ortodoxa.

Por outro lado, Lawson, um matemático de formação que depois se reformulou como economista acadêmico de tradição marxista, com o tempo, se interessou pela filosofia e pela metodologia da economia, especialmente, sobre questões ontológicas, por exemplo, o estudo de como os métodos e os modos de raciocínio podem ser moldados para a obtenção de conhecimentos relativos à natureza do ser social. Com isso, Lawson pretende ser criticamente construtivo em relação ao estado da economia moderna e reorientar a teoria social (EJPE, 2008, 2009; Hodge, 2007; Lawson; Morgan, 2021a).

Posteriormente, será discutida uma formulação alternativa ao realismo crítico que tem por base a abordagem evolucionária darwiniana. Essa pressupõe a existência de apenas uma e mesma base ontológica e que oferece uma estrutura geral que pode ajudar a compreender todos os sistemas populacionais complexos em evolução. Trata-se do desenvolvimento em linhas ontológicas do darwinismo generalizado de Geoffrey Hodgson, um teórico eclético com uma forte preferência vebleniana por conta das bases psicológicas mais persuasivas e que faz um trabalho rigoroso sem ser expresso em linguagem formal, conquanto seja matemático e filósofo de formação (EJPE, 2010).

2.4.2 O realismo científico de Uskali Mäki

O realismo, para Mäki, é altamente relevante, pois tem a ver com os limites da economia e da sua metodologia, bem como para a filosofia da ciência ao possibilitar a análise da relação e da orientação das teorias e modelos econômicos com a realidade, que é extremamente complexa, variada, multifacetada e composta por múltiplas estruturas profundas. Para que os métodos sejam adequados e confiáveis, o realismo permite que correspondam à natureza dessa realidade, estando em conformidade com a estrutura do mundo.

Conforme Mäki (2000, 2001a, 2005a, 2009, 2011a), para que um economista possa avaliar crítica e substantivamente as teorias econômicas sobre aspectos da realidade, buscando verdades significativas, relevantes e possíveis no domínio econômico, deve-se partir de uma ontologia que oriente a concepção, os pressupostos subjacentes e a direção da investigação. Nesse aspecto, o realismo ontológico faz diferença para tal esforço científico e sua avaliação, moldando, determinando e restringindo o que os economistas estão argumentando, esclarecendo, ou o que deveriam explicar.

Todavia, aprofundar e sistematizar a compreensão da estrutura e funcionamento da realidade também depende dos interesses cognitivos dos pesquisadores e das suas capacidades. Além disso, os cientistas praticantes não são filosoficamente inocentes por possuírem compromissos ontológicos em relação a aspectos economicamente relevantes ou, em outros termos, têm sua própria visão de mundo.

Para Mäki (1998, 2012a), os constituintes básicos do domínio da economia são acessíveis pela experiência do senso comum, isto é, entidades que são percebidas facilmente, eis que não é necessário recorrer à disciplina científica para se ter uma visão, mesmo que parcial, de como a economia funciona. Entretanto, há outras entidades que são acessíveis, além da percepção, como expectativas e preferências, como o processo funciona ou como os constituintes (estruturas) causais operam. De outro lado, “[a] economia principal não tem sido muito forte no tema da mudança social.” (Mäki, 2002a, p. 21, tradução própria)¹²⁶

Seguindo Chakravartty (2017), os diferentes compromissos do realismo científico compartilham a noção de que as melhores teorias científicas fornecem descrições verdadeiras, ou muito próximo disso, de aspectos observáveis e não observáveis da realidade.

Na visão de Mäki (1998, 2011a), o realismo científico é a visão dominante na filosofia da ciência, embora não seja uniforme, tendo como objetivo a interpretação filosófica de termos

¹²⁶ No original: “[m]ainline economics has not been very strong on the theme of social change.”

teóricos indispensáveis e factualmente referenciais. O que deve importar para o realista é a verdade significativa, a verdade sobre o essencial de uma situação, suas propriedades, estrutura e funcionamento.

Contudo, Mäki (1996, 2008a) aduz que a tese fundamental do realismo ontológico como uma doutrina filosófica precisa ser ajustada para ser aplicada na economia. As teorias, modelos, métodos da economia e, até mesmo, seu status como ciência é contestado, já que “[...] é um fracasso no que diz respeito ao seu contato com o mundo real [...]” (Mäki, 2002a, p. 3, tradução própria)¹²⁷ no que concerne ao fornecimento de informações sobre verdades relevantes sobre a realidade – uma impotência quanto à explicação, previsão e controle do funcionamento do complexo, diverso e múltiplo sistema econômico.¹²⁸ Para Mäki (2005a), as principais questões ontológicas na ciência social atual não são sobre a existência dos objetos e propriedades representados por seus teorias, mas sim sobre o seu papel causal e relevância no funcionamento dos sistemas sociais.

Entender como funcionam os modelos econômicos é tarefa da semântica, da epistemologia e da metodologia que abordam questões de verdade, conhecimento e métodos para testes.¹²⁹ Já a investigação de como funciona a economia como disciplina acadêmica necessita da análise das restrições institucionais e dos incentivos comportamentais sendo escopo da retórica,¹³⁰ da sociologia e da “economia da economia”.¹³¹ Porém, a questão de como funciona a economia e o que é relevante em termos causais, é tarefa da ontologia da economia (Mäki, 2002a).

Para o autor, são possíveis diversas ontologias em economia, como a baseada no individualismo ontológico ou no processo causal, que tem por característica o

¹²⁷ No original: “[...] it is a failure in so far as its contact with the real world is concerned [...]”.

¹²⁸ Uma “ciência sombria” (Carlyle), uma “ciência oculta” (Sismondi) ou “economia do quadro-negro” (Coase) caracterizada por uma impotência autista, estreita e voltada para dentro, em relação às questões do mundo real, uma ficção, em outros termos (Mäki, 2002a).

¹²⁹ Via de regra, os modelos são uma simplificação e idealização de fatos econômicos com objetivo de isolar dependências causais no processo real - elementos-chave, isolando o restante, mesmo que sejam fatores contribuintes ou interferentes e mesmo que as conexões sejam relevantes. Nesse sentido, Solow (1997) leciona que um bom modelo gera compreensão com um pequeno número de fatores causais, mesmo que isso signifique ter interesse maior no método do que na substância. São modelos que parecem verdadeiros no abstrato, mas falsos no concreto, mesmo que haja uma sequência evolutiva de modelos e técnicas de modelagem (Mäki, 2002a).

¹³⁰ Peter (2001) menciona que a retórica também é uma alternativa à tradição positivista dentro da economia. A posição da retórica é defendida pelo trabalho de McCloskey (1983, 1994) e parte da ideia de que as teorias são aceitas ou rejeitadas com base na persuasão dos argumentos apresentados em seu apoio ou de forma contrária, por meio de metáforas, figuras de linguagem, apelo à autoridade, constrangimento social etc. Contudo, para Mäki (2012b), enquanto as crenças podem ser manipuladas pela retórica, as verdades e a realidade não. Para Daniel Hausman (2017, 2021b), numa crítica contundente, o trabalho de McCloskey propõe o abandono de toda a reflexão metodológica normativa.

¹³¹ No original: “economics of economics”.

relacionamento com outras ciências sociais, atores e argumentos filosóficos. Atributos como relevância, confiabilidade, coerência e sistematicidade são propriedades de uma ontologia da economia (Mäki, 2002a).

Tal campo de investigação lida com tipos de entidades observáveis ou do senso-comum, como bens, crenças e instituições, como moeda e empresas, portanto, a utilização do termo realismo por economistas não é problemática em relação à existência e à representação referencial das características dessas entidades, ao contrário da física, por exemplo, que lida com entidades não observacionais, como os campos eletromagnéticos, elétrons, fótons e quarks. Além disso, os conceitos de existência independente da mente e existência externa – como o caso da formulação mais abstrata do realismo científico de que “X existe” – “[...] não são suficientes para acomodar a ontologia das teorias econômicas, uma vez que essas teorias tipicamente invocam entidades mentais e sociais.” (Mäki, 1996, p. 428, tradução própria)¹³²

Para o autor, os economistas usam o termo realismo para atribuir propriedades às suas representações econômicas, como modelos e seus pressupostos (concorrência perfeita, maximização do lucro e informação completa dos agentes etc.), pouco importando se realmente existem. Bastam que tais suposições sejam utilizadas para construir teorias ou modelos que forneçam boas previsões, como proposto por Friedman em *The methodology of positive economics*, de 1953.

Por outro lado, a utilização por filósofos designa a investigação de questões, tais como, existência (de universais, mentes, conexões causais, estruturas sociais, e assim por diante), de relações entre a linguagem e o mundo (exemplificadas pelas noções de referência e verdade), de reivindicações epistêmicas quanto ao que existe, dos objetivos da ciência, e assim por diante (Mäki, 1998).

Desse modo, os economistas utilizam o termo realismo para uma suposta propriedade das teorias, de forma ambígua, portanto, enquanto que os filósofos o usam para denotar uma teoria das teorias (Mäki, 1998, 2002b, 2008a, 2008b, 2012b). Para Mäki (2008b), portanto, há uma grande descontinuidade terminológica entre as duas disciplinas.

Mäki (1988b, 1998) sugere a adoção do termo “*realisticness*” para os economistas, entendido como as propriedades relevantes das representações teóricas comentadas por economistas e filósofos da economia, enquanto o termo “*realism*” seria de uso daqueles que, como os filósofos, o empregam para designar certas teses e teorias filosóficas. O autor dá alguns

¹³² No original: “[...] are not suficiente to accommodate the ontology of economic theories, since these theories typically invoke mental and social entities.”

exemplos de propriedades relevantes atribuídas às teorias econômicas pelo uso de “realisticness”, como uma teoria, modelo ou seus elementos, se referir ou deixar de aludir a algo que existe ou a algo observável e se captam os fatores explicativos mais importantes (Mäki, 1998).

Para Mäki (2009) não há problema em modelos ou suposições irrealistas, quando visam isolar possíveis efeitos sobre as variáveis em estudo que almejam fornecer informações verdadeiras sobre o mundo real, portanto o foco da crítica não deve residir no nível de descrição filosófica geral do método, mas sim como esse é utilizado, se o uso é restrito ou não e quais os resultados que produz. Tal posição não é assumida por Tony Lawson (1997, 2009).

Deichsel (2011) refere que a abordagem de Mäki pode ser descrita como “de baixo para cima” por não invocar conceitos filosóficos externos para criticar a economia, não obstante por tentar compreender, justificar e/ou esclarecer, primeiramente o que os economistas estão a fazer antes de procurar uma interpretação realista para isso. Seguindo Deichsel, Mäki assume pragmaticamente uma posição realista por temer que a desistência do realismo seria pior para a ciência econômica.

Tal versão do realismo é baseada em uma teoria da verdade por correspondência, pois argumenta que a boa ciência busca teorias que são verdadeiras por equivalerem à realidade, no caso da economia, em sua maior parte, por lidar com entidades observacionais ou de senso comum (estruturas e experiências), familiares da experiência cotidiana, tanto prática quanto conceitualmente, como empresas, famílias, dinheiro, preços, salários, impostos, preferências e expectativas, costumes e normas, funções e rotinas. Os sentidos comuns são experimentados, o que envolve introspecção, inferência, interpretação, além de significados culturalmente estabelecidos (EJPE, 2008; Mäki, 1996, 2000).

Para Mäki (1998, 2000, 2002b), grande parte da filosofia e metodologia recentes da economia, como as defendida por Bhaskar, tem seguido uma abordagem “de cima para baixo” impondo regras prescritivas e categorias descritivas, com a investigação se constituindo na aplicação de uma teoria filosófica pronta ao caso especial da economia.¹³³ Pelo contrário, há que ter uma atitude crítica, criativa e sensível às características peculiares da economia, além de uma abordagem dialética em que conceitos filosóficos são elaborados e adequados tendo em vista as informações empíricas sobre a realidade da economia (Mäki, 2002b).¹³⁴

¹³³ Lawson (2003), que tem sido acusado de empregar métodos de cima para baixo, assim como o realismo crítico, defende que o problema não é adotar práticas ou ideias de domínios externos, mas sim impô-las no domínio de interesse sem avaliar a sua relevância.

¹³⁴ Mäki (2002b) aceita o rótulo de alguns críticos em relação ao seu trabalho como característico da abordagem “de baixo para cima”, mas afirma que a totalidade da sua obra condiz com a abordagem dialética. Por outro lado,

Em vez do realismo científico abstrato e global mais comum, que toma emprestadas ideias e recursos da literatura filosófica geral e as aplica diretamente à economia de forma acrítica, Mäki defende que se deve buscar um realismo científico duplamente local, ou seja, de escopo estreito e amplo, tornando o próprio conceito de realismo sensível às características específicas dos vários ramos da ciência.¹³⁵

Ser realista científico é ser realista em relação à ciência, e baseado numa estratégia ascendente, um sistema emergente de conceitos e de aprendizagem empírica, ditar normativamente que as verdades sobre o mundo real devem ser perseguidas. Para tanto, deve-se adicionar restrições – como alinhamento da teoria e modelos com a visão de mundo (restrição ontológica) – para que seja possível fazer afirmações sobre a aquisição real da verdade. Para o autor, a prática científica não é filosoficamente vazia ou neutra – as questões filosóficas envolvidas podem ser relevantes para a própria investigação científica, ou para as imagens culturais mais gerais da ciência, nada obstante não se deve ficar limitado a tais questões (EJPE, 2008; Mäki, 2000, 2005a).

Mäki (2005a) toma o realismo como uma doutrina ontológica, com a semântica e a epistemologia sendo importantes, todavia não constitutivas do conceito central de realismo. Mäki (2008b) refere que o realismo ontológico é sempre sobre relações e processos causais, naturezas e necessidades, partes e todo, estados materiais e mentais, indivíduos ou instituições sociais, sendo que há dois requisitos para que uma posição seja qualificada como realista, em especial para a sociedade e para as ciências sociais.

O primeiro é uma “existência irreduzível”, ou seja, para o autor o realismo ontológico exige que as afirmações sobre existência sejam entendidas literalmente e não reduzidos a elementos de nível mais básico para que possam ser apreendidos. Por exemplo, a análise causal no realismo ontológico é tomada pelo seu valor nominal, isto é, literalmente uma questão de causar, produzir, inibir etc., assim, a investigação em termos causais como uma noção irreduzível, e não apenas que existem porquê no mundo, regularidades empíricas ou conjunções constantes de acontecimentos observáveis.¹³⁶

no texto de 2009, *Realistic realism about unrealistic models*, forneceu sua história intelectual e, entre os pontos destacados, anui com a definição do seu realismo científico como sendo uma abordagem “de baixo para cima”.

¹³⁵ Assim como sua decepção com a terminologia de Bhaskar, o projeto de aplicar Popper e Lakatos à economia não o entusiasmava, fazendo-o perceber que não havia nada disponível na literatura filosófica que pudesse ser diretamente aplicável a um assunto tão complexo e peculiar como a economia – a filosofia da economia precisava ser atualizada, para Mäki (EJPE, 2008).

¹³⁶ Daniel Hausman (2008) comenta que uma teoria causal da explicação é vazia sem uma teoria da causalidade e que, mesmo com essa, se está na superfície quando se sustenta que explicar é citar, apenas, uma causa.

O segundo é a “existência independente” que, de maneira usual no realismo ontológico, é ser independente da mente humana, o que em ciências humanas sociais é problemático, pois há dependência da mente dos indivíduos. Além disso, objetos sociais são dependentes de representações sobre eles, portanto requer independência científica não causal, isto é, não serem criados pela teorização científica.¹³⁷

Mäki (2008b, 2011a), dessa forma, separa a independência da ciência em “independência constitutiva da ciência” e “dependência causal da ciência”. A ciência molda as visões de mundo e as tecnologias na sociedade, e estas, por sua vez, moldam o comportamento das pessoas e das instituições sociais.

Para o autor, as questões sociais são causalmente dependentes da ciência – chamada de “influência causal”, sendo que os canais de conexão, como os decisores políticos, trabalhadores e consumidores, também são dependentes da ciência (teorias, explicações e, até mesmo, previsões). Desse modo, tal dependência causal pode ser acomodada pelo realismo científico já que a ciência não é feita fora da sociedade, ou seja, faz parte da realidade social.

Assim, segundo os termos propostos por Mäki, a construção de teorias para um realista não equivale à construção do mundo, entretanto uma boa ciência social deve esclarecer os papéis que as ideias científicas desempenham no mundo social.

Para o autor, então, a realidade social é moldada e dependente das crenças e expectativas dos indivíduos, de objetivos e desejos, acordos e desacordos, significados e suas interpretações, costumes e convenções, nada que seja independente da mente. O realismo científico mínimo em economia, segundo o autor, deve insistir que os itens denotados pelas teorias econômicas existam constitutivamente de forma independente da ciência.

Mäki (1996, 1998, 2002b) refere que um realismo sobre a economia tem que empregar um conceito diferente de existência, pois a economia trata de entidades que não existem independentemente da mente, inclusive abarcando conteúdo da própria mente humana.¹³⁸

O realismo ontológico na economia e em outras ciências sociais envolve o debate de saber se existem objetos, tais como universais e particulares, essências e aparências, entidades materiais e mentais, observáveis e inobserváveis, regras e padrões coletivos de comportamento, dinheiro e direitos de propriedade, que são importantes para estudar teorias sociais e econômicas de um ponto de vista realista.

¹³⁷ Exemplificativamente, desenvolver uma teoria dos ciclos econômicos não cria, apenas por esse fato, ciclos econômicos (Mäki, 2008b).

¹³⁸ Preferências e expectativas são dependentes da mente humana, assim como fenômenos econômicos ou instituições são causalmente dependentes de entidades mentais.

A questão passa a ser como representar, nas teorias econômicas, a explicação de fenômenos sociais e instituições resultantes de projetos não intencionais das ações humanas mediadas por um mecanismo social. O ponto não é formular uma versão de realismo científico, mas sim desenvolver uma economia totalmente diferente (Mäki, 1996).

O sucesso tecnológico de teorias é entendido quando são bem-sucedidas na previsão e no controle dos fenômenos. Contudo, é fato histórico que a economia não tem alcançado tal sucesso, com os economistas praticando sistematicamente o que pode ser chamado de método de isolamento teórico. Mäki explica que esse método se dá a partir de suposições idealizantes da realidade, pelo qual um sistema de fatores é isolado das influências do resto do universo, como nos modelos de economias fechadas ou sem governo (Mäki, 1996, 2008b). Por exemplo, o raciocínio abduativo característico de grande parte da modelagem teórica em economia não é inferência para a melhor explicação, mas sim inferência para uma possível explicação, se encaixando bem numa concepção do realismo científico mínimo de teorias e de modelos que têm chance de serem verdadeiros, conforme Mäki (2012b).

Outro conceito central para o realismo científico, que é aplicado com dificuldade na economia, é o da verdade, argumenta Mäki (2008b), já que os modelos, por não reproduzirem toda a complexidade da realidade ou por partirem de suposições falsas, são entendidos como falsos.¹³⁹

Para o autor, a crença na falsidade dos modelos é falsa, desde que se adote a perspectiva realista da ontologia da verdade, isto é, a verdade como uma propriedade dos portadores de verdade. Nesse sentido, os criadores de verdade precisam ser reais, que existam de forma independente e sem serem dependentes da ciência de forma não causal, ou seja, como já mencionado acima, os mecanismos e fenômenos econômicos existem independentemente da existência de modelos.

Para Mäki (2011a) há três concepções do realismo científico que fixam antes os principais conteúdos antes de aplicá-lo à economia: a ingênua, a bhaskariana e a convencional da filosofia da ciência. A primeira, é que boas teorias e modelos contêm apenas afirmações verdadeiras sobre a realidade, apesar disso o irrealismo de teorias e modelos não implica automaticamente o não realismo como filosofia sobre eles.

A segunda concepção é a de Roy Bhaskar denominada de “realismo crítico” e que foi recepcionada na economia por autores como Tony Lawson. Nessa versão sustenta-se uma

¹³⁹ Para Mäki (2002a) os fatos são o que acontece na realidade e são eles que tornam verdadeiras as afirmações. Essa alegação adquire tal caráter por estar numa relação adequada com os fatos do mundo.

preocupação com a ontologia e com a teorização de mecanismo causais em sistemas abertos e, com base nessa ontologia prefixada, critica-se a economia *mainstream* por não ser realista dado seus modelos de regularidades de eventos em sistemas fechados – em termos estocásticos, mais observações, melhor ciência.

Quanto a esse ponto, Mäki critica a proposta do realismo crítico, porque não se pode confundir modelagem de sistemas fechados com ontologia de sistemas fechados ou com regularidades humeanas entre eventos observáveis. Uma segunda discordância de Mäki diz respeito ao realismo crítico incorporar ontologias muito específicas de causalidade e sociedade, além de métodos específicos de fazer pesquisa que acabam por desviar o foco de atenção de questões centrais ao realismo como as relacionadas à existência e à verdade. Em outro trabalho, Mäki (1996) também critica a definição de realismo de Tony Lawson por não ser muito apropriada para a economia: "[...] há um mundo material e social que existe independentemente de qualquer consciência individual [...]" (Lawson, 1989a, p. 61, tradução própria).¹⁴⁰

Para superar tal dificuldade, Mäki (2011a) propõe um quadro filosófico que seria apropriado para lidar com as incertezas do domínio econômico: o realismo crítico autêntico. Tal quadro estaria de acordo com a tradição do realismo crítico que é diferente da versão bhaskariana. Pela concepção de Mäki, o foco está na complexidade e na reflexão crítica, gerando conhecimento a partir da interação entre sujeito e objeto. Considera, também, a diversidade disciplinar e social (instituições, regras, estruturas de incentivos, divisão do trabalho intelectual etc.), os desvios e erros que possibilitam e restringem a investigação e a divulgação dos resultados dos esforços científicos.

Por fim, a terceira concepção do realismo científico citada por Mäki (2011a), é o realismo convencional da filosofia da ciência que define o realismo em termos de verdade sobre inobserváveis e o justifica pelo sucesso preditivo e tecnológico enquanto ciência, tal como acontece com a física e a teorização sobre elétrons e quarks, contudo, tal raciocínio parece inadequado para as disciplinas das ciências sociais, como a economia, que trata de sistemas complexos e difíceis de controlar.

A questão do realismo na economia está centrada na representação e na verdade, enquanto a existência e a referência devem ser consideradas como relativamente não problemáticas. Qualquer modelo econômico diz respeito à economia, ou a aspectos limitados dessa, como finanças públicas ou mercado de trabalho e não a toda a sociedade, portanto cobre

¹⁴⁰ No original: “[...] there is a material and social world that exists independently of any individual consciousness [...]”.

apenas um pequeno subconjunto de todas as causas que influenciam os fenômenos e suas implicações sobre esses eventos, assim estão fadados a ser imprecisos (Mäki, 1996, 1998). Uma boa teoria é realista no sentido de que contém uma verdade significativa, que representa verdadeiramente a maneira como o domínio relevante do mundo funciona – se ela captura os principais elementos dos processos causais e os mecanismos responsáveis por seu funcionamento.

Portanto, Mäki (1996, 2011a, 2012a) sugere uma relativização do realismo científico usando algumas das características específicas da economia como evidência de apoio, sem divergir de alguns princípios mínimos fundamentais do realismo, chamado pelo autor de “realismo científico mínimo”.¹⁴¹

Nesse sentido, tal realismo não insiste na noção de entes inobserváveis, além de evitar ser específico sobre os tipos de coisas que são consideradas para sua existência ou restritivo sobre se os existentes são objetos, propriedades, relações ou processos econômicos. Tal proposta deve considerar, também, a existência independente da mente humana de uma forma minimalista, bastando sugerir que os itens do mundo existem ou que há uma chance de existirem de forma independente da ciência, o que denota um tipo de ceticismo que acontece também com a teoria ser ou não verdadeira. Por fim, o realismo científico mínimo não exige que a ciência seja retratada como uma história de sucesso incontroversa em termos preditivos e tecnológicos.

Dessa forma, “[o]lhar para a economia do ponto de vista do realismo científico é perguntar (entre outras coisas) se a disciplina – ou as suas partes, tais como os seus modelos e métodos – tem uma oportunidade de adquirir informações verdadeiras sobre o mundo real.” (Mäki, 2021, p. 11, tradução própria)¹⁴² Nesse sentido, no realismo científico sobre a economia, as verdades significativas sobre o mundo real devem ser perseguidas.

Além disso, Mäki propugna que as questões relacionadas com pressupostos, modelos e o seu realismo permaneçam no centro do campo da investigação econômica, bem como mais estudos sobre causalidade econômica sejam feitos. Para o autor, a explicação econômica é um dos temas pouco investigados e muito mais deve ser feito sobre o assunto (EJPE, 2008).

A proposta de Mäki de uma versão reduzida do realismo científico acomoda a economia como ciência passível de explicar, pelo menos, algo – verdadeiro, relevante, significativo,

¹⁴¹ No original: “minimal scientific realism”.

¹⁴² No original: “[L]ooking at economics from the point of view of scientific realism is to ask (among other things) whether the discipline – or its parts, such as its models and methods – has a chance of acquiring truthful information about the real world.”

perseguido – da realidade econômica e social. Nessa proposta, formulações típicas do realismo científico deixam de ter relevância como a existência de entidades independentemente da mente, inobserváveis e sucesso alcançado como ciência, mesmo que provável.

Entram em cena, a independência da ciência, o senso comum e a possibilidade de sucesso como ciência, o que acabaria por dar relevância e aplicabilidade do realismo científico para a economia, indo além da tarefa enquanto filosofia da ciência de reconstruir e explicar racionalmente uma prática científica bem-sucedida: produzir informações verdadeiras e relevantes, social e humanamente, sobre o mundo real.¹⁴³

O realismo científico é a concepção de que a ciência descreve o mundo real, ou de outra forma, que o mundo é realmente como a ciência o considera. Por outro lado, deve-se manter presente a distinção entre o que é a concepção da realidade e o que a realidade realmente é, pois o conhecimento científico sobre o mobiliário real falha em dar uma imagem verdadeira dele. Tal ciência sobre a realidade não é definitiva.

Em síntese, o esforço intelectual de Mäki tem sido nos campos da filosofia da ciência, filosofia da economia e da metodologia econômica, em especial, a partir de diferentes fontes filosóficas. Seu trabalho, ao longo do tempo, se destaca pelas contribuições para a tarefa de esclarecimento terminológico e conceitual, tendo ajudado a transformar a filosofia da economia numa disciplina distinta.

Assim, Mäki tem se proposto a analisar as contribuições das economias austríaca, institucional e convencional em termos do realismo científico, bem como a consistência de e entre elas, cingindo-se, principalmente, à metateoria interna às teorias para que, de alguma forma, reflitam algumas das características peculiares da economia. Suas análises levam em conta as prescrições metodológicas no sentido de uma explicação sistemática, consistente, descritivamente adequada e normativamente viável.

O autor oferece argumentos para raciocinar sobre a construção de modelos econômicos e questões epistêmicas de maneira rigorosa em busca da verdade parcial, embora seu projeto, em termos críticos, é mais neutro no que concerne às críticas à economia dominante, quando comparado, por exemplo, ao projeto de realismo de Tony Lawson. Enquanto Mäki entende que

¹⁴³ Mäki (1993, 2021) discute a utilização pelos economistas de uma teoria da coerência da justificação e de uma teoria da verdade por correspondência e, com isso, faz uso da linguagem como representação, destacando o papel de elementos de retórica e persuasão que agem na formação das crenças dos economistas. Tal trabalho de Mäki é destacado por comentaristas como Caldwell (1994) e Peter (2001) por integrar um projeto maior de construção de uma filosofia realista na economia exposto na presente subseção desta Tese, sem embargo concorda-se que a crítica e a controvérsia são geralmente consideradas como propulsoras da evolução intelectual.

a modelagem econômica, incluindo pressupostos irrealistas, os testes econométricos de teorias e previsões falsas, pode ser reconciliada com sua versão do realismo, desde que sirva para isolar os mecanismos econômicos mais importantes de uma forma que resulte em melhor compreensão da realidade, Lawson, não (Fucidji, 2012; Kuorikoski; Ylikoski, 2012; Mäki, 2008a). É o que será visto, a seguir.

2.4.3 O realismo crítico de Tony Lawson

O projeto do realismo crítico oferece uma concepção e análise da natureza da realidade, tanto natural quanto social. Tal realidade é constituída por objetos estruturados, que são irreduzíveis aos acontecimentos da experiência, e intransitivos, que existem e agem independentemente de sua identificação.

É caracterizado de forma distinta pelos autores que o discutem, contudo há um núcleo comum em relação aos resultados da pesquisa científica, tanto no que diz respeito aos elementos observáveis como aos não observáveis do mundo, e tais aspectos refletem as capacidades sensoriais humanas. Collier (1994) refere que as intervenções do realismo crítico como programa de pesquisa, embora não completo, ajudam a manter abertura à crítica e ao desenvolvimento, nas ciências humanas como na linguística, psicanálise, economia, biologia, ecologia e feminismo.

Dentre os diferentes projetos de realismo filosófico e, mais especificamente, dentre os programas que reconhecem a investigação da ontologia dentro da ciência econômica, está a proeminente contribuição de Tony Lawson, que ganhou destaque como crítico da economia convencional, da modelização matemática e da econometria, como ferramentas padrão do profissional para a análise social, dado o descompasso perante o objeto de estudo – a realidade social.

2.4.3.1 A virada ontológica do realismo crítico

Lewis (1999) afirma que a ciência sob o realismo crítico se debruça sobre um mundo estruturado, no sentido de que são irreduzíveis aos acontecimentos da experiência, e intransitivo, no sentido de que existem e agem independentemente de sua identificação. A realidade, sob o realismo crítico, também é constituída pelas entidades, estruturas, mecanismos não observados e, talvez, até inobserváveis, que, existindo e agindo independentemente do conhecimento dos cientistas sobre eles, governam eventos e estados de coisas observáveis.

O realismo crítico sustenta que o mundo real existe independentemente das percepções, linguagem ou imaginação dos indivíduos, não o limitando a fatos empíricos. Mais, reconhece que parte desse mundo consiste em interpretações subjetivas que influenciam a forma como é percebido e experimentado (O'Mahoney, Vincent, 2014).

Representa uma possibilidade de fronteiras não rígidas entre o realismo e o antirrealismo, uma terceira via filosófica entre o empirismo e o idealismo. Consiste na possibilidade da compreensão dos objetos e coisas da realidade, quais os limites e possibilidades de gerar eventos, sem, no entanto, se fixar sobre os modos de conhecimento.

Groff (2004) vai além ao afirmar que o realismo crítico permite abandonar o antirrealismo sobre a causalidade que dominou a filosofia ocidental desde Hume e substituí-lo por uma alternativa viável e realista. Na acepção de Hamlin (2000), o realismo crítico inverte a primazia conferida pela filosofia moderna à epistemologia sobre a ontologia, passando a recusar a redução do mundo àquilo que se conhece ou se pensa sobre ele.

Nesse sentido, Vandenberghe (2014) refere que o realismo crítico é uma filosofia alternativa, tanto para as ciências naturais, quanto para as sociais, ao colocar as questões ontológicas em primeiro lugar. Para o realismo crítico, o positivismo não se sustenta nem nas ciências naturais, nem nas ciências sociais dada a própria natureza do mundo social, pois há dimensões específicas como o poder causal das estruturas que devem fazer parte da ontologia de qualquer ciência social adequada. Assim, o realismo crítico consiste numa plataforma filosófica única para a síntese entre a profundidade ontológica, o relativismo epistêmico e o racionalismo crítico (a crítica explicativa).

Não obstante, para Davidsen (2009), Kaidesoja (2013) e Kuorikoski e Ylikoski (2012) a proeminência nas questões ontológicas no realismo crítico redundou em que a epistemologia e a metodologia realistas críticas permaneceram subdesenvolvidas e vulneráveis a vários questionamentos como por não fornecer ideias úteis para o aprimoramento da ciência econômica que é praticada. Para os autores, para que seja possível fazer economia e, com isso, melhorar a compreensão dos fenômenos econômicos, há que se acrescentarem ideias sobre explicação, evidência e padrões epistêmicos às meras ferramentas de meta-análise na economia que é o que o realismo crítico fornece.

Nessa variante de realismo, a realidade é estabelecida em diferentes estratos (físico, químico, biológico, econômico, social etc.) e domínios (real, atual e empírico). Tais estratos e domínios interagem, possibilitando, restringindo, influenciando-se mutuamente, além de não se reduzirem uns aos outros.

O realismo crítico utiliza argumentos filosóficos para análise do objeto de investigação, por meio de pressupostos ontológicos que visam à compreensão da natureza e da estrutura da realidade, incluindo o mundo social (Bhaskar, 1998, 2008a; Collier, 1994; Lawson, 1997, 2004, 2015b; Lewis, 2011).

O investigador deve refletir sobre conceitos e termos para compreender melhor os fenômenos, considerando perspectivas, interpretações, crenças, ideias, preconceitos e pressupostos sobre que mecanismos causais específicos que podem estar atuando, que tipos de dados podem ser importantes para evidenciar tal funcionamento e como a sua existência pode ser demonstrada ou corroborada. Os pesquisadores procuram generalizar sobre proposições teóricas e, assim, aplicá-las através do tempo e do espaço, adequando-se à análise da evolução dos processos socioeconômicos.

O realismo crítico especifica as características ontológicas que uma ciência social adequada deve incluir, portanto, consiste numa abordagem filosófica normativa, embora não ao ponto de ser uma ciência baseada em regras metodológicas que fundamentam um conhecimento legítimo ou epistemicamente justificado. Nesse sentido, diverge de vários enfoques dentro da ciência contemporânea, como a sociológica, que preconiza uma abordagem simplesmente descritiva do conhecimento científico (Collier, 1994; Hands, 2004b).

Os realistas críticos partem da posição de que a intencionalidade humana é uma característica essencial de qualquer ciência social e que tal intencionalidade (crenças e desejos) conflita com noções como as positivistas ou popperianas de investigação científica, que proporcionam descrição e não explicação dos fenômenos sociais, como o patriarcado e conceitos como o da exploração. Portanto, fundamentam sua visão do conhecimento científico a partir das condições reais das teorias e práticas científicas: depende do tema, trajetória, contexto social, interesses ou preocupações da ciência em questão.¹⁴⁴

Tal abordagem não oferece ou pretende oferecer um conjunto de regras para a condução da pesquisa que visam a garantir o progresso científico. Antes, oferece princípios e diretrizes de alto nível que proporcionarão a evolução científica. Constitui-se, então, numa metateoria, na qual o compromisso ontológico é relevante por conta das consequências para as possibilidades e limites dos métodos, técnicas e análises de pesquisa que utilizam (Lewis, 2011; O'Mahoney; Vincent, 2014).¹⁴⁵

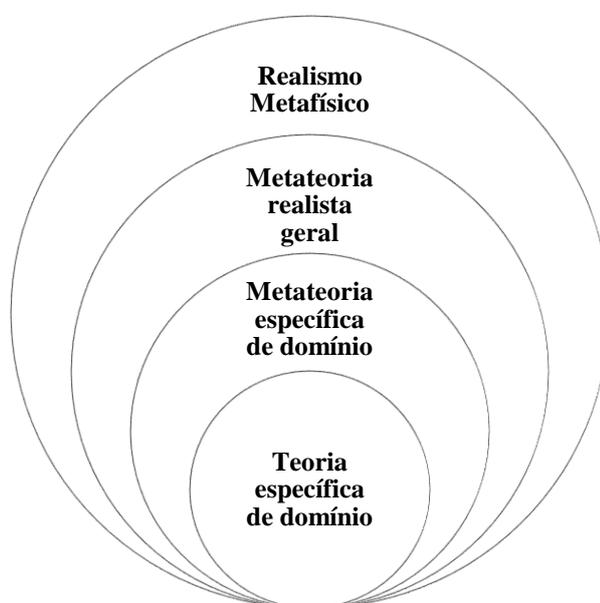
¹⁴⁴ A literatura econômica *mainstream* se baseia, em grande parte, nas abordagens metodológicas popperiana e lakatosiana, derivando seus procedimentos dos estudos filosóficos das ciências naturais sem, contudo, considerar as peculiaridades do mundo social (Lewis, 2011).

¹⁴⁵ Danermark, Ekström e Karlsson (2019) e Elder-Vass (2010) oferecem relatos acessíveis e completos sobre o realismo crítico.

Danermark, Ekström e Karlsson (2019) referem que o realismo crítico é uma filosofia que fornece diretrizes metodológicas para uma ciência social explicativa, ponto de partida para pesquisas interdisciplinares. Para os autores, a teoria desenvolvida sob o realismo crítico deve orientar a pesquisa dos fenômenos e não estar subordinada a regras metodológicas específicas de como a pesquisa deve ser conduzida.

Na figura 1 abaixo, os diferentes níveis da teoria realista, partindo da filosofia realista, passando pela metateoria realista geral e de domínio até chegar à investigação de domínio específico, mas sem assumir que a teoria fornece um caminho privilegiado, restrito ou estrito para a realidade em si.

Figura 1 – Níveis da Teoria Realista



Fonte: Adaptado de Cruickshank (2003) e O'Mahoney e Vincent (2014).

Em síntese, cada nível consiste no ou numa:

- i. Realismo metafísico sobre a existência da realidade independentemente de nossas perspectivas e ideias, sem afirmações empíricas sobre ser, portanto consiste numa proposição ontológica.
- ii. Metateoria realista geral com propriedades emergentes em sistemas abertos e com preceitos gerais sobre o ser e a relação agência-estrutura, todavia sem afirmações sobre o conhecimento (epistemológicas).
- iii. Metateoria de domínio específico, como a economia e a sociologia, com aplicação de preceitos realistas a uma pesquisa substantiva da realidade, criticando os termos de referência a partir da metateoria geral e fornecendo recursos para o desenvolvimento de

teorias específicas, sem, contudo, ser um guia definitivo de fatos conhecidos antes da pesquisa empírica.¹⁴⁶

iv. Teoria específica de domínio com pesquisa empírica e formação de teorias particulares, por exemplo, no domínio da economia, a análise realizada sobre instituições como o dinheiro, mercado, firmas ou tecnologia.

Cruickshank (2003) refere que há interdependência entre esses níveis de realismo, pois metateorias realistas são aspectos falíveis do domínio específico e o conteúdo conceitual dessas estruturas pode ser alterado à luz de investigações. Para o autor, não só as teorias específicas e a investigação empírica podem levar a mudanças nos recursos conceituais da metateoria específica do domínio, assim a metateoria geral também pode mudar de acordo com a análise reconsiderada da realidade. Os diferentes níveis estão em constante revisão e nas palavras do autor “[uma] metateoria realista não é uma afirmação a-histórica, irreversível e definitiva sobre o ser.” (Cruickshank, 2003, p. 145, tradução própria)¹⁴⁷

Portanto, a ciência social envolve teorias que combinam alguns princípios gerais com um domínio específico de análise, entretanto a questão é a base teórica que articula tais combinações (Hodgson, 2001a).

Conforme Hands (2004b, p. 294, grifo do autor, tradução própria), “[...] embora o realismo crítico tire sua inspiração filosófica da filosofia ‘transcendental’ da tradição kantiana [...]”¹⁴⁸ não apoia a visão naturalista de que as ciências sociais e naturais partilham o mesmo quadro explicativo básico.

Os argumentos transcendentais apoiam a teoria ontológica no cerne do projeto realista crítico para tornar explícito algum conhecimento ou para tornar claros conceitos relativos às concepções do mundo dos indivíduos e à realidade. Tal mundo é em grande parte estruturado (regras, relações e posições sociais, como as existentes entre empregado e empregador), segmentado e orientado para práticas sociais que, muitas vezes, não mudam (algumas características estáveis e duradouras para informar e orientar as decisões das pessoas), enquanto que os indivíduos e suas ideias mudam.

Reconhece-se que o mundo social é aberto – um conjunto complexo de influências que mudam tanto temporal quanto espacialmente –, com poucas regularidades e eventos estáveis,

¹⁴⁶ Bhaskar (2008a) chama as ontologias específicas de domínio de “ontologias científicas”. Já Elder-Vass (2007a) as denomina de “ontologias regionais”.

¹⁴⁷ No original: “[a] realist meta-theory is not an ahistorical, unrevisable and definitive claim about being.”

¹⁴⁸ No original: “[...] even though critical realism draws its philosophical inspiration from ‘transcendental’ philosophy of the Kantian tradition [...]”.

assim a maior parte da estabilidade no mundo social encontra-se em regras e instituições sociais que geram um conhecimento não empírico, tácito, isto é, são ontologicamente irreduzíveis a regularidades nas ações das pessoas.

Nesse sentido, as regras sociais são ontologicamente distintas das práticas sociais e são utilizadas quando as pessoas agem, moldando a conduta sem fixa-la com precisão.¹⁴⁹ Em tal mundo social, holístico, relacionado internamente, inerentemente dinâmico e processual, as causas são múltiplas, internas e externas, e sujeitas à ação humana (Hamlin, 2000; Lawson, 1997, 2003; Lewis, 2011; O'Mahoney; Vincent, 2014).

Para o realismo crítico as estruturas sociais e os agentes humanos são entidades ontologicamente distintas, embora mutuamente dependentes e relacionadas, sendo cada uma delas precondição e também consequência uma da outra. Os indivíduos recorrem às estruturas sociais para agir e tal agência humana é necessária para a existência da estrutura social, conformando, reproduzindo ou transformando a realidade social como domínio de fenômenos que dependem, portanto, dos agentes (Bhaskar, 1998; Lawson, 2003; Lewis, 2011).

Hodgson (2001a) adverte que realistas, como Bhaskar e Bunge, argumentam que a sociedade não existiria sem os indivíduos e que os fenômenos sociais não são independentes dos atores sociais, contudo é importante a compreensão de que a sociedade é anterior a qualquer indivíduo.

Os realistas críticos caracterizam a explicação a partir do método abduativo (ou retrodutivo), identificando os objetos, as estruturas e as forças causais subjacentes responsáveis pelo fenômeno em questão, acrescentando teoria aos dados e, assim, explicar potencialmente mais do que os métodos dedutivo ou indutivo são capazes (Hands, 2004b; O'Mahoney; Vincent, 2014). As teorias sob o realismo crítico não deixam de ser falíveis, com seus erros podendo ser evidenciados e corrigidos eventualmente em ciclos reflexivos num processo sem fim de (re)construção do conhecimento.

Conforme Tony Lawson, a regularidade de eventos é rara fora do controle experimental e de alguma região limitada do espaço-tempo, assim os resultados estatísticos são frágeis. Além disso, os modelos teóricos formais, que postulam regularidades de eventos, no formato dedutivo-explicativo, não possuem conformidade entre os seus pressupostos ontológicos e a

¹⁴⁹ Por exemplo, embora os contratos entre as partes circunscrevam a gama de resultados que podem ser esperados no curso de uma ação, fornecendo certo grau de confiança para a tomada de decisão pelos agentes, uma ou mais partes podem renegar inesperadamente seus compromissos contratuais, portanto o futuro não é vinculado a regularidades de eventos (Lewis, 2011).

natureza do mundo real, além disso se baseiam na confiança da lógica pura da escolha dos indivíduos (Lawson, 1997; Lewis, 2011).

Como se pode depreender, o realismo crítico é ativamente engajado na tentativa de transformar a forma como se pensa sobre a ciência em geral se constituindo numa das viradas ontológicas da investigação social (Hands, 2004b; Lewis, 2011). A ciência econômica, dessa maneira, pode se beneficiar com uma preocupação mais explícita, sistemática e sustentada com a ontologia e com a análise da natureza do mundo social.

Törnberg (2018) refere que o realismo crítico é o denominador comum das diversas abordagens heterodoxas e trabalhos como os de Tony Lawson (2006b) e Dow (2008) apontam semelhanças ontológicas entre as mesmas.

Na economia, os esforços do realismo crítico têm sido direcionados à transformação da economia tradicional para uma alternativa comprometida com uma ontologia social adequada e que trate da transformação substantiva da realidade socioeconômica. Os realistas críticos definem a economia dominante não pelos pressupostos de racionalidade ou pela análise de estados de equilíbrio, mas pela insistência que a pesquisa só é válida se ocorrer a partir da modelagem matemática formal, pela adoção do método dedutivo e sob a condição de fechamento do mundo social.

Nesse caso, os fenômenos sociais são entendidos como regularidades de eventos a partir de conjuntos de axiomas ou padrões subjacentes decorrentes da análise estatística, além de serem dependentes de condições intrínsecas (que o objeto possuidor do poder causal em questão seja estável) e extrínsecas (que as condições externas nas quais o objeto esteja situado sejam constantes) (Bhaskar, 2008a; Lawson, 1997, 2003; Lewis, 2011; Sayer, 2000).

Segundo Lewis (2011), a posição *mainstream* confunde abstração com idealização na análise da realidade socioeconômica. Aquela consiste em focar em alguns aspectos de um fenômeno, colocando os demais na periferia da análise. A idealização, por sua vez, consiste na atribuição de características a um objeto que ele de fato não possui.

Por outro lado, a compreensão de um fenômeno social, para os realistas críticos, passa pelo estabelecimento de critérios para julgar o poder esclarecedor das explicações causais, ou seja, do modo como a interação entre a estrutura social e a agência humana o influenciou e o conformou. Nesse sentido, a análise ontológica do realismo crítico propicia à investigação econômica a identificação de métodos ontologicamente consistentes com os objetos de análise, ou seja, para que se adequem ao delineamento da realidade socioeconômica e, com isso,

seja possível reorientar a ciência econômica para uma explicação profunda e para a emancipação humana.¹⁵⁰

Tal método consiste numa mudança das abordagens da economia que adotam uma metodologia particular *a priori* em direção a uma abordagem que inclua, como elemento essencial, o esforço de moldar princípios metodológicos à luz de pressupostos ontológicos sociais obtidos *a posteriori*, buscando, assim, uma teoria realista adequada aos amplos contornos da realidade. Tal abordagem não significa uma metodologia que forneça orientações e instruções fortes ou um conjunto de regras para a condução da pesquisa pelos cientistas (Lawson, 2003; Lewis, 2011).

Como expressa Sayer (2000), o realismo crítico é compatível com uma ampla gama de métodos de pesquisa que devem ser escolhidas criticamente de acordo com a natureza do objeto de estudo e dos objetivos do que se quer apreender. Num mundo no qual os sistemas sociais são abertos, complexos, desorganizados e multifacetados, consequências não pretendidas e condições não percebidas podem ocorrer, por isso há necessidade de aprofundar o conhecimento dos objetos e mecanismos em análise, mesmo que, para isso, seja necessária certa abstração.

O realismo crítico diferencia-se, assim, de outras formas de realismo por conta da sua ênfase nas propriedades causais, nos poderes emergentes, na estratificação ontológica, na existência de entidades observáveis, direta e indiretamente, e também das não observáveis, entretanto observáveis por meio de seus efeitos. No item seguinte, será abordada a obra de Roy Bhaskar e sua importância para o desenvolvimento do realismo crítico e a influência que possui na economia e na filosofia das ciências sociais, em geral.

2.4.3.2 Realismo transcendental de Roy Bhaskar

O realismo crítico tem sido associado, especialmente, a Roy Bhaskar (1998, 2008a, 2009a, 2011),¹⁵¹ mas, também, a Margaret Archer (2000, 2002, 2007, 2013), Andrew Sayer (1992, 1995, 2000, 2013), Dave Elder-Vass (2007b, 2010, 2012a, 2019) e seus seguidores.

¹⁵⁰ Segundo a orientação de Bhaskar (2011), tal emancipação consiste na transformação estrutural da realidade e na liberdade ou emancipação das estruturas limitadoras, indesejadas ou opressoras em direção aos reais interesses individuais e sociais.

¹⁵¹ Ram Roy Bhaskar (1944-2014) formou-se em Filosofia, Política e Economia (PPE), na Universidade de Oxford, em 1966. Tendo iniciado uma tese de doutorado em economia do desenvolvimento, descobriu que a economia tinha pouco a dizer, e que o predominante modelo explicativo dedutivo-nomológico na ciência econômica, sustentado pela teoria humeana das leis causais como regularidades empíricas, não tinha aplicabilidade. Esse projeto se voltou para um doutorado em filosofia, começando com a filosofia da ciência, como uma crítica

Hartwig (2008) e Hamlin (2017) afirmam que a ontologia de Bhaskar define a realidade como um conjunto de sistemas abertos, estratificada e em constante mudança, constituindo uma alternativa tanto ao positivismo, que tende a identificar o real com aquilo que se pode conhecer empiricamente e cuja característica mais distintiva era a revogação da ontologia, do estudo do ser, suas variedades e articulações, quanto às abordagens pós-modernas, que tendem a identificar o real como mero construto social. Para Bhaskar, tais abordagens constituem ideologias filosóficas que obstaculizam o projeto de emancipação humana.¹⁵²

Vanderberghe e Pimentel (2019) afirmam que Bhaskar desenvolve uma crítica fina e final em relação ao positivismo, ao propor solução para alguns dos problemas das ciências sociais como agência e estrutura, além de formular a reconstrução racional da atividade científica ao mudar a análise da epistemologia para a ontologia. Com essa guinada ontológica questiona qual a estrutura do mundo e como ele funciona, bem como quais são os mecanismos generativos. É, portanto, uma metateoria completa, realista, relativista, racionalista, crítica e reconstrutora, dizem os autores.

Danermark, Ekström e Karlsson (2019), Hamlin (2017) e Vandenberghe (2010, 2014) referem que o trabalho de Bhaskar teve três fases ou ondas. A primeira delas, a do realismo crítico tradicional ou básico, objetivava desenvolver uma nova lógica de descoberta científica, sendo subdividida em três momentos: (i) a do realismo transcendental como filosofia realista da ciência; (ii) a do naturalismo crítico entendido como uma filosofia das ciências sociais; e, (iii) o da crítica explicativa às ideologias implícitas que impedem o pleno desenvolvimento da liberdade humana. São dessa fase, por exemplo, as obras *A realist theory of science* (1975), *The possibility of naturalism* (1979), *Scientific explanation and human emancipation* (1980) e *Reclaiming reality* (1989).

A segunda fase é conhecida como realismo crítico dialético, que teve por objetivo desenvolver a mudança da realidade como um processo em termos filosóficos, fazendo parte

das ciências sociais, orientado pelo filósofo Rom Harré. Após seu período como professor de economia no Pembroke College, em Oxford, ocupou cargos de filosofia no Linacre College, também em Oxford, Edinburgh University, Swedish Collegium for Advanced Study in the Social Sciences (SCAS), em Uppsala; e a University of Tromsø, na Noruega (Graeber, 2014; Hartwig 2008; Vandenberghe, 2016).

Hartwig (2008) afirma que Bhaskar tinha como traços pessoais o método da crítica imanente e o princípio da universalização dialética, estando muito à frente do seu tempo. Hartwig (2008, p. xxiii) destaca, também, que a tese de doutorado de Bhaskar enfrentou duas rejeições, antes da aprovação final, algo que chama de um “[...] triste episódio na história da Universidade de Oxford [...]”. [No original: “[...] sorry episode in the history of Oxford University [...]”].

¹⁵² Danermark, Ekström e Karlsson (2019) referem que Mario Bunge em *Causality and modern science* (1979) desenvolve ideias similares as de Bhaskar: organização da realidade em níveis, emergência, distinção entre um mundo real e um conceitual e crítica ao empirismo por reduzir a realidade ao observável. Comparativamente, Kaidesoja (2013) refere que Bunge apresenta noções conceitualmente mais claras de propriedade emergentes e de estrutura social que os conceitos realistas críticos de Bhaskar.

desse período obras como *Dialectic: the pulse of freedom* (1993) e *Plato etc* (1994). Consiste numa metateoria não hegeliana da dialética ao transcender as dicotomias presentes na filosofia e nas ciências humanas (Hamlin, 2017; Vandenberghe, 2010, 2014).

A terceira onda é conhecida como realismo crítico dialético transcendental ou metarrealidade cuja preocupação de Bhaskar passa a ser o da autodeterminação do indivíduo para mudar um mundo que é marcado por dualismos e de sua emancipação, passando a enfatizar o lado espiritual e subjetivo da agência humana (Danermark; Ekström; Karlsson, 2019; Vandenberghe, 2014). As principais obras dessa etapa são *Reflections on meta-reality: transcendence, emancipation and everyday life; From science to emancipation: alienation and the actuality of enlightenment*; e, *The philosophy of meta-reality: creativity, love and freedom*, todos publicados em 2002.¹⁵³

Para compreender o mundo da forma como é – natural, social, cultural e pessoal, Bhaskar propõe um sistema composto por sete domínios ou camadas inter-relacionadas do ser: (i) o nível ontológico que vê o ser como estruturado; (ii) o nível que vê o ser como um processo dinâmico; (iii) a dimensão que vê o ser como um todo de relações que ligam as partes ao todo e o todo às partes; (iv) e o nível que vê o ser como agência transformadora e dotada de reflexão, tendo a liberdade como pressuposto e fim da ação;¹⁵⁴ (v) o domínio que incorpora o elemento espiritual sobre a natureza humana e a relação dessa com o mundo natural; (vi) uma dimensão mística; e, (vii) o domínio que considera o ser como não dual (Bhaskar, 2007).

Assim, de um ponto de vista estritamente filosófico, depreende-se que o trabalho desenvolvido por Bhaskar consiste não só numa virada à ontologia, mas num aprofundamento dessa dos níveis mais inferiores até níveis místicos. Contudo, para os objetivos da presente Tese, serão analisadas as quatro primeiras dimensões ou categorizações bhaskarianas.

Conforme Collier (1994), o corpo de trabalho de Bhaskar tinha o objetivo modesto de resolver alguns problemas da filosofia da ciência, uma área especializada da filosofia, mas é mais do que isso.¹⁵⁵ Consiste num novo começo ao propor teorias que fazem afirmações sobre

¹⁵³ Vandenberghe (2014) afirma que as três fases da obra de Bhaskar evidenciam a passagem de uma ontologia materialista para uma ontologia idealista ou do realismo transcendental para o idealismo transcendental.

¹⁵⁴ Vandenberghe (2014) argumenta que nesse momento o realismo crítico de Bhaskar, em sua fase “dialética”, se transforma numa filosofia da práxis que libera os agentes da transformação das estruturas de dominação, promovendo autonomia e felicidades a todos e a cada um. Nesse sentido, para Bhaskar (2008b), o florescimento livre de cada um é condição do florescimento livre de todos.

¹⁵⁵ Hartwig (2015) define filosofia da ciência como o ramo da filosofia que lida com problemas filosóficos e fundamentais que surgem dentro da ciência. Possui duas grandes vertentes: (i) filosofia geral da ciência que se preocupa, basicamente, com a metodologia; e, (ii) filosofias das ciências individuais (física, biologia, psicologia, economia etc.). Okasha (2016) entende que a tarefa principal da filosofia da ciência é analisar os métodos de investigação utilizados nos diversos campos científicos. Por outro lado, Daniel Hausman (2008) refere que a filosofia da ciência faz parte da epistemologia, embora enfrente questões dizentes à lógica,

como o mundo é independentemente delas, teorias que podem transformar as estruturas, as práticas da realidade, evitando o irracionalismo e a concepção positivista da racionalidade, enfim, a mera redução da racionalidade ao cálculo matemático de meios ótimos.

Defende a crença de que a ciência pode dar *insights* reais sobre a natureza das coisas e no potencial da razão e da ciência para a emancipação humana e, nesse sentido, é herdeiro do Iluminismo, contudo evita o fundacionalismo que caracterizou esse movimento – a abstração de qualquer contexto histórico e cultural. Como filósofo, não está interessado nos resultados cognitivos da ciência, mas nos conceitos implícitos da prática da ciência que podem ser explicitados por meio da ontologia de tal forma que se torne o melhor relato disponível e não uma teoria final, insuscetível de revisão e melhoria (Collier, 1994).

Quanto a aplicabilidade, Collier (1994) defende que tem sido mais influente nas ciências humanas, opinião compartilhada por Hamlin (2017) e Mäki (2012b) e, mesmo que as ideias realistas críticas não sejam tão acessíveis, seus pontos de vista têm servido para o desenvolvimento de áreas como linguística, direito, economia, relações internacionais e estudos feministas, por exemplo.

O realismo crítico se baseia, sobretudo, na estrutura do realismo transcendental de Bhaskar adequado aos problemas das ciências sociais e o reconfigurado às necessidades dos interessados em economia e metodologia econômica, sendo que grande parte do debate inicial sobre o realismo crítico limitou-se à tradição marxista. Entretanto, o desenvolvimento posterior de Tony Lawson, dentre outros, transferiu o realismo crítico da esfera marxista para o domínio mais amplo da metodologia econômica e da filosofia geral das ciências sociais. Tal passagem se deu com a modificação cada vez maior dos conceitos bhaskarianos a fim de torná-los mais adequados às preocupações específicas da economia contemporânea e de outras ciências sociais (Hands, 2004b).

O termo “realismo crítico” deriva de um hibridismo entre “realismo transcendental” e “naturalismo crítico”. Bhaskar utilizou o termo “realismo transcendental” em seu primeiro livro, *A realist theory of science* (1975), enquanto a acepção “naturalismo crítico” foi introduzida na obra *The possibility of naturalism* (1979). Bhaskar (1998, p. 147, grifos do autor, tradução própria) explica esse desenvolvimento:

à metafísica, à ética e até à estética, sendo melhor compreendida no contexto da filosofia positivista e popperiana. Já Reiss (2013) aduz que os filósofos da ciência estão interessados em questões metafísicas e epistemológicas levantadas pelas ciências, portanto alarga o campo de atuação ante Hausman. Para Reis questões metafísicas são relativas à estruturação da natureza e da sociedade, como objetos, propriedades, indivíduos, leis da natureza, normas sociais e causalidade. Por outro lado, questões epistemológicas no sentido dado pelo autor correspondem às maneiras pelas quais os cientistas realizam experimentos, medições e observação.

Eu tinha chamado a minha filosofia geral da ciência de “realismo transcendental” e a minha filosofia especial das ciências humanas de “naturalismo crítico”. Gradualmente, as pessoas começaram a elidir os dois e a referir-se ao híbrido como “realismo crítico”. Ocorreu-me que havia boas razões para não contestar o híbrido.

Para começar, Kant denominou seu idealismo transcendental de “filosofia crítica”. O realismo transcendental tinha igualmente direito ao título de realismo crítico. Além disso, na minha definição de naturalismo, equivalia a realismo, pelo que qualificá-lo como realismo crítico fazia tanto sentido como qualificá-lo como naturalismo crítico. Em ambos os casos, a hermenêutica envolvida nas ciências sociais [...] era contingentemente crítica [...]. Além disso, o uso do adjetivo “crítico” em vez de “transcendental” revelou que a filosofia era crítica no sentido forte – não apenas de outras filosofias, mas potencialmente de práticas científicas, de crenças comuns e das estruturas ou circunstâncias dependentes da práxis que os sustenta.¹⁵⁶

Depreende-se que a crítica aos fundamentos, pressupostos e implicações da ontologia geral científico-natural é tarefa do “realismo transcendental”, enquanto o “naturalismo crítico” está voltado à teoria e à metodologia da filosofia especial do realismo transcendental para as ciências sociais. Conforme Peters (2019), portanto, uma via média no debate filosófico entre o conhecimento científico da natureza e da sociedade.

Assim, uma característica distintiva da abordagem realista crítica é sua dependência do chamado “argumento transcendental” para a existência de estruturas sociais. Pratten (2007) afirma que o argumento transcendental é o método que os realistas críticos utilizam para perseguir a ontologia filosófica, não concebendo um mundo como objeto de análise de maneira separada daquele investigado pelas ciências e por outras disciplinas. Antes disso, analisa a estrutura do mundo a partir do que pode ser estabelecido sobre ele com base em argumentos transcendentais.

Argumento transcendental é uma espécie de argumento retroutivo quanto à possibilidade de experimentos científicos sobre como o mundo deve ser, por exemplo, questionando o que deve ser verdade para que “X” seja possível.¹⁵⁷ A pergunta de Kant, ao contrário, consiste em como é possível o conhecimento *a priori* independentemente de

¹⁵⁶ No original: “I had called my general philosophy of science ‘transcendental realism’ and my special philosophy of the human sciences ‘critical naturalism’. Gradually people started to elide the two and refer to the hybrid as ‘critical realism’. It struck me that there were good reasons not to demur at the mongrel.

For a start, Kant had styled his transcendental idealism the ‘critical philosophy’. Transcendental realism had as much right to the title of critical realism. Moreover, on my definition of naturalism it amounted to realism, so to qualify it as critical realism made as much sense as to qualify it as critical naturalism. In either case, the hermeneutics involved in social science [...] was a contingently critical one [...]. Moreover, the use of the adjective ‘critical’ rather than ‘transcendental’ brought out that the philosophy was critical in the strong sense—not just of other philosophies but potentially of scientific practices, of common beliefs and of the praxis-dependent structures or circumstances that sustain them.”

¹⁵⁷ Em outras palavras, por exemplo, porque *A* é uma condição necessária para *B* e porque *B* é o caso, *A* deve ser o caso também.

qualquer experiência (Collier, 1994; Kant, 2012). Interessam, portanto, os argumentos e os pressupostos implícitos da atividade científica.

Por outro lado, o naturalismo consiste no problema de saber se os objetos sociais podem ser estudados cientificamente da mesma maneira que os naturais. Tal questão é o problema primordial da filosofia das ciências sociais para Bhaskar (1998) e envolve uma disputa polarizada entre a tradição naturalista, humeana e positivista, que afirma que as ciências são reais ou idealmente unificadas, e a tradição antinaturalista, que postula uma clivagem no método entre as ciências naturais e sociais que remonta a Kant e a Weber.

Nesse sentido, Bhaskar (2011) entende que a sociedade tem um estatuto ontológico peculiar, transcendentalmente real, o que a torna um objeto de conhecimento possível para nós, um conhecimento que não é natural, mas, ainda sim, científico.

Conforme Bhaskar (1998), somente com Kant é que ocorre uma distinção clara entre filosofia e ciência. Antes e depois de Kant não há tal distinção, eis que, em termos históricos, desenvolveram-se em simbiose. Mas para que a filosofia seja possível, “na prática indispensável” defende Bhaskar (1998, p. 5, tradução própria),¹⁵⁸ os caminhos kantianos devem ser seguidos, isto é, deve-se refletir sobre as condições de possibilidade do conhecimento, contudo não ao ponto de subordinar a epistemologia à ontologia como fizera Kant na *Crítica à razão pura*.

Como exposto acima na seção 2.2, em *Prolegómenos a toda metafísica futura*, Kant (1988) criticou a metafísica como uma pretensa ciência, que fica às voltas do mesmo lugar, e defendeu uma reforma completa de tal empreendimento.

As condições da possibilidade do conhecimento para Kant pressupõem que o mundo tem uma estrutura cognoscível, ordenado no espaço e no tempo, além disso, comporta-se de maneira regular, consistindo em coisas e suas propriedades que podem ser medidas e que só mudam de acordo com leis causais (Collier, 1994). Em outras palavras, as formas de intuição sensível (tempo e espaço) e categorias de compreensão (causalidade, possibilidade, realidade etc.) são fixas e universais, isto é, não suscetíveis a mudanças históricas e idênticas a todo indivíduo (Kaidesoja, 2013). Assim, Kant subordina a ontologia à epistemologia (Peters, 2019).

Todavia, segundo Bhaskar (2007), deve-se entender o argumento de Kant de que a ontologia é inadmissível, porque o filósofo tinha em mente a metafísica dos escolásticos que separavam completamente suas conclusões ontológicas de quaisquer premissas

¹⁵⁸ No original: “in practice indispensable”.

epistemológicas. Assim, para que se tenha uma conclusão do mundo real não se pode desvinculá-lo do método de investigação.

Por outro lado, críticos como Kaidesoja (2013) entendem que as modificações de Bhaskar nos argumentos transcendentais de Kant são problemáticas e não servem como justificativa filosófica para suas ontologias natural e social, principalmente, porque são duas doutrinas incompatíveis – os argumentos transcendentais kantianos, que pressupõem a estrutura do idealismo transcendental e a ontologia realista transcendental.

Segundo o crítico, há duas diferenças cruciais entre os filósofos. A primeira, Kant argumenta que as categorias são algum tipo de regras formais ou princípios organizadores da compreensão humana, o que implica que não há um mundo categoricamente estruturado existindo independentemente da compreensão humana – tais categorias originam-se de um sujeito transcendental, epistêmico, e não de um sujeito empírico, sendo, portanto, subjetivas.

Por outro lado, em Bhaskar há uma estrutura categorial real do mundo, objetiva, que existe independentemente dos sujeitos epistêmicos e das suas experiências, conhecimentos e práticas científicas, enquanto que tais atividades se originam de atividades de comunidades científicas, portanto, são subjetivas a partir dos sujeitos epistêmicos. Em Bhaskar as conceitualizações das categorias da realidade se dão pelo lado do sujeito, por isso passa a defender uma nova ontologia realista transcendental.

A segunda diferença substancial, segundo Kaidesoja (2013), enquanto em Kant o conhecimento científico é limitado aos objetos possíveis da experiência, em Bhaskar, por conta do realismo transcendental, o conhecimento científico de estruturas inobserváveis é possível, embora, como as capacidades cognitivas e recursos para as investigações científicas são limitadas, algumas entidades permanecerão desconhecidas.

Na leitura de Kaidesoja, Kant enfatizaria que as condições necessárias da possibilidade da experiência cognitiva não dizem respeito à estrutura ontológica fundamental da realidade, mas se referem à intuição sensível (que dá forma) e às categorias de compreensão (que dão conteúdo) que constituem parcialmente os objetos da experiência. Em Kant, os objetos da experiência possível têm de se conformar às formas de conhecê-los, e não ao contrário.

Por outro lado, os argumentos transcendentais de Bhaskar presentes em *A realist theory of science* consistem nas condições necessárias de possibilidade ou de inteligibilidade de certas práticas científicas naturais historicamente localizadas e as suas conclusões referem-se à estrutura ontológica do mundo. A partir de tais argumentos a ontologia filosófica pergunta como é o mundo para que a ciência seja possível e a conclusão é o objeto da investigação (Bhaskar, 2008a).

Collier (1994) afirma que o realismo empírico é o resultado concreto da experiência para Kant, já o realismo transcendental relaciona-se aos limites da experiência possível. Por outro lado, para Bhaskar o realismo transcendental afirma a existência de mecanismos e estruturas subjacentes como reais a partir de argumentos transcendentais.

McWherter (2015) refere que o objetivo de tais argumentos é partir de algum fenômeno e então afirmar que outra coisa – por exemplo, um princípio epistêmico ou uma estrutura ontológica – faz com que esse evento seja possível ou inteligível e, assim, serve como a “condição transcendental” ou “condição de possibilidade” deste último.

Nesse sentido, Peters (2019) afirma que, embora o procedimento reflexivo de Bhaskar se encaixe no molde kantiano, incorporando as críticas ao empirismo, o fato do conhecimento ser um produto mental qualificado e tratar os diversos estratos da natureza como emergentes, sua concepção quanto às fundações da ciência natural dá primazia à ontologia ao invés da epistemologia. Bhaskar, portanto, “vira de cabeça para baixo”, na acepção de Peters (2019, p. 85), a orientação epistemológica sobre a ontológica (Bhaskar, 1998; Collier, 1994; Peters, 2019).¹⁵⁹

Mais, deve-se evitar o compromisso com teorias específicas e reconhecer que os resultados obtidos são condicionados. Além disso, deve rejeitar a concepção idealista de que a mente declara como o mundo deve ser e os argumentos transcendentais dizerem o que é necessariamente verdadeiro. Deve-se rejeitar também o caráter individualista do projeto kantiano, assumindo uma concepção social e historicamente transitória, contingente, e não apenas pelo uso da razão pura (Bhaskar, 1998; Collier, 1994).

O ponto de partida de Bhaskar foi sua insatisfação com as ontologias implícitas nas ciências sociais e na filosofia das ciências sociais sustentadas pela teoria humeana das leis causais como conjunções constantes de eventos invariantes num mundo desestruturado, indiferenciado e imutável (Bhaskar, 2007).

Para Bhaskar, a corrente estabelecida da filosofia da ciência,¹⁶⁰ tanto na vertente empirista clássica (humeana) quanto na transcendental idealista (kantiana), pressupõe um

¹⁵⁹ Conforme Collier (1994, p. 238), Bhaskar “ejeta” (no original: “ejects”) a epistemologia do lugar central que teve na filosofia a partir de Descartes, ainda que não a tenha rejeitado por completo – escreveu sobre epistemologia das ciências, ainda que não a geral.

¹⁶⁰ Hands (2001) expõe que, para o conhecimento da estrutura causal do mundo social e econômico, é necessário um método adequado que será utilizado para avaliar o sucesso em termos epistêmicos da economia. Tal avaliação do método científico, com base em regras do que é ou não uma boa ciência, tem sido, tradicionalmente, responsabilidade da filosofia da ciência embasada na visão iluminista de Descartes e outros filósofos. Por fim, cabe destacar, que Hands refere que o empirismo constitui o pano de fundo para a maior parte da filosofia da ciência *mainstream*. Essa ciência, para Bhaskar (2008a, 2011) baseia-se nos dogmas da invariância empírica e da confirmação, o que leva há uma ontologia restritiva e a uma epistemologia permissiva.

realismo empírico implícito segundo o qual os objetos reais da investigação científica são definidos em termos de experiência real ou possível, constituindo-se numa ontologia subjacente em termos antropomórficos explícitos. Em contraste, o racionalismo platônico e cartesiano, postula um realismo conceitual objetivo explícito, embora implicitamente antropomórfico, isto é, dependente do que é conhecido apenas como atributo do ser humano, a saber, o pensamento ou a razão (Bhaskar, 2009a).

Bhaskar rejeita tal “matriz antroporealista”,¹⁶¹ inclusive aquela filosofia da ciência assentada num realismo intuitivo, que é dependente da intuição ou da sensibilidade humana, argumentando que somente o realismo científico enunciado acima – o realismo transcendental – pode sustentar e exhibir a inteligibilidade e a racionalidade da ciência (Bhaskar, 2009a, p. 5).

Para Bhaskar (2009a, 2011) o realismo transcendental pretende dar conta das diversas ciências, das suas diferenças e especificidades, bem como da unidade das três dimensões – a intransitiva ou ontológica; a transitiva ou epistemológica e a metacrítica ou o domínio da teoria crítica (pressupostos e compromissos substantivos, filosóficos e sociológicos e práticas históricas das ciências).

Na ciência encontra-se um padrão de descrição, explicação e redescricao dos fenômenos, porém somente a análise de profundidade ontológica nos múltiplos domínios da realidade permite o crescimento, a mudança e o desenvolvimento científico (Bhaskar, 1998). Para Bhaskar (2011), o processo de desenvolvimento científico consiste no aprofundamento das estruturas da realidade para buscar as forças causais subjacentes que existem e agem de forma independente de nós.

Segundo Bhaskar (2008a), nos processos de investigação e descoberta científica, o realismo transcendental difere do realismo empírico comum às tradições do empirismo clássico e do idealismo transcendental. Enquanto o realismo empírico para na identificação de uma regularidade e numa explicação plausível, o idealismo transcendental para na construção dos modelos nos quais são imaginados mecanismos plausíveis para produzir fenômenos em questão.

Para Bhaskar (1998, 2008a), a explicação em sistemas abertos, nos quais operam uma multiplicidade e pluralidade de causas complexas, consiste num processo de quatro fases, a saber: (i) a análise causal (ou resolução) do evento; (ii) a redescricao (identificação) teórica das causas componentes que são trazidas para a explicação dos mecanismos em ação na geração dos eventos; (iii) a retrodição via enunciados normativos para possíveis causas dos

¹⁶¹ No original: “anthroporealist array”.

componentes, isto é, a inferência dos efeitos presentes para causas anteriores, muitas vezes ocultas ou não registradas, por meio da aplicação de enunciados normativos; e, (iv) a eliminação de causas alternativas que realmente não produziram o efeito em questão.

Essa é a dinâmica geral da descoberta e do desenvolvimento científico constituindo uma ciência em movimento do conhecimento dos fenômenos manifestos, a partir do entendimento antecedente e das estruturas que os geram. Tal tarefa é da ciência, todavia cabe à filosofia trazer as questões relacionadas à realidade (estratificação, diferenciação, abertura etc.) e a maneira como isso é feito (Bhaskar; Lawson, 2013).

Em síntese, tal procedimento permite chegar a definições reais falíveis, mas iterativamente corrigíveis. Possibilita também gerar hipóteses explicativas sujeitas a testes empíricos, embora não preditivos, que devem ser incorporados em programas de pesquisa aplicados. Além disso, devem ser críticos às estruturas da sociedade que não permitem a emancipação humana, como a fome e o desemprego. Tal ciência é necessária, todavia insuficiente para a emancipação humana (Bhaskar, 2011).

Collier (1994) refere que os estratos, que compõem a natureza para Bhaskar, correspondem a uma multiplicidade de mecanismos e de causas que produzem o curso dos acontecimentos. Nessa estrutura opera uma teoria da emergência das camadas mais básicas para as mais superiores, numa hierarquia unidirecional entre os mecanismos – físico, químico, biológico, psicológico, por exemplo. Tais camadas são irreduzíveis umas às outras, isto é, não podem ser pensadas em termos de conceitos relativos aos níveis menos complexos.¹⁶²

Desse modo, os predicados nas ciências como “social”, “humano”, “biológico”, “químico” ou “econômico” devem diferenciar tipos de mecanismos e não distinguir eventos no domínio atual, ou seja, devem estar no mais alto nível da ciência. Essa ciência deve levar em conta a ontologia para que possa dizer como o mundo é estruturado, que as coisas têm poderes que podem não serem exercidos ou, se exercidos, podem ou não serem percebidos. A explicação, a previsão e a identificação de causas não podem pressupor um fechamento e o progresso da ciência é entendido como um processo de aprofundamento sucessivo do conhecimento da natureza e das suas camadas (Bhaskar, 2008a).

Assim, Bhaskar (2009a) defende um realismo metafísico que consiste na elaboração de como o mundo deve ser antes de qualquer investigação empírica e para que quaisquer atividades

¹⁶² Para Collier (1994), quanto mais alto um estrato da realidade, maiores o enraizamento e a emergência, por outro lado, inferior é o poder de fechamento, conseqüentemente, menor é o poder preditivo da área dedicada.

científicas sejam possíveis – um realismo que não endossa, nem pressupõe, uma visão realista de qualquer teoria particular.

Conforme o autor, uma posição realista consistirá numa teoria sobre a natureza do ser, e não do conhecimento, dos objetos investigados pelas ciências que existem e operam independentemente da atividade humana e, portanto, tanto da experiência sensorial quanto do pensamento. Assim, o realismo defendido por Bhaskar se opõe imediatamente tanto ao empirismo quanto ao racionalismo, em que o ser é definido em termos dos atributos humanos da experiência e da razão.

O realismo crítico defendido por Bhaskar (2009a) propugna uma filosofia da ciência que depende tanto da ontologia quanto da epistemologia, mas, embora possua implicações no domínio epistemológico, não é uma teoria do conhecimento ou da verdade, mas do ser. Para Bhaskar as questões ontológicas não podem ser transpostas para uma solução epistemológica, devendo-se repudiar o que chama de “falácia epistêmica” pós-humeana,¹⁶³ ou melhor, subordinar questões relativas ao mundo tal como ele é às possibilidades e aos limites epistêmicos do sujeito cognoscente ou, ainda, em outras palavras, da definição do ser em termos de conhecimento (Bhaskar, 2008a, 2011).¹⁶⁴

Bhaskar (2009a) afirma que toda filosofia, na medida em que toma a ciência como seu tema, é um realismo ou o tem como princípio, sendo relevante o ponto e a forma como é realmente implementado, invertendo a máxima de Hegel de que “[t]oda filosofia é essencialmente [um] idealismo ou pelo menos tem o idealismo como princípio, e a questão então é apenas até que ponto esse princípio é executado.” (Hegel, 2010, p. 124, tradução própria)¹⁶⁵

O realismo transcendental vai além do idealismo transcendental ao ver a necessidade do escrutínio empírico nos mecanismos postulados da realidade, um teste que assegure a realização ou não de uma causação, não interpretando os resultados como uma regularidade, tal qual o realismo empírico, todavia como uma invariância produzida experimentalmente e não a realidade ela mesma. Difere, também, do idealismo transcendental ao permitir a possibilidade de que o que é imaginado pode ser ou vir a ser conhecido como real e não apenas ser imaginário.

¹⁶³ No original: “epistemic fallacy”.

¹⁶⁴ Bhaskar (2009a, 2011) refere que a falácia epistêmica tem a ôntica como seu inverso, ou seja, a redução do conhecimento ao ser. Algo nunca pode ser reduzido (como na falácia ôntica) ao que ele expressa e que o que é expresso nunca pode ser reduzido (como na falácia epistêmica) à sua expressão (Bhaskar, 2011).

¹⁶⁵ No original: “[e]very philosophy is essentially [an] idealism or at least has idealism for its principle, and the question then is only how far this principle is carried out.”

Para Bhaskar o indivíduo pertence ao mesmo sistema de objetos sobre o qual age, não havendo motivos para supor que a intencionalidade não é um atributo real dos homens e que toda ação (não apenas a científica) depende da capacidade de identificar causas em sistemas abertos – da capacidade de provocar mudanças (resultados e consequências) no ambiente físico. Para o autor, o comportamento humano é intencional e proposital, é um agente causal da mudança em sistemas abertos “[...] aos quais, é claro, a teoria humeana não pode se aplicar [...]” (Bhaskar, 2008a, p. 107, tradução própria).¹⁶⁶

Em sistemas abertos, nos quais não prevalecem conjunções constantes, as leis causais, vistas como poderes ou responsabilidades que podem ser exercidas sem manifestação em qualquer resultado particular, são universais se forem interpretadas como não empíricas, isto é, independentemente de qualquer padrão específico de eventos ou da atividade humana. Em sistemas abertos os mecanismos que existem como poderes causais das coisas não são isolados, pois operam em conjunto com outros mecanismos generativos, assim tais causas são vistas apenas como tendências (Bhaskar, 2008a).¹⁶⁷

Em Bhaskar (2008a), é condição da inteligibilidade da atividade experimental que, num experimento, o cientista seja um agente causal de uma sequência de eventos, o que permite identificar uma relação causal entre esses fatos, mas não da lei móvel dessa sequência de ocorrências. Esse é o centro da crítica realista à teoria causal de Hume que, como visto acima (subseção 2.1.1), pressupõe antecedência temporal, contiguidade espacial e conexão necessária.

Para Bhaskar, a filosofia clássica representada pela ontologia humeana que vigorou, pelo menos, entre 1750 e 1900, mostra apenas como o conhecimento se justifica, enquanto o realismo transcendental questiona como deve ser o mundo para que a ciência seja possível, criticada e poder ser mudada. Nas palavras do autor (2008a, p. 34, tradução própria), “[...] [u]ma dimensão ontológica é, assim, necessária não apenas para tornar inteligível a crítica científica, mas para possibilitar o criticismo filosófico da prática de uma ciência [...]”.¹⁶⁸

Os vieses antropocêntricos e epistêmicos da filosofia clássica dissolveram o conceito ontológico necessário para tornar compreensível o processo transitivo da ciência. A ontologia de Bhaskar, portanto, se diferencia por sua estratificação em domínios ontologicamente distintos: o empírico, que consiste nas experiências de mundo; o domínio do atual, aqueles eventos no mundo com eficácia causal; e o domínio do real, que são os mecanismos subjacentes

¹⁶⁶ No original: “[...] to which of course the Humean theory cannot apply [...]”.

¹⁶⁷ Seguindo o raciocínio de Bhaskar, a ciência econômica, uma ciência social que opera num sistema aberto, para ser considerada realista deveria substituir a cláusula *coeteris paribus* por “tende a acontecer”.

¹⁶⁸ No original: “[...] [a]n ontological dimension is in this way necessary not only to render intelligible scientific criticism, but to make possible philosophical criticism of the practice of a science [...]”.

que dão origem aos acontecimentos e às experiências a partir deles. A ciência visa a identificar esses mecanismos reais, contudo o mundo não se releva de forma direta para o investigador.

Abaixo, a ontologia de estruturas da realidade de Bhaskar como forma de sustentar a racionalidade do crescimento e da mudança científica, um processo em movimento que não tem fim previsível:

Quadro 3 – Domínios ontológicos de Bhaskar

| | Domínios da Realidade | | |
|--------------------------|-------------------------------------|---|----------------------|
| | Real | Atual | Empírico |
| Realidade estratificada | Mecanismos | | |
| | Eventos | Eventos | |
| | Experiências | Experiências | Experiências |
| Filosofia | Metarrealidade | Realismo crítico | Irrealismo |
| Princípio ontológico | Verdade | Realismo | Irrealismo |
| Princípio metafilosófico | Não dualidade (identidade, unidade) | Dualidade (não-identidade, mas sem alienação) | Dualismo (alienação) |

Fonte: Elaboração própria a partir de Bhaskar (2008a, 2011, 2016).¹⁶⁹

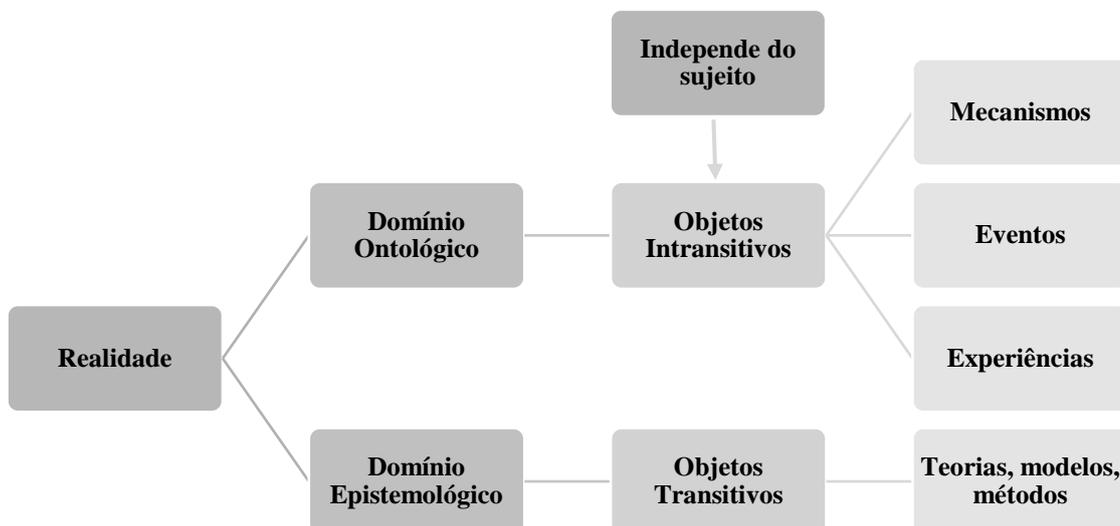
Em outras palavras, o real é o domínio dos mecanismos, eventos e experiências, dos poderes causais, enfim, das estruturas subjacentes da realidade. O atual é o domínio dos eventos e experiências, incluindo comportamentos e práticas sociais, denotando o que acontece se e quando aqueles poderes ocorrerem, enquanto que o empírico é o domínio das experiências efetivas dos indivíduos. O primeiro domínio, para o realismo crítico, só é acessível pelos outros dois, o atual e o empírico, ou seja, a partir do conhecimento sobre ele e não de forma objetiva. O realismo crítico vê as relações causais existindo como potências ou propensões, que interagem com outras tendências para produzir causas, isto é, de mudança suscetível.

Conforme Bhaskar (2008a), a concepção tradicional de mundo empírico reduz os três domínios a um só, uma ontologia plana que elimina toda a possibilidade do que realmente é, pois, a realidade é idêntica ao que experienciamos. Para o autor, o mundo é constituído pelos objetos intransitivos, isto é, entidades reais independentes do ser e que constituem a dimensão ontológica bhaskariana, e pelos objetos transitivos, que são as teorias, conceitos e modelos que o cientista utiliza para descobrir o real, consistindo na dimensão epistemológica do filósofo. Reduzir a realidade ao que se conhece sobre ela é cometer um erro epistêmico, um mundo de

¹⁶⁹ Os termos usados por Bhaskar (2008a, p. 2) são: “the real”, “the actual” e “the empirical”. Não há divergência terminológica na tradução do primeiro e do terceiro termos, mas “the actual” varia desde “actual” em Sayer (2000), “factual” em Hamlin (2000, 2017), ou “realizado” em Emanuel Gomes (2018). Nesta Tese a terminologia utilizada será “atual”, como em Peters (2019).

objetos atomísticos e discretos, como se não existissem estruturas ou poderes dependentes de um caso especial – o fechamento natural, a concepção mecanicista da ação e a dependência de um antropomorfismo que não leva em conta a atividade social antecedente.

Figura 2 – Dimensões da realidade e domínios filosóficos



Fonte: elaboração própria.

Da figura acima se depreende a distinção ontológica bhaskariana entre os objetos intransitivos da investigação – os mecanismos causais subjacentes – e os produtos transitivos da pesquisa científica – os padrões observáveis dos eventos.

Bhaskar entende que o predomínio da visão epistêmica e antropocêntrica negligenciou o domínio ontológico que é necessário para tornar possível o processo transitivo da ciência, assim buscou reconstituir a ontologia para compreender o mundo. O realismo crítico de Bhaskar propõe a ciência como uma atividade social em curso em um processo contínuo de transformação e como produção do conhecimento das estruturas e dos mecanismos que geram os fenômenos da realidade. A filosofia para Bhaskar, portanto, produz conhecimento das condições necessárias para a produção do conhecimento.

Deve-se deixar claro que Bhaskar não negligencia questões relacionadas à epistemologia e à racionalidade de julgamento (no sentido de que deve haver explicação para as diferenças), mas de dar relevância à ontologia, embora chame a atenção, mais de 30 anos depois de ter escrito *A realist theory of science* (1975), que os realistas críticos deram importância secundária àqueles problemas. Para isso, deve-se reequilibrar o realismo crítico prestando mais atenção aos objetos transitivos, junto aos intransitivos, ao domínio

epistemológico e ao nível axiológico dentro da ontologia para dar conta de um mundo estruturado, diferenciado e em processo de mudança permanente (Bhaskar, 2007).

Nas palavras do autor, “[...] a produção social do conhecimento por meio do conhecimento [...]”¹⁷⁰ (Bhaskar, 2008a, p. 176, tradução própria), uma aquisição historicamente específica que não pode ser individual e que é para ser reproduzida ou transformada para o trabalho científico crítico de modo que se possa compreender os mecanismos, as estruturas e os modos de agir das coisas da realidade, ou em outras palavras, para aprofundar o conhecimento do objeto intransitivo bhaskariano.

Em outros termos, conforme Collier (1994, p. 30), "objeto transitivo" refere-se ao estado do conhecimento científico em qualquer momento que permite a compreensão aprofundada de algum mecanismo da natureza, da interação causal com o objeto real, e o "objeto intransitivo" consiste no objeto que existe independentemente da ciência, das teorias, concepções e ideias que se tem dele.

Tal distinção bhaskariana consiste na conjugação do realismo ontológico do autor com o relativismo empírico, de tal forma que a transitividade do conhecimento científico seja compatível com a intransitividade existencial do mundo como tal, isto é, independentemente da apreensão pelos indivíduos (Peters, 2019).

As leis gerais no sentido bhaskariano estão situadas no domínio do real e consistem em enunciados sobre poderes causais e mecanismos gerativos e não generalizações que expressem conjunções causais em eventos regulares, enquanto que abordagens positivistas situam as leis científicas no ambiente atual (Peters, 2019).

As leis causais em Bhaskar (2008a) são mais que conjunções constantes entre eventos: explicitam poderes, ações, tendências ou disposições, manifestos ou efetivados, dos mecanismos e estruturas intrinsecamente relacionadas da realidade, e, sobretudo, agência, entendida simplesmente como qualquer coisa que seja capaz de provocar uma mudança em algo e que faz parte da análise histórica causal. Na acepção de Sayer (2013), portanto, leis científicas sob o realismo crítico não se referem a regularidades empíricas universais, mas à expressão de estruturas, poderes, mecanismos e tendências.

O progresso científico de Bhaskar (2008a, p. 241) deve ocorrer a partir do que chama de “relativismo epistemológico”¹⁷¹ que corresponde ao conhecimento de objetos por meio de descrições particulares e que não se confunde ou se identifica com o pensamento como

¹⁷⁰ No original: “[...] the social production of knowledge by means of knowledge [...]”.

¹⁷¹ No original: “epistemological relativism”.

concebem os idealistas transcendentais. Enquanto os objetos pertencem à natureza, as descrições deles pertencem ao mundo da sociedade e dos homens, são transitórios e falíveis, isto é, múltiplas perspectivas sobre a realidade que correspondem a distintos pontos de vista dessa realidade.

O realismo crítico bhaskariano propõe uma concepção da conexão entre sociedade e indivíduo por meio de um modelo que chamou de “modelo transformacional de atividade social”¹⁷² (Bhaskar, 1998, p. 37, tradução própria), a partir da ontologia mutuamente dependente – ambas são condição de ação e resultado um do outro. Tal modelo difere dos modelos de tradição weberiano do “voluntarismo”, da “reificação” associado à Durkheim, e do “dialético”.

Segundo Bhaskar no primeiro modelo os objetos sociais são resultado do comportamento intencional ou significativo de indivíduos, havendo ações, mas não condições. No segundo modelo os objetos sociais são vistos como possuidores de vida própria, externa e exercendo coerção sobre indivíduos, havendo condições, mas não ações. Já no modelo dialético “sociedades” e “indivíduos” são momentos do mesmo processo: as sociedades criam indivíduos, e indivíduos afetam as sociedades – a sociedade é criação dos seres humanos, mas não recurso para suas atividades, inexistindo distinção entre ações e condições.

Na concepção de Bhaskar (2009a), que tem as formulações de Aristóteles e Marx como antepassadas históricas do modelo bhaskariano, a agência intencional humana é critério para o social e distinta da esfera natural. A caracterização da estrutura ontológica da atividade ou práxis humana como essencialmente transformadora consiste na transformação de causas materiais (naturais e sociais) pré-dadas por meio de uma agência humana eficiente (intencional). Em outras palavras, a sociedade não é a criação da agência humana incondicional; também não existe independentemente dela, bem como os agentes não determinam nem são completamente determinados por formas sociais.

Para o autor, os conjuntos de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social constitui a estrutura e a capacidade das pessoas para realizar, além disso, configura a agência humana como causalmente interdependente e não redutível uma a outra. Bhaskar defende que as estruturas são continuamente reproduzidas ou transformadas e que existem apenas em virtude da agência humana, sendo exercidas apenas nela. Há certa assimetria, pois o mundo social é preestruturado, eis que os indivíduos atuam numa realidade com restrições e possibilidades que não produziram.

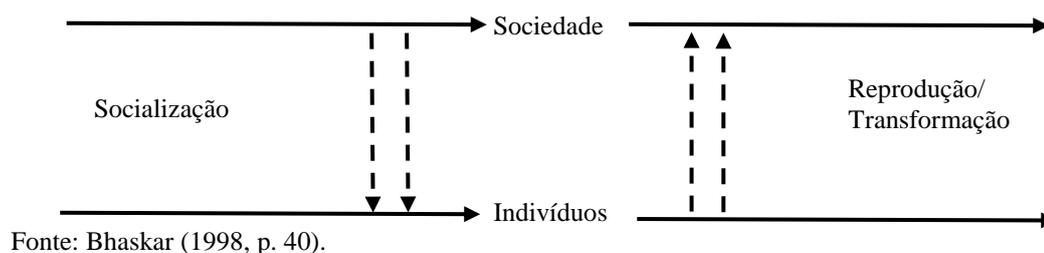
¹⁷² No original: “[...] transformational model of social activity [...]”.

Assim, é necessário um sistema de conceitos mediadores, abrangendo ambos os aspectos da dualidade da práxis, entre a agência humana e as estruturas sociais. Nas palavras de Bhaskar (1998, p. 37-38, grifos do autor, tradução própria):

[...] é tanto a "condição" sempre presente (causa material) quanto o "resultado" continuamente reproduzido da agência humana. E a práxis é tanto trabalho, isto é, "produção" consciente, quanto (normalmente inconsciente) "reprodução" das condições de produção, isto é, sociedade. Poderíamos nos referir à primeira como a "dualidade da estrutura", [...] e à última como a "dualidade da práxis".¹⁷³

Esse caráter dual é constitutivo da sociedade no referido modelo transformacional bhaskariano, no qual tanto a agência quanto a estrutura são aspectos da matriz social irreduzíveis um ao outro, além de casualmente eficazes, como representado na figura 3:

Figura 3 – O Modelo Transformacional de Bhaskar



A ação dos indivíduos depende de regras, mecanismos e poderes causais da estrutura social que, ao mesmo tempo, condiciona e restringe a agência humana (setas descendentes). Por outro lado, a ação humana reproduz ou transforma a estrutura social (setas ascendentes).

Nesse modelo, ação e estrutura constituem-se transformacional e reciprocamente de forma não redutível ou independente uma da outra. Agência e estrutura constituem dois estratos distintos da realidade que são mutuamente dependentes em termos ontológicos, cujas estruturas, mecanismos e poderes são diferentes, geralmente, ação como produção e reprodução/transformação, respectivamente. A partir de tal modelo, como resultado da ênfase na continuidade material, se pode sustentar um conceito genuíno de mudança e, portanto, de história.

Para Bhaskar (1998, 2009a) existem quatro limites cognitivos presentes em toda ação humana: (i) “consequências não intencionais” como uma externalidade positiva, por exemplo;

¹⁷³ No original: “[...] is both the ever-present ‘condition’ (material cause) and the continually reproduced ‘outcome’ of human agency. And praxis is both work, that is, conscious ‘production’, and (normally unconscious) ‘reproduction’ of the conditions of production, that is society. One could refer to the former as the ‘duality of structure’, [...] and the latter as the ‘duality of praxis’.”

(ii) “condições não reconhecidas”, ou melhor, aspectos do mundo social que possibilitam a ação e que são desconhecidos pelo agente; (iii) “motivação não reconhecida”, ou inconsciente como uma crença; e, (iv) “habilidades tácitas”, no exemplo do autor como o conhecimento de uma gramática que é utilizada sempre que se fala de forma inteligível ou eficaz, porém não se consegue explicar.

Portanto, tal modelo transformacional da ação social supera a oposição entre agência e estrutura dialeticamente, segundo Vandenberghe (2014), um dualismo que leva em conta o fenômeno da emergência.

Entre tais estratos, Bhaskar (1998, p. 40, tradução própria) menciona que há “hiatos ontológicos”¹⁷⁴ e o sistema de conceitos mediadores serve de ponto de contato que liga ação à estrutura. Para o autor, o sistema mediador, chamado de “sistema de posição-prática” (Bhaskar, 1998, p. 44, tradução própria),¹⁷⁵ é o dos cargos ocupados pelos indivíduos, como funções, regras, tarefas, direitos etc., e das práticas e atividades, que em virtude da ocupação desses cargos, as pessoas se engajam.

Bhaskar adapta o procedimento transcendental de Kant, não só a partir da extensão desse para abarcar a crítica imanente à experiência humeana, mas também aprofunda o foco dos argumentos transcendentais kantianos da experiência como tal para as práticas sociais não analisadas dentro da ciência experimental (experiência e seus resultados) (Hartwig, 2008).

Repisando, a teoria de Bhaskar é fundamentada em alegações transcendentais no sentido de Kant, em que argumentos causais existem, diferindo na natureza dos mesmos – reais ou transcendentais –, embora afirme que seu realismo representa uma ruptura com a tradição kantiana e de outros da identidade do ser e do pensamento (Bhaskar, 2009a; Bhaskar; Lawson, 2013).

Nesse sentido, o realismo crítico de Bhaskar não pressupõe nem justifica uma interpretação realista de qualquer teoria científica substantiva; na verdade, mantém a possibilidade de criticar práticas específicas a partir de condições necessárias de certas atividades humanas. Tratam-se de argumentos historicamente transitórios e dependentes dos poderes dos seres humanos como objetos materiais ou agentes causais e não como meros pensadores ou observadores (Bhaskar; Lawson, 2013)

¹⁷⁴ No original: “ontological hiats”.

¹⁷⁵ No original: “position-practice system”.

Contudo, há um debate dentro do realismo crítico, assim como entre esse e o realismo *mainstream* sobre o status dos argumentos transcendentais de Bhaskar.¹⁷⁶ Em linhas gerais, discute-se que o argumento de Bhaskar seria tortuoso, potencialmente enganoso, inconsistente e/ou subdesenvolvido e que deveria ser modificado para cumprir a intenção de refutar a posição não ontológica de Kant (a do idealismo transcendental crítico à ontologia racionalista) que se preocupa não com as coisas, mas com a experiência cognitiva. Também são questionados temas bhaskarianos como a natureza da emergência e o papel dos agentes coletivos nas explicações dos fenômenos sociais (Groff 2004; Kaidesoja, 2005, 2013, 2017; McWherter, 2013, 2015; Morgan, 2016b; Sarkia; Kaidesoja, 2023).

Sobre esse último ponto, por exemplo, Groff (2004) e Kaidesoja (2013) argumentam que no corpo teórico de Bhaskar não consta uma análise da natureza dos agentes coletivos – conceito distinto da noção de estrutura social – do seu comportamento como grupo e em termos relacionais, além do papel que possuem nas explicações dos fenômenos sociais. Da forma como Bhaskar expõe em *The possibility of naturalism* (1979), tanto podem ser incorporados na discussão da estrutura quanto na do indivíduo, dependendo de como eles são conceituados, sendo assim, diante das relações sociais, são causas formais e não causas eficientes em termos aristotélicos.¹⁷⁷

Sobre Bhaskar defender a extensão do realismo transcendental à realidade social, Groff (2004) entende que o modelo transformacional é um referencial teórico social consistente com o realismo transcendental, porém não é uma formulação alternativa ao realismo transcendental de Kant. O modelo de Bhaskar responde à pergunta como é a sociedade e a relação entre estrutura e indivíduos, o que seria consistente com o realismo transcendental, porém tal posição é coerente com uma ontologia científica e não filosófica. Groff afirma que Bhaskar e seu modelo transformacional não responde à pergunta "Como seria a sociedade para que o realismo transcendental fosse aplicável ao seu estudo?". Se o fizesse exigiria uma relação entre estruturas e indivíduos em termos transcendentais de alguma característica da experiência e, portanto, contaria como uma ontologia filosófica como Bhaskar define o termo.

¹⁷⁶ Embora os argumentos transcendentais sejam comuns no realismo crítico, nem todos os realistas críticos usam a argumentação transcendental, como Elder-Vass (2010, 2012).

¹⁷⁷ Para a crítica de Kaidesoja (2013) ao acoplamento do raciocínio transcendental e o realismo científico feito por Bhaskar, ver McWherter (2015) para quem o esforço de Bhaskar constitui um refinamento crítico do método de Kant; para a tréplica, veja Kaidesoja (2017) e a contra tréplica, consulte McWherter (2017). Essencialmente, McWherter refuta a tentativa de Kaidesoja de vincular argumentos transcendentais ao idealismo transcendental de Kant por meio de argumentos naturalistas não transcendentais por serem dependentes de uma análise prévia de práticas epistemicamente bem-sucedidas empiricamente, contudo os critérios de sucesso não são explicitados, dentre outros problemas conceituais.

Por fim, argumenta-se criticamente que, embora se considere a ontologia social uma parte indispensável de qualquer filosofia viável das ciências sociais, a ênfase nas questões ontológicas no realismo crítico levou a uma situação em que a epistemologia e a metodologia realistas críticas permaneceram subdesenvolvidas e vulneráveis a várias críticas – algumas das quais já foram mencionados acima (Groff, 2004; Kuorikoski; Ylikoski, 2012).

Em que pese tais críticas, o realismo crítico de Bhaskar afirma ser capaz de articular e reconciliar, compatibilizando de forma mútua, o realismo ontológico, o relativismo epistemológico e a racionalidade julgadora (Bhaskar, 2013a). Mais, consiste numa reorientação da filosofia para uma concepção não antropomórfica do lugar da humanidade, que alguns referem como revolução copernicana (Bhaskar; Lawson, 2013).

É distintiva, também, a possibilidade de crítica da própria realidade, da realidade social ou da compreensão de tal realidade, assim como para aprofundar e ampliar o conhecimento dos seres humanos no mundo. Em suma, o corpo teórico de Bhaskar sinaliza a mudança dentro da filosofia da epistemologia para a ontologia ou da ontologia implícita para a explícita.

A partir do entendimento bhaskariano de uma filosofia alternativa, tanto para as ciências naturais quanto para as ciências sociais, com o enfoque ontológico do realismo crítico, concentrada na questão transcendental das condições necessárias para a própria possibilidade do conhecimento, a economia, como qualquer domínio da realidade, pelo menos, de parte dela, é constituída por objetos intransitivos. Existem mecanismos, estruturas e processos subjacentes, que independem do conhecimento que se tem deles, com poderes causais constitutivos de eventos e experiências socioeconômicas, e objetos transitivos que dependem do observador e que possibilitam compreender os três domínios superpostos da realidade.

O foco da atividade científica no domínio socioeconômico do real deve ser entendido como um sistema aberto, portanto a ênfase dinâmica deve ser na explicação dos mecanismos, estruturas e processos, com previsões econômicas devendo ser relegadas a casos especiais, eis que não existem sistemas fechados em tal domínio. As características e a análise dessa parte da realidade, objeto de preocupação, o que inclui vieses e interesses, será discutido a partir da obra de Tony Lawson, e sua aplicação econômica, analisada no item seguinte.

2.4.3.3 O programa de ontologia social de Tony Lawson

A economia dominante tem se notabilizado pelos insucessos empíricos/explicativos e pela inconsistência entre a teoria e a prática que se relacionam, fundamentalmente, com a negligência ontológica da realidade. As falhas explicativas dos modelos formal-dedutivistas da economia dominante decorrem, segundo Tony Lawson, das condições de fechamento, do controle de experimentos e da onipresença de correlações. Tais condições não ocorrem no domínio social.

Mas não é só isso (Pratten, 2015; Morgan, 2020b). Com Lawson, o raciocínio filosófico foi utilizado para criticar os fundamentos de projetos que envolvem orientações filosóficas insustentáveis que negam a diferenciação do mundo, sua profundidade e a abertura do futuro (em termos de imprevisibilidade) e, por meio do realismo crítico, contribuir para a filosofia da ciência.

Como observa Fullbrook (2009), o trabalho de Lawson efetuou uma "virada ontológica" na metodologia, filosofia e história da economia, e seu projeto mais amplo se concentrou em "reorientar a economia", sua teoria, métodos e prática.

Fullbrook afirma que os argumentos de Lawson são no sentido de que o êxito na ciência depende de encontrar e usar métodos, incluindo modos de raciocínio, adequados à natureza dos fenômenos estudados e que existem diferenças significativas entre a natureza dos objetos de estudo das ciências naturais e os das ciências sociais. Em consequência, os métodos utilizados nas ciências naturais geralmente não são os que deveriam ser usados nas ciências sociais.

Mais, qualquer metodologia será irrelevante sem uma análise prévia do objeto de estudo: estrutura, poderes, mecanismos e tendências. A metodologia é necessariamente condicionada à prática e seu objeto é a mesma realidade da vida humana, portanto deve ser adaptada para que seja possível a investigação científica.

O projeto ontológico de Lawson tem foco na ontologia social, no estudo do que é, ou do que existe, no domínio social, o estudo de entidades ou coisas sociais, bem como do que têm em comum. É, assim, o estudo da natureza ou da estrutura da realidade social, identificando as características fundamentais do ser social, indivíduos, objetos tecnológicos – domínio dos fenômenos com um conteúdo material, mas forma social –, das relações sociais e, até mesmo, da teoria social como parte de seu próprio campo de análise.

Em apertada síntese, é o estudo da esfera social em sua totalidade postulando características como abertura, realidade estratificada (domínios do real, do atual e do empírico

à la Bhaskar), relações sociais, posições e poderes emergentes, continuamente em organização e reorganização, em processo histórico¹⁷⁸ ou diacrônico.

Para Lawson (2015b, 2019b), o constituinte básico, a condição necessária, da realidade social são as práticas coletivas aceitas, observadas ou reconhecidas em toda a comunidade e que orientam o modo de proceder dos indivíduos dessa comunidade, indicando como as coisas são feitas e, assim, contribuindo para a coordenação social, a estabilidade e a previsibilidade relativas.¹⁷⁹ Carregam uma conotação de normatividade, pois indicam como um indivíduo deve proceder dentre as várias maneiras concebíveis a determinado fim e, nesse sentido, “[...] procedimentos generalizados para a ação [...]” (Lawson, 2012, p. 365, tradução própria).¹⁸⁰

As práticas coletivas também envolvem direitos – formas aceitas de prosseguir em que indivíduos relevantes podem exercer – e obrigações – maneiras aceitas pelas quais se espera que os membros da comunidade realizem – que estruturam a interação social a partir das capacidades humanas em termos relacionais individualmente e entre sujeitos, e que se baseiam na aceitação coletiva. Tais práticas coexistem e se inter-relacionam com outras, sendo constitutivamente interdependentes. Essas capacidades de assumir e cumprir compromissos, seja pelos indivíduos, seja coletivamente, para Lawson, constituem a “cola” ou o “adesivo” da realidade social. Confiança e confiabilidade são “[...] a cola das comunidades sociais [...]” (Lawson, 2019b, p. 16, tradução própria).¹⁸¹

Essa interação humana das práticas coletivas emergentes e de seus direitos e obrigações estruturam a realidade social, conformando uma totalidade ou conjunto de totalidades sociais organizadas processualmente e com poderes causais inerentemente irreduzíveis. As condutas coletivas são condição das práticas individuais e a soma dessas serve para reproduzir ou transformar a totalidade daquelas, assim tais ações também são consequência das atividades dos indivíduos. Assim sendo, a realidade social é estruturada, aberta, diferenciada, organizada em processo e possui estabilidade relativa e contingente, pois sempre há continuidade na mudança, assim como mudança na continuidade.

Para Lawson (1997), processo consiste na gênese, reprodução e declínio de alguma estrutura, poder, mecanismo ou tendência, bem como a formação, reforma e decadência de

¹⁷⁸ Tempo histórico real em contraposição ao tempo abstrato periodizado (Morgan, 2020b).

¹⁷⁹ Para Lawson (2012), comunidade é um grupo coerente identificável, restrito, relativamente duradouro, embora em evolução, de pessoas que compartilham preocupações, igualmente em evolução. É componente emergente e contingente de uma realidade social e dependente da prática humana em processo.

¹⁸⁰ No original: “[...] generalised procedures for action [...]”. A similaridade com o conceito de hábito vebleniano como aceitos socialmente é inegável, embora não foi encontrada referência ao institucionalista original na obra de Lawson, nesse ponto. Ver, por exemplo, Lawson (2012).

¹⁸¹ No original: “[...] the glue of social communities [...]”.

alguma entidade no tempo. Por outro lado, em Lawson (2019b) parece claro que a estabilidade relativa da realidade social é dada por estruturas sociais moldadas por forças históricas, um complexo de totalidades relacionais de posições, direitos e obrigações. Não há como não fazer analogia com o conceito vebleniano de instituições, ainda mais quando se constata que, no texto, página 233, Lawson utiliza a palavra “institutional” entre aspas como sinônimo de estruturas sociais que permanecem fixas. Aqui, mais uma vez, não há qualquer referência ao institucionalista original que, tampouco, consta na lista das referências bibliográficas.

Para Lawson (2004, 2015b, 2019b), no âmbito social os fenômenos dependem, pelo menos em parte, da agência humana transformadora e de suas interações, inclusive das concepções e da consciência, e as entidades de interesse são aquelas significativas para a vida social.

O valor da ontologia, seja a filosófica ou a científica, está em trazer clareza e direcionalidade para entender práticas, sistemas de crenças, culturas, além de inconsistências e inadequações do raciocínio científico. A identificação de regras sociais, entendidas como procedimentos generalizados de ação, é objeto para a ontologia científica, já a distinção dessas diante das práticas sociais é uma atribuição da ontologia filosófica social, segundo Lawson (2004, 2015b). Tais objetos, regras e práticas são ontologicamente distintos.

Para o autor, o grande problema da teorização científica social não está na identificação das categorias, mas sim no tratamento diferente dado por teorias concorrentes. Por exemplo, “[...] em algumas contribuições teóricas sociais, a categoria 'instituição' denota um padrão de comportamento, em outras um conjunto de regras, em outras ainda um sistema de controle e assim por diante.” (Lawson, 2015, p. 12, grifo do autor, tradução própria)¹⁸²

Assim, a ontologia filosófica, por explicar as propriedades e as características comuns que operam ou sustentam o domínio social, por exemplo, como os fenômenos são, seus modos de existência e conexões, pode auxiliar o projeto da ontologia científica social, que está preocupada com os tipos de entidades que se encontram no domínio de interesse, ou seja, o que é ou que existe, como tecnologia, moeda, instituições e mercado, contudo é necessário uma aporte empírico adicional.

¹⁸² No original: “[...] in some social theoretic contributions the category ‘institution’ denotes a pattern of behaviour, in others a set of rules, in still others a control system, and so on.” Não há como não fazer analogia com a acepção vebleniana do termo instituições, contudo, mais uma vez, não há qualquer referência ao institucionalista original, nesse aspecto, bem como Veblen não figura na lista das referências bibliográficas do texto. Nesse trabalho de Lawson só há uma referência furtiva a Veblen: quando o comentador cita que os preconceitos ontológicos desse favoreceram uma economia evolucionária como uma abordagem realista.

Tal aporte se dá a partir de quatro critérios listados por Lawson (2004, 2015b) como necessários ao processo de elaboração de categorias sociais sustentáveis: (i) os resultados decorrentes da ontologia filosófica social (estrutura, emergência, abertura, intrinsicamente dinâmica e relações mutáveis entre tais componentes); (ii) uma orientação realista que seja um referente para a análise; (iii) que a categoria formulada seja coerente com o uso histórico e com o contexto de análise; e, (iv) que qualquer concepção de categoria seja utilizável em termos teóricos ou práticos.

A ênfase realista permite que as coisas existam e atuem independentemente de suas descrições e as ontologias filosófica e científica são projetos separados, não redutíveis, historicamente relativos, condicionados e avaliáveis racionalmente (Lawson, 1997, 2004, 2015b).

Por outro lado, Lawson adverte que se deve tomar cuidado com o empréstimo de categorias de outros domínios que não o social. Deve-se, antes, avaliar a coerência de tais categorias emprestadas de outras disciplinas com o modelo transformacional de atividade social, como o uso do modelo biológico-evolutivo da seleção natural a partir do domínio da biologia darwiniana. A utilização da metáfora da seleção natural pelo pensamento evolutivo não pode ser universalizada de forma independente da natureza do objeto de estudo. Há que se determinar, antes, a natureza (aspectos relevantes) do domínio social ao qual se pretende que os modelos evolutivos sejam aplicados. Considerações ontológicas, portanto, devem ser suficientemente explicitadas e sistematizadas (Lawson, 2003, 2009e).¹⁸³

No projeto ontológico lawsoniano, o raciocínio passou de observações generalizadas das experiências para inferências sobre as suas condições de possibilidade por meio do argumento transcendental, que é empregado para fornecer suporte a uma perspectiva particular sobre a realidade e a ciência.

Argumentos transcendentais podem ser utilizados como abordagem para a ontologia filosófica a partir de práticas sociais bem-sucedidas em relação à realidade complexa e de forma apropriada aos seus objetos. Visam a identificar, elaborar e explicar a estrutura básica da realidade social – características gerais e relativamente incontestáveis das práticas humanas numa comunidade e das condições de possibilidade. Além disso, o processo de investigação sobre as condições necessárias das atividades humanas pode elucidar não apenas poderes ou

¹⁸³ Lawson (2003) entende a seleção natural como um mecanismo evolutivo aplicável a certos fenômenos sociais e o termo evolucionário como descendência com modificação (causação cumulativa). No entanto, os escritos evolucionários em economia se referem a uma abordagem universal de mudança em todos os fenômenos econômicos.

categorias conceituais, mas também valências que as pessoas possuem como agentes físicos, biológicos e sociais.

O problema em tais argumentos está em confundir, como Kant fez com o seu idealismo transcendental, embora Lawson não esteja certo totalmente quanto a isso, os pressupostos do conhecimento com as estruturas conceituais em termos das quais qualquer ser cognoscível deve ser pensado.¹⁸⁴ Uma vez que se elucide essa confusão, o raciocínio transcendental pode ser aceito como uma investigação falível, parcial, transitória e condicionada de alguma característica generalizada da experiência, incluindo as atividades humanas (Lawson, 2003, 2004, 2015b).¹⁸⁵

Lawson aduz por raciocínio transcendental aquele que indaga como deve ser o mundo para que sejam possíveis reconhecimentos científicos em relação, entre outras práticas sociais, às capacidades humanas. Tal raciocínio segue o argumento transcendental de Kant que indagava como deveria ser a ciência ou o processo de conhecimento para que o entendimento geral fosse possível, um modo idealista e individualista que nos informa sobre nós mesmos. Os *insights* kantianos dão suporte à investigação sobre as condições de possibilidade de certas práticas científicas generalizadas especialmente significativas, bem como às capacidades humanas de intencionalidade e escolha (Lawson, 1994b).

Para Lawson (2003) os resultados alcançados por meio do raciocínio transcendental são condicionais e contingentes às práticas humanas selecionadas como premissas e às concepções sobre elas, bem como aos argumentos transcendentais utilizados. Para tanto, “[...] procede com base na razão pura (embora a exerça sempre com base em concepções prévias de práticas historicamente enraizadas) e produz conhecimento (falível) das condições necessárias à produção do conhecimento.” (Lawson, 2003, p. 34, tradução própria)¹⁸⁶ Em outras palavras, a investigação ontológica só começa a funcionar a partir de conceituações específicas prévias da prática social real determinada e pode fornecer um conhecimento condicionado, contingente, isto é, espacialmente localizado e transitório, e, assim, falível.

¹⁸⁴ Aqui a hipótese principal desta Tese: a análise do domínio socioeconômico por Veblen com base nos argumentos transcendentais de Kant, passando por Peirce e seu método de inferência retrodutivo, bem como pelo evolucionismo de Darwin conformam a sua ontologia. Trata-se de um todo coerente que vai além da abordagem darwiniana evolutiva que os comentaristas de Veblen centram-se para caracterizar e analisar a obra do institucionalista original.

¹⁸⁵ Lawson refere que o raciocínio transcendental é um caso especial orientado para a ontologia (Lawson, 2009c) e que não é o único método para a ontologia filosófica, no entanto serve para indicar que a mesma é condicional e imanente, isto é, contida no âmbito das possibilidades (Lawson, 2015b).

¹⁸⁶ No original: “[...] it proceeds on the basis of pure reason (albeit exercising it always on the basis of prior conceptions of historically rooted practices) and produces (fallible) knowledge of the necessary conditions of the production of knowledge.”

Para Lawson (1994b, p. 281, tradução própria), “[...] o realismo transcendental, ou realismo crítico como elaborado para o âmbito social, fornece uma perspectiva sobre ciência, sociedade e economia que não é apenas explicativamente poderosa, mas também capaz de sustentar a intuição de que a história social humana é explicável e ainda assim feita.”¹⁸⁷

A investigação ontológica (explicativa) da história, das teoria e métodos da economia e o esforço de Lawson para compreender fenômenos sociais a partir do realismo ontológico, embasado em sistemas abertos de causalidade e processos cumulativos estruturados, possibilitam reorientar a economia como uma ciência que possa explicar os fenômenos sociais. Além disso, possibilita uma redefinição, também, da economia heterodoxa que vem adotando, cada vez mais, métodos de modelagem em sistemas fechados, contribuindo, com isso, para reforçar e endossar normas e práticas dominantes e equivocadas sustentadas pelo dedutivismo.¹⁸⁸

Tal método de inferência é baseado numa estrutura de ciência herdada do positivismo e carregada de uma ontologia irreal – uma orientação filosófica a partir do empirismo e do idealismo transcendental agrupados como realistas empíricos. Dentro dessa tradição, as regularidades empíricas são condições necessárias e suficientes para leis causais analisadas como conjunções constantes de eventos (Lawson, 1997, 2003, 2009a, 2012, 2015a, 2017, 2019b; Lawson; Morgan, 2021a; Morgan, 2020b).

Lawson faz uso do realismo crítico, uma filosofia geral da e para a ciência, como base para as críticas ao positivismo, ao dedutivismo, sendo aplicável também a fenômenos não sociais. Para Lawson, o realismo crítico orienta que a ciência deve buscar métodos e metodologias apropriados e proporcionais à ontologia e adequados aos amplos contornos da realidade (Lawson; Morgan, 2021a).

Nesse sentido, o realismo crítico é tanto um desenvolvimento crítico, quanto construtivo de uma perspectiva alternativa. Sobretudo, fornece fundamentos para supor que a ciência pode descobrir as estruturas e os mecanismos envolvidos com algum fenômeno de interesse, trabalhando para o esclarecimento de inconsistências e confusões, não obstante a filosofia não faz o trabalho da ciência (Lawson, 1997).

¹⁸⁷ No original: “[...] transcendental realism, or critical realism as elaborated for the social realm, provides a perspective on science, society and economy that is not only both explanatorily powerful but also able to sustain the intuition that human social history is explicable and yet made.”

¹⁸⁸ Raciocínio que se baseia no uso de regularidades da forma "sempre que evento ou estado de coisas X, então evento ou estado de coisas Y", fazendo uso, essencialmente, de métodos que envolvem análise funcional. Tais sistemas fechados pressupõem uma ontologia atomística (independência e invariância) e constituem a explicação humeana ou positivista de leis causais. Para Lawson (1997), tal perspectiva de realidade é sustentada pelo realismo empírico.

A concepção ontológica que Lawson defende considera como na teoria social, incluindo a teoria econômica, processos explicativos causais podem ser conduzidos, fazendo uso da inferência retrodutiva para alcançar causas que estão, muitas vezes, em níveis profundos da estrutura da realidade, indo além dos modos de inferência dedutiva e indutiva. Se no método indutivo, a passagem é do particular para o geral, e no dedutivo, do geral para o particular, no retrodutivo ou abduutivo ou, ainda, um raciocínio “como se”, a fim de explicar determinado fenômeno, parte-se do nível do evento constatado para um nível mais profundo para identificar o mecanismo causal responsável (Lawson, 1997, 2003, 2004, 2009e, 2015b).¹⁸⁹

Para Lawson a identificação da história causal – o reconhecimento de eventos condicionantes antecedentes por meio da distinção de regularidades, da formulação de hipóteses causais e da discriminação de hipóteses concorrentes em termos de poder preditivo – não é suficiente. É fundamental a identificação de estruturas, poderes, mecanismos e tendências que facilitem, produzam ou restrinjam o fenômeno a ser explicado e, para isso, é necessária a análise em diversos níveis da estrutura da realidade social que é aberta, diferenciada, dinâmica e complexa.

Lawson está preocupado com o que existe, com entidades ou coisas consideradas mais básicas ou significativas, o que depende do contexto e da relativização histórica. Sua ontologia está centrada na abertura geral da realidade, sua profundidade, a existência de relações internas e externas, a natureza processual dos fenômenos que dependem, pelo menos em parte, dos seres humanos, das atividades humanas, das suas interações e contextos, portanto sujeito, necessariamente, à agência intencional humana, contudo não redutível, identificável ou explicável completamente às pessoas. Tal ontologia é, assim, de domínio específico ou regional, não obstante aborda o estudo da esfera social em sua totalidade (Lawson, 1997, 2004, 2015a; Lawson; Morgan, 2021a).

Cabe referir que, enquanto o agente é o possuidor de poderes, habilidades e capacidades e a agência humana consiste nas valências e habilidades específicas desses indivíduos, as ações humanas dizem respeito ao exercício intencional de atividades causadas por razões, isto é, crenças fundamentadas nos interesses práticos da vida sujeitos ao poder da escolha – possibilidade de agir de modo diferente que é dependente do contexto (por exemplo, da

¹⁸⁹ Lawson refere que a inferência retrodutiva não restringe o tipo de concepção explicativa, em outras palavras, como prosseguir em direção à explicação causal. É tipicamente um movimento especulativo sob influência do pensamento imaginativo (Lawson, 2009c). Assim, analogia, metáforas, engenhosidade, experiência, crenças e, até mesmo, “sorte” (“luck”, no original, em Lawson, 2015b) devem ser considerados pelo pesquisador em busca do progresso do conhecimento.

disponibilidade de meios, da formação de fins etc.). Para Lawson, o ser humano é voltado para o futuro e, fundamentalmente, é o iniciador da ação.

Nesse sentido, a ação humana é intencional, teleológica, regida por razões (motivos ou necessidades) para algum fim, no entanto tal racionalidade é situada e condicionada pelo contexto, por relações, posições e regras sociais. Tal visão contrasta com a teoria do indivíduo instrumentalmente racional e otimizador da ortodoxia econômica (Lawson, 1997, 2003).¹⁹⁰

Lawson entende que não há método exclusivo do realismo crítico a ser utilizado em análises substantivas de algum fenômeno, entretanto se deve procurar adaptar o método ao contexto, incluindo quaisquer *insights* disponíveis sobre a natureza do objeto de estudo. Para o autor, a ênfase na modelagem matemática como ferramenta de análise social é uma forma de ideologia metodológica ou de senso comum (Lawson; Morgan, 2021a).

Para Lawson (2009c), o método de análise apropriado, quando o todo não é apenas a soma mecânica das partes, é o da abstração que procura individualizar um ou mais aspectos, componentes ou atributos e seus relacionamentos para entendê-los melhor, sendo que tal método permite investigar tanto sistemas abertos quanto sistemas fechados.

Seu projeto de ontologia se diferencia de outros pela preocupação primária com o domínio social e por ter uma orientação, antes de tudo, filosófica do que científica fazendo uso de perguntas, ênfases e ferramentas diferentes. A partir desse projeto, uma concepção de realidade social que fundamenta uma ciência social que pretende ser científica no sentido de ciência natural e, para isso, a ênfase numa forma forte de emergência e na organização em processo. Tal concepção abrange preocupações de outras áreas do conhecimento além da economia, como a filosofia, a geografia, a história e a sociologia (Lawson 1997, 2004, 2009a, 2012, 2015b).

Lawson (2003, 2019b) entende como arbitrário e sem razoabilidade distinguir a economia como disciplina separada da ontologia social – mesmos tipos de materiais, estruturas e processos – na verdade, há espaço legítimo para apenas uma ciência social. Diferente é a situação de ciências não sociais como a física e a química que estudam materiais ou processos específicos. Assim, há espaço para reorientar uma ciência social mais unificada, pondera Lawson.

¹⁹⁰ Lawson aceita que é um fato generalizado da experiência que os seres humanos são frequentemente bem-sucedidos em práticas sociais orientadas para o futuro, pois formulam planos, projetos, objetivos ou metas levando em conta as características mais duráveis e abstratas da vida social e, à medida que vão avançando e dependendo do contexto, adaptam planos, entendimentos e ações.

As características sociais, o domínio ou a realidade social, por suas propriedades e entidades, com uma dinâmica e modo de ser próprias, origem e dependência dos seres humanos, de seus fazeres e interações, são reais ou objetivas como as de qualquer outro domínio, com seus próprios poderes causais irreduzíveis, justificando sua forma separada, especializada e relativamente autônoma de estudo científico, segundo Lawson. Tal aceção é ontologicamente naturalista, ou seja, distinta, embora dependente de material não social. O autor propugna uma ontologia social com base numa abordagem das interações sociais reais às suas condições de possibilidade (Lawson, 2012, 2019b).¹⁹¹

Em *Economics and reality* (1997), sua obra seminal, Lawson explora o estado, as possibilidades e os limites da economia e de seus métodos que são considerados irrelevantes ou, ao menos, inapropriados e que exigem a satisfação de várias prescrições de fechamento (condições intrínsecas e extrínsecas e um compromisso de agregação tácito) para os assuntos do mundo real, em especial, da realidade social.

Propugna a incorporação da ontologia na economia, em especial, do estudo de como os métodos e os modos de raciocínio podem ser moldados para *insights* sobre a natureza do ser social, incluindo a constituição e a estrutura dos objetos de estudo. Para o autor, a metodologia e a filosofia não são irrelevantes para a economia, assim deve-se partir, via ontologia filosófica, para um relato alternativo de ciência e explicação diferentes da proporcionada pela estrutura dedutivista da ciência.¹⁹²

Tal qual Bhaskar, Lawson, a partir do realismo transcendental, um caso especial do argumento retrodutivo, isto é, a passagem de uma descrição de algum fenômeno para um relato de algo pelo qual ele é produzido ou de outra forma condicionado, concebe o mundo como composto não apenas de eventos e estados de coisas, experiências ou impressões, mas também de estruturas subjacentes, poderes, mecanismos e tendências que existem, observáveis ou não, e que restringem ou facilitam eventos reais.

Pelo realismo transcendental os objetos da ciência são estruturados e intransitivos, isto é, irreduzíveis a eventos e existem e agem independentemente de serem identificados, respectivamente, num mundo essencialmente aberto (no sentido de que os fenômenos

¹⁹¹ Em contraste, John Searle propugna uma ontologia social elaborada a partir dos resultados das ciências naturais consideradas as mais sólidas – uma abordagem para a frente, guiada pela restrição do naturalismo ontológico - tese não dualista de que tudo pode ser explicado em termos de causas naturais, segundo Lawson (2012).

¹⁹² Segundo Lawson (1997), o projeto de Bhaskar é o que proporcionou os melhores *insights* para a incorporação de uma ontologia sustentável para a ciência. O trabalho bhaskariano apresenta, para Lawson, consistência de desenvolvimento: à medida que novos problemas são resolvidos, preocupações mais amplas são incorporadas, assim, e as conclusões e a terminologia anteriores são revistas.

são produto de uma pluralidade de estruturas e mecanismos mais profundos). Por meio desse tipo de raciocínio, o conhecimento científico é aplicável fora de situações experimentais, se movendo de fenômenos específicos em qualquer nível para hipóteses sobre suas condições ou causas subjacentes.

Por tal forma de argumento é possível uma distinção ontológica entre leis causais e padrões de eventos, que é condição de inteligibilidade das práticas experimentais e de seus resultados. Fora de situações experimentais a natureza e a sociedade são indeterministas e admitir o contrário é cometer um absurdo metafísico – os homens poderiam mudar as leis da natureza. Contra tal realismo empírico limitado pelas possibilidades de experimento e observação, o realismo transcendental concebe o mundo como aberto e estruturado, possuindo fatores não empíricos como estruturas, poderes e mecanismos que agem produzindo, codeterminando e compensando outros fatores, e por leis causais como expressando tendências e não regularidades de eventos. Nesse sentido, o objetivo da análise é explicar *a posteriori* se regularidade de eventos em situações não experimentais surgirem e não negar *a priori* que podem ocorrer (Lawson, 1999b).

Em Lawson, a realidade social, a partir dos argumentos transcendentais, é composta pelos três domínios bhaskarianos: o real, o atual e o empírico. Tais domínios são ontologicamente distintos e irreduzíveis e seus componentes característicos (mecanismos, eventos e experiências) não estão sincronizados. A explicação fornece um relato dessas estruturas, tendências e poderes que atuam e que têm efeitos sobre algum fenômeno de interesse.¹⁹³

Enquanto o conhecimento é meio de produção realizado socialmente, a ciência ou o processo de conhecimento de mecanismos que produzem fenômenos, é atividade social transformadora (Lawson, 1994a). É objetivo da ciência, então, elucidar a estrutura da realidade e, à medida que camadas mais profundas são compreendidas, o conhecimento adquirido em tal processo permite revisar as concepções anteriores. Desse modo, por meio do realismo transcendental, a ciência “[...] parece prosseguir através de uma espiral contínua de descoberta e compreensão, descoberta adicional e compreensão revisada e mais adequada.” (Lawson, 1997, p. 24, tradução própria)¹⁹⁴

¹⁹³ Lawson distingue modos de explicação puros dos aplicados. Os primeiros estão preocupados com a identificação e a compreensão de mecanismos causais. Os segundos, a partir dos mecanismos já conhecidos, apreender como os efeitos de algum fenômeno foram produzidos.

¹⁹⁴ No original: “[...] is seen to proceed via a continuing spiral of discovery and understanding, further discovery and revised, more adequate, understanding.” (Lawson, 1997, p. 24, tradução própria)

Também como Bhaskar, além da dimensão intransitiva ou ontologia, deve-se reconhecer uma dimensão transitiva do conhecimento ou epistemológica, incluindo teorias, hipóteses, observações, especulações etc., que condiciona todo o conhecimento posterior. Tal conhecimento é produto de um processo social falível e rejeita a necessidade de elaborar regularidades e conjunções constantes de eventos de interesse e, portanto, a doutrina da realidade de leis “causais” (Lawson, 1997).¹⁹⁵

Assim, a concepção da intransitividade do realismo ontológico – de que as coisas em geral existem e agem independentemente do conhecimento delas – deve estar conectada à noção da transitividade do conhecimento – não há como saber o que existe, exceto sob descrições particulares, historicamente transitórias e contextualizadas.

Para Lawson, é um erro deixar de explicitar a natureza dos objetos de investigação, isto é, os objetos intransitivos da ciência social e, com isso, a crítica científica e a crítica filosófica da prática científica são impossíveis. A economia convencional, ao não compreender claramente os objetos intransitivos e o se o conjunto de teorias e técnicas são aplicáveis na investigação, comete uma falácia científicista.

Lawson também propugna que se deve evitar dois tipos de erros ontológicos: (i) interpretar erroneamente fenômenos emergentes como redutíveis a elementos de níveis inferiores; e, (ii) esquecer que os fenômenos de ordem superior são sempre dependentes e condicionados por princípios que operam no nível inferior do qual emergiram.

A análise das condições estruturais, sejam físicas ou sociais, da realidade, incluindo relações, posições, regras, habilidades e motivações, em grande parte, não perceptíveis a não ser pelos efeitos que geram, é necessária para a compreensão de algum fenômeno social e/ou econômico de interesse que é, em última análise, resultado de atividades e práticas humanas, intencionais ou não. Uma vez alcançada a explicação, ela se torna objeto de investigação. A investigação social, incluindo a explicação econômica, deve estar inerentemente preocupada com o processo e com a estrutura causal explicativa.¹⁹⁶

¹⁹⁵ Lawson (1997) afirma que o erro de Hume consiste em dar a uma categoria epistêmica a tarefa de uma categoria ontológica, ou seja, a partir da experiência fazer afirmações sobre o ser. Além de constituir o que Bhaskar chama de “falácia epistêmica”, o realismo empírico de Hume consiste numa “falácia antrópica” por conta do viés de que todo ser pode ser analisado em termos de algum atributo do ser humano. No realismo empírico, mudança e repetição são meros acidentes.

¹⁹⁶ A economia convencional tem na previsão sua prática mais difundida e perseguida por meio de modelos matemáticos e econométricos. Contudo, Lawson (1997) argumenta que o sucesso na previsão econômica é improvável, embora possa haver tendências previsíveis, em decorrência, não é essencial, necessária ou desejável.

Em *Reorienting economics* (Lawson, 2003), a crítica à insistência da economia tradicional em usar métodos matemáticos-dedutivistas é um aspecto fundamental de todas as contribuições heterodoxas, incluindo a austríaca, a feminista, o institucionalismo original, o pós-keynesiano, os economistas sociais, dentre outros. Por outro lado, tais métodos, nas várias vertentes da ortodoxia, são utilizados em quase todos os esforços para avançar o conhecimento de fenômenos considerados econômicos, não que fechamentos do tipo de sequência causal no âmbito social não possam ocorrer, mas a universalização *a priori* dos métodos matemático-dedutivistas exige ubiquidade de regularidades de eventos sociais, o que, de fato, *a posteriori*, parece não ocorrer com frequência.

As várias tradições heterodoxas aceitam implicitamente uma ontologia diferente dos pressupostos do sistema fechado (atomismo e isolacionismo) do *mainstream* econômico.¹⁹⁷ Na medida em que os seres humanos, bem como a sociedade, são, efetivamente, complexos, em constante mudança e relacionados internamente, uma metodologia apropriada deve ser perseguida a partir de uma abordagem ontológica da realidade. Só assim é possível a verdadeira contribuição da ciência que consiste na identificação de um fator causal subjacente, isto é, o movimento explicativo de uma noção de um fenômeno de interesse em um nível para uma concepção de sua causa, uma ou várias, situada em outro estrato, e, com isso, aumentar a compreensão sobre poderes, mecanismos ou tendências da realidade.

Nessa obra de 2003 procura consolidar os argumentos feitos, especialmente, na obra de 1997, no sentido de recuperar a economia como ciência, todavia traz concepções antes não colocadas em discussão, tal como a noção de hábito como essencial para a compreensão da ação prática. Para Lawson, seguindo Bourdieu (2008), hábito é uma forma de comportamento realizado, repetidamente ou tacitamente, habitualmente em condições apropriadas, trazendo o peso do passado para o presente.

Entre os pontos retomados na obra, a ênfase na possibilidade da investigação social está na orientação ontológica (explicativa) do realismo crítico que torna inteligível que a realidade social é aberta, intrinsecamente dinâmica, diferenciada e estruturada, na qual as regularidades observadas não são uniformes ou sem exceção, mesmo limitando-se a investigação no tempo e

¹⁹⁷ Lawson (1989a) refere que Keynes em *A treatise on probability*, de 1921, justificou que a escolha de métodos de análise deve ser fundamentada na compreensão das naturezas dos objetos de estudo e que estava preocupado em desenvolver um relato mais amplo ou mais geral das condições que validassem o uso de métodos indutivos. De acordo com Keynes, segundo Lawson, os cientistas parecem pressupor um mundo constituído por entidades materiais denominadas átomos e que os modos de agir (ou tendências causais) são invariáveis e independentes na medida em que não mudam com a mudança das circunstâncias. Para Lawson, tais preocupações de Keynes refletiam uma visão realista, embora implícita, de sistema aberto.

no espaço. Os eventos ou resultados de fenômenos sociais são determinados por uma multiplicidade de causas, altamente transitórias, instáveis e, muitas vezes, compensatórias.

Assume-se que tal espaço-tempo restrito constitui “demi-regularidades contrastivas”, também chamadas de “demi-regs”, isto é, padrões parciais e instáveis em eventos ou fenômenos reais. Tais padrões fornecem evidências de que certos mecanismos relativamente duradouros e potencialmente identificáveis estiveram em ação, revelando a natureza da tendência em questão, portanto expressam fenômenos a serem explicados e podem ser usados para iniciar a investigação de fatores causais.

Como iniciar e direcionar o esforço causal-explicativo social, como selecionar hipóteses causais, que abordagem ou método seguir numa realidade aberta, dinâmica e complexa? Assim, a pesquisa social busca uma ampla extensão de resultados no tempo e no espaço que compartilham uma história causal similar, e se algum caso interessante (contrastivo) se torna uma presença significativa contrária à expectativa, ao longo dessa extensão espaço-temporal, buscam-se novos fatores causais que entraram em cena, as razões dos erros ou, até mesmo, que a compreensão prévia da natureza do contexto e das causas que operam nele é falha. A detecção de diferenças imprevistas, surpreendentes ou implausíveis, embora relativamente sistemáticas, nos resultados de atividades sociais comparáveis num espaço-tempo, é o ponto de partida da pesquisa explicativa de mecanismos, processos ou estruturas antes não conhecidas, não reconhecidas ou conhecidas apenas parcialmente.

Tal metodologia de pesquisa para sistemas abertos, dependentes do contexto, facilita os avanços filosóficos e científicos a partir do sentimento de dúvida, do interesse em alguma questão que não está clara o suficiente, do porquê algo não é como esperávamos, da descoberta de diferenças insuficientemente compreendidas anteriormente, da surpresa com situações que ocorrem no espaço de contraste à luz das teorias sustentadas. Não consiste ou pretende ser uma lista de regras metodológicas específicas para a realização de pesquisas ou a busca da história causal completa de algum fenômeno social.

Essencialmente, tal abordagem retrodutiva busca ir além da superficialidade para níveis mais profundos da realidade em busca de causas subjacentes de fenômenos sem nenhuma restrição quanto ao tipo de concepção explicativa – um processo evolutivo ou um impulso momentâneo, uma entidade holística ou atomística em termos de efeitos independentes e invariáveis, qualquer que seja o contexto, assim por diante. No raciocínio retrodutivo, o início da pesquisa explicativa é necessariamente olhando para trás – “*backward-looking*” no original (Lawson, 2003, p. 60), inerentemente retrospectiva, em situações inconsistentes, contraditórias,

surpreendentes. Não se pergunta “por que X?”, mas sim “por que X ao invés de Y?” ou “por que X ao invés de não X?” que possuem um poder explicativo mais efetivo.

O esforço científico para Lawson é composto por três momentos básicos: a explicação abstrata de mecanismos e estruturas causais desconhecidas a partir de demi-regs; a explicação concreta e aplicada a partir de conhecimentos já obtidos para explicar fenômenos ocorridos; e, por fim, a intervenção prática da ciência.

A partir disso, a ciência econômica como ramo da ciência social preocupa-se com o domínio social que é dependente da agência humana, porém irreduzível a ela, portanto o fenômeno a ser explicado, enquanto que estruturas, posições, mecanismos, processos e afins são as explicações. A economia procura identificar e estudar os fatores relacionados à produção, à distribuição e ao uso das condições materiais de bem-estar, incluindo a cultura, as relações sociais, as regras e as posições sociais etc., juntamente com a avaliação de cenários alternativos realmente possíveis (Lawson, 2003).

Em Lawson, portanto, há necessidade de reorientar a abordagem explicativa para que seja possível o progresso no conhecimento da natureza social em termos transformacionais. Para tanto, a incorporação de práticas teórico-sociais bem sucedidas de uma ampla gama de experiências sistemáticas, explicitamente formuladas, criticamente examinadas e autorreflexivas como parte do processo do esforço explicativo a partir de contrastes observados. Conhecimento, como julgamento informado prévio (recursos cognitivos existentes), em que mudanças ou desenvolvimentos não são previstos, e interesse humano fazem o projeto explicativo ter andamento. O fenômeno a ser explicado, os padrões contrastivos e os mecanismos explicativos a serem pesquisados são inerentemente dependentes dos interesses situados, avaliações de poder e perspectivas do pesquisador (Lawson, 1997, 2003).

Em *Essays on the nature and state of modern economics* (Lawson, 2015a), reúne uma série de artigos publicados anteriormente pelo autor, exceto o inédito *Continuing myths and fallacies of modern economics*. Lawson reitera a crítica, de forma contundente e sistemática, à abordagem da economia moderna: uma ciência em desordem, sem direção, descolada dos seus assuntos e com poucos sucessos explicativos. Os trabalhos reunidos preocupam-se em estabelecer as bases para transcender as falhas da economia dominante em parte devido a mitos e a falácias persistentes. Tais mitos e falácias assumem a forma de pressupostos que sustentam crenças e práticas aceitas, até mesmo, pelos economistas críticos do projeto *mainstream*.

Para Lawson, o fator significativo é que os economistas modernos são relutantes em empreender um trabalho filosófico para alcançar o cerne do problema. O trabalho de tais profissionais consiste em críticas mal direcionadas e superficiais aos trabalhos

(teoria econômica substantiva e/ou questões políticas) de outros e sugestões de propostas alternativas sem qualquer engajamento filosófico, na maioria das vezes. E assim procedem por conta de mitos e falácias que obstruem qualquer projeto de transformação da economia.

Entre os mitos e falácias, os métodos e a maneira de seu uso consistem no problema básico da economia, eis que assentados em relatos de mundos atomísticos fechados e por negligenciar a análise da ontologia da realidade. A ênfase nos métodos de modelagem e em seus pressupostos, formas, aplicações ou técnicas de estimação de modelos, constitui, na verdade, uma ideologia metodológica como possibilidade de uma ciência “séria”. O fracasso da disciplina não é decorrente da imprevisibilidade desta ou daquela crise econômica, como a Grande Depressão – vem desde a adoção significativa de métodos irrelevantes de modelagem matemática definidos *a priori* e aplicados universalmente a todos os tipos de fenômenos. Prever tal crise não seria possível, seria antes loteria dada a abertura da realidade social. Para Lawson, é impossível fornecer muitas informações sem alguma compreensão da natureza do ser social em geral e também dos fenômenos sociais específicos em análise.

Para o autor, a diferença entre as análises ortodoxa e heterodoxa não está nas distintas reinvidicações substantivas e políticas concorrentes, mas na diferença entre os pressupostos ontológicos (na maioria das vezes, implícitos) – uma ontologia de sistemas fechados, na primeira, e de sistemas abertos, na segunda, além da utilização plural dos métodos por parte dos heterodoxos. Assim, para uma economia adequadamente concebida são essenciais a análise causal e projetos explícitos, sistemáticos e sustentados em ontologia social.

Lawson (2019b) menciona que nem sempre a economia negligenciou a ontologia. Autores como Marx, Veblen e Keynes teorizavam em termos de raciocínio ontológico de forma proeminente, sistemática e sustentada.

Em *The nature of social reality* (Lawson, 2019b), o autor defende uma “*social positioning theory*” ou “teoria do posicionamento social”, em português, na qual os processos de posicionamento social estão em operação em todos os lugares que ocorrem interação humana, simples ou complexas, harmoniosas ou conflituosas, eis que as pessoas agem em interação, como componentes de uma ou outra comunidade ou de totalidades sociais.¹⁹⁸

¹⁹⁸ Entre os motivos elencados por Lawson para estudar a ontologia está a satisfação de fazê-lo. Para o autor (2019b, p. 3, grifo nosso), “[é] um foco óbvio para o jogo de ‘curiosidade ociosa’ e o exercício do raciocínio crítico sustentado [...]”. [No original: “[i]t is an obvious focus for the play of ‘idle curiosity’ and the exercise of sustained critical reasoning [...]”]. Lawson, na nota de rodapé 3, cita como referência bibliográfica *Letter to Carl Seelig*, de Albert Einstein, de 11/03/1952, onde consta: “Não tenho talentos especiais. Estou apenas apaixonadamente curioso.” [No original: “I have no special talents. I am only passionately curious.” Disponível em: <https://wist.info/einstein-albert/6414/>; Acesso em: 18 mar. 2023]. Lawson não faz qualquer referência, nesse ponto, a Veblen. Como sabido, “idle curiosity”, ou “curiosidade ociosa”, como consagrado em português, é um

Nessa teoria de Lawson existem vários componentes básicos como emergência (subtotalidades que criam uma realidade social complexa interconectada), comunidade (subconjunto organizado da sociedade), relações e posições (não num sentido funcionalista, mas cargos constituídos por poderes ou capacidades que conferem identidade social de forma relacional), e direitos e obrigações (poderes posicionais a partir de prerrogativas, privilégios e responsabilidades).

Em outros termos, a categoria da emergência consiste nas entidades ou nos sistemas formados por meio da organização relacional, condicionada e dependente, de elementos preexistentes que se tornam componentes da entidade ou do sistema, uma totalidade composicional coerente e contextual. As propriedades e poderes causais emergentes não são possuídas por nenhum dos elementos de nível inferior ou diferente – são ontologicamente irreduzíveis (Lawson, 2012, 2015b). Dinheiro, mercadorias, trabalhadores, bens de capital constituem entidades em si mesmas, com propriedades distintivas e emergentes, e não um conjunto de coisas que compõem o sistema econômico capitalista.

Trata-se de uma categoria real de posição que dá sentido, ou condição de possibilidade, de continuidade da vida social.¹⁹⁹ A partir disso, trata de como pessoas e objetos sociais (documentos, títulos de propriedade, moeda, tecnologias sociais etc.) são compreendidos em termos de processo na formação de componentes de comunidades sociais, totalidades formadas por meio da organização de elementos preexistentes causal e ontologicamente irreduzíveis àqueles elementos constitutivos.

Tal teoria, segundo Lawson (2019b), Lawson e Morgan (2021b) e Morgan (2020a),²⁰⁰ consiste numa maneira original de pensar sobre algumas das características fundamentais de qualquer fenômeno social, incluindo o que se entende por econômico, parecendo ser aplicável de forma extensa ou universal e contar com poder explicativo significativo.

Para Lawson (1997), a precisão preditiva de eventos não é critério de seleção de teorias ou de hipóteses causais para a explicação de algum fenômeno, mas sim o poder explicativo de uma teoria. Para o autor, vários aspectos são levados em conta no processo de avaliação do

dos instintos básicos humanos formulados pelo institucionalista original em *The instinct of workmanship and the state of the industrial arts and the irksomeness of labor*, publicado em 1914.

Um pouco mais adiante, na nota de rodapé 11, Lawson menciona a visão de Veblen exposta no artigo *The place of science in modern civilization*, de 1906, de que a sabedoria e a proficiência do tipo pragmático não contribuem para o avanço do conhecimento de todos, no entanto, Lawson afirma que se deve buscar avançar sempre na compreensão de quem somos ou nos tornamos a partir de interesses, crenças ou preocupações acumuladas.

¹⁹⁹ Por outro lado, algumas características da vida social possuem alto grau de durabilidade, em sua maioria, as mais abstratas, profundas, sedimentadas ou fundamentais da sociedade (Lawson, 2003).

²⁰⁰ Morgan (2020a) considera a teoria de Lawson coerente, sofisticada e original.

poder explicativo, como a dedução de consequências ou de efeitos que se seguiriam se a hipótese retroduzida fosse verdadeira e o mecanismo operativo, bem como a verificação empírica dessas consequências deduzidas e a identificação das condições de qualquer mecanismo explicativo como operantes ou não.

Representa, também, uma contribuição para a ontologia filosófica ao envolver a criação, a emergência, a manutenção ou a transformação de aberturas para pessoas e outros elementos em sistemas relacionais de posicionamento de forma que os indivíduos e objetos, como integrantes do sistema, contribuam para o funcionamento da comunidade em geral.²⁰¹

A atribuição de posições, ou ocupação de cargos, pelos indivíduos confere identidade social, envolvendo natureza relacional, e a característica dessas posições, bem como os processos pelos quais as pessoas e outros elementos são incumbidos posicionalmente em cargos, como trabalho, descanso, lazer, habilitam ou obrigam os indivíduos a agir de certas maneiras. Tal posicionamento também confere acesso à direitos e obrigações específicos. Contudo, tal distribuição de oportunidades ao longo da vida é essencialmente uma alocação política e está longe de ser equitativa ou democrática – na verdade, tais oportunidades sociais são discriminatórias, limitadas, restritivas ou subjugadas.

Em Lawson, a realidade social é estabelecida por processos de posicionamento social, além de regras e práticas sociais, com resultados evidenciados em termos de relações sociais de direitos e obrigações. Então, a prática emancipatória volta-se para transformá-las, a partir de um grau significativo de consciência crítica, de cooperação e eliminação de obstáculos, impedimentos, obstruções, visando a buscar posições não opressoras, facilitadoras do florescimento humano generalizado e adotantes de processos de alocação de posição ou de cargos que permitam o acesso de quem quer que seja a qualquer um.

Lawson afirma que o maior obstáculo ao florescimento humano generalizado está enraizado na ignorância. Embora se mostre otimista com a natureza humana e a possibilidade de emancipação, no devido tempo, a partir do reconhecimento do esforço perpétuo de cada um para alcançar um maior florescimento de todos, desde que haja um aumento da consciência crítica, se mostra pessimista enquanto os processos atuais de acumulação de dinheiro se mantiverem predominantes (Lawson, 2019b; Lawson; Morgan, 2021a).

Os seres humanos são as forças motrizes da história. Não apenas a estrutura social é reproduzida e transformada por meio da prática humana; também a individualidade de cada

²⁰¹ Lawson afirma que os objetos sociais também se incorporam à comunidade por meio de processos de posicionamento (Lawson, 2019b, 2022; Lawson, Morgan, 2021a).

indivíduo. Para o autor, a realidade social, então, é condição e dependência da agência humana intencional em termos de reprodução ou transformação resultante da ação humana.

Como consequência, a análise social deve mudar a ênfase tradicional da mera criação e determinação dos indivíduos para as noções de reprodução e transformação contínua – os indivíduos se valem da estrutura social como condição para agir e por meio da ação humana a estrutura é reproduzida e transformada. Tal continuidade e mudança na estrutura social também pode ser resultado não intencional, não reconhecido ou desejado da ação humana. Nesse aspecto, a estrutura social é condição imotivada das ações motivadas – econômicas e sociais – dos indivíduos (Lawson, 1997).

O livro *The nature of social reality* consolida o esforço de Lawson em explorar, cada vez mais em termos ontológicos específicos, questões substantivas da natureza das coisas e dos objetos sociais – processos e instituições em geral, natureza da empresa e as peculiaridades das corporações, e dinheiro em particular (por exemplo, Lawson 2016a, 2016b, 2018a, 2018b).²⁰² Trata-se da primeira tentativa de exposição sistemática e sustentada de um quadro abrangente de como apreende a realidade social. Conforme Lawson (2019b, p. xii, tradução própria), “[...] que os dois – ontologia e investigação substantiva – justificam ser perseguidos em conjunto, em processos de codesenvolvimento ou articulados.”²⁰³

Em síntese, a estrutura social como condição e consequência da ação individual que, por sua vez, pode ser motivada ou não, constitui uma dualidade contrastante e não uma dicotomia (separação e isolamento). A prática humana é intrinsecamente dinâmica e potencialmente transformadora. A estrutura social está em constante evolução, em processo de interação transformacional relativa. Mudança e continuidade, transformação e reprodução da estrutura e sistemas da realidade, incluindo objetos sociais e econômicos, bem como de mecanismos causais subjacentes, devem ser objeto de explicação pela ciência. Assunto e contexto, portanto, têm influência sobre os métodos e critérios analíticos apropriados à análise (Lawson, 1997, 2003).

Em relação aos poderes causais, Lawson rejeita as principais versões tanto do holismo metodológico quanto do individualismo metodológico, bem como as doutrinas proeminentes

²⁰² São cada vez mais frequentes os trabalhos substantivos que se valem da ontologia social do realismo crítico para análise da diversidade de fenômenos econômicos da economia contemporânea, como a da tecnologia por Clive Lawson (2007), as características e propriedades do sistema jurídico a partir da natureza da corporação por Simon Deakin (2017) e da economia digital por Dave Elder-Vass (2019).

²⁰³ No original: “[...] that the two – ontology and substantive enquiry – warrant being pursued together, in processes of linked or co-development.”

na literatura filosófica da redução causal²⁰⁴ ou da causalidade descendente, também referida como causalidade descendente reconstitutiva ou, ainda, de cima para baixo.²⁰⁵ Enquanto a doutrina da redução causal enfatiza os poderes causais dos componentes sobre os da totalidade emergente – os poderes dessa totalidade são explicáveis apenas em termos das interações causais dos componentes, a doutrina da causalidade descendente reconstitutiva dá precedência aos poderes causais da totalidade emergente sobre os de seus componentes, fazendo com que aqueles, de alguma forma, atuem sobre os segundos. A primeira carece de relevância geral e a segunda de coerência (Lawson, 2015b; Lawson; Morgan, 2021b).

Para Lawson (2019b), interações de elementos de níveis inferiores raramente são suficientes para produzir entidades emergentes ou casualmente emergentes em nível superior. Além das partes componentes e de sua organização relacional, preexistem fatores extrínsecos na estrutura social (por exemplo, classes, status, convenções e normas sociais, grau de autonomia e de reflexão, diversidade, organização e conectividade de e entre os componentes estruturais) presentes em qualquer cultura que participam do processo dinâmico – novas posições e conexões envolvendo novos direitos e obrigações, bem como processos de interações cíclicos dos componentes (de processos dinâmicos complexos e recorrentes com retroalimentação dos efeitos de vieses e tendências contingentes). Assim, com tais características extrínsecas não produzidas apenas pelas interações dos componentes de nível inferior, a redução causal no estilo de Searle não se aplica no âmbito social.

Para Lawson sempre há uma distinção a ser feita entre qualquer sistema ou totalidade emergente e a estrutura relacional organizadora dos componentes de uma totalidade ou sistema e tais fenômenos emergem simultaneamente em processos diacrônicos e não de forma

²⁰⁴ Searle (2006) refere que há cinco tipos de redução: ontológica (objetos de determinados tipos consistem em nada exceto objetos de outros tipos); ontológica de propriedades (é a mesma que a anterior, só que concernente à propriedades); teórica (relação entre teorias, em que as leis da teoria reduzida podem ser, até certo ponto, deduzidas a partir das leis da teoria redutora); lógica ou definicional (relação entre palavras e sentenças referentes a um tipo de entidade podem ser traduzidas naquelas que se referem a um outro tipo de entidade); e, redução causal (relação entre quaisquer dois tipos de coisas em que as capacidades causais da entidade reduzida são inteiramente explicáveis em termos das faculdades causais dos fenômenos redutores). Para o autor, uma vez que a propriedade é entendida como emergente obtém-se uma redução causal que, assim, tende a levar à redução ontológica. Portanto, poderes causais de uma entidade podem ser explicados totalmente em termos dos poderes causais de seus componentes.

²⁰⁵ Elder-Vass (2012b) entende que o conceito de causalidade de cima para baixo é negligenciado ou rejeitado completamente pelos defensores do conceito de emergência social. Mais, segundo o autor, emergência e causação de cima para baixo podem ser reconciliados e ambas têm importância no mundo social. Defende que a causalidade de cima para baixo ocorre apenas quando uma entidade tem um impacto causal em suas próprias partes – um tipo mais forte de causalidade, ou quando uma entidade, propriedade ou evento em nível superior tem um impacto causal em um nível inferior – um tipo menos forte de causalidade, portanto.

sincrônica – a entidade ou o todo impacta causalmente suas partes. Assim, não é possível distinguir a entidade e sua estrutura emergente.

A causalidade descendente do todo impactando causalmente suas partes não se sustenta também, pois trata a relação entre eventos de dois níveis diferentes de organização relacional. A interação causal é entre os indivíduos e a estrutura organizadora e não com a estrutura da totalidade, entendida como a soma total de seus constituintes e da estrutura relacional organizadora – mecanismos e processos, como práticas coletivas, direitos e obrigações, que agem causalmente como condição de possibilidade dos seus componentes e não sobre os mesmos no sentido de provocá-los (Lawson, 2019b).

Mais, segundo Lawson (2003) qualquer orientação reducionista é equivocada por causa das complexas e múltiplas maneiras pelas quais a estrutura social e a agência humana dependem, ainda que permaneçam irreduzíveis uma à outra. Assim, o autor é contrário, além do holismo e do individualismo metodológico, acima referido, ao que chama de “evolucionismo metodológico” – os processos evolutivos são sempre a principal unidade de análise – e ao “institucionalismo metodológico” – as instituições são sempre a principal unidade de análise.²⁰⁶

Isso posto, Lawson (2004, p. 18, tradução própria), define realidade social nos seguintes termos:

[...] que entre seus existentes estão sistemas de regras-posição-prática sociais, [...] é estruturado verticalmente (inclui poderes e tendências subjacentes, bem como realidades como práticas sociais e outros eventos), e horizontalmente (as práticas são diferenciadas), e ainda caracterizado por emergência, abertura, interconectividade (ou relacionalidade) e dinamismo ou processualidade.²⁰⁷

Assim, o foco da análise social deve levar em conta tal estrutura social, uma categoria geral, que se baseia, em última análise, em práticas coletivas, posições, regras, direitos e obrigações, que são emergentes e irreduzíveis às ações e interações humanas em processo, que se reproduz, mas que, também, está em constante transformação em resposta às mudanças de contexto, conhecimento, tecnologia ou de forma accidental.

Cabe menção que, para Lawson (1997, 2003, 2012, 2015b), o indivíduo também está sujeito a transformações contínuas por influência do contexto sociocultural, geográfico ou histórico, como resultado das experiências de vida e da influência das mudanças na estrutura

²⁰⁶ No original, respectivamente: “methodological evolutionism” e “methodological institutionalism”.

²⁰⁷ No original: “[...] that amongst its existents are social rule-position-practice systems, [...] is structured vertically (it includes underlying powers and tendencies as well as actualities such as social practices and other events), and horizontally (practices are differentiated), and further characterised by emergence, openness, interconnectivity (or relationality) and dynamism or processuality.”

social. Para o autor, há um claro processo sócio transformacional interdependente de vinculação ou de codesenvolvimento dos indivíduos humanos e da sociedade – nenhum dos dois pode ser reduzido, identificado ou explicado completamente em termos do outro, pois cada um requer o outro em uma rede de interdependências continuamente reproduzidas. Para Lawson (1999b, p. 11, grifo nosso, tradução própria), “[a] estrutura social, então, ‘deve ser vista como uma dualidade’: como condição e consequência da agência humana intencional.”²⁰⁸ A sociedade age e molda o indivíduo (identidade pessoal e social, hábitos e disposições, por exemplo), assim como os indivíduos coletivamente, mesmo que não intencionalmente, conformam as estruturas sociais que compõem a sociedade (como regras e convenções).

Para Lawson (1999b, p. 247, tradução própria):

[...] o foco do realismo crítico está na agência humana e na estrutura social e sua interdependência: a sociedade é vista como constituída por uma rede de relações, regras, posições e assim por diante, que não apenas dependem e são reproduzidas e/ou transformadas por meio da atividade humana, mas também a condicionam. Em suma, a sociedade, na concepção transformacional e relacional elaborada no realismo crítico, é reconhecida como sendo muito mais complexa e dinâmica [...].²⁰⁹

Como fica claro, o ponto de contato entre agência humana e estrutura social é dado pelas posições sociais em rede, constituídas por regras sociais e tarefas, obrigações e prerrogativas associadas, e pelo relacionamento interno.

A teoria do posicionamento social pressupõe o realismo crítico e pretende ser uma teoria geral da ontologia social, porém não é uma contribuição para a filosofia da ciência e não fornece um relato único de qualquer fenômeno social substantivo, como a natureza posicional da moeda, por exemplo, como reserva de valor ou como meio de pagamento – diferentes relatos são possíveis dentro de uma mesma orientação de posicionamento social, segundo Lawson e Morgan (2021b).²¹⁰

Tal sistema social é um processo estruturado de interação, de relativa continuidade (durabilidade ou reprodução) espaço-temporal, concepção que se aproxima do conceito de

²⁰⁸ No original: “[s]ocial structure, then, ‘must be viewed as a duality’: as both condition and consequence of intentional human agency.”

²⁰⁹ No original: “[...] the focus in critical realism is on human agency and social structure and their inter-dependency: society is viewed as consisting of a network of relations, rules, positions, and so forth, which not only depend upon, and are reproduced and/or transformed through human activity, but also condition it. In short, society, on the transformational and relational conception elaborated in critical realism, is recognised as being far more complex and dynamic [...]”.

²¹⁰ Lawson (1997) defende que não pode haver explicação realista crítica substantiva de qualquer coisa; no máximo, que qualquer projeto, teoria ou explicação específica é consistente com a perspectiva do realismo crítico.

instituição do pensamento institucionalista (Lawson, 1997, 2003). A sociedade é, para o autor, uma rede de posições internamente relacionadas e de regras e práticas associadas, uma concepção que permite a investigação de questões distributivas, além de aspectos ligados à produção e à troca que são costumeiramente pesquisados pela economia dominante.

Para Lawson (1997), a elaboração de uma noção de estrutura social permite que o significado do termo “instituições” da literatura institucionalista e, até mesmo, da evolucionária seja revisto a partir de entendimentos transformados pelo realismo crítico. Para Lawson (1997, p. 310, grifo do autor, tradução própria), “[...] o termo ‘instituição’ é usado para designar aqueles sistemas, ou processos estruturados de interação (reunindo regras, relações e posições, bem como hábitos e outras práticas), que são relativamente duradouros e identificados como tal.”²¹¹

O pesquisador, a partir da análise ontológica da estrutura social, dos seus constituintes e características fundamentais, identificando aquelas que têm impacto significativo em como as coisas funcionam, pode conduzir projetos explicativos causais. A teoria do posicionamento social, é na verdade, uma contribuição para a ontologia filosófica, ainda que permaneça no campo da ontologia filosófica social (Lawson; Morgan, 2021b).

Para Lawson, o estudo dos pressupostos ontológicos de teorias e práticas de diferentes grupos e comunidades pode facilitar a compreensão de diferentes sistemas culturais, além de possibilitar a identificação de inconsistências e inadequações no raciocínio científico (Lawson 2015b, 2019b).

Assim, não há como não considerar a análise ontológica e essa atitude é a principal explicação para o estado questionável da disciplina econômica. A única possibilidade é ser explícito sobre avaliações e compromissos ontológicos. Deixar que os compromissos ontológicos fiquem implícitos na forma de pressupostos, na maioria das vezes, não examinados e, possivelmente, inadequados, tende a levar à incoerência analítica em geral (Lawson, 2019b; Lawson; Morgan, 2021b).

Como visto, em Lawson, a preocupação explícita com questões de ontologia social, filosófica ou científica,²¹² permite o estudo sistemático das estruturas da realidade social, como

²¹¹ No original: “[...] the term ‘institution’ be used to designate those systems, or structured processes of interaction (collecting together rules, relations and positions as well as habits and other practices), that are relatively enduring and identified as such.”

²¹² Lawson (2015b) refere que o seu projeto, assim como o Cambridge, dá ênfase à ontologia filosófica, incluindo a do domínio social, enquanto que os colaboradores da tradição analítica do século XX, como Carnap e Putnam, dão ênfase à ontologia científica. Para esses comentadores, somente se pode alcançar os compromissos ou pressupostos ontológicos das teorias científicas a partir dos *insights* das ciências não sociais. Tal atividade consiste na metafísica interna.

uma condição essencial de, e para, um projeto significativo de emancipação humana. Para que tal projeto seja possível, são condições necessárias para a mudança social a existência de objetivos reais compartilhados, a autoconsciência dessas necessidades e interesses, que se constituam em possibilidade real, no discurso normativo eficaz e aceito, e que haja inclinação para agir de acordo com tais interesses reais.

No entendimento de Lawson, por meio do realismo crítico, a transformação das estruturas sociais é uma possibilidade para alternativas que visam à emancipação humana, das suas potencialidades e das suas oportunidades. Por meio da crítica explicativa identificam-se estruturas indesejadas, desnecessárias, restritivas ou discrepantes, bem como suas causas sociais subjacentes, para os objetivos sociais esperados ou relevantes.

Tal compreensão não serve como substituto à ciência ou à teorização substantiva, contudo fornece base para a crítica imanente a confusões, incoerências e tensões nos fundamentos de projetos que envolvem orientações filosóficas insustentáveis. Assim sendo, a partir da análise ontológica da estrutura da realidade social, dos seus constituintes e características fundamentais, objetiva, também, oferecer alternativas às teorias gerais e específicas da natureza dos fenômenos sociais, além de conduzir projetos explicativos causais de sistemas abertos históricos e culturais e de processos cumulativos estruturados. Para Lawson, as ciências sociais se preocupam com a compreensão e com a contínua melhoria da apreensão do mundo, das suas estruturas e ações, em transformação permanente.

Nesse sentido, tendo em conta que o objetivo primordial da ciência é a produção de conhecimento de estruturas subjacentes, poderes, mecanismos e de suas tendências que produzem os fenômenos que se manifestam, o trabalho de Lawson efetuou uma "virada ontológica" na metodologia, na filosofia e na própria economia a partir de questionamentos aparentemente simples sobre ontologia e posicionamento social (Fullbrook, 2009; Lawson, 1997; Lawson; Morgan, 2021a; Morgan, 2020b).

Sua defesa de um realismo metafísico consiste numa explicação de como o mundo deve ser antes de ser investigado pela ciência e para que as atividades científicas sejam possíveis e não numa interpretação realista de alguma teoria substantiva. A investigação científica sob o realismo transcendental assume a forma de crítica imanente de premissas históricas contingentes e condições sociais específicas, visando conclusões hipotéticas e condicionais; uma investigação que nunca pode ser encerrada, está sempre aberta à elaboração e à transformação. Mais, o argumento transcendental permite, além dos entendimentos relacionados à ontologia social, a compreensão da condição

humana e da natureza, e igualmente à maneira que agência e estrutura humana se formam e interagem (Lawson, 1997, 2003, 2009a).

O projeto realista de Lawson consiste, portanto, numa preocupação explícita com a ontologia, uma orientação sustentada para examinar e formular posições sobre a realidade social, bem como para investigar criticamente os pressupostos ontológicos de contribuições alternativas sobre teorias e métodos substantivos, que não vão além das aparências, avançando para a análise das estruturas, poderes, mecanismos e tendências subjacentes que possibilitam e restringem os fenômenos da realidade. Seu programa se distingue por ser uma contribuição para a economia como uma teoria da realidade social e para orientar alternativas de métodos e abordagens de análise social que sejam adequados ao objeto em questão com vistas a bases explicativas mais fecundas e poderosas. A ontologia decide o método como meio para o conhecimento substantivo e não ao contrário.

Entre seus comentadores, além de Daniel Hausman citado anteriormente, cabe destacar algumas outras contribuições críticas. Por exemplo, Boylan e O'German (1995) argumentam que o realismo de Lawson é, essencialmente, dualista de um mundo intransitivo garantido pela filosofia e pelo conhecimento científico transitivo. Tal concepção associa a filosofia à razão pura de forma dissociada da ciência falível e em constante revisão. Mais, embora vejam o realismo crítico como uma abordagem superior à metodologia econômica do que a posição ortodoxa e de seu relato dedutivista na investigação científica, entendem que o mesmo não dá o devido reconhecimento aos eventos como constituintes indispensáveis de mecanismos causais reais nas ciências, incluindo na economia – se a abordagem humeana limita a causalidade de eventos, o realismo crítico vai ao outro extremo.²¹³ Além disso, sob o realismo crítico se apreende que diferentes explicações, todas igualmente satisfatórias, podem ser possíveis numa investigação científica, dependendo do contexto em que elas ocorrem – em outras palavras, para os críticos não existem explicações já que nenhuma tem precedência sobre as demais e isso não resiste ao escrutínio científico.

Hodgson (2004a) questiona como o realismo crítico pode orientar a escolha ou a construção da teoria econômica, por exemplo, sobre as causas do crescimento econômico, a partir de um número substancial de teorias plausíveis e causalmente operativas, já que não proporciona orientação em termos de critérios para avaliar a importância de um nexos causal sobre outro – o que é mais importante ou fundamental, bem como teorias ou políticas diferentes

²¹³ O programa de Hume é uma tentativa de demonstrar que o conhecimento existente é justificado a partir da certeza científica, por outro lado, reiterando o que foi afirmado, anteriormente, o projeto realista transcendental investiga como deve ser o mundo para que o conhecimento seja possível (Lawson, 1994a).

e críveis. A crítica de Hodgson situa-se no nível da análise substantiva explicativa de fenômenos que Lawson foi incorporando em seu trabalho ao longo do tempo.

Guala (2005) refere que o argumento transcendental de Lawson é dividido em duas partes: a primeira, a derivação da existência de estruturas da agência humana; e, a segunda, a prova de que estruturas são genuinamente sociais. Para o comentador, tal derivação transcendental realista crítica das estruturas sociais da agência humana de Lawson, em *Economics and reality*, tornou mais claro o argumento introduzido por Bhaskar em *The possibility of naturalism*, cujo foco era a questão da redutibilidade ou não do comportamento social ao individual e vice-versa.

Guala refere que o sentido dado por Lawson aos argumentos transcendentais como um tipo de raciocínio abduutivo ou retrodutivo, por meio do qual passa de fenômenos distintivos da experiência para causas específicas subjacentes, é diferente do de Kant. Para o filósofo alemão a característica de um argumento transcendental era sua “necessidade”: por exemplo, sem “X”, “Y” seria impossível (primeira premissa); mas se “Y” é o caso (segunda premissa); logo, “X” deve ser o caso (conclusão).

Assim, ao sugerir que a existência de estruturas sociais é baseada em um grande argumento filosófico – uma derivação transcendental – em vez de em uma investigação empírica cuidadosa, como toda boa ciência deveria ser, Lawson se afasta de características generalizadas da experiência como escolha, intencionalidade e estruturas que orientam a ação humana. Portanto, tal sentido dado aos argumentos transcendentais é insatisfatório e deve ser dispensado, argumenta Guala.

Vromen (2009, p. 330, tradução própria) refere que Lawson não é transparente no caminho que o leva à ontologia social, pois só de vez em quando, declara explicitamente as bases das suas deduções ou inferências transcendentais e das “alegadas observações não contestadas”²¹⁴ sobre a realidade social. A falta de fundamentação é uma omissão séria para Vromen. Mais, tal como Guala, Vromen entende que os argumentos transcendentais não podem fornecer compreensões substanciais que Lawson afirma, beirando a invalidez ou omissão.

A tentativa de Lawson, segundo Vromen, de identificar os blocos de construção básicos e essenciais da realidade social sem recurso à pesquisa empírica parece ser uma tentativa de resgatar a filosofia primeira (metafísica). Para o autor, as considerações ontológicas não poderiam ou deveriam desempenhar um papel negativo e crítico sobre teorias e modelos econômicos existentes. Deveriam, pelo contrário, conforme Vromen, desempenhar um papel

²¹⁴ No original: “alleged uncontested observations”.

construtivo de teoria econômica que deve ser apoiada por evidências empíricas e teóricas, apresentar poder explicativo e atender a certos requisitos formais, como parcimônia e consistência interna.

Daidsen (2009) refere que a teoria realista crítica da ontologia social é apenas um primeiro passo construtivo, embora útil, nos processos de teorização e análise econômica, faltando aos argumentos transcendentais credibilidade epistemológica que permita à investigação explicativa ir além das dúvidas, suposições ou hipóteses. Para o autor, é preciso que a reflexão ontológica seja considerada uma parte indispensável e integrada no processo científico de problemas e questões econômicas substantivas, isto é, como atividades mutuamente inter-relacionadas.

Para tanto, propõe desenvolver teorias ontológicas específicas de domínio a partir da análise de processos de reprodução e de transformação de estruturas, das interações entre agentes e estruturas sociais, da crítica imanente e de explicações alternativas à fenômenos econômicos substanciais como desemprego e inflação, portanto de áreas específicas dentro da economia e não de toda a realidade socioeconômica. Assim, de uma ontologia social geral do realismo crítico, a proposição de um relato realista crítico de domínio para apresentar sua própria linha de investigação dos melhores relatos e soluções dos problemas econômicos, ao lado de outras escolas de pensamento já existentes.

Por fim, Kuorikoski e Ylikoski (2012) referem problemas na explicação contrastiva da investigação causal proposta por Lawson. Primeiro, porque a economia dominante também faz uso de explicação de diferenças em seus modelos. Segundo, pensar que o contraste surge apenas de situações surpreendentes e não em situações esperadas ou certas. Terceiro, entender que a explicação contrastiva tem relevância significativa, quando, na verdade, representa uma restrição dedutiva na explicação – a depender do conjunto razões/justificativas selecionadas, o evento (resultado a ser explicado) teria sido diferente. Por fim, considerar que a explicação de contraste é um método de inferência causal simplesmente por ser a mais provável de ser verdadeira é assumir um princípio epistêmico controverso.

Como visto acima, Lawson parte do princípio de que existe uma realidade inteligível e procura identificar, por meio da ontologia e não de algum protocolo ou método da ciência em si, as condições de possibilidade de fenômenos que são reconhecíveis como altamente generalizados, como práticas humanas, rotinas e hábitos. A realidade social é singular, altamente diferenciada, de natureza processual, em constante evolução e dependente dos indivíduos, das suas práticas, entendimentos e motivações, conscientes e inconscientes. Indivíduos e todas as formas de estrutura social são reproduzidos, transformados, moldados ou

modelados por tais práticas. Também, a estrutura social e a ação humana dependem uma da outra, mas não criam ou determinam uma à outra – a língua, por exemplo, um fenômeno social, não determina o que um indivíduo faz, apenas permite ou restringe sua ação.

Conforme Lawson, deve-se introduzir reinvidicações empíricas a fim de passar da concepção ontológica para qualquer teoria ou modelo substantivo particular. Assim, a ciência, na visão de Lawson, deve tratar mais de descobrir mecanismos causais do que identificar regularidades em eventos ou correlações em contextos experimentais muito específicos.

Para a ciência do tipo dedutivista, que inclui a economia convencional, importa apenas seguir protocolos de ciência para isolar forças causais compensatórias de mecanismos intrinsecamente estáveis em controle experimentais, com o progresso sendo dado pelo acúmulo de regularidades. Tal ciência baseada numa ontologia atomística é falha para o domínio social aberto, estruturado, com propriedades emergentes e em constante mudança.

Já a abordagem explicativa de contraste propugnada por Lawson não destaca causas particulares, mais significativas ou mais essenciais do que outras, que podem ser múltiplas sobre um único efeito ou resultado.²¹⁵ O contexto importa nesse processo de investigação dos mecanismos causais subjacentes e a análise da ontologia da realidade é um guia para tal investigação, eis que as características da realidade afetam causalmente os fenômenos sociais reais.

Pelo exposto, em linhas conclusivas, se o projeto de Lawson tem sido mais eficaz em explicar o *mainstream* do que mudá-lo, como assevera Morgan (2020a), seu trabalho recente de análise de fenômenos econômicos altamente concretos, como gênero, corporações e moeda, a partir dos *insights* do realismo crítico, revela um esforço de ressignificar a economia como disciplina do estudo dos fatores sociais que influenciam as condições de bem-estar da sociedade.

Com base em tal ontologia social, um subtrabalhador filosófico lockeano que elimina obstáculos à ciência econômica e esclarece limites e possibilidades, a investigação científica em termos de explicação causal passa a ser praticável, embora de forma contingente, falível e passível de mudança.

A essência da economia como ciência social, então, para Lawson, consiste na identificação das estruturas e dos mecanismos profundos e complexos da realidade social, das tendências e dos poderes causais subjacentes – potenciais, capacidades ou habilidades para agir

²¹⁵ Lawson (2009d) admite semelhanças entre seu método de explicação de contraste (ou de explicação de contrastes críticos) mencionado acima e o método de investigação de Peirce, abordado no item 2.3.2.3 desta Tese.

de certas maneiras – que dão origem aos fenômenos reais do mundo socioeconômico. Sem embargo, para tal movimento essencial, a análise ontológica é necessária para perseguir uma explicação causal no sentido bhaskariano, ou seja, uma preocupação com as causas subjacentes aos eventos, ou em outras palavras, de uma causa “mais profunda” para um “fenômeno de superfície” por meio da abordagem do realismo transcendental.

O trabalho seminal de Lawson estabeleceu uma agenda para o desdobramento de um projeto realista crítico dentro da economia por meio da atenção às questões ontológicas. Defende uma ontologia da estrutura e uma abordagem causal explicativa propondo o uso do método dos contrastes críticos, entendido como o mais propício para o tipo dos fenômenos que ocorrem num mundo social aberto, para explicar diferenças, inconsistências ou interesses diante do que seria esperado no estágio prévio de entendimento. O conhecimento se dá com a transformação, revisão e acréscimo ao entendimento inicial por meio da prática social da ciência, portanto, sujeito a revisão contínua.

Assim, Lawson propugna recuperar a economia como ciência com a ajuda da ontologia e explicitamente defende o fim efetivo da economia ortodoxa por conta da falta de compromisso com a estrutura social, o que, em última análise, decorre da falácia epistêmica – crença que investigações ontológicas podem ser reduzidas a questões epistemológicas.²¹⁶

Lawson propõe uma estrutura de teoria geral da ontologia social, por meio de processos de posicionamento social a partir de *insights* do realismo crítico como ontologia filosófica e do método do raciocínio transcendental, possibilitando, também, investigações explicativas de fenômenos reais, como gênero e moeda, assim dando conta de domínios específicos (uma ontologia regional e científica), algo que os críticos afirmam que Veblen não fez.

Esse aspecto será examinado no capítulo seguinte, central para os objetivos da presente Tese, ou seja, como a concepção da ciência econômica de Veblen é fundamentada em termos de pressuposições ontológicas sobre a estrutura social (instintos, hábitos e instituições) e de fenômenos como emergência e mudança cumulativa e a possibilidade de explicação da economia contemporânea ou de aspectos específicos como o subdesenvolvimento brasileiro.

Por outro lado, numa obra tão extensa e coerente, talvez ainda falte à Lawson o poder revolucionário de um texto fundante de Veblen, conquanto pequeno, que, mesmo hoje, mais de 125 anos depois de sua publicação, continua impactando estudiosos e profissionais da área. Falta a Lawson fazer a pergunta apropriada sobre a concepção da economia, embora sua obra

²¹⁶ Lawson (1997, p. 276) não poderia ser mais claro: “Estou defendendo nada menos do que o fim efetivo da economia ortodoxa (como uma abordagem geral e posição dominante).” [No original: “[...] I am arguing for nothing less than orthodox economics’ effective demise (as a general approach and mainstream position).”]

tenha um significado quase tão poderoso e profundo quanto o texto vebleniano referido, um artigo que sintetize e impacte de maneira unívoca, a partir da preocupação explícita com questões sobre ontologia social. Tal texto seria “*Why is economics not necessarily a realistic science?*”, parafraseando *Why is economics not an evolutionary science?* de Veblen.²¹⁷ As pistas, o próprio Lawson deu ao longo do trabalho. Sem embargo, é preciso dar os créditos a Thorstein Veblen.

2.4.4 O realismo evolucionário de Geoffrey Hodgson

Yoguel e Robert (2024) referem que existem quatro posições teóricas sobre a contribuição de Darwin à economia, todas concordando que a economia é governada por regras diferentes da biologia: (i) as ideias darwinianas empregadas como metáforas e analogias, como a posição de Nelson e Winter (2005);²¹⁸ (ii) o darwinismo generalizado de Hodgson e Knudsen; (iii) a hipótese da continuidade de Witt; e, (iv) a teoria da complexidade guiada pela auto-organização de Foster. Tais posições teóricas, embora não constituam uma teoria unificada, apontam para capacidades cognitivas específicas, processos de aprendizagem, criatividade e interação dos indivíduos nos contextos cultural e econômico, podendo ser entendidas como metateorias.²¹⁹

Entre os pensadores que mais têm contribuído para as pesquisas do institucionalismo original e, em especial, com o aporte darwiniano à ciência econômica está Geoffrey Hodgson. Professor emérito em Gestão na Loughborough University London, Bacharel em Ciências (B.Sc.) em Matemática e Filosofia e Doutor em Literatura (D.Litt.) pela University of Cambridge, além de ter sido agraciado com dois doutorados honorários pela Academia Russa de Ciências e pela Universidade de Tessália (Grécia). Autor de mais de 20 livros e de 300 artigos sobre economia e outras ciências sociais, utiliza aportes de conhecimentos e ferramentas de outros saberes como história, filosofia e sociologia, bem como da biologia evolutiva.

²¹⁷ Fleetwood (1999) refere que o trabalho de Lawson (1989b), além da convergência com Bhaskar, se baseou, em particular, em Keynes e de seus escritos sobre probabilidade e incerteza como fundamento para a crítica ao *mainstream* em relação à aplicação de métodos probabilísticos formais ao material das séries temporais econômicas. Como exposto neste item da Tese, se depreende que a orientação ontológica para a compreensão da realidade social é, antes de tudo, essencialmente, vebleniana, uma ontologia de causação e mudança cumulativa dependente da ação humana na sociedade, ou na linguagem de Veblen, da relação de mútua interdependência entre indivíduos e instituições.

²¹⁸ Para Hodgson e Knudsen (2010), no trabalho de Nelson e Winter (2005) os princípios darwinianos estão implícitos.

²¹⁹ Para os autores, entre as quatro posições, o uso de metáforas e analogias e a teoria da complexidade são as mais adequadas para apreender a dinâmica evolutiva econômica.

Conforme mencionado por Conceição (2020b), Hodgson é um dos autores que mais avançou no relacionamento da obra de Veblen com os avanços recentes da economia evolucionária.

2.4.4.1 Economia evolucionária: campo de estudo das mudanças evolutivas na economia

A economia é um campo de pesquisa que lida com uma ampla e complexa variedade de assuntos econômicos, nos mais diversos ambientes históricos, sociais e culturais, bem como em múltiplos contextos de expectativas, incertezas e tendências. Ao longo do tempo, diferentes escolas de pensamento econômico, sob influência dos mais diversos campos de conhecimento, empreenderam esforços na busca da compreensão desses fenômenos, contudo o grau de sucesso depende de uma ontologia adequada que permita conceber e orientar de forma adequada a investigação científica dessa realidade.

A economia marginalista, por exemplo, de Jevons, Menger e Walras, cujo foco estava nas teorias da distribuição e no valor subjetivo de cada bem e serviço a partir da sua utilidade marginal, assumia que o comportamento econômico racional é característico da natureza humana, equilibrando prazeres e dores.

Para tanto, adotou a linguagem e hábitos matemáticos de pensamento para exprimir as relações entre variáveis econômicas. A concepção era que, para resolver um problema econômico, deve-se antes defini-lo e medi-lo em termos matemáticos. Consistia numa versão matematizada das doutrinas econômicas cujas análises eram orientadas ao equilíbrio das forças econômicas.

Os economistas neoclássicos expandiram a análise marginal, entre eles, Alfred Marshall, que foi o precursor da teoria da firma e dos estudos sobre a estrutura dos mercados e que tinha por método a análise de equilíbrio parcial. Matemático de formação e tendo traduzido os raciocínios de Ricardo e Mill em linguagem matemática, propôs que a economia se quisesse tomar uma ciência natural como modelo deveria partir da biologia ao invés da física, pois ela se relaciona com as forças sempre mutáveis da natureza humana.²²⁰

Para o autor neoclássico, os economistas têm muito a aprender com a biologia, assim fez uso de algumas analogias como as presentes no Capítulo VIII, que trata da Organização Industrial, da obra *Princípios de economia – tratado introdutório* (Marshall, 1996).

²²⁰ Mayr (2008) refere que o termo “biologia” surgiu no início dos anos 1800 e foi se desenvolver como um ramo separado da ciência num espaço de 40 anos durante o século XIX, começando pela embriologia de von Baer, em 1828, até a genética de Mendel, em 1866, passando ela evolução de Darwin e Wallace, entre 1858 e 1859.

Para o autor, as indústrias mais aptas sobrevivem na luta pela existência e a influência seletiva que essa exerce sobre aquelas, assim como a analogia entre a divisão do trabalho, a especialização da mão de obra, do conhecimento e da maquinaria em aproximação com a subdivisão de funções ou diferenciação de partes dos seres vivos.²²¹ No entanto, foi referido pelo próprio Marshall, na obra citada, que aproximações biológicas são mais complexas do que as da física.²²²

Nesse sentido, a tradição neoclássica posterior a Marshall continuou com as metáforas mecânicas e sua ontologia irrealista de equilíbrio das forças econômicas ao invés de ter buscado, efetivamente, uma aproximação sucessiva com o campo de pesquisa da biologia. Além disso, fazer analogias biológicas não é o mesmo que desenvolver uma análise evolutiva como processo sistemático de variação e mudança (Hodgson, 1993a; Marshall, 1996; Mazzoleni; Nelson, 2013).

Conforme Hodgson (2010a), Camic e Hodgson (2011) e Dopfer (2013), o primeiro uso do termo "economia evolucionária" em inglês foi provavelmente feito por Veblen em *Why is economics not an evolutionary science?*.²²³ Por outro lado, muitos estudiosos da ciência econômica passaram a teorizar sob uma perspectiva teórica evolutiva ampla, como a incorporação de princípios de variação e seleção natural – comportamento adaptativo, imitativo e de tentativa e erro – na busca de lucros positivos para descrever o comportamento das firmas feitas por Alchian (1950)²²⁴ ou a descrição do desenvolvimento capitalista como um processo evolutivo, segundo Schumpeter (1961).²²⁵

Mais recentemente, a economia evolucionária ganhou força teórica a partir dos trabalhos seminais de Boulding (1981) e de Nelson e Winter (2005). Esses últimos, por exemplo, com inspiração schumpeteriana, teorizaram sobre a dinâmica industrial evolutiva, bem como a

²²¹ Marshall (1996) tributa a Spencer e Hegel sua noção de evolução como continuidade. Hodgson (1993b) refere que no campo biológico a influência específica de Spencer, e do seu pensamento mecanicista e atomista, certamente é mais significativa do que a de Darwin.

²²² Hodgson (2004c, 2005a) menciona que Marshall adotou um relato lamarckiano no qual a herança de caracteres adquiridos era considerada mais importante do que a seleção natural no processo evolutivo.

²²³ Enquanto Schumpeter pretendia complementar a teoria estática da economia dominante incorporando a dinâmica econômica, Veblen defendia uma nova ciência econômica fazendo uso da biologia darwiniana (Dopfer *et al.*, 2024).

²²⁴ Segundo Alchian (1950), as contrapartes econômicas da hereditariedade, mutação e seleção natural são imitação, inovação e lucros positivos. Alchian utiliza, claramente, uma perspectiva populacional.

²²⁵ Há autores como Foster (2021) que defendem que a economia evolucionária moderna deriva de Schumpeter e não do Institucionalismo Original. Como consabido, Schumpeter (1997) não aplicou os princípios darwinianos da seleção, variação e herança na análise da evolução econômica, caracterizada por fases históricas de diferentes durações e intensidades, a partir, essencialmente, do empresário inovador e das inovações tecnológicas e, também, de estados de incerteza, não dando importância às instituições e à cultura. Sua teoria evolucionária estava focada na dinâmica da competição nas economias capitalistas modernas, tendo negado explicitamente a analogia com a biologia (Nelson, 2006).

mudança econômica das firmas às alterações de mercado, o crescimento econômico e a concorrência por meio da inovação, concebendo diferentes níveis e unidades de seleção e interação contínua entre indivíduos, instituições e seu ambiente socioeconômico.²²⁶

Esses autores utilizaram analogias biológicas, em especial, rotina, pesquisa e seleção natural, todavia negaram uma correspondência exata entre a biologia e a evolução econômica, cuja ênfase está na adaptação do organismo ao ambiente e não na seleção ambiental do organismo, havendo espaço para a intencionalidade e a novidade no comportamento humano (Silva; Teixeira, 2009).

Assim, a economia evolucionária tem se dedicado, nas últimas quatro décadas, essencialmente, à compreensão das causas e consequências das inovações e mudanças tecnológicas, o comportamento empresarial e o papel das instituições (Yoguel; Robert, 2024; Winter, 2014). Teóricos como Giovanni Dosi, Kurt Dopfer e Stan Metcalfe são economistas evolucionistas que trabalham nesta tradição.

A evolução teórica da economia evolucionária tem sido significativa, conquanto não tenha havido convergência em uma abordagem integrada (Silva; Teixeira, 2009). Na acepção de Witt (2013), é uma marca da economia evolucionária uma diversidade de concepções bastante diferentes, às vezes, incomensuráveis, decorrentes das diversas especializações das abordagens, como a mudança institucional, o desenvolvimento de longo prazo, a emergência humana etc. Em comum, a mudança vem não só de choques exógenos, mas também de forças endógenas. Tal fragmentação teórica, ou sem o apoio de uma base comum, é um risco para cada uma dessas abordagens.

Apesar de sua heterogeneidade interna, da falta de consenso sobre questões-chave e de um quadro teórico comumente acordado (Hodgson, 2010a), as diferentes abordagens, pontos de vista e níveis de análise podem significar um maior poder de compreensão da realidade socioeconômica.

Nesse sentido, do ponto de vista do avanço da ciência econômica para o entendimento da realidade, a biologia evolutiva, por meio de conceitos como acaso, variação, adaptação, processo e não equilíbrio, e o uso de mecanismos darwinianos de variação, herança e seleção, que são bastante difundidos entre os economistas evolucionistas, há muito tempo,

²²⁶ Hodgson (2010a) registra que a obra referida de Nelson e Winter (2005) mencionou Darwin apenas uma vez de passagem e ignorou Veblen. Camic e Hodgson (2011) referem que o trabalho de Nelson e Winter mostra uma afinidade maior, conquanto não reconhecida, com Veblen do que com Schumpeter.

tem proporcionado *insights* poderosos que têm sido incorporados em trabalhos de psicologia econômica, economia ecológica e macroeconomia evolucionária.²²⁷

2.4.4.2 Pensamento evolutivo: uma aproximação histórica

As controvérsias científicas, no século XIX, em torno da teoria da evolução centravam-se na interpretação das evidências geológicas, paleontológicas e biológicas.

Para Mayr (2008), a evolução biológica é o mais importante conceito da biologia moderna. Várias são as conotações e contextos nos quais o termo evolução é aplicado, como por exemplo, transformação, avanço, adaptação, mudança. Em essência, constitui uma contínua interação de processos aleatórios e de processos seletivos ao longo do tempo.

Em economia aplica-se a palavra, por exemplo, para exprimir variação (como da taxa dos juros, do nível do emprego), inovação (tecnológica, de produtos, de processos, por exemplo), progresso (material, técnico etc.), crescimento (dos níveis da educação básica, dos indicadores de saúde, do produto nacional, dentre outros), ou desenvolvimento (da liberdade individual, da justiça social, da proteção ao meio ambiente, dentre outros usos). Nessas acepções os fatores tempo e mudança são importantes para exprimir variação e seleção nos agentes, nos hábitos, nas instituições e nos fatos econômicos, portanto devem fazer parte das análises socioeconômicas.

Ainda, segundo Mayr, um entendimento completo da biologia como ciência autônoma não é possível sem uma análise da contribuição do darwinismo. De acordo com o autor, nenhum outro livro teve maior impacto no pensamento moderno, inclusive na visão de mundo, do que *A origem das espécies* de Darwin (1809-1882), a partir de uma explicação secular da vida. Foi Darwin “[...] quem claramente estabeleceu a ciência secular.” (Mayr, 2008, p. 79)

Tal visão da ciência é considerada por Mayr como a primeira revolução darwiniana. Tal revolução fundamentou uma ciência histórica da natureza e rompeu com princípios do senso comum dominados pela física, como o pensamento tipológico (número delimitado e imutável de essências que não acomoda a variação e a diversidade de fenômenos da realidade), o

²²⁷ Futuyma e Morgante (2002) referem que a biologia evolutiva é a história da vida e dos processos que levaram à sua unidade, diversidade e características adaptativas. Trata-se de uma disciplina intelectual e tecnologicamente dinâmica e de seus métodos, conceitos e perspectivas, que tem proporcionado contribuições em outros campos de pesquisa da biologia, bem como em outras ciências como a psicologia, a antropologia e a informática. A biologia evolutiva ou biologia histórica é um dos campos da biologia. O outro é a biologia mecanicista ou funcional que lida com as atividades de organismos, sobretudo os processos celulares, e que tem como base a química e a física (Mayr, 2008).

reducionismo (a explicação de um sistema está na análise das suas partes), o determinismo (onde não há espaço para variação ou eventos casuais), e a suficiência de leis newtonianas para a explicação da evolução, que prevalecia entre os biólogos, embora não fossem aplicáveis à biologia.

Mayr (2008) defende que a segunda revolução darwiniana foi causada pela teoria da seleção natural que trata do mecanismo da mudança evolutiva e de como esse mecanismo pode dar conta da aparente harmonia e adaptação do mundo orgânico. Para Darwin, o processo evolutivo possibilitou a diversidade e a complexidade das espécies que ocorreram, ao longo do tempo, por meio da descendência com modificação, contudo tem-se que explicar o mecanismo que a opera, a saber, a seleção natural.

A concepção evolucionista de Darwin consiste num sistema teórico no qual cinco teorias podem ser distinguidas: (i) a própria teoria evolucionária como um processo contínuo de evolução; (ii) a teoria da descendência comum dos organismos (incluindo os humanos) por um processo de ramificação;²²⁸ (iii) a teoria do gradualismo (a evolução prossegue por meio do surgimento de pequenas diferenças e não aos saltos); (iv) a teoria da multiplicação de espécies (origem da diversidade); e, (v) a teoria da seleção natural, uma explicação causal para a adaptação dos organismos entre si e com o seu meio ambiente e que foi, finalmente, recebida pela comunidade científica somente após um período de 80 anos de debate por meio da síntese evolucionista (Mayr, 1998, 2008).

Darwin tinha dois objetivos distintos em vista quando escreveu *A origem das espécies*. Primeiro, mostrar que as espécies não foram criadas separadamente e, em segundo lugar, que a seleção natural foi o principal agente da mudança, embora em grande parte auxiliada pelos efeitos herdados do hábito e, em menor grau, pela ação direta das condições circundantes (Darwin, 1974).

Segundo Mayr (1998, 2008, 2009) a seleção natural procede em duas etapas: a produção de variação em populações em que o acaso prevalece; e, sua discriminação por seleção e eliminação, geração após geração, alterando a composição genética dos indivíduos. O foco passa a ser, portanto, a das causas eficientes para dar conta de uma realidade em contínua evolução e não mais a das causas finais aplicáveis num mundo constante e imutável.

²²⁸ Conforme Mayr (2008), a biologia molecular desenvolvida na segunda metade do século XX mostrou que o código genético é essencialmente o mesmo desde as bactérias primitivas até os organismos multicelulares superiores e, também, que a informação só pode ser transferida de ácidos nucleicos para proteínas, e não de proteínas para ácidos nucleicos. Essa é a razão pela qual não pode haver herança de características adquiridas.

Atualmente, se considera a seleção mais como um processo de eliminação não aleatória do que como seleção positiva, e isso possibilita a sobrevivência de mais variedades desviantes.²²⁹ Mesmo que reste alguma incerteza quanto ao papel da variação no processo evolutivo, já não se considera variação (mutação, recombinação e efeitos ambientais) e seleção (fenótipos variados separados por seleção) como conceitos opostos, mas partes inseparáveis de um processo único e cooperativo (Mayr, 2008).

Enquanto a evolução era gradual e ramificada como uma árvore em Darwin, significando que as espécies existentes evoluíram de um ancestral comum, Jean Baptiste Pierre Antoine de Monet, conhecido como Cavaleiro de Lamarck (1744-1829), naturalista francês, argumentava que as espécies mudavam ao longo do tempo e se transformavam em outras, numa tendência inerente e linear a uma maior complexidade e perfeição, uma visão teleológica ou de causa final tal como proposto por Aristóteles (Darwin, 2017; Mayr, 1998, 2008, 2009).²³⁰

Em 1809, Lamarck publicou *Filosofia zoológica* propondo que as formas de vida surgem a partir da matéria inanimada por geração espontânea, progredindo em direção a uma maior complexidade e perfeição. O comportamento era uma causa importante da evolução decorrente de mudanças no ambiente que estimulam ou provocam necessidades e atividades internas nos organismos, que, por sua vez, geram alterações morfológicas adaptativas. O autor sugeriu, também, que as modificações adquiridas pelos indivíduos seriam transmitidas aos seus descendentes (Lamarck, 2021).²³¹

Para Lamarck, cabe registrar, o conhecimento da natureza é impelido por dois motivos: o econômico e o filosófico. O primeiro surge das necessidades econômicas e da satisfação do homem em relação aos produtos da natureza utilizados por ele, isto é, só se interessa pelo que acredita ser útil. O segundo, é o interesse de conhecer a natureza por si mesma, aprender sobre sua marcha, leis e operações e, assim, formar uma ideia de tudo que existe (Lamarck, 2021).

Martins (1997) refere que na teoria de Lamarck podem-se identificar quatro causas da variação das espécies: (i) tendência para o aumento da complexidade; (ii) surgimento de órgãos em funções de necessidades; (iii) desenvolvimento ou atrofia de órgãos como função de seu

²²⁹ Aqui cabe uma reflexão. Veblen ao utilizar o conceito de seleção natural de Darwin antecipa a conclusão moderna dessa teoria como uma seleção de instituições? Como será discutido na Seção 3.2 desta Tese, a compreensão vebleniana de Darwin está muito a frente do seu tempo.

²³⁰ Para Mayr (2008), Quine considerava a maior realização filosófica de Darwin a refutação da causa final de Aristóteles.

²³¹ Futuyma (2002) refere que a evolução cultural, entendida como mudanças no comportamento fundamentadas no aprendizado e não em frequências gênicas, é lamarckiana, pois o comportamento e a fala de uma língua, por exemplo, adquiridos durante a vida são transmitidos para seus descendentes ou para outros indivíduos. Assim, a evolução cultural pode acontecer mais rapidamente do que a evolução biológica e mudanças súbitas podem ocorrer no espaço de uma geração.

emprego a partir de hábitos que sofrem influência das circunstâncias; e, (iv) herança do adquirido. A teoria da evolução lamarckiana se baseava, então, basicamente na herança de caracteres adquiridos e no princípio do uso e desuso, ainda que o autor não tenha dado explicação em relação à transmissão dos caracteres adquiridos. Por outro lado, sua teoria dava conta da evolução por meio de causas naturais regulares, sem ação do acaso ou por fatores extraordinários.²³²

Comparativamente, em Lamarck não há seleção natural ou ancestral comum e não há multiplicidade de espécies – a diversidade era produzida por adaptação diferencial e novas espécies surgiam por geração espontânea. Em comum com Darwin, apenas o gradualismo da evolução.²³³ Futuyama (2002) e Mayr (2008) referem que a transmissão dos caracteres adquiridos foi aceita por Darwin, porém possuía um papel secundário – o mecanismo principal é a espécie evoluir por pequenos incrementos cumulativos na aptidão.

O pensamento darwiniano evidencia a realidade evolutiva dos seres vivos entre si e entre eles e o contexto natural ao longo do tempo. Tal realidade é sujeita à transformação constante, diversidade e num ritmo mais elevado do que o ambiente pode suportar, entendimento que Darwin teve a partir da teoria populacional malthusiana e que deu origem a expressão “[...] a luta pela existência [...]” (Darwin, 2017, p. 12).²³⁴

Conforme Mayr (2008), tal expressão é uma metáfora e significa a seleção dos melhores, que Darwin retirou dos criadores de animais que escolhem os melhores espécimes para aperfeiçoar seus plantéis, a partir de características especiais representativas do ideal visado. Contudo, o curso real dos eventos durante a evolução é melhor explicado pela seleção por eliminação, isto é, somente os indivíduos de fato inferiores são eliminados, sendo que todos os remanescentes são aproveitados para reprodução, permitindo uma maior diversidade, aleatoriedade e imprevisibilidade.

Esse último método foi o utilizado por Herbert Spencer (1820-1903) em *The principles of biology*, volumes I e II, uma obra publicada em 1864 e 1867, respectivamente,

²³² Noble (2021) defende que a contribuição lamarckiana sobre a evolução deve ser reavaliada.

²³³ Russel (2015) afirma que a teoria da evolução de Darwin tem inspiração em Lamarck e no avô de Darwin, Erasmus, sendo que o acréscimo de Charles teria sido, apenas, na coleta de evidências. Mais, que a Teoria Populacional de Malthus, que tem origem em Condorcet, estendida ao mundo biológico de animais e plantas, inspirou Charles Darwin no desenvolvimento da ideia da luta pela existência e pela sobrevivência. Russel assevera que a extensão de Darwin à economia foi utilizada por radicais filosóficos no sentido de que a força motriz da evolução consiste numa espécie de economia biológica que existe num mundo de livre concorrência.

²³⁴ Hodgson (2004c) menciona que a inspiração de Darwin para a teoria da seleção natural veio em parte da economia após ter lido, dentre outros, *Theory of moral sentiments*, de Adam Smith, de 1759, e *An essay on the principle of population*, de Thomas Malthus, de 1826. Para Hodgson (2024a), a influência de Malthus é apenas uma entre muitas, como o acesso a alimentos, os efeitos de predadores e mudanças adversas no clima. Dessas circunstâncias decorre o conceito de “luta pela existência”, segundo Hodgson, em recente artigo.

e daí decorre a expressão “sobrevivência dos mais apto”. Ser apto significa possuir certas propriedades que aumentam a probabilidade de que o indivíduo sobreviva. Conforme Mayr (2009), a seleção natural é um processo de eliminação, sendo que o próprio Darwin passou a usar a interpretação de Spencer em obras posteriores, inclusive como sinônimo para seleção natural (Darwin, 1974).²³⁵

Spencer apresentou sua teoria evolutiva em *The development hypothesis*, de 1852 (Spencer, 1891a), aprimorando-a em *Progress: its law and cause*, de 1857 (Spencer, 1891b) e, finalmente, em *First principles*, de 1862 (Spencer, 1863). A ideia central era a transformação progressiva do homogêneo em heterogêneo, de uma forma menos coerente para uma mais coerente, da passagem do indefinido ao definido, de uma forma intrinsecamente instável para uma estável, tanto no inorgânico quanto no orgânico.

No plano da biologia, da mesma forma, a transformação do homogêneo em heterogêneo consiste na essência do progresso e o homem é a criatura mais heterogênea na história biológica do mundo.²³⁶ A vida consiste na adaptação dos organismos ao ambiente, via diferenciação dos seus órgãos, aproximando-se do pensamento lamarckiano. Depois de adaptado, a seleção natural favorece a sobrevivência do mais adaptado, conforme referido acima.

No curso da evolução social, a crescente heterogeneidade da civilização, das nações entre si, entre governantes e governados, na linguagem, nas artes (escultura, arquitetura, poesia, música etc.), na organização social do trabalho constituem evidências do progresso, segundo Spencer. Religião e poder são agências de controle, assim como o são os costumes e usos cerimoniais que não são regulados pelas leis religiosas ou civis, apesar de exercerem poder do homem sobre o homem.

Segundo Spencer, a evolução é sinônimo de progresso em direção ao equilíbrio, à perfeição e à complexidade, seja na natureza, na sociedade ou no indivíduo, por meio de diferenciações sucessivas nas estruturas e nas funções decorrentes da influência do ambiente apoiada em hábitos. Para entendê-la é necessário aprender sobre a natureza das mudanças. Novas condições físicas, técnicas e mudanças de hábitos quando se tornam dominantes causam

²³⁵ Hodgson (2004c), nesse sentido, defende que foi Spencer, e não Darwin, quem cunhou o termo "sobrevivência do mais apto", além de ter popularizado o termo “evolução”. Por ter apresentado uma síntese aparentemente mais completa, Spencer ofuscou Darwin no período entre 1880-1900, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Nesse período, o evolucionismo foi dominado por ideias spencerianas e outras de progresso ou desenvolvimento automático, com os mecanismos causais inadequadamente explicados (Hodgson; Knudsen, 2010). Por exemplo, a ontologia de Marshall era baseada no evolucionismo spenceriano (Hodgson, 2015).

²³⁶ O autor justifica a heterogeneidade do homem pela “multiplicação de raças” e da “diferenciação dessas raças” entre si, argumentos racistas, por óbvio. Vide Nota de Rodapé 26, na seção 3.4.1 abaixo.

diversidade crescente da heterogeneidade, bem como maior agregação e dependência mútua de cada todo e de suas partes.

Para o autor, há um princípio universal que dá causa a toda essa mudança estrutural e funcional das coisas que é toda causa produzir mais de um efeito e que tem nos fenômenos da matéria, movimento e força o fundamento dessa dinâmica, uma visão fundada na mecânica essencialista newtoniana. Todo efeito é mais complexo que a causa e vale para todas as mudanças incessantes que, por outro lado, não têm começo nem fim em todas as formas de evolução – astronômica, geológica, biológica, mental e social. Há uma causa última, incognoscível, de mudança endógena na evolução spenceriana (Hodgson, 2004c; Reale; Antiseri, 2005b; Spencer, 1863, 1891a, 1891b).

Há em Spencer a mesmo caráter de progresso e perfeição como sinônimo de evolução que em Lamarck, bem como a ênfase nos mecanismos do uso e desuso como hereditários. Tal visão conduzia ao desenvolvimento de capacidades em caráter cumulativo como resultado de múltiplas adaptações ao ambiente.

Para Darwin, por outro lado, as múltiplas adaptações de estruturas, propriedades, atividades, comportamentos e ciclo de vida constituem um processo *a posteriori* não teleológico. Não há termo ou meta final, começando de novo a cada geração, não havendo espaço para autômatos sem propósitos na teoria darwiniana. A mudança é resultado da interação entre variação e seleção ambiental mediante a conservação e a acumulação de pequenas variações herdáveis produzindo crescente diversidade e extinção daqueles que não conseguem se adaptar. Em essência, evolução é processo contínuo e tipicamente causal de adaptação e seleção (Darwin, 2017).

Assim, se para Lamarck e Spencer, o ambiente foi o principal agente de mudança, em Darwin, a mudança resultou de uma combinação de variação e seleção ambiental. Para Veblen (1904), a essência do avanço de Darwin sobre Lamarck decorre da pesquisa do primeiro para explicar as espécies em termos do processo do qual elas surgiram, ao invés da causa primária à qual a distinção entre elas pode ser devida.

Da mesma forma, a genética mendeliana, redescoberta no início do século XX, provou a constância dos genes, ainda que tenha impactado negativamente o gradualismo darwinista, no período, dado que as variações genéticas não seriam contínuas, mas ocorreriam em saltos. Desenvolvimentos posteriores da genética populacional demonstraram que a genética de Mendel, com mutações dos genes ao acaso e por processos de seleção natural, leva à evolução

darwiniana.²³⁷ Tais trabalhos foram complementados pelos de biólogos, nos anos 1940, consistindo na Síntese Evolucionária Moderna, provando que a evolução é gradual e explicável a partir de pequenas mudanças genéticas, de recombinação gênica e da variação genética por seleção natural.²³⁸

Por fim, a biologia molecular, da segunda metade do século XX, mostrou que o material genético não é feito de proteínas, mas sim de ácidos nucleicos, evidenciando que o código genético é essencialmente o mesmo desde a origem das espécies, assim não pode haver herança de características adquiridas. Em outros termos, as mudanças dos fenótipos, o alvo da seleção natural, não podem passar para os genes que são estáveis, embora possam haver mutações (descontinuidades genéticas) e, assim, capacidade de evoluir (Futuyma, 2002; Mayr, 1998, 2009).

Portanto, a teoria darwiniana implica a rejeição de quaisquer causas teleológicas (metas definidas e antevistas) para as espécies e também de qualquer determinismo ou perfeição no mundo orgânico. Trata-se de uma explicação natural e não mais sobrenatural, teísta ou teleológica, por isso é entendida como uma revolução científica ousada e inovadora. Em essência, a causalidade evolutiva, cujo foco explicativo está no processo, constitui o fundamento do pensamento filosófico de Darwin (Mayr, 1998, 2008, 2009).

Em linhas conclusivas, a seleção do melhor e a eliminação dos piores ocorrem de modo simultâneo, constituindo-se em ocorrências paralelas no processo de seleção. Da mesma forma, não há seleção sem variação e essa não tem sentido sem seleção subsequente. Se na variação tudo é acaso e aleatoriedade e na seleção tal fator ainda exerce influência, a sobrevivência e a reprodução se baseiam, em grande medida, nas características geneticamente determinadas, portanto na “sobrevivência dos mais aptos”, afirma Mayr (2008).

Assim, a biologia moderna é, portanto, em grande medida, conceitualmente darwiniana e a evolução é o seu conceito central: mais do que uma hipótese ou teoria, é um fato a partir das evidências robustas acerca da realidade que está sempre mudando – um sistema aberto no qual as leis físicas não são suficientes para explicar a diversidade, sendo a seleção natural o principal mecanismo evolutivo.

A evolução biológica consiste na mudança das propriedades das populações dos organismos que transcendem o período de vida dos indivíduos. Tais elementos individuais não

²³⁷ É digno de nota que no livro *The instinct of workmanship and the state of the industrial arts*, de 1914, Veblen já estava a par da estabilidade genotípica humana. A hereditariedade é sempre de grupo e o principal ator na estabilidade das espécies.

²³⁸ Para uma crítica à síntese moderna, ver Noble (2021).

evoluem (Futuyma, 2002). É, portanto, um processo que favorece grupos na busca da adaptação às condições existentes e não os que não cooperam (Mayr, 2008).

Além disso, a evolução populacional é transmissível via material genético e caracterizada pelas mudanças irreversíveis no plano das espécies. E, sobretudo, os mecanismos da evolução darwiniana não possuem direção nem objeto, não há meta ou termo final, propósito ou direção, determinismo ou perfeição no processo evolucionário.

Essa concepção darwiniana se apresenta como um esquema aberto, versátil e vigoroso para a análise da evolução da realidade orgânica, composta por interações entre componentes, emergência de propriedades e características inesperadas em sistemas complexos (Futuyma, 2002; Mayr, 2008).

Sendo assim, o conceito de evolução, tal como proposto por Darwin (2017), deve ser o fundamento da ontologia socioeconômica como está sendo analisada na presente Tese, e consiste na base da ontologia de Thorstein Veblen e eixo central do trabalho de George Hodgson. Os desenvolvimentos teóricos desses autores são orientados por uma perspectiva investigativa ampla, não limitada a determinados campos de pesquisa, aspectos econômicos ou a um conjunto específico de ferramentas analíticas definidas de forma restrita.

2.4.4.3 O darwinismo generalizado de Hodgson

Hodgson (2004c), a partir de um quadro complexo e irreduzível de genes, indivíduos e instituições sociais, com mecanismos replicadores variados, entende a evolução socioeconômica como um processo de seleção de estruturas sociais, ao invés de unidades individuais ou biológicas. Para o autor, a evolução não é um processo otimizador ou teleológico, embora aceite a possibilidade da herança de caracteres adquiridos em alguns níveis sociais, entendendo a abordagem darwiniana como mais completa do que o lamarckismo em termos explicativos.²³⁹ Da mesma forma, não entende a teoria darwiniana como justificativa para a sobrevivência do mais apto.

O pesquisador defende que o darwinismo envolve mais do que variação, replicação e seleção, ao procurar por explicações dos fenômenos em termos causais, processuais, incrementais em linhas evolucionárias e em condições exógenas de desenvolvimento.

²³⁹ Em Spencer a evolução social dependia das características biológicas da herança humana e do efeito do ambiente social, uma forma de reducionismo biológico. O desenvolvimento social e a evolução biótica individual são consentâneos e dependentes de um processo circular de *feedback* positivo, no qual o avanço na natureza humana gera instituições mais avançadas, possibilitando maior desenvolvimento humano por meio da aprendizagem e estímulo ambiental (Hodgson, 2004c).

A mudança é um processo cumulativo multinível de seleções sucessivas em termos de causas eficientes. Assim, numa perspectiva filosófica distinta, a ciência deveria compreender a explicação causal dos eventos e não esses se constituírem no objeto científico.

No pensamento darwiniano também se distingue o compromisso ontológico com a variedade, em que pese algumas características essenciais, as entidades são distintas, isto é, cada indivíduo é único num grupo de organismos que se reproduzem. A variação é o material a partir do qual a seleção pode moldar indivíduos melhor adaptados, inclusive na espécie humana, de forma gradual, incremental e que não tem fim. Tal conceito foi chamado por Mayr (2009) de pensamento populacional no qual a variação individual é padrão e as populações são heterogêneas, um dos conceitos mais relevantes na biologia moderna.

Hodgson (2004c) discorre sobre os sete princípios filosóficos do darwinismo, sendo quatro ontológicos (relativos ao ser) e três metodológicos (explicação relativa). Aqueles dizem respeito à natureza do mundo e às suas conexões causais, independentemente do estado do conhecimento da forma como o mundo funciona. São eles: (i) o princípio da determinação ou o princípio de que todo evento tem uma causa; (ii) o materialismo baseado em propriedades emergentes; (iii) o pensamento populacional de entidades semelhantes, mas de indivíduos não idênticos, variedade que a seleção opera; e, (iv) continuidade como princípio explicativo de resultados decorrentes de mudanças incrementais acumuladas ao longo do tempo.

Quanto aos princípios metodológicos, Hodgson refere: (i) a explicação causal cumulativa em termos de processos de seleção natural; (ii) a explicação evolutiva em termos científicos; e, (iii) a consistência das ciências, isto é, qualquer compreensão em um nível ontológico deve ser consistente com níveis inferiores.²⁴⁰

Hodgson (2004b) defende que a posição ontológica central darwiniana envolve o princípio da determinação ou da causalidade universal, um compromisso com um tipo singular de causalidade que pode conectar diversos domínios e, assim, explicar os fenômenos evolutiva e causalmente. Trata-se da causa eficiente que explica os resultados complexos em termos de uma sucessão detalhada e acumulada de mecanismos causais ao longo do tempo, isto é, no que concerne ao processo causal vinculado da seleção natural e não no sentido aristotélico de fenômenos que surtem efeito. O sentido darwiniano também não abarca a causa final aristotélica, isto é, de caráter teleológico – dirigida por uma intenção, propósito ou objetivo.

²⁴⁰ As ciências sociais não são redutíveis, porém devem ser consistentes com a psicologia, a biologia, a química ou a física (Hodgson, 2004c).

Darwin (1974, 2017) argumentou que a seleção natural opera tanto sobre os elementos da linguagem bem como sobre indivíduos, princípios morais e grupos sociais, ou seja, o mecanismo explicativo da evolução não é restrito apenas à esfera biológica; também ocorre no âmbito social e cultural.

Contudo, isso não implica que qualquer fenômeno cultural ou econômico, por exemplo, seja explicável em termos de genes humanos, ou em outras palavras, reduzido a questões puramente biológicas, pois os mecanismos que se aplicam às esferas socioeconômicas são muito diferentes daqueles da biologia. Há muitos níveis de replicação, como hábitos, rotinas, costumes e instituições, além da existência de propriedades emergentes e de relações causais (Hodgson, 2004c).

De outro lado, o etólogo Richard Dawkins (1976) defende que a teoria da evolução por meio da seleção natural de Darwin é central no estudo do comportamento social, especialmente quando unida à genética de Mendel.

Dawkins assume que a evolução biológica é centrada nos genes da evolução biológica que transmitem com fidelidade suficiente sua estrutura na replicação e se questiona se há replicadores em outros domínios. Assim, no nível social, as unidades de transmissão ou imitação cultural são os memes – uma unidade ou nível adicional de replicação e seleção que não apenas os genes, como ideias, costumes, cerimônias e tecnologias. Dawkins refere que o homem é dominado de maneira singular pela cultura, pelas influências aprendidas e transmitidas e o meme também passa por um processo análogo à seleção natural.²⁴¹

Em *Universal darwinism*, de 1983, Dawkins argumentou que a concepção da evolução por seleção natural de Darwin é a única teoria que pode explicar os fenômenos associados à vida, referindo a existência da complexidade adaptativa, em termos morfológicos, fisiológicos ou comportamentais dos organismos, por meio de gerações sucessivas de seleção cumulativa, não só da Terra, mas um quadro teórico que dá conta de toda a vida, em todos os lugares. A teoria de Darwin é generalizável universalmente como as grandes leis da física, defende Dawkins (1983).²⁴²

Da mesma forma, David Hull (1988), filósofo da biologia, estende as regras darwinianas à evolução da ciência, argumentando que os mesmos tipos de forças responsáveis pelas mudanças biológicas também atuam no desenvolvimento de ideias científicas, bem como nos

²⁴¹ Hodgson e Knudsen (2010) argumentam que não há clareza terminológica e consenso sobre o termo meme, mas é certo que o conceito é insuficientemente darwiniano por não identificar os mecanismos causais envolvidos nos processos culturais e sociais.

²⁴² Hodgson e Knudsen (2010) referem que utilizam a terminologia “generalized Darwinism” ao invés de “universal Darwinism” para não passar a impressão errônea que dá conta de tudo ou que tem validade universal.

grupos sociais. O autor propõe uma filosofia evolucionista da ciência aplicando a concepção darwiniana do pensamento populacional à própria mudança científica.

Para o autor, as teorias e ideias científicas evoluem por meio da seleção como função da perpetuação diferencial dos elementos que as compõem mediante a dinâmica de duas etapas distintas do processo de seleção – replicação e interação. Essas etapas correspondem ao genótipo e fenótipo biótico, respectivamente, e se tornaram termos generalizados entre os teóricos evolucionistas para entidades em processos evolutivos.²⁴³

Para que um processo seja consistente com a teoria darwiniana é necessário distingui-lo em genótipo-fenótipo, assim como para haver sentido em múltiplos níveis no processo de seleção é necessário compreendê-lo a partir da dinâmica replicador-interator de Hull (1988).

Nesse sentido, a ciência é um processo de seleção caracterizado por relações sociais de competição cooperativa, sendo que o uso mútuo do trabalho por pesquisadores constitui sequências de replicação e medida do sucesso da comunidade científica. A ciência tem caráter cumulativo, pois cada cientista herda ideias, métodos, dados acumulados e problemas, bem como possíveis soluções em seu campo de investigação a partir do trabalho de pesquisadores precedentes e, ao avançar, o profissional quer que sua pesquisa seja utilizada por outros especialistas. Na ciência, portanto, há uma combinação de competição e cooperação para Hull.

Em síntese, o trabalho de Dawkins é basicamente orientado pela teoria evolutiva moderna em biologia, postulando que a evolução da cultura humana pode ser entendida em termos de um processo no qual as variáveis-chave e os mecanismos são nitidamente análogos aos da evolução biológica, enquanto o de Hull, de uma forma mais ampla, está mais aberto a diferenças importantes entre a forma como os aspectos da cultura humana evoluem e a evolução das espécies.

Hodgson (2005a) expressa que a teoria darwiniana, por constituir a única explicação causal adequadamente detalhada da evolução de sistemas interativos complexos, tem impulsionado muitas pesquisas que tentam aplicar os princípios darwinianos à evolução social ou cultural. Tais estudos, entretanto, falharam em definir rigorosamente os conceitos centrais do darwinismo aplicado amplamente, incluindo variação, seleção e replicação, bem como não levaram em conta características específicas como propriedades e processos emergentes nos níveis sociais, falhando no estabelecimento de unidades de seleção como interatores

²⁴³ Para Hull (1988), um interator é uma entidade que interage diretamente como um todo coeso com seu ambiente, de tal forma que essa interação faz com que a replicação seja diferencial, enquanto o replicador é uma entidade que transmite sua estrutura em grande parte intacta em replicações sucessivas.

(língua, empresas, por exemplo) e replicadores (costumes, rotinas etc.) sociais, que são irreduzíveis às propriedades de seus membros ou indivíduos.²⁴⁴

Todavia, tal alcance estendido dos princípios darwinianos de variação, herança e seleção para outros sistemas abertos e em evolução além da esfera biológica, como o âmbito cultural ou social humano, como proposto por Dawkins ou Hull já havia sido feito pelo próprio Darwin, como referido acima, e também por Veblen (1897b, 1898b, 1983).

Hodgson (2008) discute como Veblen generalizou o quadro darwiniano e seus conceitos para estudar o crescimento e a evolução das instituições e hábitos considerando-os como entidades coesas com alguma capacidade para a retenção e replicação de soluções de problemas, ou seja, desde que as se considere como sistemas populacionais complexos analisados em termos dos princípios gerais darwinistas. Todavia, a análise vebleniana não reduz a explicação socioeconômica inteiramente à psicologia ou à biologia.

Segundo Hodgson, Veblen via o relato da economia como abordando a origem, o crescimento, a persistência e a variação das instituições e entende a variação cultural como cumulativa em termos de habituação. Hábitos de pensamento e instituições eram unidades de relativa estabilidade e continuidade através do tempo, com suas características sendo transmitidas de um período para outro. A vida do homem em sociedade é uma luta pela existência nos escritos de Veblen, conforme Hodgson.

Para esse comentador, as provas textuais nos escritos veblenianos não deixam dúvida que a terminologia e uso dos princípios darwinianos de variação, herança e seleção à evolução social não se limitou a metáforas. Veblen deixou claro que os sistemas socioeconômicos evoluíram realmente de forma consistente com a teoria darwiniana, embora a tentativa tenha sido incompleta e imperfeita para Hodgson (2008).

Cordes (2009), de outro lado, conquanto reconheça em Veblen a influência dos fatores biológicos na formação dos comportamentos econômicos, entende que o institucionalista original via a evolução cultural como essencialmente diferente da evolução biológica, fazendo uso dos princípios darwinianos como metáforas. Para o comentador, não há replicadores no nível social que são transmitidos culturalmente por meio de um processo de mistura de traços culturais que, dessa forma, nunca se replicam de forma idêntica – tais processos de transmissão são incompletos e imperfeitos. Além disso, o mecanismo da seleção seria de uma força menor

²⁴⁴ Em entrevista concedida ao periódico *Erasmus Journal for Philosophy and Economics* (EJPE, 2010), Hodgson é taxativo quanto a limitação das analogias emprestadas da biologia, por exemplo, assumir o gene como replicador. No domínio social, os entes transmitem informações para outras entidades, mas de maneiras, mecanismos e naturezas diferentes.

na evolução cultural e social, dada a elevada instabilidade tanto do ambiente quanto do material selecionado. Portanto, para o crítico, Veblen não fez uso de conceitos darwinianos para descrever os mecanismos causais da evolução cultural.

Hédoin (2010), em linha com o relato acima de Hodgson, destaca o duplo estatuto das instituições, ao mesmo tempo fator e unidade de seleção, na obra intelectual de Veblen. Esse autor, conforme Hédoin, não tentou defender uma explicação biológica reducionista para a evolução socioeconômica. Para Veblen, a evolução das estruturas sociais é um processo natural de seleção de instituições, ou de adaptação lenta de hábitos de vida e de pensamento às restrições ambientais, que são, também, fatores eficientes de seleção de tipos estáveis de comportamento. Assim, para Hédoin, Veblen generalizou o darwinismo, porque argumentou explicitamente que a evolução social tem na sua raiz num processo de seleção multinível e de adaptação.

Assim, a generalização do darwinismo a uma ampla gama de fenômenos requer, além do conjunto central de princípios evolucionários, elementos auxiliares específicos para cada domínio científico, como na análise da evolução socioeconômica. O darwinismo generalizado constitui uma estrutura metateórica e por si só pode não dar uma explicação completa e detalhada dos processos ou resultados evolutivos (Hodgson, 2005a).

Hodgson (2002b) defende que o darwinismo é totalmente relevante para a economia e uma economia evolucionária adequada deve ser darwiniana. Para o autor, o darwinismo inclui um amplo arcabouço teórico geral para a análise da evolução de todos os sistemas abertos e complexos, incluindo os sistemas socioeconômicos, consistindo num compromisso filosófico básico com explicações detalhadas, cumulativas e causais. Não há causa não causada, teleologia ou objetivo na natureza. Tudo deve se submeter a uma explicação causal em termos científicos, inclusive a agência humana intencional e as estruturas sociais.

Nesse sentido, Hodgson e Knudsen (2006, 2010) referem que a evolução sociocultural é darwiniana, sendo que os princípios de variação, herança e seleção ocorrem tanto no domínio biológico quanto na sociedade humana, embora existam diferenças significativas em detalhes específicos entre tais sistemas que devem ser abstraídas, restando apenas princípios gerais e abstratos. Para os autores, é preciso mais do que a aplicação apenas desses três princípios para se ter um estudo que explique causalmente processos evolutivos distintivos – mais hipóteses de domínio específico precisam ser adicionadas, por exemplo, a natureza da sociabilidade humana, a novidade, a criatividade, a cooperação entre as unidades, as diversas instituições sociais e o desenvolvimento de diferentes tipos e tecnologias de transmissão e retenção de informação (Hodgson, 2010a).

Enquanto o princípio da retenção (ou continuidade) diz respeito ao mecanismo que as entidades retêm e transmitem informações aos seus descendentes para resolver problemas adaptativos, o princípio da variação é aquele que evidencia que as entidades não são idênticas devido à grande variedade existente dentro da população. Por fim, pelo princípio de seleção a população de entidades se transforma à medida que se avança no tempo, com as entidades mais adaptadas em relação ao ambiente, assim, com uma possibilidade mais alta de sobrevivência (Hodgson; Knudsen, 2006; Hédoïn, 2009).

Seguindo a terminologia de Hull, Hodgson e Knudsen (2006, 2010) referem que a evolução por meio da seleção natural envolve processos de replicação e interação no domínio econômico, como hábitos e rotinas (e não genes) e empresas (e não indivíduos), respectivamente. Nessa distinção, os iteradores são as entidades que interagem com seu ambiente e entre si e os replicadores são as entidades que são replicadas e que fornecem um grau de estabilidade basal, por meio do armazenamento de informações, conservadorismo cultural e institucional, para que a seleção dos iteradores possa ocorrer.²⁴⁵

Para os autores, os replicadores têm implicação causal na produção da cópia, similaridade dos espécimes relativamente à fonte, transferência de informação que tornam a cópia semelhante e capacidade de aumentar a complexidade. Já os iteradores devem possuir integridade perante o meio circundante apesar da variação ambiental, isto é, são entidades integradas, coesas e duráveis, embora compartilhem dependência em relação aos replicadores.

Hodgson e Knudsen (2010), em linha com os filósofos William James e John Dewey, bem como com Veblen, que teria sido influenciado por esses autores pragmatistas, argumentam que a ontologia em camadas do instinto-hábito fornece as conexões necessárias entre os aspectos biológicos e os sociais. Hábitos são disposições socialmente transmitidas (adquiridos pelos indivíduos em um contexto cultural), não obstante são preparados e sustentados por instintos biologicamente herdados (fundamentados em genes). Aqueles podem orientar ou restringir os instintos, assim como hábitos de níveis superiores podem restringir ou superar os de ordem inferior.²⁴⁶

²⁴⁵ Vromen (2012) é crítico da abordagem de empresas como agentes individuais, pois abrigam pessoas heterogêneas com diferentes interesses, crenças, intenções, atitudes, percepções e assim por diante.

²⁴⁶ As obras de James, Dewey e Veblen citadas por Hodgson e Knudsen são, respectivamente, *The principles of psychology*, de 1890, *Human nature and conduct: an introduction to social psychology*, de 1922, e *The instinct of workmanship, and the state of the industrial arts*, de 1914. Como exposto na subseção 2.3.3, acima, na presente Tese, a noção de hábito de James é claramente diferente da de Veblen. Além disso, como já defendido na subseção 2.3.4, acima, no que tange a relação intelectual Veblen e Dewey, a análise cronológica das obras dos autores parece indicar que a influência principal é inversa, de Veblen para Dewey. Isso posto, não se pode concordar com Hodgson e Knudsen (2010), nesse ponto.

Os autores entendem que os hábitos são mecanismos essenciais no processo de aprendizagem e de desenvolvimento de habilidades, blocos de construção individuais de costumes, rotinas e de outros replicadores sociais, bem como centrais para a evolução social.²⁴⁷ Hábitos e rotinas contêm soluções conhecidas para problemas frequentes. Além disso, são persistentes e replicam, ou em outros termos, preservam e transmitem papéis sociais, interpretações, atitudes, conhecimentos, atuando como substrato relativamente durável de todas as crenças e razão deliberativa.

Se no domínio biológico hábitos fazem parte do fenótipo em interação com o ambiente, do ponto de vista social, em um nível acima da realidade, tornam-se replicadores, contudo não se replicam diretamente como o DNA, fazendo cópia de si mesmos; o fazem por meio da expressão de comportamentos que são imitados por outros indivíduos, assim, transmitidos como cópias imperfeitas, defendem Hodgson e Knudsen (2010).

A evolução social funciona inevitavelmente em múltiplos níveis. Os requisitos teóricos darwinianos são necessários para explicar fenômenos e processos em sistemas complexos, constituídos por populações de entidades variadas e replicantes, em mudança e interação contínua, incluindo com o seu ambiente, e com propriedades que não correspondem a nenhuma entidade individual tomada isoladamente. O mecanismo de seleção não assume a produção de resultados eficientes, pois em certos casos a seleção pode até levar a desvios sistemáticos e, com isso, gerar diversidade.

Os autores proporcionam um tratamento abrangente do darwinismo generalizado entendido como um modo de pensar sobre a evolução econômica a partir dos mecanismos da variação, seleção e retenção, sendo a seleção o mecanismo chave que permite a mudança evolutiva. Além disso, sustentam que não há alternativa conhecida ao darwinismo como quadro geral para analisar a evolução dos sistemas, entidades e processos sociais e econômicos.

Para Hodgson e Knudsen (2010), a força do darwinismo está na explicação dos fatos em vez de prever qualquer resultado evolutivo futuro como acontece com as previsões feitas a partir das leis do movimento newtoniano. Nesse sentido, o darwinismo generalizado poderia se tornar a espinha dorsal de uma estrutura evolutiva unificada para as ciências sociais e comportamentais, embora não consiga explicar nem prever tudo.²⁴⁸

²⁴⁷ Rotinas são o análogo organizacional dos hábitos individuais, enquanto o costume é a forma mais geral de uma rotina.

²⁴⁸ Hodgson e Knudsen (2010) são categóricos quanto aos princípios evolutivos darwinianos de variação, seleção e herança não fornecerem uma teoria completa à maneira de Newton ou de Einstein.

Nesse sentido, tais princípios explicam a evolução em sistemas populacionais complexos,²⁴⁹ abertos e em constante mudança, entretanto ponderam que o darwinismo generalizado não fornece uma metodologia diretamente cabível em pesquisa aplicada usando dados num *continuum* histórico. Por outro lado, ajuda a elucidar teoricamente a mudança evolutiva em circunstâncias, mecanismos e processos específicos em mundos diferentes e intrinsecamente diversos. Assim, o darwinismo generalizado propõe que, apesar dessas diferenças ontológicas reais e significativas no nível do detalhe e do contexto, há também características ontológicas comuns em um nível abstrato na evolução natural e social, entre e dentro dessas duas esferas.

Como toda a construção teórica, o darwinismo generalizado tem sido alvo de debates e críticas fundamentais, por exemplo, as de Cordes (2009, 2015), Foster (2021), Lawson (2003), Nelson (2006), Vromen (2007, 2012), Yoguel e Robert (2024) e Witt (2004).

Lawson (2003) investiga o processo de mudanças cumulativas com base no realismo crítico, referindo que as análises da economia evolucionária, que assumem o modelo darwiniano de seleção natural, dão atenção insuficiente à natureza do domínio social ao qual se pretende que os modelos evolutivos sejam aplicados, além de assumir que todos os fenômenos econômicos podem ser tratados como resultantes de processos evolutivos sujeitos à seleção natural.

Witt (2004) argumenta que o darwinismo generalizado é uma tentativa de construir uma analogia abstrata ao modelo de domínio específico da biologia evolutiva pressupondo que existe apenas uma e mesma base ontológica geral para todos os fenômenos evolutivos. Para o autor, tal analogia biológica não funciona no mundo real sociocultural dada a característica, por exemplo, de um *feedback* sistemático entre seleção e variação na evolução econômica. Esse *feedback* acontece quando, por exemplo, os indivíduos saem de uma relação econômica quando ameaçados por forças de seleção. Para Witt, Hodgson e Knudsen não se livraram das características que são específicas e peculiares à evolução biológica como as noções darwinianas de replicação e seleção.

O autor propõe, a partir de uma caracterização genérica da evolução como processo de emergência e de disseminação de novidades, uma continuidade ontológica histórica na qual a evolução na natureza moldou o terreno e definiu as restrições para as várias outras formas de

²⁴⁹ Hodgson (2008) leciona que tais populações são definidas por membros semelhantes em aspectos chave, mas que possuem algum grau de variação entre os indivíduos, decorrentes da gênese ou das circunstâncias. São mortais e degradáveis, competindo por recursos e energia para sobreviver e possuem alguma capacidade de reter e transmitir a outros soluções viáveis para a sobrevivência.

evolução cultural, contudo os mecanismos e regularidades entre essa evolução e a da natureza diferem fundamentalmente requerendo teorias explicativas próprias. Em outras palavras, tratam-se de processos causais e de como os produtos de ações evolutivas passadas, biológicas e culturais, influenciam os processos em curso da evolução econômica, preparando o terreno ou restringindo o seguimento da evolução cultural.

Tal projeto é denominado de “*continuity hypothesis*” ou “hipótese da continuidade”, em português, que implica a visão de que a evolução econômica em curso prossegue influenciada pelos resultados de processos anteriores de evolução biológica. Diferentemente da preocupação do darwinismo generalizado com a existência ou não de propriedades comuns entre a evolução biológica e a econômica, na hipótese da continuidade o foco está em entender se tais processos evolutivos interagem ou não causalmente entre si (Witt, 2004, 2013; Vromen, 2012).

Nelson (2006) anui com a aplicabilidade de uma teoria evolutiva geral para a mudança cultural procedendo por meio de um processo que envolve variação e seleção, porém não com a concepção de que a evolução cultural envolve coisas semelhantes aos genes e aos fenótipos, com suas relações semelhantes às da biologia. Para o autor, tentar encaixar sua análise no molde da biologia prejudica o desenvolvimento de uma ciência social séria e empiricamente orientada. Um exemplo é o uso de conceitos como replicadores e interatores na cultura humana como analogia ao genótipo e ao fenótipo da biologia, respectivamente. Em vez disso, propõe uma forma mais ampla de darwinismo universal compatível com uma teoria evolutiva baseada em analogias.

Vromen (2007, 2012) entende que no darwinismo generalizado as considerações ontológicas não estão claramente relacionadas à questão de se os sistemas econômicos exibem ou não as características darwinianas de variação, herança e seleção, como a discussão de causas não causadas (uma cadeia causal ininterrupta e contínua) e a ontologia multiníveis da realidade. Ainda, para Vromen, a teorização do darwinismo generalizado não funciona como um dispositivo heurístico (ou de orientação) para o desenvolvimento de novas teorias na economia evolucionária ou para o fornecimento de explicações causais detalhadas de processos reais de mudança nas economias.

Além disso, segundo Vromen, Hodgson e Knudsen não explicitam exatamente o que mais é necessário além dos três princípios do darwinismo generalizado para se chegar a teorias causais completas ou com poder explicativo sobre a evolução dos fenômenos e processos econômicos. Por fim, Vromen afirma que o darwinismo generalizado não é geral o suficiente para fazer justiça aos processos evolutivos em domínios não biológicos e à evolução

sociocultural, em particular. O resultado para Vromen é que o darwinismo generalizado é desprovido de conteúdo, enquanto Cordes (2009) vai mais longe ao afirmar que tal desenvolvimento impede o progresso teórico nas ciências sociais.

Conforme Cordes (2015), a espécie humana é um resultado da evolução natural (darwiniana) e todas as outras formas de evolução cultural repousam sobre esses fundamentos. Assim, uma abordagem naturalista, que incorpora a influência duradoura da herança biológica humana no comportamento contemporâneo e as restrições à evolução econômica estabelecidas pela evolução biológica dentro da economia, a partir de conhecimentos da ciência cognitiva (para explicar os fundamentos motivacionais do comportamento humano), da biologia evolutiva e da antropologia, contribui para modelos mais realistas do comportamento humano em contextos econômicos do que a construção de analogias ou do uso metafórico de ideias darwinistas pelos defensores do darwinismo generalizado.

Foster (2021) refere que o darwinismo generalizado não oferece uma metodologia que possa ser usada em pesquisas empíricas usando dados históricos. Também, parece não ser um quadro analítico muito útil para gerar teorias e hipóteses a serem testadas nos campos relacionados à inovação e ao empreendedorismo de enfoque microeconômico e em estudos macroeconômicos de crescimento e desenvolvimento econômico, dada a existência de processos não aleatórios em economia, como cooperação, complementariedade e auto-organização,²⁵⁰ em suma, escolhas deliberativas geradoras de variedade empreendidas em estados de incerteza.²⁵¹ Assim sendo, para o autor, o darwinismo generalizado na análise de processos econômicos evolutivos é um produto da crença baseada em observações de casos particulares.

Por fim, entre as críticas selecionadas, Yoguel e Robert (2024) referem que o darwinismo generalizado está interessado apenas na evolução socioeconômica atual e na descrição dos princípios gerais que a regem, deixando de lado uma explicação histórica de longo prazo do comportamento humano. Além disso, não fornece sozinho uma explicação completa e detalhada dos processos ou resultados evolutivos que são centrados na ideia de luta competitiva, ao invés da criatividade e da cooperação.

²⁵⁰ Hodgson e Knudsen (2006) referem que a auto-organização não pode explicar adequadamente nem a adaptabilidade nem o processo de adaptação ao ambiente de populações de entidades como costumes, regras, rotinas e instituições, por isso é altamente inadequada como uma teoria geral e evolutiva, embora possa ajudar a explicar, em alguns casos, como entidades individuais evoluem.

²⁵¹ No contexto biológico, a variedade é devida ao surgimento de mutações aleatórias em replicadores (Foster, 2021).

Por outro lado, no entendimento de Hédoïn (2009), o darwinismo generalizado é um empreendimento ontológico fundamentado no realismo filosófico, devendo ser julgado pela sua capacidade de produzir explicações evolutivas. É um ponto de partida para estudos empíricos e não um substituto.²⁵²

Por outro lado, na acepção de Dopfer (2013), desde os seus primórdios, a economia evolucionária enfrenta o problema de apreender os fundamentos ontológicos adequados que fornecem orientação para a construção de uma teoria que explique o fenômeno da mudança. O autor refere que o darwinismo universal e a hipótese da continuidade não fornecem uma exposição sistemática dos fundamentos ontológicos da mudança num sistema econômico, em que pese apresentem um corpo teórico sobre vários tópicos de interesse.

Sem embargo, pelo exposto, o trabalho do darwinismo generalizado de Hodgson e outros, a partir do modelo explicativo darwiniano, fornece, em parte, um arcabouço teórico e preceitos ontológicos da realidade socioeconômica. Comparativamente a outros autores que teorizam sobre o realismo científico, Hodgson (2009b) adota uma posição realista do mundo tal qual Mäki e Lawson, embora com diferenças de opinião. Nas palavras de Hodgson (2009b, p. 186, grifo do autor, tradução própria):

O realismo reconhece que existe um mundo além de nossas percepções. Os realistas defendem que, para serem adequadas, as ciências, incluindo a economia, não devem ser jogos lógicos autossuficientes, mas tentativas de abordar e compreender aspectos do mundo real. Consequentemente, não há espaço para uma filosofia da ciência na qual “vale tudo”. Existe um imperativo realista partilhado: compreender o mundo real.²⁵³

Hodgson defende uma estrutura interpretativa “meio-termo” que não leve a extremos inaceitáveis como a refutação do formalismo por Tony Lawson ou a sua aceitação em situações raras em que o fechamento local é obtido ou aproximado. De outro lado, estão os economistas

²⁵² Dopfer e Potts (2004, 2008) propõem um quadro ontológico para o estudo da natureza e das causas do crescimento econômico e do desenvolvimento a longo prazo nos sistemas de mercado a partir de uma explicação da realidade subjacente da evolução econômica em termos da análise genérica de coordenação e mudança de regras, num quadro de níveis micro, meso e macro distintos, integrados, interativos e emergentes. São três as proposições fundamentais, ou axiomas, segundo os autores, desse realismo evolucionista, que se aplica genericamente a todos os tipos de evolução constituída por processos em sistemas abertos, complexos e em evolução, seja ela biológica, social, econômica, cultural ou política: (i) toda existência consiste em atualizações bimodais de entidades que evoluem; (ii) a associação entre existências, ou seja, a realidade é uma estrutura em constante mudança; e, (iii) o sistema econômico está localizado no tempo e todas as entidades têm uma existência temporal.

²⁵³ No original: “Realism acknowledges that a world exists beyond our perceptions. Realists uphold that, to be adequate, sciences including economics should not be self-contained logical games but attempts to address and understand aspects of the real world. Accordingly, there is no room for a philosophy of science in which ‘anything goes’. There is a shared realist imperative: to understand the real world.”

mainstream que propõem que a ciência econômica será rigorosa e científica apenas se adotar modelos formais. Segundo Hodgson, ambas as atitudes são falhas, pois há espaço para a matemática mesmo quando condições de fechamento estão ausentes ou não podem ser aproximadas. A solução é garantir que as preocupações com a relevância prática venham à tona por meio de maior ênfase à estrutura interpretativa dentro da qual a teoria é colocada.

Em suma, o darwinismo generalizado não é sobre metáforas ou analogias biológicas. Consiste mais num quadro metateórico do que numa teoria completa, pois os princípios gerais darwinianos são necessários, conquanto não suficientes, devendo-se considerar explicações específicas e detalhes empíricos para poder se ter uma explicação completa e detalhada dos processos ou resultados evolutivos. Tal desenvolvimento teórico não implica explicar os fenômenos sociais em termos biológicos ou genéticos, bem como não presume que os resultados da evolução sejam eficientes, pois se depende do contexto e dos mecanismos envolvidos. A ontologia evolutiva está contida nos três princípios darwinianos de variação, seleção e retenção (EJPE, 2010; Fucidji, 2013; Hédoïn, 2009; Hodgson, 2004b, 2004c, 2008, 2010a; Hodgson; Knudsen, 2006, 2010; Yoguel; Robert, 2024).

Sem embargo, falta ao darwinismo generalizado, conforme discutido acima e enfatizado pelos próprios autores dessa posição teórica, princípios aplicáveis ao domínio específico socioeconômico, como uma explicação histórica de longo prazo do comportamento humano, e, assim, tornar claros os compromissos ontológicos da economia evolucionista.

Em síntese, a contribuição de Darwin para a teoria evolucionária e o mecanismo da seleção natural foi altamente original, constituindo-se na principal explicação causal do processo evolutivo, incluindo sua perspectiva filosófica distinta em termos ontológicos, tendo influenciado sobremaneira o pensamento humano e os mais diversos saberes.

De outro lado, o problema evolutivo das capacidades humanas em termos tecnológicos e sociais emergindo de desenvolvimentos e interações complexas não foi abordado pelos cientistas sociais (Hodgson, 2004c), em especial, pela ciência econômica até a chegada de Veblen.²⁵⁴ Esse autor tentou explicar as instituições humanas e as estruturas sociais de forma

²⁵⁴ Hodgson e Knudsen (2010) mencionam a teoria de David Ritchie, filósofo escocês, em relação às unidades sociais de seleção, irredutíveis aos indivíduos, as quais os princípios darwinianos poderiam se aplicar. Na segunda edição de *Darwinism and politics*, de 1891, o autor argumentou que os princípios darwinianos se aplicavam à evolução das instituições sociais e dos organismos, mesmo reconhecendo as diferenças entre os domínios biológico e social. Segundo Ritchie (1891), a qualificação é necessária ao invés de supor que as concepções de biologia podem ser transferidas para os fatos da sociedade sem a necessidade de uma investigação crítica de sua validade nessa nova esfera. Tal alcance do darwinismo, segundo os comentaristas, foi posteriormente descrito por Dawkins como darwinismo universal no século XX.

consistente com o paradigma evolucionário darwiniano (Hodgson, 2001c, 2004c; Hodgson; Knudsen, 2006, 2010).

Os princípios filosóficos darwinianos são centrais para a economia institucional de Veblen, propiciando o desenvolvimento da ideia de múltiplos níveis de realidade, cada um associado a propriedades emergentes e poderes causais em termos evolucionários, base conceitual e filosófica aplicada à evolução socioeconômica. Tal teorização será discutida no próximo capítulo.²⁵⁵

2.5 DA FILOSOFIA À ECONOMIA, PASSANDO PELA ONTOLOGIA: UMA SÍNTESE

Qualquer investigação das ciências sociais, entre elas a economia, necessita de estruturas conceituais bem como de fundamentos teóricos condizentes com o objeto de análise, sejam aspectos dizentes à agência humana ou à estrutura socioeconômica, para que seja possível uma reflexão crítica.

Por conseguinte, a ciência, como prática social, procura elucidar a estrutura, os poderes, os mecanismos e as tendências que produzem os fenômenos e os objetos que formam essa realidade. Assim, à medida que camadas mais profundas são apreendidas, o conhecimento adquirido em tal processo permite revisar concepções anteriores que não se adequam mais às circunstâncias cambiantes.

Ao longo desse capítulo foi visto que conhecer a realidade depende de que a verdade, que está nas coisas ou no ser, se manifeste (em termos de correspondência) e que seja evidente para a razão. Filosoficamente, a verdade depende de que se liberte das aparências e se busque a essência da realidade.

Como discutido, a filosofia consiste na análise, na reflexão e na crítica da realidade, incluindo os seres humanos em suas múltiplas formas. Baseada na razão e fundamento da ciência, a filosofia avançou pelo diálogo entre filósofos. Independentemente da orientação, a preocupação central de pensadores, como Aristóteles, Descartes, Locke, Hume, Kant, Hegel e Peirce, está relacionada à solução de questões filosóficas, em especial, o acesso à realidade, à verdade e sobre como é o mundo, portanto, em essência, ligados à questões ontológicas.

Hodgson e Knudsen (2010) referem que o uso por Ritchie da ideia de uma seleção natural de instituições ou de estruturas sociais foi provavelmente a primeira na língua inglesa e que a abordagem de Veblen foi a segunda.

²⁵⁵ Hodgson e Knudsen (2010) registram que outros institucionalistas como Mitchell, Commons e Ayres abandonaram ou não seguiram o projeto darwiniano de Veblen.

Nesse sentido, um problema filosófico surge das incoerências entre o estado anterior e o posterior de uma realidade e envolve, pelo menos, quatro níveis de análise, conforme Hodgson (2010a): (i) o ontológico que trata das suposições da natureza da realidade; (ii) o epistemológico que se preocupa em como o conhecimento é adquirido e justificado; (iii) o nível heurístico que aborda a forma como os problemas são enfrentados; e, (iv) o metodológico que se dedica às explicações teóricas e a sua construção.

Seguindo terminologia heideggeriana, enquanto o termo ontológico está relacionado aos entes tomados como objetos de conhecimento, incluindo o seu estudo filosófico, à análise dos conceitos em que consistem as estruturas ônticas e aos métodos e categorias adequados para o estudo de cada uma delas, o vocábulo ôntico diz respeito aos entes em sua existência, sua estrutura e sua essência, enfim, aquilo que é em si mesmo.

No presente capítulo fez-se uma aproximação da problematização da realidade em termos filosóficos que, de alguma forma, ajuda a entender o quadro filosófico-teórico de Thorstein Veblen, em especial, sob a perspectiva da sua ontologia. A partir dessa, ter condições de refletir criticamente sobre quais são os processos que ocorrem na realidade econômica em mudança cumulativa e como eles se relacionam com os indivíduos e as instituições.

Repisando, a realidade socioeconômica é estruturada em diferentes níveis, em permanente mudança, resultante de complexidades de interação e de propriedades emergentes entre suas entidades, tornando a análise ontológica muito mais complexa. Essa análise deve envolver o que existe (realidade), quais as suas características mais gerais e as relações que se fazem presentes entre as partes, levando em consideração que o processo é a principal categoria da realidade. Com Kant a ontologia alcança a realidade por meio da relação todo e parte, uma realidade emergente a partir da multiplicidade de estruturas num processo evolutivo marcado pela irreversibilidade temporal.

A reflexão filosófica em economia remonta a Aristóteles, mas somente no século XVIII foi concebida como objeto distinto de estudo com o trabalho dos fisiocratas, de Hume e, especialmente, de Adam Smith. Contudo, ao longo do século XX, a reflexão filosófica parece ter se separado da ciência econômica, que deveria ficar adstrita às observações e experiências abstraídas de julgamentos de valor.

Não obstante, o trabalho de autores como Uskaly Mäki, Tony Lawson e Geoffrey Hodgson tem promovido um interesse, uma intersecção e um intercâmbio mútuos entre os campos da economia e da filosofia. Nesse sentido, a filosofia da economia objetiva investigar a ontologia dos fenômenos econômicos e as possibilidades de adquirir conhecimento sobre os mesmos, incluindo processos e instituições econômicas.

Enquanto Mäki se dedica a explorar as variedades de realismo implícitas nas declarações metodológicas e nos empreendimentos teóricos dos economistas, Lawson, a partir do trabalho de Roy Bhaskar, entende que os fenômenos econômicos são influenciados por um grande número de fatores causais diferentes e que só se pode obter conhecimento científico dos mecanismos e das tendências subjacentes. É marca da obra desse autor a crítica veemente à economia tradicional pela insuficiente preocupação com a ontologia ante a natureza da realidade investigada.

Por fim, a partir do pensamento evolucionário darwiniano, Hodgson defende uma perspectiva filosófica distinta em termos ontológicos para a explicação causal do processo evolutivo em sistemas abertos e inerentemente dinâmicos, como ocorre com a dimensão socioeconômica. Como visto, as contribuições de Hodgson em relação à crescente diversidade socioeconômica e à explicação causal da agência (como os indivíduos se desenvolveram em determinados contextos culturais e institucionais) têm fomentado a discussão dos fundamentos teóricos e metodológicos da economia evolucionária e, em especial, o resgate da economia institucional original vebleniana.

Cabe razão a Furtado (2002) quando afirma que entre os impulsos mais fundamentais do homem estão a reflexão filosófica e a pesquisa científica básica. Tais valores são a base da criatividade humana e possibilitam o pensamento abstrato, a inovação e a tomada de decisões em situação de incerteza que engendram o processo de mudança social tendo o homem como elemento de transformação.

Nesse sentido, a filosofia, a ontologia e a economia possibilitam um esforço conjunto para a teorização sobre a realidade, incluindo o indivíduo, a sociedade, as instituições e o desenvolvimento socioeconômico. Como ficará claro no próximo capítulo, o pensamento evolucionário vebleniano, além de reflexivo e sistemático, é crítico e tem como objeto de análise a realidade ôntica socioeconômica e como fundamento o trabalho de filósofos como Kant, Darwin e Peirce.

3 ONTOLOGIA VEBLENIANA COMO FUNDAMENTO PARA A EXPLICAÇÃO DA REALIDADE SOCIOECONÔMICA

Como refere Hodgson (1998a), uma ciência é normalmente definida como o estudo de um aspecto particular da realidade objetiva. Por exemplo, a biologia trata dos seres vivos e a física estuda a natureza, as propriedades e as relações entre matéria e energia, enquanto a química examina a estrutura das substâncias, a formação e as transformações considerando a energia envolvida nos processos.

Para o autor, os institucionalistas originais procuraram estudar e compreender as economias do mundo real, bem como suas especificidades históricas, a partir de ideias centrais como instituições, hábitos, regras e sua evolução, além da natureza evolutiva dos processos socioeconômicos e da relação dos mesmos com o mundo natural, tendo por suporte uma variedade de posições filosóficas,¹ teóricas e políticas que possibilitassem um escopo explicativo mais profundo e amplo da realidade.

Seguindo Veblen (1898b), a economia como uma ciência evolucionária deve ter por propósito compreender o esquema de vida econômica como um processo causal de mudança cumulativa, e é no material humano que a continuidade do desenvolvimento cultural deve ser buscada e investigada.² Tal perspectiva contrasta com a acepção de Lionel Robbins como a ciência da escolha entre fins e meios escassos e que toma o indivíduo como dado.

Na abordagem vebleniana, existem vários níveis e tipos de análise interligados, numa relação mútua e interdependente, nas quais os conceitos de instintos, hábitos e instituições fornecem o elo entre o específico e o geral. A análise da realidade com propriedades emergentes, buscando uma teoria do processo de mudança cumulativa, evolucionária, autocontinuada e autopropagadora, em que o aprendizado, a criatividade, a inovação estão relacionadas às situações econômicas ou tipos de economia específicas fortemente *path dependent*.

Afasta-se da estática comparativa neoclássica, da concepção do agente racional maximizador num contexto de escassez e dos níveis de análise micro e macro segregados, em direção a uma análise ontológica da estrutura e processos da realidade, evolutiva e aberta, sem termo final, sempre em processo de tornar-se e que tem na tecnologia a força fundamental

¹ Como será analisado no presente capítulo, Veblen foi influenciado por Kant, Darwin e Peirce, já Ayres, assim como Dewey, por Hegel. Ayres, a seu tempo, também declarou o darwinismo como falho e ultrapassado (Hodgson, 2004c; Hodgson; Knudsen, 2010).

² Hodgson (2023) qualifica a análise psicológica de Veblen como sofisticada.

do desenvolvimento socioeconômico (Conceição, 2001b, 2012, 2017, 2020a; Hodgson, 1993a, 1997, 1998a, 1998b, 2015; Lawson, 2003; Samuels, 1995; Veblen, 1898b).³

Segundo Hodgson (2009a) é um erro tomar o indivíduo como moldado pelas circunstâncias sociais ou culturais, assim como construir um modelo da sociedade a partir da agregação dos indivíduos. Veblen (1919) argumenta que as mudanças nas instituições são um resultado do comportamento dos indivíduos, enquanto que, ao mesmo tempo, essas instituições agem para direcionar e definir os objetivos e o fim da conduta dos agentes. “Isso significa que a economia é fundamentalmente processual, envolvendo um processo através do qual as coisas são elaboradas, não um mecanismo transcendental que impõe sua vontade ou impõe algum grande desígnio ou teleologia à humanidade.” (Samuels, 1995, p. 580, tradução própria)⁴

Para Samuels (1995), a pesquisa e a análise de processos evolutivos na economia institucional envolvem a evolução cega, não teleológica, a partir de Veblen, e a seleção artificial, com uma ênfase distinta na tomada de decisão deliberativa, seguindo Commons. Para o comentador, também um expoente teórico da área, o institucionalismo possui vantagens ante outras abordagens por considerar uma variedade de fatores e forças, incluindo detalhes institucionais, culturais e históricos com base num paradigma evolutivo e processual, que tem a origem, o desenvolvimento e os usos da tecnologia, incluindo formas e direções adotadas, como um dos assuntos centrais, bem como o aparato institucional, que não pode ser compreendido isoladamente e que deve ser compatível com a trajetória de crescimento perseguida.

Com base nisso, Rutherford (1994) refere que o institucionalismo original, chamado pelo autor de “*old*”, não representa um único corpo de pensamento, metodologia ou programa de pesquisa bem definido ou unificado, identificando dois programas de pesquisa. O primeiro, associado a Veblen e a modificação realizada por Clarence Ayres, é construído em torno do conceito de uma dicotomia entre os aspectos empresariais ou pecuniários e os aspectos industriais da economia. O segundo, associado a Commons e, mais recentemente,

³ É significativa também a crítica de Veblen em relação à teoria de Marx, como a rejeição da proposição de que o indivíduo é exclusivamente um ser social, assim propugnou que as explicações da evolução socioeconômica devem envolver agentes individuais, bem como instituições e estruturas. Para Veblen, o sistema marxista, além de não ser sustentável, não era inteligível por ser baseado no hegelianismo materialista e no sistema inglês dos direitos naturais (Veblen, 1897c, 1901a, 1906b; Hodgson, 1998b, 2023).

⁴ No original: “This means that the economy is fundamentally processual, involving a process through which things are worked out, not a transcendental mechanism imposing its will or enforcing some grand design or teleology on mankind.”

a Warren Samuels, aborda questões como direitos de propriedade e organizações, sua evolução e impacto no poder jurídico, nas transações econômicas e na distribuição da renda.

A essas vertentes podem-se associar, de uma maneira ampla, nomes como Anne Mayhew, Charles J. Whalen, Geoffrey Hodgson, James Ronald Stanfield, Malcolm Rutherford, Marc Tool, Paul Dale Bush, Philip A. Klein, Rick Tilman, Stephen Edgell, Tony Lawson e William M. Dugger que, nos dois últimos quartos de século, vêm fomentando a pesquisa e a análise institucionalista como seguidores da “*OLD Institutional*” (Edgell, Lawson e Tilman), de Ayres (Bush, Mayhew e Whalen), de uma vertente mais radical (Dugger) ou, na acepção de Conceição (2012, 2017), do “institucionalismo evolucionário” (Hodgson), no qual o arcabouço teórico se encontra na matriz vebleniana, essencialmente.⁵

Da mesma forma, entidades como a *Association for Evolutionary Economics* (AFEE), fundada em 1965, que teve Clarence Ayres como seu primeiro presidente (JEI, 1977), a *Association for Institutional Thought* (AFIT), organizada em 1979, e a *European Association for Evolutionary Political Economy* (EAEPE), instituída em 1988, além de periódicos como o *Journal of Economic Issues*, estabelecido em 1967, e o *Journal of Institutional Economics*, de 2005, são espaços de divulgação de pesquisa e contribuições relevantes sobre a natureza, o papel e a evolução de indivíduos e instituições na economia.^{6 7}

No Brasil, há uma produção intelectual original e relevante em economia institucional, fundamentalmente, a partir dos anos 1990, com os trabalhos de Ramón García Fernández e Manuel Ramon Souza Luz, da Universidade Federal do ABC – UFABC, David Dequech,

⁵ Alternativamente, Conceição (2001b, 2012, 2019a) designa o institucionalismo evolucionário como “neoinstitucionalista” ou, ainda, como “herdeiros da economia institucional original”. Em correspondência particular com o autor da presente tese, o Professor Geoffrey Hodgson referiu que não gosta do termo “neoinstitucionalista” e que fica feliz com o termo “institucionalismo evolutivo”, embora o vocábulo não diga muito e, assim, requer certa explicação. Também referiu que fica lisonjeado e honrado quando lhe atribuem a expressão “herdeiro da economia institucional original”. Acrescentou, por fim, que já se descreveu em tom jocoso como um “novo-velho-institucionalista” e que a expressão “institucionalista vebleniano” seria aceitável, ainda que tenha algumas coisas boas a dizer sobre Commons e outros autores também (Hodgson, 2024b).

⁶ Não foram considerados nomes associados à Nova Economia Institucional, como Armen Alchian, Douglas North, Elinor Ostrom, Harold Demsetz, Oliver E. Williamson, Robert Fogel e Ronald Coase, entre outros. Em grande parte, partindo de estrutura teórica universal sobre escolha e comportamento racionais, trabalham dentro do neoclassicismo, compartilhando mecanismos como racionalidade, maximização e orientação de mercado, estudando os diferentes arranjos institucionais (leis, contratos, estruturas de governança), as propriedades e a funcionalidade dos mesmos, assim como a relação de agência dos indivíduos. Cada um à sua maneira, tende a buscar as soluções convencionais de equilíbrio determinadas e ótimas para os problemas econômicos, embora com menos formalização, expandindo o alcance do neoclassicismo, por exemplo, nos trabalhos sobre a teoria da firma, custos de transação, racionalidade limitada, o papel do poder e da ideologia. Para essa escola de pensamento econômico as instituições importam e são suscetíveis de análise (Conceição, 2012; Hodgson, 1998a; Samuels, 1995).

⁷ Da mesma forma, na medida em que o institucionalismo é uma abordagem heterodoxa, há terreno comum com outras escolas de pensamento econômico, como a evolutiva, com origem em Schumpeter ou em outras versões, a pós-keynesiana ou a de regulação francesa. Tal imbricação será considerada na presente tese, apenas, de forma residual.

da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Octávio Augusto Camargo Conceição, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Sebastião Guedes, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Felipe Almeida, Huáscar Pessali e Marco Cavalieri, da Universidade Federal do Paraná – UFPR, e Herton Lopes, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Exceto Cavalieri, todos ministram disciplinas na área, sendo que alguns estão mais associados ao “Institucionalismo Original”, como Conceição, Fernández e Luz, enquanto outros, mais adeptos do ayresianismo contemporâneo, como Almeida.^{8 9}

Todavia, segundo Zulian (2022), Veblen ainda é pouco difundido entre economistas brasileiros e poucos cursos de economia no Brasil consideram as contribuições do autor institucionalista, em especial sua maneira de pensar e compreender os fenômenos da sociedade a partir de um método que abarca o evolucionismo darwinista, a psicologia e a filosofia pragmatista.

O mesmo pode ser afirmado sobre Clarence Ayres,¹⁰ considerado por Rutherford (2001) um dos fundadores do institucionalismo norte-americano, que no Brasil não tem proeminência, além de não ter livro ou artigo traduzido para o português, em que pese sua obra seja tão extensa quanto a de Veblen.¹¹

Ambos irônicos e mordazes, inclusive na crítica à teoria dominante, comungam, além da formação em filosofia, a análise da complexidade pela qual as instituições afetam o comportamento do indivíduo, contudo cada um à sua maneira, daí a necessária compreensão das fontes em que alicerçaram suas abordagens, em especial a origem filosófica de cada autor.

Nesse capítulo, será apresentada uma síntese da análise do domínio socioeconômico por Veblen a partir da sua ontologia, com base nos argumentos reflexivos críticos de Kant, passando por Peirce e seu método de inferência retrodutivo, bem como pelo pensamento evolucionário de Darwin, a partir do que foi visto no capítulo 2. Trata-se de um todo coerente que vai além

⁸ Em 2022, esse grupo de pesquisadores organizou o I Encontro de Economia Institucional Original (EINST), um novo fórum para os autores brasileiros do campo da Economia Institucionalista Original dialogarem e divulgarem seus trabalhos. Na oportunidade, no encontro virtual realizado em novembro, 32 trabalhos inéditos foram apresentados.

⁹ Brites e Almeida (2023) referem que não há propriamente uma Economia Institucional Original na academia brasileira, mas sim uma “noção abrangente de institucionalismo”. Para tal conclusão, além da produção intelectual dos diversos pesquisadores, se pautaram nos programas das disciplinas que esses institucionalistas ministram em suas respectivas universidades. Com a devida vênia, programas de disciplinas ecléticos estão em linha com as características da tradição Institucionalista Original iniciada por Veblen e ressaltada por tantos, como Samuels (1995) em texto seminal, um quadro de heterogeneidade que denota riqueza e troca intelectual de ideias, métodos e conhecimentos de uma abordagem para outra.

¹⁰ São oito obras e mais de 260 artigos, capítulos de livros e análises de trabalhos de outros autores, incluindo sobre Veblen (Ayres, 1958, 1963).

¹¹ No Banco de Teses e Dissertações da CAPES (Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>; Acesso em: 23 mar. 2024), não havia nenhuma tese ou dissertação sobre Clarence Ayres.

da abordagem darwiniana evolutiva que, usualmente, os comentadores de Veblen centram para caracterizar e analisar a obra do institucionalista original.

Por fim, partindo dos trabalhos seminais de Veblen e Clarence Ayres buscou-se as principais contribuições acerca da evolução social e econômica e o papel dos indivíduos e das instituições nesse processo, em especial a partir do que se convencionou denominar de “dicotomia vebleniana” ou “dicotomia tecnológica-cerimonial” em termos ayresianos.

3.1 VEBLLEN: A COMPREENSÃO DA REALIDADE COMO REFLEXÃO CRÍTICA KANTIANA

Conforme Hodgson (2004c, 2015), a teoria econômica e social de Veblen foi guiada por sua compreensão da filosofia, uma reflexão aguda, que rejeitou a ordem socioeconômica natural recebida, o que constituiu um primeiro passo para tornar a economia uma ciência darwiniana.

Fonte intelectual do institucionalismo original, Veblen rejeitou a abordagem teórica econômica tradicional, em especial, por negligenciar aspectos intrínsecos à natureza humana, às rotinas e hábitos de vida e de pensamento e por tomar o indivíduo como agente racional e calculista. Em essência a análise vebleniana constitui uma explicação de como a economia industrial evoluiu caracterizada, desde seus primeiros escritos, por uma ontologia da causação cumulativa entre os diversos níveis da estrutura social, incluindo indivíduos e instituições, em que pese autores como Hodgson (2004c) entenderem que faltou a Veblen um conceito explícito e desenvolvido de emergência.

A interação histórica entre tecnologia, instintos, hábitos e instituições é examinada por Veblen com referência a quatro grandes estágios evolutivos: a era selvagem, a era bárbara, a era do artesanato e a era da máquina.

A tese central de Veblen é que algumas culturas são mais propícias do que outras à expressão de pensamentos e ações que, em última análise, derivam dos instintos e hábitos de trabalho e predação, de acordo com as condições materiais predominantes e do grau em que as várias instituições em qualquer estágio são adaptadas à nova situação cambiante (Edgell, 2001). Poucos economistas enfatizam tanto a natureza processual da realidade social quanto Veblen (Lawson, 2015c).

Entretanto, argumenta Ayres (1961, p. 28, tradução própria):

É verdade, porém, que Veblen foi um escritor desconcertantemente elíptico. Alguns de seus *insights* mais importantes estão enterrados sob grandes pilhas de retórica

irônica. Assim, os estudiosos só recentemente se conscientizaram de que, apesar de suas negações irônicas, uma teoria do valor estava implícita em todo o seu trabalho desde sua tese de doutorado sobre a *Crítica do julgamento* de Kant. No meu próprio caso, essa percepção veio anos depois, e somente depois que obtive de outras fontes o que parecia ser um elo perdido essencial na cadeia de raciocínio institucionalista.¹²

Tendo em vista essa pista ayresiana, buscou-se entender o alicerce filosófico de Thorstein Veblen, pois tal recurso é central para identificar, explicitar e sistematizar os fenômenos da realidade socioeconômica e suas implicações para uma metodologia apropriada para a economia, resolvendo inconsistências e tensões analíticas. Nesse sentido, há que se explicitar os fundamentos ontológicos como concebidos por Veblen, como a continuidade e a mudança como inerentes da natureza dinâmica e processual dos objetos sociais.

A publicação acadêmica inaugural de Veblen, *Kant's critique of judgment*, no *Journal of Speculative Philosophy*, então a principal revista filosófica estadunidense, em julho de 1884, é seu único ensaio estritamente filosófico. Tal texto é fundamental para entender o desenvolvimento intelectual de Veblen, embora não receba a devida atenção dos seus comentadores ou seguidores.

No trabalho, utilizando-se de uma abordagem exegética das três críticas de Immanuel Kant, ficam explícitos os pressupostos metodológicos veblenianos e sua insistência em usar o raciocínio indutivo, em oposição ao dedutivo, na pesquisa empírica. Porém, a influência de Peirce é também visível pela ênfase do raciocínio indutivo, o papel mediador da apreensão humana e o poder de julgamento da mente humana (Almeida; Luz, 2023; Camic; Hodgson, 2011; Hodgson, 2004c; Murphey, 2018).¹³

Veblen sustentou que *Crítica da faculdade de julgar* é uma tentativa de mediar o resultado da *Crítica da razão pura*, um determinismo estrito, de acordo com a lei natural no mundo, e o da *Crítica da razão prática*, uma noção de liberdade centrada no indivíduo.¹⁴ Tais resultados são díspares e contraditórios, pois levavam Kant a afirmar a realidade da

¹² No original: "It is true, however, that Veblen was a disconcertingly elliptical writer. Some of his most important insights lie buried beneath great heaps of ironic rhetoric. Thus, scholars have only recently become aware that despite his ironic denials a theory of value had been implicit in all his work ever since his doctoral dissertation on Kant's *Critique of Judgment*. In my own case this realization came years later, and only after I had obtained from other sources what had seemed to be an essential missing link in the institutionalist chain of reasoning."

¹³ Camic e Hodgson (2011) referem que Veblen havia feito o curso de Peirce sobre "Lógica Geral", que tratou extensivamente do raciocínio indutivo, um tópico sobre o qual as próprias ideias de Peirce na época eram devidas a Kant.

¹⁴ Como visto na seção 2.2 desta Tese, a *Crítica da razão pura* fornece uma base filosófica para a ciência natural, concebida no modelo da mecânica newtoniana e governado por causas eficientes. Já a *Crítica da razão prática* fornece os elementos para a moralidade humana, provando que os homens são livres agindo sob causas finais. Por fim, a *Crítica da faculdade de julgar* foi elaborada para mediar as duas críticas anteriores.

liberdade pessoal ao mesmo tempo em que sustentou a doutrina da determinação de acordo com a lei natural.

Como visto na seção 2.2 da presente Tese, em Kant, se com o raciocínio teórico pretende o conhecimento do mundo possível, com o raciocínio prático visa a fazer diferença nessa realidade. A investigação teórica visa ao conhecimento do mundo e aos limites do próprio conhecimento, procurando julgamentos universais. Na investigação prática visa-se à ação que, se for justificada, levará à cooperação, aos modos habituais de argumentação e à autoridade aceita pela crítica contínua. Com a terceira crítica, Kant não intenta conhecer objetos ou agir sob leis morais, mas procurar regras de liberdade sem se importar com a finalidade da ação humana.

O objetivo principal de Kant é o desenvolvimento da autonomia humana, mostrando os limites da razão, bem como o papel que essa exerce na investigação científica e na busca do conhecimento a partir de conceitos fundamentais que estruturam os julgamentos reflexivos, como as relações de causa e efeito entre as entidades.

Tal acepção kantiana remete ao conceito de emergência, isto é, um todo que tem propriedades ou poderes que não são possuídos por suas partes, como característica de sistemas e estruturas e entidades, que é invocado pela teoria realista crítica e por Veblen.

Assim, por meio da crítica rigorosa e contínua, Kant separa os elementos em observação para melhor compreensão da realidade. Propugna uma filosofia que alcance o mundo por meio da relação todo e parte a partir da multiplicidade de estruturas, num processo evolutivo dada pela irreversibilidade temporal.

As circunstâncias modificam a realidade, sendo necessário investigar a conexão causal, em especial a conexão efetiva que se distingue da conexão de finalidade platônica. É a causa que contém o fundamento da realidade, e discernir a conexão efetiva é a verdadeira filosofia para Kant. Portanto, em filosofia deve-se buscar o conhecimento perseguindo a causa eficiente e, mesmo que falhe, o método e o caminho estão em conformidade com o entendimento humano.

Pensar e agir com autonomia, consistência e julgamento reflexivo crítico por si mesmo, sem preconceitos, pensar no lugar do outro, ampliando a própria compreensão, e pensar de forma consistente consigo mesmo possibilitam a crítica contínua na busca do conhecimento da realidade possível, além de dar centralidade ao sujeito como detentor da capacidade de conhecimento e como parte de tal realidade.

Retomando o texto vebleniano, seguindo a *Crítica da razão prática*, o indivíduo livre deve ser capaz de exercer causalidade sobre as coisas, no entanto, isso é insuficiente para Kant,

conforme Veblen (1884), pois a pessoa deve saber qual o efeito ou consequência da sua ação, caso contrário agirá cegamente e sem propósito. De outra parte, o conhecimento dado pela experiência, conforme a *Crítica da razão pura*, não é suficiente, pois não pode prever o futuro – na melhor das hipóteses pode dizer sobre o que é ou o que foi, nunca sobre os efeitos de uma ação, não deixando espaço para dúvidas ou probabilidades. Segundo Veblen, Kant precisava de uma conexão e mediação entre essas duas noções.

Assim sendo, é o poder do julgamento, ou do raciocínio, que medeia o conhecimento teórico e a ação moral e o tipo de julgamento necessário é o raciocínio indutivo, isto é, aquele que permite que a mente subsuma o particular sob o geral e reuna todo o material adquirido pela compreensão em uma totalidade sistemática de conhecimento.¹⁵

Tal juízo reflexivo ultrapassa os dados da experiência, exigindo uma crítica própria, ou em outros termos, a faculdade de acrescentar ao conhecimento algo que não é e não pode ser dado na experiência. Veblen vai além ao afirmar que qualquer ciência que não forneça indução não vale para nada e essa parte é a mais importante na *Crítica da faculdade de julgar*.

Se o poder de julgamento parte do universal para pensar o particular, tem-se o raciocínio dedutivo ou determinante, emanado, então, da crítica da razão teórica. Por outro lado, se apenas o particular é dado e se procura pelo universal, tem-se o raciocínio indutivo ou reflexivo, exigindo uma crítica própria que não se dá apenas com a cognição empírica.

O poder do julgamento está entre o entendimento e a razão, entre o *a priori* para o conhecimento empírico e o *a priori* para a ação. É, dessa forma, o *a priori* para a adequação ou a adaptação dos dados da experiência – nas relações lógicas de objetos da realidade entre si – às faculdades do conhecimento. O juízo reflexivo tem por objeto sistematizar o que se conhece a partir de relações lógicas de interação e interdependência das coisas particulares no mundo da realidade em um todo – nenhum ente pode existir sem se condicionar mutuamente e ser condicionado por todos os outros (cada um é, ao mesmo tempo, meio e fim da existência dos demais). A ideia de que o mundo deveria ser precede e condiciona o mundo como ele realmente

¹⁵ Conforme Mayr (1998) o método indutivo, com origem em Francis Bacon, leva à conclusões objetivas e sem deformações, apenas mediante simples registro, mensuração e descrição dos achados, sem ter previamente qualquer hipótese, ou expectativas preconcebidas. Mayr (1998) e Futuyma (2002) afirmam que Darwin afirmava seguir o método baconiano, todavia esteve entre os primeiros a usar o método hipotético-dedutivo, pelo qual uma hipótese é testada, determinando-se se as deduções dela obtidas se coadunam com a observação. Nota-se, então, em Veblen, uma definição singular do raciocínio indutivo, não de teste de hipótese, mas de formação de uma hipótese, do porquê algumas são melhores do que outras, tendo como critério a adaptação perante as faculdades do conhecimento. Trata-se, então, de uma influência do raciocínio abduutivo de Peirce, como discutido no item 2.3.2.3, acima.

passa a existir, contudo procedendo em bases subjetivas sem estabelecer uma probabilidade em favor do que se alega, afirma Veblen.¹⁶

Kant acreditava que o mundo é um todo completo, um sistema teleológico consistente que requer causas finais para que haja racionalidade, porém, como exposto anteriormente, suas conexões exigem causas eficientes, que são o que importa na vida prática.

Veblen argumenta que o raciocínio indutivo é dado em bases subjetivas, guiando para uma hipótese que melhor se adapte às necessidades e às exigências da mente, embora nada declare sobre a validade dela na realidade externa ou se propicia conhecimento de fato objetivo. A validade da hipótese é dada pela experiência, uma prova circunstancial, em caráter cumulativo.

Assim, constata-se que o teste da hipótese não é contra dados empíricos, mas o de adequação à mente com o sentimento de gratificação em decorrência da formação e escolha de uma hipótese (Murphey, 2018). Tal conclusão pode ser conectada com o instinto da curiosidade ociosa de uma investigação desinteressada, formulado posteriormente por Veblen, em *The instinct of workmanship, and the state of the industrial arts*, em 1914, na busca pela sistematização do conhecimento.

Para Veblen, Kant reconhece o poder do raciocínio indutivo por possibilitar que o conhecedor encontre unidade na multiplicidade de particulares e que esses são dados por meio da experiência humana, que ordena os particulares em um sistema sob leis mais gerais. Tal raciocínio é adaptativo, sendo possível perguntar qual a causa de um determinado efeito e, mais, qual será o efeito de uma determinada causa.

Veblen entende o conhecimento como um processo do raciocínio indutivo, pois o resultado alcançado, a partir de uma necessidade, de uma inquietação de trazer ordem e coerência sistemática sobre a realidade, torna-se um fato empírico e, assim, um dado isolado e desconectado, e não um todo completo, constituindo-se num passo para uma nova busca.

Para Veblen, o raciocínio indutivo é a faculdade da busca livre, a partir da insatisfação com uma concepção da realidade que a torna apenas um amontoado de coisas sem conexão ou sistema, acrescentando algo ao conhecimento que não é e não pode ser dado apenas na experiência. A ênfase está na explicação causal, não apenas como a coisa é ou como surgiu; também por que é, como é e qual o seu propósito.

Aqui, claramente, como visto na subseção 2.3.2 da presente Tese, percebe-se, também, a influência peirceana que entendia que o objetivo da investigação é dirimir uma dúvida real,

¹⁶ Nesse aspecto, Hodgson (2004c) afirma que Veblen rejeitou o determinismo de regularidade.

que surge quando a regularidade ou o hábito é interrompido por alguma experiência, e substituí-la por uma nova crença ou, em outros termos, por novos hábitos de pensamento.

Veblen defende que somente pela indução se pode sistematizar o que se conhece, generalizando, reduzindo as coisas a sistemas e conexões, e assim colocar os fenômenos particulares sob leis definidas de dependência e interação. Com isso, torna-se possível o conhecimento do futuro – o que deve ser ou acontecer em determinadas circunstâncias e como resultado de determinadas ações. Esse é o único conhecimento que pode servir de guia da vida prática. Veblen, assim, encontrou um estilo de pensamento infundido com um sentido do mutável, do dinâmico e do científico como um processo. O autor tenta, desse modo, conciliar a vontade e a intencionalidade humanas com a ciência e as explicações causais das coisas do mundo real, colocando tal proposição dentro de uma estrutura evolucionária da realidade.

Os resultados da reflexão sobre a percepção e a experiência dizem como é o mundo real, um mundo que é cognoscível e, isso, essencialmente, consubstancia a ontologia nos termos discutidos na subseção 2.1.2. da presente Tese. Tal ontologia não tem a experiência como objeto, tampouco se preocupa diretamente com objetos particulares da experiência, mas com as formas que tais objetos devem ter para que o conhecimento seja possível, limpando o terreno de ilusões para que a ciência seja possível. Um compromisso com a razão crítica kantiana.

O recorte acima exclui outra influência de Kant em Veblen. Trata-se da preocupação com a paz e os ideais humanistas que fluem através de seu pensamento como exposto em *An inquiry into the nature of peace and the terms of its perpetuation*, de 1917. No prefácio desse livro, Veblen (1917) referiu que esperava que não fosse considerado uma presunção imprópria ou uma inclinação indevida trabalhar sob a luz emprestada de Kant.

Não menos importante, nesse livro, Veblen refere que o objetivo e a orientação de qualquer investigação desinteressada era ainda a do “grande filósofo crítico”, ou seja, um conhecimento sistemático das coisas como elas são.

Nesse sentido, Veblen reafirma sua orientação ontológica em termos de uma ontologia realista. Contudo, para o autor, a direção da investigação e os conteúdos da formulação sistemática mudaram desde os tempos de Kant, não mais dos fins teleológicos da natureza que justifica o progresso histórico, mas para os fatores do comportamento humano formadores da conduta, a partir dos hábitos de pensamento que prevalecem com generalidade e uniformidade no grupo e que resultam no mobiliário institucional em uso.

Assim, em que pese a afirmação de Hodgson (2004c) de que o kantismo torna as afirmações ontológicas apenas questões de conveniência analítica, ao invés de compromissos relativos aos fundamentos do mundo real, entendo que o único artigo, essencialmente, filosófico

da carreira de Veblen estabeleceu ou, melhor, delineou as bases ontológicas do seu pensamento, um mundo de interação e interdependência das coisas particulares como um todo, sem que nenhuma possa existir sem se condicionar e ser condicionada pelas demais. Fica evidente, além disso, a ênfase na explicação causal como um processo crítico permanente, reflexivo, que se coaduna com a mudança constante da realidade. Por fim, o conhecimento – ou a ciência – como uma busca incessante, que nunca termina pelo juízo reflexivo e pelo raciocínio indutivo, não de um indivíduo, como em Kant, mas como um produto social ou da comunidade de pesquisadores, como em Peirce.

Por fim, Heidemann (2021) refere que o debate atual sobre as formas de realismo deve em muito à metodologia e critérios utilizados por Kant. Como argumentou esse filósofo alemão, em *Lições de metafísica*, se tudo que se apresenta aos sentidos se chama realidade fenomênica e se tudo que se apresenta ao entendimento puro é realidade numênica, tem-se que toda coisa é realidade, fenômeno ou númeno, havendo elementos textuais para fundamentar uma interpretação ontológica da realidade.

Assim sendo, ao contrário do que afirma Hodgson (2004c),¹⁷ que a posição de Veblen é falha por se basear em pressupostos explicativos necessários e em arbitrárias conexões causais kantianas que não estavam na natureza das coisas, mas em postulados contingentes, entendo, pelo exposto acima, que o institucionalista original avançou com consistência sobre a construção teórica de Kant, isso porque o julgamento reflexivo permite um raciocínio livre, em constante reformulação, em busca da causação cumulativa de e entre entes reais (suas partes e o todo), em múltiplos níveis de análise como um processo interativo e interdependente.

Veblen (1884) é claro ao afirmar que o raciocínio indutivo é um princípio regulador, não constitutivo do conhecimento. É um guia para a sistematização e generalização de hipóteses que permitem uma reflexão crítica objetiva da realidade socioeconômica como um todo sistemático.

Sob a estrutura filosófica crítica de Kant, Veblen estabeleceu as bases para a compreensão da evolução econômica e institucional como um processo causal darwiniano

¹⁷ Não há como deixar de registrar que na bibliografia desse esplêndido livro de Hodgson não consta nenhuma obra de Kant. Não se pode esquecer que o autor é também filósofo de formação, não obstante chama a atenção que nenhuma referência direta tenha sido citada, dando a entender que o autor se baseou em trabalhos de comentadores. Já em Camic e Hodgson (2011), mesmo que seja uma coleção dos escritos de Veblen, dividido em quatro partes, contém uma análise dos autores sobre trabalhos selecionados do institucionalista original. Nessa obra de Camic e Hodgson, as três críticas kantianas constam na bibliografia. Por outro lado, nesta Tese, buscou-se uma leitura sistemática ampla da obra kantiana, visando uma maior completude teórica e, assim, possibilitar as conclusões acima.

assentado no método evolucionário peirceano. Tal síntese será objeto de análise nas duas próximas seções.

3.2 VEBLEN: A COMPREENSÃO DA REALIDADE COMO UM PROCESSO DARWINIANO

Anteriormente foi examinado que as múltiplas adaptações de estruturas, propriedades, atividades, comportamentos e ciclo de vida constituem, para Darwin, um processo *a posteriori* não teleológico. Não há termo ou meta final, começando de novo a cada geração, não havendo espaço para autômatos sem propósitos na teoria darwiniana. A mudança é resultado da interação entre variação e seleção ambiental mediante a conservação e a acumulação de pequenas variações herdáveis produzindo crescente diversidade e extinção daqueles que não conseguem se adaptar. Em essência, a evolução é um processo contínuo e tipicamente casual de adaptação e seleção, não havendo espaço para qualquer determinismo ou perfeição no mundo orgânico; a evolução é um fato e uma teoria científica bem fundamentada (Darwin, 2017; Mayr, 1998, 2008, 2009; Russo; André, 2019).

A contribuição de Darwin para a teoria evolucionária e o mecanismo da seleção natural foi altamente original, constituindo-se na principal explicação causal do processo evolutivo, incluindo sua perspectiva filosófica distinta em termos ontológicos, tendo influenciado sobremaneira o pensamento humano e os mais diversos saberes. Contudo, o verdadeiro significado de sua teoria só foi reconhecido durante a síntese moderna, em meados do século XX, mais de 80 anos após a publicação da obra seminal de Darwin (Futuyma, 2002; Mayr, 1998, 2009). Isso posto, o reconhecimento da correção da teoria desenvolvida, explícita ou implicitamente, por Darwin foi, portanto, consequência natural do avanço da ciência (Wagner, 2022).

A concepção darwiniana se apresenta como um esquema explicativo geral, aberto, versátil e vigoroso para a análise da evolução da realidade orgânica, composta por interações entre componentes, emergência de propriedades e características inesperadas em sistemas complexos, definindo, até hoje, a agenda de pesquisa nas mais diversas disciplinas, incluindo a economia (Futuyma, 2002; Mayr, 2008; Vromen, 2007, 2012).

O modelo explicativo de Darwin buscou a compreensão dos mecanismos processuais e causais eficientes da evolução, fornecendo um arcabouço teórico e preceitos ontológicos para a análise da realidade composta por uma estrutura de várias camadas heterogêneas, inclusive para a esfera social. A extensão dos princípios darwinianos de variação, herança e seleção para

outros sistemas abertos e em evolução além da esfera biológica, como a esfera cultural ou social humana, foi proposto por Dawkins (1976, 1983) e Hull (1988), no entanto já havia sido feita pelo próprio Darwin ao especular a aplicação à evolução da linguagem humana, bem como aos princípios morais e grupos sociais (Hodgson, 2005a; Hodgson; Knudsen, 2006, 2010).

Em economia o primeiro uso do termo "economia evolucionária" em inglês foi, provavelmente, feito por Veblen, em *Why is economics not an evolutionary science?*, de 1898 (Hodgson, 2010a; Dopfer, 2013). O artigo constitui um projeto abrangente sobre a necessidade de aplicar o método evolutivo das ciências naturais à economia desenvolvido nas obras *The theory of the leisure class*, de 1899, *The theory of business enterprise*, de 1904, e *The instinct of workmanship and the state of industrial arts*, de 1914.

Contudo, anteriormente, Veblen, em *Review of Essais sur la conception matérialiste de l'histoire*, de Antonio Labriola, já havia abordado temas darwinianos. Nessa resenha Veblen menciona que o teste de aptidão da adaptação de todas as instituições humanas por um processo de eliminação seletiva dos economicamente inaptos, diante das exigências do processo industrial, é um princípio orientador no estudo da vida social e da estrutura social, assim como no pensamento e na ciência (Veblen, 1897b).

Posteriormente, Veblen declarou que a história econômica da vida dos indivíduos ou da comunidade é um processo sequencial de adaptação dos meios e fins que mudam cumulativamente à medida que o processo avança. É a análise do curso causal desse processo, de uma sequência em desdobramento, da vida econômica que deve ser o objeto da ciência econômica evolucionária.

É no material humano, uma criatura de hábitos e propensões de antecedentes hereditários e culturais, e nos hábitos de pensamento moldados pelo processo que a continuidade do desenvolvimento deve ser buscada. Para o autor, o mecanismo da seleção natural fornece meios de explicar a adaptabilidade e a sobrevivência não apenas de indivíduos, mas também de grupos, costumes, hábitos e outras instituições sociais (Veblen, 1898b).

No livro *A teoria da classe ociosa*, Veblen defende que a transição dos estágios do desenvolvimento social é um processo de adaptação seletiva das instituições, a partir dos hábitos mentais mais aptos às exigências do sistema produtivo da sociedade e do processo de adaptação dos indivíduos a um ambiente em mudança cumulativa. As instituições são, portanto, resultado de um processo seletivo e adaptativo ao ambiente em mudança, assim como indivíduos mais aptos ao ambiente em mudança na sua luta pela existência permitem a formação de novas instituições.

Com o avanço cultural, a atividade industrial se sobrepôs à atividade pecuniária na vida diária e nos hábitos de pensamento dos homens, contudo a classe ociosa atua consistentemente no sentido de retardar o ajustamento ao ambiente em desenvolvimento. A máxima dessa classe é “aquilo que é está certo”, enquanto a lei da seleção natural, em sua aplicação às instituições humanas, resulta no seguinte axioma: “aquilo que é está errado”. Certo ou errado, segundo o autor, são empregados “[...] no ponto de vista evolucionário [...] e são destinados a designar a compatibilidade ou a incompatibilidade com o processo evolucionário efetivo.” (Veblen, 1983, p. 95)

Em *The theory of business enterprise*, Veblen refere que a relação causal nas ciências pré-darwinianas é de manifesta oposição entre causa e efeito, com a primeira determinando o segundo, havendo pouca ênfase ou interesse sobre o processo causal ou na causa eficiente. A ênfase da investigação estava na causa produtiva e no efeito-produto e tinha por pressupostos a equivalência quantitativa e qualitativa entre causa e efeito. Foi Darwin que começou a trabalhar para explicar as espécies em termos do processo do qual elas surgiram, ao invés da causa primária, sem recorrer a um esforço diretivo divino ou humano e sem indagar de onde o homem veio e por quê, assegura Veblen (1914).

A investigação darwiniana se restringe caracteristicamente ao processo de mudança cumulativa. Segundo Veblen, os resultados e fatores que atuam nesse processo foram questionados, mas não o escopo e o método dados pela inquirição de Darwin. Para Veblen, a ciência moderna não indaga sobre as causas primárias, o design da natureza, a conveniência dos efeitos, os resultados ou consequências finais.

Contudo, preconceitos antigos herdados não são totalmente eliminados da pesquisa científica e da generalização, eis que são produto da situação cultural. Para Veblen, continua-se a defender os resultados da pesquisa, uma tendência melhorativa, ao invés de uma investigação em que esses resultados são dispositivos provisórios de trabalho. Para o autor, o trabalho que efetivamente estende as fronteiras do conhecimento científico, dos hábitos de pensamento, é aquele dado sob a orientação de concepções impessoais, mecânicas, morais e esteticamente incolores de sequência causal. Tal trabalho científico é feito apenas à sombra da tecnologia das máquinas, para Veblen, e vai enfraquecendo a resistência oposta pela situação cultural.

Em *The instinct of workmanship and the state of industrial arts*, Veblen voltou a afirmar que somente com Darwin o processo genético de evolução foi concebido apenas em termos de forças mecânicas cegas, sem a ajuda de preconceito teleológico imputado ou iniciativa personalizada. Conforme Veblen (2017, p. 602, tradução própria), “[com] sucesso variável, essa

concepção foi desde então assimilada pelos adeptos de todas as ciências materiais, e pode-se até dizer que ela se mantém como um lugar-comum tacitamente postulado subjacente a toda teoria científica moderna, seja nas ciências materiais ou nas ciências sociais.”¹⁸

No livro referido, Veblen menciona que uma investigação evolucionária em instituições deve se voltar para hábitos e convenções, conforme condicionados pelo ambiente material e pelas propensões inatas e persistentes da natureza humana, em que pese na psicologia da conduta humana, as palavras instintos e instintivo não eram mais bem vistas nas ciências biológicas, dada a proeminência da psicologia behaviorista. Conforme Veblen, nessa investigação, mesmo que desgastado pelo tempo, não há concepção melhor do que o instinto.

São os elementos habituais da vida humana que mudam incessantemente e cumulativamente, resultando em um crescimento contínuo de instituições, conquanto a natureza humana permaneça a mesma – para Veblen, o indivíduo é uma criatura de hereditariedade e de circunstâncias. Modos e meios, materiais e imateriais, utilizados para que as inclinações instintivas atinjam seus fins, estão sempre em processo de transformação, condicionados pelas mudanças cumulativas nas instituições e hábitos que condicionam o esquema de vida.

Em *Gustav Schmoller's economics* (Veblen, 1901b), o institucionalista original menciona que a característica distintiva do trabalho do professor Schmoller, em relação aos economistas anteriores, é que visava a uma explicação darwinista da origem, crescimento, persistência e variação das instituições ou, em outros termos, uma investigação teórica causal pós-darwiniana.

Para Veblen, a metafísica hegeliana é o de um processo de vida que se autorrealiza por necessidade de sua própria natureza substancialmente ativa. Nessa visão, o desenvolvimento cultural é o desdobramento do espírito humano autorrealizado numa certa sequência de fases, uma história que se repete em ciclos, como se concebidos por uma lei natural e na qual as condições ambientais, no máximo, causam uma pequena perturbação. A investigação do desenvolvimento cultural sob tais preconceitos leva a generalizações sobre uniformidades na sequência de eventos, contudo sem dar atenção às causas ou aos fatores que determinam o curso dos fenômenos.

No artigo, *The socialist economics of Karl Marx and his followers I: the theories of Karl Marx* (Veblen, 1906b), Veblen contrasta o hegelianismo, e a sua concepção de movimento, desenvolvimento e progresso, com o darwinismo e as concepções pós-darwinianas de evolução.

¹⁸ No original: “[w]ith varying success this conception has since been assimilated by the adepts of all the material sciences, and it may even be said to stand as a tacitly postulated commonplace underlying all modern scientific theory, whether in the material or the social sciences.”

Naquele, o avanço gradual é autocondicionado e autorrealizado em direção a uma meta ou termo final. O ponto de vista hegeliano era totalmente pessoal, uma continuidade da razão e de consistência lógica, portanto de caráter teleológico.

No darwinismo, o processo de desenvolvimento se dá em termos de causa e efeito opacos, numa sequência cumulativa de causalidade, nos quais operam mecanismos de seleção natural não teleológicos. O esquema de pensamento darwiniano é totalmente impessoal, no qual a continuidade buscada e imputada aos fatos é uma sequência de causa e efeito – cegamente cumulativa – na qual não há tendência, termo final, consumação ou equilíbrio definitivo. Nessa mesma linha, *The socialist economics of Karl Marx and his followers II: the theories of Karl Marx* (Veblen, 1907).

Em *Professor Clark's economics*, Veblen (1908a) refere que a mudança cumulativa é o campo de atuação da ciência pós-darwiniana pela qual o processo de causalidade passou a assumir o primeiro lugar na investigação, ao invés do objetivo da ciência pré-darwiniana que era direcionada ao problema essencialmente classificatório e de definição, de consumação das mudanças, do termo final. Para Veblen, a ciência moderna estava se tornando uma teoria do processo de mudança consecutiva e cumulativa, percebida como autocontinuada ou autopropagada e sem um termo final.

Estas provas textuais evidenciam a assimilação por Veblen da concepção evolucionária de Darwin que, como aduzem Hodgson (2008) e Poirot Jr. (2023), não se limitou a metáforas, pois deixou claro que os sistemas complexos socioeconômicos evoluíram realmente de acordo com os princípios de variação, herança e seleção.

Da mesma forma, ao assumir as ideias darwinianas, Veblen afastou a concepção de que as explicações dos fenômenos socioeconômicos podem ou devem ser reduzidas exclusivamente a termos biológicos, pois fatores ambientais e culturais, estruturas sociais e linguagem, todos interagem em conjunto para promover um maior desenvolvimento por meio da seleção natural. Veblen entendia que os princípios darwinianos de seleção, variação e herança se aplicavam tanto a instituições sociais quanto a entidades biológicas (Hodgson; Knudsen, 2010; Hodgson 2015).

Darwin sustentou que os sistemas complexos, abertos e em evolução podem ser explicados por meio da sucessão detalhada e acumulada de mecanismos causais por meio da seleção natural. As implicações filosóficas do darwinismo, em particular no que diz respeito à causalidade, se aplicam tanto no âmbito biológico, quanto no domínio socioeconômico. Na perspectiva darwiniana de Veblen tanto o indivíduo quanto as relações e estruturas sociais interagem, interpenetram-se e constituem-se mutuamente.

A teoria da evolução darwiniana foi uma virada revolucionária no pensamento ocidental, rejeitando todas as causas finalistas de origem sobrenatural e um mundo estável e imutável. Por meio do mecanismo da seleção natural, Darwin explicou a complexidade adaptativa em termos sucessivos ao longo do tempo, entretanto, como adverte Hodgson (2001b), o darwinismo, por si só, não fornece todos os mecanismos causais e as explicações necessárias para o cientista social, nem evita a elaboração de trabalho adicional de investigação específica e explicação causal detalhada na esfera social.

As ideias de Darwin impactaram uma ampla gama de domínios, como psicologia e história, dentro e fora das ciências, como na ética e na política, embora, como refere Hodgson (2024a), o darwinismo ainda sofra resistência.¹⁹ Na economia não foi diferente, e Veblen é o autor que propôs a ressignificação dessa ciência em termos evolucionários.

Essencialmente, a teoria da evolução de Darwin fez duas afirmações básicas: que todas as espécies evoluíram de formas de vida anteriores e que a seleção natural é o mecanismo da mudança evolutiva. Essa segunda proposição de Darwin, no livro *A teoria da classe ociosa* de Veblen, passou a ser “seleção natural das instituições” ou a “seleção natural dos hábitos de pensamento mais aptos”.

Em Veblen a economia evolucionária deveria ser uma teoria do processo de mudança e de transformação cultural determinada pelo interesse econômico embasado na esfera da produção e não na da troca, como preconizava a teoria dominante, contudo não há garantia de um resultado eficiente. A humanidade é guiada por hábitos de comportamento que, por sua vez, são constituídos por instintos e propensões, pela habituação, pelo conhecimento e pela ação individual (Veblen, 1909, 1914).

Para Conceição (2020a), o pensamento vebleniano baseia-se nos princípios darwinianos de variação (mudança institucional), seleção (de comportamentos culturais) e herança (fator conservador de comportamentos), além de estar assentado na psicologia social e na filosofia pragmatista em termos do comportamento humano. Esses princípios darwinianos são representados por conceitos veblenianos, tais como, curiosidade ociosa (fonte de variedade ou mutação), seleção evolutiva de instituições (processo cumulativo autorreforçado) e instituição como unidade de relativa estabilidade e continuidade (herança) (Hodgson, 1992).

Segundo Conceição (2002, p. 122):

¹⁹ Entre as possíveis causas da resistência, a reserva acadêmica sobre a aplicação de ideias de origem biológica a fenômenos sociais, bem como algumas interpretações sobre o darwinismo como tendo implicações reacionárias, regressivas e até racistas (Hodgson, 2024a).

O conceito de instituição em Veblen pode ser resumido como um conjunto de normas, valores e regras e sua evolução. Tais fatores resultam de uma situação presente que molda o futuro através de um processo seletivo e coercitivo, orientado pela forma como os homens veem as coisas, o que altera ou fortalece seus pontos de vista. Há, portanto, um forte vínculo entre as especificidades históricas e a abordagem evolucionária. Esses aspectos sugerem que a relação entre a atividade humana, as instituições e a natureza evolucionária do processo econômico definiria diferentes tipos de economia.

Veblen empreendeu um esforço para compreender os problemas e os fenômenos econômicos e, de uma maneira mais ampla, a realidade social como um projeto geral a partir de um conjunto de categoriais como abertura, como resultado de uma multiplicidade de mecanismos variados, dependentes do contexto. No pensamento de Veblen constata-se *insights* explícitos e implícitos dos recursos e elementos que possibilitam a variação e a seleção cultural e institucional em processo de causalção cumulativa.

Da perspectiva do realismo crítico, Veblen fornece uma compreensão geral de qualquer fenômeno do mundo real a partir da distinção ontológica entre estrutura social, agência e práticas únicas e condicionadas, específicas de espaço-tempo, continuamente reproduzidas e transformadas.

Se houve críticas a Darwin, além de resistências que perduram até hoje, como afirma Hodgson (2024a),²⁰ e se algumas lacunas teóricas, como a explicação dos mecanismos da hereditariedade e a fonte de variação nos organismos, só foram preenchidas em meados do século XX, pela Síntese Evolucionária Moderna, é compreensível que autores do porte de Hodgson (1992, 1998a, 2001b, 2004c) e Rutherford (1998b) critiquem Veblen por falhas e incompletudes na sua teoria ou por promessas não cumpridas.

Contudo, é inegável que uma leitura sistemática da obra de Veblen, e não de um ou outro texto selecionado, evidencia que a compreensão vebleniana de Darwin está muito à frente do seu tempo. Cabe aos estudiosos e pesquisadores do presente seguir os poderosos *insights* veblenianos à luz dos desenvolvimentos recentes da biologia evolutiva, da psicologia evolucionista, da antropologia e da sociologia para avançar na compreensão da realidade socioeconômica em termos evolucionários.

²⁰ Para avaliações críticas recentes da evolução darwiniana, incluindo as suas versões modernas, veja por exemplo, Noble (2021) e Brown e Hullender (2022, 2023). Brown e Hullender (2023) argumentam, por exemplo, que não existe uma teoria ou hipótese adequada, baseada na ciência, orientadora e completa para a evolução biológica, defendendo que a física, a química e a matemática devem ser mais fortemente integradas com a biologia.

3.3 VEBLEN: A COMPREENSÃO DA REALIDADE A PARTIR DO MÉTODO EVOLUCIONÁRIO PEIRCEANO

O pragmatismo tem como princípios gerais que a realidade é constituída por continuidades, corresponsividade e mudança. Não há unidades independentes. As coisas apresentam relações dinâmicas, sistêmicas e sociais. Tal premissa se aplica ao conhecimento que é comunitário, uma exploração colaborativa e subjetiva. Em suma, toda realidade e qualquer coisa cognoscível, como as atividades culturais e as instituições sociais, é fundamentalmente evolucionária, holística e significativa.

Anteriormente, na presente Tese, constatou-se que Peirce estabeleceu as bases da sua filosofia assentada num realismo ontológico do tipo evolucionário, que tem a experiência como curso da vida e a investigação científica contínua como uma máxima e caminho para a solução de uma imensa variedade de questões, tanto teóricas quanto práticas. Dúvidas que privam os indivíduos de um hábito, na terminologia do autor, e que impulsionam a investigação até que se encontrem crenças verdadeiras que sirvam como guia de ação para a conduta humana. A verdade peirceana constitui o agir eficientemente, de forma consistente, com intenção definida. A ação mental como generalização do processo evolutivo de sentimentos, reação e concepções, a partir de hábitos de ação.

A teoria da investigação de Peirce tem por fim um guia para a mente inquiridora em busca da crença, um hábito mental contínuo de ação e de conduta. Surpresa, dúvida e hesitação perante uma realidade social em constante mudança frustram a ação esperada, obstando uma crença estabelecida. Dá-se início, então, ao processo de investigação até alcançar uma nova base firme para a ação adequada às novas circunstâncias de vida.

Em Peirce, com base nessa realidade em permanente mudança, a investigação é inerentemente crítica e parte de uma imensa massa de cognição já formada que é constantemente revista, atualizada ou abandonada. É o estado de dúvida que se instala com novas situações de vida, coisas reais, portanto, que faz a ciência e o conhecimento progredirem. Raciocínio e experiência, guiados pelo método científico, tanto na ciência quanto na vida comum, levam à essência de uma crença verdadeira, a um hábito, uma regra de conduta. Não há espaço para a dúvida universal de Descartes como fundamento do verdadeiro conhecimento.

Tal método científico é proporcionado pelo pragmatismo que está assentado no senso comum crítico, uma lógica generalizada de procedimentos avaliativos que leva, pelas inferências explicativa (dedução) e ampliativa (indução e abdução), ao mundo como ele é

realmente. Tal lógica científica evolui junto com o mundo e com o homem, sem embargo é com a abdução que surgem novas ideias, um conhecimento ampliativo.

De Darwin, como visto, Peirce extraiu um princípio social-evolutivo de longo prazo aplicável às categorias kantianas da mente – uma adaptação do homem à compreensão do mundo como resultado da seleção natural em âmbito coletivo e não como decorrência da ação individual. O segundo princípio fundamental do conhecimento científico extraído de Darwin foi a percepção de que as leis científicas são afirmações probabilísticas a partir dos métodos da observação dos fatos e da indução, ou seja, leis gerais que se aplicam a fenômenos particulares apenas probabilisticamente (Camic, 2020; Peirce, 1992).

Nesse sentido, com Peirce uma concepção realista da ciência como uma atividade de longo prazo que visa à verdade objetiva, por tentativa e erro, em contínua evolução, de forma consensual pela comunidade de investigadores avançando o conhecimento. Uma ciência que progride em direção a hábitos de ação que são adaptativos, conforme o curso da ação. A confirmação experimental de uma hipótese, com consequências práticas concebíveis, é um processo sem fim.

Em Peirce, tem-se uma concepção do conhecimento não como algo estático, mas como essencialmente uma atividade humana de grupo, com antecedentes históricos e capaz de crescimento futuro indefinido, portanto, a ciência como produto da seleção natural.

Na recente literatura institucionalista, Luz (2017, 2019) relaciona conceitos veblenianos de ciência e evolução a partir da contribuição de Peirce, bem como explica a lógica da pesquisa científica de Veblen com base no conceito peirceano de inferência abductiva analisando o artigo de Veblen, *Kant's critique of judgment*.

O viés do autor é uma descrição do modelo epistemológico vebleniano que incorpora o papel da história e da mente humana para estudar processos evolutivos, diferentemente do objetivo da presente Tese que é delinear a fundamentação ontológica de Veblen que o orientou na concepção da crítica contundente à economia recebida. Nos artigos mencionados de Luz não há discussão sobre a natureza, a estrutura e a constituição da realidade, tarefa da ontologia. Além disso, Ramon Luz conecta Peirce, Darwin e Veblen, enquanto o escopo desta Tese envolve as relações e influências desde Kant até Veblen, passando por Darwin e Peirce.

Para Hermann (2020), constata-se a influência de Peirce em Veblen a partir do elo central de pensamentos, percepções, hábitos e ações, isto é, o pensamento com a função de produzir hábitos de ação cujo estímulo é dado pela percepção e propósito de agir.

Almeida e Luz (2023) enfatizam as conexões entre a perspectiva de Veblen em relação à tomada de decisão dos consumidores e intelectões pragmatistas de Peirce, James e Dewey.

Em relação à influência de Peirce em Veblen, mencionam a concepção evolutiva, o conceito de curiosidade ociosa e o de causação cumulativa. Outra característica comum entre a análise vebleniana e a pragmatista de James e Dewey sobre o comportamento humano é a conexão entre instintos, hábitos e instituições. Ainda, segundo esses autores, a abordagem vebleniana sobre o comportamento humano é de um ser biológico, cultural e histórico e não a do indivíduo neoclássico, sendo que tal perspectiva tem raízes pragmatistas.

Hodgson (2004c) e Camic e Hodgson (2011) referem que em Veblen, sob influência de Peirce, a primazia dos hábitos sobre a razão, ou seja, a atividade e a formação de hábitos precedem a deliberação racional. Nesse sentido, por exemplo, em *The vested interests and the common man*, de 1919, Veblen (2017) refere que a história dos homens, tomados coletivamente, aprendem por hábito e não por preceito e reflexão.

Nesse livro, Veblen afirma que qualquer sistema estabelecido de lei e costume deve passar por revisão de seus princípios tão logo uma nova ordem de vida econômica tenha tido tempo de afetar materialmente os hábitos de pensamento da comunidade. Para o autor, é da natureza dos hábitos mudar sempre e se transformar em resposta ao impacto cambiante da experiência. Em outras palavras, hábito estabelecido é sempre uma herança do passado, apesar de sempre sujeitos a se alterarem em resposta às circunstâncias modificadas, desde que sejam suficientemente profundas, duradouras e abrangentes. É do conjunto de conhecimentos e crenças que os homens constroem seus modos de conduta que servem como guia e padrão de vida prática, não avaliando assuntos que estão além do alcance de seu conhecimento e crença.

Segundo Hodgson (2023), assim como Peirce, Veblen enfatizou que o conhecimento está enraizado em hábitos sociais arraigados, assim como não há conhecimento técnico além de uma comunidade industrial.

Assim como esse aspecto do conhecimento, a produção, também, ocorre apenas na sociedade, numa comunidade que contém e transmite as tradições, ferramentas, conhecimentos técnicos e usos sem os quais não pode haver organização industrial. O indivíduo sozinho não é um agente produtivo; no máximo vive de estação em estação. Portanto, produção, conhecimento, acumulação e riqueza ocorrem somente numa comunidade (Veblen, 1898d).

Em *Professor Clark's economics*, Veblen (1908a) já havia defendido que o conhecimento habitual e acumulado das formas e meios envolvidos na produção social é resultado de uma longa experiência e experimentação da comunidade, sendo transmitido no e pelo grupo.

Veblen (1908b), novamente, argumentou que o aprendizado, a experiência e o conhecimento tecnológico são acumulados dentro de uma comunidade. É, pois, um assunto da

coletividade, não uma realização de indivíduos autossuficientes, contudo a experiência, a experimentação, o hábito e a iniciativa são fenômenos da vida individual, e dessa fonte deriva o estoque da comunidade. Há, pois, interação da agência e da estrutura institucional no que tange à formulação e ao avanço do conhecimento da comunidade humana.²¹

Para Veblen, as teorias da produção e da distribuição são traçadas em termos individualistas a partir de premissas hedonistas. Tais suposições são falhas, pois, economicamente falando, defende Veblen, o traço característico distintivo do homem é uma história de vida de e em comunidades, uma questão de conhecimento, do uso, de hábitos de vida e de hábitos de pensamento. Em qualquer comunidade humana há um corpo de conhecimento tecnológico – linguagem, habilidades técnicas e domínio de materiais – úteis e necessários para o meio de vida. Esse corpo de conhecimento, chamado por Veblen, de equipamento imaterial, é produto de grupo, transmitido e aumentado pela comunidade, não por meio da herança de consanguinidade, mas pela tradição e pelo hábito.

Para Veblen, em qualquer fase da cultura, esse estoque comum de equipamento imaterial é relativamente grande e complexo ante a capacidade de qualquer indivíduo criá-lo ou usá-lo, portanto, a história de seu crescimento e uso é a história do desenvolvimento da civilização material.

O estoque de conhecimento tecnológico é complementado com a experiência, iniciativa e hábitos dos indivíduos e ambos constituem patrimônio comum da comunidade. A possibilidade de seu crescimento está na viabilidade de acumular conhecimentos adquiridos pela experiência e iniciativa individuais e, portanto, está na possibilidade de um indivíduo aprender com a experiência de outro (Veblen, 1908b).

Portanto, o conceito de hábito é central na análise da realidade socioeconômica por Veblen, assim como foi para a formulação da filosofia pragmática de Peirce. Ambos se concentraram na dimensão social do hábito. Ambos, pensavam que os hábitos possuíam um traço de estabilidade, de resistência à mudança, mas que mudariam como resposta à pressão do

²¹ Para Hodgson (2002c, 2004c) o problema da agência e da estrutura não pode ser resolvido entre seus dois extremos: o individualismo ou o coletivismo metodológico. O primeiro consiste em explicar todos os fenômenos em termos de suas unidades ou componentes fundamentais, no caso das ciências sociais, enfatiza o agente humano sobre as estruturas sociais. No segundo, todas as intenções ou comportamentos individuais devem ser explicados inteiramente em termos de fenômenos sociais, estruturais, culturais ou institucionais. É necessária uma articulação entre agência e estrutura para o trabalho explicativo da realidade. Hodgson sugere o mecanismo que chamou de “*reconstitutive downward causation*” agindo sobre hábitos de pensamento e ação, ou seja, criando e moldando hábitos, com esse sendo o elo na cadeia causal (processos psicológicos de imitação, conformismo, condicionamento e cognição) entre indivíduos e estrutura.

ambiente, à dúvida real, que ocorre quando a regularidade ou o hábito é interrompido por alguma experiência, ou a partir de uma necessidade ou de uma inquietação ante a realidade.

Como visto acima no item 2.3.2.3., para Peirce, entre os métodos de se obter a crença, está o método científico, que consiste em formular hipóteses e submetê-las à verificação, com base em suas consequências. Conforme o autor, esse método é o único que possibilita alcançar crenças verdadeiras (Peirce, 1992). Veblen assume tal conceito como inferências para julgamento reflexivo, por exemplo, em *The preconceptions of economic science – III*, de 1900, quando assevera que “[...] as grandes verdades ou leis da ciência continuam sendo leis hipotéticas; e o teste da realidade científica é a congruência com as leis hipotéticas, não a coincidência com os eventos da matéria de fato.” (Veblen, 1900, p. 255, tradução própria)²²

Nessa passagem fica clara uma rejeição do determinismo de regularidade, a exemplo de Peirce, para quem o universo funcionaria sob influência do hábito, isto é, de regularidades parciais, variáveis ou aproximadas. Para Veblen (1899a), até as leis da natureza possuem como característica a propensão para o fim ao qual tendem.²³

Depreende-se que o pragmatismo e o método da ciência estão ligados ao realismo sob Peirce (Hoover, 1994). Peirce fez um esforço para colocar a ontologia em uma base científica (Dopfer, 2005). Para Peirce a estrutura do mundo, e de tudo que existe, é dinâmica, processual, evolutiva, contínua e em conexão, e tem o mesmo caráter que mistura liberdade e restrição. Além disso, a metafísica peirceana é experimental e científica e os fatos científicos estão continuamente sujeitos à revisão.

No mesmo sentido, também a partir de Peirce, Veblen tentou orientar a ressignificação da economia em uma base ontológica referindo-se ao estatuto da realidade, a partir da explicação do processo causal cumulativo entre as existências socioeconômicas que compartilham a mesma unidade, qual seja, a realidade em permanente mudança, que é a base para a compreensão do processo, da mudança e da evolução social e cultural.

Nesta Tese, distinguiu-se o pragmatismo de Peirce das demais correntes pragmatistas, para chamar a atenção para o recorte deliberado, tendo em vista sua concatenação com o contexto da gênese do pensamento vebleniano. Tal qual Peirce, Veblen conecta as partes com o todo e todo com as partes e as experiências passadas com as expectativas futuras, indo além

²² No original: “[...] the great truths or laws of the science remain hypothetical laws; and the test of scientific reality is congruence with the hypothetical laws, not coincidence with matter-of-fact events.”

²³ Veblen, em *The preconceptions of economic science – III*, critica Mill por formular leis naturais simplesmente como sucessões empiricamente verificadas pensando ocupar-se com sequências dinâmicas, quando, na verdade, se limita a termos estáticos (Veblen, 1900).

de derivações epistemológicas ou metodológicas. O compromisso ontológico de Veblen com o estatuto da realidade é evidente. Há evidências textuais suficientes para afirmar que o realismo de Veblen, baseado em Darwin e Peirce, é evolucionário e, fundamentado em Kant, crítico.

Em relação a outros pragmatistas originais, como James e Dewey, traçou-se linhas gerais visando demarcar a concepção realista de cada um. Para esses pragmatistas, a verdade decorre da vontade do homem, enquanto Veblen a entendia como uma sequência cumulativa de causa e efeito, interessado na evolução social sem termo final.

Na seção seguinte, uma proposta de síntese da ontologia vebleniana, denominada na presente Tese de Realismo Evolucionário Crítico, com base nas obras de Veblen e com fundamento nas influências de Kant, Darwin e Peirce.

3.4 VEBLLEN: REALISMO EVOLUCIONÁRIO CRÍTICO – PROPOSTA DE SÍNTESE

Veblen não escreveu um tratado formal repleto de taxonomia econômica, e nem poderia fazê-lo, pois essa era uma das críticas à economia recebida. Tampouco fez uso da lógica dedutiva ou indutiva estrita, pelo contrário, há evidências robustas que sua metodologia é derivada de Peirce e do raciocínio retrodutivo. Não há em seus escritos uma totalidade posta, embora seu trabalho faça uso da ontologia *per se*, por isso, a exegese textual do seu trabalho é o melhor caminho.

Segundo Mitchell (1947, p. xx, tradução própria), “[é] preciso ser altamente sofisticado para apreciar os livros [de Veblen].”²⁴ Ainda conforme Mitchell (1929, p. 649–650, tradução própria):

[...] aqueles cujos interesses intelectuais não se limitam às linhas convencionais há muito encontrarão em sua obra um tesouro de sugestões sutis. Os sofisticados que suportam ter sua parte exposta na fragilidade humana lerão com um prazer tremendo. Talvez o melhor livro para amostra como introdução seja o volume de ensaios reunidos, intitulado *The place of science in modern civilization* (1919). *The theory of the leisure class* (1899) é a mais divertida e popular das discussões completas, enquanto *Absentee ownership* (1923) é totalmente terrível às vezes sob sua superfície branda. Economistas se sentirão mais à vontade com *The theory of business enterprise* (1904), psicólogos com *The instinct of workmanship* (1914) e cientistas políticos com *Imperial germany* (1915) ou com *An inquiry into the nature of peace and the terms of its perpetuation* (1917). Mas Veblen exige muito de seus leitores, e nem todos que bebem terão resistência para beber.²⁵

²⁴ No original: “[o]ne must be highly sophisticated to enjoy [Veblen’s] books.”

²⁵ No original: “[...] those whose intellectual interests are not limited to conventional lines will long find in his work a treasure of subtle suggestion. The sophisticated who can bear to have their share in human frailty exposed will read with quaking pleasure. Perhaps the best book to sample by way of introduction is the volume of collected essays, entitled *The place of science in modern civilization* (1919).

A presente seção, a partir do recorte das influências de Kant, Darwin e Peirce, discutidos anteriormente nesse capítulo, argumenta que a obra vebleniana é um todo coerente alicerçado no realismo ontológico do tipo evolucionário, dado o seu objetivo em compreender a realidade socioeconômica em constante mudança, bem como na crítica reflexiva permanente consentânea com as circunstâncias cambiantes. Para tanto, Veblen toma por fundamento uma ampla análise da estrutura, dos mecanismos e dos processos sociais em causação cumulativa, considerando, também, a conexão e a interação entre indivíduos e instituições como unidades de seleção evolutiva no desenvolvimento cultural de uma sociedade.

Com esse propósito, a presente Tese avança para além da discussão padrão focada nas noções de instintos, hábitos e instituições centrada, geralmente, em três obras do autor: *Why is economics not an evolutionary science?*, *A teoria da classe ociosa* e *The instinct of workmanship and the state of the industrial arts*. A devida consideração do corpo teórico vebleniano e a possibilidade de empregá-lo para a compreensão de um mundo social inerentemente aberto e dinâmico passa pela dificuldade encontrada pelos comentadores em elaborar sistematicamente seus conceitos, noções e método que, de modo geral, não se enquadram nos modelos dominantes da economia tradicional.

Para tanto, a partir dos desenvolvimentos da teoria social sob a ótica do realismo crítico como subsídio para organizar ou sistematizar a obra de Veblen e, com isso, mapear seu realismo ontológico e, dessa maneira, compreender sua visão crítica ao saber convencional, que está muito além do seu tempo, um todo coerente e relevante para preocupações mais gerais ou teóricas da economia política de hoje e do futuro.

3.4.1 A compreensão da realidade socioeconômica como um processo evolucionário crítico de Veblen

Conforme Samuels (1995), Veblen preocupava-se com o aspecto cognitivo das instituições, definindo-as como hábitos de pensamento comuns à generalidade dos homens.

The theory of the leisure class (1899) is the most playful and popular of the full-length discussions, while *Absentee ownership* (1923) is starkly terrible at times beneath its bland surface. Economists will feel most at home with *The theory of business enterprise* (1904), psychologists with *The instinct of workmanship* (1914), and political scientists with *Imperial Germany* (1915) or with *An inquiry into the nature of peace and the terms of its perpetuation* (1917). But Veblen demands much of his readers, and not everyone who sips will have the stamina to drink.

De acordo com Veblen (1983), a luta do homem em sociedade é uma luta pela sobrevivência, portanto constitui um processo de seleção natural dos hábitos mentais mais aptos às exigências produtivas e aos modos de vida da sociedade. Da mesma forma, a evolução da estrutura social é um processo de seleção natural das instituições. Ambos os processos de seleção adaptativa ocorrem para responder a um ambiente em contínua evolução, em decorrência do desenvolvimento da sociedade e da mudança das instituições sob as quais o homem vive.

Esses pontos perpassam toda a obra vebleniana, alicerçada numa ontologia evolucionária crítica que evidencia um agudo discernimento filosófico e teórico. A seguir, colaciona-se textos de Veblen que são estruturantes para a conformação do seu hábito de pensamento econômico, em especial, que delineiam sua abordagem ontológica.

Claro, tal exercício está repleto de dificuldades, não apenas o inevitável problema da seletividade e o desafio colocado por tradições intelectuais correntes há mais de um século, mas que pode ser considerado, na melhor das hipóteses, estranho por estudiosos atuais, como eventuais tendências racistas, quando refere tipos étnicos, como o “dolico-loiro”, por possuir certas propensões peculiares que teriam moldado a cultura de uma melhor forma, uma crítica feita por Ayres (1952).²⁶

²⁶ Edgell (2001) refere que desde os trabalhos dos tipos raciais de Gobineau, de 1854, e da seleção natural de Darwin, de 1859, por 100 anos a ideia de raças diferentes, com ênfase em características físicas herdadas foi corrente entre biólogos e cientistas sociais. Contudo, é corrente entre os teóricos contemporâneos que não há base científica para classificar os humanos em diferentes raças, pois não existe um indivíduo biologicamente puro.

Nesse sentido, pelo menos desde o início dos anos 1970, pesquisas evidenciam que a variação gênica entre populações é muito pequena quando comparada com a variabilidade dentro das populações. Por exemplo, Lewontin (1972), encontrou resultados de variação genética de 15% e 85%, respectivamente. Edge, Ramachandran e Rosenberg (2022) referem que esse trabalho clássico de Richard Lewontin fornece um resumo para a compreensão da unidade genética humana e uma resposta importante à apropriação indevida de descrições da variação biológica humana em apoio ao racismo. Wade (2017) refere que o trabalho de sequenciamento do genoma humano mostrou que os seres humanos compartilham 99,9% de material genético e que, se pode afirmar que raças não existem, geneticamente falando, entretanto elas existem na aceção social, tendo dado lugar ao racismo e à discriminação.

Na mesma linha, o médico geneticista e professor do Departamento de Bioquímica e Imunologia, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, Sérgio Pena (2005) refere que o baixo grau de variabilidade genética e de estruturação da espécie humana é incompatível com a existência de raças como entidades biológicas, portanto, propugna que o conceito de raça deve ser banido da medicina. Outros estudos evidenciam que a população brasileira é altamente miscigenada em termos genéticos e características fenotípicas não são suficientes para dividir a população em grupos raciais ou étnicos (Parra *et al.*, 2003, Pena *et al.*, 2009).

Assim, a evolução humana é caracterizada por populações geograficamente diferenciadas coexistindo em um determinado momento, mas com contato genético suficiente para torná-las uma única linhagem que compartilha um destino evolutivo comum. De forma peremptória, portanto, o conceito de raça entendida como uma população geograficamente circunscrita e geneticamente diferenciada não é mais aceito dentro campo de análise estritamente biológico (Futuyma, 2002; Templeton, 1998).

O primeiro deles, publicado em 1891, é o terceiro artigo de Veblen – *Some neglected points in the theory of socialism*. Nesse trabalho, pela primeira vez, aborda a ideia de evolução das instituições econômicas e sociais, dos gastos realizados com o propósito de demonstração social e o papel da emulação e da inveja na motivação dessas despesas, e as perspectivas de arranjos sociais mais satisfatórios no futuro. Os aspectos econômicos abordados nesse artigo formam a base para seu trabalho posterior. Mais, sua visão de que a emulação é o desejo de estima que impulsiona o comportamento aquisitivo da humanidade, consiste num afastamento da teoria econômica recebida e está presente em todo trabalho vebleniano subsequente.

Escrito no espírito de um discípulo de Spencer, Veblen (1891) levanta dois fundamentos econômicos que foram inadequadamente abordados no ensaio *From freedom to bondage*, que havia sido publicado pelo autor inglês criticando o socialismo (Camic; Hodgson, 2011; Dorfman, 1934; Hodgson, 1992, 2004a).²⁷

Spencer argumentou que todos os sistemas sociais são sistemas de status ou sistemas de contrato, e no artigo que Veblen aborda aqui, Spencer retratou o socialismo como um sistema de status. Veblen contesta tal tipologia dual, pois há outra possibilidade: o sistema de governo constitucional moderno. São necessárias leis e instituições impessoais para haver justiça (Murphey, 2018).

O primeiro fundamento arguido por Veblen para refutar as críticas de Spencer ao socialismo é referente a base econômica do sistema industrial ser assentada na instituição da propriedade privada sob livre concorrência, a qual teria permitido um aumento mais rápido da riqueza média, mas que teria engendrado uma luta por despesas desnecessárias como artigos de luxo e símbolos de sucesso econômico. O símbolo de sucesso é a posse e importa mais a aparência do que a substância real. A competição é por prestígio e a emulação é ilimitada, eis que o suficiente nunca é bastante, se alguém demonstra ter mais. A luta emulativa é dada pela instituição da propriedade privada e o remédio seria a nacionalização da indústria e da propriedade. Para Veblen, o aumento da eficiência industrial foi dissipado na emulação econômica. Assim, o socialismo acabaria com todo o desperdício e a ineficiência industrial.

Como segundo ponto, Veblen considera falaciosa a afirmação de Spencer de que se o sistema de livre concorrência fosse substituído pelo da nacionalização da indústria, então a cooperação voluntária, baseada no contrato, necessariamente daria lugar a uma organização política e a um regime burocrático, e os poderes a ele investidos, que seriam implaváveis.

²⁷ Um ensaio presente no livro editado por Thomas Mackay, *A plea for liberty: an argument against socialism and socialistic legislation*, de 1891 (Camic; Hodgson, 2011).

Para Veblen, um governo constitucional – a nacionalização das funções políticas – não significa a nacionalização das funções industriais e é comparativamente mais vantajoso mesmo que o desenvolvimento da natureza humana ainda não seja inteiramente adequado. Nesse caso, seria um sistema sem status e sem contrato, além do que nem uma deterioração permanente da sociedade humana, nem uma grande catástrofe seriam esperados como resultado da nacionalização.

Outros dois trabalhos de Veblen, que foram publicados em 1897, com interesse para os objetivos da presente Tese, todavia nem sempre lembrados são as revisões de *Einführung in den Socialismus*, de Richard Calwer, e de *Essais sur la concept matérialiste de l'histoire*, de Antonio Labriola.

Veblen menciona que a análise da evolução social em Calwer vai além do materialismo histórico, pois reconhece que as instituições da comunidade “[...] repousam em terreno psicológico.”²⁸ (Veblen, 1897a, p. 271, tradução própria) Além disso, refere que o autor entendeu que as circunstâncias materiais do ambiente, das organizações e dos métodos industriais podem condicionar o crescimento das instituições de acordo com o materialismo histórico, mas tais circunstâncias controlam o crescimento das instituições e da estrutura social apenas na medida em que afetam a visão habitual do indivíduo sobre as coisas (Veblen, 1897a). Por fim, em linha com a posição expressa em Veblen (1891), afirma que Calwer entende que o descontentamento do trabalhador é fundado num sentimento de emulação, uma comparação invejosa com as classes proprietárias.

Quanto ao trabalho de Labriola, referido por Camic e Hodgson (2011) como uma alternativa marxista não dogmática aos escritos de Marx, Engels e Kautsky, Veblen (1897b) afirma que o autor deixa de lado a teoria do valor-trabalho e a teoria da luta de classes, doutrinas provisórias e experimentais, indo além de um resumo enfadonho do materialismo histórico do passado.

Segundo Veblen (1897b), convergindo com seu pensamento, Labriola faz uma exposição da evolução da estrutura social em linhas darwinianas de acordo com a qual as atividades econômicas e os hábitos gerados por elas seguem outras direções que não a econômica simplesmente.

Por fim, Veblen (1897b, p. 390, tradução própria) refere que a concepção materialista, que é um produto do processo industrial, “[...] é a de um princípio orientador (*Leitfaden*) no

²⁸ No original: “[...] rest on psychological ground.”

estudo da vida social e da estrutura social”,²⁹ determinando o desenvolvimento do pensamento e da ciência, em linguagem kantiana e peirceana, que muda o princípio da motivação pela emulação para o conceito de ação predominante, segundo Dorfman (1934). Esse autor refere que é nítida a linguagem de Kant e de Peirce na resenha feita por Veblen.

Em outro trabalho de 1897, na revisão de *Die marxistische sozialdemokratie*, de Max Lorenz, Camic e Hodgson (2011) afirmam que Veblen faz uso do autor como portavoza de suas próprias opiniões. No artigo, Veblen refere que Lorenz, que era um seguidor inicial do marxismo, dado “[...] um defeito sério, senão irremediável, na teoria marxista” (Veblen, 1897c, p. 137, tradução própria),³⁰ propôs uma alteração na concepção da natureza e do lugar do homem no desenvolvimento social de um ser exclusivamente social, que conta no processo apenas como um meio para a transmissão e expressão das leis e mudanças sociais, para o que ele é, de fato, um agente da sua própria vida.³¹

Veblen afirma que a concepção materialista mostra o desenvolvimento social como contínuo, a despeito de não apontar a força operante. Assim, com a emenda indicada por Lorenz o materialismo histórico torna-se uma teoria do processo social considerado também como um desdobramento substancial da vida, não apenas uma teoria do método de mudança social e econômica.

Na revisão da obra *Über einige grundfragen der socialpolitik und der volkswirtschaftslehre*, de Gustav Schmoller, há evidências da linha que Veblen iria seguir em seu trabalho a ser publicado entre 1898 e 1900 e que repensa a ciência econômica em termos darwinianos. Nos ensaios de Schmoller fica claro que a economia estava passando de uma compilação de dados e descrição narrativa, como criticado pelos clássicos e marginalistas, para um trabalho teórico construtivo no qual as causas dos fenômenos econômicos deveriam ser buscadas nos detalhes dos processos psicológicos e não em fatores físicos ou biológicos. Portanto, para Schmoller, o ideal de todo o conhecimento é a explicação de todos os fatos em termos de causalidade e isso, segundo Veblen, dá mostra de uma moderna ciência teórica, que não seja assentada em dicções taxonômicas, generalizações descritivas e empíricas de uniformidades e leis (Veblen, 1898a).

De julho de 1898 a fevereiro de 1900, ele publicou no *The Quarterly Journal of Economics*, no *American Journal of Sociology* e nos *Annals of the American Academy of*

²⁹ No original: “[...] is that of a guiding principle (*Leitfaden*) in the study of social life and of social structure.” Em alemão “leiffaden” significa “diretriz”.

³⁰ No original: “[...] a serious if not irremediable defect in the Marxian theory.”

³¹ Para um primeiro relato abrangente das visões de Veblen sobre o socialismo ver o recente artigo de Hodgson (2023).

Political and Social Science, uma série de artigos conectados que estabeleceram a base do pensamento vebleniano e da sua ontologia.

Além disso, em fevereiro de 1899, publicou seu primeiro livro, *The theory of the leisure class: an economic study in the evolution of institutions*, em que a realidade socioeconômica passa ser analisada na sua totalidade e não apenas calcada em fenômenos particulares, além de ter enfatizado a importância dos indivíduos e das instituições.³² Para Veblen, a luta do homem em sociedade constitui um processo de seleção natural dos hábitos mentais mais aptos, bem como a evolução da estrutura social é um processo de seleção natural das instituições. Ambos os processos de seleção adaptativa ocorrem para lidar com uma realidade em evolução cumulativa.

Nos artigos *Why is economics not an evolutionary science?*, publicado em julho de 1898, e nas três partes de *The preconceptions of economic science*, publicadas entre janeiro de 1899 e fevereiro de 1900, Veblen analisa criticamente o desenvolvimento da economia em relação as fases da cultura e conclui que a economia recebida é pré-evolucionária por se ater a preconceitos antropológicos e psicológicos descartados pela alteração nas circunstâncias da vida.

Para Veblen (1898b), uma ciência é moderna se tem como axioma uma teoria do processo de causação cumulativa, uma sequência causal impessoal em linhas darwinianas, genética, dinâmica, enfim, evolucionária, em comparação com a ciência animista pré-darwiniana, que tem por dogma uma lei natural acrítica, teleológica, de causas finais. Esta é a visão da economia clássica, com sua taxonomia econômica e suas leis naturais ou normais, como a dos “salários normais” ou a dos “lucros normais”, na qual o normal é concebido como certo em linha com a filosofia de Spencer, com a sequência causal de desdobramento [causa(s) – efeito(s)] não sendo reconhecida.

Segundo Veblen a concepção da natureza humana não é passiva, inerte, dada, definitiva, em equilíbrio estável, mas sim de agentes estruturados sobre propensões e hábitos que buscam realização e expressão nas suas ações em desenvolvimento, sendo mediados pelas circunstâncias materiais. Tais circunstâncias de vida promovem alteração nos hábitos de pensamento e nas convenções e nos métodos de habituação, que são o resultado cumulativo de toda a experiência. Uma ciência evolucionária teria que dar conta desse processo de crescimento

³² Daugert (1950) e Edgell (2001) referem que o título do livro mudou para *The theory of the leisure class: an economic study of institutions*, em 1912.

cultural, isto é, uma teoria da sequência cumulativa de instituições em termos do próprio processo. Apesar de longa, cabe uma referência nas palavras do autor:

A história de vida econômica de qualquer comunidade é a sua história de vida na medida em que é moldada pelo interesse dos homens pelos meios materiais de vida. Este interesse econômico foi muito importante para moldar o crescimento cultural de todas as comunidades. [...] [G]uiu a formação, o crescimento cumulativo, daquela gama de convencionalidades e métodos de vida que são atualmente reconhecidos como instituições econômicas; mas o mesmo interesse também permeou a vida da comunidade e o seu crescimento cultural em pontos nos quais as características estruturais resultantes não têm uma importância econômica principal e mais imediata. [...] Afeta a estrutura cultural em todos os pontos, de modo que se pode dizer que todas as instituições são, em certa medida, instituições econômicas. [...] [A] base da ação – o ponto de partida – em qualquer etapa do processo é todo o complexo orgânico de hábitos de pensamento que foram moldados pelo processo passado. O interesse econômico não atua isoladamente, pois é apenas um dos vários interesses vagamente isoláveis sobre os quais procede o complexo da atividade teleológica levada a cabo pelo indivíduo. O indivíduo é apenas um agente em cada caso; e ele entra em cada ação sucessiva como um todo, embora o fim específico buscado em uma determinada ação possa ser buscado declaradamente com base em um interesse particular; por exemplo, os interesses econômicos, estéticos, sexuais, humanitários, devocionais.³³ (Veblen, 1898b, p. 392-393, tradução própria)

Já nas três partes de *The preconceptions of economic science*, com uma base em história do pensamento econômico, amplia o argumento presente no artigo *Why is economics not an evolutionary science?*, demonstrando as premissas, a visão de mundo, o senso comum de uma época, mostrando, claramente, sua formação filosófica. Nesse conjunto de artigos, Veblen busca os princípios metafísicos tidos como certos pela economia recebida a partir de uma análise crítica do pensamento econômico desde os fisiocratas, passando por Adam Smith, John Stuart Mill, os utilitaristas, Alfred Marshall, dentre outros, que estavam separados dos efeitos das ideias da realidade circundante por ocupar uma classe privilegiada.

Com isso, mantêm formas animistas de pensamento, mesmo que atenuadas pela evolução social, portanto, preservam antigos modelos mentais, que não estão de acordo com os

³³ No original: “The economic life history of any community is its life history in so far as it is shaped by men's interest in the material means of life. This economic interest has counted for much in shaping the cultural growth of all communities. [...] [I]t has guided the formation, the cumulative growth, of that range of conventionalities and methods of life that are currently recognized as economic institutions; but the same interest has also pervaded the community's life and its cultural growth at points where the resulting structural features are not chiefly and most immediately of an economic bearing. [...] It affects the cultural structure at all points, so that all institutions may be said to be in some measure economic institutions. [...] [T]he base of action – the point of departure – at any step in the process is the entire organic complex of habits of thought that have been shaped by the past process. The economic interest does not act in isolation, for it is but one of several vaguely isolable interests on which the complex of teleological activity carried out by the individual proceeds. The individual is but a single agent in each case; and he enters into each successive action as a whole, although the specific end sought in a given action may be sought avowedly on the basis of a particular interest; as e. g., the economic, aesthetic, sexual, humanitarian, devotional interests.”

requisitos de uma vida e de uma economia modernas que exigem novas formas de pensar de acordo com sequências causais cumulativas, dado o estado de artes industrial. Tais princípios e tendências animistas de uma mão invisível determinando resultados levam esses economistas a crer que operam leis normais ou naturais imutáveis na vida econômica – em equilíbrio perfeito – que levam, teleologicamente, ao desenvolvimento melhorativo da sociedade – um fim adequado e digno do esforço humano, isto é, uma tendência normal para o progresso humano. Para os fisiocratas, a causa final é o bem-estar guiado por Deus e pela natureza; para Adam Smith, a ordem natural leva o bem-estar ao homem, portanto opera uma causalidade estrita (Veblen, 1898a, 1899b).

Na opinião de Veblen, tal pensamento teleológico da economia clássica leva à construção de conceitos e de categorias normalizadoras, naturais, uma ciência taxonômica hedonista que supõe que a natureza humana é dada, inerte. Para o autor, a superação de tais problemas só seria possível se o método evolucionista fosse estendido para a diversificação e a mudança cumulativa nas atividades humanas imbuídas de interesse econômico (Veblen, 1899a).

Os indivíduos são constituídos por hábitos formados na ação, portanto mudanças nas atividades levarão a mudanças nos hábitos. Já o desenvolvimento cultural baseia-se no avanço industrial e esse leva à expansão do conhecimento, bem como novos hábitos são moldados. Por outro lado, o animismo prevaleceu durante a maior parte da história da cultura humana, assim o sistema social era marcado pela emulação de status, riqueza e poder diferenciados entre as classes sociais e econômicas. Nesse sistema social, os privilégios são herdados com base na força e valor imputados, independentemente dos fatos (Veblen, 1899a).

Em Veblen (1899b), o fundamento último da realidade econômica para Smith é a ordem teleológica estabelecida por Deus, enquanto que para os utilitaristas é a dor e o prazer. O agente humano também é passivo, inalterável, uniforme. Para essas duas correntes de pensamento a ordem teleológica é o método de sua execução.

Smith tratou o valor do ponto de vista da produção; já os utilitaristas abordaram o valor em termos hedonistas. A noção de produção como contribuição para o bem-estar humano é substituída pela noção de produção como contribuição para o prazer individual. A doutrina clássica centra-se na valorização pecuniária, na aquisição; o processo industrial é para ganhos pecuniários, enquanto que, para os utilitaristas, a sociedade é o conjunto dos indivíduos e o somatório dos interesses individuais consiste no interesse da sociedade. Com esses economistas, a economia torna-se assim a ciência da riqueza, com a remuneração das classes se dando de acordo com sua contribuição produtiva – maior ganho com o menor sacrifício.

Na terceira parte de *The preconceptions of economic science*, Veblen (1900) refere que os preconceitos da economia clássica eram a psicologia associativa hedonista e a convicção em uma tendência de melhoria no curso dos eventos independente das crenças dos indivíduos. Tais preconceitos eram de Mills – uma versão mais sofisticada do hedonismo que concebe os indivíduos com motivos para guiarem suas vidas com alguma liberdade – e de Cairnes – que define a economia como a ciência do bem-estar físico e a riqueza como meio de obtê-lo –, contudo tal ciência continua sob o postulado da normalidade, uma ciência hipotética, baseada em premissas verdadeiras, e que a experimentação é impossível. Para esse autor, a compreensão dos fatos econômicos é obtível, apenas, pelo método dedutivo e por experimentos mentais, nunca pela indução.

Veblen defende que a psicologia moderna, que balançou o determinismo hedonista, passou a ser uma psicologia biológica do estímulo-resposta com a intervenção de um organismo que decide o que é estímulo e o que é resposta. Para tanto, replicou o argumento presente em *The reflex arc concept in psychology*, de John Dewey, de 1896, sem, no entanto, ter citado esse autor, no sentido de que a resposta a um estímulo é dada pelas circunstâncias, mas também pela constituição do organismo. Veblen retira desse *insight* a concepção que a sequência causal é uma atividade vital dos homens que são autodirigidos e que agem seletivamente perseguindo os fins de sua própria escolha, portanto organismos teleológicos guiados por propósitos.

Assim, enquanto a psicologia hedonista via a natureza humana como inerte, a concepção psicológica moderna, continua Veblen, a concebe em termos do funcionamento dos hábitos de vida do organismo sobre o impacto das forças do meio ambiente.

Por fim, refere os economistas neoclássicos John Neville Keynes e Alfred Marshall que endossam uma visão expandida da economia como devendo prestar a atenção também em outros aspectos além dos fenômenos econômicos, embora mantenham o caráter taxonômico e normativo ao fazer ciência estabelecendo uniformidades econômicas. Lidam com os resultados do processo, mas não com o processo evolutivo em termos de uma sequência causal cumulativa.

Veblen “[...] ‘tentou’ desenvolver uma teoria da evolução socioeconômica”³⁴ (Hodgson, 1992, p. 287, grifo nosso, tradução própria) a partir da noção de instintos e de hábitos de pensamento em permanente adaptação às mudanças do ambiente. Todavia, o comportamento do indivíduo se baseia, também, na cultura humana, na ação habitual e na tecnologia. Assim, tanto os instintos quanto as instituições conformam o comportamento humano e se constituem em unidades de seleção evolutiva veblenianas (Hodgson, 1992, 2002a, 2010a; Veblen, 1898b).

³⁴ No original: “[...] ‘attempted’ to develop a theory of socioeconomic evolution.”

Assim, “[a] história de vida econômica do indivíduo é um processo cumulativo de adaptação de meios para fins que mudam cumulativamente à medida que o processo continua, tanto o agente quanto seu ambiente sendo, em qualquer ponto, o resultado do processo passado.” (Veblen, 1898b, p. 391, tradução própria)³⁵

Em *The instinct of workmanship and the irksomeness of labor*, Veblen (1898c) formula uma crítica à economia recebida baseando-se numa ontologia de causalidade cumulativa de caráter realista e darwiniana, dada a aversão à noção de trabalho útil.³⁶ Afirma que há evidências, ao longo da história da cultura, da transformação de insumos em prol do uso humano de acordo com uma propensão para a ação intencional, que chamou de “*instinct of workmanship*” ou, em português, “instinto do trabalho”, que se reflete no trabalho humano bem feito e no prazer que este proporciona. O objetivo de todo aprimoramento industrial tem sido o melhor desempenho de alguma tarefa artesanal para uso humano, individual ou para o grupo, eis que é um ser social.

Veblen argumenta que a primazia do homem é, em última instância, industrial ou econômica, constituindo-se em agente que atua em resposta aos estímulos proporcionados pelo ambiente em que vive e que busca em cada ato a realização de algum fim concreto, objetivo e impessoal. É uma criatura de hábitos e propensões, dotado de uma tendência para a ação intencional de realização.

Tal habituação constitui uma linha de pensamento predominante que permite que fatos e eventos sejam assimilados e reduzidos a um corpo de conhecimento passando a atuar no esquema de vida via norma de conduta. Como afirma Veblen (1898c, p. 195, tradução própria), “[...] simplesmente, porque o agente pensante e conhecedor é também o agente atuante.”³⁷

Assim, pela habituação ao longo do tempo e de forma consistente por meio da aprovação entre os membros dos grupos sociais, tal instinto assumiu o status de virtude estimada e forma de conduta dos indivíduos. Não obstante, tais hábitos de trabalho mudam pela força das circunstâncias, conforme o avançar cultural da humanidade, que passa de uma vida pacífica no estágio selvagem para uma predatória no estágio da civilização moderna.

O fundamento da estima, desse modo, muda de uma apreciação direta da conveniência em termos de imputação de eficiência da conduta para uma comparação das habilidades de diferentes agentes e, com base no sucesso visível, dá azo a uma comparação invejosa da força

³⁵ No original: “[t]he economic life history of the individual is a cumulative process of adaptation of means to ends that cumulatively change as the process goes on, both the agent and his environment being at any point the outcome of the past process.”

³⁶ Murphey (2018) refere que a linguagem utilizada por Veblen nesse artigo segue linhas kantianas.

³⁷ No original: “[...] simply because the thinking, knowing agent is also the acting agent.”

que um indivíduo é capaz de exercer. Tais hábitos diferenciados permitem o surgimento da distinção entre os empregos – a tradição da destreza industrial passa a ser a capacidade de exploração predatória (Veblen, 1898c).

Além do instinto do trabalho, Veblen descreve o “instinto predatório” uma propensão de subjugação das pessoas por pessoas, de levar um modo de vida conflituoso e destrutivo e que dará origem à classe ociosa via atividades esportivas de prestígio e honra sociais, como será desenvolvido em Veblen (1983), e uma inclinação para emulação de ações socialmente predominantes.

Veblen (1898c) estabeleceu, ainda, as bases para o entendimento dos determinantes da conduta humana. O autor sustentou que os instintos, ou “propensões”, como geralmente os chamava na época, eram traços hereditários dos seres humanos que haviam sido estabelecidos por meio da herança de características adquiridas.³⁸ Esse ponto é entendido como uma influência de Lamarck em Veblen (Murphey, 2018).

Contudo, não há, como bem apontado por Zulian (2022), uma definição precisa de instinto nas obras de Veblen. Tais propensões envolvem os fins básicos da vida humana, constituindo-se nos principais determinantes do comportamento humano, uma acepção diferente da biológica que entende tais inclinações como algo natural. Nos termos de Zulian (2022, p. 15) “[o]s instintos, na interpretação vebleniana, não estão relacionados apenas à manutenção da vida da espécie humana, mas à constituição das suas rotinas e das diversas formas de levar a vida.”

Hodgson (2004c, 2006c, 2010b) refere que Veblen herdou de William James a ênfase no papel do instinto e do hábito no pensamento e na ação humana e de Darwin que as capacidades mentais humanas evoluíram de formas anteriores, sendo que essas influências se fazem notar nos textos veblenianos dos anos 1890.

Na síntese dessas influências, Veblen colocou instinto e hábito dentro de uma estrutura evolutiva, afetados pela seleção natural em um ambiente em mudança que molda a capacidade discricionária e seletiva do comportamento humano: hábito sobre o instinto; crença sobre o hábito; razão sobre a crença. Além disso, Veblen compartilhava com Darwin e com James a ideia de que inexistia antinomia entre instintos e inteligência; na verdade, são categorias complementares. Para Hodgson (2010b) o darwinismo não nega a intencionalidade humana,

³⁸ A compreensão dos instintos como disposições humanas evoluídas e inatas pelos institucionalistas, entre eles Veblen, permitiu a fertilização cruzada entre economia, biologia evolutiva e psicologia. Esses teóricos empregaram a teoria do instinto em sua análise do comportamento econômico e se concentraram especialmente na interação entre motivação instintiva e ação econômica intencional (Cordes, 2015).

mas reconhece que a razão humana não pode aparecer nem funcionar sem suportes disposicionais herdados ou aprendidos.

Contudo, segundo Hodgson (2006c), Darwin não forneceu uma definição satisfatória nem de hábito, nem de instinto. Foi com James, em *The principles of psychology*, de 1890, que a distinção ocorreu: instintos (reflexos, impulsos ou emoções) definidos como disposições (ou seja, não fixas) biologicamente herdadas; e, hábitos como disposições que foram adquiridas ou aprendidas. Aqueles, não apresentam grau de variabilidade com as circunstâncias; os segundos, dependem do ambiente particular vivenciado pelo indivíduo.³⁹

Cabe mencionar aqui, que o instinto do trabalho alcançou sua forma final no livro publicado por Veblen, em 1914, *The instinct of workmanship*, já sob influência da teoria mendeliana e de pontos de vista de William McDougall presentes em *An introduction to social psychology*, editado em 1908 (Murphey, 2018).⁴⁰ Contudo, segundo Hodgson (2004c), James manteve ascendência mais importante sobre Veblen, nesse ponto, por distinguir claramente instintos, herdados biologicamente, de hábitos, moldados pelas circunstâncias.

Para McDougall (2001), o instinto é uma disposição: (i) inata que permite a percepção de objetos; (ii) que permite ao seu possuidor experimentar uma sensação em relação a esse objeto; e, (iii) agir ou experimentar um impulso de ação em relação a esse objeto. O autor entendia que o instinto envolvia consciência e adaptação a um fim visado, ou seja, a ação cognitiva em resposta a um objeto é modificável pela experiência e destinada a um determinado fim. Nas palavras do autor:

Os impulsos instintivos determinam os fins de todas as atividades e fornecem a força motriz pela qual todas as atividades mentais são sustentadas; e todo o complexo aparato intelectual da mente mais altamente desenvolvida é apenas um meio para atingir esses fins, é apenas o instrumento pelo qual esses impulsos buscam sua satisfação, enquanto o prazer e a dor servem apenas para guiá-los na escolha dos meios. (McDougall, 2001, p. 41, tradução própria)⁴¹

Em *The instinct of workmanship*, Veblen, embora não pretenda prescrever uma definição, mas apenas indicar o sentido que utiliza o termo, afirma que o instinto é uma

³⁹ Instintos, segundo Hodgson (2006c), são disposições herdadas biologicamente através dos genes, enquanto hábitos são disposições aprendidas por meio da cultura e das instituições. Para discussões recentes na literatura, ver, por exemplo, Lopes e Conceição (2021), Stanfield (2023) e Wisman (2023).

⁴⁰ Conforme Cordes (2015), McDougall lançou as bases da teoria do instinto, caracterizando-os como os principais motores de toda a atividade humana, determinando os fins desta última.

⁴¹ No original: “The instinctive impulses determine the ends of all activities and supply the driving power by which all mental activities are sustained; and all the complex intellectual apparatus of the most highly developed mind is but a means towards these ends, is but the instrument by which these impulses seek their satisfactions, while pleasure and pain do but serve to guide them in their choice of the means.”

propensão inata e persistente da natureza humana, e junto com a ação tropismática, constitui o motor principal do comportamento humano. Contudo, diferentemente da ação tropismática, o instinto envolve consciência e adaptação a um fim, dessa forma, controlando e condicionando a conduta humana.⁴²

Para Veblen (1914), os instintos são elementos psicológicos simples e irredutíveis do comportamento humano. Constituem propensões, inclinações, aptidões específicas que, isoladamente ou em grupos, propõem um fim objetivo a ser alcançado. As ações instintivas são, assim, teleológicas, cada uma identificada com o propósito para o qual se dirigem, mas os modos e meios de realizar as coisas são uma questão de inteligência e do corpo de conhecimento disponível em qualquer comunidade. Os instintos estão sujeitos ao desenvolvimento, portanto, à modificação pelo hábito, que possui caráter cumulativo e transmissível por tradição, treinamento ou educação, criando usos, costumes, convenções, preconceitos, princípios de conduta sancionados socialmente.

Em Veblen, portanto, os instintos concentram a atividade em fins específicos e procuram moldar os meios de sua busca. Os hábitos são conformados pela cultura social; são meios adicionais para que as tendências instintivas sejam buscadas em um ambiente de circunstâncias complexas em constante mutação. Ambos trazem o peso do passado: os instintos por herdar propensões fixas; os hábitos de pensamento e de comportamento são adquiridos por costume e a partir de instituições específicas compartilhadas socialmente (Hodgson, 2004c).

Para Veblen (1914), assim, a investigação sobre a natureza e as causas do crescimento das instituições deve levar em conta a evolução de hábitos e convenções, condicionados pelo ambiente material, e pelas propensões inatas e persistentes da natureza humana – os instintos.

No livro *A teoria da classe ociosa*, Veblen trata dessa classe como uma instituição, sua história e seu lugar como um fator na cultura, em linha ao que havia proposto no artigo *Why is economics not an evolutionary science?* Como objeto de uma ciência econômica evolucionária. Faz uso de linguagem darwiniana, acrescentando uma discussão com base na psicologia e na antropologia modernas, examinando as práticas de “consumo conspícuo” e “lazer conspícuo” da classe ociosa, trazendo para a cena, de vez, a emulação como uma característica fulcral dos seus membros.

⁴² Em nota de rodapé, Veblen (1914) afirma que James não diferenciou claramente tropismo de instinto, o que acabou sendo feito por McDougall. Para Veblen os tropismos são traços fisiológicos definidos, transmissíveis por herança intactos e não modificados, separáveis e descontínuos que se fazem notar como uma ação nervosa reflexa imediata e resposta automaticamente definida. Para o autor, os instintos também são hereditários, mas, ao contrário dos tropismos, são inclinações contínuas e não mutuamente exclusivos e envolve inteligência em algum grau.

Ao longo da obra, Veblen fornece um de seus relatos mais gerais da evolução das instituições econômicas, concebidas como métodos habituais e da seleção das mesmas em relação a um ambiente em constante mudança, dados os avanços nas técnicas, nos métodos e na organização industrial e, também, na população. Para Veblen, as instituições sempre estão defasadas frente às mudanças do ambiente, pois são fruto de hábitos de pensamento adaptados às circunstâncias passadas.

Conforme Veblen, a classe ociosa é a classe não industrial proprietária que está protegida das forças econômicas que fazem a mudança e as transformações do ambiente, retardando o processo de transformação social. Constitui um exemplo prescritivo de desperdício conspícuo e, ao retirar das outras classes tanto quanto pode dos meios de sobrevivência, adquire um caráter parasitário no corpo social, denotando conservadorismo e inércia cultural, sob os aspectos econômico, sociais ou políticos.

Para Veblen, não vigora o princípio melhorativo nos assuntos econômicos como propugnado pela economia clássica, mas sim "[a]quilo que é está errado" – isto é, “[os métodos de vida] mais ou menos inadequado[s]” ao ambiente social em constante mudança em que tais instituições existem, sem, entretanto, implicar aquilo que deve ou não ser, mas para designar a compatibilidade ou a incompatibilidade com o processo evolucionário efetivo (Veblen, 1983, p. 95).

Como referido na Introdução desta Tese, a revisão da obra *A teoria da classe ociosa* feita por John Cummings (1899) é relevante por três motivos: o primeiro, por ser a única ocasião conhecida que Veblen respondeu a um crítico; em segundo lugar, por Veblen admitir que muitas das críticas poderiam ter sido evitadas se ele tivesse sido mais preciso – diga-se, um lembrete para todos aqueles que produzem ciência; por fim, e mais importante, porque na resposta a Cummings, Veblen propugnou a separação das questões factuais das morais e por afirmar que o propósito principal da ciência é a compreensão e a explicação causal do existente e do possível, clamando por uma abordagem imparcial nas questões de causa e efeito (Camic, 2020; Camic; Hodgson, 2011; Tilman, 1992).

Cummings atacou a distinção “irreal” entre empregos produtivos e industriais e empregos não produtivos e pecuniários de Veblen. Afirmou, ao contrário, que as atividades industriais e pecuniárias necessariamente se combinam no processo de produção e defendeu os ganhos dos “capitães da indústria”, conforme sua contribuição e de acordo com sua eficiência econômica. Nesse sentido, a propriedade da riqueza é resultado da eficiência, não de façanhas predatórias, e serviria sempre para direcionar o investimento do trabalho, sendo que a prosperidade material da comunidade dependeria desse poder econômico. Discorda também de

Veblen que afirmou que as atitudes pecuniárias são ofensivas e egoístas, enquanto as atitudes industriais são não ofensivas e econômicas, e entendia a emulação como parte integrante da busca pela excelência, uma força do progresso da civilização, não como fonte do desperdício como Veblen defendia (Cummings, 1899).

A resposta de Veblen a Cummings se tornou necessária “[...] onde a crítica é dirigida mais contra o aparente do que contra o desvio pretendido do argumento apresentado no volume.”⁴³ (Veblen, 1899c, p. 106, tradução própria) Embora Veblen trate a crítica como séria e perspicaz, refere que boa parte dos comentários teriam sido evitados se ele tivesse utilizado uma linguagem mais fácil, uma que não tivesse levado Cummings a uma compreensão equivocada. Exemplo disso, menciona Veblen, é o uso que fez das palavras “impessoal” e “invejoso”.

Veblen menciona que a crítica de Cummings se dirige a três pontos: (i) a teoria do desperdício; (ii) a relação da classe ociosa com a mudança cultural; e, (iii) a justificativa das rendas da classe ociosa.

Conforme Veblen, as depreciações presentes na *A teoria da classe ociosa* são baseadas em avaliações atuais e comumente realizadas e defende que qualquer teoria da cultura, tardia ou precoce, deve recorrer a uma análise psicológica, uma vez que toda cultura é substancialmente um fenômeno psicológico. Ao contrário de Cummings, para Veblen o ambiente do homem muda com o crescimento da cultura – costumes, convenções e métodos da indústria variam incontinentemente, sendo seu propósito a investigação sobre por que e como os hábitos de vida e de pensamento dos indivíduos vêm a ser modificados ao longo da evolução da sociedade.

Além disso, também defende sua distinção entre empregos “industriais” e “pecuniários”, e que não pode ser acusado de preconceito normativo e de objetividade científica inadequada, pois o argumento do livro lida com o causal, não com a competência moral dos fenômenos.

Para Veblen, as atividades pecuniárias e as instituições pecuniárias assentam-se na propriedade privada e afetam o processo industrial. Já as atividades industriais baseiam-se principalmente nas condições físicas da vida humana, conquanto também têm sua influência pecuniária em virtude da instituição dominante da propriedade. O autor refere com aprovação a afirmação de John Stuart Mill de que os empregos pecuniários são condicionados pela

⁴³ No original: “[...] where the criticism is directed rather against the apparent than against the intended drift of the argument set forth in the volume.”

convenção humana, enquanto os industriais, pelas leis inalteráveis da natureza. O objetivo desses últimos é o uso material; dos primeiros, o ganho pecuniário. A produção para Veblen é um processo social e tecnológico a exigir estruturas institucionais condizentes que acompanhem e possibilitem a mudança incessante no meio cultural.

As afirmações de Cummings, segundo Veblen, assumem a validade do dogma dos direitos naturais de que a propriedade depende da produção, por isso é necessário explicar que o objetivo do argumento relativo aos empregos “pecuniários” e “industriais” era indicar o valor econômico diferente das aptidões e hábitos de pensamento fomentados por uma e outra classe de empregos. Ao final, Veblen adverte que “[...] na análise das instituições, deve-se recorrer a palavras e conceitos que expressem os pensamentos dos homens cujos hábitos de pensamento constituem as instituições em questão.”⁴⁴ (Veblen, 1899c, p. 117, tradução própria).

Sem embargo, não há na *A teoria da classe ociosa*, entendida como a obra central de Veblen, uma explicação das forças que impelem as mudanças na ordem econômica, a não ser em termos das diferenças na natureza humana entre as virtudes “aristocráticas” e “burguesas”, cujos traços destrutivos e pecuniários impedem uma organização mais eficiente das instituições de produção, e as “industriais”, cujas qualidades pacíficas promovem a eficiência industrial. A argumentação de Veblen parece ser a de um caso geral crítico ao padrão comportamental cerimonialista, à classe ociosa, à emulação pecuniária e o consumo conspícuo.

Em 1901, Veblen publica *Industrial and pecuniary employments*, dessa forma completando o paralelismo entre *A teoria da classe ociosa* e os três artigos *The preconceptions of economic science*, demonstrando a incompatibilidade entre o processo industrial e a do processo empresarial.

No artigo, Veblen (1901a) faz uma distinção entre o capital pecuniário, aplicado na gestão empresarial, e o capital industrial, utilizado para fins industriais como o investimento tecnológico e outros materiais com destinação fabril, fazendo, também, um paralelo entre os empregos industriais – relativos ao capital industrial – e os empregos pecuniários – dizentes ao capital pecuniário.

Da mesma forma, contrasta o capitão da indústria, detentor do conhecimento tecnológico e responsável pela eficiência industrial, e o capitão de negócios, que detém o controle discricionário da riqueza. Essa é, portanto, uma distinção centrada na propriedade, um hábito de pensamento ou instituição. Aquele procura produzir o mais barato possível um

⁴⁴ No original: “[...] in the analysis of institutions, one must resort to words and concepts that express the thoughts of the men whose habits of thought constitute the institutions in question.”

produto vendável e não como pensa a economia dominante: produzir a maior quantidade possível ao custo mais econômico.

Tal divisão tem assento na distinção clássica de Smith e Ricardo entre trabalho produtivo, o que aumenta o valor por meio de mercadorias vendáveis, e improdutivo, o realizado pelos trabalhadores. Acresce que a divisão tripla dos fatores de produção como terra, trabalho e capital tem suas raízes numa ordem natural ou normal que dá origem a uma teoria dos direitos pela qual os proprietários dos insumos reivindicam uma parte correspondente do produto (Veblen, 1901a).

Sobre o impacto desse artigo para a teoria econômica, Mitchell (1925, p. 7, tradução própria) afirmou que:

Do conteúdo desta economia quantitativa só podemos formar suposições incertas. Um tópico, no entanto, certamente receberá muita atenção – o tópico definido há vinte e quatro anos na décima terceira reunião anual da *American Economic Association* pelo Dr. Veblen. Esta é a relação entre negócios e indústria, entre ganhar dinheiro e produzir bens, entre as fases pecuniária e tecnológica da vida econômica.⁴⁵

Em *The theory of business enterprise*, Veblen (1904) aborda temas como a especulação financeira e o ciclo de negócios e a influência do processo da máquina nos hábitos de pensamento.⁴⁶ Esse segundo tópico é entendido por Camic e Hodgson (2011) como decorrente das inclinações kantianas e darwinianas de Veblen e consistiu numa tentativa de compreender a base material do ponto de vista científico moderno.

Veblen trata da estrutura material que domina a civilização moderna no sistema capitalista e da força que direciona essa estrutura, respectivamente, o sistema industrial e a empresa de negócios. Para o autor, os traços característicos de tal cultura são o processo da máquina e o investimento com fins lucrativos, com o homem de negócios exercendo uma força controladora sobre as exigências de vida em sociedade. A indústria é exercida por causa dos negócios, e não o contrário; e o progresso e a atividade da indústria são condicionados pelas perspectivas pecuniárias do mercado.

⁴⁵ No original: “Of the content of this quantitative economics we can form but uncertain surmises. One topic, however, is fairly sure to receive much attention – the topic defined twenty-four years ago at the thirteenth annual meeting of the American Economic Association by Dr. Veblen. This is the relation between business and industry, between making money and making goods, between the pecuniary and the technological phases of economic life.”

⁴⁶ Conforme Hodgson (2015), nesse livro, Veblen desenvolveu uma teoria da instabilidade e das crises capitalistas baseada na especulação e na dívida, que foi uma prefiguração da análise de John Maynard Keynes na Teoria Geral.

Além disso, acresce que o desenvolvimento dos negócios corporativos dissociou os interesses entre as necessidades industriais da comunidade e as exigências de negócios das corporações, a partir da separação cada vez maior do controle dos processos manufatureiros e os da gestão pecuniária dos negócios. Segundo Veblen, tal gestão empresarial faz uso dos mais variados métodos de capitalização, incluindo o comércio de ativos financeiros corporativos como o *good-will*,⁴⁷ assim como cria e mantém perturbações amplas e frequentes do sistema industrial, como informações parciais, desinformação ou redução da produção, com o intuito de aumentar a capacidade de ganho pecuniário ou de forçar uma discrepância vantajosa no preço do capital que administram.

Dorfman (1934) afirma que somente em conformidade com todo o trabalho anterior de Veblen, portanto, podem ser compreendidas todas as implicações da *The theory of business enterprise*, eis que as várias obras estão inter-relacionadas, demonstrando a incompatibilidade entre a disciplina do processo industrial e a do processo empresarial. Para o analista de Veblen, *The theory of business enterprise* completa o sistema das obras iniciadas com *Why is economics not an evolutionary science?*, as três partes *The preconceptions of economic science* e *A teoria da classe ociosa*, além do artigo de 1901, *Industrial and pecuniary employments*.

Em *The place of science in modern civilization* (1906a), considerado por Veblen o seu melhor artigo (Camic; Hodgson, 2011; Dorfman, 1934),⁴⁸ explica as origens da cultura científica moderna com base em hábitos de pensamento associados à expansão do processo e da tecnologia da indústria de máquinas, capaz de uma visão impessoal e desapaixonada dos fatos que, entretanto, não produzem por si só ciência. As formulações da sucessão causal, com a insistência em causa e efeito opacos, numa sequência de causalidade se desdobrando em um processo ininterrupto de mudança cumulativa é característica da ciência moderna.

Propôs uma teoria evolucionária darwiniana pela qual hábitos de pensamento são selecionados em uma “luta pela existência” contra aqueles de menor eficácia ou adequação e que a imputação metafísica é inevitável na ciência, particularmente no caso da suposição de

⁴⁷ O título *good-will* compreende ativos intangíveis como relações comerciais consuetudinárias estabelecidas, reputação de negociação e privilégios, marcas registradas, direitos de patentes, direitos autorais, uso exclusivo de processos especiais protegidos por lei ou em sigilo, controle exclusivo de fontes de materiais etc. Consiste numa vantagem diferenciada para seus proprietários, mas nenhum benefício agregado para a comunidade (Veblen, 1901a, 1904).

⁴⁸ Camic e Hodgson (2011) não comungam dessa opinião, não obstante referem que o artigo é um dos mais interessantes e importantes por conter *insights* filosóficos e pressuposições centrais do pensamento de Veblen. Dorfman (1934) refere que o artigo foi escrito por Veblen como um protesto contra a teoria pragmática do conhecimento de Dewey.

causa e efeito. Também a intencionalidade humana é resultado de um processo seletivo de forças que parece não ter fim.

O artigo contrasta uma visão mais restrita do pragmatismo, concebido como criador de máximas de conduta conveniente, de interesse e atenção pessoal, que em nada contribui para o avanço do conhecimento dos fatos, com a ciência moderna, orientada para a produção de teorias que podem ou não ser vantajosas para o agente, consistindo, então, numa investigação desinteressada cujo motivo é a curiosidade ociosa. Tal instinto, uma propensão humana pela busca e desejo em saber apenas por saber, de conhecer por conhecer, é o fundamento do conhecimento científico sem uma motivação imediata ou necessariamente útil.

Como Veblen sintetiza, “[...] através da mudança progressiva dos hábitos dominantes de pensamento na comunidade, as teorias da ciência têm progressivamente divergido das formulações do pragmatismo [...]”. (Veblen, 1906a, p. 599, tradução própria)⁴⁹

Segundo Veblen (1906a), ao longo dos estágios culturais da sociedade, o sistema de conhecimento também se baseia em hábitos de pensamento e em padrões de discriminação impostos pela vida diária, seja na fase da selvageria, na barbárie ou na civilização moderna. A tecnologia, assim como a ciência moderna, usa dos mesmos termos de sequência impessoal e não termos da natureza humana ou de agências sobrenaturais. Os processos são vistos em termos mecânicos, opacos, não em modos de conveniência ou inadequação humana.

Esse artigo de Veblen delinea a essência da sua filosofia da ciência cujos elementos principais são a curiosidade ociosa, a transformação na estrutura institucional e nos hábitos de vida a partir da mudança cultural e econômica da sociedade e da tecnologia, incluindo seus processos, como uma força cultural de amplas consequências sociais decorrente do emprego do conhecimento científico para fins úteis.

Por outro lado, nas duas partes de *On the nature of capital* (1908b; 1908c) Veblen afirma que a história da vida em comunidade se dá de forma contínua por gerações sucessivas e tal continuidade tem caráter imaterial. A sequência causal, eficiência ou continuidade é, obviamente, uma questão de imputação metafísica. Em qualquer cultura há um corpo de conhecimento tecnológico pertencente ao grupo e que é utilizado para obtenção dos meios de vida. Tal corpo de conhecimento é transmitido por tradição e hábito e é aumentado pelo grupo, argumento repetido por Veblen em *The engineers and the price system* (2001).

⁴⁹ No original: “[...] through the progressive change of the ruling habits of thought in the community, that the theories of science have progressively diverged from the formulations of pragmatism [...]”.

Para Veblen (1908c), a economia não é o estudo abstrato da escolha individual, mas uma ciência que reflete a natureza sociocultural da existência humana. A ciência é uma questão de conhecimento, de hábitos de vida e de pensamento. Argumenta que a eficiência capitalista decorre da sua capacidade de empregar, por poder ou renda, a força da propriedade do equipamento material, extraindo um excesso do produto acima do sustento da comunidade industrial. Emprega esforço para criar ou obter para si alguma vantagem no mercado, na forma de monopólio, *good-will*, privilégio legalizado e assim por diante – algo na forma de ativos intangíveis, como já havia referido em *The theory of business enterprise* (Veblen, 1904).

Dessa maneira, a teoria do processo social tinha que ser compatível com a teoria da evolução da vida humana (Hodgson, 1993a, 1998a).

Em *The evolution of the scientific point of view*, de 1908, Veblen se preocupa em explicar as origens da ciência moderna e das suas instituições, aplicando sua ontologia à evolução da própria ciência e adotando pressupostos metafísicos. Conforme o autor, o postulado não declarado do cientista é o do processo de mudança consecutiva e, portanto, todo objetivo de pesquisa é necessariamente apenas um ponto de partida transitório. Para Veblen, na ciência pós-darwiniana a ênfase está no processo de causalidade cumulativa – em outras palavras, o intervalo de instabilidade e transição – entre a causa inicial e o efeito definitivo, enquanto na ciência pré-darwiniana o propósito era a consumação das mudanças, o termo final.

Para o autor, a ciência e o ponto de vista científico, o conhecimento almejado e a forma de alcançá-lo são subprodutos do crescimento cultural, e esse consiste na adaptação dos hábitos de pensamento dos homens às exigências materiais da comunidade e às mudanças nas circunstâncias da vida. Para o autor “[...] é uma questão de formação de hábitos de pensamento; e hábitos de pensamento são resultado de hábitos de vida.” (Veblen, 1919, p. 38, tradução própria)⁵⁰

Contudo, afirma Veblen, a ciência moderna retém alguns hábitos de pensamento e preconceitos institucionais de esquemas culturais anteriores, como as noções de "leis naturais" ou de "uniformidades naturais de sequência" como formulações verdadeiras, corretas e benéficas, que governam os fenômenos sob a regra da causalidade. Para o autor, mesmo o processo evolutivo de causalidade cumulativa pode ser interpretado por alguns cientistas como uma tendência sobrenatural benéfica, de modo que o termo "evolução" acaba sendo sinônimo

⁵⁰ No original: “[...] is a question of the formation of habits of thought; and habits of thought are an outcome of habits of life.”

de melhoria. Veblen critica quem adota tal perspectiva e nega o conceito de causação cumulativa como um processo (Veblen, 1919).

No ensaio, sobre esse ponto, Veblen deixa claro o que torna uma ciência evolucionária:

As ciências, que em qualquer sentido peculiar da modernidade, tomam como postulado (não declarado) o fato de mudanças consecutivas. Sua investigação sempre se concentra em algum tipo de processo. Essa noção de processo, sobre a qual se incluem as pesquisas da ciência moderna, é uma noção de uma sequência, ou complexa, de mudança consecutiva em que o “nexo” da sequência, aquele em virtude do qual a mudança investigada é consecutiva, é a relação de causa e efeito. (Veblen, 1919, p. 32, grifo do autor, tradução própria)⁵¹

Um dos ensaios mais importantes e poderosos de Veblen, conforme Camic e Hodgson (2011), *The limitations of marginal utility*, publicado em 1909, trata das limitações da economia da utilidade marginal, uma doutrina do valor que, quanto ao método e forma, consiste numa teoria da avaliação, estática, praticamente adstrita à esfera da distribuição ou à alocação de bens, ao invés de sua produção ou consumo.

Afirma que os marginalistas, incluindo John Bates Clark, que fora seu professor no Carleton College e que tentou expandir o utilitarismo à esfera da produção (Camic, 2020; Dorfman, 1934), mesmo que façam uso do termo “dinâmico”, não “[...] contribuíram com qualquer coisa apreciável para uma teoria de gênese, crescimento, sequência, mudança, processo ou algo semelhante, na vida econômica.” (Veblen, 1909, p. 620, tradução própria)⁵² Da mesma forma que a economia clássica, no máximo, os marginalistas fornecem um ajuste à mudança, mas não tratam dos fenômenos da mudança.

O avanço tecnológico, fundamental para a compreensão da vida moderna, não é tratado pela escola clássica e, “sua variante especializada”,⁵³ a economia da utilidade marginal. Qualquer elemento do tecido cultural, uma instituição ou qualquer fenômeno institucional, é tomado como certo, negado ou explicado. Essas escolas de pensamento econômico não incluem nada das consequências ou efeitos causados por esses elementos institucionais.

Veblen vê a teoria da utilidade marginal como incapaz de lidar com os fenômenos econômicos por ser tão estritamente centrada na tomada de decisão individual. Os agentes

⁵¹ No original: “The sciences which are in any peculiar sense modern take as an (unavowed) postulate the fact of consecutive change. Their inquiry always centers upon some manner of process. This notion of process about which the researches of modern science cluster, is a notion of a sequence, or complex, of consecutive change in which the ‘nexus’ of the sequence, that by virtue of which the change inquired into is consecutive, is the relation of cause and effect.”

⁵² No original: “[...] contributed anything at all appreciable to a theory of genesis, growth, sequence, change, process, or the like, in economic life.”

⁵³ No original: “its specialized variant”.

pensam e agem a partir de conceitos pecuniários como preço e lucro e não em termos das gratificações futuras do consumo.

Para Veblen (1909), a ciência moderna deve investigar os fenômenos da vida se ocupando com a origem e a mudança cumulativa orientada em termos causais. A economia tem a ver com a conduta humana, com a investigação evolutiva do esquema de vida, portanto, a conduta do homem em suas relações com os meios materiais de vida, da história de vida da civilização material, e do arranjo de instituições. As instituições são fruto do hábito e da experiência dos indivíduos, e pela habituação dos seres humanos surgem as instituições que atuam para dirigir e definir os objetivos e o fim da conduta humana.

O crescimento da cultura é uma sequência cumulativa de habituação, e as formas e meios para isso são a resposta habitual da natureza humana às exigências que variam incontinentemente, cumulativamente, consistentemente, em termos dos traços da natureza humana. A investigação científica neste campo, portanto, deve lidar com a conduta individual e formular seus resultados teóricos a partir de circunstâncias de conduta individual.

Segundo Veblen (1909), a falha do esquema teórico marginalista reside em seus postulados que restringem a investigação a generalizações de ordem teleológica ou dedutiva, que juntamente com o ponto de vista e o método lógico, decorrem do cálculo hedonista e da natureza humana concebida como racional às exigências das situações de vida, de uma conduta racional visando à adaptação às demandas do acaso.

As circunstâncias externas que condicionam a conduta de vida são variáveis e assim têm um efeito cambiante sobre a conduta dos indivíduos, embora os elementos culturais envolvidos, os componentes que são da natureza das instituições e as relações humanas regidas pelo uso e não costumeiras em qualquer tipo e conexão, não estão sujeitos à investigação no esquema teórico dessas escolas de pensamento econômico. Pelo contrário, são tomados como preexistentes, como uma forma acabada, uma situação econômica normal e definida, sobre a qual e em termos da qual as relações humanas são necessariamente realizadas (Veblen, 1909).

A propriedade e o livre contrato são os elementos culturais postulados como condições imutáveis e precedentes à vida econômica. A partir do esquema de direitos naturais aceitos como dogma pelas economias clássica e da utilidade marginal, tais premissas são imutáveis, aceitas tacitamente, porque acriticamente e naturalmente fazem parte da natureza das coisas – não se indagando como vieram a ser tal como são, ou como e por que mudaram e por que estão mudando, ou que efeito podem ter nas relações entre os indivíduos.

Essas premissas da economia hedonista contrastam com as das outras ciências, pois se limita ao fundamento da razão suficiente, ao invés de proceder com base na causa eficiente.

Esse é o caso das ciências modernas que têm a ver com os fenômenos da vida e do crescimento e mudança. A diferença parece trivial, no entanto os resultados são muito diferentes, pois tais métodos de inferência não alteram procedimentos e resultados.

A consequência imediata é que a teoria econômica resultante é de caráter teleológico – “dedutiva” ou “*a priori*” como é frequentemente chamada – em vez de ser desenhada em termos de causa e efeito. O agente na economia hedonista, sob a relação da razão suficiente, “[...] pensa no futuro e orienta sua atividade presente em relação a esse futuro.” (Veblen, 1909, p. 625, tradução própria)⁵⁴ O autor continua:

A relação de razão suficiente vai apenas do futuro (apreendido) para o presente, e é apenas de caráter e força intelectual, subjetivo, pessoal e teleológico; enquanto a relação de causa e efeito ocorre apenas na direção contrária e é apenas de caráter e força materialista, objetivo e impessoal. O esquema moderno de conhecimento, em geral, baseia-se, como base definitiva, na relação de causa e efeito; a relação de razão suficiente sendo admitida apenas provisoriamente e como um fator imediato na análise, sempre com a reserva inequívoca de que a análise deve, em última análise, parar em termos de causa e efeito. (Veblen, 1909, p. 625, tradução própria)⁵⁵

Depreende-se que teoria da utilidade marginal não tem nada a dizer sobre a mudança econômica que é uma questão de causas eficientes. Por outro lado, a ciência moderna, em vez de assumir sua estabilidade, deve fazer uma investigação causal sobre sua relação com as outras fases da cultura, a saber, as exigências materiais da vida. Assim, a análise deve ser dinâmica e preocupar-se em relação às causas da mudança ou à sequência de desdobramento dos fenômenos de crescimento, mudança e evolução das instituições, e apontar para os fatores tecnológicos que influenciam sua explicação.

Já *The instinct of workmanship and the state of the industrial arts*, de 1914, considerada por Veblen o seu livro mais importante (Hodgson, 2004a), contém os fundamentos psicológicos da conduta humana em termos evolucionários, em especial, as dicções instinto e hábito. O primeiro, conforme o autor, possui caráter consciente e proposital, portanto teleológico, com traços hereditários, uma propensão inata e persistente, embora não imutável. O segundo,

⁵⁴ No original: “[...] takes thought of the future and guides his present activity by regard for this future.”

⁵⁵ No original: “The relation of sufficient reason runs only from the (apprehended) future into the present, and it is solely of an intellectual, subjective, personal, teleological character and force; while the relation of cause and effect runs only in the contrary direction, and it is solely of an objective, impersonal materialistic character and force. The modern scheme of knowledge, on the whole, rests, for its definitive ground, on the relation of cause and effect; the relation of sufficient reason being admitted only provisionally and as a proximate factor in the analysis, always with the unambiguous reservation that the analysis must ultimately come to rest in terms of cause and effect.”

é uma propensão moldada pelas circunstâncias, portanto é adquirido por meio da socialização, meios adicionais e necessários para o esquema de vida em sociedade.

Conforme Veblen (1914), a natureza humana é dominada, basicamente, por três instintos: o instinto do trabalho; a inclinação parental e a curiosidade ociosa. O primeiro consiste, como visto, na principal propensão humana que está voltada para os meios e fins de alcançar os propósitos basilares da vida humana. O segundo, trata de uma inclinação altruísta pelo bem-estar das novas gerações, um viés para a maior eficiência e maior volume de vida no grupo, com uma tendência particular para o futuro. O último, permite o conhecimento e a informação resultando numa busca habitual de eficiência nos modos e meio de vida que leva ao crescente domínio tecnológico.

Segundo Veblen, o que distingue um instinto de outro é que cada um tem um propósito, objetivo ou objeto característico a ser alcançado, que é diferente de qualquer outro instinto. Envolve consciência e adaptação a fim visado, contrastando com a ação tropismática, em termos mecânicos das aptidões anatômicas ou fisiológicas. Já os impulsos mais simples e imediatos do comportamento humano são, por tradição, chamados de instintivos e são favoráveis à vida do agente individual ou da espécie sem, contudo, haver consciência de propósito.

Para o autor, os fins da vida, os objetivos a serem alcançados, são atribuíveis às tendências instintivas do homem, conquanto os modos e meios de realizar as coisas sejam uma questão de inteligência, a partir do legado de hábitos de pensamento acumulados por meio da experiência das gerações passadas. Se, adverte Veblen, a habituação de modos e meios cair em linhas convencionais, sancionadas por convenções sociais, adquire consistência de costume e caráter e força institucional.

Segundo Veblen, os instintos são os principais impulsionadores do comportamento humano e o crescimento do hábito e das convenções, condicionados pelo ambiente material e pelas propensões instintivas e persistentes da natureza, estão relacionados com a evolução cultural.

Importa referir que em *The instinct of workmanship and the state of the industrial arts* se encontra uma das expressões veblenianas mais famosas: “instituições imbecis” ou, no original, “*imbecile institutions*” (Veblen, 1914, p. 25). Para Veblen a história registra, com maior frequência, a supremacia dessas instituições sobre a cultura dos povos que criam empecilhos, obstáculos e dificuldades às mudanças impostas pelas novas formas de vida e pelos

novos hábitos baseados no instinto do trabalho, o principal dentre as predisposições instintivas humanas que conduzem à evolução material do homem.⁵⁶

Assim, para uma investigação sobre a natureza e as causas do crescimento das instituições é essencial observar como e com que efeito as várias tendências instintivas se cruzam, se misturam, se sobrepõem, se neutralizam ou reforçam uma à outra a partir de mudanças culturais ocorridas ao longo da história humana. Tais mudanças levam a um novo esquema institucional, legal ou consuetudinário, que, por sua vez, de forma incessante, induz novos hábitos de pensamento e de trabalho e, assim, a novos princípios de conduta. Não obstante, a natureza humana, transmissível e duradoura, limita ou retarda o crescimento cultural dada a inadequação aos novos modos e exigências materiais de vida.

Dorfman (1934) refere que o livro de Veblen encerra a discussão iniciada em *Why is economics not an evolutionary science?*, de 1898, contudo entendo que *The instinct of workmanship and the state of the industrial arts* faz um fechamento teórico que Veblen havia começado com o artigo *The instinct of workmanship and the irksomeness of labor*, também, de 1898. Camic e Hodgson (2011) consideram que o livro traz a declaração mais importante de Veblen sobre seus pontos de vista sobre a psicologia humana.⁵⁷ Para Edgell (2001), consiste no relato mais abrangente e maduro de Veblen. Por fim, para Cordes (2009), contém a formulação mais sistemática e consistente da sua teoria da mudança institucional cumulativa e dos seus fundamentos psicológicos.

Na obra, embora ciente do desenvolvimento do behaviorismo,⁵⁸ do seu foco no comportamento ao invés das disposições humanas e do impacto negativo sobre o conceito de instintos, Veblen entende que os instintos do trabalho, da inclinação parental e da curiosidade ociosa são predisposições caracteristicamente humanas, disposições comportamentais herdadas biologicamente, com fins objetivos e impessoais, em vez de fins pecuniários imediatos.⁵⁹

⁵⁶ Tão importante quanto o instinto do trabalho nesse processo de desenvolvimento material do homem, embora em menor grau, está o instinto da inclinação parental. Esses dois instintos, em conjunto, nas mais diversas fases culturais da civilização humana, exerceram controle sobre o desenvolvimento de costumes e princípios convencionais que padronizaram a vida em comunidade, dando origem a um sistema de instituições (Veblen, 1914).

⁵⁷ Para um tratamento formal dos processos psicológicos subjacentes ao comportamento que impulsiona o processo de dinâmica evolutiva ver, por exemplo, Markey-Towler (2018).

⁵⁸ Conforme Hodgson (2004c), o behaviorismo teve seu primeiro manifesto na obra *Behavior: a textbook of comparative psychology*, de 1914, de John Broadus Watson que guinou a opinião entre os psicólogos da época, levando a maioria dos institucionalistas a abandonar o legado de Veblen, que tinha orientação fundada em William James.

⁵⁹ Murphey (2018) refere que Veblen tinha consciência que o instinto como um conceito científico estava sob ataque na biologia, na psicologia e na fisiologia, contudo, embora não fosse mais útil nas ciências biológicas, ainda era válido para o estudo da evolução das instituições.

Para Veblen, o instinto desempenha um papel fundamental: fornece os objetivos imutáveis da atividade humana, enquanto os hábitos proporcionam as instituições mutáveis. Para ele, os instintos são inatos e determinam os fins que os homens valorizam, mas os meios são questões de hábito de fazer ou pensar, aprendidos socialmente.

Distingue instintos de tropismos, enfatizando o caráter inteligente e intencional do instinto. Para Veblen, os dois principais instintos são o do trabalho, que é relacionado ao uso eficiente dos meios, evitando o desperdício econômico, e o da inclinação parental, que é a preocupação pela vida e conforto da comunidade em geral, pelo bem-estar futuro da comunidade.⁶⁰

Para Veblen, os hábitos são primeiro elaborados em ação para assegurar a adaptação e, então, elevam-se ao nível de hábitos de pensamento em que são formulados e compartilhados na e pela comunidade. Hábitos prevaletentes são, assim, adotados por outras pessoas do grupo e se tornam a forma da comunidade lidar com o mundo, passando a serem considerados certos e apropriados. Cumulativamente, o hábito engendra usos, costumes, convenções, preconceitos e princípios de conduta da vida em geral.

Dessa forma, argumenta que os instintos são traduzidos em comportamento por meio de hábitos, que são estimulados pelos instintos, ainda que modificados por circunstâncias culturais e institucionais. Portanto, pela habituação o indivíduo pode modificar seus instintos, que podem contaminar uns aos outros ou serem mantidos em suspenso sob um determinado esquema de instituições (Veblen, 1914).

Por fim, por conta do interesse da presente Tese, deve-se mencionar que, no prefácio do livro, Veblen afirma que seu objetivo era analisar a correlação entre o uso industrial e o costume e aqueles outros fatos institucionais que constituem qualquer fase da civilização. Defende que a tecnologia é “fundamental e definitiva”⁶¹ na evolução cultural, na medida em que fundamenta e condiciona “[...] o escopo e o método da civilização em outro aspecto que não o tecnológico [...]” (Veblen, 1914, p. vii, tradução própria),⁶² ou seja, a causalidade não é unidirecional.

Em *An inquiry into the nature of peace and the terms of its perpetuation*, de 1917, defende que rotina de vida é regulada pelo complexo organizado de hábitos de pensamento e

⁶⁰ Murphey (2018) entende que esse é o instinto mais fundamental de Veblen, ao contrário de outros autores como Edgell (2001) que entendem o instinto do trabalho como o mais relevante para o desenvolvimento cultural da sociedade. Para Murphey (2018, p. 18), “[...] define o fim geral para o qual os esforços humanos são direcionados.” [No original: “[...] it sets the general end to which human endeavors are directed”.]

⁶¹ No original: “fundamental and definitive”.

⁶² No original: “[...] the scope and method of civilisation in other than the technological respect [...]”.

de conduta que prevalece com tanta generalidade e uniformidade em todo o grupo que se tornou uma questão de bom senso. Nesse sentido, qualquer instituição é um produto do hábito, resultado do uso e não da reflexão ou da escolha deliberada.

Os hábitos de pensamento oferecem uma diretriz de vida, em conjunto com uma multiplicidade de outras normas, compondo um esquema de fins, modos e meios, interdependentes e mutuamente concordantes, que regem a conduta humana. Nenhum desses itens do mobiliário institucional será perturbado, alterado ou descartado se não houver uma séria perturbação das circunstâncias. O ritmo e a direção da mudança são dados pela habituação, conforme os hábitos sejam convencionalizados e estabelecidos. Os esforços de reflexão e inteligência contam pouco perante a rotina de habituação imposta pelas circunstâncias que condicionam qualquer caso (Veblen, 1917).

Em seu último livro *Absentee ownership and business enterprise in recent times: the case of America*, de 1923, que se constitui numa espécie de síntese de ensaios anteriores, além da aplicação de sua ironia característica a algumas questões econômicas dos Estados Unidos, afirma que a “*absentee ownership*” ou, em português, “propriedade ausente”, é uma instituição peculiar que fundamenta e governa a ordem estabelecida da sociedade, que está assentada num sistema de leis e costumes que não mais se ajustam às condições materiais da vida moderna. A análise, embora não seja pessimista, deixa claro sua incerteza quanto ao desenvolvimento, centrando seu estudo em fatos que as teorias recebidas deixam de fora ou que subestimam.⁶³

No livro, Veblen refere que vida secular é governada por três sistemas de uso e costume, ação soberana e padrões induzidos pela habituação passada: (i) o sistema industrial orientado pela tecnologia; (ii) o capitalismo que é chamado pelo autor de sistema de preços, dominado pela propriedade ausente e pelo sistema de crédito; e (iii) o estabelecimento nacional, um hábito de pensamento residual do Estado dinástico superficialmente alterado por uma profusão de instituições democráticas e parlamentares.

O autor destaca o avanço da economia americana, onde as empresas se dividiam em três grupos: as indústrias-chave; as demais indústrias; e, a agricultura. As primeiras forneciam os produtos que eram necessários para o funcionamento de outras indústrias, portanto, o controle das principais indústrias significava o controle de todo o sistema. Em tais empresas-chave a produção livre e competitiva não era mais a regra dados os interesses pecuniários (prevaricação nas vendas e sabotagem na produção, por exemplo).

⁶³ Cavalieri (2009, p. 250) afirma que essa obra é entendida por alguns estudiosos de Veblen como uma obra menor, contudo utiliza “[...] arcabouço antropológico-evolucionário para destrinchar temas típicos dos Estados Unidos”.

Junto a essas empresas estava o governo democrático, esclarece Veblen, que consiste num governo empresarial, no qual seus funcionários eram, geralmente, oriundos das fileiras dos negócios. Veblen via o governo democrático apenas como mais uma instituição empresarial, dedicada à realização de fins comerciais e prevê um controle cada vez mais forte dos negócios no sistema industrial até que todo o sistema entre em colapso. Um governo de empresários e para empresários. Para o autor, o imperialismo democrático realiza o antigo comércio do estadismo no empenho de obter algo por nada a qualquer custo.

Portanto, a visão hostil que ele havia afirmado em relação ao Estado dinástico ele agora estende a todos os governos, inclusive o democrático. O que vem então Veblen não diz; presumivelmente, ele não acreditava que o resultado pudesse ser previsto ou, em seus termos, “calculável”.

Da análise vebleniana fica evidente uma divisão dual de forças ou elementos na realidade econômica: os interesses dos proprietários ausentes e a população subjacente, que serve à primeira como mão de obra industrial e como consumidor final. Aqueles têm como objetivo fazer negócios com lucro pelo uso do sistema industrial e da população subjacente, comprando a mão de obra industrial tão barata quanto possa ser e vendendo os meios de vida ao consumidor final, por mais caro que sejam.

A autoridade estatal constituída exerce poderes de vigilância e punição, geralmente intervindo nas negociações entre os proprietários e os trabalhadores em benefício dos primeiros, uma desvantagem devido à lei e aos precedentes. O Estado e o pessoal oficial são subservientes aos fins e manobras dos negócios, um fato de uso e costume prescritivo e que se insere no senso comum da comunidade como uma questão de rotina de trabalho. Em decorrência, a nação se constitui num organismo predatório, uma associação de pessoas movidas por um interesse em obter lucro pela força e fraude.

Veblen havia defendido, na *A teoria da classe ociosa*, que os dois fatores de eficiência e avanço material da comunidade são as artes tecnológicas e a população, sendo esta última condicionada pela primeira. Ora, os fatores exigidos são a ausência de uma classe mantida e a fecundidade natural do povo, sendo esta condicionada pela primeira. Em *Absentee ownership*, escreve:

Se um determinado povo irá passar por qualquer período de tal mudança forçada vivo e apto para viver, parece ser uma questão de sorte, em que o discernimento humano desempenha um papel menor e a previsão humana não desempenha nenhum papel. [...] [Q]ualquer esquema estabelecido de lei e moral é uma consequência do costume, da habituação passada, e está fadado a mudar incontinentemente no curso de uma maior habituação. É uma criação empírica, um sistema de hábitos de pensamento

induzidos por hábitos de vida passados, que foram induzidos pelo impulso das circunstâncias materiais sob as quais estas gerações humanas viveram no passado. E este sistema de hábitos de pensamento (lei e costume) está, na melhor das hipóteses, num estado de equilíbrio móvel, sempre sujeito a reajustamento e perturbação por habituação adicional induzida por mudanças adicionais nas circunstâncias materiais que condicionam os hábitos de vida da comunidade. (Veblen, 1923, p. 18, tradução própria)⁶⁴

No último ensaio publicado por Veblen, *Economic theory in the calculable future*, em 1925, ocorre um fechamento com o artigo *Why is economics not an evolutionary science?*, ao discutir o que estava acontecendo com a geração de economistas ante as circunstâncias da vida. Se no artigo de 1898 ele questionava se a economia era uma ciência moderna, evolucionária, construída em linhas darwinianas, no trabalho de 1925, deixa claro que a economia não havia seguido tal caminho e, tampouco, dava mostras de fazê-lo num futuro calculável – “próximo quarto de século”. Ao contrário do que se afirma sobre a falta de congruência teórica de Veblen, esse artigo evidencia a coerência lógica do autor a partir da sua ontologia evolucionária crítica.

Novamente, uma longa referência às palavras de Veblen (1925a, p. 52, tradução própria) é necessária:

Progressivamente, durante o último quarto de século, o processo da vida econômica em geral sofreu certa bifurcação, equivalendo a algo muito semelhante a uma dicotomia da comunidade econômica e do seu trabalho e interesses. Cada vez mais visivelmente, o processo econômico tem-se desintegrado em Negócios e Indústria; de modo que, na prática, a análise e a pesquisa dos dados de qualquer economista quase forçosamente chegarão a uma conclusão dentro dos limites de um segmento ou de outro; o estado das artes industriais ou o estado do sistema de preços. Dentro de cada campo, a iniciativa e os esforços dos homens seguem seu curso e completam seus propósitos em virtual desapego dos objetivos e exigências que compõem o esquema das coisas dentro da outra metade desse sistema econômico dicotômico. Tão estranhas umas às outras são essas metades complementares do sistema de trabalho, em sua lógica, seus objetivos e seus dados, que nem mesmo se pode dizer que estejam consistentemente em desacordo. O Sr. Taussig falou dessa bifurcação como uma divisão do trabalho de liderança criativa entre os inventores e os fazedores de dinheiro. De um lado governa a lógica mecanicista da tecnologia como ela funcionou desde a Revolução Industrial; por outro lado, governa a lógica de negócios do sistema de preços, como funcionou durante o mesmo período em resposta às exigências da propriedade ausente em uma escala grande e cada vez maior.⁶⁵

⁶⁴ No original: “Whether any given people is to come through any given period of such enforced change alive and fit to live, appears to be a matter of chance in which human insight plays a minor part and human foresight no part at all. [...] [A]ny established scheme of law and morals is an outgrowth of custom, of past habituation, and is bound to change incontinently in the course of further habituation. It is an empirical creation, a system of habits of thought induced by past habits of life, which have been induced by the drive of those material circumstances under which these human generations have been living in the past. And this system of habits of thought (law and custom) is, at the best, in a state of moving equilibrium, forever subject to readjustment and derangement by further habituation induced by further changes in those material circumstances that condition the community’s habits of life.”

⁶⁵ No original: “Progressively during the past quarter-century the process of economic life at large has suffered a measure of bifurcation, amounting to something very like a dichotomy of the economic community and its work

Veblen refere que as circunstâncias da vida, materiais e espirituais, haviam mudado no quarto de século anterior ao que estava, com isso tinham induzido progressivamente a mudança cumulativa na perspectiva e na lógica da investigação científica. As exigências das artes industriais reivindicaram uma padronização mecânica no trabalho e nos modos e meios de vida. Com isso, a linha de base da realidade em todo conhecimento estava se tornando um desempenho tangível, objetivo e impessoal. Para Veblen, a investigação científica estava cada vez mais meticulosa em sua atenção a medições e cálculos objetivos precisos e menos atenta aos postulados e valores que não se prestam a esse tipo de lógica e procedimento.

Os economistas, afirma, estavam um pouco atrasados em tal questão, “[...] como seria de esperar [...]” (Veblen, 1925a, p. 50, tradução própria),⁶⁶ mas mostravam um visível desvio nessa direção, tanto no que ignoravam quanto no que professavam formalmente. Assim, a ciência econômica, declarou Veblen, sofreu uma crescente bifurcação como resultado das operações da indústria moderna e da propriedade ausente em uma escala grande e crescente. Refere que a economia acadêmica de então, condicionada pelas circunstâncias, estava ocupada com a instrução que atenderia os requisitos dos negócios, um trabalho de investigação detalhada com pouca ajuda de princípios gerais, exceto princípios de bom senso, matemática e informações comuns. Os termos finais e conclusivos, o objetivo final das análises econômicas, eram cada vez mais centradas na realidade do empreendimento de negócios e do ganho diferencial advindo do sistema de preços.

Para Veblen, havia pouco espaço para artigos padrão de teoria econômica geral que estavam caindo em decadência por obsolescência ou desuso, e, de forma presciente, afirma que parecia haver pouco espaço num futuro calculável para elaboração de um sistema de teoria econômica em geral. Os economistas, segundo o autor, têm confiança em suas investigações detalhadas com pouca ajuda de princípios gerais, exceto que sejam princípios de bom senso,

and interests. More and more visibly the economic process has been falling apart into Business and Industry; so that in practical effect any given economist's analysis and canvassing of the data will almost perforce run to a conclusion within the confines of the one segment or the other; the state of the industrial arts or the state of the price-system. Within each field men's initiative and endeavors run their course and round out their purposes in virtual detachment from the aims and exigencies that make up the scheme of things within the other half of this dichotomous economic system. So, alien to one another are these complementary halves of the working system, in their logic, their aims, and their data, that they cannot even be said to be consistently at variance. Mr. Taussig has spoken of this bifurcation as a division of the labor of creative leadership between the inventors and the moneymakers. On the one side rules the mechanistic logic of technology as it has worked out since the Industrial Revolution; on the other side rules the business logic of the price-system as that has worked out during the same period in response to the exigencies of absentee ownership on a large and ever-increasing scale.”

⁶⁶ No original: “[...] as might be expected [...]”.

linguagem matemática e informações usuais.⁶⁷ Para Veblen, os economistas continuariam a ser apologistas do sistema de preços (do capitalismo).

Não obstante, a questão que se coloca para os economistas não é como as coisas se estabilizam em um estado estático, mas como elas crescem e mudam cumulativamente, dada a natureza evolutiva das mudanças no fator humano, nas instituições e nas artes industriais.

As questões tecnológicas são consideradas apenas, subsidiariamente, na medida em que se tornam instrumentos de ganho diferencial contra outros empresários e, em última análise, contra a comunidade. O monopólio é a base dos ganhos diferenciais, mesmo que seja fonte de desperdício e de ineficiência produtiva sob o ponto de vista da empresa tecnológica.

Em *The higher learning in America: a memorandum on the conduct of universities by business men*, Veblen (1918) havia alertado que os economistas queriam fazer da ciência econômica uma arte de administrar eficientemente os meios materiais de vida e que a justificativa da teoria econômica reside em sua utilidade a esse respeito. Para tanto, a economia se baseia principalmente na compilação de detalhes e no escrutínio e interpretação dessas nuances com vistas à conformidade com generalizações e lugares-comuns.

Contudo, ao estar ocupada com questões sobre o que deve ser feito para melhorar as condições e conservar usos e convenções, que foram por hábito inculcados, e assim passaram a ser considerados bons e corretos, deixou de investigar a gênese e a causalidade do estado atual das coisas. Para Veblen, os economistas se contentam em concluir se eventos são convenientes ou inconvenientes, apropriados ou inapropriados, normais ou anormais, uma atitude não condizente com uma investigação científica. A ciência econômica é, portanto, para o autor, uma “quase ciência” que conduz mais à estabilidade de opiniões do que ao avanço do conhecimento por basear sua investigação em motivos de conveniência, em contraste com motivos de causa e efeito.

Da mesma forma que os economistas, o Estado, seus integrantes, suas políticas e poderes, como referido em *Absentee ownership*, trabalham, sob a diretriz do interesse nacional, em prol de vantagens no comércio e de oportunidades de ganho diferencial para as empresas domiciliadas dentro das suas fronteiras.

Para Veblen, os economistas negligenciaram o crescimento da propriedade ausente, do empreendimento comercial e o surgimento da tecnologia moderna. Tais fenômenos são os

⁶⁷ Em *The place of science in modern civilization*, Veblen (1906a) já havia feito uma crítica contundente aqueles que insistiam em uma formulação puramente matemática de teorias científicas. Tais perspectivas recaem no preconceito, essencialmente metafísico, da causalidade imputando interpretação ou efeito aos fenômenos, ao invés de se aterem aos fatos de observação em troca da consistência formal.

principais fatos da situação econômica, os fatores institucionais dominantes, e é na compreensão desses aspectos, em comum e em conflito, que a próxima geração de economistas deveria se empenhar forçosamente.

Os fatos são de natureza evolutiva, ou de “compleição genética” (Veblen, 1925a, p. 51),⁶⁸ assim, devem continuar mudando cumulativamente, em detalhes e em geral, com o passar do tempo, e considerando que os economistas são condicionados pelos hábitos de pensamento que possuem a tenacidade de preconceitos das ideias fixas, o ajustamento às mudanças atuais se dá de forma tardia e concessiva.

Em síntese, Veblen analisa a realidade socioeconômica a partir do estudo dos seguintes elementos: uma estrutura em contínua mudança cumulativa, evolucionária; apreensão da realidade de forma holística – natureza e homem, não de unidades atomizadas; instintos, hábitos e instituições; valorização de características relacionadas ao trabalho produtivo, como instintos apropriados e hábitos decorrentes; proposição de uma ciência que, para ser moderna, teria que se dar em linhas darwinianas, e também, assentadas na busca incessante do conhecimento (Veblen, 1898b, 1898c, 1899a, 1899b, 1899c, 1900, 1906a, 1908d, 1909, 1914, 1925a).

Veblen argumentou que o comportamento do indivíduo era o resultado do instinto herdado e do ambiente material e cultural no qual está situado, portanto condicionado historicamente e por condições sociais específicas. Por outro lado, as instituições são resultado de processos seletivos e adaptativos que modelam os tipos dominantes de atitudes e de aptidões mentais, dos métodos de vida e das relações humanas. As instituições selecionam os indivíduos mais aptos e o ambiente em constante mudança seleciona, força a adaptação do indivíduo e leva a novas instituições.

Em outras palavras, as instituições são hábitos mentais herdados do passado e as circunstâncias de hoje, que estão em constante alteração, mediante seleção e coerção, moldam as instituições de amanhã. Assim, as instituições nunca estão adaptadas às exigências do presente. A cada novo desenvolvimento, inicia-se um novo ciclo de ajustamento e esse deve ser o ponto de vista da teoria econômica, ou seja, a análise do processo da mudança cultural.

Para Veblen uma teoria evolucionária socioeconômica deveria partir de instintos que formam os hábitos de pensamento, que, por sua vez, dominam o comportamento humano em permanente adaptação às mudanças ambientais. Sem embargo, o comportamento humano se baseia, também, na cultura humana, na ação habitual e na tecnologia. Assim, tanto os instintos quanto as instituições podem conformar o comportamento humano ou, em outros termos,

⁶⁸ No original: “genetic complexion”.

indivíduos, seus desejos e preferências, são alterados pelas circunstâncias, assim como essas moldam o indivíduo (Hodgson, 1992, 1993a, 2002a, 2010a). Portanto, instituições e indivíduos são unidade essenciais de seleção evolutiva (Veblen, 1898b; Hodgson, 1992).

A análise da obra de Veblen, que foi resumida ao limite, evidencia que, de Kant, retirou o caráter iminente crítico da filosofia transcendental ou, nos termos aqui definidos, do criticismo transcendental, pois condena veementemente a economia recebida tal qual o filósofo alemão fizera com os excessos da metafísica anterior, e também por defender os fundamentos para uma ciência econômica adequada ao seu objeto de análise: o mundo socioeconômico. Tal análise vebleniana é compatível com realismo ontológico kantiano, como defendido na seção 3.1, uma vez que investiga ou, ao menos, racionaliza, sobre os fenômenos não só como nos aparecem, mas, também, o que está subjacente, nas estruturas, mecanismos, processos e tendências complexas, profundas e multirrelacionais da realidade social.

Por outro lado, de Darwin adotou uma estrutura evolutiva de explicação em termos causais envolvendo vários níveis de explicação e propriedades emergentes,⁶⁹ ou melhor, tendo por base a filosofia e a metodologia da ciência evolucionária, e fundamentado na noção de sequência causal cumulativa, buscou explicar as condições de crescimento variacional e a origem, o crescimento, a manutenção (algum grau de inércia ou de relativa estabilidade e continuidade), bem como a variação das instituições socioeconômicas. O postulado principal é o da noção de uma sequência causal cumulativa associada à complexidade da estrutura e interações causais entre componentes diferentes: origem, persistência e variação das instituições interagindo com indivíduos num ambiente em constante mudança.

Veblen entendia as instituições como um tipo de estrutura social com a possibilidade para mudar agentes, incluindo modificações em seus propósitos ou preferências. Por outro lado, as instituições são também influenciadas pelas mudanças humanas. Esse processo em sequência contínua e cumulativa, faz com que as instituições evoluam, conformando um processo histórico de transformações socioeconômicas. Hodgson descreveu essa possibilidade, bem como seus processos causais e efeitos, inicialmente, como

⁶⁹ Hodgson (2004c) é crítico de Veblen por não ter um conceito explícito e desenvolvido de emergência que consiste em novas propriedades surgirem num nível que não são redutíveis aos microelementos de níveis inferiores. Por outro lado, Hodgson (1997) entende que o conceito está presente em Veblen, sob influência do filósofo da biologia Conwy Lloyd Morgan, embora não tenha refinado a ideia. A noção de emergência já tinha sido sugerida por Hegel, quando da transformação das categorias quantidade em qualidade, e por Mill, em sua discussão sobre causalidade não linear. Hodgson resume propriedade emergente como uma característica de um sistema complexo que pode ser: (i) descrito em nível macro sem referência aos atributos específicos de nível micro; (ii) persista por períodos maiores do que os necessários para descrever as interações subjacentes nos níveis inferiores; e, (iii) não é explicável inteiramente a partir das micro propriedades elementares do sistema e de seus relacionamentos.

“*reconstitutive downward causation*” (Hodgson, 2002c, 2004c, 2006b), posteriormente, renomeado para “*reconstitutive downward effects*” (Hodgson, 2011).⁷⁰ Em Hodgson, esse processo infinito representa o desenvolvimento econômico e social da própria sociedade.

Mais, como refere Samuels (1995), o evolucionismo de Veblen é fundamentalmente processual, e por não ter causa de causas, nem estado final pré-determinado, é darwiniano. Para Samuels, o evolucionismo vebleniano é não teleológico, aberto, não possui termo final, um processo de mudança consecutiva, estando sempre em processo de tornar-se.

Não obstante, a análise do trabalho seminal de Peirce evidencia que Veblen também extraiu concepções fundantes para o seu trabalho, pois além do pragmatista também ter generalizado o darwinismo na sua cosmologia evolucionista, seu método científico de inferência é inerentemente processual feito por uma comunidade independente de pesquisadores que buscam acúmulo de conhecimento, discernimento, compreensão e convergência sobre a realidade. A hipótese fundamental é a realidade como ela é, sem elaboração de pressuposições heroicas, condizente com um realismo ontológico.

Em Peirce, a evolução se dá pelo acaso como uma tendência de provocar eventos improváveis por meios variados em circunstâncias distintas, conectando mundo natural e social. Tudo está sujeito a mudanças e o efeito dessas circunstâncias tem probabilidade de ocasionar novas transformações. O acaso é um cenário de ocorrências casuais, é aleatoriedade, indeterminação, continuidade, liberdade, argumentava Peirce.

O acaso é a única agência essencial da qual todo o processo evolucionário depende: uma tendência definida de provocar eventos improváveis e assim desestabilizar crenças. A evolução é, como já dito, anteriormente, um processo guiado pela aquisição de hábitos, que determina novas regularidades entre os eventos provocados por mudanças aleatórias, produzindo, assim, a fixação de uma nova crença, uma nova lei do hábito.

Em Veblen, em linha com o pragmatista, a evolução de indivíduos e instituições é resultado de uma deriva cega, não determinista, em que a história não tem termo final.⁷¹ A evolução é um processo dinâmico de eventos em sequência de causação cumulativa que agem

⁷⁰ Hodgson (2011) refere que, entre os anos de 2007 a 2010, a partir de críticas e comentários recebidos ao seu trabalho, reconsiderou o termo, embora não o significado. Esse processo evidencia um sistema no qual elementos de níveis inferiores criam ou reiteram condições que podem ser relacionadas às alterações nos atributos de elementos de níveis inferiores.

⁷¹ Hodgson e Knudsen (2006) referem que a evolução cega significa que resultados particulares não são necessariamente prefigurados ou previstos com antecedência, o que não exclui intencionalidade, previsão, deliberação ou criatividade humana.

no desenvolvimento social e do homem como criatura das circunstâncias. São os hábitos e interesses que motivam o agir do homem e não a sua posição numa classe.

Pelo exposto, a compreensão de Veblen da realidade socioeconômica é fundamentada em termos de pressuposições ontológicas sobre a estrutura social (instintos, hábitos e instituições) e de mecanismos e fenômenos, como emergência e mudança cumulativa, e tal relato crítico fornece elementos para a possibilidade de explicação da economia contemporânea e/ou de aspectos específicos como o subdesenvolvimento brasileiro.

O trabalho seminal de Veblen estabeleceu uma agenda por meio da atenção às questões ontológicas, senão de maneira explícita como Tony Lawson vem fazendo mais de um século após o institucionalista original, de maneira implícita e coerente ao longo de sua obra.

A análise vebleniana é consistente com uma ontologia da estrutura, mecanismos e processos e numa abordagem causal explicativa na qual as causas eficientes é que devem ser buscadas, entendidas como adequadas para os tipos dos fenômenos que ocorrem num mundo social aberto, servindo para explicar diferenças, inconsistências ou fatos socioeconômicos. Tal estrutura social é relativamente duradoura, recriada e transformada pela agência humana que é produzida ou reproduzida pela sociedade.

O conhecimento, que se estende para além da experiência imediata, se dá com a transformação, revisão e acréscimo ao entendimento inicial por meio da prática social da ciência, portanto, sujeito à revisão contínua, tal qual Lawson propugna com seu programa de ontologia social. A crítica imanente de práticas científicas incompatíveis com pressupostos advindos da ontologia filosófica ou da estrutura da realidade e, portanto, contrárias aos avanços necessários em termos de compreensão e restritivas ao florescimento e à liberdade humanas.

O trabalho de Veblen dialoga com os desenvolvimentos recentes do realismo crítico de Tony Lawson e a utilização desses fundamentos para clarear análises do institucionalista original pode ajudar a resguardá-lo de críticas costumeiras, em particular, de que é incoerente e irrelevante. Todavia, Lawson também não está imune a críticas, como visto na subseção 2.4.3., acima.

Sem embargo, é necessário dar crédito a Veblen.

3.5 O APORTE TEÓRICO DE AYRES: UMA DERIVAÇÃO DE VEBLÉN?

Considerado um dos precursores do *Old Institutional Economics* americano, junto com Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell, Clarence Edwin Ayres (1891-1972) tem sua obra entendida por alguns autores como uma extensão das ideias de Veblen (Waller Jr., 1982).

Liebhafsky (1993) refere que as contribuições de Ayres combinam a análise evolutiva de Veblen e a teoria da investigação de Dewey, sendo influenciado, também, por Peirce por meio de tais autores.

Graduado em filosofia na Brown University, em 1912, frequentou Harvard por um ano e depois voltou para a Brown para concluir um mestrado em economia, em 1914. De lá, foi para a Universidade de Chicago, onde recebeu um doutorado em filosofia, em 1917, e permaneceu como instrutor assistente de filosofia até 1920 (Hands, 2001; Mayhew, 2000). A tese de Ayres, *The nature of the relationship between ethics and economics*, publicada em 1918, tentou pela primeira vez estabelecer uma base filosófica para o institucionalismo, e ele explorou esse tema em seus ensinamentos e escritos populares ao longo da década de 1920 (Mayhew, 2000; Smith, 1976).

Na tese de doutoramento, Ayres argumentou que o problema da economia, enquanto ciência, é contribuir com seu estudo da sociedade industrial para a solução dos problemas da vida. Assim, defende uma maior capacidade por parte da sociedade em geral em compreender as instituições econômicas mediante o estudo da natureza da relação entre os problemas da ética e da economia (Ayres, 1918a).

Ao longo dos anos 20, foi professor de filosofia em Amherst (1920-1923, com uma saída conturbada em protesto contra a demissão de um colega), professor de filosofia no Reed College (1923-1924) e trabalhou como editor associado da *New Republic* (1924-1927). Entre 1927-1930, foi morar num rancho no Novo México. De 1930 a 1968, foi professor de economia na Universidade do Texas, onde se aposentou, preconizando sua filosofia da liberdade de investigação (Smith, 1976; JEI, 1977). Atuou também na Divisão de Consumidores do Departamento de Trabalho dos EUA (1936) e no Federal Reserv Bank de Dallas (1954-1959) (JEI, 1977). Autor de nove livros e mais de 250 artigos e revisões, seu trabalho seminal é *The theory of economic progress*, publicado em 1944.

Em relação as fontes de Ayres, Mayhew (2010) cita Charles Sanders Peirce, William James, Thorstein Veblen e John Dewey. Em relação às próprias fontes, Ayres (1951) registra que a Veblen se dá reconhecimento pela influência na construção do corpo teórico

do institucionalismo, não obstante também se tenha muito a aprender com John Dewey e outros “*instrumentalists*”.⁷² Mais, que é correto afirmar que as ideias de Veblen, não menos do que em Dewey, são um desenvolvimento da filosofia pragmatista de Peirce e uma resposta à evolução darwiniana e a “[...] infante ciência da antropologia cultural [...]” (Ayres, 1951, p. 47, tradução própria).⁷³

Entende-se que seu trabalho sobre progresso e desenvolvimento econômico envolvia uma rejeição dos modelos mecanicistas das filosofias seculares do direito natural e uma rejeição ao agnosticismo moral do positivismo lógico. Mais, que seus escritos se preocuparam com muitos aspectos além das fronteiras tradicionais da economia, todavia seus esforços se concentraram principalmente no estudo dos processos e dos obstáculos à mudança e ao crescimento (JEI, 1977).

Em Ayres (1918a), alega que Veblen tentou corrigir a falta de harmonia da ciência econômica em dar conta da moderna ordem social e, assim, ser relevante para as necessidades da época. Traça um paralelo entre a teoria de Veblen e a de Adam Smith: primeiro, ao invés de discussões sobre princípios econômicos sobre salários, lucros e aluguel, Veblen se propõe a dar uma explicação completa da estrutura da sociedade econômica moderna e a maneira pela qual essa estrutura é dominada pelo “processo de máquina”; em segundo lugar, a crítica à suposição de que os rendimentos pecuniários eram proporcionais aos serviços à sociedade; em terceiro lugar, que o comércio das nações se presta aos artífices do sistema – homens de negócio, exportadores de capital especulativo, por exemplo – e não ao bem-estar das nações; por fim, em quarto lugar, se esforçou para formular uma concepção de bem-estar social sobre a qual construir um programa de política, mas a tarefa não foi tão fácil quanto a de Smith. Para Ayres, toda ciência, “descritiva” ou “diretiva”, contribui para a solução de problemas práticos econômicos ou sociais.

Em *The theory of economic progress*, a distinção tecnológico-cerimonial de Veblen é descrita por Ayres como a maior contribuição desse autor para o pensamento econômico moderno. Contudo, para Ayres (2021, p. 99, tradução própria), tendo por fonte

⁷² Os detalhes de quando e como o relacionamento Dewey-Ayres se originou se perderam no tempo, apesar de trocarem ideias com frequência. Exemplo da influência mútua, em 1944, a revista *Fortune* publicou uma fotografia de Dewey sentado em seu escritório, e no topo da pilha de livros à sua mão direita, havia um exemplar de *The theory of economic progress*, de Ayres (JEI, 1977).

⁷³ No original: “[...] infant science of cultural anthropology [...]”.

Dorfman (1934),⁷⁴ John Dewey foi um “um grande pioneiro” que reconheceu a influência de Veblen, “talvez mais por generosidade do que justiça”.⁷⁵

Mayhew (2010) comenta que Ayres afirmou no *Prolegomenon to institutionalism*, uma introdução à republicação, em 1973, de dois dos livros do autor – *Science the false messiah*, de 1927,⁷⁶ e *Holier than thou*, de 1929 –⁷⁷ que recebera influência mais clara para a dicotomia entre costumes culturalmente específicos e o processo tecnológico multicultural a partir de John Dewey, especialmente da obra *Theory of valuation* (1939), que o teria acordado do sono dogmático.⁷⁸

Conforme Ayres (1973), foi Walton Hamilton que o apresentou aos textos de Veblen, em 1915, quando começaram a trabalhar juntos. Segundo o autor, sua concepção do institucionalismo é devida à formulação distintiva de Veblen em termos da economia industrial, do comportamento humano e da sociedade organizada em geral, a partir da compreensão entrelaçada dos instintos do trabalho e do “espírito esportivo” como denominado no livro *A teoria da classe ociosa* e depois expandido em *The instinct of workmanship, and the state of the industrial arts*. Para Ayres, a marca representativa de Veblen é o seu realismo obstinado e sua impaciência com as fantasias da teoria dos preços.

Ayres afirma que não são livros didáticos, além de Veblen não ter apresentado definições ou tabulações claras dos pontos principais e subordinados. Mais, que Veblen nunca disse se a “inclinação parental” e a “curiosidade ociosa” são ou não manifestações do “instinto do trabalho”, ou vice-versa. Da mesma forma, Veblen nunca sequer tentou uma definição precisa do que era seu conceito central ou básico.

Afirma que *A teoria da classe ociosa* é uma teoria de valor derivada explicitamente dos costumes estabelecidos na sociedade – o bom e o certo é o que a comunidade valoriza, não existindo valores transculturais. Para Ayres, a exemplo de Veblen, a curiosidade ociosa permite maior avanço tecnológico, que na cultura moderna permitiu quebrar o

⁷⁴ Cabe mencionar que o trabalho de Dorfman, *Thorstein Veblen and his America*, publicado cinco anos após a morte de Veblen, influenciou por sete décadas as impressões acadêmicas ou pessoais sobre o autor institucionalista. Hoje, é amplamente aceito que o relato de Dorfman é, no mínimo, problemático, deficiente, carente de metodologia e profundidade teórica (Hodgson, 2004c; Edgell, 2001; Plotkin; Tilman, 2011; Tilman, 2007). A partir dos anos 1990, uma série de trabalhos revisitaram a obra e vida de Thorstein Veblen, como Hodgson (2004c), Tilman (2007) e Camic (2020).

⁷⁵ No original: “even greater pioneer” e “perhaps with more generosity than justice”, respectivamente.

⁷⁶ Embora tenha mudado de opinião depois da publicação, nesse livro Ayres descartou o valor da ciência pura e a descreveu como uma invenção da cultura tecnológica moderna, destronando a ciência e os cientistas (Hodgson, 2004c).

⁷⁷ No livro, Ayres condena crenças e ritos que se opunham ao progresso tecnológico e humano (Hodgson, 2004c).

⁷⁸ Segundo Rutherford (2022), Dewey não inspirou apenas Ayres, mas também exerceu influência nos métodos experimentais utilizados por outros institucionalistas como Wesley Mitchell, Walton Hamilton e John Commons.

domínio do cerimonialismo em prol do secularismo científico, quase como um triunfo do instinto do trabalho.

De Dewey tomou emprestado uma visão instrumental da ciência como a parte pensante do processo de utilização de ferramentas e a tecnologia como o aspecto de fazer desse processo. Contudo, nada mitiga o obscurantismo das instituições imbecis,⁷⁹ mas tal arcaísmo institucional não é tudo, pois o processo tecnológico e sua continuidade são também lócus de valor.

O processo tecnológico é um *continuum* de meios e fins de valor instrumental a partir do processo de experiência humana, ou seja, de instrumentos eficazes para a solução de problemas. A própria vida humana é, assim, lócus de valor por conta do processo de trabalho, uma aventura tecnológica, um processo experimental do indivíduo.

Entretanto, isso não impediu o desenvolvimento de dois aspectos distintos e contrastantes, embora não independentes, do comportamento humano e de todos os padrões sociais organizados: o contraste entre o irracional e o racional, entre o desperdício e a economia.

Esse contraste entre fazer coisas e ganhar dinheiro era o princípio basilar de Veblen, para Ayres. Para esse autor, Veblen teria tornado a dicotomia entre a tecnologia e o cerimonialismo o seu princípio mestre e, em seus esforços posteriores para esclarecer a concepção institucionalista de processo e de política econômica, seguiu seu exemplo.

O autor se considerava um vebleniano declarado desde seus primeiros escritos, embora isso não estivesse totalmente claro para ele, no entanto não teria hesitado em identificar suas ideias com as de Veblen. Afirmou que, na ocasião das publicações originais dos dois livros, antes referidos, suas ideias eram demasiado incoerentes para serem identificadas, mesmo para si mesmo, com a dicotomia. Por fim, Ayres (1973) referiu que, embora não se pensasse mais em instintos, Veblen estava certo em conceber o instinto do trabalho como uma propensão cultural decorrente da capacidade cerebral dos humanos e de padrões de comportamento social.

Cabe referir que Dewey (1939), em *Theory of valuation*, argumentou que o mesmo tipo de processo de avaliação da ciência moderna poderia ser usado para avaliação das atividades e relações humanas. Para o autor, o processo tecnológico instrumentalizou a ciência e essa teorização foi estendida à organização social e às práticas humanas. Para o autor, valores e ideias podem ser pensadas como hipóteses como um modelo reflexivo em resposta a problemas, tanto em termos de meios quanto de fins.⁸⁰

⁷⁹ Em *The theory of economic progress* (2021, p. 103), Ayres parece ter parafraseado o conceito vebleniano de instituições imbecis ao afirmar que “[i]nfelizmente, toda a história da civilização é uma história de restrições extenuantes.” [No original: “[a]llas, the entire history of civilization is one of grueling restraints.”]

⁸⁰ Na opinião de Hodgson (2004c), Ayres também alargou o pensamento de Dewey ao entender o conhecimento como uma construção da ciência, não contaminado por instituições e livre de hábitos contingentes de

A partir disso, segundo Mayhew (2010), Ayres entende o processo tecnológico como garantidor do conhecimento transcultural, isto é, que sustenta o aperfeiçoamento da humanidade, em contrapartida ao conhecimento a partir do cerimonialismo que era contextualizado, específico.

Pode-se acrescentar que tal visão em Ayres faz parte de um mesmo processo histórico de otimismo social decorrente do estágio capitalista da economia estadunidense, bem como dos avanços científicos em seu tempo, levando-o a uma visão confiante do progresso a partir da experiência do indivíduo como um produto social. Em Ayres, a tecnologia é o espírito da experiência humana e a mudança tecnológica rompe com a rigidez institucional. Há, portanto, em Ayres uma nítida influência de Hegel que, como visto anteriormente, entendida a ação humana a partir de uma realidade objetiva histórico-cultural com ênfase na continuidade, na história progressiva da liberdade para os homens, e na contradição dialética como estrutura fundamental do pensamento (Hegel, 2003, 2008; Wohlfart, 2019).

Conforme Ayres (1918b), a contribuição mais importante de Veblen foi para a psicologia social, pois objetivava a explicação dos fenômenos psicológicos a partir do domínio social e não em termos dos indivíduos. Segundo essa acepção, por exemplo, o estudo da psicologia social sob um grupo selecionado de arranjos sociais, no caso a incidência cultural do processo da máquina, como exposto em *The theory of business enterprise*, ou a natureza e as fontes do espírito do patriotismo beligerante desenvolvido no livro *The nature of peace*.

Para Ayres, a psicologia social consistia numa nova epistemologia, o principal instrumento de controle sobre a evolução social. Deve-se buscar entender predisposições, preconceitos e ideias, mais ou menos, fixas que são peculiares aos membros de uma classe.

Segundo Ayres (1963, p. 45, tradução própria), Thorstein Veblen é comumente, e com razão, considerado o pai fundador ou “espírito orientador do institucionalismo americano”,⁸¹ que apontava o que havia de errado, por exemplo, com a escola da utilidade marginal, contudo não propôs o caminho a seguir, o que não condiz com o exposto acima, ao longo da discussão dos trabalhos seminais de Veblen (seções 3.1 a 3.4 da presente Tese).

Ayres (1963) afirma que Veblen entendia a tecnologia industrial como a verdadeira substância da economia moderna e critica aqueles que atribuem ao mercado todas as realizações do espírito humano – a tecnologia das máquinas, das ciências, mas não apenas dessas, sem embargo, de todas as artes. Para Veblen, ao contrário, segundo Ayres, é a extensão do mercado

pensamento, enquanto Dewey via a ciência como mais experimental, interagindo com instituições e normas sociais.

⁸¹ No original: “[...] guiding spirit of American institutionalism [...]”.

que deve sempre ser limitada pelo estado das artes industriais da sociedade, sendo esse o seu principal legado, porém “[é] bem verdade que uma declaração clara e explícita nesse sentido não pode ser encontrada em nenhuma das obras publicadas de Veblen.” (Ayres, 1963, p. 53, tradução própria)⁸²

Mais, afirma Ayres, Veblen e seus seguidores – Ayres aqui parece não se incluir entre eles, diga-se – não conceberam qualquer teoria de como funciona o mercado, preocupando-se com o que se vai fazer ao invés do que está sendo feito. A concepção analítica de Veblen, baseada em “dois” instintos e do conjunto de propensões relacionadas, e das formas ou tipos de comportamento que são persistentes ao longo da vida e da história, são vagos e fáceis de serem descartados, porque não explicavam como o mecanismo de adaptação às circunstâncias cambiantes funcionava (Ayres, 1963).

Ayres refere, ainda, que os instintos de Veblen formam dois agrupamentos, um criativo e outro obstrutivo, um dinâmico e outro inibitório. No primeiro grupo, crescimento, desenvolvimento, pesquisa, evolução – tudo que está implícito com o progresso técnico e com a tecnologia. Por outro lado, persistência e difusão de classe, status, hierarquia, honra, prestígio e propriedade necessariamente olham para o passado; em todos os pontos, seu critério é a autenticidade, e a autenticidade significa vínculo com o passado – tudo que está implícito em instituições. Ayres é taxativo: “Em ambos os lados desta dicotomia, Veblen foi confirmado pelos desenvolvimentos do século XX.” (Ayres, 1963, p. 58, tradução própria)⁸³

Para Ayres (1935b, p. 357, tradução própria) a dinâmica da tecnologia foi uma das ideias centrais de Veblen, “[...] se não for a focal.”⁸⁴ Consoante Ayres (1935a), ao contrário do que entendiam os economistas da tradição clássica que viam nas instituições, como propriedade e contrato, a fonte da dinâmica social, Veblen via na tecnologia das máquinas a força dinâmica da evolução econômica.⁸⁵ Indo além, Ayres (1935b, p. 357, tradução própria) afirmou que “[...] a tecnologia é a força dinâmica na evolução social [...]”.⁸⁶ Contudo, a eficiência tecnológica, que possibilita o excedente e a acumulação de riqueza, depende da interação com as instituições presentes na sociedade (Ayres, 1935a).

⁸² No original: “[i]t is quite true that a clear and explicit statement to this effect cannot be found in any of Veblen's published works.”

⁸³ No original: “On both sides of this dichotomy Veblen has been borne out by twentieth-century developments.”

⁸⁴ No original: “[...] if not the focal one”.

⁸⁵ Destaca-se que Ayres (1963) refere que, num sentido básico, o que é chamado de macroeconomia é a economia vebleniana, apesar das contribuições de Keynes para estabelecê-la como uma disciplina distinta. O conceito central é vebleniano, pois se afasta da esterilidade do equilíbrio de preços para centrar-se nos esforços de vida em comunidade.

⁸⁶ No original: “[...] technology is the dynamic force in social evolution [...]”.

Tal núcleo teórico, não totalmente convergente, entre as abordagens de Veblen e Ayres sobre padrões de comportamento e formas institucionais é fonte da riqueza institucionalista (Samuels, 1995), uma interação que proporciona relevante expressão teórica que deve ser aprofundada. Por outro lado, Hodgson (2004c) entende que Ayres interpretou mal Veblen que adotava, como visto acima, os conceitos de instinto e hábito, enquanto Ayres fazia uso do behaviorismo, padrão na época.

Seguindo Ayres (2021), a ciência econômica é uma maneira de pensar. Entretanto, a comunidade está despreparada intelectualmente para a mudança – há persistência das velhas formas de pensar. Um novo conjunto de ideias deve ser encontrado para um novo começo teórico.

Nesse sentido, “[o] institucionalismo propõe encontrar esse significado na interação entre instituições e tecnologia, que, por sua vez, são seus princípios analíticos básicos [...]” (Ayres, 1951, p. 52, tradução própria).⁸⁷ Para o autor, o institucionalismo fornece uma base teórica para o planejamento social e econômico geral, sendo um erro considera-lo apenas como estudos empíricos ou descritivos. Entretanto, adverte Ayres, tais estudos são importantes, pois fornecem evidências da incidência cultural do processo da máquina.

Para esse autor, em *The co-ordinates of institutionalism* (1951), o institucionalismo, como uma “filosofia social básica”,⁸⁸ é um corpo intelectual “maciço” que apresenta três características que a distinguem de outras áreas de conhecimento, que tiveram as mesmas influências intelectuais e o mesmo padrão de eventos sociais, mas que, no entanto, aparentemente, não estão relacionados a ele, como o keynesianismo.

A primeira dessas características é a associação em parte com o behaviorismo a partir da concepção funcional do comportamento humano. Os indivíduos e suas ações são consequência lógica dos padrões sociais, em outras palavras, a concepção da natureza humana é um fenômeno social. Não é a estrutura social que é consequência da existência precedente dos indivíduos, mas sim os seres humanos que são resultado da existência social anterior. Para o autor, quanto maior for o significado do aprendizado no comportamento humano, maior será o significado do que é aprendido e a esse processo dá-se o nome de cultura.

A segunda associação é com a antropologia, a partir da identificação pelo institucionalismo do padrão em que uma mudança social ocorre, não da mudança em si, que sempre foi objeto da teoria econômica. Essa segunda característica, associada com o

⁸⁷ No original: “[i]nstitutionalism proposes to find that meaning in the interplay of institutions and technology, which in turn are its basic analytical principles [...]”.

⁸⁸ No original, respectivamente: “basic social philosophy”; “massif”.

behaviorismo, distingue o institucionalismo por buscar a explicação do desenvolvimento econômico a partir dos fenômenos sociais, não alicerçada em noções como escassez de recursos ou necessidades humanas individuais, que são pressupostos da teoria ortodoxa e definidas pelas instituições vigentes e pelo estado das artes industriais.

O institucionalismo busca as forças “maiores” por trás da mudança social que está na dinâmica da tecnologia, que não é um estímulo externo ao indivíduo e à estrutura social. A tecnologia não se autoinventa; é uma criação social, não menos do que crenças e sentimentos. Para Ayres, o institucionalismo não desconsidera a importância dos padrões institucionais, porque tais parâmetros determinam as necessidades e as carências da sociedade, por meio de mecanismos de permissão e sanção, contudo é a tecnologia que molda, modifica e atenua esse padrão institucional.

A terceira característica é uma teoria instrumental de valor a partir da diferenciação entre empregos industriais e pecuniários presentes na sua obra vebleniana *A teoria da classe ociosa*, isto é, o emprego de ferramentas num processo criativo que é a base das realizações da humanidade, em contraposição às “façanhas” dos homens que são impeditivas àquela realização inventiva.

Segundo Ayres (1953), as ciências sociais, incluindo a economia, desde a publicação da teoria de Darwin, têm buscado a construção de um corpo teórico unificado do comportamento humano, da estrutura social e do processo cultural. Essa orientação científica da investigação social, além da compreensão da continuidade como espécie a partir de processos físico-químicos do organismo, permite perceber que todo comportamento humano deve ser suscetível de aprendizado.

Para Ayres, as descobertas sociais do século XIX não são de menor importância do que as físicas e as biológicas. Por exemplo, ideais, crenças e concepções de vida orientam o comportamento humano e formam, assim, o corpo cultural da sociedade, que é recebido de gerações anteriores e que é transmitido para as posteriores por meio de uma doutrinação que começa na infância e se estende por toda a vida. Também passou a ser aceito que em todas as sociedades os indivíduos estão ligados por complexos laços de sentimento, convenções, contratos e sanções. Assim, cultura e estrutura social estão relacionadas, complementam-se mutuamente, e nas palavras do autor, a “[...] estrutura social e a cultura são anverso e reverso uma da outra.” (Ayres, 1953, p. 281, tradução própria)⁸⁹

⁸⁹ No original: “[...] social structure and culture are obverse and reverse of each other.”

Sem embargo, as ciências sociais não deram conta da tecnologia, tratando-a como externa à estrutura social para Ayres (1953). Entretanto, a tecnologia não tem origem, apenas, na distinção cognitiva de indivíduos – o brilhantismo de inventores como James Watt ou Thomas Edison, ou mais recentemente, de uma Gertrude Belle Elion ou de um Shunpei Yamazaki – e não se caracteriza também, simplesmente, como uma manifestação física de uma ferramenta simples, como uma chave de fenda, ou complexa, como uma máquina de corte plasma CNC. Ciência e tecnologia são também extensões de habilidades comuns e são manifestações funcionais, precisamente pelo que os indivíduos fazem, constituindo-se em patrimônio técnico de toda a sociedade.

Nesse sentido, para Ayres, todas as habilidades são culturais, pois são parte do conjunto de conhecimento apreendido pelos indivíduos e como tal derivam de experiências anteriores. Mas a distinção é que a tecnologia, por ser objetivada em ferramentas e instrumentos, assim, como por fórmulas e notações das mais variadas, é capaz de desenvolvimento progressivo via combinação de ferramentas já existentes, usos diferentes dos empregos anteriores e novas aplicações (Ayres, 1953).

Consoante Ayres (1953), a tecnologia, ou nas palavras do autor “processo da máquina”,⁹⁰ é a chave da capacidade produtiva e da eficiência técnica da sociedade. É o desenvolvimento tecnológico, e não o não consumo, como preconiza a teoria ortodoxa, a causa do crescimento industrial e o reconhecimento desse caráter dinâmico do processo da tecnologia traz consigo a compreensão de que a mudança institucional é inevitável. Nesse sentido, Veblen (1914, p. vii, tradução própria) afirma que o uso e costume tecnológico “[...] fundamentam e condicionam o escopo e o método da civilização em outro aspecto que não o tecnológico [...]”,⁹¹ porém não no sentido de impedir tais forças de reagirem ao estado das artes industriais.

Para Ayres a tecnologia “fechará” a lacuna existente na construção de um corpo teórico único das ciências sociais entre os condicionamentos cognitivo e emocional (crenças e sentimentos). Segundo o autor, é uma questão de tempo para que os fatos sejam considerados, para que se reconheça a tecnologia como o processo de vida da humanidade e critério de melhoria humana. Tal movimento reorientará toda a concepção de economia e o sistema institucional vigente, que estabelece a estrutura organizacional da sociedade.

⁹⁰ No original: “machine process”.

⁹¹ No original: “[...] underlie and condition the scope and method of civilisation in other than the technological respect [...]”.

Esses dois sistemas se sobrepõem e se interpenetram, se condicionam e se complementam complexamente (Ayres, 1953).

Portanto, deve-se estar atento ao padrão de comportamento das atividades de ferramentas e o uso das mesmas no âmbito de uma determinada cultura. Mas há um outro padrão de atividades, que são as de caráter cerimonial, que utiliza aquele sistema de ferramentas para estabelecer reivindicações, exibir prestígio, enfim para fazer distinções sociais (Ayres, 1951, 1953). Nesse contexto, o problema geral de política econômica e social é tirar o máximo de proveito da eficiência e das potencialidades da tecnologia por quaisquer ajustamentos institucionais que se façam necessários e possíveis (Ayres, 1953).

Ayres (1952, 1961, 2021) entendia uma instituição como um aspecto do comportamento humano, um conjunto de costumes e distinções de autoridade e poder e não como uma categoria estrutural. Somente com um avanço rápido e uma ampla difusão da ciência e da tecnologia em atividades desprovidas de conteúdo cerimonial, isto é, quando o comportamento tecnológico se tornar prevalente numa sociedade, é que ocorrerá a decomposição institucional ou a descerimonialização.

Em *Toward a reasonable society – the values of industrial civilization*, de 1961, Ayres questiona não quanto à incerteza do futuro, mas quanto à esterilidade moral de um presente que era marcado pela Guerra Fria e da apreensão quanto ao extermínio da civilização por um holocausto nuclear, referindo a ciência e a tecnologia como as forças que remodelaram a civilização moderna, o mobiliário mental e o senso de valores dos homens. Esses, ao contrário do que se pensava, não eram absolutos, imutáveis e eternos, derivados de um “Poder Superior”, mas, em essência, relativos em consequência da busca de conhecimento e da luta sem fim para aproveitar as forças da natureza para uso humano.

Acrescenta que, desde sempre, questionou o dogma da tradição clássica de Adam Smith, Ricardo, Malthus, James e John Stuart Mill, Stanley Jevons, Alfred Marshall e seus seguidores, na qual todo o vasto conjunto de atividades pelas quais a humanidade ganha a vida são organizados e dirigidos pelo mercado, pelo sistema de preços sob a motivação do lucro. Pelo contrário, as causas devem ser buscadas no processo científico-tecnológico e na acumulação de conhecimento, que é inseparável do uso de ferramentas do qual todos os povos participaram.⁹² Assim, o dinamismo inerente ao processo tecnológico tem mais do que o significado econômico estrito da eficiência.

⁹² Conforme Hodgson (2004c), diferentemente de Veblen, para quem causa é uma questão metafísica, em Ayres, metafísica não é ciência. Sua visão está mais relacionada às causas finais de Spencer do que às causas eficientes de Darwin.

Consoante Ayres (2021), o problema teórico da economia clássica é a distinção entre preço e valor e a equivalência entre eles; o primeiro seria extraído do consumo, enquanto que o segundo da esfera da produção. Assim, “[...] a economia política clássica é uma teoria das causas finais no sentido teológico” (Ayres, 2021, p. 60, tradução própria),⁹³ na qual a produção é concebida como criação de valor assentada na ideia de ordem natural, uma concepção do século XVIII, isto é, uma ordem de coisas que existe fora dos indivíduos, totalmente independente de desejos e intenções, concebida em termos benéficos. Para os clássicos, segundo Ayres, o consumo é o fim de toda a atividade econômica, portanto no consumo de valor, consubstanciado em sua utilidade, um conceito metafísico transcendental do espírito humano. Além disso, tem no empirismo uma análise supostamente objetiva de fenômenos.

Segundo o autor, o problema com o modo de pensar clássico são suas proposições básicas, a teoria da “natureza” humana da qual toda atividade econômica é concebida como a expressão “natural”, que tem no hedonismo sua manifestação de interesses e fazendo do sistema de preços o veículo para a busca da felicidade (Ayres, 2021).

Para Ayres (1966), os teóricos clássicos concebiam a economia como sendo autorregulada e guiada pelo mercado, mas não é isso o que de fato ocorre. O mercado não aloca recursos ou distribui renda; apenas registra o que está acontecendo na realidade. O que dá a aparência de autorregulação automática, defende Ayres, não são os indivíduos ou o sistema econômico, mas o hábito, a tradição, a ordem estabelecida da sociedade. O mercado não é fonte nem dos indivíduos nem das indústrias, nem da ordem social, embora desempenhe um certo papel – embora, limitado – nos ajustes. Como uma determinada comunidade usa seus recursos ou distribui sua renda é determinado pelo nível de cultura prevalecente nessa comunidade e por todo o seu padrão de organização.

Da mesma forma, preço não mede nada, pois é expresso em termos numéricos que são, a seu turno, utilizados para registrar medidas em todo tipo de situação, daí a tentação de considerar os preços como grandeza de tudo que é precificado, leciona Ayres. Na verdade, os preços são numéricos, porque o dinheiro, como unidade de poder de compra, é numérico. Igualmente, o equilíbrio de preços ou da oferta e demanda, como estados de consumação, são ilusórios.

Tais críticas ayresianas são similares às de Veblen presentes em *Why is economics not an evolutionary science?* e nas três partes *The preconceptions of economic science*. Não obstante, para o primeiro, todo indivíduo se torna humano no sentido comportamental

⁹³ No original: “[...] classical political economy is a theory of final causes in the theological sense.”

apenas assimilando padrões de ação dados pela comunidade. É esse corpo de padrões de ação que veio a ser conhecido como cultura e tais padrões de ação cultural definem as relações sociais. Para Ayres, a cultura substituiu a natureza humana como a ideia fundamental para a compreensão das ações, pensamentos e sentimentos de todos os seres humanos e uma revolução cultural se seguiu imediatamente à revolução darwiniana (Ayres, 1961).

Em Ayres (1961), o conceito de cultura traz subjacente três características que se encaixam no darwinismo: (i) os indivíduos exercem as atividades características da humanidade em virtude da elaboração pelo grupo e transmissão pela cultura; (ii) a cultura explica a grande diversidade das sociedades humanas; e, (iii) justifica a estabilidade e a persistência, de forma surpreendente, das diversas sociedades do mundo, uma vez que cada uma impõe a todos os seus membros as sanções pelas quais a sua continuidade é assegurada.⁹⁴

Para Ayres, a cultura, definida como um corpo de padrões de atividade, e a sociedade, definida como uma comunidade organizada, são aspectos do mesmo fenômeno, isto é, natureza humana, sociedade, cultura ou qualquer outra coisa que se possa chamar de totalidade da experiência humana. Segundo o autor, é um grande equívoco a diferenciação desses dois aspectos da experiência humana, em outras palavras, supor que são dois conjuntos de fenômenos distintos. Para Ayres, todas as culturas estão sujeitas a mudanças, contudo no presente as transformações ocorrem em magnitude e ritmo sem precedentes. A sociedade industrial em rápida e profunda mudança, possibilita “[...] uma sensação vívida de processo [...]” (Ayres, 1961, p. 275, tradução própria).⁹⁵

Ayres acresce que esses aspectos da experiência humana têm duas dimensões: todas são tecnológicas e, em algum grau, cerimoniais ou institucionalizadas. Algumas relações humanas são predominantemente relações de trabalho, operacionais, no contexto das habilidades de ferramentas; enquanto que, outras, são, predominantemente, cerimoniais, assentadas em relações de poder e de subserviência, estabelecidas arbitrariamente ou dadas por legitimidade. Assim, “[o] erro mais grave que se pode cometer no que concerne à experiência humana, à sociedade, à cultura e a todos os assuntos relacionados é pensar na tecnologia como ‘externa’

⁹⁴ Hodgson (2004c) e Hodgson e Knudsen (2010) mencionam que Ayres, no livro *Huxley*, de 1932, argumentou que a teoria da evolução de Darwin era antiquada e inválida. Ayres parece ter mudado de ideia no livro de 1961, *Toward a reasonable society: the values of industrial civilization*, que seguiu à Síntese Evolucionária Moderna, em meados dos anos 1940.

⁹⁵ No original: “[...] a vivid sense of process [...]”.

fora de nós, um aspecto do ambiente físico dos homens individuais e mesmo das sociedades.” (Ayres, 1961, p. 77, grifo do autor, tradução própria)⁹⁶

Ayres diferencia as chamadas culturas material e imaterial. A primeira consiste nas ferramentas e todos os outros aparatos físicos da vida. A segunda, inclui todo o sistema de práticas, costumes e qualquer forma de pensar, sentir, comportar-se etc., comum a membros do mesmo grupo social. Cita dois equívocos cometidos pelos cientistas do século XX: identificar toda a estrutura organizacional da sociedade com sendo cultura "imaterial"; e, identificar a cultura imaterial com o culto da irracionalidade.

Para Ayres, “[o] fator decisivo – ou força criativa – ou processo germinativo – na nossa economia e em todas as economias é aquilo a que Adam Smith chamou ‘a divisão do trabalho’. Veblen chamou isso de ‘processo da máquina’, e eu o chamarei de processo tecnológico.” (Ayres, 1966, p. 83, grifos do autor, tradução própria)⁹⁷

Segundo Ayres (1961), em relação à terminologia que utilizou, tanto cerimonialismo como tecnologia, fez uso tal qual Veblen fizera. Em especial, a segunda como melhor alternativa, esticando o seu uso para abarcar o aspecto da experiência e da atividade humana que alguns chamavam de operacional, e a todo o conjunto de artefatos com os quais a humanidade opera, desde linhas de montagem até partituras sinfônicas, por serem produtos de mãos e cérebros humanos.

Ayres refere que Dewey por muitos anos usou processo “instrumental”, com sentido idêntico ao que Veblen usara para processo “tecnológico”, buscando identificar os procedimentos intelectuais da ciência com o uso de instrumentos e, ao mesmo tempo, indicar os instrumentos dos cientistas com as ferramentas que são ainda mais amplamente utilizadas pelos artesãos, mas que se convencera, ao final, num dos seus artigos, que o uso dado por Veblen foi o melhor.⁹⁸ Nas palavras do autor:

Nada do que Veblen fez é mais significativo ou mais característico do que seu reconhecimento da tecnologia, ou do processo da máquina, como força dinâmica ou das instituições como fator limitante no processo de desenvolvimento econômico e social. No entanto, com toda a sua insistência no dinamismo do processo tecnológico

⁹⁶ No original: “[t]he most serious error one can make with regard to human experience, society, culture, and all related matters is that of thinking of technology as ‘external’ outside us, an aspect of the physical environment of individual men and even of societies.”

⁹⁷ No original: “[t]he decisive factor-or creative force-or germinal process-in our economy and in every economy is what Adam Smith called ‘the division of labor.’ Veblen called it ‘workmanship,’ and I shall call it the technological process.”

⁹⁸ Dewey observou, numa carta, que a designação de Ayres do seu ponto de vista comum como “uma teoria tecnológica do valor” era superior à sua própria expressão “instrumentalismo” e acrescentou que desejava que ele mesmo tivesse pensado nisso (JEI, 1977, p. 478-479).

(ou, como Dewey o chamou, instrumental), Veblen nunca expôs os detalhes desse processo de forma a mostrar por que ele é dinâmico e como ele cresce. Assim, sinto que minha exposição do papel das ferramentas e a disponibilidade física de ferramentas para combinação em ferramentas novas e mais potentes serve para tornar um pouco mais inteligível uma de suas ideias centrais. Além disso, o reconhecimento de Dewey desse processo como a matriz de todos os padrões de julgamento de valores reais torna ainda mais importante a compreensão de como o processo se desenrola. (Ayres, 1961, p. 30, tradução própria)⁹⁹

Ayres reconhece a influência de Veblen e Dewey, dizendo que tudo o que havia pensado já havia sido exposto de forma muito melhor por seus mestres. Mas, advertindo, talvez, para uma modificação que fizera nos conceitos daqueles que o influenciaram, menciona “[n]inguém é totalmente original, nem mesmo os maiores pioneiros [...] [e] [a]o mesmo tempo, é verdade tanto para as ideias quanto para os rios que, à medida que fluem pela bacia hidrográfica da história, elas se espalham e formam novos contornos em um cenário mais amplo.” (Ayres, 1961, p. 29-30, tradução própria)¹⁰⁰

Rutherford (1981) registra a existência de críticas ao autor por certa negligência da premissa instrumentalista, base da teoria do valor ayresiano, pela tendência de ignorar problemas de alocação de recursos entre usos concorrentes, pela falta de ênfase no indivíduo, bem como um determinismo otimista e, até mesmo, por certa inconsistência entre seus escritos.

Conceição (2020b) destaca que noções como intencionalidade e decisão sob incerteza são negligenciadas ou simplesmente não aparecem na perspectiva ayresiana, assim como as mudanças estruturais e comportamentais são vistas como decorrentes apenas do ambiente cultural, desconectado das instituições, ou em outros termos, falta uma conexão com a noção de evolução e de mudanças institucionais.

Em síntese, a proposição básica era a ideia de que todas as economias são sistemas formados por padrões de comportamento humano culturalmente específicos que assumem a forma de instituições. Tais elementos evoluem duas tendências humanas: ou aceita costumes, crenças e lendas sem questioná-las ou utiliza ferramentas e tecnologia para adquirir novas

⁹⁹ No original: “Nothing that Veblen did is more significant or more characteristic than his recognition of technology, or workmanship, as a dynamic force or of institutions as a limiting factor in the process of economic and social development. Yet with all his insistence on the dynamism of the technological (or, as Dewey called it, instrumental) process Veblen never spelled out the details of that process in such a way as to show why it is dynamic and how it grows. Thus I feel that my exposition of the role of tools, and the physical availability of tools for combination into new and more potent tools, serves to make one of his central ideas a little more intelligible. Moreover, Dewey's recognition of this process as the matrix of all standards of judgment of real values makes an understanding of how the process unfolds all the more important.”

¹⁰⁰ No original: “[n]o one is utterly original, not even the greatest pioneers [...] [and] [a]t the same time it is true of ideas as it is of rivers that as they flow down the watershed of history they spread and form new contours on a broader landscape.”

habilidades e conhecimento, respectivamente, correspondendo aos aspectos pecuniários e os não pecuniários de Veblen.

A partir desses dois aspectos, Ayres desenvolveu uma teoria muito geral da mudança social e econômica aplicável, basicamente, à evolução da sociedade capitalista industrial moderna. Não obstante, não há uma explicação adequada das inovações, além de não ter reconhecido o papel que instituições como necessárias para a vida social, bem como não há uma interpretação consistente do porquê as instituições não evoluem a exemplo da tecnologia.¹⁰¹

Alargando o pensamento de Veblen a partir do instrumentalismo de Dewey, em Ayres o desenvolvimento econômico e a mudança cultural ocorrem a partir de duas forças contraditórias: as dinâmicas e progressivas decorrentes da tecnologia e as estáticas e impeditivas representadas pelas instituições.¹⁰² As diferenças culturais entre as sociedades decorrem da maior ou menor influência de uma ou de outra dessas forças e deve-se promover padrões institucionais permissivos à mudança tecnológica para que o progresso seja alcançado.

3.6 DUALISMO OU DICOTOMIA EM VEBLEN?

A filosofia ocidental é marcada por dicotomias em que uma distinção é tomada para caracterizar duas categorias fundamentalmente exclusivas. Por exemplo, em Platão, alma e corpo; em Aristóteles, forma e matéria; Descartes e Locke, mente e corpo.

Kant (1992) refere que a divisão *a priori* em dois membros chama-se dicotomia e necessita apenas do princípio da contradição,¹⁰³ isto é, o critério da verdade determinada pela possibilidade lógica na qual duas afirmações contraditórias não podem ser verdadeiras ou falsas; uma delas é verdadeira enquanto a outra é falsa. Não interessa o conteúdo do conceito que se quer dividir, ensina Kant. Exemplificativamente, pares como analítico/sintético, válido/inválido, preciso/impreciso, verdadeiro/falso, capitalista/socialista, ou, ainda, ciência natural/ciência social (Bunge, 2002).

Bobbio (1987) refere que uma dicotomia consiste numa divisão, que é ao mesmo tempo total e geral, do universo em duas esferas, conjunta e reciprocamente exaustivas, isto é, no sentido de que todos os entes daquele universo nelas tenham lugar, sem nenhuma exclusão,

¹⁰¹ Hodgson (2004c) refere que a própria tecnologia deve ser entendida como uma instituição, pois consiste no hábito de pensamento a partir do instinto do trabalho de Veblen.

¹⁰² Jensen (1987) refere que Ayres polarizou instituições e tecnologia.

¹⁰³ Esse princípio, junto com os princípios da identidade e do terceiro excluído, que são considerados por Kant como constitutivos da razão, são princípios da lógica tradicional que remontam a Aristóteles (Dutra, 2008).

e de que um ente compreendido na primeira não pode ser contemporaneamente compreendido na segunda, reciprocamente.

Os dois termos de uma dicotomia podem ser definidos um independentemente do outro ou, argumenta Bobbio, apenas um é definido e o outro ganha um sentido negativo.¹⁰⁴ Os termos podem, também, se condicionar reciprocamente no sentido de que um termo vai até aonde o outro inicia. Nas ciências sociais existem dicotomias tradicionais como esfera público e esfera privada, sociedade de iguais e sociedade de desiguais, sociedade civil e Estado político, esfera econômica e esfera política ou coletivo e individual (Bobbio, 1987).

Por outro lado, Hartwig (2015) leciona que dualismo ou dualidade trata de conceitos relacionados e interdependentes, embora distintos, como teoria e prática que podem ser vistos um sob o aspecto do outro. Os elementos de uma dualidade estão intimamente ligados à ideia de totalidade conceitual ou explicativa, como as dualidades sujeito-objeto, agência-estrutura. Bunge (2002) exemplifica com a concepção de que a sociedade é composta de um estrato material, ou econômico, e outro ideal, ou cultural. A primazia de um ou de outro desses dois estratos depende da concepção, ou em termos veblenianos, dos preconceitos do observador.

Assim, em outros termos, dicotomia encerra uma concepção de pares binários, logo de disputa, de oposição, de conflito entre duas partes que concorrem para formação de um conceito, de uma explicação da realidade. Já o dualismo é uma acepção que integra duas partes que formam um todo, que se complementam para dar sentido explicativo de um conceito, de uma realidade.

Foi visto, anteriormente, que Veblen argumentou que o corpo de conhecimento e os processos e aplicações tecnológicas são da natureza dos hábitos de pensamento. O autor entendia a tecnologia como uma forma de conhecimento presente nos hábitos individuais e instituições sociais, e era a causa mais forte da mudança institucional. A tecnologia poderia ser tanto progressiva quanto regressiva.

Por outro lado, para Ayres, hábitos, dogmas e rigidez institucional são a “antítese” da inteligência, concebendo o conhecimento tecnológico como uma conquista social, não contaminado por instituições e livre de hábitos contingentes de pensamento. Para o autor, a tecnologia consiste, essencialmente, em ferramentas, máquinas e equipamentos materiais decorrentes do esforço cultural e constitui a força (a substância real) por trás da mudança social. O desenvolvimento tecnológico é função do comportamento humano e um dos aspectos da generalização da cultura. É um processo inerentemente dinâmico, cumulativo, progressivo,

¹⁰⁴ Por exemplo, o vocábulo “capitalismo” e o termo com sentido negativo “não capitalismo”.

em constante desenvolvimento e unidirecional – em termos de número e complexidade (“mais” e “melhor”), por isso é relevante para a análise cultural. Contudo, a cultura também exibe um aspecto inibidor do progresso tecnológico: as atividades de caráter cerimonial.

Assim, fundamentado em Veblen tem-se uma relação interdependente entre instintos, hábitos e instituições, num processo multirrelacional entre indivíduos e estrutura, aportando-se à análise econômica a mudança tecnológica num contínuo evolutivo à la Peirce. Por outro lado, seguindo Ayres, a tecnologia é necessária para a compreensão da evolução da formação socioeconômica de uma sociedade, em especial, a partir do que se convencionou denominar na literatura econômica como dicotomia vebleniana.

3.6.1 A análise dual vebleniana

Veblen, na obra *A teoria da classe ociosa*, refere que a transição dos estágios do desenvolvimento social depende da evolução de conhecimentos técnicos e da melhoria no uso de instrumentos, portanto do desenvolvimento contínuo da tecnologia. Contudo, tal dimensão tem que se impor no pensamento social como traço dominante de forma gradual, pelo crescimento cumulativo de aptidões, hábitos e tradições decorrentes de uma mudança nas condições de vida humana. Com o avanço cultural, a atividade industrial se sobrepôs à atividade pecuniária na vida diária e nos hábitos de pensamento dos homens.

O processo tecnológico deve ser entendido como habilidades humanas e ferramentas de forma inseparável. Assim, tal processo é dual, pois a tecnologia avança em virtude de habilidades que se manifestam em invenções e descobertas, e essas são combinações de ferramentas e instrumentos até então separados.

Em *The theory of business enterprise*, o foco da discussão de Veblen está na estrutura material que domina a civilização moderna no sistema capitalista e na força que a direciona, respectivamente, o sistema industrial e a empresa de negócios. Os traços característicos dessa cultura são o processo da máquina (padronização de processos, meios e produtos e o, conseqüente, ganho de eficiência), e o investimento com fins lucrativos (o ganho pecuniário para acúmulo de riqueza), com o homem de negócios exercendo uma força controladora das exigências de vida em sociedade e, conseqüentemente, da indústria.

Na indústria, o objetivo é a aplicação de novos conhecimentos científicos no processo produtivo, com isso expandindo a produção e baixando os preços, em conseqüência. Por outro lado, os empresários de negócios são movidos por atitudes “predatórias”, estando interessados apenas em maiores lucros por meio da estrutura financeira da empresa e do aumento dos preços.

O lócus desse conflito é a empresa de negócios ditando o ritmo da indústria, com os esforços sendo direcionados estrategicamente para o mercado, ao invés do aumento da eficiência industrial. “A indústria é controlada pelas exigências das empresas e é realizada para fins comerciais.” (Veblen, 1904, p. 210, tradução própria)¹⁰⁵

O estado das artes industriais é resultado do trabalho daqueles envolvidos com os empregos industriais que se dedicam ao aperfeiçoamento dos processos e a transformação dos meios disponíveis em novos usos, sendo característica da indústria o aumento progressivo da eficiência dos processos. Por outro lado, o homem de negócios fomenta a indústria apenas em segundo plano “[...] e é principalmente de caráter negativo.” (Veblen, 1904, p. 44, tradução própria)¹⁰⁶

Isso posto, a explicação do aumento da eficiência industrial, do desenvolvimento das artes industriais está numa classe de homens – os engenheiros, os técnicos, enfim, os trabalhadores diretamente envolvidos – que possuem um hábito de pensamento no sentido de apreender e explicar os fatos em termos de causa e efeito, de forma “opaca” e “impessoal”. Tal hábito mental é causa e efeito do processo da máquina e é a riqueza imaterial da civilização moderna.

No artigo *On the nature of capital (I)* (1908b), Veblen afirma que a história da vida é história da existência em comunidade de forma contínua por gerações sucessivas. Tal continuidade tem caráter imaterial, pois é uma questão de conhecimento, de uso, de hábitos de vida e de pensamento. Em qualquer cultura, há um corpo de conhecimento tecnológico, que Veblen chama de “equipamento imaterial da comunidade” ou “recursos da comunidade”,¹⁰⁷ pertencente ao grupo e que é utilizado para obtenção dos meios de vida. Esse corpo de conhecimento é transmitido por tradição e hábito e é aumentado pelo grupo.

Nesse sentido, o desenvolvimento tecnológico é resultado da:

[e]xperiência, experimentação, hábito, conhecimento, iniciativa, são fenômenos da vida individual, e é necessariamente dessa fonte que deriva todo o patrimônio comum da comunidade. [...] Mas a iniciativa e o empreendimento tecnológico dos indivíduos, [...] prossegue e amplia a sabedoria acumulada do passado. (Veblen, 1908b, p. 521, tradução própria).¹⁰⁸

¹⁰⁵ No original: “Industry is controlled by business exigencies and is carried on for business ends.”

¹⁰⁶ No original: “[...] and is chiefly of a negative character.”

¹⁰⁷ No original, respectivamente: “community's immaterial equipment” e “resources on the part of the community”.

¹⁰⁸ No original: “[e]xperience, experimentation, habit, knowledge, initiative, are phenomena of individual life, and it is necessarily from this source that the community's common stock is all derived. [...] But the initiative and technological enterprise of individuals, [...] proceeds on and enlarges the accumulated wisdom of the past.”

A história dos equipamentos tecnológicos imateriais é o desenvolvimento da civilização incorporada aos dispositivos materiais e aos processos, que são úteis à vida da comunidade em termos econômicos. Portanto, a eficiência tecnológica somente tem efeito por meio desses bens econômicos incorporados na vida da sociedade via experiência e experimentação (Veblen, 1908b). Assim sendo, a iniciativa individual depende do acervo cultural comum formado no passado.

Em síntese, o estado das artes industriais “[...] depende das características da natureza humana, física, intelectual e espiritual, e do caráter do ambiente material.” (Veblen, 1908b, p. 541, tradução própria)¹⁰⁹

No capitalismo a grande indústria cresceu com o desenvolvimento tecnológico, sendo característica desse sistema um maior requerimento de equipamento material, exigindo acumulação de riqueza, contudo também depende de equipamento imaterial de certa magnitude para que seja aplicado na construção daquelas ferramentas materiais, bem como dos diferentes usos nos processos industriais (Veblen, 1908b).

Nesse sistema econômico, o capitalista detém o conhecimento de negócios, enquanto que engenheiros, técnicos qualificados e o trabalhador industrial, são detentores do equipamento tecnológico imaterial da sociedade. É essa classe que converte os bens de capital do capitalista em meios de produção em prol do bem-estar material da comunidade (Veblen, 1908b, 2001).

Nesse sentido, há uma clivagem entre o homem de negócios que, ao longo do desenvolvimento cultural da sociedade, redundou no banqueiro de investimento (“*captains of finance*”), e seus interesses investidos independentes das necessidades da comunidade, e os engenheiros (“*captains of industry*”) detentores de conhecimentos, habilidades, interesses e experiências em função da indústria produtiva e, baseado nessa, está o atendimento ao bem-estar material da comunidade. Aquela classe age deliberadamente para desviar e obstruir as forças de trabalho industrial limitando a produção para manter ou aumentar preços e, assim, os lucros (Veblen, 2001).

Portanto, para Veblen, em *The theory of business enterprise*, havia uma discrepância de interesses e necessidades entre instituições pecuniárias ou industriais, ou em outras palavras, entre instintos de negócios e instintos do trabalho (os aspectos industriais da economia).

¹⁰⁹ No original: “[...] is dependent on the traits of human nature, physical, intellectual, and spiritual, and on the character of the material environment.”

Anteriormente, foi observado que o termo dicotomia encerra duas dimensões conjunta e reciprocamente exaustivas ou, em outros termos, que uma pode ser definida independentemente da outra; ou ainda, de pares binários, opostos, em conflito ou em disputa. Por outro lado, o termo dualismo abrange duas dimensões distintas, mas relacionadas, interdependentes e necessárias para dar completude conceitual ao objeto de análise.

Como examinado, a tecnologia e seus efeitos culturais e sociais perpassam toda a obra vebleniana. A definição de tecnologia de Veblen é ampla e não se limita apenas ao aspecto físico da técnica; também envolve conhecimento de processos tecnológicos e formas de pensar compartilhados. A mudança na tecnologia leva a adaptações nos hábitos sociais e de pensamento e esses moldam e retroalimentam aqueles num processo cumulativo não teleológico. Nesse sentido, a análise vebleniana é dual, pois abarca dimensões que se complementam para dar sentido explicativo à realidade socioeconômica.

3.6.2 A dicotomia tecnológico-cerimonial segundo Ayres

São diversas as definições de tecnologia que podem se referir a princípios de habilidade, conhecimento técnico ou alguma parte do processo produtivo que se concretiza em artefatos com implicações para a vida social. Enquanto os sociólogos e historiadores se preocupam com aspectos materiais do processo, os filósofos tendem a se concentrar nas implicações distintivas, muitas vezes revolucionárias ou disruptivas, na vida cotidiana. Muitas dessas análises não conseguem evitar os erros do determinismo e do voluntarismo tecnológico (Hartwig, 2015).

Ayres não aplicava princípios darwinianos generalizados à evolução da sociedade humana, pois não dependia de um mecanismo de seleção natural ou cultural. A evolução reconhecida por Ayres era num sentido de desenvolvimento sem menção a mecanismos característicos de variação, seleção ou herança. Na verdade, a versão de Ayres está mais próxima do pensamento de Spencer (Hodgson, 2004c), para quem a lei incessante e geral da mudança é a lei da evolução, do progresso em direção à heterogeneidade da civilização.

O autor, também, não adotou a noção de instintos e hábitos veblenianos, minimizando indivíduos e padrões de comportamento baseados em tais elementos, centrando-se na análise da tecnologia e das instituições desde seus textos iniciais como *Instinct and capacity – I: the*

instinct of belief-in-instincts, assumindo o padrão de comportamento dos indivíduos ditados culturalmente (Ayres, 1921a).¹¹⁰

Em Ayres, seguindo Hodgson (2004c), as instituições são apenas atravancadoras da evolução, enquanto Veblen entendia que atuavam em qualquer sentido – tanto facilitando, quanto bloqueando a mudança contínua, conquanto autores como William Dugger qualifiquem Veblen como profundamente pessimista, “[...] um existencialista muito antes de virar moda [...]” (Dugger, 1988, p. 2, tradução própria).¹¹¹

Em 1944, Ayres publica *The theory of economic progress* escrito com o espírito de definir a forma institucionalista de pensar, eis que não há “[...] [um] corpo claramente definido de princípios sobre os quais os institucionalistas geralmente concordam e pelos quais são conhecidos.” (Ayres, 2021, p. xxxix, tradução própria)¹¹²

No entender do seu autor, a obra tem como tema central o progresso humano em geral visto como um processo de descobrir como fazer “bens”,¹¹³ de uma forma melhor e em maior número, relacionadas casualmente num processo de aprendizagem cumulativo. Todavia, embora semelhantes, as atividades humanas não são iguais, sofrendo clivagens profundas a partir de influências opostas: de um lado, uma força produtiva de mudança cumulativa, portanto, um atributo dinâmico; de outro, está uma força inibidora do progresso, da mudança, logo de caráter estático (Ayres, 2021). Para tais forças, utiliza os termos “tecnologia” e “cerimonialismo” derivados de Thorstein Veblen, respectivamente.

O núcleo analítico fundamental da teoria de Ayres, que serve para a compreensão dos fenômenos relativos ao progresso econômico em termos cumulativos, é a dicotomia vebleniana pecuniária-industrial, conforme Dugger (1988), também conhecida como dicotomia tecnológico-cerimonial em termos ayresianos ou tecnológica-institucional, conforme Hands (2001).¹¹⁴ Por meio dela, busca analisar os processos adaptativos de vida e do

¹¹⁰ Para Hodgson (2004c), Ayres inverteu o individualismo metodológico da economia neoclássica para propor um coletivismo metodológico, uma visão de cima para baixo.

¹¹¹ No original: “[...] an existentialist long before it would become fashionable [...]”.

¹¹² No original: “[...] [a] clearly defined body of principles on which institutionalists are generally agreed and by which they are known.”

¹¹³ No original: “things”. Segundo o Dicionário Oxford, disponível em <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english>, esse substantivo significa, entre outras acepções, bens, artefatos, objetos de valor, pertences, propriedades.

¹¹⁴ Para uma síntese do debate ocorrido entre os institucionalistas nas décadas de 1980 e 1990, entre aqueles que seguiam a tradição de Clarence Ayres, refinada por J. Fagg Foster, Marc Tool e Paul Dale Bush, identificando o progresso com um princípio de valor social universal e as instituições cerimoniais como meramente um obstáculo ao progresso (encapsulamento cerimonial), e aqueles, como Wendell Gordon e Anne Mayhew, que distinguem a cultura e os hábitos cerimoniais de pensamento e comportamentos como algo mais do que instituições imbecis, veja Powell (2023).

comportamento humano fundado na aprendizagem da qual participa toda a sociedade, em vista de condições de vida mais produtivas e criativas.

Conforme Ayres (1960, p. 48-49, grifos do autor, tradução própria):

Desde o início de sua carreira, Veblen parece ter abrigado a ideia de que o homem está de alguma forma preso entre forças opostas, uma de alguma forma “boa” e a outra de alguma forma “má”. É claro que essa é uma ideia muito antiga, que apareceu e reapareceu em uma ampla variedade de metáforas, como cavalos brancos puxando para um lado e cavalos pretos para o outro, ao longo dos tempos. Infelizmente, neste caso, o *insight* de Veblen também foi confundido por seu compromisso com a psicologia do instinto e a etnologia de “estágio”. [...]

No entanto, Veblen estava certo em um ponto, cujo significado completo só agora começa a ser apreciado por aqueles que estão interessados no desenvolvimento econômico dos chamados povos “atrasados”. As superstições, tabus e sistemas de status incrustados na tradição de todos os povos trabalham em oposição ao processo tecnológico. Eles fazem isso por dois motivos.¹¹⁵

Conforme o autor, a primeira razão é que as características desse complexo cultural derivam suas sanções do passado, o que ocasiona resistência à mudança. A segunda, consiste no limite e circunscrição das atividades tecnológicas a cada avanço.

O progresso tecnológico é apenas um dos aspectos da cultura de sociedade moderna. O outro elemento que compõe a análise dicotômica de Ayres é dado pelo conjunto de atividades não tecnológicas que, em essência, são inibidoras do processo tecnológico. A esse conjunto de atividades, Veblen alega que possuem um padrão cerimonial que, no entanto, não se referem ao comportamento vestigial (Ayres, 2021). Por trás de tal comportamento estão sistemas complexos e multifacetados de posição e status, como o registro de nascimentos, de casamentos, de propriedade ou de contratos que evoluem junto com a mudança social.

Para o autor, a organização social e econômica deriva do passado. Faz parte da cultura que se aceita, sem questionar, costumes, crenças e lendas, adquirindo um padrão de comportamento, em grande parte inconsciente. Tal padrão cerimonial também ocorre nas instituições pecuniárias dos processos industriais que decorrem de padrões herdados de propriedade e controle, de poder e status (Mayhew, 2000, 2010).

¹¹⁵ No original: “From early in his career Veblen seems to have harbored the idea that man is somehow caught between opposing forces, one somehow ‘good’ and the other somehow ‘bad.’ This of course is a very ancient idea, one that has appeared and reappeared in a wide variety of metaphors, such as white horses pulling one way and black horses the other, throughout the ages. Unfortunately, in this case Veblen’s insight also was confused by his commitment to instinct psychology and ‘stage’ ethnology. [...]

Nevertheless, Veblen was right on one point, the full significance of which is only now beginning to be appreciated by those who are interested in the economic development of the so-called ‘backward’ peoples. The superstitions, taboos, and tradition-encrusted status systems of all peoples work at cross-purposes with the technological process. They do so for two reasons.”

Conforme Hands (2001), a tecnologia é a pedra angular da análise ayresiana, derivada de Dewey. Nesse sentido, Ayres (2021) avança a perspectiva vebleniana que considerava a tecnologia como um dos principais motores do avanço econômico e social. Em Ayres a tecnologia é entendida como uma função do comportamento humano, não como uma habilidade exclusiva do espírito individual como pensavam os economistas ortodoxos, mas no nível do patrimônio cultural, isto é, como acréscimo social possibilitado pela memória, pelo hábito e pelo comportamento organizado socialmente, a partir da combinação mútua entre ferramentas, instrumentos e habilidades preexistentes em processos que o autor denomina de inovação, descoberta científica ou criação. É inerentemente progressiva, em constante desenvolvimento, por isso é essencial para a análise cultural. Para Ayres (1973) a história da vida humana é uma aventura tecnológica, um processo experimental da vida humana e do bem-estar.

Ayres (1961) argumenta que todas as culturas estão sujeitas a mudanças. No passado, as transformações sempre foram tão lentas que não foram percebidas pelos indivíduos, contudo as que ocorreram na vida moderna se deram a um ritmo constantemente acelerado, sendo perceptível aos indivíduos que vivem em uma sociedade em constante mudança, mas daí a pensar que todos esses processos são plenamente compreendidos é um erro.

Consoante Ayres, a tecnologia das máquinas como a força dinâmica da evolução socioeconômica em Veblen contrasta com a posição dos economistas clássicos que viam nas instituições a fonte dessa dinâmica. Ayres aprofunda a posição de Veblen, entretanto a tecnologia depende da interação com as instituições presentes na sociedade (Ayres, 1935a, 1935b).

Ao contrário da visão ortodoxa que depreende a tecnologia como fruto de habilidades dos indivíduos decorrentes, portanto, da natureza humana, Ayres (2021) entende que a lei interna de progresso (desenvolvimento) da tecnologia deve ser buscada no caráter das ferramentas e no nível de generalização da cultura na sociedade. As invenções (físicas ou descobertas científicas) são combinações de dispositivos, ferramentas, instrumentos, técnicas e materiais preexistentes, numa longa sequência de descobertas e engenhos.¹¹⁶ São funções de um lento processo de amálgama cultural e do desenvolvimento tecnológico geral. Esse acervo de conhecimento e práticas coletivas são transmitidas e aumentadas pela comunidade como um todo.

¹¹⁶ Mayhew (2000) argumenta que Ayres utilizou a teoria matemática das permutações como analogia, pois o crescimento do número de ferramentas aumentaria progressivamente o número de combinações possíveis.

Tal padrão se funda, portanto, num princípio de combinação em que nada acontece por acaso e que transcende a existência de qualquer agente – não só indivíduos geniais, mas ao alcance de jovens e amadores livres de preceitos impeditivos de comportamento – e em qualquer cultura (fertilização cruzada que se dá pela difusão de traços culturais entre as civilizações). Essa característica é inerente às ferramentas e não aos homens e constitui a lei do progresso tecnológico, a partir de um processo de magnitude crescente dado pela gradativa possibilidade de usos e de combinações entre dispositivos, instrumentos, materiais e técnicas.

O processo tecnológico é, portanto, progressivo, não visto como um fim teleológico preconcebido, mas como unidirecional, contínuo e cumulativo. Esse é o padrão de desenvolvimento cultural da sociedade moderna, o tipo representado pela industrialização e esse processo tecnológico, segundo Ayres (2021), desempenhou um papel decisivo no estabelecimento das instituições do capitalismo, não o contrário como insistiam os economistas ortodoxos.

Ayres (2021) afirma que Veblen, no livro *A teoria da classe ociosa*, utilizou o conceito de status para analisar a relação entre as diferentes funções do comportamento social, já William Graham Sumner, em *Folkways: a study of mores, manners, customs and morals*, de 1906, utilizou o conceito de costumes.¹¹⁷ Ayres refere que ambos falharam em suas análises, pois o primeiro não considerou os costumes como uma característica universal do comportamento, enquanto o segundo, por não ter distinguido os padrões de comportamento tecnológicos (inovações técnicas, ferramentas e habilidades) e os cerimoniais (sistema de relações de posição, status e sanções).

Segundo Ayres (2021), o comportamento humano é socialmente organizado ao mesmo tempo que é organicamente condicionado. Para o autor, a atividade econômica faz parte de todo o comportamento humano no qual estão presentes duas forças que coexistem, interagem e se condicionam: a tecnologia como a razão da mudança cumulativa; e, o cerimonialismo, o agente inibidor da mudança. Conforme o pensamento ayresiano, os seres humanos e todas as suas ações são fenômenos sociais. Nesse sentido, a tecnologia e o conhecimento científico são criações sociais tanto quanto as crenças e os sentimentos de comunidade (Ayres, 1951).

Para Ayres, deve-se analisar a concepção da personalidade humana em termos de potência mística, que pode ser diminuída pela transgressão de código (um tabu, por exemplo) ou aumentada (virtude que eleva a investidura cerimonial). Nas sociedades modernas tal

¹¹⁷ Segundo Hodgson (2004c), Veblen esteve sob a tutela de Sumner quando foi estudante de pós-graduação na Yale University. Por outro lado, a tese de doutorado teria sido supervisionada por Noah Porter, segundo Camic (2020).

potência mística é ocultada pela observância à lei (direitos e obrigações) e ao Estado (cidadania, propriedade, por exemplo). Por fim, mitos, lendas e crenças também são indissociáveis do sistema de comportamento cerimonial, assim como costumes e o sistema de posição e de status.

Tais aspectos formadores do padrão de comportamento cerimonial apresentam três características, segundo o autor: (i) possuem um caráter inventivo em que distinções de status e posição imitam as diferenças do comportamento tecnológico; (ii) demonstração de competência por ritual e não por demonstração tecnológica, o que Veblen chamou de adequação cerimonial; e, (iii) o arcaísmo, atraso ou empecilho do comportamento cerimonial, que é objetivamente verificável.

Assim, tendo em vista que as lendas, que são um fenômeno social objetivo e estabelecidas num passado imemorial (nos dramas e feitos dos antepassados), motivam os costumes e esses definem as atribuições de posição e status na sociedade, tem-se que a função cerimonial é estática, resistente e inibidora da mudança. Contudo, adverte Ayres (2021), não significa que tal padrão de comportamento não mude. As pessoas se movem com a tecnologia e as práticas cerimoniais são alteradas pelas circunstâncias que são externas a elas, assim sendo, a análise deve estar na diferença entre esses aspectos ou funções do comportamento cerimonial e não simplesmente na estrutura de status da sociedade.

Nesse sentido, a perspectiva da mente moderna sofreu uma mudança qualitativa, a partir do processo de secularização que ocorria em ritmo cada vez mais acelerado em todos os aspectos da cultura moderna como consequência, expressão ou reflexo, da ciência e de todo o processo tecnológico do qual a ciência é o aspecto intelectual. Ciência e tecnologia industrial estão relacionadas e são centrais para a mudança cultural (Ayres, 1961).

O desenvolvimento tecnológico, ao alterar o ambiente material em que opera, força a mudança na estrutura institucional da sociedade, não obstante permanece um caráter cerimonial residual que sobrevive à mudança. Por exemplo, o Estado na sociedade moderna perdeu poder coercitivo ante o Estado feudal, nada obstante a revolução gerencial possibilitou acréscimo de eficiência à sua atuação.

Ayres (2021) refere que o núcleo analítico da sua obra está nas forças opostas que estão presentes em todos os comportamentos humanos e o autor pioneiro no estudo desses fenômenos foi Veblen. A distinção entre processos tecnológicos e cerimoniais é o ponto de partida de todas

as análises econômicas e tal entendimento de Veblen é considerado por Ayres como a maior contribuição para o pensamento econômico moderno.¹¹⁸

Para Ayres (2021, p. 176, tradução própria), “[a] história da raça humana é a de uma oposição perpétua dessas forças, a força dinâmica da tecnologia que contribui continuamente para a mudança, e a força estática da cerimônia – status, costumes e crenças lendárias – opondo-se à mudança.”¹¹⁹

As mudanças institucionais, por exemplo, na propriedade e na divisão do capital social de uma empresa em títulos (ações), não precederam ou tornaram possível o desenvolvimento tecnológico com o qual coincidem. Não foram derivadas de instituições preexistentes pela proliferação de costumes lendários de posição, status e poder. Antes disso, foi o desenvolvimento tecnológico que possibilitou alterações no padrão cerimonial de posição e poder. Contudo, ainda hoje, permanece um resíduo cerimonial do passado, na forma do acúmulo de riqueza como o principal instrumento da produção industrial, assim como o poder discricionário que persiste como um padrão de sanções do passado (Ayres, 2021).

Portanto, não é no sentido que Sumner (2008) entende os costumes como definidores do que é certo ou errado, do que se deve ou não fazer, por exemplo, ao tomar uma decisão sobre consumo presente ou acumulação de capital. Todo processo de decisão é uma escolha, um julgamento que envolve a avaliação das alternativas que irão contribuir para o encadeamento eficiente do sistema tecnológico do qual depende a continuidade da vida de cada indivíduo e da comunidade (Ayres, 2021). Nesse sentido, os hábitos mentais devem ser entendidos – não como expressão do certo ou do errado – mas do ponto de vista evolucionário, da compatibilidade ou incompatibilidade com o processo efetivo de desenvolvimento (Veblen, 1983).

Por outro lado, para Ayres (2021), a visão tradicional ortodoxa do progresso é em direção a um fim, assim como o valor é tudo aquilo que tem uma finalidade estabelecida por necessidades humanas mediadas pelos preços num mercado competitivo. Portanto, o consumo assume o papel do fim pelo qual todas as atividades econômicas são dirigidas, enquanto a produção exerce o papel de meio.

O processo de inovação tecnológica é a força dinâmica da mudança social, portanto esse processo é lócus de valor social. O que quer que contribua para tal atividade é valioso em termos

¹¹⁸ Na visão de Hodgson (1992), a concepção de Ayres sobre o padrão comportamental é unidirecional, negativo por natureza, não permitindo que se entenda aspectos positivos da rigidez institucional.

¹¹⁹ No original: “[t]he history of the human race is that of a perpetual opposition of these forces, the dynamic force of technology continually making for change, and the static force of ceremony – status, mores, and legendary belief – opposing change.”

econômicos e o que quer que a impeça é arcaico, deletério. O grande teste ao qual o valor econômico é, de fato, submetido, é o esforço contínuo da existência.

Nessa visão de valor está imbricado o conceito de progresso de Ayres. Para o autor, é um equívoco pensá-lo como um movimento a um fim estabelecido. Pelo contrário, progresso é o desenvolvimento contínuo da tecnologia e a conseqüente atrofia do status e da investidura cerimonial. Assim, a tecnologia e a ciência, num processo continuado, são a forma de emancipação do passado e da realização das possibilidades da vida econômica.¹²⁰ Todavia, a revogação da estrutura institucional é inconcebível e impossível, portanto, a coerção, a injustiça, a desigualdade, a ignorância e a superstição persistirão (Ayres, 2021).

Para Ayres (2021), tal aparato institucional, aliado ao sistema de ideias que sustenta o capitalismo, que caracteriza a estrutura social moderna, tem assegurado uma política que promove o crescimento do dividendo nacional que é dependente da desigualdade econômica como condição para a acumulação de capital. Conforme o autor, a teoria clássica de acumulação de capital e a política de *laissez-faire*, a teoria da deficiência do poder de compra e a política de redistribuição de renda centram-se no crescimento do produto nacional e não na distribuição desse produto.

Seguindo Ayres (2021), para Veblen o problema econômico básico também era aumentar a produção social, relegando um papel secundário à distribuição de renda. Para o autor, Veblen teria fracassado ao não ter conseguido passar da análise crítica à política da superação do problema central do capitalismo, qual seja, a injustiça distributiva – uma estrutura social que produz extrema riqueza e, ao mesmo tempo, pobreza severa.

Ayres afirma que produção e distribuição não estão dissociadas; uma condiciona a outra ou, em outras palavras, a relação contínua entre esses dois conjuntos de interesses constitui uma economia e possibilitam em conjunto a maximização do dividendo nacional. O sistema distributivo é o principal entrave à produção industrial, pois não fornece o poder de compra para a realização dessa, portanto o objetivo da estratégia econômica deve ser uma redistribuição de renda que resulte no aumento do dividendo nacional e na melhora substancial de vida para a sociedade. Não obstante, o autor não explicita como seria possível levar a cabo tal política de redistribuição de renda como forma de mitigar a desigualdade econômica e social.

¹²⁰ Para Mayhew (2010), a análise ayresiana permite investigar as fontes da mudança tecnológica que consiste no processo cumulativo da sociedade em manipular a matéria e tal mudança faz parte da herança cultural da humanidade com validade multicultural.

Conforme Ayres (2021), Veblen entendia que a inquietação constante dos homens no processo tecnológico pode ser “contido”¹²¹ pelo cerimonialismo, que se manifesta de várias maneiras, em especial, por meio de cinco formas: (i) a estratificação social que ocorre nas sociedades; (ii) essa estratificação é definida e sustentada por um sistemas de convenções que delimitam e condicionam o comportamento humano; (iii) tanto o status quanto os costumes são sustentados por uma ideologia ou um sistema de crenças que pretende justificar posições sociais e o dano que seria infringir tais costumes; (iv) um sistema de doutrinação, que condiciona a sociedade quanto às crenças, aos costumes e ao status; e, (v) sistema de codificação desses padrões de comportamento em ritos e cerimônias.

Tal sistema constitui o conjunto de forças que inibem a mudança e o processo tecnológico e, por estarem vinculados ao passado de feitos místicos, de crenças e costumes da sociedade, tal padrão de comportamento é estático, cujo efeito é o de manter as coisas como estão – o “aquilo que é está certo”, de Veblen (1983, p. 95).

Em Ayres (2021), a mudança social em qualquer sociedade é determinada pelo conjunto de forças para frente da tecnologia e de pressão para trás do cerimonialismo. A causa da mudança está implícita no processo, nos traços da cultura e da técnica num ambiente institucional fluído, cuja substância fundamental é a tecnologia industrial, porém somente com uma mudança cultural profunda pode se alcançar o desenvolvimento econômico.

Para Ayres (2021), o processo de desenvolvimento econômico tem como primeiro princípio básico ser indivisível e inevitável e por ter bases tecnológicas, mas não significa que as circunstâncias institucionais não sejam um fator causal de igual importância.¹²² O segundo princípio, é que o dinamismo tecnológico se espalha na proporção inversa da resistência institucional exercida pelas tradições cerimoniais.

O terceiro princípio básico do desenvolvimento econômico é o da criação de capital humano que foi bem delineado em dois artigos de Veblen, segundo Ayres: *On the nature of capital (1)* e *On the nature of capital (2)*, ambos de 1908. Partindo da concepção dual do processo tecnológico, antes referido, ferramentas e instrumentos são indissociáveis de habilidades e de conhecimento humano, portanto o nível educacional de uma sociedade é o

¹²¹ No original: “curbed”. Cabe registro que, segundo o Dicionário Oxford, disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english>, o verbo *to curb* significa controlar ou limitar “algo especialmente ruim”. A linguagem é uma instituição e, como tal, atua sobre indivíduos. Por outro lado, indivíduos modificam instituições, como afirmado anteriormente. O ponto a ser ressaltado aqui é: os intérpretes e os seguidores de Ayres fizeram uso do verbo *to curb* num sentido mais restritivo do que o autor institucionalista original queria invocar? Parece que sim, eis que *to curb* no sentido empregado pelos discípulos dialoga com dicotomias e não com dualismos.

¹²² Tal concepção consta no prefácio da edição de 1962 de *The theory of economic progress*.

fator mais importante da vida econômica. Somente uma educação que contemple toda a sociedade permite o desenvolvimento econômico.

Por fim, para Ayres, o quarto princípio básico é que os valores engendrados no processo tecnológico são universais e consistem na descoberta da verdade pela ciência, que é o aspecto intelectual da tecnologia. A ciência prescreve sua própria concepção de verdade, uma concepção processual, operacional ou instrumental (definida por ferramentas) que, geralmente, assegura Ayres, está em desacordo com as crenças e autoridades cerimoniais.

Portanto, o processo de vida humana é instrumental, uma função do fazer contínuo, cumulativo e evolutivo em prol do progresso da sociedade (Rutherford, 1981), sendo ditado pelo dinamismo da tecnologia que é a marca distintiva do institucionalismo para Ayres (1960). Para Ayres (1961), o modo de vida do homem moderno ocidental é o modo industrial a partir de uma vasta revolução científica-tecnológica com efeitos em todos os aspectos da vida e da cultura social às custas das crenças tradicionais e do modo de vida de que essas crenças eram uma expressão.

A causa da mudança está implícita no processo, nos traços da cultura e da técnica, cuja substância real é a tecnologia, não obstante somente com uma mudança cultural profunda pode se alcançar o desenvolvimento econômico. Para o autor as instituições não permitem ou possibilitam o desenvolvimento, não fornecendo qualquer estrutura para a vida social. Assim, o desenvolvimento econômico de qualquer sociedade é condicionado pela interação do dinamismo da tecnologia e da força inibitória da tradição institucionalizada (Ayres, 1960, 2021).

A sua economia política contemplava a transformação, não a eliminação, das instituições cerimoniais e pecuniárias do capitalismo a partir da redistribuição de renda por meio da previdência social e de obras públicas, bem como por tributação progressiva (Ayres, 2021; Mayhew, 2000).

Ayres afirmava que “[p]ara obter respostas significativas, é preciso fazer perguntas significativas. [...] O que é mais importante é obter as melhores respostas possíveis para as melhores perguntas que podemos fazer hoje.” (Ayres, 1963, p. 62, tradução própria)¹²³ Sem embargo, pelo exposto, parece que autor não apresentou respostas adequadas às perguntas propostas por Veblen.

¹²³ No original: “[t]o get significant answers one must ask significant questions. [...] What is most important is getting the best answers we can to the best questions we can ask today.”

Mais, constata-se que Ayres teria alargado o entendimento da realidade ontológica e dual de Veblen, passando a ser vista como uma dicotomia entre tecnologia e instituições, ou em outras palavras, toda tecnologia ou toda instituição geraria progresso ou atraso, respectivamente. A tecnologia era vista como dinâmica e progressiva, o cerimonialismo e as instituições como estáticas e conservadoras. A tecnologia se tornou o único motor do progresso. Por outro lado, as instituições sempre foram seu impedimento.¹²⁴

Depreende-se, então, que a tecnologia em Ayres é simplesmente uma combinação e recombinação de ferramentas, não havendo espaço para a criatividade do cientista ou mudanças revolucionárias nas teorias científicas, assim como as funções instrumentais das instituições são minimizadas. No autor, o processo tecnológico é inerentemente dinâmico, conquanto inexplicável.

A interpretação de Veblen da tecnologia como relacional e não determinista entre agentes e estrutura, inclusive em termos dos poderes causais subjacentes, é consentânea com uma leitura da ontologia social do realismo crítico. Aqui, são múltiplas as oportunidades de pesquisas futuras, incluindo a compreensão do papel central da dinâmica tecnológica.

3.6.2.1 A evolução cultural como decorrência da análise dual de Veblen

Os encontros complexos, dinâmicos e evolutivos dos padrões tecnológicos e cerimoniais caracterizam o processo de vida em sociedade e condicionam o desenvolvimento humano, tanto em termos da satisfação material (necessidades e conforto), quanto da realização das potencialidades humanas (liberdade, igualdade, segurança, democracia etc.). A dinâmica desses processos é a de estar em constante evolução, de forma cumulativa, interdependente, adaptativa, sendo transmitida socialmente pelo conhecimento e pelas tradições.

O comportamento individual na ação coletiva se projeta no instrumento dessa ação que são as instituições, que reforçam, alteram ou mantêm a conduta dos agentes, ou em outros termos, num processo da parte para o todo e do todo para a parte. Tanto a estrutura como o indivíduo estão unidos no processo econômico, assim a sociedade não é mais um dado para a ação individual, mas uma propriedade emergente dessas relações entre as partes e o todo.

¹²⁴ Para Waller Jr. (2022), a teorização de Ayres representa uma ruptura significativa com Veblen ao fazer uso das categorias de análise veblenianas como uma abordagem metodológica. Para Waller o esquema teórico vebleniano é dualista, em linha com o discutido na presente Tese, contudo o autor não estabelece a discussão em termos do nível de análise ontológico, seguindo Hodgson (2010a), que trata das suposições da natureza da realidade como discutido na presente investigação.

Conforme Hodgson (1997, 2002c), o conceito de instituições conecta o mundo microeconômico da ação individual, do hábito e da escolha, com a esfera macroeconômica de estruturas aparentemente distantes e impessoais. A economia institucional de Veblen tem a característica definidora da capacidade das instituições formarem e moldarem os indivíduos a partir de hábitos fundamentais para a ação e a razão. Tais estruturas sociais são o tipo que mais importa na esfera social e constituem o material da vida social.

Para Hodgson (2002c) uma instituição envolve regras codificáveis de interpretação e comportamento, são amplamente seguidas e imitadas em um grupo social, e são enraizadas em hábitos de pensamento e de conduta. Para Lopes (2019), os hábitos, ao se tornarem coletivos e generalizados, moldados pelas circunstâncias e transmitidos culturalmente, formam e reforçam as instituições políticas, econômicas e sociais.

Veblen defendia que as instituições sofriam mudanças ao longo do tempo através de um processo de adaptação seletiva que pode ocorrer por meio do ambiente e da mudança de hábitos de pensamentos dos agentes a novas circunstâncias.

O institucionalista original afirmava que a economia era um processo cumulativo com um fim não previsível; podia ser uma mudança positiva ou negativa, para o bem ou para o mal e apresentar efeitos virtuosos ou deletérios. Nesse sentido, o autor não possuía uma perspectiva otimista sobre a evolução socioeconômica. Tal processo era entendido como um fato opaco, em que a história não tem fim; é radical, absurdista, não teleológica.

Em outras palavras, o bem-estar da sociedade não pode ser definido como um fim absoluto definível, mas os meios para avançar podem ser discernidos ao longo de um *continuum*. Portanto, a evolução é um esquema de causalidade cumulativa cega, no qual não existe tendência, não existe fim, nem consumação.

Sob tal perspectiva, instituições são essenciais, ainda que insuficientes para explicar a mudança e o sentido evolutivo das sociedades. Deve-se acrescentar à análise os indivíduos, não o agente racional, substantivo, hedonista e imutável preconizado pela teoria dominante, mas o ser dotado de instintos e inclinações que são essenciais para a compreensão do seu modo de comportamento – de pensar e de agir. Desse modo, indivíduos e instituições mutuamente interdependentes se ajustam às mudanças ao longo das trajetórias das sociedades.

Para Veblen, uma instituição é um hábito de pensamento comum à generalidade dos homens e as mudanças institucionais são o resultado da conduta dos indivíduos no grupo. Por outro lado, essas instituições agem para reforçar, alterar ou manter o comportamento dos indivíduos. Nesse sentido, há causação e efeitos ascendentes e descendentes, pois os indivíduos, por meio dos hábitos compartilhados socialmente, criam e mudam instituições, assim como as

instituições moldam e restringem os indivíduos. Dessa forma, as instituições se tornam unidades de relativa estabilidade e continuidade ao longo do tempo, sob a qual operam os princípios darwinianos de variação, seleção e herança.

Por outro lado, Veblen refere que a transição dos estágios do desenvolvimento social depende da evolução de conhecimentos técnicos e da melhoria no uso de instrumentos, portanto do desenvolvimento contínuo da tecnologia. Contudo, tal dimensão tem que se dar no pensamento social como traço dominante de forma gradual, pelo crescimento cumulativo de aptidões, hábitos e tradições decorrentes de uma mudança nas condições de vida humana. Com o avanço cultural, a atividade industrial se sobrepôs à atividade pecuniária na vida diária e nos hábitos de pensamento dos indivíduos.

Veblen (1898b, p. 393, tradução própria), então, estabeleceu seu princípio metodológico central: “[...] uma economia evolucionária deve ser uma teoria de um processo de crescimento cultural conforme determinado pelo interesse econômico, uma teoria de uma sequência cumulativa de instituições econômicas declarada em termos do próprio processo.”¹²⁵ Para Veblen, a evolução socioeconômica é idiossincrática e imperfeita; é dependente da trajetória do caminho e carrega a bagagem conservadora do seu passado.

Na análise vebleniana as sociedades evoluem sob a perspectiva institucionalista e evolucionária para tanto a inserção da compreensão do papel dos indivíduos, dos seus hábitos de pensar e agir, da sua habituação, da sua cultura etc. Tais elementos são norteadores para a formulação de estratégias que vão tomar forma sem saber quais, efetivamente, contribuirão para promoção do avanço do estágio cultural da sociedade.

Em Veblen (1898b), o processo de desenvolvimento da estrutura social ocorre sob processos seletivos e adaptativos, uma sequência em desdobramento consecutiva, significando que as mudanças são cumulativas e provisórias, sem termo final em qualquer direção. Indivíduos, instituições e ambientes material e cultural são resultado do processo anterior, um processo evolutivo cego, no qual os resultados em termos evolutivos não são intencionais. O processo do desenvolvimento, sob esse ponto de vista, consoante os valores emergentes da comunidade, envolve disputas, antagonismos, conflitos e incertezas, podendo ocorrer em direção contrária ao almejado.¹²⁶

¹²⁵ No original: “[...] an evolutionary economics must be the theory of a process of cultural growth as determined by the economic interest, a theory of a cumulative sequence of economic institutions stated in terms of the process itself.”

¹²⁶ Campos (2016) refere que o desenvolvimento engloba crescimento econômico, mudanças estruturais na sociedade e melhora das condições de vida da população e que a abordagem institucionalista é a mais adequada para a sua compreensão, desde que sejam aportadas perspectivas complementares como a das especificidades

A vida econômica é constituída por atividades tecnológicas e por atividades cerimoniais. A compreensão desses múltiplos fenômenos do comportamento humano e de seus diferentes efeitos é o escopo da análise econômica. São obras da inteligência e da imaginação como acréscimos advindos da memória, do hábito e do comportamento organizado socialmente (Ayres, 2021). Portanto, são questões relativas ao patrimônio cultural da sociedade, a partir do conhecimento aprendido como conquista social. Ambas atividades empregam inteligência e tradição, trazendo consigo sentimentos de aprovação e desaprovação.

Assim sendo, as instituições são resultantes de processos seletivos e adaptativos que modelam os tipos dominantes de atitudes e aptidões mentais. São métodos de vida e de relações humanas, selecionando os hábitos mentais mais aptos, e esse ambiente mutável leva ao desenvolvimento contínuo das instituições. A mudança das instituições leva à seleção “ulterior” dos indivíduos e de adaptação dos seus hábitos ante as mudanças das circunstâncias de vida, e esse processo constitui o desenvolvimento contínuo da sociedade (Veblen, 1983).

As exigências da vida moderna mudam, segundo Veblen (1900; 1983), não somente os hábitos de vida, mas também a natureza humana. Assim, os interesses coletivos e os individuais não coincidem na sociedade moderna. Enquanto a sociedade tem interesse na eficiência industrial, os indivíduos estão interessados na competição essencial pela sobrevivência. Portanto, as instituições nunca estão adaptadas às exigências do presente. A cada novo desenvolvimento, inicia-se um novo ciclo de ajustamento e esse é o ponto de vista da teoria econômica, ou seja, o processo social contínuo.

Para o autor, a causa mais relevante da mudança institucional é a tecnologia, tornando hábitos de comportamento ultrapassados, forçando a adaptação dos indivíduos ao ambiente em modificação constante. Inovação e tecnologia, além de conflitos de interesse, devem ser objeto de análise de uma ciência que objetiva ser evolucionária, segundo Veblen (1898b; 1906a; 1909; 1914).

históricas e a evolucionária. Menciona também que o estudo do desenvolvimento não estava dentre as preocupações iniciais do institucionalismo original e que *Imperial germany and the industrial revolution*, publicado por Veblen, em 1915, é “uma importante exceção”. Nesse ponto, não se pode anuir com aquele intérprete, eis que em toda a obra de Veblen, desde os textos iniciais, por exemplo, *Why is economics not an evolutionary science?*, de 1898, até os mais tardios, como *The opportunity of Japan*, de 1915, fica clara a preocupação vebleniana com o processo de desenvolvimento cultural determinado pelo interesse econômico ou, em outras palavras, com o processo de assimilação e incorporação das formas e meios das artes industriais e da tecnologia e os efeitos sobre os hábitos de pensamento e de comportamento da comunidade. Enfim, a investigação do processo de desenvolvimento da vida econômica explicado em termos da causação cumulativa sempre foi central para o institucionalista original e esse deveria ser o propósito de uma ciência econômica evolucionária.

Em síntese, os hábitos mentais na sociedade moderna, caracterizada por processos industriais de causação quantitativa e de rotina, estão expostos a uma força compulsória de necessidades tecnológicas (Veblen 1899a, 1983). Nessas sociedades, a classe ociosa age conservadoramente para reverter na direção de hábitos mentais arcaicos, que a evolução industrial, numa “sequência positiva” (Veblen, 1983, p. 148), procura eliminar nos estágios posteriores.

Pelo exposto depreende-se que a análise de Veblen é dual, formada por fatores tecnológicos e cerimoniais que atuam um sobre o outro, ora permitindo, facilitando, ora obstaculizando o desenvolvimento. Nesse mesmo sentido, é dual quanto à agência humana e às instituições, entre o individual e o coletivo. Há tecnologia nas instituições e há instituições na tecnologia. Por outro lado, como visto, Ayres trata a distinção dos aspectos tecnológicos e cerimoniais do comportamento como uma dicotomia, não um dualismo.

O poder de análise da realidade socioeconômica partindo de um paradigma dicotômico – apenas “sim” ou “não” ou nos termos ayresianos “cavalos pretos” ou “cavalos brancos” – é muito limitado, para não dizer incompleto e falho, ou, nas palavras de Mayhew (2000), tolo.

3.6.2.2 Há razão de ser da dicotomia tecnológico-cerimonial?

Hodgson (1992) entende que a evolução da economia em bases darwinianas de Veblen identifica o processo como uma combinação de entidades rígidas e duráveis com seleção e mudança contínua. Não obstante, Hodgson argumenta “[e]m nenhum lugar Veblen sugeriu que tecnologia e instituições são mutuamente exclusivas.” (Hodgson, 2004c, p. 361, tradução própria)¹²⁷ Para esse autor, a dicotomia aparece em trechos das obras de Veblen, no entanto, o contexto é específico, pois “[...] não se encontra uma dicotomia universal entre tecnologia e instituições.” (Hodgson, 2004c, p. 365, tradução própria)¹²⁸ No mesmo sentido, Poirot (2023) refere que a dicotomia não está explícita nos textos veblenianos.

A leitura das obras de Veblen indica que as categorias da análise ontológica veblenianas, em termos do papel exercido na realidade socioeconômica, são essencialmente duais e não dicotômicas, como por exemplo, os homens de negócio e os da indústria, propriedade e tecnologia, proprietários ausenteístas e gerentes perante os cientistas, técnicos e engenheiros, lucro e produção, desperdício social pelo consumo conspícuo e funções sociais

¹²⁷ No original: “[n]owhere did Veblen suggest that technology and institutions are mutually exclusive.”

¹²⁸ No original: “[...] a universal dichotomy between technology and institutions is not to be found.”

benéficas (Veblen, 1983). Tais categorias servem de base à argumentação presente nas obras *The theory of leisure class* (1899), *The theory of business enterprise* (1904), *On the nature of capital I and II* (1908), *The instinct of workmanship and the state of the industrial arts* (1914) e *The engineers and the price system* (1921), variando apenas a ênfase numa ou noutra.¹²⁹

Conforme Ayres (2021), a grande força da revolução cultural é a tecnológica, que se estende de maneira inversa à resistência institucional, um processo indivisível e inevitável que leva ao desenvolvimento econômico. Para o autor, a revolução tecnológica traz seus próprios valores em detrimento de valores mitológicos, tribais ou cerimoniais, e que o fator mais importante na vida econômica de uma sociedade é o seu nível educacional.

Para Ayres (1960), portanto, a chave para a compreensão do desenvolvimento econômico está no dinamismo da tecnologia, no processo tecnológico, na existência objetiva de ferramentas e instrumentos utilizados pelo homem e na possibilidade de combinação e recombinação das mesmas. Segundo Ayres, a explicação do porquê de o dinamismo da tecnologia não ter sido idêntica, no mesmo grau ou taxa, em todas as sociedades, tem origem na ideia de Veblen de que “[...] que o homem está de alguma forma preso entre forças opostas, uma de alguma forma ‘boa’ e a outra de alguma forma ‘má’.” (Ayres, 1960, p. 48-49, grifos do autor, tradução própria)¹³⁰

Para o autor, “[...] o desenvolvimento econômico global de qualquer povo é condicionado pela interação do dinamismo da tecnologia e da força inibitória da tradição institucionalizada.” (Ayres, 1960, p. 50, tradução própria)¹³¹ A sociedade industrial é, na verdade, o produto de uma ampla revolução científico-tecnológica que se deu não menos pela elasticidade permissiva das tradições do que pela força propulsora de uma série única de invenções e descobertas propiciadas pela ciência e pela tecnologia.

A suscetibilidade das instituições à adaptação às circunstâncias mutáveis é bem ilustrada pela instituição da propriedade, que, por definir os procedimentos pelos quais a indústria e o comércio são administrados, é, portanto, de importância estratégica para a sociedade industrial.

¹²⁹ Hodgson (1992) afirma que Veblen não deixou um legado teórico sistemático em termos da tecnologia ou da indústria, por exemplo, contudo o fez na concepção da economia em bases darwinianas, ou seja, em termos da evolução e da mudança cumulativa. Por outro lado, Rutherford (1998b) vai além ao dizer que Veblen sequer deixou uma teoria “utilizável” ou “atraente” da mudança institucional. Já Camici e Hodgson (2011) afirmam que Veblen, embora considerado um dos maiores economistas do século XX, não alcançou o mesmo status de Keynes, Myrdal e Hayek, porque sua contribuição às questões de política econômica foi subdesenvolvida e por não ter dado atenção suficiente à filosofia moral, mesmo que fosse altamente qualificado para tal.

¹³⁰ No original: “[...] that man is somehow caught between opposing force, one somehow ‘good’ and the other somehow ‘bad’.”

¹³¹ No original: “[...] the over-all economic development of any people is conditioned by the interaction of the dynamism of technology and the inhibitory force of institutionalized tradition.”

Como todas as instituições (e as sociedades das quais são manifestações), a propriedade é uma mistura de tradições institucionalizadas e procedimentos tecnológicos.

Ayres (1966) entendia que a mudança ocorre apesar dos impedimentos institucionais, e isso sempre levanta a questão de saber se as mudanças ocorreram por causa ou apesar das instituições existentes. Para o autor, o progresso econômico está condicionado não apenas pelo dinamismo da tecnologia, mas também pelo grau de flexibilidade das suas instituições.

Os argumentos e exemplos trazidos por Ayres (2021), como a evolução das instituições básicas da sociedade, como família, propriedade e Estado, assim como a evolução da ciência e do conhecimento, parecem permitir que se conclua que as instituições se acomodam à mudança social, por meio de mecanismos de poder, coerção e discricionariedade e dessa interação resulta a sua direção e força (Junker, 1982).

Por um lado, o padrão tecnológico não é somente instrumental. Como Ayres menciona, além dos instrumentos, ferramentas e materiais físicos, é formado pelo conjunto de bens imateriais da sociedade, que foram sendo mantidos e aumentados pelo grupo num processo contínuo de evolução.

Da mesma forma, o padrão cerimonial não pode ser entendido operando apenas com base no passado mitológico e tradicional. Tal padrão também é formado por elementos e sistemas de autoridade, controle e legitimação que permitem a racionalização, as conexões e ligações entre ferramentas, instrumentos e técnicas, delimitando, também, o alcance do padrão tecnológico (Junker, 1982).

Ainda assim, a leitura de Ayres indica que os padrões de comportamento tecnológico e cerimonial são categorias estanques, fechadas em si mesmas, com o autor não descrevendo mecanismos de adaptação e variação no processo de desenvolvimento econômico. Além disso, em que pese utilize o termo evolução, a partir de mudanças induzidas pelo processo tecnológico contínuo e pela tecnologia, não é no sentido darwiniano de seleção natural, como compreendido por Veblen. Trata-se, essencialmente, de uma teoria geral de desenvolvimento cujo único aspecto relevante da natureza humana é o componente sociocultural.

Sendo assim, a compreensão desses múltiplos fenômenos do comportamento humano e de seus diferentes conjuntos de efeitos não deve ser feita como se os padrões tecnológico e cerimonial fossem duas realidades irreduzíveis entre si.¹³²

¹³² Segundo Powell (2023), quando a dicotomia é usada como uma heurística para organizar a complexidade do nosso mundo, é uma distinção analítica. O problema surge quando a distinção se torna metodológica – quando é transformada em um princípio de valor pelo qual o progresso é identificado com o aumento da instrumentalidade e a diminuição dos hábitos cerimoniais de pensamento e comportamento. Nesse caso, no entendimento de Powell, a dicotomia torna-se “ontologizada” como um “dualismo” antitético à análise

Por tal perspectiva, esses dois conjuntos de realizações humanas estão presentes num todo contínuo e se condicionam mutuamente e, talvez, a ênfase à tecnologia feita por Ayres tenha sido deliberada como força argumentativa e para chamar a atenção daqueles que, como os economistas neoclássicos, entendiam a tecnologia como externa à estrutura social da sociedade, dada em seus modelos formais e equações de solução em equilíbrio. Como consabido, o progresso técnico só foi incorporado nos modelos neoclássicos de crescimento em meados do século XX.

Pode-se, ainda, conjecturar que Ayres vivia em plena era do petróleo, do automóvel e da produção em massa, se forem consideradas as cinco revoluções tecnológicas da história do capitalismo, conforme Perez (2002), o que o teria levado a um determinismo tecnológico, portanto a uma visão parcial da realidade.¹³³ Para o autor, a combinação de ferramentas leva a mais ferramentas e, conseqüentemente, a uma maior capacidade de manipular o mundo natural, bem como à mudanças na estrutura institucional, todavia não há instituições adequadas à dada tecnologia.

Se em Ayres o fator principal está no dinamismo do processo tecnológico numa sociedade caracterizada pela indústria, em Veblen o fator germinal está nos encontros dinâmicos, cumulativos, de dependência relacional mútua e multinível entre as partes integrantes de um sistema, mutuamente determinadas e dependentes de propriedades emergentes, dos fatores tecnológicos e institucionais. Em Veblen, importam a agência humana e a estrutura institucional; em Ayres, a ênfase é cultural, pois os homens agem como agem por causa das sociedades em que vivem. Em Veblen, indivíduos e instituições importam; em Ayres, a ênfase está na tecnologia.

Assim, seguindo a terminologia de Heidegger (2012), a estrutura ôntica que Veblen faz uso para compreender a realidade socioeconômica abarca entes materiais – naturais e artificiais, como os decorrentes da tecnologia – bem como valores, pensamentos e elementos metafísicos, como a relação entre o todo e as partes e entre as partes e o todo. De outro lado, a estrutura

evolucionária ao destacar um aspecto universal do comportamento humano como um critério universal que define o progresso.

Embora Powell chegue a conclusões semelhantes às da presente Tese, o autor confunde ontologia com metodologia, dois dos níveis de análise da realidade, seguindo Hodgson (2010a), bem como as acepções dos termos dicotomia e dualismo, conforme discutido na seção 3.6 da presente investigação.

¹³³ Não se pode deixar de mencionar que Ayres (1961, 2021) estava consciente que a tecnologia também poderia ser utilizada para fins de destruição e aviltamento, como guerras e cometimento de crimes. A guerra é um fenômeno cultural, para Ayres, sustentada por princípios cerimoniais, como honra e glória, independente do progresso da ciência e da tecnologia em si que eram uma realidade significativa na experiência humana.

ôntica ayresiana é basicamente materialista, fixada no caráter essencialmente tecnológico e científico do processo de desenvolvimento da civilização humana.

Nesse sentido, a estrutura ôntica vebleniana é mais adequada para a investigação ontológica que é extensível a todos os tipos de sociedade e períodos da história, embora essencialmente centrada ao modo de produção capitalista ou, na linguagem do autor, do sistema de preços, enquanto a ayresiana tem como foco a era do petróleo, do automóvel e da produção industrial em massa.

Em resumo, os encontros dinâmicos e evolutivos dos aspectos tecnológicos e cerimoniais caracterizam o processo de vida em sociedade e condicionam o desenvolvimento humano, tanto em termos da satisfação material (necessidades e conforto), quanto da realização das potencialidades humanas (liberdade, igualdade, segurança, democracia).

Isso posto, o pensamento de Veblen é caracterizado pela riqueza analítica associada à diversidade, por priorizar o entendimento integral dos fenômenos da realidade, dando ênfase à explicação teórica, geral e/ou específica, em oposição ao procedimento metodológico da economia convencional que considera os componentes socioeconômicos tomados isoladamente.

Como o próprio autor leciona, é fundamental uma diferença de atitude (Veblen, 1898b) em relação ao escopo, ao método e ao significado da economia e das suas possibilidades para compreender a realidade socioeconômica e, com isso, a crítica, por exemplo, à desigualdade socioeconômica, à irracionalidade do processo produtivo – a sabotagem como estratégia para ganhos diferenciais –, à influência política do poder corporativo e aos hábitos de exploração e predação.

À vista do exposto, a análise vebleniana não é dicotômica; é dual, pois abarca dimensões que se complementam para dar sentido explicativo à realidade socioeconômica. Veblen contrasta e alterna sistematicamente sua discussão dos elementos institucionais e culturais com os tecnológicos ou materiais. Sua análise da dinâmica cultural e material da sociedade oscila, flutua entre essas entidades ontológicas, bem como as compara e relaciona demonstrando possibilidades, restrições e distinções, possibilitando a compreensão da diferenciação de e entre sociedades, culturas ou períodos específicos.

Trata-se de um recurso textual argumentativo que leva em conta o indivíduo, a cultura, a história e a sociedade destinatária das suas análises, com evidente intencionalidade discursiva: levar o leitor ao pensamento crítico a partir das diferentes estruturas e processos socioeconômicos que fazem parte da realidade como um todo relacionado, não como opostos – tal qual a interpretação equivocada de Veblen por Ayres. Talvez, Ayres tenha

ficado na superfície ou não tenha conseguido absorver as figuras de linguagem presentes nos textos veblenianos.

Sendo assim, não há razão de ser da dicotomia tecnológica-cerimonial nos termos ayresianos, pois Veblen foi além de uma presumida oposição entre tecnologia e cerimonialismo como alicerce para fundamentar a sua concepção da realidade socioeconômica como um processo evolucionário crítico. A estrutura ôntica e ontológica vebleniana dão conta da estrutura, dos mecanismos e dos processos causais inerentemente cumulativos, dinâmicos, em constante desenvolvimento, mas, sobretudo, multirrelacionais entre indivíduos e instituições.

O pensamento vebleniano permite o conhecimento de e sobre fenômenos e processos econômicos, um entendimento que envolve reflexão, apreciação e crítica consciente. A amplitude e a profundidade de ideias, explicações e o fundamento filosófico do seu pensamento, vão muito além de qualquer conhecimento presente na história do pensamento econômico.

Portanto, deve-se aprofundar o conhecimento da realidade, de fato e urgentemente, a partir de uma ontologia explícita, por meio da compreensão dessa dinâmica dos processos sociais: um processo em constante evolução, cumulativo, interdependente, adaptativo e transmitido socialmente pelo conhecimento e pelos hábitos de comportamento e de ação.

4 ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO COM BASE NA ONTOLOGIA VEBLENIANA

Afirmativamente, como explicitado ao longo da presente Tese, a análise institucional original de Thorstein Veblen abrange instituições e muito mais. Busca-se compreender a ação e o comportamento do indivíduo que condiciona, canaliza e modifica a formação e o desenvolvimento de instituições que, por sua vez, condicionam, canalizam e modificam a ação individual. Tal processo é evolucionário, a partir de um mecanismo causal cumulativo, consecutivo, interdependente e com propriedades emergentes, no qual fatores e forças sociais atuam na economia via mudanças tecnológicas e institucionais para responder às condições e exigências da vida. A ontologia vebleniana é fundante da ciência econômica, bem como para uma reflexão crítica da realidade.

Em nosso país, o caráter específico do processo de formação socioeconômica foi estudado por um conjunto de pesquisadores, ao longo do tempo, conhecidos como intérpretes do Brasil, dentre outros: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro, Darcy Ribeiro e Celso Furtado. Não há, numa primeira aproximação, um escopo analítico comum. Pelo contrário, diferenças e contribuições genuínas de cada autor conformam a análise dos condicionantes da evolução socioeconômica do país, tendo como pressuposto que tais análises envolvem especificidades históricas, elementos econômicos, culturais e institucionais.

Para tanto, a partir de elementos teóricos de Thorstein Veblen, buscou-se indicar a possibilidade de convergência ou, pelo menos, de diálogo, a partir da relação entre indivíduos, instituições e hábitos de pensamento e de comportamento presentes na formação socioeconômica do Brasil, tendo por base as percucientes análises dos intérpretes selecionados.

Tais autores transitam no campo ontológico vebleniano ao examinar como a sociedade brasileira evoluiu, adotando uma metodologia e um tratamento da investigação da formação histórica e social da economia sob a perspectiva de como o processo tomou forma no país, nos seus vários enfoques e etapas de forma dinâmica, ao longo do tempo, num movimento cego em meio à incerteza.

Trata-se de uma espécie de prognóstico de como veem a evolução de forma muito similar ao que Veblen faz na obra *A teoria da classe ociosa*. Elucidativo, também, são os elementos que Veblen traz em *Absentee ownership* (1923) e na Introdução da *Laxdaela saga* (1925b) e, por analogia, pode-se traçar um paralelo com a formação

socioeconômica brasileira: o ganho material de uns pela força e fraude, o consumo conspícuo e os efeitos da pobreza e da opressão social resultantes da promoção dos interesses adquiridos.

Para que isso ocorra, a inserção dos indivíduos, os seus hábitos de pensamento e de comportamento, da sua cultura, da sua habituação são elementos norteadores e formuladores das estratégias que vão tomar forma sem saber quais seguirão, quais serão generalizados e enraizados efetivamente na sociedade, portanto um processo sem fim previsível, não teleológico.

Todos esses autores analisados não têm perspectiva do ponto de chegada à definição da interpretação que constroem, não nutrem uma perspectiva otimista do desenvolvimento econômico, não indicam que instituições vão gerar eficiência ou justiça social. A ênfase está no processo de mudança e de transformação socioeconômica brasileira, uma análise da realidade em termos da tensão entre ruptura e regularidade, de disputas, antagonismos e conflitos.

Esses são alguns elementos da ontologia vebleniana que se pode identificar nos autores selecionados. Todos compartilham com Veblen uma ligação entre sistema econômico, inclinações psicológicas e formação cultural. A forma como o desenvolvimento econômico ocorre no processo histórico gera sucessos ou fracassos estruturantes e fundantes do comportamento humano e tal perspectiva está presente nos intérpretes do Brasil. Em comum, também, o ecletismo teórico, o inconformismo com o saber convencional das teorias tradicionais e sua aplicação, parafraseando Faoro, mais transplantada do que adaptada a países como o Brasil.

As obras consultadas dos intérpretes brasileiros selecionados evidenciam análises do processo de mudança e transformação socioeconômica do país, ao longo do tempo, evidenciando adaptação dos meios e dos fins que se modificam com o avançar do processo de forma cumulativa. Análise de estruturas de poder, do papel econômico do Estado, da mudança social e do papel cultural são exemplos de dimensões trabalhadas pelos autores.

4.1 A REALIDADE SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA A PARTIR DE ELEMENTOS DA ONTOLOGIA VEBLENIANA – INTÉRPRETES SELECIONADOS

A formação socioeconômica brasileira e as causas do seu atraso foram temas de ampla discussão ao longo do século XX, em especial, a partir dos anos 30, e análises referenciais, como as de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Raimundo Faoro, Celso Furtado e Darcy Ribeiro, em que pese não haja um escopo analítico comum,

ainda fundamentam o debate atual. Pelo contrário, diferenças e contribuições genuínas de cada autor conformam a análise dos condicionantes da evolução socioeconômica no país, tendo como pressuposto que tal análise envolve especificidades históricas, elementos econômicos, culturais e institucionais.

A partir disso, o presente trabalho busca, a partir de uma análise exploratória, realizar uma avaliação comparativa entre as interpretações e propostas dos autores selecionados a respeito da evolução socioeconômica brasileira e das causas do atraso tendo por embasamento teórico o pensamento institucionalista de Veblen.¹

Consideram-se os três primeiros autores como pertencentes à “Geração de Ouro” dos anos 30, enquanto Faoro, ao lado de Celso Furtado, representam o estado da arte do pensamento social brasileiro dos anos 50. Por fim, Darcy Ribeiro em sua fase antropológica, dos anos 70 em diante, como expoente desse campo do conhecimento.

Analizam o desenvolvimento socioeconômico brasileiro a partir da interação entre instituições e indivíduos, com seus instintos e hábitos de pensamento. Compartilham preocupações histórico-evolucionárias, holísticas e, entre outras, metodológicas em oposição às teorias tradicionais de países centrais, em que pese suas distintas formações intelectuais. A sociedade brasileira, para esses autores, está sempre em processo de tornar-se, com a estrutura institucional em constante evolução, a partir da interação indivíduo-instituição, ou seja, da ação e relações humanas, incluindo os aspectos sociais e culturais, bem como os fatores individuais dos fenômenos socioeconômicos.

Em comum, são autores que pensaram a formação socioeconômica do Brasil a partir da reconstituição do passado e das suas origens, tendo consciência sobre o presente da nação, para, a partir daí, formular e pensar alternativas para o futuro do país.

Tais autores buscaram analisar as forças sociais que condicionaram e canalizaram a formação socioeconômica e o exercício da escolha e do comportamento individuais. Por exemplo, instintos e hábitos de pensamento de indivíduos e instituições, como: a “família patriarcal” de Freyre; o “homem cordial” de Holanda; o “sentido da colonização” de Caio Prado; o “estamento burocrático” e o “patrimonialismo estatal” de Faoro; a “atualização histórica” de Darcy Ribeiro, que define a inserção subalterna dos povos atrasados formas socioculturais tecnologicamente avançadas; e, as ideias de Celso Furtado de “hábito de

¹ Para uma análise da tecnologia e da institucionalização da dependência brasileira, a partir de uma interpretação institucionalista vebleniana, consulte Zulian (2022). Para uma análise do desenvolvimento da trajetória institucional e tecnológica brasileira, a partir de uma aproximação das abordagens neoinstitucionalista e evolucionária, ver Amorim (2023).

consumo” e “emulação do comportamento” das classes dominantes europeias e norte-americanas para criar um padrão local, além da concepção do “subdesenvolvimento”.

Assim, numa primeira aproximação, mesmo que tenham ficado conhecidos como autores weberianos, como Sérgio Holanda e Raimundo Faoro,² ou marxistas, como Caio Prado e Darcy Ribeiro ou, ainda, ecléticos como Gilberto Freyre³ e Celso Furtado,⁴ pelo exposto, pode-se afirmar que suas análises contêm elementos compatíveis aos de Veblen, e são essas as conexões que se almeja demonstrar como base para agenda de pesquisa futura.

² Os trabalhos de Weber e Veblen transcendem fronteiras disciplinares e incluem elementos econômicos, sociológicos e filosóficos. Contemporâneos, pois escreveram entre o final do século XIX e início do século XX, propuseram análises históricas e teóricas destinadas a explicar as origens das sociedades modernas. Se nas obras de Veblen encontra-se uma análise da evolução cultural e da dinâmica das instituições, a de Weber concentra-se nas causas e na dinâmica do processo evolutivo e histórico orientado pela eficiência produtiva e comercial que culminou no capitalismo moderno. A comparação entre esses autores foi tratada, entre outros, por Hédoïn (2009) Kilpinen (2004) e Tilman (2011). Kilpinen (2004), por exemplo, diz que há pontos em comum genuínos no pensamento teórico de Veblen e Weber, sendo que a principal diferença entre os autores está na apreciação do papel da psicologia na análise social. Enquanto o segundo não dá importância, o primeiro a entende como fundamental para a compreensão econômica.

³ Pallares-Burke (2005) destaca que Freyre se inspirou na sociologia de Herbert Spencer, de Franklin Giddings e na antropologia de Franz Boas, dentre outras influências. Giddings e Boas foram professores de Freyre no mestrado cursado na Universidade de Columbia, no início dos anos 1920, aquele ministrando disciplinas de sociologia, cujo foco era o surgimento e o desenvolvimento da civilização e da democracia, dos sistemas sociais e das suas relações com o ambiente, e Boas que, em seus cursos de antropologia, apresentava uma discussão dos métodos de investigação relacionados ao desenvolvimento histórico das condições culturais, além do progresso da civilização e das causas mais importantes que influenciam o desenvolvimento cultural. Para a comentadora, Freyre era um leitor eclético e tinha grande habilidade de dialogar com diversos interlocutores, consumindo e transformando os conhecimentos que adquiria. De Spencer, via Giddings, teria retirado seu interesse pela filosofia do equilíbrio de antagonismos, da relatividade do conhecimento, da complexidade da realidade e a ideia de que o homem é uma natureza em mudança. De Boas teria se inspirado na relevância dos efeitos culturais e ambientais sobre os traços hereditários, e fonte para o *insight* da mestiçagem ser o elemento central para o equilíbrio de antagonismos, não só étnica como culturalmente enriquecedora. De Veblen, ainda segundo Pallares-Burke, Freyre incorporou a noção de consumo conspícuo para caracterizar os cuidados com os escravos como sendo de ostentação patriarcal.

Importa referir que, para Hodgson (2004c), muito antes de Veblen, Giddings caracterizava a teoria econômica anterior como não evolucionária e pré-darwiniana, defendia a seleção natural e entendia a sociologia como uma tentativa de explicar a origem, crescimento, estrutura e atividades da sociedade pela operação de causas e da interação dos seus membros dando origem a algum nível de propriedades emergentes. Sobre Boas, Hodgson (2004c) afirma que via a cultura e o ambiente social como a maior influência no caráter e inteligência humanos, sendo provável que teria influenciado Veblen ao rejeitar esquemas universais de evolução cultural ou social, como os desenvolvidos por Spencer, e na ênfase dos papéis causais da cultura e do instinto no comportamento humano.

⁴ Como afirmado em outra oportunidade, Celso Furtado desenvolveu um arcabouço teórico independente, tendo por objeto o entendimento da realidade econômica e social, que o ajudou a compreender o processo do atraso socioeconômico de países como o Brasil (Panassol, 2020). Sua inspiração, segundo o próprio autor, foi o positivismo, entendido como a primazia da razão, a teoria antropológica da cultura ou a sociologia americana, e Marx, por intermédio de Karl Mannheim (Furtado, 2001). Freire d' Aguiar (2020) acresce que a sociologia alemã de Max Weber e Georg Simmel e historiadores como Henri Pirenne e Werner Sombart foram referências importantes na obra de Furtado. Maia e Souza (2020) destacam que as análises culturais de Furtado foram fortemente influenciadas pela antropologia americana, especialmente a escola antropológica difusionista cultural de Franz Boas. Segundo os autores, a teoria difusionista consiste em centros geográficos que irradiam e difundem sua vitalidade cultural, de forma cíclica, a outros espaços sociais. Ainda, conforme Maia e Souza, Boas defendia que a construção histórica de hábitos e práticas compartilhadas na vida social devem ser compreendidas a partir de suas particularidades e do seu contexto histórico.

Os perspicazes estudos feitos por esses intérpretes consistem em observações da realidade socioeconômica que envolvem elementos da ontologia vebleniana, ou seja, reflexões críticas do desenvolvimento nacional como um processo evolucionário, com fatores e forças que abarcam o indivíduo e a sociedade, bem como mudanças institucionais e tecnológicas, ao longo do tempo. A análise da nossa identidade, por exemplo, a partir de dualidades, de tipos ideais, como o aventureiro e o trabalhador, em Holanda, e dos tipos de dominação carismático, racional e tradicional, em Faoro, trazem na essência análise de instintos proeminentes e hábitos de comportamento socialmente aceitos na nossa sociedade.

Tendo em conta que considerações gerais sobre as sociedades humanas não podem dizer nada específico sobre diferentes formas culturais ou muito pouco sobre todas as circunstâncias, defende-se que a análise da evolução socioeconômica, com fundamento na ontologia da realidade vebleniana, em especial, a identificação de mecanismos processuais e causais da mudança, transcendendo disciplinas e conectando diferentes perspectivas teóricas, deve envolver tanto aspectos relativos à estrutura institucional quanto à inovação tecnológica, assim como os relativos à agência humana.

Para os intérpretes selecionados, as causas do atraso brasileiro deveriam ser buscadas, de maneira analítica, na história e nas singularidades do seu processo formativo, não adiantando compará-lo a modelos abstratos ou importados de outras realidades. Dessa maneira, com fundamento no método histórico-estrutural, a partir de observação da realidade socioeconômica brasileira, analisaram as singularidades do seu processo formativo, e refletiram sobre a modernidade do país, não a simples modernização ou um desenvolvimento como “matéria de decretos”.

4.1.1 Gilberto Freyre

Gilberto Freyre nos trabalhos seminais *Casa-grande & senzala* (1933), *Sobrados e mucambos* (1936) e *Ordem e progresso* (1957) procura discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas hereditárias e os de influências sociais, de herança cultural e de meio.

Para o autor (2006a), a identidade nacional brasileira decorre de “um processo de equilíbrio de antagonismos”, como os da economia e da cultura, do bacharel e do analfabeto, do senhor e do escravo, da tradição patriarcal e do processo de “europeização”, num processo harmônico possibilitado pela miscigenação. Para Freyre, o patriarcalismo é o centro da formação social brasileira, da sua estruturação e mudança, constituindo-se na base das relações sociais, políticas, religiosas e econômicas.

Em Freyre (2013), a “modernização” ou “europeização”, que chega ao país, no século XIX, com a vinda da família real portuguesa, possibilita a urbanização, novos hábitos, costumes e papéis sociais. A partir desse período, o conhecimento técnico e a valorização do talento individual, além da aplicação de capitais, antes destinados ao tráfico negreiro, na introdução da “máquina” e na constituição de um incipiente mercado capitalista, modificaram o poder patriarcal, antes de caráter pessoal, familiar, para impessoal, estatal. Contudo, tais mudanças moldaram novos antagonismos sociais que vieram a plasmar o povo brasileiro, a partir de um “amalgamento de raças e culturas”, num processo de acomodação e adaptação.

Para Freyre (2004), apesar da falta de um plano de desenvolvimento, entre o fim do Império e início da República, houve certo “progresso”, representado pela mudança tecnológica, econômica e cultural do país, porém a evidência é que foi “enormemente dificultado” pela ordem social dominante patriarcal e escravocrata, isto é, pelo conservadorismo social e autoritarismo político.

Segundo o autor, o estudo da formação social do Brasil não deve se limitar à análise de aspectos econômicos. A análise do desenvolvimento da sociedade que aqui se formou deve envolver elementos biológicos, dados pela miscigenação, ou das “raças”, conforme nomenclatura da época, econômicos, pela técnica escravocrata de produção, e sociológicos, pela interpenetração de culturas.

O português mudou o rumo da colonização de uma base mercantil para uma agrícola fundada na grande lavoura de monocultura para exportação, tendo por condições a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho pela escravidão, a união com indígenas e negros, “num constante ajustamento e reajustamento de valores de cultura”, influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam. O “espírito político e de realismo econômico e jurídico”, decisivos para a formação nacional, consiste nas “grandes famílias proprietárias e autônomas”, na qual o esforço do empreendimento teve capitais e esforço particular – instalação, defesa, porém recebendo privilégios de mando e de jurisdição. Para a Coroa: “um povoamento sem ônus”.

Também uma nova política social, o aproveitamento da gente nativa, principalmente, da mulher como instrumento de trabalho, elemento cultural (drogas e remédios, higiene pessoal, por exemplo) e elemento de formação da família escravocrata da Casa Grande. Esse é o grande fator colonizador do Brasil, segundo Freyre, uma força social que se constituiu na “aristocracia colonial mais poderosa da América”.

Da leitura de Freyre, pode-se depreender que a miscigenação das três “raças” – índios, brancos e negros, formou o “tipo ideal” do homem moderno para os trópicos, constituindo-se

na principal contribuição à civilização ocidental. Uma “fusão harmoniosa” de tradições diversas, ou antes, de culturas antagônicas, mediada pela influência africana, aproximando extremos: a cultura europeia e a indígena. Um aproveitamento máximo de valores e experiências de povos atrasados pelo adiantado, uma contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. Assim, na análise de Freyre, a miscigenação de “raças” teria formado uma sociedade em que os extremos (senhores e escravos) se aproximaram, corrigindo a grande distância social entre eles. Nossos problemas não são, portanto, oriundos das diferenças de “raça”, do racismo e da discriminação, mas sim de desigualdades sociais.

Nesse sentido, a partir da obra seminal do autor pernambucano, à luz do arcabouço teórico de Veblen, é possível identificar instintos, hábitos de pensamentos e instituições que orientam e conduzem a ação humana do brasileiro, vindo a se constituir em unidades de seleção evolutivas veblenianas.⁵ Sobretudo, que o estudo da formação social do Brasil não deve se limitar à investigação de aspectos econômicos. A análise do desenvolvimento da sociedade que aqui se formou deve envolver elementos biológicos, dados pela miscigenação dos povos, econômicos, pela técnica escravocrata de produção, e sociológicos, pela interpenetração de culturas.

4.1.2 Sérgio Buarque de Holanda

Sérgio Buarque de Holanda tem como foco a identidade nacional do homem cordial, fruto da família patriarcal e da herança cultural, que embasa a dicotomia entre o público e o privado. Nessa imbricação, as relações pessoais sobrepõem-se às impessoais, numa tentativa de compreender a formação histórica da nossa sociedade, assim como os problemas que nela persistem.

Holanda explora em *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, questões culturais, sociais e comportamentais, que marcaram a formação socioeconômica brasileira, desde o desleixo e certo abandono da colonização, em seu início, até culminar com a abolição da escravatura, em 1888, episódio que “assume significado singular e incomparável” em nossa “evolução nacional” (Holanda, 2014, p. 85).

⁵ Em *Ordem e progresso* (2004, p.398), Freyre cita Thorstein Veblen como um autor “quase de todo ignorad[o] [...] pelos brasileiros mais cultos” do período, a saber, entre o fim do Império e os primeiros decênios da República.

Na referida obra, a exploração dos trópicos pelos portugueses deixou marcas na formação da cultura brasileira. Tal exploração, fundada na grande propriedade agrícola e mão de obra escrava africana, não se deu de forma metódica e racional; pelo contrário, se fez com falta de rigor e de método. Foi uma típica política predatória orientada pela riqueza fácil que se adaptou às circunstâncias e às conveniências de produção e de mercado, contudo impediu um maior esforço de cooperação entre as demais atividades produtivas.

Segundo o autor, o português não contribuiu tecnologicamente com a produção agrícola; antes, fez uso de técnicas e ferramentas que eram utilizadas por índios, retrocedendo do arado europeu para a enxada e fazendo largo uso de queimadas como método de desbravamento de terras. O português absorvia costumes e hábitos indígenas e africanos; americanizava-se ou africanizava-se sem qualquer orgulho de “raça” permitindo uma plasticidade que diminuía o sentimento de distância social entre senhores e escravos.

Holanda faz uso de tipos ideais weberianos que divergem e que são opostos entre si – o homem aventureiro e o trabalhador, o semeador e o ladrilhador, o rural e o urbano e o patrimonialismo (privado x público).

O autor analisa a incessante busca por posições de nobreza, a aversão a qualquer tipo de trabalho regular, a falta de moral ao trabalho, a falta de organização, a frouxidão das estruturas sociais, da ordem e os maus hábitos, e a consolidação das relações pessoais e afetivas, ao invés das impessoais, que são traços característicos dos nossos colonizadores que persistiram na sociedade brasileira. Aborda, também, a religião, o status e a importação de “preceitos”, tais como os ideais positivistas, como fundantes da nossa sociedade sem a preocupação da análise se ajustar ou não ao país, ou em outras palavras, uma identidade sem crítica, sem contexto, uma “periferia sem centro”, com uma crença exacerbada no poder das ideias.

A cultura da personalidade, que atribui valor próprio da pessoa humana, a autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço, constitui o traço mais decisivo na evolução dos países ibéricos e são marca do brasileiro. Esse, busca na reverência, no respeito à autoridade, a possibilidade de convívio mais familiar, no desejo de estabelecer intimidade. Utiliza diminutivos como maneira de reduzir tudo ao plano afetivo, ao círculo de intimidades, de se fazer mais acessível aos “sentidos” e ao “coração”.

O foco da identidade nacional está no homem cordial, fruto da família patriarcal e da herança cultural, em que as relações pessoais e afetivas se sobrepõem às impessoais, numa tentativa de compreender a formação histórica da nossa sociedade, assim como os problemas que nela persistem.

O conceito de homem cordial em Holanda fundamenta as relações de poder nas esferas pública e privada. Se na esfera privada essas relações servem para fazer amigos, antes do que conquistar um cliente, e a partir daí auferir ganhos, status e benesses, no setor público as relações de poder embasam ganhos financeiros ao próprio governante ou a prestar favores e retribuições a amigos e parentes dependentes de tal função. Na acepção do autor, a cordialidade era um problema da nossa sociedade e ainda persiste como um empecilho para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

São marcas da sociedade a frouxidão da estrutura social e a falta de hierarquia organizada, eis que toda ordenação se funda necessariamente em privilégios, uma “irracionalidade” segundo o autor. O prestígio pessoal tem mais importância do que privilégios hereditários, assim como a falta de solidariedade de interesses. Tal solidariedade só existe onde há “vinculações de sentimento mais do que relações de interesse”, isto é, no recinto doméstico ou entre amigos. A admiração pela vida de senhor, sem esforço ou dedicação, constitui uma aversão aos empreendimentos estáveis.

O característico da vida brasileira parece ser, na concepção do autor, uma acentuação idiossincrática do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação, ou melhor, um enfraquecimento das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Tal cordialidade não contempla apenas sentimentos positivos e de concórdia, é alheia a qualquer formalismo ou convenção social. A inimizade também emana do coração, assim como a amizade, portanto procede do íntimo do indivíduo, do familiar. Assim, há o predomínio do elemento emotivo sobre o racional. O traço “cordial”, um estilo de convivência humana plasmado pelo ambiente rural e patriarcal, é oposto às regras de “civildade e urbanidade”.

O Estado é deficiente em manter o monopólio da autoridade pela confusão de comportamentos em relação ao que é público e privado. No Estado patrimonial as funções e os benefícios são direitos pessoais dos funcionários e não interesses objetivos da coletividade, como se dá no Estado burocrático.

A escolha dos homens para um cargo no Brasil se dá a partir da confiança, faltando a impessoalidade que caracteriza o Estado burocrático. As funções públicas são reservadas aos senhores da terra – únicos cidadãos reconhecidos na Colônia, com isso plasmando hábitos de pensamento rurais nos cargos estatais e atividades iminentemente urbanas.

Assim, no Estado brasileiro opera a lógica da esfera privada sobrepondo-se à esfera pública e à recusa de formalismos e normas jurídicas que definam as relações burocráticas e qualquer determinação pessoal, fazendo do brasileiro incapaz de agir com base na razão. No Brasil, argumenta Holanda, “cada indivíduo afirma-se ante aos seus semelhantes indiferente

à lei geral, onde esta lei contrarie suas afinidades emotivas, e atento apenas ao que o distingue dos demais, do resto do mundo” (Holanda, 2014, p. 185).

Não há gradação entre a família patriarcal rural e o Estado que se constituiu no país; antes, opera uma oposição entre condições herdadas do passado – a mentalidade patriarcal e personalista – e as condições urbanas e industriais que a evolução social requeria. O Estado teria que transgredir a ordem familiar por meio de iniciativas individuais e de concorrência entre cidadãos (Aguilar Filho, 2019).

Embora faça uso weberiano de tipos ideais que divergem e que são opostos entre si, isto é, utiliza a proximidade dos contrários como enfoque dos caracteres desenvolvidos no Brasil e para embasar sua discussão do Estado brasileiro e das suas propostas de modernização, pode-se aplicar o referencial de Veblen para demonstrar que “a falta de coesão social”, a tensão entre continuidade e a mudança social, enfim, a instabilidade institucional é uma marca enraizada da sociedade brasileira.

4.1.3 Caio Prado Júnior

Também foi objeto de análise a contribuição de Caio Prado Júnior para quem a história da formação e da evolução socioeconômica brasileira está assentada na categoria central “sentido da colonização”.

Para tanto, o autor vai além das determinações econômicas em seu esquema interpretativo analisando as “relações, os processos e as estruturas que constituem as configurações sociais de vida” (Ianni, 1989, p. 65), embora a inserção do Brasil no capitalismo mundial se dê de forma dependente dos fatores externos e em função daqueles produtos com maior rentabilidade comercial.

Conforme o trabalho seminal de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo*, publicado em 1942, o início do século XIX marca uma fase decisiva para a evolução brasileira nos aspectos social, político e econômico, sendo que a transferência da sede da monarquia portuguesa e os atos preparatórios para a emancipação política do país são apenas acontecimentos que se passam na superfície da sociedade; debaixo, existem processos complexos que são importantes para a compreensão do desenvolvimento nacional, inclusive o Brasil de hoje.

Os fundamentos da nacionalidade foram erigidos sobre instituições fundamentais que se organizaram e se desenvolveram desde o início da colonização: um sistema colonial marcado pelo povoamento de um imenso território semideserto e uma organização de

vida que diferia daquela que havia aqui e da portuguesa, que empreendeu a ocupação do território. Nas palavras de Caio Prado (2011, p. 8-9, grifo do autor), tal processo histórico é marcado por:

[...] um organismo social completo e distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente, e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mais precisamente uma certa “atitude” mental coletiva particular.

Para o autor, esse sistema colonial de instituições econômicas, políticas e sociais se esgotou no início do século XIX e passou a demandar um profundo processo de transformação e de renovação que ainda não se completou: a evolução da economia colonial para a nacional. O Brasil contemporâneo (o dos meados do século XX, quando escreveu a obra) estava sendo erigido sob tal base colonial e um século e meio de vicissitudes.

Tradições e anacronismos na estrutura econômica e social, como o trabalho livre que ainda não havia se organizado, um traço do regime escravista, e a produção extensiva voltada para o exterior, marcavam o Brasil que tentava se transformar, seja por forças internas ou por fatores “estranhos”. Também se conservavam relações sociais de classe de cunho colonial marcadas, não apenas em termos materiais, mas de estatuto moral. Para Caio Prado (2011, p. 11) esse “[...] passado que parece longínquo, mas que ainda nos cerca de todos os lados.”

Segundo Caio Prado, o conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais de todo povo é marcado por um certo “sentido”, uma determinada orientação na sua evolução que permite compreender e explicar a história de uma nação. O caso brasileiro constitui um “episódio” ou “um pequeno detalhe” na nova ordem imposta pela dominação europeia, a partir do século XV, em decorrência da expansão ultramarina e comercial de países como Portugal, Holanda e Inglaterra. A tais países não interessa povoar; apenas explorar.

O autor distingue o caráter da colonização, de um lado, das zonas temperadas como colônias de “povoamento” à imagem e à semelhança do modelo e origem europeu, que serviram como escoadouro de excesso populacional, a partir de “resíduos” de lutas político-religiosas e de transformações econômicas na Europa, em especial, na Inglaterra com o deslocamento em massa da população dos campos, e de outro, o das zonas tropicais. É nessas que surgirá “um tipo de sociedade inteiramente original” a partir do ajustamento entre a tradição mercantil da empresa do colono branco, que recruta trabalho entre indígenas e negros importados, e o que

as condições naturais proporcionam para a produção de matérias-primas de grande valor comercial para o mercado externo.

A colonização dos trópicos, destinada a explorar os recursos naturais em proveito do comércio europeu, toma o aspecto de uma grande empresa comercial, com extensas unidades produtoras rurais, dirigidas por colonos europeus, que passaram por um processo de adaptação e de seleção às diferentes condições da Europa. O caráter voltado para fora marcará profundamente a dimensão socioeconômica das colônias de zonas tropicais, a partir do branco europeu que vem especular, recrutando mão de obra, investindo na produção de itens de alto valor comercial, assim, articulando uma organização puramente produtora, mercantil.⁶

Nesse sentido, a história da formação e da evolução socioeconômica brasileira, a exemplo de outras colonizações de zonas tropicais, está assentada na categoria central “sentido da colonização”, uma “linha mestra e ininterrupta” ligando de maneira indissociável nosso destino ao dos países europeus, aos avanços e retrocessos de sua política, cultura e economia. Tal sentido se manifesta na grande propriedade, na monocultura e no trabalho escravo que embasaram a atividade econômica colonial, assentada na agricultura, na mineração e no extrativismo, assumindo um caráter dominante através dos séculos da formação do país, gravada de maneira “profunda” nas estruturas brasileiras, em especial, na econômica.

Assim, a inserção do Brasil no capitalismo mundial se dá de forma dependente dos fatores externos e em função daqueles produtos com maior rentabilidade comercial. As atividades produtivas davam-se como resultado da sucessão de ciclos produtivos dependentes de conjunturas comerciais favoráveis, ciclos de desenvolvimento, fases de intensa e rápida prosperidade, ou de circunstâncias desfavoráveis, etapas de declínio, de estagnação e decadência, de produtos voltados para o mercado externo: pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração, algodão, café, borracha e cacau. Como afirma o autor, nos “constituímos para fornecer” tais produtos para o exterior e é sob o interesse daquele comércio que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras, “nada mais que isto”, prolongando-se “até nossos dias”.

A essência da nossa formação, portanto, está orientada ao exterior via produção e exploração mercantil, assentada no grande latifúndio, na monocultura e no escravagismo, um caráter orgânico, permanente, estável da evolução nacional. Por outro lado, há uma dimensão inorgânica daqueles que estão fora do circuito principal, constituindo uma economia de

⁶ Em *Absentee ownership and business enterprise in recent times: the case of America* (1923), Veblen aborda a diferença de colonização entre a América Latina e a norte-americana: a primeira se deu como pilhagem dos recursos; a segunda, como exploração ordenada dos mesmos. Há um evidente paralelo com a análise de Caio Prado, nesse ponto.

subsistência, de homens livres, com produção voltada para o mercado interno. Essa unidade de contrários se constitui em elemento típico da formação socioeconômica brasileira ao longo da sua evolução histórica.

A formação brasileira, nas palavras de Caio Prado (2011, p. 29), é “[...] voltad[a] para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que [organiza] a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país.” Como consequência, a desigualdade e o patriarcalismo como elementos típicos da formação socioeconômica brasileira ao longo da sua evolução histórica de colônia a nação.

Na obra em comento, Caio Prado destaca, ainda, que a sociedade colonial se definiu pela desagregação e pela inércia que propiciou uma relativa estabilização da estrutura colonial, marcada pela escravidão e pelas relações que dela derivam entre indivíduos e culturas largamente díspares (indígenas do continente, brancos europeus e negros africanos), bem como por oportunidades e perspectivas acanhadas e mesquinhas.

Para o autor, a base moral e psicológica que marcam a formação do Brasil decorre de uma certa “[u]niformidade de sentimentos, de usos, de crenças, de língua. De ‘cultura’, numa palavra.” (Caio Prado, 2011, p. 367, grifo do autor)

Caio Prado afirma que toda a sociedade organizada se funda na relação de dois instintos primários do homem: o econômico e o sexual. O primeiro é definido pelo trabalho que proporciona ao indivíduo seus meios de subsistência. O segundo consubstancia as relações de família.

No caso brasileiro, o instinto econômico é caracterizado pelo trabalho servil e pelo “[...] estímulo para a ‘ociosidade’ que, para os senhores, resulta do trabalho entregue inteiramente a escravos. É esta uma atitude psicológica [...]” (Caio Prado, 2011, p. 368, grifo nosso), marcada pela indolência e ócio que culminam com o trabalho escravo forçado pelo açoite e tronco. Mas também é um “traço profundo e inerraiável do caráter brasileiro” que os estímulos europeus para as atividades econômicas – ganância e participação em bens – não lhes dizem respeito.

Por outro lado, no Brasil, o instinto sexual é marcado por uma base não familiar decorrente do padrão de emigração – quase sempre de indivíduos isolados que vieram se aventurar, da instabilidade e insegurança econômica que os faziam partir sempre em busca de oportunidades, e da escravidão.

Enfim, conforme Caio Prado, o sistema de colonização brasileira, um resultado de “hábitos viciados de pensamento”, produziu uma sociedade marcada pela instabilidade,

incoerência e dispersão do povoamento, pela pobreza e miséria na economia, pela incorporação apressada de povos e culturas tão diferentes entre si e pelo trabalho servil. A dinâmica natural do processo da colonização – exaurimento dos recursos extrativos, o contingente populacional à margem da atividade produtiva que só contemplava dois termos – senhores e escravos – resultou na incapacidade de sustentar a estrutura social que levou ao movimento da Independência.

Em *História econômica do Brasil*, de 1945, destaca as mudanças nos hábitos da Colônia com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Com a chegada, a introdução de conforto e luxo desconhecidos, trazidos por costumes estrangeiros, além do status da nobreza que todos queriam imitar – necessidades e aspirações (“títulos, condecorações e honrarias”) antes ignoradas que, não sem exceção, desequilibraram as finanças públicas (a maior parte dos gastos “não era mais que desperdício” para sustentar a “chusma de palacianos”) e a de certas classes da população.

Caio Prado (1976) refere, ainda, o homem de negócios como espírito que surgiu com a República: a ânsia de enriquecimento, de prosperidade material do indivíduo com suas atividades e atenções voltadas para o objetivo único de enriquecer. No Império tal homem de negócios era figura de segundo plano.

Ao descrever o processo de industrialização brasileira, do início do século XX, o autor refere que a maior parte das indústrias viveu parasitariamente das elevadas tarifas alfandegárias e da contínua depreciação cambial, não tendo havido “a luta pela conquista e alargamento de mercados que constitui o grande estímulo das empresas capitalistas, e o responsável principal pelo progresso vertiginoso da indústria moderna.” Os industriais, ao primeiro sinal de dificuldades, “se solidarizavam em *pools* e agrupamentos destinados a controlar, limitar e repartir a produção” buscando usufruir uma situação pacífica e cômoda (Caio Prado, 1976, p. 199).

Em *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*, publicado originalmente em 1957, Caio Prado (1966) faz uma aguçada crítica à teoria econômica do capitalismo formulada nos países desenvolvidos e transportada às economias periféricas. A partir dessa análise, lança as bases e os fundamentos de uma “[...] teoria econômica que seja expressão legítima da experiência própria dos países subdesenvolvidos [...]” (Caio Prado, 1966, p. 229), fonte de transformação e de superação da condição dependente por meio de uma identidade nacional e autônoma. Nas palavras do autor, para isso “[...] impõe-se uma política econômica inspirada em concepções originais ditadas pela especificidade das condições em que eles hoje se acham. O que requer uma nova teoria econômica.” (Caio Prado, 1966, p. 214). Já na obra

História e desenvolvimento, de 1968, Caio Prado (1989) lança luz sobre a perspectiva do desenvolvimento e as críticas às teorias econômicas convencionais.

Da análise caiopradiana da formação da sociedade brasileira e dos condicionantes do seu processo de evolução se depreendem elementos veblenianos para a compreensão do Brasil contemporâneo, caracterizado pelo subdesenvolvimento socioeconômico, pela concentração da riqueza e pelo baixo nível de desenvolvimento tecnológico, que é subordinado aos ditames do sistema capitalista internacional. Entre os elementos que conformaram indivíduos e instituições e o sentido da evolução socioeconômica brasileira, incluindo intenções, propósitos e crenças, destacam-se alguns aspectos como os instintos econômico e sexual que têm paralelo aos instintos predatório e de inclinação parental presentes nas discussões de Veblen, e outros fatores que se amoldam à temática vebleniana, como o proprietário absenteísta, o ganho pecuniário, o consumo conspícuo e a emulação de status social.

4.1.4 Raymundo Faoro

Considerou-se, também, tendo em vista os elementos institucionalistas originais de Veblen, o trabalho de Raymundo Faoro que tem como foco as estruturas sociais e as relações de poder presentes na sociedade brasileira, em especial o “estamento burocrático”,⁷ termo utilizado para descrever uma sociedade de caráter patrimonialista, baseada em estruturas institucionais e políticas centralizadas e não racionais que abrem espaço a privilégios extraeconômicos e decisões pautadas no interesse do Estado.

Faoro, em *Os donos do poder: formação do patronato político*, publicado em 1957, entende a especificidade do atraso econômico e social do Brasil a partir da herança política e administrativa de Portugal que perdura como “ecos” na sociedade brasileira até os dias atuais. Para entender tal processo, discorre sobre seis séculos de história de Portugal e do Brasil, de D. João I, com a Revolução de Avis e o início da expansão ultramarina, até Getúlio Vargas, concluindo que uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais. No argumento do autor, tal estrutura é explicada por um tripé de categorias: o capitalismo politicamente orientado, ou capitalismo político; o patrimonialismo estatal; e, o estamento, um estrato social com efetivo comando político numa ordem de conteúdo aristocrático.

⁷ Tal expressão tem conotação weberiana (Iglésias, 1976), embora Faoro, no Prefácio da segunda edição de *Os donos do poder*, afirme não seguir “[...] a linha de pensamento de Max Weber.” (Faoro, 2012, p. 13)

Em Portugal, entre o tráfico costeiro e o comércio moderno das grandes navegações, houve o aparecimento da burguesia desvinculada da terra, capaz de financiar a mercancia. Houve, também, uma instituição centralizadora, o príncipe, e o Estado se constituiu na empresa do governante. Assim, as bases do capitalismo de Estado, politicamente condicionado, que floresceu ideologicamente no mercantilismo, “doutrina, em Portugal, só reconhecida por empréstimo”, sufocou a burguesia pela supremacia da Coroa. Ao “contrário da dinâmica da sociedade de classes, se [projetou] de cima para baixo”, melhor dizendo, todas as camadas sociais orientavam suas atividades “dentro das raias permitidas”, se submetendo “as regras convencionais fixadas” (Faoro, 2012, p. 62).

A atividade comercial e marítima representa o elemento decisivo que definiu o gênero de vida nacional português. Desde o “berço” Portugal esteve voltado para um “destino patrimonial”, de “preponderância comercial”, com o comércio condicionando o “destino do reino”, meio natural para financiar a reconquista e a independência. Tal trajetória culminou nas grandes navegações a partir dos séculos XIV e XV.

O gigantismo dos órgãos de troca, do comércio, o precário enriquecimento da burguesia que exerceu papel de intermediário entre as nações, não favoreceu a atividade industrial, que decorre de estímulos, favores, privilégios, incólume às intervenções governamentais e que integraria sociedade e Estado. A atividade mercantil, desvinculada da agricultura e indústria, não permitiu a acumulação de capitais no país. Era resultado da especulação e não do trabalho continuado, do cálculo e da poupança.

Tal ideologia mercantilista venceu resistências e fundou o Estado patrimonial português, uma ideologia passiva, que não se pode dissociar do sistema ou da estrutura social cujos “[...] fundamentos sociais e espirituais reúnem-se para formar o Estado patrimonial [...]”, uma criação calculada e consciente (Faoro, 2012, p. 32). Para não perder privilégios, se adaptou, se moldou às circunstâncias.

O mercantilismo português, herdado pelo Estado brasileiro, fixou-se num ponto fundamental: o papel estatal dirigente e interventor na atividade econômica. Transposto para o Brasil, o capitalismo político se regia a partir de privilégios originados nos monopólios reais, nos arrendamentos de tributos e nas vendas dos cargos públicos, típicos de um Estado patrimonial que se caracterizava pelo centralismo e pelo poder pessoal. Tem-se um povo (nação) que não se reconhece no Estado (governo), pois esse se projeta como autônomo e independente, porém fortemente centralizado e autoritário.

Tal capitalismo político é assentado sobre o estamento burocrático, uma minoria de caráter patrimonialista, um grupo aglutinado na concepção da tradição, da honra e,

posteriormente, da lei, que atuou, fundamentalmente, no interesse da sua perpetuação e de seus privilégios extraeconômicos, de forma a não permitir que surgissem as condições para o desenvolvimento do capitalismo industrial, moldando rigidamente a sociedade brasileira desde os seus primórdios e, assim, retardando a modernização do país. O poder não emana do povo, tem dono, o patronato político que adquire “[...] conteúdo aristocrático, da nobreza da toga e do título.” (Faoro, 2012, p. 836)

Segundo o autor, o capitalismo dirigido pelo Estado anula a esfera das liberdades públicas, baseadas sobre as liberdades econômicas, como livre concorrência e exercício profissional, em oposição aos monopólios e concessões reais. É um “acidente”, um “desvio” entre a tribo e o Estado universal.⁸ É uma realidade histórica e social, não é um modelo arbitrário, mas um “tipo ideal” cujos traços conformam o conceito da realidade.

O “[...] Estado se aparelha, grau a grau, sempre que a necessidade sugere, com a organização político-administrativa, juridicamente pensada e escrita, racionalizada e sistematizada pelos juristas.” (Faoro, 2012, p. 60) Tal corporação de poder, com imposição de vontade sobre a conduta alheia, se estrutura no estamento.

Nesse sentido, o estamento político, marca do indivíduo que aspira privilégios do grupo, se fixa no prestígio e na honra social: a um modo ou estilo de vida; à certas maneiras de polidez, fineza, educação; o prestígio de pessoas que pertencem a esse grupo, muitas vezes, hereditariamente. Não há distinção entre ricos ou pobres, proprietários ou homens sem bens; nessa corporação de poder a elevação social se dá pela desigualdade social.

A entrada no estamento depende de “qualidades” que se cunham na personalidade. “O estamento, quadro administrativo e estado-maior de domínio, configura o governo de uma minoria [...]” (Faoro, 2012, p. 107), um segmento que se apropria do Estado. Portanto, para o autor, o estamento é uma categoria autônoma, superior à sociedade, que se apropria de oportunidades econômicas, de monopólios de atividades lucrativas e de cargos públicos.

Em Faoro o estamento está acima das classes sociais e impede-as de se formarem, conduzindo o ritmo das transformações que lhe convém, que permitam que se perpetue no tempo, por meio de um capitalismo politicamente orientado. Em tal estrutura há supressão da sociedade civil pelo Estado por meio de uma dialética interrompida, na qual a classe se inferioriza e subordina perante o estamento.

⁸ Pode-se identificar aqui linhas do pensamento hegeliano que, como defendido no capítulo 2 da presente Tese, trata da evolução da humanidade desde a família até um Estado universal para a consecução da liberdade como objetivo maior da existência humana.

A supremacia é do Estado, onde a dominação tradicional torna-se de patriarcal à patrimonial e estamental, com o estamento burocrático apropriando-se dele ao transformá-lo numa “gigantesca empresa de tráfico”, em prejuízo da nação. Nas palavras do autor, “Estado e nação, governo e povo, dissociados e em velado antagonismo, marcham em trilhas próprias, num equívoco renovado todos os séculos, em contínua e ardente procura recíproca [...]” (Faoro, 2012, p. 114), frustrando o advento de uma nação em essência brasileira.

Todos os empreendimentos são obra do soberano, que tutela os indivíduos, incapazes de seguirem sozinhos. O Estado se envolve com o empresário, que especula e domina crédito e dinheiro para beneficiar seus membros. O mercado mundial pressiona a economia interna, obrigando a empresa particular, pobre de recursos, a se amparar no Estado criando, assim, um círculo vicioso imposto, “[...] subjugado pelo estamento, com suas tradições, normas jurídicas e pendores espirituais [...]” (Faoro, 2012, p. 63), retardando a modernização do país. Para o autor:

[...] o patrimonialismo se amolda às transições, às mudanças, em caráter flexivelmente estabilizador do modelo externo, concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação, com suas manipulações financeiras, monopolistas, de concessão pública de atividade, de controle do crédito, de consumo, de produção privilegiada, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia. (Faoro, 2012, p. 823-824)

O Estado molda o governante que, concebido e restringido pelo quadro que está à sua volta, “[...] governa o estamento e a máquina que regula as relações sociais, a ela vinculadas.” (Faoro, 2012, p. 827) Provê, tutela os interesses particulares, concede benefícios e incentivos, distribui mercês e cargos, dele se espera que faça justiça sem atenção às normas objetivas e impessoais. A lei, a constituição, segundo Faoro, em regra escritos semânticos ou nominais sem correspondência com a realidade. “A legalidade teórica apresenta, ressalvada a elegância da frase, conteúdo diferente dos costumes, da tradição e das necessidades dos destinatários da norma.” (Faoro, 2012, p. 833) Dessa forma, “[a] vida social [é] antecipada pelas reformas legislativas, [...] assim como a atividade econômica será criada a partir do esquema, do papel para a realidade.” (Faoro, 2012, p. 833)

Em Faoro, o intento de modernização de um Estado que se pretendia moderno, a despeito de permanecer preso aos interesses particulares, impede o pleno desenvolvimento das liberdades da sociedade e a modernidade do país. Esse Estado adota o mercantilismo como a técnica de operação da economia e incorpora do capitalismo moderno, “de índole industrial”, a racionalidade da técnica sem, contudo, “aceitar-lhe a alma”. Assim, mesmo se moldando às

mudanças, ocidentalizando-se a partir do alto, impondo à nação um padrão forâneo, dita um caráter estabilizador à sociedade.

Para o autor, o “capitalismo comercial” ou o “capitalismo politicamente orientado” direcionou a colonização do país e o desenvolvimento da estrutura social brasileira, marcando o atraso da nação. Tal capitalismo é assentado, segundo Faoro sobre o estamento burocrático, grupo aglutinado na concepção da tradição, da honra e, posteriormente, da lei, e que atuou, fundamentalmente, no interesse da sua perpetuação, de forma a não permitir que surjam as condições para o desenvolvimento do capitalismo industrial, moldando rigidamente a sociedade brasileira desde os seus primórdios.

É a resiliência da forma patrimonial que obsta a “modernidade” econômica e política de toda a sociedade, permitindo apenas a “modernização”, de cima para baixo, que privilegia os setores dominantes (Faoro, 1992). O caminho para a “modernidade industrial” não passa pela edição de decretos,⁹ mas sim pela ruptura com a classe dirigente, no caso brasileiro, do estamento burocrático, do desenvolvimento de uma verdadeira identidade nacional irradiada ao povo, assentada, portanto, na cidadania, a partir da força interna de sua cultura moldando técnicas e padrões próprios de consumo.¹⁰

Raimundo Faoro entende, portanto, a especificidade do processo do atraso econômico e social do Brasil a partir da herança política e administrativa de Portugal que perdura na sociedade brasileira: o capitalismo politicamente orientado; o patrimonialismo estatal; e, o estamento burocrático. Assim, está na “herança portuguesa” a permanência das velhas características que moldam a constituição do Estado e da sociedade brasileira.

Contudo, em Faoro, a análise do Estado está centrada no seu poder e na burocracia que está a serviço do soberano (rei, príncipe, presidente), não a burocracia racional weberiana, impessoal, neutra e não política. O autor tem aversão a tal estado patrimonialista e ao estamento burocrático, um grupo de pessoas reconhecido pelo Estado que o segue politicamente em prol de ganhos, de privilégios e no interesse da sua perpetuação, de forma a não permitir que surgissem as condições para o desenvolvimento do capitalismo industrial e, dessa maneira, moldando rigidamente a sociedade brasileira desde os seus primórdios e, assim, retardando a modernização do país. Nesse sentido, o Estado precede, está acima da sociedade, legislando em

⁹ Nesse sentido, Faoro (1992, p. 20), afirma que “[u]ma elite não pode, pela compulsão, pela ideologia, gerar a nação”.

¹⁰ Em Faoro (2012) há claras linhas veblenianas, tais como: o consumo improdutivo que transmite prestígio ao estamento burocrático, sendo que tal prestígio é fonte de poder sobre as massas; que tal desperdício de consumo impede o cálculo racional do desenvolvimento industrial; o consumo de tempo e de fortuna no ócio; a indignidade do trabalho etc.

proveito próprio, conduzindo e supervisionando os negócios públicos que se confundem com os interesses privados.

Os indivíduos devem sempre ser considerados em seus contextos evolutivos, históricos e institucionais. A deliberação racional não é possível, exceto por meio da interação com a estrutura das instituições sociais e os elementos de análise de Faoro permitem uma leitura à luz da ontologia vebleniana, mais do que agenda de pesquisa, elementos para política em termos institucionais.

4.1.5 Celso Furtado

A obra de Celso Furtado (1977, 1983, 2001, 2008) foi selecionada não por ter sido um economista brasileiro reconhecido internacionalmente, até porque outros o foram, mas esses não apresentaram análises substantivas da realidade nacional como aquele. Para Furtado a inserção dos países da periferia, como o Brasil, no sistema internacional do trabalho era assentada na adoção de padrões de consumo tidos como “mimetismo cultural” (ou consumo demonstrativo), no privilégio das minorias e na dependência tecnológica.

Para Furtado, a ciência econômica é uma ciência social que tem como objeto de estudo a dinâmica da realidade social e das suas estruturas, incluindo os sistemas de decisão, as estruturas de poder, os conflitos e as lutas que são decisivas à sua evolução (Furtado, 1977). O autor era crítico das teorias tradicionais dada a limitação do seu poder explicativo, em especial, em relação à especificidade do subdesenvolvimento de países como o Brasil, cuja realidade socioeconômica deveria ser objeto de observação a partir do método histórico-estrutural, aliando teoria com ação política.

O desenvolvimento econômico, para o autor, consiste num processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas é satisfeito por meio da diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas.

Por outro lado, subdesenvolvimento é menos sua caracterização como uma sociedade atrasada, pré-capitalista, mas sim constituída por um “dualismo estrutural”, no qual coexiste uma economia agrícola atrasada com uma “cunha” capitalista, criando, assim, um desequilíbrio, uma instabilidade recorrente. Assim, Furtado definiu o subdesenvolvimento como um processo histórico particular constitutivo da expansão desigual do capitalismo, sendo um enorme avanço sobre a visão “etapista” preconizada por Rostow.

Em *Dialética do desenvolvimento*, Furtado (1964) aponta, além das questões institucionais, as características históricas, ou estruturais, como elementos importantes, que exigem uma análise multidisciplinar da industrialização e do desenvolvimento no Brasil.

Furtado detecta que as relações econômicas, principalmente as inovações científicas, têm mudado com muito mais rapidez que a estrutura social, criando uma pressão por transformações. A técnica, parâmetro exógeno em permanente modificação nas sociedades modernas, assumiria o papel central na transformação, possibilitando revelar uma ordem de mudança na evolução histórica. As inovações tecnológicas põem em marcha uma série de reações que passam a reproduzir-se *ad infinitum* – um modelo dinâmico do tipo do "princípio cumulativo" à la Myrdal: causam um aumento na produtividade média do sistema, que, por sua vez, causa maior disponibilidade de bens e serviços, que, posteriormente, causa maior impulso ao desenvolvimento científico, assim possibilitando novos avanços tecnológicos.

As mudanças sociais têm origem na introdução das inovações que podem ter origem endógena na cultura ou serem tomadas de empréstimo de outras culturas. Tal introdução repercute no conjunto da estrutura social, provocando as referidas reações, que só podem ser captadas por um modelo dinâmico. Mas a introdução de inovações não é realizada sem resistências que resultam, muitas vezes, em conflitos sociais.

Mudanças na estrutura econômica acarretam transformações na estrutura social, em decorrência de determinadas condições históricas. Nas sociedades capitalistas desenvolvidas, a ciência assegura o avanço da tecnologia, essencial para a formação do capital que, às vezes, encontra obstáculos institucionais: persistência de formas anacrônicas de distribuição de renda que se materializam em vigor insuficiente de demanda final para consumo ou investimento. Para mitigar tal situação, Celso Furtado defende a introdução do planejamento por meio de política fiscal, visando a formar as expectativas dos agentes, propiciar racionalidade econômica ou redirecionar investimentos (Furtado, 1964).

Os principais entraves existentes nas economias subdesenvolvidas são a exiguidade da inovação tecnológica, tomada basicamente de fora, e a abundância na oferta de trabalhadores. Os países subdesenvolvidos não são atrasados por não terem adentrado na modernidade, e sim porque fizeram "com o pé esquerdo", tarde e em posição subalterna.

O movimento constante dessas transformações cumulativas resulta inevitavelmente em conflitos sociais, dado que haverá resistência de grupos que ocupam posições privilegiadas. De outro lado, a existência da propriedade privada dos meios de produção torna o conflito permanente. Há, então, segundo Furtado (1964), em evidente linha vebleniana, dois tipos de

conflito: um em relação ao passado, às estruturas que vão caducando diante da marcha da história, e o outro permanente, atual, mantido pelas próprias características do capitalismo.

O anacronismo das estruturas, ou na linguagem vebleniana, o conservadorismo das instituições, pode retardar, desfigurar ou impedir o desenvolvimento das forças produtivas. Já o conflito entre as classes pela distribuição dos ganhos de produtividade força a constante renovação tecnológica para que não se diminua o ritmo de acumulação do capital. Assim, faz-se necessário um permanente aumento de produtividade, que pode conviver com a constante pressão distributivista do conflito de classes sem entrar em colapso. Nesse caso, o conflito é permanente e tem um papel fundamental na dinâmica de reprodução capitalista (Furtado, 1964).

Em Celso Furtado, entende-se que o progresso tecnológico se introduz de início pelo lado da demanda, com a sociedade periférica se modernizando antes do desenvolvimento da economia (Furtado, 2008). Todavia, o fator dinâmico dessas economias é a importação de formas de consumo “imitadas” dos países centrais e a organização da produção e a distribuição da renda são condicionados por elementos institucionais (Furtado, 1983). Segundo o autor, as classes dominantes se constituem em grupos que obtêm do Estado garantias institucionais de que o projeto de desenvolvimento se oriente a partir dos seus interesses.

Na obra furtadiana, um grupo social assentado no sistema de poder tem a capacidade de gerar ou de se apropriar do excedente social, fruto do progresso técnico e que se constitui no fundamento do processo do desenvolvimento. O exercício de tal poder pode se dar pelo controle da criatividade artística, científica ou tecnológica, bem como pelo controle e manipulação de informações, e a sua reprodução contínua possibilita a estabilidade das estruturas sociais no tempo.

Para Furtado, está implícito na criatividade um elemento de poder e o agente que o exerce se coloca na posição de motor do sistema econômico (Furtado, 1977, 1983, 2008). Conforme o autor, os países subdesenvolvidos devem superar o atraso por meio da resolução dos seus problemas estruturais, via ação política fundada nos valores fundamentais da cultura de cada sociedade (Furtado, 1999, 2002).

Furtado via o Estado e a burocracia racional como fundamentais para superação do atraso em função das prioridades sociais e, mais do que isso, para o alcance da homogeneização social. O Estado é o fiador do projeto de desenvolvimento, que possui um sentido e precisa ser induzido por meio de uma ação política em prol de um projeto de desenvolvimento nacional, preservando os valores fundamentais específicos da cultura nacional. Para tanto, tem convicção na técnica do planejamento – “grande invenção do capitalismo moderno” – para coordenar as

decisões econômicas, no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e para tornar eficaz o processo de formação de capital propiciando racionalidade econômica. Tal instrumento deve estar a serviço de uma política de modificação das malformações estruturais econômicas e, sobretudo, das sociais, contudo não deve destruir as bases da criatividade ou a capacidade de inovar, de improvisar e de enfrentar os problemas de maneira racional (Furtado, 1999).

A partir da obra furtadiana pode-se compreender que nas economias subdesenvolvidas, que absorvem quase totalmente uma nova tecnologia por empréstimo, a adaptação das estruturas sociais é mais complexa. Há excedente de mão de obra, distribuição de renda mais extrema, demanda por bens finais pouco vigorosa, apropriação do excedente pela classe dirigente encontrando pouca resistência dos trabalhadores, o que acaba originando formas de consumo suntuoso ou orientando o investimento para o exterior.

Portanto, deve-se realizar uma análise do processo do subdesenvolvimento do Brasil, para que seja possível superar a situação do atraso. O subdesenvolvimento é entendido como um processo histórico autônomo, e não como uma fase necessária que as nações precisam cumprir para atingir o desenvolvimento econômico, possuindo duas características essenciais: a heterogeneidade estrutural interna e o grau de dependência externa, a partir da adoção de padrões culturais, isto é, da importação de formas de consumo “imitadas”, de países centrais.¹¹

À vista disso, o verdadeiro desenvolvimento vem da capacidade de fazer os homens agentes de transformação, de si mesmos e da sociedade em que vivem: um processo global de transformação da sociedade ao nível dos meios e dos fins. Constata-se, assim, que há conexão da obra de Furtado com a de Veblen, a partir da compreensão das raízes institucionais que marcaram o processo de desenvolvimento do Brasil.

4.1.6 Darcy Ribeiro

Em *O processo civilizatório*, de 1968, Darcy Ribeiro (2000) faz uma revisão crítica das teorias da evolução sociocultural, em especial, a eurocentrista, e propõe um novo esquema para as etapas do desenvolvimento humano, além de identificar as causas da desigualdade dos povos americanos.

Darcy Ribeiro destaca que os três motores básicos da evolução são as invenções e descobertas, a difusão e a compulsão social aculturativa. Para o autor, a história “genética” das

¹¹ Furtado (2002, p. 78, grifo do autor) sintetiza sua reflexão crítica de que pode haver crescimento sem desenvolvimento como uma “dicotomia ‘desenvolvimento-subdesenvolvimento’”.

sociedades humanas consiste numa sucessão de revoluções tecnológicas e de processos civilizatórios de prover a subsistência e organizar a vida social. Essas sucessivas revoluções tecnológicas são caracterizadas pelo caráter acumulativo do progresso tecnológico, pelas relações recíprocas entre o equipamento tecnológico empregado numa sociedade com a natureza, com os seus membros, da interação permanente com outras sociedades, e o “patrimônio simbólico dos modos padronizados de pensar e de saber” que se expressam por meio da conduta social, das crenças e dos valores.

O autor desenvolve os conceitos de “atualização histórica”, “aceleração evolutiva”, “atraso cultural”, “estagnação cultural” e “regressão cultural” pelos quais analisa os processos de desenvolvimento das sociedades humanas em termos tecnológico e social.

Por “atualização histórica” Ribeiro define a inserção subalterna ou reflexa dos povos atrasados às formas socioculturais tecnologicamente mais avançadas, assumindo o desenvolvimento tecnológico como o critério básico distintivo da evolução de um povo. Já o conceito de “aceleração evolutiva” delimita a possibilidade de desenvolvimento autônomo do sistema produtivo das sociedades via revolução tecnológica, incluindo a reforma de suas instituições sociais para que se ajustem de um a outro modelo de formação sociocultural, estando no indivíduo as condições de transformação e de superação.

De outro lado, Darcy Ribeiro caracteriza como em “atraso cultural” aquelas sociedades cujo sistema adaptativo se baseia numa tecnologia de mais baixo grau de eficácia produtiva do que as possuídas por sociedades contemporâneas. Já aquelas sociedades que estão à margem do processo de desenvolvimento tecnológico, permanecendo idênticas a si mesmas enquanto outras progridem, o autor define como em “estagnação cultural”. Por fim, por “regressão cultural” descreve as sociedades que envolvem seu sistema produtivo ou a forma de ordenação social, seja pela utilização destruidora de uma tecnologia, por movimentos de classes dominantes ou como resultado do contato com outras sociedades.

Ribeiro afirma que a evolução sociocultural consiste num processo interno de transformação e autossuperação que se gera e se desenvolve dentro das culturas, a partir do ajuste imperativo do homem ao ambiente, dos elementos da natureza humana que chama de “extraculturais”, da relação com outras culturas e da comunicação, uma herança cultural transmissível de geração a geração, num processo de adaptação sobre o meio.

Para o autor, os elementos “extraculturais” são os decorrentes da estrutura biológica do homem, como inteligência, flexibilidade e socialização, resultantes do processo de evolução no curso do tempo, assim como as circunstâncias culturais associativas que permitem a

sobrevivência e a multiplicação biológica e os contingenciamentos de natureza psicológica que, embora difíceis de precisar, dão unidade essencial aos seres humanos.

Esses condicionamentos concatenam as atividades humanas através das gerações em sequências evolutivas. Capaz de variação, a cultura evolui por adição de corpos de significado e de normas de ação, enquanto a natureza evolui por mutação genética. Para Ribeiro (2000, p. 10) a cultura difunde-se pela “[...] aprendizagem, [podendo] experimentar mudanças rápidas, propagá-las sem grandes limitações espaciais ou temporais, e redefinir-se permanentemente, compondo configurações cada vez mais inclusivas e uniformes.”

Contudo, teoriza Darcy Ribeiro, em que pese o poder determinante das inovações tecnológico-produtivas no curso do desenvolvimento das sociedades e das culturas, há “forças dinâmicas” de natureza social ou cultural que condicionam ou limitam a exploração do progresso tecnológico. Para o autor, essas últimas forças são observáveis em análises de alcance reduzido no tempo, ao contrário daquelas que demandam uma investigação de longo alcance.¹²

Em *O Brasil como problema*, Ribeiro (2015a) caracteriza o grupo de pessoas que mais exercem influência na organização e condução da sociedade brasileira. De um lado, o patronado, que tira seu poderio da propriedade e da exploração produtiva; de outro, o patriciado, formado pelos que mandam por meio do desempenho de cargos públicos, como os políticos, os tecnocratas e tantos outros. A função desses é a ordenação legal e jurídica da sociedade para que o patronato possa explorar irresponsavelmente a riqueza nacional.

O caráter de tais elites, segundo Ribeiro, são a causa do atraso do país, uma classe que só pensa em seu próprio benefício e que implantou um sistema “perverso e pervertido” que produz um “subdesenvolvimento autoperpetuante”. Para o autor, essas elites retrógradas são as responsáveis pelo reacionarismo intrínseco da sociedade brasileira, pela exclusão social e pelo papel periférico na economia mundial.

Já em *O povo brasileiro*, Ribeiro (2015b) realizou uma interpretação própria do Brasil, dando especial atenção às misturas raciais como definidoras da identidade brasileira. Estuda a construção da cultura brasileira em suas múltiplas vertentes, a saber culturais, históricas, econômicas e sociais, bem como o modo de ordenação da sociedade alicerçada contra os interesses do povo. Como um “povo novo” o autor entende que a identidade brasileira é inacabada, que se reinventa com o passar dos anos a partir das suas culturas plurais num

¹² A *teoria da classe ociosa*, de Veblen, foi utilizada por Darcy Ribeiro nos estudos temáticos comparativos como uma obra “de grande utilidade” junto de livros de Weber, Sombart e Mannheim, dentre outros.

processo de deculturação e aculturação na formação de uma cultura própria e única.¹³ A miscigenação, a partir de indivíduos desenraizados, foi a propulsora de uma nova identidade e o elemento essencial para criar o povo brasileiro: por essência, multicultural e híbrido, formando uma sociedade mais homogênea em termos linguísticos e culturais e, também, uma das mais coesas socialmente.¹⁴

Para o autor, o atraso brasileiro, marcado por disparidades, contradições e antagonismos, tem no patrimonialismo, no autoritarismo, no desinteresse das classes dominantes e na submissão ao sistema econômico capitalista mundial elementos que impedem a evolução tecnológica que permitiria a autonomia do país, em clara linha institucionalista.

Aqueles atributos classificáveis no conceito, antes referido, de “atualização histórica” impedem o país de uma “aceleração evolutiva” efetiva e transformadora e a causa está no modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população. Para Ribeiro (2015b, p. 330) “[n]ão há, nunca houve, aqui um, povo livre, regendo seu destino na busca de sua prosperidade.” Há sim, segue o autor, uma massa explorada por “[...] uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção do seu próprio projeto de prosperidade [...]”.

Da mesma forma que nos demais Intérpretes selecionados, em Darcy Ribeiro há elementos analíticos da formação da sociedade brasileira, uma marca do curso histórico do seu desenvolvimento, que podem se conectar com a análise ontológica vebleniana da agência e da estrutura institucional, em especial, o proprietário absenteísta, o ganho pecuniário e predatório, além das categorias tecnologia e instituições para a análise da realidade socioeconômica.

4.2 O ATRASO INSTITUCIONAL BRASILEIRO

Como cientista Veblen não construiu um mundo para que esse se adequasse a sua formulação teórica; descreveu-o como é. Para isso, não fez uso do método como fetiche (“engenhosidade formal”), tampouco uma teoria formal nebulosa, em que se confunde começo com resultado final (Mills, 2017).

¹³ Franz Boas (1858-1942), que transformou radicalmente pressupostos e abordagens antropológicas com a introdução da matriz culturalista, influenciou Veblen (Hodgson, 2004), Freyre (Freyre, 2006) e Darcy Ribeiro (Ribeiro, A., 2009).

¹⁴ Em Darcy Ribeiro, o mulato tem um papel secundário na formação do povo brasileiro, ao contrário de Gilberto Freyre. Nesse, há equilíbrio de antagonismos; naquele, um processo evolucionário de fazimento do povo (Ribeiro, A., 2011).

Veblen criticava os economistas pré-darwinianos por fazerem perguntas erradas, propondo que a ciência econômica tivesse como postulado a mudança consecutiva e devendo concentrar a investigação sempre num ponto do processo,¹⁵ em que a mudança perquirida é consecutiva, uma relação de causa e efeito (Mitchell, 2017).

Veblen propõe substituir essa forma insatisfatória de lidar com problemas por uma explicação dos fenômenos econômicos em termos do processo cumulativo de crescimento cultural existente em determinado momento, com as informações que estão disponíveis, das principais características de uma determinada sociedade, das suas instituições prevaletentes, investigando as forças que moldaram essas estruturas dominantes no período anterior àquele em que se está e dos hábitos compartilhados de pensamento (Mitchell, 2017).

Veblen referiu que a evolução social depende do desenvolvimento contínuo da tecnologia a partir de hábitos de pensamento amplamente aceitos cumulativamente na sociedade, mediante aptidões, hábitos e tradições decorrentes de uma mudança nas condições da vida humana. Como sintetizam Lopes e Conceição (2021, p. 356) “[h]ábitos, crenças, rotinas, instintos/propensões individuais, instituições, regras, convenções etc., fazem parte de qualquer sociedade e definem sua forma de desenvolvimento, assim como o resultado das políticas estatais.”

As instituições são sistemas duradouros de regras socialmente arraigadas e consistem na matéria prima da vida socioeconômica. As capacidades de enquadramento, mudança e restrição das instituições sociais dão origem a novas percepções e disposições nos indivíduos por meio dos hábitos. Esses, quando compartilhados socialmente, dão origem a novas instituições. Nada obstante, instituições sociais não são suficientes para explicar a formação de hábitos. É necessário incorporar instintos (Hodgson, 2005b, 2006b).

Tal interação entre indivíduo e estrutura é central na análise socioeconômica, portanto a ontologia vebleniana pode ajudar na compreensão desse processo evolucionário relacional multinível e interdependente, bem como da mudança institucional em sua especificidade histórica e do alcance das políticas públicas ante os hábitos arraigados na sociedade, por exemplo.

Nesse sentido, numa tentativa de fazer perguntas certas, e pensando no processo de investigação como relação de causa e efeito, por que no Brasil as instituições, entendidas aqui, a partir do quadro de heterogeneidade institucional de Veblen, não promovem o

¹⁵ Exemplo disso, Veblen (1923), ao abordar a questão da propriedade ausente que agrupava e alinhava forças e classes econômicas, que passaram a controlar as formas e meios de produção e distribuição, dizia que a atenção deveria estar em como fazer o trabalho, e não o que fazer com o resultado.

desenvolvimento comprometido com os avanços sociais, do ponto de vista histórico e evolucionário? A mudança tecnológica é limitada/contida pelos hábitos de comportamento compartilhados pelos indivíduos? Qual o elo entre instintos, hábitos e instituições que não permite o avançar da inovação, da tecnologia, do conhecimento em prol do desenvolvimento?¹⁶ A desindustrialização no Brasil relatada por muitos trabalhos científicos é fruto de instituições imbecis como o capitalismo político descrito por Raymundo Faoro?

São questões que não se esgotam aqui. Mas é certo que a importação de receituários de políticas e de instituições de outros contextos, não ajudou e nem ajudará o país na promoção do desenvolvimento. É tarefa da ciência econômica continuar a investigar os meios mais viáveis para alcançar tal transformação social.

4.2.1 Elementos institucionais da (des)industrialização?

Conforme desenvolvido por Kaldor (1966), as distintas dinâmicas de crescimento entre países seriam devidas às diferenças nas estruturas produtivas das nações, e a análise do baixo dinamismo da economia britânica diante dos países desenvolvidos indicaria a ocorrência de quatro leis que passaram a ser conhecidas como as Leis de Kaldor (Thirlwall, 1983).

Segundo essas leis, haveria uma correlação positiva entre o crescimento da indústria e o Produto Interno Bruto (1ª lei); também, entre a produtividade industrial e o PIB do segmento (2ª lei); entre o crescimento das exportações e o crescimento do PIB (3ª lei); e, por fim, o crescimento no longo prazo não é restringido pela oferta, mas pela demanda, sendo o principal fator, o balanço de pagamentos (4ª lei que ficou conhecida como Lei Kaldor-Thirlwall por conta dos acréscimos teóricos desse autor).

Entre os principais argumentos a favor da centralidade da indústria na promoção do crescimento e o desenvolvimento econômico estão a indução do progresso tecnológico, os efeitos de encadeamento e de transbordamento no sistema produtivo, o papel significativo nas transformações socioeconômicas e a acumulação de capacitações tecnológicas em prol de estratégias autônomas de desenvolvimento.

No Brasil, os últimos 40 anos foram de transformações profundas na economia, a partir das mudanças no regime de acumulação capitalista, pela internacionalização de estágios

¹⁶ Em Samuels (1995) dentre as oito dimensões de análise da economia estão cultura, conhecimento e poder. Para o ponto, ver, também, Conceição (2001a).

produtivos, e pela revolução da tecnologia da informação e comunicação, vindo a impactar o desenvolvimento econômico.

De um lado, o país adotou a liberalização dos fluxos internacionais de capitais, que junto das inovações financeiras e tecnológicas, o tornaram mais suscetível à intensa instabilidade financeira, à volatilidade do investimento internacional e às crises recorrentes, típicas do modo de acumulação capitalista.¹⁷ Por outro, adotou práticas de livre comércio de bens e serviços e passou por mudanças estruturais decorrentes da nova divisão internacional do trabalho, calcada na reterritorialização da produção e na inserção nas cadeias globais de valor (Panassol, 2020).

Dentre as várias mudanças em curso desde a década de 1980, cabe destacar, segundo Arend (2013), que o Brasil tem apresentado queda permanente da participação do emprego industrial e da participação industrial no PIB, situação que é caracterizada como uma desindustrialização precoce. Nesse sentido, o país estaria se desindustrializando diante dos países que alcançaram a maturidade industrial ainda nos anos 1970 e, portanto, que vêm passando por um processo considerado natural. Mas, além disso, o país também se desindustrializa em relação às economias em desenvolvimento consideradas pouco dinâmicas, como as da Oceania e da África.

Para Tregenna (2009) a desindustrialização consiste no declínio sustentado no emprego e na produção da indústria no total da economia e, segundo Rowthorn e Ramaswamy (1997), a dinâmica da desindustrialização segue uma curva em formato de “U” invertido.

Entre as principais causas da desindustrialização, estão a globalização da produção e do comércio, a deslocalização produtiva, a financeirização da economia, mudanças de orientação de políticas econômicas e como resultado natural do processo de desenvolvimento das economias que mudam a sua estrutura produtiva. Os efeitos são conhecidos: com impacto negativo no crescimento socioeconômico, limitando, restringindo ou o dificultando, independentemente do indicador usual do processo que se escolha – Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* ou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Cano (2012), por exemplo, refere que a industrialização brasileira se deteriorou face à ausência de políticas industriais e de desenvolvimento e da conjugação de juros elevados, falta de investimento, câmbio sobrevalorizado em decorrência do Plano Real, e ampla abertura comercial.

¹⁷ A recente crise econômica, que teve início com a pandemia do Covid-19, é de natureza diferente daquela da Grande Recessão, iniciada com a quebra do banco Lehman Brothers, em setembro de 2008: é uma crise no lado real da economia, a partir de choques adversos de demanda e de oferta. Sua extensão e efeitos ainda estão sendo escritos pela História e, por essa natureza, precisam ser estudados em conformidade com um processo de causação cumulativa sob fundamentos da ontologia vebleniana.

Nesse sentido, há uma ampla literatura econômica que aborda o problema da desindustrialização precoce no Brasil como Oreiro e Feijó (2010) e Morceiro e Guilhoto (2019). Por outro lado, há estudos como os de Bonelli e Pessoa (2010) e Bonelli, Pessoa e Matos (2013), que entendem que os dados não corroboram tal desindustrialização prematura do país.¹⁸

A industrialização possibilita o progresso tecnológico e a acumulação de capacidades tecnológicas e científicas relevantes para promoção de estratégias de acumulação de capital, de mudança estrutural, de aumento da renda per capita e de desenvolvimento socioeconômico. Assim, investimentos em setores industriais mais dinâmicos, com impactos de encadeamento e de transbordamento, além de efeitos multiplicadores maiores sobre o PIB e, da mesma forma, assumindo estratégias de manufatura de produtos de maior valor adicionado unitário, possuem um importante papel a cumprir para a aceleração da taxa de crescimento e para a promoção do desenvolvimento socioeconômico.

Sem embargo, o progresso tecnológico na produção, como automação e robótica, no qual os requisitos de qualidade e precisão são maiores, além de serem poupadores de mão de obra, exigem cada vez mais qualificação, novas habilidades e maior produtividade dos trabalhadores.

Padrões de inovação, de desenvolvimento tecnológico e estruturas institucionais moldam e condicionam as trajetórias tecnológicas. A opção de políticas específicas depende, segundo Zysman (1994), da capacidade de ação do Estado na economia, de uma política de alocação de custos da mudança industrial por conta das distintas trajetórias tecnológicas, que levam em conta a geração de conhecimento e de informação, e do processo político envolvido, marcado por disputas, antagonismos, conflitos, incerteza e exercício de poder e estratégia.

Para tanto, é necessário um ambiente institucional adequado que promova o crescimento, assim, um sistema nacional de inovação que inclua todas as partes da organização socioeconômica, além dos elementos tecnológicos. Conforme o autor, as trajetórias de desenvolvimento nacional são historicamente criadas e institucionalmente enraizadas, fornecendo o contexto institucional de restrições e incentivos para uma trajetória de crescimento nacional moldando processos de inovação, evolução tecnológica, industrialização e desenvolvimento econômico. Instituições, rotinas e regras de decisão, incluindo formulações e dinâmicas políticas, representam capacidades e fragilidades específicas dentro de cada sistema nacional.

¹⁸ Para uma discussão a respeito das possibilidades de superação da crise no setor industrial do país a partir do papel da inovação e das novas tecnologias veja, por exemplo, Santos (2018).

São vários tipos de mercado, assim como são múltiplos tipos de capitalismo. Um sistema nacional de instituições deve levar em conta a capacidade institucional do Estado de moldar o ajuste pretendido, estabelecendo regras e alocando recursos de forma seletiva. Deve considerar a organização dos sistemas econômico, financeiro, jurídico, político e legal/regulatório dos diversos mercados, incluindo o do trabalho. Há, portanto, uma economia política envolvida na estrutura institucional e no curso histórico de cada nação, induzindo tipos específicos de comportamento corporativo e governamental, seja de atuação nos mercados, seja de formulação de políticas.

Políticas, programas governamentais, universidades e institutos de pesquisa, firmas e estruturas jurídicas devem agir com colaboração e de forma interdependente. Sob tal perspectiva, o ambiente institucional é importante para superar a dependência de trajetória do país, bem como para proporcionar maiores graus de oportunidade, apropriabilidade e cumulatividade tecnológicas, além de aprendizagem interativa e cooperativa entre agentes e instituições, com efeitos positivos sobre produção, emprego, renda e, sobretudo, homogeneização social. Da mesma forma, desempenha um papel importante no aprimoramento da capacidade de resiliência da sociedade diante de turbulências e choques severos, bem como na definição de estratégias para sua superação (Zysman, 1994).

Conforme Araújo e Perez (2020), os arranjos institucionais e as políticas industriais e de ciência, tecnologia e inovação, que moldam os Sistemas Nacionais de Inovação, são fundamentais para explicar os potenciais de crescimento e desenvolvimento no longo prazo das economias. Tais políticas desempenham papel fundamental na determinação e dinâmica das competências tecnológicas e competitividade da indústria em geral.

Tais políticas são inerentemente sujeitas à incerteza, indeterminação e riscos das circunstâncias, inclusive em decorrência da descontinuidade de políticas e programas, como fontes de financiamento, dependendo de uma complexa rede de interações e cooperação entre os agentes privados, organizações de pesquisa, bem como do apoio dos mais diversos órgãos governamentais.

Segundo os autores, a partir de dados da Pesquisa de Inovação (PINTEC), realizada trienalmente pelo IBGE e divulgada em 2017, os resultados das políticas industriais e de ciência, tecnologia e inovação no Brasil revelaram um cenário preocupante de importante redução dos investimentos por parte do poder público, bem como de desempenho bastante inferior à média das principais economias mundiais em indicadores como número de patentes, publicações científicas e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Desse modo, para responder a esses desafios crescentes, a política econômica, em especial a política industrial e de ciência e tecnologia, vista como um processo evolutivo, desempenha um papel fundamental (Cimoli; Porcile, 2011; Hartmann *et al.* 2020).

Assim, seguindo Hodgson (2001a), é basilar resgatar o papel da tecnologia e o das instituições no processo de desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, para Campos (2016), o desenvolvimento envolve mudança estrutural na sociedade, e quando são analisadas as experiências históricas, se constata que a transformação passou pela industrialização e por políticas para a área. Assim, sem articulação entre tecnologia, instituições e industrialização não se pode conceber desenvolvimento, contudo há que se superar a visão das instituições como restrições.

Conforme Hodgson (2002a), as instituições são estruturas que podem influenciar ou constranger os indivíduos em suas ações e formas de pensar, dado que os hábitos, normas e ações são compartilhados socialmente. Assim sendo, as instituições podem orientar, moldar e mudar o comportamento humano, conduzindo a novas escolhas e ações, a novos hábitos, normas, regras e a sua evolução.

Ainda segundo o autor, as instituições são sistemas duráveis de regras e convenções sociais estabelecidas e incorporadas nos hábitos de pensamento e comportamento da sociedade. São estruturas emergentes baseadas e condicionadas por indivíduos e por hábitos compartilhadas, mas não são redutíveis a eles. Os hábitos são o material constitutivo das instituições proporcionando durabilidade, poder e autoridade.

Por outro lado, em Veblen há valores superiores à eficiência econômica, à produtividade e à aversão ao desperdício que são marcas intrínsecas ao processo de vida da comunidade (Tilman, 1992). São valores como liberdade, o exercício da curiosidade ociosa, o julgamento reflexivo e a autorrealização da atividade criativa. É o arcabouço institucional que canaliza e dirige o desenvolvimento tecno-econômico da sociedade, impedindo ou possibilitando o pleno desenvolvimento dos valores, antes referidos.

Nesse sentido, a ontologia vebleniana como discutido nesta Tese, permite, de forma robusta, que se avalie a economia, bem como os processos de crescimento econômico e de (des)industrialização, a partir dos mais diversos elementos constituintes da realidade, incluindo a relação agência-estrutura, bem como as idiossincrasias dos indivíduos, dos processos de conservação, inovação e mudança, tecnológica e cultural, bem como as relações políticas e de poder.

Tal sistema complexo, aberto e em evolução, é passível de análise a partir dos *insights* veblenianos e da sua ontologia evolucionária crítica, que contempla os mecanismos darwinistas

de variação, seleção e herança, bem como de causação cumulativa em termos de causas eficientes. A análise vebleniana sempre se dá em termos de processos, de movimentos e transferências e não de um fim ou de um objetivo.

Conceição (2019a) defende a montagem de um adequado ambiente institucional para o estabelecimento de um sólido e permanente crescimento econômico, uma estrutura que leve em conta a intencionalidade ou não desse processo a partir da introdução do indivíduo, dos seus hábitos, da estrutura institucional, bem como os desígnios e intencionalidades governamentais. Em tal análise os processos são submetidos às explicações em termos sequência de causas e efeitos.¹⁹

A partir de tais aspectos, deve-se compreender a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor, em especial, naquelas atividades fragmentadas do ciclo produtivo que mais agregam valor, como atividades de pesquisa e desenvolvimento e inovação e serviços, como design e construção de marcas de produtos e serviços, para fomentar crescimento e desenvolvimento econômico. Da mesma forma, deve-se compreender como o país aproveitará as oportunidades tecnológicas advindas da economia do conhecimento, dos sistemas cibernéticos, da internet das coisas, dos avanços da robótica e da inteligência artificial ante a estrutura institucional existente.

Entende-se o crescimento econômico como um processo contínuo de mudança, tanto tecnológica quanto institucional, de raízes históricas específicas e, como tal, pressupõe rupturas e reconstruções. É resultado da contínua introdução de novas tecnologias, associadas a níveis mais elevados de produtividade e a possibilidade de produzir produtos e serviços capital intensivos. Sendo assim, a construção de um ambiente socioeconômico adequado, articulado macro e microeconomicamente, é fundamental para a mudança institucional em termos evolucionários e para a promoção do crescimento e do desenvolvimento (Hodgson, 2001a; Conceição, 2019a; Lopes, 2019; Pereira; Lopes; Conceição, 2022).

Conflitos e antagonismos na arena decisória, assim como desigualdades de poder estão presentes em qualquer estrutura institucional. Há que se entender a natureza humana que delibera, tem preferências, interesses e razões. Regras socialmente compartilhadas permitem ou constroem o comportamento humano, gerando hábitos de pensamento e de ação que moldam e são moldados pelas instituições.

Conforme Hodgson (2010b), a evolução institucional deve ser entendida a partir da interação entre instintos, hábitos, crença, razão, deliberação e escolha humana. Para o autor,

¹⁹ Para uma análise do resgate da teoria dos instintos de Veblen e o seu impacto sobre o desenvolvimento econômico, incluindo uma interpretação da trajetória de desenvolvimento do Brasil, ver Freitas (2019).

a razão, a deliberação e a escolha evoluíram em humanos sobre uma base de hábitos e instintos, que, por sua vez, têm uma história evolutiva muito mais longa. Os instintos estão sujeitos a processos darwinianos de seleção natural e os hábitos a processos de seleção cultural.

Em decorrência, ocorre um processo contínuo de adaptação de hábitos de pensamento e ação de indivíduos e de instituições que mudam cumulativamente à medida que o processo continua (Veblen 1898b). Esses processos não são intencionais ou direcionados, pois dependem muito de múltiplos fatores do processo evolutivo, como o ambiente, as circunstâncias, as condições materiais e os estímulos. Tais mecanismos resultam na evolução e mudança institucional com influência no crescimento.

A economia, como um sistema aberto, complexo e em evolução, inserido num conjunto mais amplo de relações sociais, culturais, políticas e de poder, inclusive por aspectos tecnológicos, tem a incerteza como inerente e o futuro como não previsível. A economia brasileira não é diferente; sua estrutura institucional possui especificidade histórica. Compreendê-la possibilitará delinear políticas diferenciadas de desenvolvimento econômico condizentes com as necessidades nacional, regionais e locais do país, de uma forma sistêmica, multidisciplinar e multissetorial.

Para tanto, é necessária uma ampla agenda de pesquisa baseada no comportamento humano e na cultura nacional. Assim, a natureza dos brasileiros, seus hábitos de comportamento e pensamento, aceitos socialmente, e as instituições, que os restringem ou reforçam, devem ser analisadas de acordo com os elementos fundantes da ontologia da ciência econômica como proposto por Veblen, ou seja, uma ciência evolucionária, essencialmente crítica, que objetiva a análise factível e realista dos processos cumulativos em termos causais. Os intérpretes brasileiros, referidos anteriormente, proporcionam excelentes *insights* para pesquisas em linha com o institucionalismo original de Thorstein Veblen.

4.2.2 O papel do Estado no atraso institucional

Pereira, Lopes e Conceição (2022) alertam que as formas como são conduzidas as políticas de desenvolvimento têm relação direta e dependente do ambiente institucional e a inércia dessa estrutura pode ser um entrave ao desenvolvimento, como a dependência externa no tocante à tecnologia e à inovação. Nesse sentido, o Estado, mediante políticas ativas, tem papel fundamental em qualquer processo de mudança estrutural pró-desenvolvimento.

Hodgson (2005b) menciona que são necessárias regras e restrições para que ocorra interação e cooperação humanas. Instituições alteram disposições, propósitos ou preferências

individuais, formando ou agindo de acordo com hábitos arraigados. Contudo, embora haja espaço para a normatividade, o autor adverte que a construção de instituições é muito mais do que uma questão de decreto governamental, dada a complexidade do sistema e a falta de informações de todos os aspectos relevantes.

Jorgensen e Jorgensen (1999) referem que Veblen deu origem ao conceito de ossificação institucional – a ideia de que quanto mais uma instituição perdura, mais ela tende a desenvolver rigidez em sua capacidade de se ajustar a novas situações. Esses autores referem que Veblen “[...] acreditava, ou talvez esperasse, que a inclinação dos pais acabaria por prevalecer e que seria construída uma sociedade que dependesse não da força e da fraude, mas da ajuda e da cooperação.” (Jorgensen; Jorgensen, 1999, p. 184, tradução própria)²⁰

O Estado era um empreendimento competitivo de guerra e política, uma consequência institucional do período dinástico do início da Europa moderna, no qual os principados buscavam vantagem à custa de qualquer um que pudesse interessar pela força e fraude. Nos tempos modernos, o animus predatório permaneceu nos interesses empresariais investidos mesmo que moldados por uma textura da vida e do pensamento civilizados sob uma comunidade democrática (Veblen, 1923).

O Estado é uma forma-tipo de controle organizado que, pela lei e costume, em decorrência de hábitos de pensamento induzidos pelas condições de vida durante os primeiros tempos modernos (elaborados e estabilizados ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII), é integrado por pessoas politicamente autodeterminadas, legal e moralmente (Veblen, 1904, 1923). Todavia, sendo um produto do hábito, está necessariamente sujeito a mudanças contínuas, mesmo em relação a seus princípios subjacentes que seguem o curso de habituação progressiva, criando padrões de conduta humana em resposta ao impacto de circunstâncias mutáveis (Veblen, 1923).

Assim, a principal preocupação das autoridades constituídas em todas as nações civilizadas consiste em salvaguardar a segurança e a lucratividade da propriedade ausente, que fundamenta e governa a ordem estabelecida da sociedade. As tradições fundamentam a ordem instituída, orientam a política jurídica e administrativa do Estado, procedendo sob supostos auspícios de uma comunidade de interesses, regendo a condução dos negócios, civis e políticos, jurídicos e administrativos à custa da população subjacente em vida e subsistência (Veblen, 1923).

²⁰ No original: “[...] believed, or perhaps hoped, that the parental bent would eventually prevail, and that a society would be built that depended, not on force and fraud, but on helpfulness and cooperation.”

Essa clivagem no interesse material e no sentimento corre, não entre aqueles que possuem algo e aqueles que nada possuem, mas entre aqueles que possuem mais do que individualmente podem usar (reivindicações de renda não merecida) e aqueles que têm uso urgente por mais do que possuem. Para os primeiros, domínio, prestígio e bens; aos segundos, dano, perda, deterioração ou desconforto (Veblen, 1923).

Portanto, como registrado por Dorfman (1934), na análise vebleniana o Estado proporcionou aos interesses investidos a feudalização industrial e, com isso, uma perda de eficácia na organização industrial, gerando miséria, privação, fome e pobreza.

Embora Veblen tenha se mostrado reticente quanto à intervenção do Estado na economia (Hodgson, 2023; Pereira; Lopes; Conceição, 2022; Plotkin; Tilman, 2011), conforme Hodgson (2005b) não há nenhum bom argumento teórico que sugira que os métodos das instituições econômicas evoluam por si próprios. É necessária uma combinação de legislação cuidadosa com esforços simultâneos para encorajar o desenvolvimento de hábitos e outras características culturais auto-organizadas e espontâneas que sejam consistentes com os objetivos políticos do desenvolvimento (Hodgson, 2005b).

Conforme Plotkin e Tilman (2011), há em Veblen uma crítica teórica da exploração e a aspiração de uma sociedade democrática, na qual as inclinações da vida sobrepujariam os interesses do poder pecuniário. A política para Veblen, segundo os autores, era um tipo de comportamento pragmático, explorador e movido pelo poder. O agente do Estado, o governante, para Veblen é imbuído de hábitos e inclinações que colidam ou restringem a eficiência econômica, servindo aos interesses pecuniários.

Em Veblen, como visto ao longo desta Tese, encontra-se uma crítica consistente ao poder econômico e político dos interesses pecuniários e de seus hábitos de pensamento emulativos e predatórios de ação em detrimento das necessidades sociais.

Assim, uma compreensão do papel do Estado, uma instituição fundamentalmente política integrante da estrutura institucional, que induz ou restringe o desenvolvimento tecnológico, ou como lócus para vantagens de indivíduos, grupos, empresas ou setores, como o capital especulativo financeiro por trás da exploração humana, cerceando o desenvolvimento pleno da sociedade e da justiça social, deve estar na agenda de pesquisa em conformidade com a ontologia vebleniana. Defende-se aqui uma reflexão crítica da realidade socioeconômica brasileira embasada no institucionalismo original de Veblen.

4.2.3 Uma proposta de agenda

Seguindo os ensinamentos de Bunge (2004), uma ciência só avança se passa da descrição à explicação profunda e detalhada do objeto da investigação científica. Em nosso entendimento, requer crítica consciente e propósito explicativo da realidade, um processo contínuo inevitavelmente passível de escrutínio pela comunidade científica.

Isso posto, como referido alhures, o cientista deve abandonar as explicações oriundas de doutrinas amparadas no reducionismo econômico que não levam em conta os problemas que corroem o organismo social (Panassol, 2020).

Para tanto, a ação política é fundamental e deve ser orientada para um projeto de desenvolvimento nacional que supere o atraso, a heterogeneidade e a desigualdade social, de modo a beneficiar a população em seu conjunto. Tal ação deve promover um salto evolutivo que permita à nação uma existência para si, assentada nos valores fundamentais da sociedade brasileira expressos no Preâmbulo do texto constitucional, quais sejam o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça.

A natureza humana comum, histórica e socialmente mediada, possibilita um sentido de povo e dessa unidade como espécie e nas características mais generalizadas da nossa experiência e constituição social e histórica que repousa a maior possibilidade de um progresso inequívoco e mais duradouro (Lawson, 1997). Geralmente, não se questiona se metas fixadas como déficit zero ou de crescimento econômico são atingíveis dentro das condições institucionais e relacionais existentes, por isso, a análise da estrutura social, dos mecanismos, dos processos complexos, dinâmicos e profundos é uma necessidade.

Assim, é importante compreender como a ciência avança por meio da interação dos mais variados fenômenos, desde estruturas físicas e poderes causais até a construção de teorias, de programas de pesquisa, conhecimentos tecnológicos, e de técnicas experimentais conduzidos por indivíduos motivados por diferentes propósitos.

Nesse sentido, à luz do realismo crítico, deve-se apreender a relação entre os efeitos da agência humana (a dimensão transitiva bhaskariana) e a realidade física que existe e exerce seus poderes causais muito além dos limites do nosso conhecimento (dimensão intransitiva de Bhaskar) tendo os *insights* da ontologia vebleniana como ponto de partida.

O pragmatismo é uma filosofia evolucionária, pois o que é real é intrinsecamente dinâmico, nos seus constituintes e relações, substituindo essências por processos. Tal impermanência, na acepção de Shook (2023), não exclui a uniformidade, mas dá ênfase à novidade, ao desenvolvimento, à variedade e à pluralidade.

Nesse contexto, o pragmatismo fornece não apenas uma perspectiva teórica sobre a ciência e a investigação, mas também formas de estar no mundo, de conhecer a realidade que habitamos. Não é a única forma de conhecer, não obstante é uma meta-estrutura para explicar e avaliar os diferentes sistemas conceituais e métodos de investigação que devem ser empregados para dar sentido à realidade (Pihlström, 2024; Shook, 2023).

Assim sendo, propõe-se avançar com as pesquisas sobre o pragmatismo, em especial, a tradição de Charles Peirce, dada a ênfase sobre elementos distintivos da experiência humana no complexo de motivações, conflitos e expectativas, tanto a nível individual quanto social, de estarmos mais próximos da verdade sobre a realidade e sobre nós mesmos. Um processo melhorado de avaliação social coordenada e contínua, tanto teórica quanto em termos de aplicabilidade das nossas teorias, por sua vez, melhorará a capacidade da ação política para compreender e responder às necessidades profundas da sociedade. Para que esse curso de evolução constante ocorra, objetiva-se que a liberdade, a pluralidade e a democracia, como bens coletivos da sociedade, estejam presentes.

Também, a abdução como um tipo significativo de raciocínio científico tem se tornado, nos últimos anos, central em diversas áreas como filosofia, lógica, medicina, educação e, claro, pode ser útil para a ciência econômica dado o potencial explicativo da realidade e, também, de efeitos práticos para a vida em sociedade. Além disso, o forte caráter interdisciplinar permite o aprimoramento do conhecimento humano mediante esforço de pesquisa e colaboração. Dessa forma, pode auxiliar no desenvolvimento de arcabouço teórico adaptado à realidade socioeconômica, bem como na evolução de métodos e procedimentos para detecção de dados e análise explicativa efetiva. Assim, a abdução constitui um vasto campo de pesquisa em economia por proporcionar reflexão ampliada sobre a complexidade dos fenômenos desse domínio.²¹

Da mesma forma, os argumentos da versão do pragmatismo de Dewey, como a negação da natureza humana imutável e a escolha racional, que vão além do seu ponto de vista metodológico, fornecem elementos para uma crítica pragmática da ortodoxia, bem como para a obtenção de uma compreensão crítica do discurso econômico contemporâneo. Além disso, sua discussão sobre a criatividade da ação humana, especialmente, da sua qualidade, pode trazer luzes para a compreensão da dinâmica capitalista, em especial, para o papel indutor da inovação no desenvolvimento socioeconômico.

²¹ Heckman e Singer (2017) referem o potencial da utilização de técnicas de *Machine Learning* e de Inteligência Artificial para construir hipóteses e analisar uma grande quantidade de dados sobre fenômenos econômicos, em linha com a inferência abdução. Na mesma linha, Delbianco e Tohmé (2023).

Igualmente, a partir dos elementos da natureza humana vebleniana – instintos e hábitos, bem como dos padrões de pensamento e de conduta compartilhados socialmente – e da relação entre indivíduos e instituições e levando em consideração o trabalho de intérpretes brasileiros, aprofundar a investigação da natureza e das causas do subdesenvolvimento cultural e econômico brasileiro.

Também, aprofundar estudos das ideias políticas de Veblen, dada a escassez da literatura internacional – exceções são o excelente livro de Plotkin e Tilman (2011) e o recente artigo de Hodgson (2023) – da crítica ao poder econômico e político dos interesses pecuniários, e de seus hábitos de pensamento emulativos e hábitos, persistentemente, predatórios de ação de longo prazo, incluindo a compreensão do papel do Estado.

Partindo de Conceição (2020b), uma teoria institucional deve aprofundar quatro eixos de pesquisa: (i) a partir dos conceitos de hábitos e instintos, reabilitados dentro dos avanços da recentes da psicologia e da filosofia pragmatista desenvolver uma conceituação evolucionária dos condicionantes da agência humana; (ii) uma teoria baseada nos mecanismos darwinianos de seleção, variação e herança que contemple múltiplos níveis da evolução socioeconômica, incluindo indivíduos e instituições; (iii) uma ontologia de tipos institucionais, incluindo o papel das instituições, cultura e tecnologia na promoção do crescimento e do desenvolvimento econômico; e, (iv) formulação teórica das relações micro-macro, ou em outros termos, conexão entre indivíduos e estruturas sociais, mediadas pelo hábito, envolvendo interações entre diferentes elementos enfocando propriedade emergentes.

Sendo assim, conforme abordagem exposta em Rutherford (2022), constitui agenda de trabalho desenvolver um efetivo programa institucionalista de pesquisa científica voltada para solução de problemas econômicos e sociais. Para tanto deve-se, (i) identificar problemas econômicos e sociais significativos; (ii) investigá-los empiricamente; (iii) desenvolver hipóteses e ideias de prescrições políticas possíveis que, segundo Hodgson (2000), precisam fundamentar-se na teoria; (iv) implementar tais políticas; e, (v) alcançar efetividade na solução do problema em questão. Por exemplo, a deficiência das políticas industriais e de ciência, tecnologia e inovação, antes mencionado, além do papel do conhecimento, do aprendizado, da educação e da criatividade tecnológica como recursos de dinamismo cultural, são de suma importância na análise da superação do atraso nacional.

Nesse sentido, propõe-se que sejam envidados esforços de trabalho aplicado e prático à luz de inspiração vebleniana, fazendo avançar políticas para a superação ou, pelo menos, para a mitigação do atraso e do desenvolvimento que não é consentâneo com as necessidades e

aspirações nacionais, ou, ao menos, que sejam possíveis algumas correções de rumo, mesmo sob incerteza. Concluindo, é preciso assumir a nossa responsabilidade no processo histórico.

5 CONCLUSÃO

Passados mais de um século do artigo seminal, *Why is economics not an evolutionary science?*, que engendrou uma expressiva mudança no pensamento econômico, a exemplo das transformações produzidas por Copérnico, Kant, Darwin e Peirce, na física, na filosofia, na biologia e na lógica, respectivamente, e prestes a completar 100 anos de *Economic theory in the calculable future* a ciência econômica insiste, com algumas exceções, em não desenvolver análises e percepções que compreendam a realidade socioeconômica em permanente mudança cultural e técnica nos termos propostos por Veblen – a de um realismo evolucionário crítico.

Conforme Hodgson (2001a), qualquer ciência tem o papel de compreender e explicar os fenômenos de uma determinada instância ou nível da realidade, portanto possuem um domínio real de análise ao qual estão relacionadas. Para Dopfer (2013), a economia tem enfrentado o problema da falta de fundamentos ontológicos adequados para fornecer orientação para a construção de uma teoria que explique, por exemplo, o caráter dinâmico da realidade.

Kilpinen (2017) refere que os filósofos, frequentemente, tratam a epistemologia, ou a teoria do conhecimento, como a mais básica de suas tarefas. Tal concepção repousa sobre o pressuposto ontológico tácito de que mundo é mais ou menos estático, de modo que se pode abordá-lo e buscar conhecimento sobre ele como interessar. Todavia, não há garantia de que se pode tomar isso como garantido, portanto, deve-se considerar primeiro como é o próprio mundo. Assim, a ontologia é a filosofia fundamental sobre como o mundo é.

Lewis, Moura e Runde (2020) mencionam que a ontologia, assim como a história do pensamento econômico, é negligenciada na maioria dos departamentos de economia, sem embargo é de fato inevitável na pesquisa econômica ou científica. Pressupostos ontológicos são necessários, nem que seja para afirmar a adequação dos métodos utilizados ante as disposições da realidade às quais estão sendo aplicados.

Em termos metodológicos, Veblen superou tanto o individualismo como o coletivismo metodológico a partir de *insights* como múltiplos níveis de análise e propriedades emergentes, embora tais conceitos não estejam explícitos na sua obra. Os elementos da realidade socioeconômica, indivíduos e instituições, mediados pelos hábitos de pensamento e de comportamento, estão em constante interação, relacionamento, interdependência e evolução contínua.

Por outro lado, certamente, ninguém se ocupou tão amplamente da ontologia da realidade socioeconômica quanto Veblen. A ontologia vebleniana deu fundamento à proposição de uma ciência econômica evolucionária cuja investigação estaria sempre em algum ponto do

processo de mudança consecutiva da realidade, de uma ciência engajada com vários aspectos, níveis e dimensões ontológicas, propiciando um conhecimento que vai muito além de tais aparências fenomênicas ou manifestas.

Tal processo de mudança é dinâmico, complexo, variado e interativo, e ocorre historicamente e em tempo real. Também, é caracterizado pela incerteza, indeterminação e risco, além de ser dependente da trajetória e de possuir caráter irreversível, de modo que as previsões e o controle de eventos econômicos futuros não são viáveis, sem embargo as explicações serem possíveis e relevantes.

Filósofo, mas especializado em economia, estabelecido sobre princípios formadores kantianos, darwinianos e peirceanos, pensava em termos de um sistema socioeconômico aberto, formado por indivíduos e instituições relacionados e mútuo-dependentes, cujas características não permitem qualquer previsão, antecipação ou equilíbrio. Essa complexidade foi e é amplamente estudada desde seu tempo até hoje, mesmo que muito dos seus críticos tenham tirado suas palavras do contexto, tentando mostrar inconsistências e confusão em seu pensamento. Sem embargo, sua mensagem geral é clara: vivemos em uma sociedade pecuniária, ineficiente, desumanizada e que não proporciona os fins últimos da vida – o pleno desenvolvimento do ser humano.

Conforme um dos maiores estudiosos modernos de Veblen, Samuels (1992), o autor foi o mais original e penetrante economista e crítico social que os Estados Unidos produziram. Jorgensen e Jorgensen (1999) mencionam que Veblen tinha confiança justificada de que o poder de seus escritos sobreviveria a qualquer esforço equivocado para perpetuar sua essência. Passados quase 100 anos da sua morte, em 1929, há muita contribuição relevante que pode ser retirada dos seus escritos, bem como propostas de política econômica.

Em que pese as palavras de Ayres, seguidor declarado de Veblen, de que “[...] apesar da apresentação inadequada, e até incômoda, que receberam às minhas mãos [...]” (Ayres, 1935b, p. 356, tradução própria) e “[...] [permitindo-me] a possibilidade de erro e a certeza da incompletude [...]” (Ayres, 1951, p. 54, tradução própria),¹ concorda-se com Mayhem (2010) que Ayres avançou muito além de Veblen em direção a um determinismo tecnológico como fundamento do progresso social, podendo ser visto como ingênuo com o olhar de um leitor do século XXI.

¹ No original, respectivamente: “[...] in spite of the inadequate, and even inchoate, presentation they have received at my hands [...]” e “[...] [allowing me] the possibility of error and the certainty of incompleteness [...]”.

As principais preocupações de Ayres eram relativas à natureza da mudança social e econômica sendo que as ferramentas, uma combinação mecânica de dispositivos, materiais, instrumentos e técnicas existentes, desempenham um papel crucial na explicação causal. O cerimonialismo, um relato antropológico de status, costumes, lendas e fetiches, era outra preocupação ayresiana, pois consistia no mecanismo responsável pela restrição, em termos de direitos e obrigações, herdados do passado, aos processos progressivos de mudança advindos da tecnologia. O caráter essencial da tecnologia é a sua dinâmica da recombinação de ferramentas; a do cerimonialismo, estática em relação à manutenção de direitos adquiridos. Nesse sentido, os pressupostos ontológicos presentes em seu projeto e orientação gerais são, portanto, materialistas, porque o impulso contínuo da mudança econômica e social é dado pela tecnologia.

Não obstante o alerta de Ayres de que não se deve olhar apenas de forma estanque para a função da tecnologia (ela pode ser “boa” ou “má” e o uso dos aviões para a guerra são um exemplo desse ponto), mas, sim, que se deve atentar para o processo de desenvolvimento tecnológico cumulativo organizado socialmente, a obra ayresiana *The theory of economic progress* não contém princípios evolucionários darwinianos de seleção, adaptação e herança, tal qual Veblen na obra *A teoria da classe ociosa*.

Ayres, também, descartou a análise da conduta humana, bem como a interação agência e estrutura, o papel dos instintos, dentre outros elementos fundantes em Veblen. Sob influência da filosofia hegeliana, Ayres enxerga o progresso como uma continuidade, uma visão do progresso em contornos determinísticos, ao contrário de Veblen que concebe a realidade socioeconômica em termos evolucionários sem termo final.

O que se objetivou nesse ponto foi demonstrar uma relação entre as ideias que formam um padrão em Veblen para estabelecer um corpo teórico baseado numa dualidade entre tecnologia e padrões cerimoniais, a partir da característica predominante na sociedade moderna em que o desenvolvimento tecnológico condiciona e é condicionado pelos arranjos institucionais. Não obstante, o corpo teórico de Veblen foi alargado por Ayres que entendeu o dualismo vebleniano, conforme aqui definido, como se fosse um par binário, dicotômico.

A “dicotomia vebleniana” foi trazida como força argumentativa de que, mesmo abordagens heterodoxas, em seus diversos matizes, dependem de pressupostos ontológicos consistentes e explícitos para fundamentar qualquer análise teórica. Pela dicotomia, na acepção de Ayres, as análises ficam viesadas, condicionadas a partir dos elementos culturais, com as instituições sendo entendidas apenas em seus aspectos conservadores e restritivos.

Conceição (2020b) afirma que Veblen estabeleceu uma morfologia econômica e social original, colocando os indivíduos, assim como seu comportamento, no centro da teoria econômica. Veblen incorporou os hábitos dos indivíduos, entendidos como padrões de comportamento, normas de conduta e herança cultural, como elemento central da análise e que, se aceitos pela comunidade, formam as instituições. Tais categorias veblenianas, ou seja, a interação da relação agência-estrutura, mediados pelos hábitos, formam o cerne conceitual e analítico da economia institucional de Veblen.

O autor enfatiza os processos de evolução econômica e de transformação tecnológica e a maneira pela qual a ação é moldada pelas circunstâncias. Essas também influenciam indivíduos e instituições (Hodgson, 1993a). Regras socialmente compartilhadas possibilitam e restringem comportamentos para que os indivíduos formem novas percepções e disposições e, em decorrência, novos hábitos e, com esses, novas preferências, intenções, deliberações e razão (Hodgson, 2004c).

Hábitos de pensamento e de comportamento socialmente compartilhados formam novas instituições e com elas novos métodos especiais de vida e de relações humanas, bem como processos de funcionamento, de mudança e de transformação do sistema econômico. Instituições mudam e se desenvolvem, se adaptam às circunstâncias cambiantes. Esse processo é evolutivo e a clara compreensão do mesmo exige investigação das mais diversas e complexas relações de causalidade cumulativa.

Como afirma Hodgson (2004c), a reconstrução da economia institucional deve se reconectar com os desenvolvimentos na filosofia que são essenciais para entender e completar os fundamentos da obra de Veblen. Nesse sentido, para Conceição (2019b), os elementos que compõem os fundamentos filosóficos do institucionalismo de Veblen são ontológicos, dizentes com a natureza do ser social, envolvendo processos causais, de evolução, pensamento populacional darwiniano e muito mais, como a conduta humana, formada cultural e institucionalmente, com seus hábitos, normas e padrões de comportamento.

Conforme Hodgson (2007), Veblen entendeu que pressupostos ontológicos ou metafísicos, que não poderiam ser validados por evidência, eram necessários para qualquer teoria.

Sem embargo, Veblen não evidenciou de forma explícita sua ontologia, evolucionária e crítica, deixando espaço para contribuições teóricas, como a discutida nesta Tese. Não se encontra nenhuma abordagem autônoma de problemas ontológicos, assim, como não há tratamento da relação dessas questões com a epistemologia ou a lógica, por exemplo.

A ontologia evolucionária crítica de Veblen, a partir da complexa relação indivíduo-estrutura, do papel, das possibilidades, dos condicionantes e da inter-relação entre esses elementos constitutivos da realidade socioeconômica, permite entender mudanças estruturais e comportamentais em termos de processos cumulativos e, assim, por meio de políticas adequadas promover o crescimento e, em especial, a superação do atraso.

Como se disse em tantos lugares, entre eles Hodgson (1992) e Rutherford (1998b), o estilo de Veblen por vezes é irônico, evasivo, às vezes, pouco claro, permitindo aos seus críticos e comentadores, entre eles Ayres, interpretá-lo equivocadamente, todavia suas ideias são brilhantes e seus *insights* sobre o processo evolutivo da sociedade moderna devem ser considerados pela ciência econômica.

Tendo por horizonte leituras e interpretações a partir do *corpus* vebleniano, incluindo sua obra inicial e única de conteúdo estritamente filosófico, é possível apreender a gênese e o desenvolvimento de muitos tópicos do pensamento de Veblen, sendo possível perceber uma coerência e congruência teórica que a grande maioria dos estudiosos havia subestimado ou deixado de reconhecer, por preconceito, falta de alcance ou desconhecimento *per se*.

O objetivo do presente estudo foi o de, com base numa atitude e ética hermenêutica, procurar entender, realçar e reconhecer o que Veblen apontou sobre a realidade socioeconômica e sobre uma ciência que tem por escopo o seu estudo, do que indicar e denunciar o que, eventualmente, não abarcou ou o que deveria ter alcançado sob as perspectivas e ideologias dos seus interpretes de ontem e de hoje.

Objetivou-se montar um quadro abrangente e coerente que abrangesse as muitas facetas do pensamento vebleniano conectando-o com as reflexões de Kant, Darwin e Peirce, assim, indo além das discussões usuais sobre princípios metodológicos ou epistemológicos. A compreensão e a explicação da realidade socioeconômica por Veblen envolve reflexão e apreciação consciente de e sobre coisas, de e sobre o ser humano, uma amplitude e profundidade de ideias e relatos com fundamento filosófico, muito além de qualquer outro autor na história do pensamento econômico. Conjecturo que o motivo é, por ser filósofo de formação, soubesse que a ontologia é a filosofia fundamental, tal como referido por Kilpinen (2017).

A avaliação de todo o programa teórico vebleniano, em especial, da sua matriz ontológica, ainda está por ser aprofundada e debatida como agenda de pesquisa institucionalista, conquanto a presente Tese espera ter constituído, senão um importante contributo, uma retomada das discussões da conexão filosofia e ciência econômica em Thorstein Veblen.

Esse ponto está em linha ao que Samuels (1995) menciona ser uma das três dimensões do Institucionalismo: uma abordagem multidisciplinar a partir de outras disciplinas como

a antropologia, a sociologia e a ciência política para a solução de problemas, entre eles, o principal entrave do capitalismo, ou seja, a desigualdade econômica e a realização das potencialidades técnicas e criativas humanas.

Por outro lado, em nossa história, o desenvolvimento foi tentado como matéria de decretos, de cima para baixo, distante das demandas e realidades sociais nacionais. As medidas sempre foram pautadas a partir de interesses personalíssimos ou por grupos de indivíduos que formavam estamentos que se apropriaram do Estado, confundindo o público com o privado, usurpando a soberania do povo, onde o Estado se autonomizou em relação à sociedade. Como menciona Furtado (2002), o resultado é que o Brasil não se desenvolveu, apenas se modernizou com base no dinamismo da reprodução indiscriminada de padrões de consumo de sociedades avançadas, concentrando renda e riqueza e engendrando uma severa exclusão social.

Ao revisitar a produção intelectual de Thorstein Veblen depreende-se que a dinâmica do desenvolvimento cultural deve ser entendida como um processo global de meios e fins substantivos estabelecidos consensualmente pela sociedade como um projeto nacional assentado autonomamente, visando a uma sociedade justa e, ao mesmo tempo, plural e igualitária que necessita, para isso, da atuação política via um Estado Democrático Desenvolvimentista (Herrlein Júnior, 2014, Panassol, 2020).

Toda atenção deve ser dada a obra de Veblen, não pelo desgaste e pelo irrelevante poder explicativo da teoria econômica tradicional, mas partindo da análise ontológica da realidade socioeconômica compreender os mecanismos que obstaculizam o desenvolvimento, a promoção da homogeneização social e a reversão da degradação social.

A partir daí, propor uma política de desenvolvimento consentânea para a superação dos problemas estruturais da realidade, em especial, em países como o Brasil, tarefa de uma ciência social como a economia, que transforme a sociedade e construa o futuro em termos das potencialidades humanas, fazendo dos homens agentes de transformação, de si mesmos e da sociedade em que vivem. Assim, o conhecimento deve ser balizado pelos fins sociais em termos dos efetivos valores substantivos, superando esquemas de privilégios e de dominação social (Furtado, 1977, 1999, 2002; Panassol, 2020).

Mesmo que se diga que a obra de Veblen não seja um todo homogêneo, a partir do próprio método que utiliza para perceber a estrutura social como um processo dinâmico cumulativo em permanente desenvolvimento, não se pode negar a lógica e o rigor metodológico do autor. Mais, depreende-se uma postura metodológica interdisciplinar dos diversos saberes, como a sociologia, a antropologia e, sobretudo, a filosofia, não se atendo apenas ao saber econômico.

A importância da ciência econômica, fundamentada na ontologia institucionalista vebleniana, está em seu serviço às necessidades humanas, sem embargo exige mobilização da comunidade científica, pesquisa, recursos e vontade pública. As explicações são dependentes do contexto e baseadas em argumentos cuja crença é a de que sejam verdadeiros, ao invés de dispositivos arbitrários e simplesmente convenientes e dogmáticos da economia *mainstream*.

A complexidade da obra vebleniana desafia qualquer grau de conhecimento que se tenha dela, especialmente, porque ela vai explicitando novos sentidos e possibilidades de interpretação. Espaço e tempo veblenianos são dinâmicos, modificam-se, dando origem a novas interpretações de acordo com a evolução socioeconômica. Interromper tal curso significa obstar o processo histórico e as mudanças de indivíduos e instituições. Fica apenas a continuidade, repetições das mesmas estruturas de poder, dos mesmos problemas e das mesmas soluções, ou seja, a “viagem redonda” faoriana.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ABOULAFIA, M.; TAYLOR, S. George Herbert Mead. *In*: ZALTA, E. N.; NODELMAN, U. (ed.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Stanford University, Spring 2023. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2023/entries/mead/>. Acesso em: 11 jan. 2024.
- AGUILAR FILHO, H. A. Enraizamento social do mercado no Brasil – uma abordagem a partir da economia política institucionalista e dos intérpretes do Brasil. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 27, ano 16, p. 86-108, jan./jun. 2019.
- AIKIN, S.; TALISSE, R. B. (ed.). **The Routledge companion to pragmatism**. New York; London: Routledge, 2023.
- ALCHIAN, A. A. Uncertainty, evolution and economic theory. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 58, n. 3, p. 211-222, June, 1950.
- ALLAIS, L. **Manifest reality: Kant's idealism and his realism**. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- ALLISON, H. E. **Essays on Kant**. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- ALMEIDA, B. R. B. Tony Lawson e a concepção de unidade da heterodoxia econômica: do realismo crítico à teoria da ontologia social. *In*: ENCONTRO ANPEC-SUL, XXVI, 2023, Curitiba. **Anais eletrônicos ...** Curitiba: ANPEC-SUL, 2023. Disponível em: https://www.anpec.org.br/sul/2023/submissao/files_I/i1-faa038c8f09ad705e8ed8e53140a1a97.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.
- ALMEIDA, F. Revisiting “Institutions”: a study of the evolution of institutional analysis. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 52, n. 2, p. 323-335, June 2018.
- ALMEIDA, F.; CAVALIERI, M. Understanding Clarence Ayres through the 1930s Ayres-Knight debate. *In*: ENCONTRO ANPEC, 45., 2017, Natal. **Anais eletrônicos ...** Natal: ANPEC, 2017. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2017/submissao/files_I/i1-95809f2da70e147bde4b3ed9582ad0f8.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.
- ALMEIDA, F.; LUZ, M. R. S. Appropriation, beliefs, and inculcation: some other connections between American Pragmatism and Veblen's conspicuous consumer. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 125-144, 2023.
- ALMEIDA, F; DE PAULA, L. G. A bibliometrical analysis of Thorstein Veblen's writings and ideas. **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol.53, n.1, p.147-176, jan./mar. 2023.
- AMORIM, J. F. O. **Instituições e trajetórias tecnológicas: a trajetória histórica enraizada brasileira**. 2023. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

ANDRADE, R. G. Considerações sobre a palavra pragma. **Revista Cognitio**, São Paulo, Ano I, n. 1, 2º sem., p. 8-18, 2000.

ARAÚJO, E.; PERES, S. Sistema Nacional de Inovação: um repensar necessário. **Blog A Terceira Margem**, [s.l.], 19 jun. 2020. Disponível em: <https://aterceiramargem.org/2020/06/19/sistema-nacional-de-inovacao-um-repensar-necessario/>. Acesso em: 04 maio 2022.

ARAÚJO, W. P. O conceito de razão entre Hegel e Kant: a crítica hegeliana ao dualismo transcendental kantiano. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 201-223, 2018. (A filosofia alemã: edição especial).

ARAZ, B.; AYDIN, D. G. A note on habit: Veblen and Dewey. **Economics Letters**, Amsterdam, v. 198, 109642, 2021.

ARCHER, M. S. **Being human: the problem of agency**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

ARCHER, M. S. Realism and the problem of agency. **Journal of Critical Realism**, Lancaster, v. 5, n. 1, p. 11-20, 2002.

ARCHER, M. S. The trajectory of the morphogenetic approach: an account in the first-person. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 54, p. 35-47, 2007.

ARCHER, M. S. *et al.* (ed.). **Critical realism: essential readings**. Hoboken: Routledge, 2013. *E-book*.

AREND, M. **A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional – PNPd. Projeto/Pesquisa: Agenda Desenvolvimentista e sua Inserção Global, Brasília, jan. 2013.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ARNESEN, T. Thorsten Veblen – a critic of society, tradition and technology. **Utmark**, Trondheim, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.utforsk.org>. Acesso em: 18 jan. 2022.

AUDI, R. (ed.). **The Cambridge dictionary of philosophy**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

AYRES, C. E. **The nature of the relationship between ethics and economics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1918a.

AYRES, C. E. The epistemological significance of social psychology. **The Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods**, New York, v. 15, n. 2, p. 35-44, 1918b.

AYRES, C. E. Instinct and capacity – I: the instinct of belief-in-instincts. **The Journal of Philosophy**, New York, v. 18, n. 21, p. 561-565, 1921a.

AYRES, C. E. Instinct and capacity – II: *homo domesticus*. **The Journal of Philosophy**, New York, v. 18, n. 22, p. 600-606, 1921b.

- AYRES, C. E. **Huxley**. New York: W. W. Norton, 1932.
- AYRES, C. E. Moral confusion in economics. **International Journal of Ethics**, Chicago, v. 45, n. 2, p. 170-199, 1935a.
- AYRES, C. E. Confusion thrice confounded. **International Journal of Ethics**, Chicago, v. 45, n. 3, p. 356-358, 1935b.
- AYRES, C. E. The co-ordinates of institutionalism. **American Economic Review**, Princeton, v. 41, n. 2, p. 47-55, May 1951.
- AYRES, C. E. **The industrial economy**: its technological basis and institutional destiny. Boston: Houghton Mifflin, 1952.
- AYRES, C. E. The role of technology in economic theory. **American Economic Review**, Princeton, v. 43, n. 2, p. 279-287, May 1953.
- AYRES, C. E. Veblen's theory of instincts reconsidered. *In*: DOWD, D. F. (ed.). **Thorstein Veblen**: a critical reappraisal. Ithaca: Cornell University Press, 1958. Cap. 3, p. 25-37.
- AYRES, C. E. Institutionalism and economic development. **The Southwestern Social Science Quarterly**, Hoboken, v. 41, n. 1, p. 45-62, June 1960.
- AYRES, C. E. **Toward a reasonable society**: the values of industrial civilization. Austin: University of Texas Press, 1961.
- AYRES, C. E. The legacy of Thorstein Veblen. *In*: DORFMAN, J. (ed.). **Institutional economics**: Veblen, Commons, and Mitchell reconsidered. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1963. Cap. 2, p. 45-62.
- AYRES, C. E. The nature and significance of institutionalism. **The Antioch Review**, Yellow Springs, v. 26, n. 1, p. 70-90, Spring 1966.
- AYRES, C. E. **Science the false messiah & Holier than thou**. Clifton: Augustus M. Kelley, 1973.
- AYRES, C. E. **The theory of economic progress**: a study of the fundamentals of economic development and cultural change. 5th ed. Sacramento: Association for Evolutionary Economics (AFEE), 2021.
- AZEVEDO, H. **A antropologia como finalidade da filosofia em Kant**. 2019. Tese (Doutorado em filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019.
- BACKHOUSE, R. **The ordinary business of life**. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- BALOGLOU, C. P. Jeremy Bentham (1748-1832). *In*: BACKHAUS, J. G. (ed.). **Handbook of the history of economic thought**: insights on the founders of modern economics. London: Springer, 2012. Cap. 10, p. 279-297.
- BERNSTEIN, R. **Praxis and action**. Sacramento: University of Pennsylvania Press, 1971.

BHASKAR, R. Forms of realism. **Philosophica**, Gante, n. 15, p. 99-127, 1975.

BHASKAR, R. **The possibility of naturalism**: a philosophical critique of the contemporary human sciences. 3rd ed. London; New York: Routledge, 1998.

BHASKAR, R. Theorising ontology. *In*: LAWSON, C.; LATSIS, J.; MARTINS, N. (ed.). **Contributions to social ontology**. London: Routledge, 2007. Cap. 12, p. 192-203.

BHASKAR, R. **A realist theory of science**. Introduction by Mervyn Hartwig. London; New York: Routledge, 2008a. (Classical texts in critical realism).

BHASKAR, R. **Dialectic**: the pulse of freedom. London: Routledge, 2008b. (Classical texts in critical realism).

BHASKAR, R. **Scientific realism and human emancipation**. London; New York: Routledge, 2009a. (Classical texts in critical realism).

BHASKAR, R. **Plato, etc.**: the problems of philosophy and their resolution. London; New York: Routledge, 2009b. (Classical texts in critical realism).

BHASKAR, R. **Reclaiming reality**: a critical introduction to contemporary philosophy. London; New York: Routledge, 2011. (Classical texts in critical realism).

BHASKAR, R. **From science to emancipation**: alienation and the actuality of enlightenment. London; New York: Routledge, 2012a.

BHASKAR, R. **Reflections on meta-reality**: transcendence, emancipation and everyday life. With a new introduction by Mervyn Hartwig. London; New York: Routledge, 2012b.

BHASKAR, R. **The philosophy of meta-reality**: meta-reality, creativity, love and freedom. With a new introduction by Mervyn Hartwig. London; New York: Routledge, 2012c.

BHASKAR, R. General introduction. *In*: ARCHER, M. *et al.* (ed.). **Critical realism**: essential readings. Hoboken: Routledge, 2013a. *E-book*. General introduction, p. ix-xxiv.

BHASKAR, R. Philosophy and scientific realism. *In*: ARCHER, M. *et al.* (ed.). **Critical realism**: essential readings. Hoboken: Routledge, 2013b. *E-book*. Cap. 2, p. 16-47.

BHASKAR, R. The logic of scientific discovery. *In*: ARCHER, M. *et al.* (ed.). **Critical realism**: essential readings. Hoboken: Routledge, 2013c. *E-book*. Cap. 3, p. 48-103.

BHASKAR, R. **Enlightened common sense**: the philosophy of critical realism. Edited with a preface by Mervyn Hartwig. London; New York: Routledge, 2016.

BHASKAR, R.; LAWSON, T. Introduction: basic texts and developments. *In*: ARCHER, M. *et al.* (ed.). **Critical realism**: essential readings. Hoboken: Routledge, 2013. *E-book*. Cap. 1, p. 3-15.

BIELSCHOWSKY, R.; BOIANOVSKY, M.; COUTINHO, M. C. (ed.). **A history of brazilian economic thought**: from colonial times through the early 21st century. Abingdon: Routledge Taylor and Francis, 2022.

BLANC, M. F. **Introdução à ontologia**. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2011.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção pensamento crítico, v. 69).

BOCK, R.; ALMEIDA, F. A evolução do institucionalismo vebleniano. *In*: ENCONTRO ANPEC, 44., 2016, Fox do Iguaçu. **Anais eletrônicos ...** Fox do Iguaçu: ANPEC, 2016. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2016/submissao/files_I/i1-6aa3163dde016f1176aa975fc4954f70.pdf. Acesso em: 26 abr. 2022.

BOCK, R.; ALMEIDA, F. Clarence Ayres, ayresianos e a evolução do institucionalismo vebleniano. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 381-407, ago. 2018.

BONELLI, R.; PESSOA, S. **Desindustrialização no Brasil**: um resumo da evidência. Textos para Discussão n. 7. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Economia (IBRE-FGV), mar. 2010. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-03/td-7.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.

BONELLI, R.; PESSOA, S.; MATOS, S. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação. *In*: BACHA, E. (ed.). **O futuro da indústria no Brasil**: desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. Cap. 2, p. 45-80.

BOULDING, K. E. **Evolutionary economics**. Beverley Hills: Sage Publications, 1981.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed. Campinas: Papyrus Editora, 2008.

BOYLAN, T.; O'GORMAN, P. **Beyond rhetoric and realism in economics**: towards a reformulation of economic methodology. Routledge, 1995.

BRAIDA, C. R.; KRAUSE, D. **Ontologia II**. Florianópolis: UFSC, 2008.

BRENT, J. **Charles Sanders Peirce**: a life. Revised and enlarged edition. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1993.

BRITES, M.; ALMEIDA, F. A economia institucional original no Brasil. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 235-260, jan./mar. 2023.

BROADIE, A. **A history of scottish philosophy**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.

BROWN, O. R.; HULLENDER, D. A. Neo-darwinism must mutate to survive. **Progress in Biophysics and Molecular Biology**, Amsterdam, v. 172, p. 24-38, 2022.

BROWN, O. R.; HULLENDER, D. A. Biological evolution requires an emergent, self-organizing principle. **Progress in Biophysics and Molecular Biology**, Amsterdam, v. 182, p. 75-102, 2023.

BUNGE, M. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. (Coleção big bang).

BUNGE, M. How does it work?: the search for explanatory mechanisms. **Philosophy of the Social Sciences**, Toronto, v. 34, n. 2, p. 182-210, 2004.

BURCH, R. Charles Sanders Peirce. *In*: ZALTA, E. N. (ed.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Stanford University, Summer 2022. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2022/entries/peirce/>. Acesso em: 18 set. 2023.

BURKS, A. W. Peirce's evolutionary pragmatic idealism. **Synthese**, [New York], v. 106, n. 3, p. 323-372, 1996.

CABRAL, C. C. O naturalismo de Dewey: as bases biológicas da pesquisa humana. **Revista Cognitio**, São Paulo, v. 13, n. 1, p.1-13, jan./jun. 2016.

CALDWELL, B. J. **Beyond positivism economic methodology in the twentieth century**. London; New York: Routledge, 1994.

CAMIC, C. **Veblen: the making of an economist who unmade economics**. Cambridge: Harvard University Press, 2020.

CAMIC, C; HODGSON, G. M. (ed.). **The essential writings of Thorstein Veblen**. London; New York: Routledge, 2011.

CAMPOS, M. M. S. **O processo de desenvolvimento econômico a partir de uma perspectiva institucionalista: elementos de uma abordagem heterodoxa**. 2016. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012.

CASTELLI, J. R. Sabotando o sistema: a dicotomia indústria-negócios vebleniana e a ação do empresário. *In*: XXIX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2024. Marabá, **Trabalhos aprovados ...** Marabá: SEP, 2024. Disponível em: https://enep.sep.org.br/uploads/1003_1710200226_CASTELLI_2024_SABOTANDO_O_SIS_TEMA_pdf_ide.pdf. Acesso em: 04 jun. 2024.

CAVALCANTE, C. M. Filosofia da ciência e metodologia econômica: do positivismo lógico ao realismo crítico. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, Campinas, Série 4, v. 1, n. 2, p. 263-300, jul./dez. 2015.

CAVALIERI, M. A. R. **O surgimento do institucionalismo norte-americano: um ensaio sobre o pensamento e o tempo de Thorstein Veblen**. 2009. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CAVALIERI, M. A. R.; LIMA, I. V. A Foucauldian view of Veblen's institutionalism: non-teleology and the interdiscursivity between economics and biology. **Economia**, Brasília, v. 14, n. 3-4, p. 199-213, Sept./Dec. 2013.

CHAKRAVARTTY, A. Scientific realism. *In*: ZALTA, E. N. (ed.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Stanford University, Winter 2017. Disponível em:

<https://plato.stanford.edu/archives/sum2017/entries/scientific-realism/>.
Acesso em: 11 jan. 2023.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CHEVALIER, J. M. Forms of reasoning as conditions of possibility: Peirce's transcendental inquiry concerning inductive knowledge. *In*: GAVA, G.; STERN, R. (ed.). **Pragmatism, Kant, and transcendental philosophy**. London; New York: Routledge, 2016. Cap. 6, p. 114-132.

CIMOLI, M.; PORCILE, G. Learning, technological capabilities, and structural dynamics. *In*: OCAMPO, J. A.; ROS, J. (ed.). **The Oxford handbook of latin American economics**. Oxford: Oxford University Press, 2011. Cap. 22, p. 546-567.

COHN, G. **The science of finance**. [tradução de *System der finanzwissenschaft* por Thorstein Veblen]. Chicago: University of Chicago Press, 1895.

COLAPIETRO, V. M. Charles Sanders Peirce. *In*: SHOOK, J. R.; MARGOLIS, J. **A companion to pragmatism**. Malden, Blackwell Publishing, 2006. Cap. 1, p. 13-29.

COLAPIETRO, V. M. Peirce today. **Pragmatism Today**, Bratislava, v. 1, n.2, p. 1-35, 2010.

COLLIER, A. **Critical realism**: an introduction to Roy Bhaskar's philosophy. London: Verso, 1994.

COMMONS, J. R. **Institutional economics**: its place in political economy, v. I. With a new introduction by Malcolm Rutherford. Oxon; New York: Routledge, 2017.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2001a.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 19, n.36, p. 25-46, 2001b.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul./dez. 2002.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Crescimento econômico e instituições: uma perspectiva analítica heterodoxa ou uma nova ontologia evolucionária? **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 31, p. 295-320, 2011.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Há compatibilidade entre a “tecnologia social” de Nelson e a “causalidade vebleniana” de Hodgson? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 32, p. 109-127, 2012.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Uma avaliação da agenda de pesquisa da Escola Institucionalista Original. *In*: SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FERNÁNDEZ, R. G. (org.). **Economia institucional**. São Paulo: Editora Unesp, 2017. Cap. 10, p. 297-336.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Crescimento econômico enquanto resultado de inovações, tecnologia social e mudanças institucionais. *In*: PEREIRA, A. J.; LOPES, H. C.; CONCEIÇÃO, O. A. C.

Economia institucional e dimensões do desenvolvimento. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019a. *E-book*. Cap. 4, p. 95-121.

CONCEIÇÃO, O. A. C. A tecnologia social e a causalidade vebleniana enquanto instâncias indissociáveis do processo de crescimento econômico. *In*: PEREIRA, A. J.; LOPES, H. C.; CONCEIÇÃO, O. A. C. **Economia institucional e dimensões do desenvolvimento.** Santa Maria: Ed. UFSM, 2019b. *E-book*. Cap. 5, p. 123-147.

CONCEIÇÃO, O. A. C. A economia política de Thorstein Veblen, os “mitos autorizados” e a dicotomia vebleniana. *In*: XXV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2020. Salvador, **Anais eletrônicos ...** Salvador: SEP, 2020a. Disponível em: https://enep.sep.org.br/uploads/828_1583422907_SEP_2020_pdf_ide.pdf
Acesso em: 30 set. 2020.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Instituições, regras e hábitos: reflexões sobre a interação entre instituições e a economia na agenda institucionalista. *In*: VIANA, J. G. A.; WAQUIL, P. D. (org.). **Instituições, regras e hábitos: proposições teóricas e aplicadas para estudos rurais.** Curitiba: CRV, 2020b. p. 19-41.

CORDES, C. The role of biology and culture in veblenian consumption dynamics. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 43, n. 1, p. 115-141, 2009.

CORDES, C. Evolutionary economics. *In*: WRIGHT, J. D. (ed.). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, v. 8, 2nd ed. Amsterdam: Elsevier, 2015. p. 430-436.

CRUICKSHANK, J. **Realism and sociology: anti-foundationalism, ontology and social research.** London; New York: Routledge, 2003.

CUMMINGS, J. The theory of the leisure class. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 7, n. 4, p. 425-455, Sept. 1899.

CUPANI, A. O. **Filosofia da ciência.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

DANERMARK, B.; EKSTRÖM, M.; KARLSSON, J. C. **Explaining society: critical realism in social sciences.** 2nd ed. Oxon: Routledge, 2019.

DARWIN, C. **A origem do homem e a seleção sexual.** São Paulo: HEMUS, 1974.

DARWIN, C. **A origem das espécies por meio da seleção natural.** São Paulo: Lafonte, 2017.

DAUGERT, S. M. **The philosophy of Thorstein Veblen.** New York: Columbia University Press, 1950.

DAVIDSEN, B. I. Critical realism in economics: a different view. *In*: FULLBROOK, E. (ed.). **Ontology and economics: Tony Lawson and his critics.** New York: Routledge, 2009. Cap. 3, p. 40-57.

DAVIS, E. W. Charles Peirce at Johns Hopkins. **The Mid-West Quarterly** (1913-1918). Lincoln, University of Nebraska-Lincoln. Sept. 1914. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/midwestqtrly/2/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

DAWKINS, R. **The selfish gene**. Oxford: Oxford University Press, 1976.

DAWKINS, R. Universal darwinism. *In*: BENDALL, D. S. (ed.). **Evolution from molecules to man**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. Cap. 20, p. 403-425.

DE WAAL, C. **Introducing pragmatism: a tool for rethinking philosophy**. New York, Oxon: Routledge, 2022.

DEAKIN, S. Tony Lawson's theory of the corporation: towards a social ontology of law. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 41, n. 5, p. 1505-1523, Aug. 2017.

DEELY, J. (ed.). **Collected papers of Charles Sanders Peirce**. Cambridge: Harvard University Press, 1931.

DEICHSEL, S. Against the pragmatic justification for realism in economic methodology. **Erasmus Journal for Philosophy and Economics**, Rotterdam, v. 4, n. 1, p. 23-41, Spring 2011.

DELBIANCO, F.; TOHMÉ, F. Abduction in econometrics. *In*: MAGNANI, L. (ed.). **Handbook of abductive cognition**. Cham: Springer, 2023. Cap. 46, p. 991- 1012.

DEQUECH, D. O conceito de instituições e algumas tipologias. *In*: SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FERNÁNDEZ, R. G. (org.). **Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo: Editora Unesp, 2017. Cap. 6, p. 159-183.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DESCARTES, R. **Meditações metafísicas**. Introdução e notas de Homero Santiago. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Clássicos).

DEVITT, M. **Realism and truth**. 2nd ed. Oxford: Blackwell, 1991.

DEWEY, J. Kant and philosophic method. **Journal of Speculative Philosophy**, New York, v. 18, n. 2, p. 162-174, Apr. 1884.

DEWEY, J. The reflex-arc concept in psychology. **Psychological Review**, Washington, n. 3, p. 357-370, July 1896.

DEWEY, J. **Studies in logical theory**. Chicago: University of Chicago Press, 1903. (The decennial publications – second series – v. II).

DEWEY, J. The realism of pragmatism. **The Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods**, New York, v. 2, n. 12, p. 324-327, June 1905.

DEWEY, J. **The influence of Darwin on philosophy and other essays in contemporary thought**. New York: Henry Holt and Company, 1910.

DEWEY, J. Progress. **International Journal of Ethics**, Chicago, v. 26, n. 3, p. 311- 322, Apr. 1916.

DEWEY, J. **Human nature and conduct**: introduction to social psychology. New York: Henry Holt and Company, 1922a.

DEWEY, J. Realism without monism or dualism I - knowledge involving the past. **The Journal of Philosophy**, New York, v. 19, n. 12, p. 309-317, June 1922b.

DEWEY, J. Realism without monism or dualism – II. **The Journal of Philosophy**, New York, v. 19, n. 13, p. 351-361, June 1922c.

DEWEY, J. The pragmatism of Peirce. *In*: PEIRCE, C. S. **Chance, love, and logic**: philosophical essays. Edited with an introduction by Morris R. Cohen. New York: Harcourt, Brace & Company, 1923. p. 301-308.

DEWEY, J. Theory of valuation. **International Encyclopedia of Unified Science**. Chicago: University of Chicago Press, v. 2, n. 4, p. 189-251, 1939.

DEWEY, J. **Liberalism and social action**. New York: Capricorn Books, 1963.

DEWEY, J. **Experiência e natureza – Lógica - a teoria da investigação – A arte como experiência**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção os pensadores).

DEWEY, J. **Democracia e educação**. Introdução à filosofia da educação. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. (Atualidades pedagógicas, v. 21).

DEWEY, J. **La reconstrucción de la filosofía**. Barcelona: Planeta-Agostini, 1993.

DEWEY, J. The development of american pragmatism. *In*: HICKMAN, L. A.; ALEXANDER, T. M. (ed.). **The essential Dewey**. v. 1 - Pragmatism, education, democracy. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1998a. p. 3-13.

DEWEY, J. From absolutism to experimentalism. *In*: HICKMAN, L. A.; ALEXANDER, T. M. (ed.). **The essential Dewey**. v. 1 - Pragmatism, education, democracy. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1998b. p. 14-21.

DEWEY, J. Nature in experience. *In*: HICKMAN, L. A.; ALEXANDER, T. M. (ed.). **The essential Dewey**. v. 1 - Pragmatism, education, democracy. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1998c. p. 154-161.

DEWEY, J. Evolution and ethics. *In*: HICKMAN, L. A.; ALEXANDER, T. M. (ed.). **The essential Dewey**. v. 2. - Ethics, Logic, Psychology. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1998d. p. 225-235.

DEWEY, J. **Lógica**: la teoría de la investigación. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2022.

DEWEY, J.; TUFTS, J. H. **Ethics**. New York: Henry Holt Company, 1909. (Projeto Gutenberg, 2012). Disponível em: <https://www.gutenberg.org/ebooks/39551>. Acesso em: 11 jan. 2024.

DICKEN, P. **A critical introduction to scientific realism**. London: Bloomsbury Academic Press, 2016.

DOPFER, K. Evolutionary economics: a theoretical framework. *In*: DOPFER, K. (ed.). **The evolutionary foundations of economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. Cap. 1, p. 3-55.

DOPFER, K. Evolutionary economics. **Papers on Economics and Evolution**, n. 1308. Jena: Max Planck Institute of Economics, 2013. (Working paper). Disponível em: http://www.evoecon.mpg.de/fileadmin/user_upload/Paper/2013-08.pdf. Acesso em: 26 abr. 2023.

DOPFER, K. *et al.* Evolutionary economics: a navigational guide. *In*: DOPFER, K. *et al.* (ed.). **Routledge handbook of evolutionary economics**. Oxon; New York: Routledge, 2024. p. 1-7.

DOPFER, K.; POTTS, J. Evolutionary realism: a new ontology for economics. **Journal of Economic Methodology**, London, v. 11, n. 2, p. 195-212, 2004.

DOPFER, K.; POTTS, J. **The general theory of economic evolution**. London; New York: Routledge, 2008.

DORFMAN, J. **Thorstein Veblen and his America**. New York: Viking Press, 1934.

DOW, S. C. Plurality in orthodox and heterodox economics. **The Journal of Philosophical Economics**, Villeurbanne, v. 1, n. 2, p. 73-96, 2008.

DUGGER, W. M. Methodological differences between institutional and neoclassical economics. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 13, p. 899-909, 1979a.

DUGGER, W. M. The origins of Thorstein Veblen's thought. **Social Science Quarterly**, Austin, v. 60, n. 3, p. 424-431, Dec. 1979b.

DUGGER, W. M. Radical institutionalism: basic concepts. **Review of Radical Political Economics**, Arlington, v. 20, n. 1, p. 1-20, 1988.

DUTRA, L. H. A. **Teoria do conhecimento**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

EDGE, M. D.; RAMACHANDRAN, S.; ROSENBERG, N. A. Celebrating 50 years since Lewontin's apportionment of human diversity. **Philosophical transactions. Biological sciences B**, v. 377, n. 1852, 20200405, 2022.

EDGELL, S. Thorstein Veblen's theory of evolutionary change. **American Journal of Economics and Sociology**, Hoboken, v. 34, n. 3, p. 267-280, Jul. 1975.

EDGELL, S. Veblen's theory of conspicuous consumption after 100 years. **History of Economic Ideas**, Fiesole, v. 7, n. 3, p. 99-125, 1999.

EDGELL, S. **Veblen in perspective: his life and thought**. Armonk: M. E. Sharpe, 2001.

EDGELL, S.; TILMAN, R. The intellectual antecedents of Thorstein Veblen: a reappraisal. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 23, n. 4, p. 1003-1026. Dec. 1989.

ELDER-VASS, D. A method for social ontology. **Journal of Critical Realism**, Lancaster, v. 6, n. 2, p. 226-249, 2007a.

ELDER-VASS, D. Re-examining Bhaskar's three ontological domains: the lessons from emergence. *In*: LAWSON, C.; LATSIS, J.; MARTINS, N. (ed.). **Contributions to social ontology**. London: Routledge, 2007b. Cap. 10, p. 160-176.

ELDER-VASS, D. **The causal power of social structures**: emergence, structure and agency. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

ELDER-VASS, D. **The reality of social construction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012a.

ELDER-VASS, D. Top-down causation and social structures. **Interface Focus**, London, n. 2, p. 82-90, 2012b.

ELDER-VASS, D. **Realism and practice theory**. Cambridge: Cambridge Journal of Economics 40th anniversary conference, July 2016. Disponível em: <http://materiallysocial.blogspot.com/2016/01/realism-and-practice-theory.html>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ELDER-VASS, D. Appropriative practices and the ontology of economic form. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 131-143, dez. 2019. (Dossiê: realismo crítico, ontologia e sociologia).

ELDER-VASS, D. Critical realism. *In*: DELANTY, G.; Stephen P. TURNER, S. P. (ed.). **Routledge international handbook of contemporary social and political theory**. 2nd ed. London; New York: Routledge, 2022a. Cap. 19, p. 241-249.

ELDER-VASS, D. Pragmatism, critical realism and the study of value. **Journal of Critical Realism**, Lancaster, v. 21, n. 3, p. 261-287, 2022b.

ELDER-VASS, D. *et al.* Does critical realism need the concept of three domains of reality? A roundtable. **Journal of Critical Realism**, Lancaster, v. 22, n. 2, p. 222-239, 2023.

ELDER-VASS, D.; MORGAN, J. “Materially social” critical realism: an interview with Dave Elder-Vass. **Journal of Critical Realism**, Lancaster, v. 21, n. 2, p. 211-246, 2022.

ERASMUS JOURNAL FOR PHILOSOPHY AND ECONOMICS – EJPE. Realism from the “lands of Kaleva”: an interview with Uskali Mäki. Conducted by Luis Mireles-Flores. **Erasmus Journal for Philosophy and Economics**, Rotterdam, v. 1, n. 1, p. 124-146, Autumn 2008.

ERASMUS JOURNAL FOR PHILOSOPHY AND ECONOMICS – EJPE. Cambridge social ontology: an interview with Tony Lawson. Conducted by Clemens Hirsch and C. Tyler DesRoches. **Erasmus Journal for Philosophy and Economics**, Rotterdam, v. 2, n. 1, p. 100-122, Summer 2009.

ERASMUS JOURNAL FOR PHILOSOPHY AND ECONOMICS – EJPE. Making economics more relevant: an interview with Geoffrey Hodgson. **Erasmus Journal for Philosophy and Economics**, Rotterdam, v. 3, n. 2, p. 72-94, 2010.

ERASMUS JOURNAL FOR PHILOSOPHY AND ECONOMICS – EJPE. The inexact and separate philosophy of economics: an interview with Daniel Hausman. Conducted by Luis Mireles-Flores. **Erasmus Journal for Philosophy and Economics**, Rotterdam, v. 4, n. 1, p. 67-82, Spring 2011.

FAORO, R. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados** [online], São Paulo, v. 6, n. 14, p. 7-22, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141992000100002>. Acesso em: 28 ago. 2021.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FLEETWOOD, S. Situating critical realism in economics. *In*: FLEETWOOD, S. (ed.). **Critical realism in economics**: development and debate. London; New York: Routledge, 1999. Cap. 7, p. 127-135.

FLEISCHACKER, S. The impact on America: scottish philosophy and the american founding. *In*: BROADIE, A.; SMITH, C. (ed.). **The Cambridge companion to the scottish enlightenment**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. Cap. 16, p. 313-333.

FONTANA, A; TILMAN, R.; ROE, L. Theoretical parallels in George H. Mead and Thorstein Veblen. **The Social Science Journal**, Philadelphia, v. 29, n. 3, p. 241-257, 1992.

FORSTER, P. The logical foundations of Peirce's indeterminism. *In*: BRUNNING, J.; FORSTER, P. **The rule of reason**: the philosophy of Charles Sanders Peirce. Toronto: University of Toronto Press, 1997a. Cap. 3, p. 57-80. (Toronto studies in philosophy).

FORSTER, P. Kant, Boole and Peirce's early metaphysics. **Synthese**, [New York], v. 113, n. 1, p. 43-70, Oct. 1997b.

FOSTER, J. In search of a suitable heuristic for evolutionary economics: from generalized darwinism to economic self-organisation. **Munich Personal RePEc Archive**, Munich, Paper n. 106146, 2021. Disponível em: <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/106146/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

FREIRE D' AGUIAR, R. Celso Furtado – um retrato intelectual. *In*: SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (org.). **Celso Furtado a esperança militante**: v. 1. Campina Grande: EDUEPB, 2020. [Livro Eletrônico]. Cap. 1, p. 37-44. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/s5gx2>. Acesso em: 26 abril 2022.

FREITAS, T. R. **O resgate da teoria dos instintos de Veblen e suas implicações para o debate institucionalista do desenvolvimento**. 2019. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

FREYRE, G. **Ordem e progresso**: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república. 6. ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006a.

FREYRE, G. **Tempo morto e outros tempos**: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade (1915-1930). 2. ed. São Paulo: Global Editora, 2006b.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15. ed. São Paulo: Global Editora, 2013.

FRIDAY, J. Dugald Stewart on Reid, Kant and the refutation of idealism. **British Journal for the History of Philosophy**, London, v. 13, n. 2, p. 263-286, 2005.

FRIEDMAN, M. The methodology of positive economics. *In*: FRIEDMAN, M. **Essays in positive economics**. Chicago: University of Chicago Press, 1953. p. 3-43.

FUCIDJI, J. R. **Realismo crítico e teoria econômica: quatro ensaios sobre metodologia econômica**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

FUCIDJI, J. R. Realismo e darwinismo em metodologia econômica: a crítica de Geoffrey Hodgson. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XLI, 2013, Foz do Iguaçu. **Anais Eletrônicos** [...]. Brasília: ANPEC, 2013. Disponível em: http://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_I/i1-9f6e708c08dc3ab8cbe7d621c0da649d.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.

FULLBROOK, E. (ed.). **Ontology and economics**: Tony Lawson and his critics. New York: Routledge, 2009.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Prefácio à nova economia política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Coleção o mundo de hoje).

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os economistas).

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FURTADO, C. **Em busca de novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

FURTADO, C. **Economia do desenvolvimento**: curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2008. (Arquivos Celso Furtado).

FUTUYMA, D. J. **Biologia evolutiva**. 2. ed. Ribeirão Preto: FUNPEC-RP, 2002.

FUTUYMA, D. J.; MORGANTE, J. S. (ed.). **Evolução, ciência e sociedade**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Genética, 2002.

GAVA, G. **Peirce's account of purposefulness - a kantian perspective**. London; New York: Routledge, 2014.

GAVA, G.; STERN, R. Introduction. In: GAVA, G.; STERN, R. (ed.). **Pragmatism, Kant, and transcendental philosophy**. London; New York: Routledge, 2016.

GOMES, E. P. M. **Problemas do consórcio análise do discurso crítica/realismo crítico**: descrevendo os circuitos e os curso de ação para uma análise sócio-crítica do discurso. 2018. Tese (Doutorado em Linguagem e Interação) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

GOMES, T. B. A formação inicial do pensamento de John Dewey. **Dissertatio – Revista de filosofia**, Pelotas, n. 47, p. 270-286, 2018.

GOODMAN, R. William James. In: ZALTA, E. N.(ed.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Stanford University, Spring 2022. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2022/entries/james/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

GRAEBER, D. Roy Bhaskar obituary: one of the most influential voices in the philosophy of science and a political revolutionary. **The Guardian**, London, 04 Dec. 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/dec/04/roy-bhaskar>. Acesso em: 15 nov. de 2023.

GROFF, R. **Critical realism, post-positivism and the possibility of knowledge**. London: Routledge, 2004. (Routledge studies in critical realism, v. 11).

GUALA, F. Talking about the “transcendental” argument. **Revue de philosophie économique**, Marseille, n. 12, p. 3-17, 2005.

GUNTON, G. Review of Thorstein Veblen, "Some neglected points in the theory of socialism". **Social Economist**, New York, n. II, p. 61-62, Nov. 1891.

GUROFSKY, S. R. **Making Kant's empirical realism possible**. 2018. Doctoral Dissertation. (Doctor of Philosophy) - University of Chicago, Chicago, Illinois, 2018. Disponível em: <https://knowledge.uchicago.edu/record/407?ln=em>. Acesso em: 11 jan. 2022.

HAACK, S. **Filosofia das lógicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HAACK, S. La legitimidad de la metafísica: el legado de Kant a Peirce, y el de Peirce a la filosofía de nuestros días. **Anuario Filosófico**, Pamplona, v. XL, n. 2, p. 471-492, 2007.

HACKING, I. **Ontologia histórica**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009. (Coleção filosofia e ciência).

HAMILTON, W. H. The institutional approach to economic theory. **American Economic Review**, Princeton, v. 9, n. 1, p. 309-318, Mar. 1919. (Supplement, Papers and Proceedings of the Thirty-First Annual Meeting of the American Economic Association).

HAMLIN, C. L. Realismo crítico: um programa de pesquisa para as ciências sociais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 373-398, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582000000200006>. Acesso em: 04 maio 2022.

HAMLIN, C. L. Realismo crítico. *In*: SELL, C. E.; MARTINS, C. B. (org.). **Teoria sociológica contemporânea**: autores e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2017. Cap 1, p. 47-74.

HANDS, D. W. **Reflection without rules**: economic methodology and contemporary science theory. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

HANDS, D. W. Pragmatism, knowledge, and economic science: deweyan pragmatic philosophy and contemporary economic methodology. *In*: KHALIL, E. L. (ed.). **Dewey, pragmatism, and economic methodology**. London; New York: Routledge, 2004a. p. 255-270.

HANDS, D. W. Transforming methodology: critical realism and recent economic methodology. *In*: LEWIS, P. (ed.). **Transforming economics**: perspectives on the critical realist project. London; New York: Routledge, 2004b. p. 286-301.

HARTMAN, R. S. Introdução. *In*: HEGEL, G. W. F. **A razão na história**: uma introdução geral à filosofia da história. São Paulo: Centauro, 2001. p. 9-40.

HARTMANN, D. *et al.* **Why did some countries catch-up, while others got stuck in the middle?** Stages of Productive Sophistication and Smart Industrial Policies, Apr. 2020. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3570727>. Acesso em: 18 mar. 2022.

HARTWIG, M. Introduction. *In*: BHASKAR, R. **A realist theory of science**. London: Routledge, 2008. p. ix- xxiv.

HARTWIG, M. (ed). **Dictionary of critical realism**. London; New York: Routledge, 2015.

HARVARD UNIVERSITY. **What is Epigenetics?**. Center on the Developing Child, Harvard University. Cambridge: Harvard University, 2020. Disponível em: https://harvardcenter.wpenginpowered.com/wp-content/uploads/2020/06/EpigeneticsInfographic_PT.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

HAUSMAN, C. R. **Charles S. Peirce's evolutionary philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HAUSMAN, C. R. Charles Peirce's evolutionary realism as a process philosophy. **Transactions of the Charles S. Peirce Society**, Baltimore, v. 38, n. 1-2, p. 13-27, Winter-Spring 2002. (Essays in honor of Richard S. Robin).

HAUSMAN, D. M. **Essays on philosophy and economic methodology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

HAUSMAN, D. M. Problems with realism in economics. **Economics and Philosophy**, Cambridge, v. 14, p. 185-213, 1998a.

HAUSMAN, D. M. Philosophy of economics. *In*: CRAIG, E. (ed.). **Routledge Encyclopedia of Philosophy**, v. 3. London: Routledge, 1998b. p. 211-222.

HAUSMAN, D. M. Realist philosophy and methodology of economics: What is it?. **Journal of Economic Methodology**, London, n. 7, p. 127-133, 2000.

HAUSMAN, D. M. Explanation and diagnosis in economics. **Revue Internationale de Philosophie**, Paris, n. 55, p. 311-326, 2001.

HAUSMAN, D. M. Introduction. *In*: HAUSMAN, D. M. (ed.). **The philosophy of economics: an anthology**. 3rd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 1-38.

HAUSMAN, D. M. Laws, causation and economic methodology. *In*: KINCAID, H.; ROSS, D. (ed.). **The Oxford handbook of philosophy of economics**. Oxford: Oxford University Press, 2009. Cap. 2, p. 35-54.

HAUSMAN, D. M. **Preference, value, choice, and welfare**. New York: Cambridge University Press, 2012a.

HAUSMAN, D. M. Social scientific naturalism and experimentation in economics. *In*: MÄKI, U. (ed.). **Handbook of the Philosophy of Economics**. Amsterdam: Elsevier, 2012b. p. 287-307. (Handbook of the philosophy of science, v. 13).

HAUSMAN, D. M. Philosophy of economics: a retrospective reflection. **Revue de Philosophie Économique**, Marselha, n. 18, p. 185-202, 2017.

HAUSMAN, D. M. Philosophy of economics. *In*: ZALTA, E. N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Stanford University, Winter 2021a. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2021/entries/economics/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

HAUSMAN, D. M. Philosophy of economics: past and future. **Journal of Economic Methodology**, London, v. 28, n. 1, p. 14-22, 2021b.

HAUSMAN, D. M.; McPHERSON, M. S. **Economic analysis, moral philosophy and public policy**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HEBECHE, L. A. **Ontologia I**. 2. ed. Florianópolis: Filosofia/EAD/UFSC, 2012.

HECKMAN, J. J.; SINGER, B. Abducting economics. **American Economic Review**, Princeton, v. 107, n. 5, p. 298-302, May 2017.

HÉDOIN, C. Weber and Veblen on the Rationalization Process. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 43, n. 1, p. 167–187, 2009.

HÉDOIN, C. Did Veblen generalized darwinism (and why does it matter)? **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 44, n. 4, p. 963-990, 2010.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Clássicos).

HEGEL, G. W. F. **A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história**. São Paulo: Centauro, 2001.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HEGEL, G. W. F. **Enciclopedia de las ciencias filosoficas en compendio**. Madrid: Alianza Editorial, 2008.

HEGEL, G. W. F. **The science of logic**. Translated and edited by George di Giovanni. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. (Multilíngues de filosofia Unicamp).

HEIDEMANN, D. Kant and the forms of realism. **Synthese**, [New York], n. 198 (Suppl 13), p. 3231-3252, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11229-019-02502-4>. Acesso em: 11 jan. 2023.

HERMANN, A. The psychological contributions of pragmatism and of original institutional economics and their implications for policy action. **Economic Thought**, Bristol, v. 9, n. 1, p. 48-71, 2020.

HERRLEIN JR., R. **A construção de um estado democrático para o desenvolvimento no Século XXI**. Rio de Janeiro: Ipea, fev. 2014. (Texto para discussão, n. 1935).

HILDEBRAND, D. L. John Dewey. In: AIKIN, S.; TALISSE, R. B. (ed.). **The Routledge companion to pragmatism**. New York; London: Routledge, 2023. Cap. 4, p. 26-34.

HODGE, D. **Economics, realism and reality**: a comparison of Mäki and Lawson. University of South Africa, Pretoria, Sept. 2007. (Working paper number 63). Disponível em: <https://econrsa.org/publications/economics-realism-and-reality-a-comparison-of-maki-and-lawson/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

HODGSON, G. M. Thorstein Veblen and post-darwinian economics. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 16, n. 3, p. 285-301, Sept. 1992.

HODGSON, G. M. Institutional economics: surveying the “old” and the “new”. **Metroeconomica**, Hoboken, v. 44, n.1, p. 1-28, 1993a.

HODGSON, G. M. The Mecca of Alfred Marshall. **The Economic Journal**, Oxford, v. 103, n. 417, p. 406-415, Mar. 1993b.

HODGSON, G. M. Precursors of modern evolutionary economics: Marx, Marshall, Veblen, and Schumpeter. In: ENGLAND, R. W. (ed.). **Evolutionary concepts in contemporary economics**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1994. p. 9-35.

HODGSON, G. M. From micro to macro: the concept of emergence and the role of institutions. **International seminar “Institutions and Economic Development: Towards a Comparative Perspective on State Reform”**. Rio de Janeiro: UFRJ, nov. 1997.

HODGSON, G. M. The approach of institutional economics. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 36, p. 166-192, Mar. 1998a.

HODGSON, G. M. On the evolution of Thorstein Veblen’s evolutionary economics. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 22, p. 415-431, 1998b.

HODGSON, G. M. What is the essence of institutional economics? **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 34, p. 317-329, 2000.

HODGSON, G. M. **How economics forgot history**: the problem of historical specificity in social science. London; New York: Routledge, 2001a.

HODGSON, G. M. Darwin, Veblen and the problem of causality in economics. **History and Philosophy of the Life Sciences**, Switzerland, v. 23, n. 3-4, (Darwinian evolution across the disciplines), p. 385-423, 2001b.

HODGSON, G. M. Is social evolution lamarckian or darwinian?. *In*: LAURENT, J.; NIGHTINGALE, J. (ed.). **Darwinism and evolutionary economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2001c. p. 87-118.

HODGSON, G. M. The hidden persuaders: institutions and individuals in economic theory. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 27, n. 2, p. 159-175, Mar. 2002a.

HODGSON, G. M. Darwinism in economics: from analogy to ontology. **Journal of Evolutionary Economics**, Jena, n. 12, p. 259-281, 2002b.

HODGSON, G. M. Reconstitutive downward causation: social structure and the development of individual agency. *In*: FULLBROOK, E. (ed.). **Intersubjectivity in economics**: agents and structures. London; New York: Routledge, 2002c. Cap. 10, p. 159-180.

HODGSON, G. M. How veblenian evolutionary thinking transcends methodological individualism and methodological collectivism. **Économie et institutions** [online], Paris, n. 3, p. 5-28, 2003a. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ei/5782>. Acesso em: 04 jun. 2020.

HODGSON, G. M. John R. Commons and the foundations of institutional economics. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 37, n. 3, p. 547-576, Sept. 2003b.

HODGSON, G. M. Some claims made for critical realism in economics: two case studies. **Journal of Economic Methodology**, London, v. 11, n. 1, p. 53-73, Mar. 2004a.

HODGSON, G. M. Darwinism, causality and the social sciences. **Journal of Economic Methodology**, London, v. 11, n. 2, p. 175-194, June 2004b.

HODGSON, G. M. **The evolution of institutional economics**: agency, structure and darwinism in american institutionalism. London; New York: Routledge, 2004c.

HODGSON, G. M. Veblen and darwinism. **International Review of Sociology**, Londres, v. 14, n. 3, p. 343-361, 2004d.

HODGSON, G. M. Generalizing darwinism to social evolution: some early attempts. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 39, n. 4, p. 899-914, Dec. 2005a.

HODGSON, G. M. Institutions and economic development: constraining, enabling and reconstituting. *In*: DYMSKI, G.; DE PAULA, S. (ed.). **Reimagining growth: towards a renewal of development theory**. London; New York: Zed Books, 2005b. Cap. 4, p. 85-98.

HODGSON, G. M. **Economics in the shadows of Darwin and Marx**: essays on institutional and evolutionary themes. Cheltenham: Edward Elgar, 2006a.

HODGSON, G. M. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 40, n. 1, p. 1-25, 2006b.

HODGSON, G. M. Instinct and habit before reason: comparing the views of John Dewey, Friedrich Hayek and Thorstein Veblen. **Advances in Austrian Economics**, Leeds, v. 9 (Cognition and economics), p. 109-143, 2006c.

HODGSON, G. M. The revival of veblenian institutional economics. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 41, n. 2, p. 325-340, June 2007.

HODGSON, G. M. How Veblen generalized darwinism. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 42, n. 2, p. 399-405, 2008.

HODGSON, G. M. Agency, institutions, and darwinism in evolutionary economic geography. **Journal of Economic Geography**, Oxford, v. 85, n. 2, p. 167-173, 2009a.

HODGSON, G. M. On the problem of formalism in economics. *In*: FULLBROOK, E. (ed.). **Ontology and economics**: Tony Lawson and his critics. New York: Routledge, 2009b. Cap. 11, p. 40-57.

HODGSON, G. M. A philosophical perspective on contemporary evolutionary economics. **Papers on Economics and Evolution**, n. 1001. Jena: Max Planck Institute of Economics, 2010a. (Working paper). Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/32649>. Acesso em: 26 abr. 2021.

HODGSON, G. M. Choice, habit and evolution, **Journal of Evolutionary Economics**, Jena, n. 20, p. 1-18, 2010b.

HODGSON, G. M. **Downward causation – some second thoughts**. Watford, 2011. Disponível em: <https://www.geoffrey-hodgson.info/downward-causation.htm>. Acesso em: 26 abr. 2021.

HODGSON, G. M. **From pleasure machines to moral communities**: an evolutionary economics without *homo economicus*. London: University of Chicago Press, 2013.

HODGSON, G. M. **Conceptualizing capitalism**: institutions, evolution, future. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

HODGSON, G. M. Taxonomic definitions in social science, with firms, markets and institutions as case studies. **Journal of Institutional Economics**, Cambridge, p. 1-18, 2018.

HODGSON, G. M. **Is there a future for heterodox economics?** Institutions, ideology and a scientific community. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2019.

HODGSON, G. M. Debating the future of heterodox economics. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 55, n. 3, p. 603-614, 2021a.

HODGSON, G. M. Thorstein Veblen and socialism. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 57, n. 4, p. 1162-1177, 2023.

HODGSON, G. M. Social darwinism revisited: how four critics altered the meaning of a near-obsolete term, greatly increased its usage, and thereby changed social science. **Journal of Evolutionary Economics**, Jena, 2024a. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00191-024-00862-w>. Acesso em: 04 jun. 2024.

HODGSON, G. M. **Terminological doubt**. Destinatário: Paulo Eduardo Panassol. Devon (UK), 23 junho 2024. 1 mensagem eletrônica. 2024b.

HODGSON, G. M.; KNUDSEN, T. Why we need a generalized darwinism, and why generalized darwinism is not enough. **Journal of Economic Behavior & Organization**, Amsterdam, v. 61, p. 1-19, 2006.

HODGSON, G. M.; KNUDSEN, T. **Darwin's conjecture**: the search for general principles of social and economic evolution. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2010.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOOVER, K. D. Pragmatism, pragmaticism, and economic method. *In*: BACKHOUSE, R. E. (ed.). **New directions in economic methodology**. London; New York: Routledge, 1994. Cap. 14, p. 285-314.

HOOVER, K. D. **The methodology of empirical macroeconomics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

HOOVER, K. D. Microfoundations and the ontology of macroeconomics. *In*: KINCAID, H.; ROSS, D. (ed.). **The Oxford handbook of philosophy of economics**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 386-409.

HOUSER, N. Introduction. *In*: PEIRCE, C. S. **Writings of Charles S. Peirce – a chronological edition**. v. 4 (1879-1884). Edited by Christian Kloesel. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1989. p. xix-lxx.

HOUSER, N. Introduction. *In*: PEIRCE, C. S. **The essential Peirce**: selected philosophical writings. v. 1 (1867-1893). Edited by Nathan Houser and Christian Kloesel. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1992. p. xix-xli.

HOUSER, N. Introduction. *In*: PEIRCE, C. S. **The essential Peirce**: selected philosophical writings. v. 2 (1893-1913). Edited by the Peirce Edition Project. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1998. p. xxvii-xxxvii.

HULL, D. L. **Science as a process**: an evolutionary account of the social and conceptual development of science. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

HUME, D. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

HUME, D. **Tratado da natureza humana**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016.

IANNI, O. A dialética da história. *In*: D'INCAO, M. A. **História e ideal**: ensaios sobre Caio Prado Jr.. São Paulo: UNESP, Brasiliense, 1989. p. 63-78.

IGLÉSIAS, F. Revisão de Raymundo Faoro. **Cadernos**, Belo Horizonte, n. 3, p. 123-142, mar. 1976. (Cadernos do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais).

ILLARI, P.; RUSSO, F. **Causality**: philosophical theory meets scientific practice. Oxford: Oxford University Press, 2014. *E-book*.

JACKSON, P. W. John Dewey. *In*: SHOOK, J. R.; MARGOLIS, J. **A companion to pragmatismo**. Malden: Blackwell Publishing, 2006. Cap. 4, p. 54-66.

JAFFÉ, W. **Les theories e'conomiques et sociales de Thorstein Veblen**. Paris: Giard et Briere, 1924.

JAMES, W. **The will to believe and other essays in popular philosophy**. London, Bombay, Calcuta: Longmans, Green and Co., 1912. (Projeto Gutenberg). Disponível em: <https://www.gutenberg.org/E-books/26659>. Acesso em: 26 abr. 2021.

JAMES, W. **Writings 1902-1910**. (The Varieties of Religious Experience, Pragmatism, A Pluralistic Universe, The Meaning of Truth, Some Problems of Philosophy, Essays). New York: Library of America, 1987.

JAMES, W. **Princípios de psicologia**. México: Editora Fondo de Cultura Econômica, 1989. (Biblioteca de psicología y psicoanálisis).

JAMES, W. **Writings 1878-1899**. (Psychology: Briefer Course, The Will to Believe and Other Essays in Popular Philosophy, Talks to Teachers on Psychology and to Students on Some of Life's Ideals, Selected Essays). New York: Library of America, 1992.

JAMES, W. **Pragmatismo**: un nuevo nombre para viejas formas de pensar. Madrid: Alianza Editorial, 2000. (Filosofia).

JAMES, W. Os tipos de pensamento filosófico. **Revista Cognitio**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 197-209, jul./dez. 2010.

JAMES, W. Philosophical conceptions and practical results. *In*: TALISSE, R. B.; AIKIN, S. F. (ed.). **The pragmatism reader**: from Peirce through the present. Princeton: Princeton University Press, 2011, p. 66-78.

JENSEN, H. E. The theory of human nature. **Journal of Economics Issues**, Sacramento, v. 21, n. 3, p. 1039-1073, Sept. 1987.

JEVONS, C. **A teoria da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Coleção os economistas).

JORGENSEN, E. W.; JORGENSEN, H. I. **Thorstein Veblen**: victorian firebrand. New York, London: M. E. Sharpe, 1999.

JOURNAL OF ECONOMIC ISSUES (JEDI). In memoriam Clarence Edwin Ayres. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 11, n. 3, Sept. 1977.

JUNKER, L. The ceremonial-instrumental dichotomy in institutional analysis: the nature, scope and radical implications of the conflicting systems. **American Journal of Economics and Sociology**, Hoboken, v. 41, n. 2, p. 141-150, Apr. 1982.

KAIDESOJA, T. The trouble with transcendental arguments: towards a naturalization of Roy Bhaskar's early realist ontology. **Journal of Critical Realism**, Lancaster, v. 4, n. 1, p. 28-61, 2005.

KAIDESOJA, T. **Naturalizing critical realist social ontology**. London; New York: Routledge, 2013.

KAIDESOJA, T. Reclaiming naturalized critical realism: response to McWherter. **Journal of Critical Realism**, Lancaster v. 16, n. 2, p. 200-222, 2017.

KALDOR, N. **Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

KANT, I. **Prolegómenos a toda a metafísica futura que queira apresentar-se como ciência**. Lisboa: Edições 70, 1988. (Textos filosóficos).

KANT, I. **Lógica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992. (Biblioteca Tempo Universitário – 93. Série estudos alemães).

KANT, I. **Crítica da razão prática**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2003.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012. (Pensamento humano).

KANT, I. **Crítica da faculdade de julgar**. Petrópolis: Editora Vozes. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2016. (Pensamento humano).

KANT, I. **Paz perpétua: um projeto filosófico**. Petrópolis: Editora Vozes. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2020. (Pensamento humano).

KANT, I. **Lições de metafísica**. Petrópolis: Editora Vozes. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2022. (Pensamento humano).

KILPINEN, E. Clarence Ayres memorial lecture: does pragmatism imply institutionalism? **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 37, n. 2, p. 291-304, June 2003.

KILPINEN, E. How to fight the “Methodenstreit”? Veblen and Weber on economics, psychology and action. **International Review of Sociology**, Londres, v. 14, n. 3, p. 413-432, Nov. 2004.

KILPINEN, E. The instinct of workmanship and other philosophical concepts in Thorstein Veblen's methodology. In: PLOTKIN, S. (ed.). **The Anthem Companion to Thorstein Veblen**. London; New York: Anthem Press, 2017. Cap. 1, p. 21-37.

KING, C. Catastrophism and evolution. **The American Naturalist**, Chicago, 1877, v. 11, n. 8, p. 449-470, Aug. 1877.

KONDER, L. **Hegel: a razão quase enlouquecida**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

KUORIKOSKI, J.; YLIKOSKI, P. How to be critical and realist about economics. *In*: LEHTINEN, A.; KUORIKOSKI, J.; YLIKOSKI, P. (ed). **Economics for real**: Uskali Mäki and the place of truth in economics. Abingdon; New York: Routledge, 2012. (Routledge INEM advances in economic methodology). Cap. 12, p. 255-273.

LANE, R. **Peirce on realism and idealism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

LASSALLE, F. **Science and the workingmen**. [tradução de *Die wissenschaft und die arbeiter* por Thorstein Veblen]. New York: The International Library Publishing Co., 1900.

LAWSON, C. Technology, technological determinism and the transformational model of social activity. *In*: LAWSON, C.; LATSIS, J.; MARTINS, N. (ed.). **Contributions to social ontology**. London: Routledge, 2007. Cap. 3, p. 32-49.

LAWSON, C. Order and process in institutionalist thought: Commons and Ayres. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 39, n. 4, p. 1053-1069, 2015.

LAWSON, C.; LATSIS, J.; MARTINS, N. Introduction: ontology, philosophy and the social sciences. *In*: LAWSON, C.; LATSIS, J.; MARTINS, N. (ed.). **Contributions to social ontology**. London: Routledge, 2007. Cap. 1, p. 1-14.

LAWSON, T. Abstraction, tendencies and stylized facts: a realist approach to economic analysis. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, n. 13, p. 59-78, 1989a.

LAWSON, T. Realism and instrumentalism in the development of econometrics. **Oxford Economic Papers**, Oxford, v. 41, n. 1, p. 236-258, 1989b.

LAWSON, T. Why are so many economists so opposed to methodology? **Journal of Economic Methodology**, London, v. 1, n. 1, p. 105-134, 1994a.

LAWSON, T. A realist theory for economics. *In*: BACKHOUSE, R. E. (ed.). **New directions in economic methodology**. London; New York: Routledge, 1994b. Cap. 13, p. 257-284.

LAWSON, T. Realism, Philosophical. *In*: HODGSON, G. M.; SAMUELS, W.; TOOL, M. (org.). **The Elgar companion to institutional and evolutionary economics – L-Z**. Hampshire: Edward Elgar, 1994c. p. 219-225.

LAWSON, T. **Economics and reality**. London; New York: Routledge, 1997.

LAWSON, T. Developments in economics as realist social theory. *In*: FLEETWOOD, S. (ed.). **Critical realism in economics**: development and debate. London; New York: Routledge, 1999a. Cap. 1, p. 3-20.

LAWSON, T. Critical issues in economics as realist social theory. *In*: FLEETWOOD, S. (ed.). **Critical realism in economics**: development and debate. London; New York: Routledge, 1999b. Cap. 12, p. 209-257.

LAWSON, T. Should economics be an evolutionary science? Veblen's concern and philosophical legacy. (The Clarence Ayres Memorial Lecture). **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 36, n. 2, p. 279-292, June 2002.

LAWSON, T. **Reorienting economics**, London; New York: Routledge, 2003.

LAWSON, T. **A conception of ontology**. Mimeo: Cambridge, Dec. 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/229007733>. Acesso em: 26 abr. 2021.

LAWSON, T. **Why methodology?**. 2006a. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/369325523_Why_Methodology. Acesso em: 26 abr. 2023.

LAWSON, T. The nature of heterodox economics. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 30, n. 4, p. 483-505, 2006b.

LAWSON, T. What has realism got to do with it?. *In*: HAUSMAN, D. M. (ed.). 2008. **The philosophy of economics: an anthology**. 3rd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. Cap. 24, p. 439-453. [Reimpresso de *Economics and Philosophy*, Cambridge, v. 15, n. 2, p. 269-282, Oct. 1999.].

LAWSON, T. History, causal explanation and “basic economic reasoning”: reply to Caldwell. *In*: FULLBROOK, E. (ed.). **Ontology and economics: Tony Lawson and his critics**. New York: Routledge, 2009a. Cap. 2, p. 20-39.

LAWSON, T. Underlabouring for substantive theorizing: reply to Davidsen. *In*: FULLBROOK, E. (ed.). **Ontology and economics: Tony Lawson and his critics**. New York: Routledge, 2009b. Cap. 4, p. 58-82.

LAWSON, T. On the nature and roles of formalism in economics: reply to Hodgson. *In*: FULLBROOK, E. (ed.). **Ontology and economics: Tony Lawson and his critics**. New York: Routledge, 2009c. Cap. 12, p. 189-231.

LAWSON, T. Ontology or epistemology? Reply to McFarling. *In*: FULLBROOK, E. (ed.). **Ontology and economics: Tony Lawson and his critics**. New York: Routledge, 2009d. Cap. 14, p. 240-262.

LAWSON, T. Provisionally grounded critical ontology: reply to Vromen. *In*: FULLBROOK, E. (ed.). **Ontology and economics: Tony Lawson and his critics**. New York: Routledge, 2009e. Cap. 20, p. 335-353.

LAWSON, T. Ontology and the study of social reality: emergence, organisation, community, power, social relations, corporations, artefacts and money. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 36, n. 2, p. 345-385, 2012.

LAWSON, T. Emergence, morphogenesis, causal reduction and downward causation. *In*: ARCHER, M. (ed.). **Social morphogenesis**. London: Springer, 2013. Cap. 4, p. 61-84.

LAWSON, T. **Essays on the nature and state of modern economics**. London: Routledge, 2015a.

LAWSON, T. A conception of social ontology. *In*: PRATTEN, S. (ed.). **Social ontology and modern economics**. London: Routledge, 2015b. Cap. 1, p. 19-52.

LAWSON, T. Process, order and stability in Veblen. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 39, n. 4, p. 993-1030, 2015c. (Special issue: contributions to the "History of Ontological Thinking in Economics", with a specific focus on “Process and Order”).

LAWSON, T. Comparing conceptions of social ontology. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, Oxford, v. 46, n. 4, p. 359-399, 2016a.

LAWSON, T. Social positioning and the nature of money. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 40, n. 4, p. 961-996, 2016b.

LAWSON, T. What is wrong with modern economics, and why does it stay wrong? **Journal of Australian Political Economy**, Sydney, n. 80, p. 26-42, 2017.

LAWSON, T. The constitution and nature of money. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 42, n.3, p. 851-873, 2018a.

LAWSON, T. Debt as money. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 42, n. 4, p. 1165-1181, 2018b.

LAWSON, T. Why social ontology?. *In*: LAWSON, T. **The nature of social reality: issues in social ontology**. Oxford; New York: Routledge, 2019a. Cap. 1, p. 3-27.

LAWSON, T. **The nature of social reality: issues in social ontology**. London: Routledge, 2019b.

LAWSON, T. Social positioning theory. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, n. 46, p. 1-39, 2022.

LAWSON, T; MORGAN, J. Cambridge social ontology, the philosophical critique of modern economics and social positioning theory: an interview with Tony Lawson, part 1. **Journal of Critical Realism**, Lancaster, v. 20, n. 1, p. 72-97, Mar. 2021a.

LAWSON, T; MORGAN, J. Cambridge social ontology, the philosophical critique of modern economics and social positioning theory: an interview with Tony Lawson, part 2. **Journal of Critical Realism**, Lancaster, v. 20, n. 2, p. 201-237, May 2021b.

LERNER, M. Thorstein Veblen: recipe for an american genius. *In*: HOROWITZ, I. L. (ed.). **Veblen's century: a collective portrait**. New York: Routledge, 2017. Cap. 4, p. 65-88.

LEVY, L. O dualismo cartesiano. *In*: ALTMANN, S.; WOLF, E. (ed.). **Lições de história da filosofia**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura / IEL, 2010. p. 86-109.

LEWIS, P. Metaphor and critical realism. *In*: FLEETWOOD, S. (ed.). **Critical realism in economics: development and debate**. London; New York: Routledge, 1999. Cap. 5, p. 83-101.

LEWIS, P. On the merits of critical realism and the “ontological turn” in economics: reply to Steele. **Critical Review**, London, v. 23, n. 1-2, p. 207-230, 2011.

LEWIS, P.; MOURA, G.; RUNDE, J. Ontology and the history of economic thought: an introduction. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 44, n. 5, p. 981-990, Sept. 2020.

LEWONTIN, R. C. The apportionment of human diversity. *In*: DOBZHANSKY, T.; HECHT, M. K.; STEERE, W. C. (ed.). **Evolutionary Biology**. New York: Springer, 1972. Cap. 14, p. 381-398.

LIEBHAFSKY, E. E. The influence of Charles Sanders Peirce on institutional economics. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 27, n. 3, p. 741-754, Sept. 1993.

LOCKE, J. **Ensaio sobre o entendimento humano**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**: Ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Introdução de J. W. GOUGH. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

LOPES, H. C. A relação entre instituições e crescimento econômico nas teorias de Thorstein Veblen e Douglas North. In: PEREIRA, A. J.; LOPES, H. C.; CONCEIÇÃO, O. A. C. **Economia institucional e dimensões do desenvolvimento**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019. *E-book*. Cap. 3, p. 71-94.

LOPES, H. C.; CONCEIÇÃO, O. A. C. Organicismo e institucionalismo: as decisões humanas a partir de uma proposta de conexão entre as teorias de Keynes e Veblen. **Cuadernos de Economía**, Bogotá, n. 40, n. 82, p. 339-360, 2021.

LUZ, M. R. S. Logic of scientific inquiry and the evolutionary process: in search of a veblenian descriptive model. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 51, n. 4, p. 891-914, Dec. 2017.

LUZ, M. R. S. Cognition, social impulse, and the principle of adaptation: insights into the Peirce-Veblen Connection. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 53, n. 2, p. 349-354, 2019.

LUZ, M. R. S.; FRACALANZA, P. S. Darwinismo universal e economia evolucionária: recurso ontológico ou mais uma analogia? **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 31-50, 2011.

LUZ, M. R. S.; FRACALANZA, P. S. Da t(h)e(le)ologia à evolução: o legado tipológico e a possibilidade darwiniana de teorização econômica. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 47, n. 1, p. 193-218, 2013.

MACARTHUR, D. A Kant-inspired vision of pragmatism as democratic experimentalism. In: GAVA, G.; STERN, R. (ed.). **Pragmatism, Kant, and transcendental philosophy**. London; New York: Routledge, 2016. Cap. 3, p. 67-84.

MADI, M. A. C. **Reflexões sobre a ontologia e a epistemologia da ciência da economia à luz do realismo de Charles S. Peirce: uma abordagem semiótica e pragmática**. 2021. Tese (Doutorado em filosofia) – Programa de Estudos Pós-Graduados em filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

MAGNANI, L. (ed.). **Handbook of abductive cognition**. Cham: Springer, 2023.

MAIA, T. M. B.; SOUSA, J. M. Reflexões sobre a cultura no pensamento social de Celso Furtado e na construção do método histórico-estrutural: um diálogo com a Sociologia e a Antropologia. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 2, p. 79-104, 2020.

MÄKI, U. How to combine rhetoric and realism in the methodology of economics. **Economics and Philosophy**, Cambridge, n. 4, p. 89-109, 1988a.

MÄKI, U. On the problem of realism in economics. **Fundamenta Scientiae**, [S.l.], v. 9, p. 343-362, 1988b.

MÄKI, U. Two philosophies of the rhetoric of economics. *In*: HENDERSEN, W.; DUDLEY-EVANS, T.; BACKHOUSE, R. (ed.). **Economics and language**. London; New York: Routledge, 1993. Cap. 2, p. 23-50.

MÄKI, U. Scientific realism and some peculiarities of economics. *In*: COHEN, R. S.; HILPINEN, R.; RENZONG, Q. (ed.). **Realism and anti-realism in the philosophy of science**, Beijing, 1996. p. 427-447. (Boston studies in the philosophy of science; v. 169).

MÄKI, U. Aspects of realism about economics. **Theoria**, Hoboken, v. 13, n. 2, p. 343-362, 1998.

MÄKI, U. Reclaiming relevant realism. **Journal of Economic Methodology**, London, v. 7, n. 1, p. 109-125, 2000.

MÄKI, U. Economic ontology: What? Why? How?. *In*: MÄKI, U. (ed.). **The economic world view: studies in the ontology of economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001a. Cap. 1, p. 3-14.

MÄKI, U. **The way the world works (www)**: towards an ontology of theory choice. *In*: MÄKI, U. (ed.). **The economic world view: studies in the ontology of economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001b. Cap. 19, p. 369-389.

MÄKI, U. Realisms and their opponents: philosophical aspects. *In*: SMELSER, N. J.; BALTES, B. (ed.). **International encyclopedia of the social and behavioral sciences**, 2001c. p. 12815-12821.

MÄKI, U. The dismal queen of the social sciences. *In*: MÄKI, U. (ed.). **Fact and fiction in economics**. Models, realism, and social construction. Cambridge: Cambridge University Press, 2002a. Cap. 1, p. 3-32.

MÄKI, U. Some nonreasons for nonrealism about economics. *In*: MÄKI, U. (ed.). **Fact and fiction in economics**. Models, realism, and social construction. Cambridge: Cambridge University Press, 2002b. Cap. 4, p. 90-104.

MÄKI, U. Reglobalising realism by going local, or (how) should our formulations of scientific realism be informed about the sciences. **Erkenntnis**, Netherlands, n. 63, 2005a. p. 231-251.

MÄKI, U. Economics with institutions: agenda for methodological enquiry. *In*: Mäki, U.; GUSTAFSSON, B.; KNUDSEN, C. (ed.). **Rationality, institutions and economic methodology**. London; New York: Routledge, 2005b. Cap. 1, p. 3-42.

MÄKI, U. Social theories of science and the fate of institutionalism in economics. *In*: Mäki, U.; GUSTAFSSON, B.; KNUDSEN, C. (ed.). **Rationality, institutions and economic methodology**. London; New York: Routledge, 2005c. Cap. 4, p. 76-109.

MÄKI, U. Realism. *In*: HAUSMAN, D. M. (ed.). **The philosophy of economics: an anthology**. 3rd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008a. Cap. 23, p. 431-447.

MÄKI, U. Scientific realism and ontology. *In*: DURLAUF, S. N.; BLUME, L. E. (ed.). **The new Palgrave dictionary of economics**: real balances – stochastic volatility models. v. 7. 2nd ed. Basingstroke: Palgrave Macmillan, 2008b. p. 334-341.

MÄKI, U. Realistic realism about unrealistic models. *In*: KINCAID, H.; ROSS, D. (ed.). **The Oxford handbook of philosophy of economics**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 68-98.

MÄKI, U. Scientific realism as a challenge to economics (and vice versa). **Journal of Economic Methodology**, London, v. 18, n. 1, p. 1-12, Mar. 2011a.

MÄKI, U. Puzzled by realism: a response to Deichsel. **Erasmus Journal for Philosophy and Economics**, Rotterdam, n. 4, p. 42-52, 2011b.

MÄKI, U. Preface. *In*: MÄKI, U. (ed.). **Handbook of the Philosophy of Economics**. Amsterdam: Elsevier, 2012a. p. xiii-xvii. (Handbook of the philosophy of science, v. 13).

MÄKI, U. Realism and antirealism about economics. *In*: MÄKI, U. (ed.). **Handbook of the Philosophy of Economics**. Amsterdam: Elsevier, 2012b. p. 3-24. (Handbook of the philosophy of science, v. 13).

MÄKI, U. The field: tasks, pasts, futures. **Journal of Economic Methodology**, London, v. 28, n. 1, p. 3-13, 2021.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARGOLIS, J. Introduction: pragmatism, retrospective, and prospective. *In*: SHOOK, J. R.; MARGOLIS, J. **A companion to pragmatismo**. Malden: Blackwell Publishing, 2006. p. 1-10.

MARÍAS, J. **História da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARKEY-TOWLER, B. A formal psychological theory for evolutionary economics. **Journal of Evolutionary Economics**, Jena, n. 28, p. 691-725, 2018.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**: tratado introdutório. v. 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Coleção os economistas).

MARTINS, L. A. P. Lamarck e as quatro leis da variação das espécies. **Epistême - Filosofia e História da Ciência em Revista**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 33-54, 1997.

MARTINS, N. O. An evolutionary approach to emergence and social causation. **Journal of Critical Realism**, Lancaster, v. 10, n. 2, p. 192-218, 2011.

MARTINS, N. O. Veblen, Sen, and the formalization of evolutionary theory. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 49, n. 3, p. 649-668, 2015.

MARTINS, N. O. Reconsidering the notions of process, order and stability in Veblen. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 44, n.5, p. 1115-1135, Sept. 2020.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. v. 1, Tomo 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Coleção os economistas).

MATOS, J. C. M. Instinto e razão na natureza humana, segundo Hume e Darwin. **Scientiæ Studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 263-286, set. 2007.

MAYHEW, A. Ayres, Clarence Edwin (1891-1972). *In*: ARESTIS, P.; SAWYER, M. (ed.). **A biographical dictionary of dissenting economists**. 2nd ed. Cheltenham; Northampton: Edward Elgar, 2000. p. 17-22.

MAYHEW, A. Clarence Ayres, technology, pragmatism and progress. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 34, p. 213-222, 2010.

MAYR, E. **O desenvolvimento do pensamento biológico**: diversidade, evolução e herança. Brasília, DF: UnB, 1998.

MAYR, E. **Biologia, ciência única** – reflexões sobre a autonomia de uma disciplina científica. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MAYR, E. **O que é a evolução**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MAZZOLENI, R.; NELSON, R. R. An interpretive history of challenges to neoclassical microeconomics and how they have fared. **Industrial and Corporate Change**, Oxford, v. 22, n. 6, p. 1409-1451, Dec. 2013.

McCLOSKEY, D. N. The rhetoric of economics. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 21, n. 2, p. 481-517, June 1983.

McCLOSKEY, D. N. **Knowledge and persuasion in economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

McDOUGALL, W. **An introduction to social psychology**. 14th ed. Ontario: Batoche Books Kitchener, 2001.

McWHERTER, D. **The problem of critical ontology**: Bhaskar contra Kant. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2013.

McWHERTER, D. Metaphilosophical naturalism and naturalized transcendentalism: some objections to Kaidesoja's critique of transcendental arguments in critical realism. **Journal of Critical Realism**, Lancaster, v. 14, n. 1, p. 54-79, Feb. 2015.

McWHERTER, D. Revisiting metaphilosophical naturalism and naturalized transcendentalism: response to Kaidesoja. **Journal of Critical Realism**, Lancaster, v. 16, n. 5, p. 514-532, 2017.

MENGER, C. **Investigations into the method of the social sciences with special reference to economics**. New introduction por Lawrence H. White. New York; London: New York University Press, 1985.

MILL, J. S. **An examination of Sir William Hamilto's Philosophy**, and of the principal philosophical questions discussed in his writings. 2nd ed. London: Longmans, Green, 1865.

MILL, J. S. **Princípios de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os economistas).

MILLER, A. Realism. *In*: ZALTA, E. N. (ed.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Stanford University, Winter 2021. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2021/entries/realism/>. Acesso em: 23 mar. de 2023.

MILLS, C. W. The theory of the leisure class. *In*: HOROWITZ, I. L. (ed.). **Veblen's century: a collective portrait**. New York: Routledge, 2017. Cap. 7, p. 133-147.

MISAK, C. Charles Sanders Peirce (1839-1914). *In*: MISAK, C. (ed.). **The Cambridge Companion to Peirce**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Cap. 1, p. 1-26.

MITCHELL, W. C. The rationality of economic activity: I. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 18, n. 2, p. 97-113, Feb. 1910a.

MITCHELL, W. C. The rationality of economic activity. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 18, n. 3, p. 197-216, Mar. 1910b.

MITCHELL, W. C. Bentham's felicific calculus. **Political Science Quarterly**, New York, v. 33, n. 2, p. 161-183, Jun. 1918.

MITCHELL, W. C. Quantitative analysis in economic theory. **American Economic Review**, Princeton, v. 15, n. 1, p. 1-12, Mar. 1925.

MITCHELL, W. C. Obituary Thorstein Veblen: 1857-1929. **Economic Journal**, London, v. 39, n. 156, p. 646-650, Dec. 1929.

MITCHELL, W. C. **What Veblen taught – selected writings of Thorstein Veblen**. Edited with an introduction by Wesley C. Mitchell. New York: The Viking Press, 1947.

MITCHELL, W. C. The place of Veblen in the history of ideas. *In*: HOROWITZ, I. L. (ed.). **Veblen's century: a collective portrait**. New York: Routledge, 2017. Cap. 3, p. 41-63.

MITCHELL, W. C.; RUTHERFORD, M. The criticism of modern civilization. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, n. 29, n. 3 p. 663-682, Sept. 1995.

MONET; J. B. P. A. (LAMARCK). **Filosofia zoológica**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2021. *E-book*.

MORCEIRO, P. C.; GUILHOTO, J. J. M. **Desindustrialização setorial e estagnação de longo prazo da manufatura brasileira**. São Paulo: USP-NERUS, TD Nereus 01-2019.

MORGAN, J. Critical realism as a social ontology for economics. *In*: LEE, F. S.; CRONIN, B. (ed.). **Handbook of research methods and applications in heterodox economics**. Northampton: Elgar, 2016a. (Economics 2016). *E-book*. Cap. 1, p. 15-34.

MORGAN, J. Necessary and sufficient in different domains of argument: McWherter on Bhaskar on Kant. **Journal of Critical Realism**, Lancaster, v. 15, n. 1, p. 92-106, 2016b.

MORGAN, J. Tony Lawson, economics and the theory of social positioning. **Real-World Economics Review**, Bristol, n. 91, p. 132-145, 2020a.

MORGAN, J. Inequality: what we think, what we don't think and why we acquiesce. **Real-World Economics Review**, Bristol, n. 92, p. 116-133, 2020b.

MORRIS, G. S. **Kant's critique of pure reason**: a critical exposition. Chicago: S. C. Griggs and Company, 1882.

MURPHEY, M. G. Toward an historicist history of American philosophy. **Transactions of the Charles S. Peirce Society**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 3-18, Winter, 1979.

MURPHEY, M. G. **Thorstein Veblen** - economist and social theorist. London; New York: Routledge, 2018.

NELSON, R. Evolutionary social science and universal darwinism. **Journal of Evolutionary Economics**, Jena, n. 16, p. 491-510, 2006.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

NICHOL, A. J.; HASTINGS, C.; ELDER-VASS, D. Putting philosophy to work: developing the conceptual architecture of research projects, **Journal of Critical Realism**, Lancaster, v. 22, n. 3, p. 364-383, 2023.

NIINILUOTO, I. Truthlikeness and economic theories. *In*: MÄKI, U (ed.). **Fact and fiction in economics**. Models, realism, and social construction. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. Cap. 10, p. 214-228.

NOBLE, D. What future for evolutionary biology? response to commentaries on "The illusions of the modern synthesis". **Biosemiotics**, Dordrecht, v. 14, p. 683-695, 2021.

NORTH, D. C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

OKASHA, S. **Philosophy of science a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, Year: 2016. *E-book*.

O'MAHONEY, J.; VINCENT, S. Critical realism as an empirical project a beginner's guide. *In*: EDWARDS, P. K.; O'MAHONEY, J.; VINCENT, S. **Studying organizations using critical realism**: a practical guide. Oxford: Oxford University Press. 2014. *E-book*. Cap. 1, p. 1-20.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2 (118), p. 219-232, abr./jun. 2010.

OSTROM, E. Do institutions collective action evolve? **Journal of Bioeconomics**, Dordrecht, v. 16, n. 1, p. 3-30, 2014.

PAIVA, J. T. *et al.* Epigenética: mecanismos, herança e implicações no melhoramento animal. **Archivos de Zootecnia**, Córdoba, v. 68 n. 262, p. 304-311, 2019.

PALLARES-BURKE, M. L. G. **Freyre**: um vitoriano dos trópicos [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

PANASSOL, P. E. Estado democrático desenvolvimentista e desenvolvimento endógeno. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 2, p. 22-48, 2020.

PARRA, F. C. *et al.* Color and genomic ancestry in Brazilians. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, Washington (DC), v. 100, n. 1, p. 177-182, 2003.

PARSONS, S. D. Why the “transcendental” in transcendental realism?. *In*: FLEETWOOD, S. (ed.). **Critical realism in economics: development and debate**. London; New York: Routledge, 1999. Cap. 9, p. 151-168.

PEIRCE, C. S. **Philosophical writings of Peirce**. Selected, Edited and Introduction by Justus Buchler. New York: Dover Publications, 1955.

PEIRCE, C. S. Note on the theory of the economy of research. **Operations Research**, Catonsville, v. 15, n. 4, p. 643-648, July/Aug. 1967.

PEIRCE, C. S. **The essential Peirce: selected philosophical writings**. v. I (1867-1893). Edited by Nathan Houser and Christian Kloesel. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1992.

PEIRCE, C. S. **Collected papers of Charles Sanders Peirce**. Electronic edition. 1994. (Reproducing v. I-VI ed. Charles Hartshorne and Paul Weiss, Cambridge: Harvard University Press, 1931-1935, v. VII-VIII ed. Arthur W. Burks, Cambridge: Harvard University Press, 1958).

PEIRCE, C. S. **The essential Peirce: selected philosophical writings**. v. II (1893-1913). Edited by Nathan Houser and Christian Kloesel. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1998.

PENA, S. D. J. Razões para banir o conceito de raça da medicina brasileira. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 321-346, 2005.

PENA, S. D. J. *et al.* DNA tests probe the genomic ancestry of Brazilians. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**, Ribeirão Preto, v. 42, n. 10, p. 870-876, 2009.

PEREIRA JR., A. Kant e o realismo. **Kant E-Prints** [online], v. 13, n.1, p. 26-43, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/kant/article/view/8672413>. Acesso em: 18 mar. 2021.

PEREIRA, A. J.; LOPES, H. C.; CONCEIÇÃO, O. A. C. **Economia institucional e dimensões do desenvolvimento**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019. *E-book*.

PEREIRA, A. J.; LOPES, H. C.; CONCEIÇÃO, O. A. C. **Institucionalismo, desenvolvimentismo e a economia brasileira**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2022. *E-book*.

PEREZ, C. **Technological revolutions and financial capital: the dynamics of bubbles and golden ages**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

PETER, F. Rhetoric vs realism in economic methodology: a critical assessment of recent contributions. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, n. 25, p. 571-589, 2001.

PETERS, G. Domínios de existência: realismo crítico e ontologia estratificada do mundo social. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, 2019. (Dossiê: realismo crítico, ontologia e sociologia).

PICH, R. H. Apresentação e uma nota sobre Thomas Reid (1710-1796). **Veritas**, Porto Alegre, v. 55, n. 2, p. 5-17, maio/ago. 2010.

PIHLSTRÖM, S. **Structuring the World**: the issue of realism and the nature of ontological problems in classical and contemporary pragmatism. Helsinki: Societas philosophica Fennica, 1996.

PIHLSTRÖM, S. Peircean scholastic realism and transcendental arguments. **Transactions of the Charles S. Peirce Society**, Indianapolis, v. 34, n. 2, p. 382-413, Spring, 1998.

PIHLSTRÖM, S. Peirce's place in the pragmatist tradition. *In*: MISAK, C. (ed.). **The Cambridge Companion to Peirce**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Cap. 2, p. 27-57.

PIHLSTRÖM, S. Synthesizing traditions: rewriting the history of pragmatism and transcendental philosophy. **History of Philosophy Quarterly**, Champaign, v. 23, n. 4, p. 375-390, Oct. 2006.

PIHLSTRÖM, S. **Pragmatist metaphysics**: an essay on the ethical grounds of ontology. London; New York: Bloomsbury Academic, 2009. (Continuum studies in american philosophy).

PIHLSTRÖM, S. Kant and pragmatism. **Pragmatism Today**, Bratislava, v. 1, n. 2, p. 50-61, 2010.

PIHLSTRÖM, S. Introduction. *In*: PIHLSTRÖM, S. (ed.). 2024. **The Bloomsbury handbook of pragmatism**. London: Bloomsbury Academic, 2024. Cap. 1, p. 3-38.

PIMENTEL, P. F. C. O raciocínio indutivo em David Hume e Thomas Reid. **Cognitio**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 243-258, jul./dez. 2017.

PLOTKIN, S.; TILMAN, R. **Political ideas of Thorstein Veblen**. New Haven: Yale University Press, 2011.

POIROT JR., C. S. **Evolutionary social theory and political economy**: philosophy and applications. London; New York: Routledge, 2023.

POLI, R. **Framing ontology**, v. 23, 1999. p. 19-26. Disponível em: <http://www.formalontology.it/essays/Framing.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

POLI, R. Descriptive, formal and formalized ontologies. *In*: FISETTE, D. (ed.). **Husserl's Logical Investigations reconsidered**. Dordrecht: Kluwer, 2003. p. 183-210.

PORTER, N. **Kant's ethics**: a critical exposition. Chicago: S. C. Griggs and Company, 1886.

POWELL, J. The instrumentality of ceremonial habits of thought. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 57, n. 2, p. 423-431, June 2023.

PRADO JÚNIOR, C. **Esboço dos fundamentos da teoria econômica**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

PRADO JÚNIOR, C. **História e desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. Prefácio Florestan Fernandes. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRATTEN, S. Ontological theorising and the assumptions issue in economics. *In*: LAWSON, C.; LATSIS, J.; MARTINS, N. (ed.). **Contributions to social ontology**. London: Routledge, 2007. Cap. 4, p. 50-67.

PRATTEN, S. Introduction. *In*: PRATTEN, S. (ed.). **Social ontology and modern economics**. London: Routledge, 2015. p. 1-16.

PSILLOS, S. **Scientific realism**: how science tracks truth. London: Routledge, 1999.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: filosofia pagã antiga. São Paulo: Paulus, 2003a. (Coleção história da filosofia v. 1).

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: patrística e escolástica. São Paulo: Paulus, 2003b. (Coleção história da filosofia v. 2).

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: do humanismo a Descartes. São Paulo: Paulus, 2004. (Coleção história da filosofia v. 3).

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: de Spinoza a Kant. São Paulo: Paulus, 2005a. (Coleção história da filosofia v. 4).

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: do romantismo ao empiriocriticismo. São Paulo: Paulus, 2005b. (Coleção história da filosofia v. 5).

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: de Nietzsche à Escola de Frankfurt. São Paulo: Paulus, 2006a. (Coleção história da filosofia v. 6).

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: de Freud à atualidade. São Paulo: Paulus, 2006b. (Coleção história da filosofia v. 7).

REISS, J. **Philosophy of economics**: a contemporary introduction. London; New York: Routledge, 2013.

RIBEIRO, A. M. A antropologia dialética de Darcy Ribeiro em “O povo brasileiro”. **Sinais – Revista Eletrônica – Ciências Sociais – UFES**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n. 6, v.1, p. 52-72, dez. 2009.

RIBEIRO, A. M. Darcy Ribeiro e o enigma Brasil: um exercício de descolonização epistemológica. **Revista Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 23-49, maio/ago. 2011.

RIBEIRO, D. **O processo civilizatório**: etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

RIBEIRO, D. **O Brasil como problema**. 2. ed. São Paulo: Global, 2015a.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global, 2015b.

RITCHIE, D. G. **Darwinism and politics**. 2nd ed. London: Swan Sonnenschein, 1891.

ROBBINS, L. **An essay on the nature and significance of economic science**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2013.

ROHLF, M. Immanuel Kant. *In*: ZALTA, E. N.; NODELMAN, U. (ed.), **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Stanford University, Fall 2023. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2023/entries/kant/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

RORTY, R. **Consequences of pragmatism**: Essays, 1972-1980. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. **Deindustrialisation**: causes and implications. IMF Working paper n. 97/42. Washington, DC: International Monetary Fund, 1997.

RUSSEL, B. **História da filosofia ocidental**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015.

RUSSO, C. A. M.; ANDRÉ, T. Science and evolution. **Genetics and Molecular Biology**, Ribeirão Preto, v. 42, n. 1, p. 120-124, 2019.

RUTHERFORD, M. Clarence Ayres and the instrumental theory of value. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 15, n. 3, p. 657-673, Sept. 1981.

RUTHERFORD, M. J. R. Commons's institutional economics. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 17, n. 3, p. 721-744, 1983.

RUTHERFORD, M. Thorstein Veblen and the processes of institutional change. **History of Political Economy**, New York, v. 16, n. 3, p. 331-348, 1984.

RUTHERFORD, M. **Institutions in economics**: the old and the new institutionalism. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

RUTHERFORD, M. **The economic mind in America**: essays in the history of american economics. London; New York: Routledge, 1998a.

RUTHERFORD, M. Veblen's evolutionary programme: a promise unfulfilled. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 22, n. 4, p. 463-477, 1998b.

RUTHERFORD, M. **Institutional economics at Columbia University**. Department Discussion Papers n. 103. Victoria: University of Victoria, Department of Economics, 2001. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/vic/vicddp/0103.html>. Acesso em: 11 jan. 2021.

RUTHERFORD, M. Science and social control: the institutionalist movement in american economics, 1918-1947. **Erasmus Journal for Philosophy and Economics**, Rotterdam, v. 3, n. 2, p. 47-71, Autumn 2010.

RUTHERFORD, M. Institutional economics and John Dewey's instrumentalism. **Methodology and the history of economics**: reflection with and without rules. London: Routledge, 2022 (forthcoming). Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=4164200>. Acesso em: 04 maio 2023.

SAMUELS, W. Foreword. In: TILMAN, R. **Thorstein Veblen and his critics, 1891-1963** – conservative, liberal, and radical perspectives. New Jersey: Princeton University Press, 1992. p. ix- xiii.

SAMUELS, W. The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 19, p. 569-590, 1995.

SAMUELS, W. Introduction. In: HOROWITZ, I. L. (ed.). **Veblen's century**: a collective portrait. New York: Routledge, 2017. Cap. 4, p. 65-88.

SANTOS, U. P. Reestruturação industrial e inovação no Brasil: possibilidades para a retomada do crescimento e do desenvolvimento. In: ANDRADE, M. V.; ALBUQUERQUE, E. M. (ed.). **Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões**. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 2018. Cap. 22, p. 391-407.

SARKIA, M; KAIDESOJA, T. Two approaches to naturalistic social ontology. **Synthese**, [New York], v. 201, n. 104, 2023. 28p.

SAYER, A. **Method in social science**: a realist approach. 2nd ed. London: Routledge, 1992.

SAYER, A. **Radical political economy**: a critique. Oxford: Blackwell, 1995.

SAYER, A. **Realism and social science**. London: SAGE Publications, 2000. *E-book*.

SAYER, A. Abstraction: a realist interpretation. In: ARCHER, M. *et al.* (ed.). **Critical realism**: essential readings. Hoboken: Routledge, 2013. *E-book*. Cap. 5, p. 120-143.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997. (Coleção os economistas).

SEARLE, J. R. **Mente, linguagem e sociedade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SEARLE, J. R. What is an institution? **Journal of Institutional Economics**, Cambridge, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2005.

SEARLE, J. R. **A redescoberta da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SEARLE, J. R. The limits of emergence: reply to Tony Lawson. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, Oxford, v. 46, n. 4, p. 400-412, 2016.

SEN, A. **On ethics and economics**. Blackwell: Malden, 2004.

SHOOK; J. R. **Pragmatism**. Cambridge: The MIT Press, 2023. (MIT Press essential knowledge series).

SILVA, S. T.; TEIXEIRA, A. A. C. On the divergence of evolutionary research paths in the past 50 years: a comprehensive bibliometric account. **Journal of Evolutionary Economics**, Heidelberg, v. 19, n. 5, p. 605-642, 2009.

SLOAN, P. Darwin: from origin of species to descent of man. *In*: ZALTA, E. N. (ed.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Stanford University, Spring 2022. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2022/entries/origin-descent/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SMITH, G. Isaac Newton. *In*: ZALTA, E. N. (ed.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Stanford University, Fall 2008. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/newton/>. Acesso em: 22 ago. de 2023.

SMITH, M. C. Clarence Edwin Ayres. **Handbook of Texas Online**, Austin, 1976. Disponível em: <https://www.tshaonline.org/handbook/entries/ayres-clarence-edwin>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SOLOW, R. M. How did economics get that way and what way did it get? **Daedalus**, Boston, n. 126, p. 39-58, 1997.

SPENCER, H. **The first principles**. 2nd ed. London: John Childs and Son, 1863.

SPENCER, H. The development hypothesis. *In*: SPENCER, H. **Essays: scientific, political and speculative**, v. I. London: Williams and Norgate, 1891a. p. 1-7.

SPENCER, H. Progress: its law and cause. *In*: SPENCER, H. **Essays: scientific, political and speculative**, v. I. London: Williams and Norgate, 1891b. p. 8-63.

SPENCER, H. **The principles of biology**, v. 1. New York: D. Appleton and Company, 1898.

SPENCER, H. **The principles of biology**, v. 2. New York: D. Appleton and Company, 1899.

STANFIELD, J. R. The scope, method, and significance of original institutional economics. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 33, n. 2, p. 231-255, June 1999.

STANFIELD, K. C. Evolutionary behavioral economics: veblenian institutionalist insights from recent evidence. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 57, n. 3, p. 693-710, Sept. 2023.

STEWART, W. W. *et al.* Economic theory-discussion. **American Economic Review**, Princeton, v. 9, n. 1, p. 319-324, 1919.

SUGDEN, R. Hume's experimental psychology and the idea of erroneous preferences. **Journal of Economic Behavior and Organization**, Amsterdã, n. 183, p. 836-848, 2021.

SUMNER, W. G. **Folkways**: a study of the sociological importance of usages, manners, customs, mores, and morals. Boston: The Atheneum Press, 2008. (Projeto Gutenberg). Disponível em: <http://www.gutenberg.org/E-books/24253>. Acesso em: 25 nov. 2020.

TALISSE, R. B.; AIKIN, S. F. **The pragmatism reader**: from Peirce through the present. Princeton: Princeton University Press, 2011.

TEMPLETON, A. R. Human races: a genetic and evolutionary perspective. **American Anthropologist**, Arlington, v. 100, n. 3, p. 632-650, 1998.

THIRLWALL, A. P. A plain man's guide to Kaldor's laws. **Journal of Post Keynesian Economics**, Armonk, v. 5, n. 3, p. 345-358, 1983.

TIERCELIN, C. Pragmatism and metaphysics. *In*: AIKIN, S.; TALISSE, R. B. (ed.). **The Routledge companion to pragmatism**. New York; London: Routledge, 2023. Cap. 25, p. 191-205.

TILMAN, R. The utopian vision of Edward Bellamy and Thorstein Veblen. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v.19, p. 689-706, 1985.

TILMAN, R. Some recent interpretations of Thorstein Veblen's theory of institutional change. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 21, n. 2, p. 683-690, June 1987.

TILMAN, R. Darwinism and institutional economics: recent criticism of Veblen and Ayres. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 24, n.1, p. 263-267, Mar. 1990a.

TILMAN, R. New light on John Dewey, Clarence Ayres, and the development of evolutionary economics. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 24, n. 4, p. 963-979, Dec. 1990b.

TILMAN, R. **Thorstein Veblen and his critics, 1891-1963** – conservative, liberal, and radical perspectives. New Jersey: Princeton University Press, 1992.

TILMAN, R. John Dewey as user and critic of Thorstein Veblen's ideas. **Journal of the History of Economic Thought**, Cambridge, v. 20, n. 2, p. 145-160, June 1998.

TILMAN, R. **Thorstein Veblen and the enrichment of evolutionary naturalism**. Columbia: University of Missouri Press, 2007.

TILMAN, R. **Thorstein Veblen and his european contemporaries, 1880-1940**: a study of comparative sociologies. Lewiston; Queenston; Lampeter: Edwin Mellen Press, 2011.

TOOL, M. R. The theory of instrumental value: extensions, clarifications. *In*: TOOL, M. (ed.). **Institutional economics**: theory, method, policy. Boston; Dordrecht; London: Kluwer Academic Publisher, 1993. Cap. 4, p. 119-159.

TÖRNBERG, P. Complex realist economics: toward an ontology for an interested pluralism. **Review of Social Economy**, Philadelphia, v. 76, n. 4, p. 509-534, 2018.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, n. 33, p. 433-466, 2009.

VANDENBERGHE, F. **Teoria social realista**: um diálogo franco-britânico. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.

VANDENBERGHE, F. O maremoto do realismo crítico. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, p. 8-30, jan./jun. 2014.

VANDENBERGHE, F. Obituário: Roy Bhaskar (1944-2014). **Polifonia**, Cuiabá, v. 23, n. 33, p. 179-182, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/3860>. Acesso em: 15 nov. 2023.

VANDENBERGHE, F.; PIMENTEL, T. D. Apresentação: realismo crítico, ontologia e sociologia. **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 8-14, dez. 2019.

VEBLEN, T. B. Mill's theory of the taxation of land. **Johns Hopkins University Circulars**, Baltimore, n. 13, p. 176, Feb. 1882.

VEBLEN, T. B. Kant's critique of judgment. **Journal of Speculative Philosophy**, New York, v. 43, p. 260-274, July 1884.

VEBLEN, T. B. Some neglected points in the theory of socialism. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Philadelphia, n. 2, p. 345-362, Nov. 1891.

VEBLEN, T. B. Review of *Einführung in den sozialismus* by Richard Calwer. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 5, n. 2, p. 270-272, Mar. 1897a.

VEBLEN, T. B. Review of *Essais sur la conception materialiste de l'histoire* by Antonio Labriola. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 5, n. 3, p. 390-391, June 1897b.

VEBLEN, T. B. Review of *Die marxistische socialdemokratie* by Max Lorenz. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 6, n. 1, p. 136-137, Dec. 1897c.

VEBLEN, T. B. Review of *Über einige grundfragen der sozialpolitik und der volkswirtschaftslehre* by Gustav Schmoller, **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 6, n. 3, p. 416-419, June 1898a.

VEBLEN, T. B. Why is economics not an evolutionary science?. **Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 12, n. 3, p. 373-397, July 1898b.

VEBLEN, T. B. The instinct of workmanship and the irksomeness of labor. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 4, n. 2, p. 187-201, Sept. 1898c.

VEBLEN, T. B. The beginnings of ownership. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 4, n. 3, p. 352-365, Nov. 1898d.

VEBLEN, T. B. The preconceptions of economic science: I. **Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 13, n. 2, p. 121-150, 1899a. Reimpresso em Veblen (1919).

VEBLEN, T. B. The preconceptions of economic science: II. **Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 13, n. 4, p. 396-426, 1899b. Reimpresso em Veblen (1919).

VEBLEN, T. B. Mr. Cummings's strictures on The Theory of the Leisure Class. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 8, n. 1, p. 106-117, Dec. 1899c.

VEBLEN, T. B. The preconceptions of economic science: III. **Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 14, n. 2, p. 240-269, 1900. Reimpresso em Veblen (1919).

VEBLEN, T. B. Industrial and pecuniary employments. **Publications of the American Economic Association**, Nashville, Series 3, v. 2, n. 1, p. 190-235, Feb. 1901a.

VEBLEN, T. B. Gustav Schmoller's economics. **Quarterly Journal of Economics**, Cambridge v. 16, n. 1, p. 69-93, Nov. 1901b.

VEBLEN, T. B. **The theory of business enterprise**. New York: Scribner's, 1904.

VEBLEN, T. B. The place of science in modern civilization. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 11, n. 1, p. 585-609, 1906a. Reimpresso em Veblen (1919).

VEBLEN, T. B. The socialist economics of Karl Marx and his followers I: the theories of Karl Marx. **Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 20, n. 3, p. 578-595, Aug. 1906b.

VEBLEN, T. B. The socialist economics of Karl Marx and his followers II: the theories of Karl Marx. **Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 21, n. 2, p. 299-322, Feb. 1907.

VEBLEN, T. B. Professor Clark's economics. **Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 22, n. 2, p. 147-195, Feb. 1908a.

VEBLEN, T. B. On the nature of capital. I. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 22, p. 517-542, 1908b. Reimpresso em Veblen (1919).

VEBLEN, T. B. On the nature of capital. II. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 23, p. 104-136, 1908c. Reimpresso em Veblen (1919).

VEBLEN, T. B. The evolution of the scientific point of view. **University of California Chronicle**, Berkeley, v. 10, n. 4, p. 395-416, Oct. 1908d.

VEBLEN, T. B. The limitations of marginal utility. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 17, n. 9, p. 620-636, 1909. Reimpresso em Veblen (1919).

VEBLEN, T. B. **The instinct of workmanship, and the state of the industrial arts**. New York: Macmillan, 1914.

VEBLEN, T. B. The opportunity of Japan. **The Journal of Race Development**, Worcester, v. 6, n. 1, p. 23-38, July 1915.

VEBLEN, T. B. **An inquiry into the nature of peace and the terms of its perpetuation**. New York: The Macmillan Company, 1917.

VEBLEN, T. B. **The higher learning in America**: a memorandum on the conduct of universities by business men. New York: B. W. Huebsch, 1918.

VEBLEN, T. B. **The place of science in modern civilization, and other essays**. New York: B. W. Huebsch, 1919.

VEBLEN, T. B. **Absentee ownership and business enterprise in recent times: the case of America**. New York: B. W. Huebsch, 1923.

VEBLEN, T. B. Economic theory in the calculable future. **American Economic Review**, Princeton, v. 15, n 1, p. 48-55, Mar. 1925a. (Supplement, papers and proceedings of the thirty-seventh annual meeting).

VEBLEN, T. B. **The laxdæla saga**. New York: B. W. Huebsch, 1925b.

VEBLEN, T. B. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os economistas).

VEBLEN, T. B. **The engineers and the price system**. Kitchener: Batoche Books, 2001.

VEBLEN, T. B. **Imperial Germany and the industrial revolution**. Kitchener: Batoche Books, 2003.

VEBLEN, T. B. **The complete works of Thorstein Veblen: economics books, business essays & political articles**. Prague: e-artnow books, 2017. *E-book*.

VISKOVATOFF, A. Critical realism and kantian transcendental arguments. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 26, n. 6, p. 697-708. Nov. 2002. (Special issue on critical realism).

VROMEN, J. Generalized darwinism in evolutionary economics: the devil is in the details. **Papers on Economics and Evolution**, n. 0711. Jena: Max Planck Institute of Economics, 2007. (Working paper). Disponível em: http://www.evoecon.mpg.de/fileadmin/user_upload/Paper/2007-11.pdf. Acesso em: 26 abr. 2023.

VROMEN, J. Conjectural revisionary ontology. In: FULLBROOK, E. (ed.). **Ontology and economics: Tony Lawson and his critics**. New York: Routledge, 2009. Cap. 19, p. 325-334.

VROMEN, J. Ontological issues in evolutionary economics: the debate between generalized darwinism and the continuity hypothesis. In: MÄKI, U. (ed.). **Handbook of the Philosophy of Economics**. Amsterdam: Elsevier, 2012. p. 737-763. (Handbook of the philosophy of science, v. 13).

WADE, P. Raça e etnia na era da ciência genética. In: HITA, M. G. (org.). **Raça, racismo e genética em debates científicos e controvérsias sociais**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 81-101.

WAGNER, M. J. The liminal nature of the “eclipse of darwinism” as a critical phase in the history of evolutionary biology. **Philosophical Aspects of Origin**, Varsóvia, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2022.

WALKER, R. C. S. Kant and transcendental arguments. In: GUYER, P. (ed.). **The Cambridge companion to Kant and modern philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. Cap. 7, p. 238-268.

WALLER JR., W. T. The evolution of the veblenian dichotomy: Veblen, Hamilton, Ayres, and Foster. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 16, n. 3, p. 757-771, Sept. 1982.

WALLER JR., W. T. 2022. Institutions, technology, and instrumental value: a reassessment of the veblenian dichotomy. *In*: WHALEN, C. J. (ed.). **Institutional economic: perspectives and methods in pursuit of a better world**. New York: Routledge, 2022. Cap. 1, p. 19-48.

WATSON, J. B. Clássico traduzido: a psicologia como o behaviorista a vê. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 289-301, 2008.

WESTPHAL, K. R. **Kant's transcendental proof of realism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

WIBLE, J. R. Charles Sanders Peirce's economy of research. **Journal of Economic Methodology**, London, v. 1, n. 1, p. 135-160, 1994.

WIBLE, J. R. **The economics of science: methodology and epistemology as if economics really mattered**. London; New York: Routledge, 1998.

WIBLE, J. R. Why economics is an evolutionary, mathematical science: how could Veblen's view of economics have been so different than Peirce's? **Journal of the History of Economic Thought**, Cambridge, v. 43, n. 3, p. 350-377, 2021.

WIBLE, J. R. C. S. Peirce's conception of abduction and economics. *In*: MAGNANI, L. (ed.). **Handbook of abductive cognition**. Cham: Springer, 2023. Cap. 47, p. 1013-1034.

WILLASCHEK, M. Kant and Peirce on belief. *In*: GAVA, G.; STERN, R. (ed.). **Pragmatism, Kant, and transcendental philosophy**. London; New York: Routledge, 2016. Cap. 7, p. 133-151.

WILLIAMS, G. Kant's account of reason. *In*: ZALTA, E. N.; NODELMAN, U. (ed.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Stanford University, Fall 2023. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2023/entries/kant-reason/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

WILLIAMS, M. **Key concepts in the philosophy of social research**. London: SAGE Publications, 2016.

WINTER, S. G. The future of evolutionary economics: can we break out of the beachhead?. **Journal of Institutional Economics**, Cambridge v. 10, n. 4, p. 613-644, 2014.

WISMAN, J. D. Thorstein Veblen, the meaning of work, and its humanization. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 57, n. 2, p. 355-374, June 2023.

WITT, U. On the proper interpretation of "evolution" in economics and its implications for production theory. **Journal of Economic Methodology**, London, v. 11, n. 2, p. 125-146, June 2004.

WITT, U. The future of evolutionary economics: why modalities matter. **Papers on Economics and Evolution**, n. 1309. Jena: Max Planck Institute of Economics, 2013. (Working paper). Disponível em:

http://www.evoecon.mpg.de/fileadmin/user_upload/Paper/2013-09.pdf.

Acesso em: 25 dez. 2023.

WOHLFART, J. A. A doutrina do conceito de Hegel. **Veritas**, Porto Alegre, v. 64, n. 3, e33316, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2019.3.33316>.

Acesso em: 18 mar. 2021.

WOLFF, C. **Philosophia prima sive ontologia**. Frankfurt, Leipzig: Rengeriana, 1736.

Disponível em:

http://capricorn.bc.edu/siepm/DOCUMENTS/WOLF/Wolf_Philosophia_prima_sive_Ontologia.pdf. Acesso em: 26 abril 2021.

WORLD ECONOMICS ASSOCIATION – WEA. 2012. Interview with Geoffrey Hodgson.

World Economics Association Newsletter, Bristol, v. 2, n. 6, p. 9-12. Dec. 2012.

YOGUEL, G.; ROBERT, V. Darwin's ideas and their mixed reception in evolutionary economics. In: DOPFER, K. *et al.* (ed.). **Routledge handbook of evolutionary economics**. Oxon; New York: Routledge, 2024. Cap. 10, p. 136-146.

ZULIAN, A. **Indivíduos, instituições e tecnologias: uma interpretação vebleniana para o desenvolvimento**. 2022. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

ZYSMAN, J. How institutions create historically rooted trajectories of growth. **Industrial and Corporate Change**, Oxford, v. 3, n. 1, p. 243-283, 1994.